

pactos
& disputas político-comunicacionais
sobre a presidenta Dilma

maria helena weber (org.)



Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma

Maria Helena Weber (Org.)

Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma

Porto Alegre

Figura de Linguagem

2021

Copyright by Maria Helena Weber (Org.)

Revisão: Coletivo Manabu

Projeto gráfico: Editora Figura de Linguagem

Catálogo na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica

Weber, Maria Helena (Org). Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma. Porto Alegre:

Figura de Linguagem, 2021, 883 p.

1. Comunicação social 2. Política 3. Título

ISBN 978-65-88942-12-3

Conselho editorial

Luís Augusto Fischer

Silvana Bastos

Felipe Polydoro

Roberta Flores Pedroso

Felipe Minor

Fernanda Bastos

AS OPINIÕES EXPRESSAS AQUI SÃO DE RESPONSABILIDADE INTEGRAL E EXCLUSIVA DOS ARTICULISTAS, NÃO REPRESENTANDO, PORTANTO – EM NENHUM NÍVEL E PARA NENHUM FIM – A OPINIÃO DA EDITORA, DE SEUS ADMINISTRADORES OU DE SEU CORPO EDITORIAL.

Dedico esta obra ao querido amigo e colega professor Alexandre Rocha da Silva que dela participa, mas não pode esperar a sua publicação. Foi embora antes, muito antes do que poderíamos imaginar. Muito antes de aprendermos tudo que ele tinha para ensinar. Muito antes da vitória da democracia. Fica aqui, mais um rastro da sua passagem e do seu apaixonado modo de pensar e viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao **CNPq** pela concessão da Bolsa Produtividade que tem permitido a realização das minhas pesquisas e a formação de novos pesquisadores. Especialmente, sobre a temática deste livro, no período de 2018 a 2021, este investimento viabilizou a produção científica, a participação em eventos científicos e a manutenção do grupo de pesquisa **Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP)** e do **Observatório de Comunicação Pública (OBCOMP)**.

Reconheço e agradeço a participação e as provocações de meus **orientandos** e **orientandas** na produção de suas teses e dissertações, assim como o debate com egressos e pesquisadores que mesmo em outras paragens se mantêm vinculados ao NUCOP e ao OBCOMP. Nenhum avanço nas pesquisas, nenhum achado significativo ocorreria sem esse debate vital.

Agradeço o apoio ininterrupto da **Universidade Federal do Rio Grande do Sul** e, especialmente, do **Programa de Pós-Graduação em Comunicação**.

Agradeço aos **autores** e **autoras** que aceitaram compartilhar suas pesquisas e reflexões nesta obra sobre as complexas relações entre política, sociedade e meios de comunicação determinadas por interesses públicos e privados, especificamente, relacionados à presidenta **Dilma Vana Rousseff**, da sua eleição ao *impeachment* e ao golpe.

Agradeço, especialmente, o trabalho crítico editorial, preciso e solidário de **Marja Pfeifer Coelho**, na leitura e organização dos textos e,

especialmente, a crítica e o debate sobre o paradoxo político-comunicacional, que contou também com **Carlos Locatelli**. Agradeço ao trabalho de revisão e o cotejamento textual de **Fiorenza Carnielli** e, finalmente, agradeço o trabalho minucioso e impecável de **Mirian Engel Gehrke**, nos arranjos estéticos entre gráficos, tabelas e imagens.

E então que quereis?

Fiz ranger as folhas de jornal
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.

E logo
de cada fronteira distante
subiu um cheiro de pólvora
perseguido-me até em casa.

Nestes últimos vinte anos
nada de novo há
no rugir das tempestades.

Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?

O mar da história
é agitado.
As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.

([Vladimir Maiakóvski](#) - 1893/1930)

**Do pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff,
após sofrer o *impeachment*, em 31/08/2016:**

(...) Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo *impeachment* escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado. É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. (...)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Flávia Biroli.....21

TRIBUTO A DILMA ROUSSEFF26

Céli Pinto

O CABIMENTO DA OBRA.....40

Maria Helena Weber

CAPÍTULO I

A POLÍTICA E A PRESIDENTA

1 DISCURSOS SOBRE O FEMININO: um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff.....48

Ricardo Fabrino Mendonça

Ana Carolina Ogando

Uma discussão sobre o modo como os programas do HGPE de 2010 da então candidata Dilma Rousseff mobilizaram a temática do feminino para articular noções sobre sua identidade e sobre a interface entre gênero e política.

2 DILMA E O NEOCONSERVADORISMO: o que as eleições de 2010 nos mostraram?.....95

Denise Mantovani

Reflexão sobre o predomínio dos argumentos morais e religiosos no pleito de 2010 e suas conexões com contextos atuais, através da análise histórica e qualitativa dos enquadramentos noticiosos.

3 HÁBITOS DE CONSUMO DE MÍDIA E AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF EM 2013.....130

Helcimara Telles

Érica Anita Baptista

Thiago Sampaio

Análise da relação entre a compreensão dos cidadãos sobre as questões políticas do país e os hábitos de consumo de mídia, objetivando verificar como essa relação interferiu na avaliação do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2013.

4 DILMA EM TRÊS TEMPOS FRENTE AO ABORTO: direitos reprodutivos, influência religiosa e temas morais no debate público.....160

Sandra Bitencourt Genro

Fiorenza Zandonade Carnielli

O percurso das estratégias discursivas e das ações políticas promovidas por Dilma Rousseff, em três momentos distintos, no enfrentamento de um tema sensível e unificador dos movimentos conservadores: o aborto.

5 O SEGUNDO GOLPE CONTRA DILMA ROUSSEFF: ocultamento da comunicação da ex-presidenta no site do planalto.....188

Ana Javes Luz

A retirada de produtos de comunicação governamental elaborados durante os mandatos da ex-presidenta Dilma Rousseff do website do Palácio do Planalto analisada através da articulação entre os conceitos de Comunicação Pública e Memória.

CAPÍTULO II

A PRESIDENTA E A IMAGEM PÚBLICA

6	RETRATOS DA PRESIDENTA: a pensabilidade da imagem.....	215
---	--	-----

Silas de Paula

A imagem “pensada” de Dilma Rousseff provoca uma reflexão sobre a condição feminina no fotografar, um exercício sobre o ver feminino.

7	DILMÃE GUERREIRA: as tipologias arquetípicas da primeira candidata eleita à Presidência do Brasil.....	230
---	--	-----

Luciana Panke

Proposta e teorização de tipologias arquetípicas de candidaturas – a Maternal, a Guerreira e a Profissional – aplicadas às campanhas eleitorais televisivas da ex-presidenta, Dilma Rousseff, durante as disputas de 2010 e 2014.

8	A IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF: entre a opinião publicada em revistas e as sondagens de opinião.....	255
---	--	-----

Janaína Gomes

Caroline Casali

Uma análise de como o enquadramento das mídias se relacionou com os resultados de sondagens de opinião pública, realizadas entre 2011 e 2016, a partir da identificação de elementos constitutivos da imagem pública de Dilma Rousseff nas revistas impressas brasileiras.

9	DILMA ROUSSEFF: a prova de que precisamos falar sobre gênero na política.....	298
---	---	-----

Thiane Ávila

Argumentos presentes nos discursos midiáticos e nas principais justificativas legitimadoras do golpe de 2016 encontrados nas capas das revistas Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital.

10 O CORPO POLÍTICO DO GOLPE EM TRÊS TEMPOS: Dilma Rousseff e a cobertura imagética no processo de *impeachment*.....317

Nísia Martins do Rosário

Gabriela Pacheco Dávila

Aspectos das corporalidades políticas da primeira mulher a assumir a presidência do Brasil que foram produzidas midiaticamente no período do *impeachment*-golpe.

11 NEM QUEM GANHAR, NEM PERDER, VAI GANHAR OU PERDER. VAI TODO MUNDO PERDER: os memes de Dilma Rousseff durante e após o *impeachment*.....342

Viktor Chagas

Dandara Magalhães

Letícia Sabbatini

Guilherme Popolin

Uma investigação sobre a produção e circulação de memes envolvendo Dilma Rousseff, buscando identificar consonâncias e dissonâncias entre memes que circularam por ocasião do *impeachment*, em 2016, e aqueles que hoje ainda circulam.

12 GOLPE E DEMOCRACIA: da figura política de Dilma Rousseff à construção do *impeachment* nos documentários *O Processo* (2018) e *Democracia em Vertigem* (2019).....377

Miriam de Souza Rossini

Guilherme Fumeo Almeida

A construção da figura política de Dilma Rousseff no audiovisual, especialmente durante o seu processo de *impeachment*, a partir dos documentários *O Processo* e *Democracia em Vertigem*.

CAPÍTULO III

O GOLPE E O *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA

13 SOBRE AS VEREDAS JURÍDICO-POLÍTICAS DA DEPOSIÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF.....401

Domingos Barroso da Costa

Andrey Régis de Melo

Partindo da perspectiva jurídica, uma análise da construção de uma narrativa capaz de conferir uma aparência de legitimidade ao golpe de 2016, de modo a converter deposição em *impeachment*.

14 SEMIÓTICA DO GOLPE.....420

Alexandre Rocha da Silva

Alessandra Werlang

Gabriel Nonino

Suelem Lopes de Freitas

Reflexão sobre processos de desterritorialização e de reterritorialização concernentes aos golpes de estado ocorridos em Honduras (2009), no Paraguai (2012) e no Brasil (2016).

15 ATIVISMO NO BRASIL 2014-2016: a batalha digital e a ocupação nas ruas que antecedem a queda de Dilma Rousseff.....445

Fabiana Costa Flores de Carvalho

O texto tem por objetivo identificar estratégias de convocação adotadas pelos movimentos MBL, VPR e FPB em seus respectivos sites na internet, favoráveis e desfavoráveis o processo de *impeachment* da Presidenta da República, Dilma Rousseff.

16 AS METÁFORAS DE GUERRA ANTE O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF (2016).....477

Ângelo Neckel

Fernanda Bastos Pires

Laura Ferreira Guerra

A construção do acontecimento *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) por editoriais do jornal *O Globo*, publicados entre janeiro e setembro de 2016. Com base na análise crítica de discurso.

17 O ARGUMENTO DO *IMPEACHMENT*: desqualificação político-econômica do Governo Dilma Rousseff.....500

Bruna Andrade

Os argumentos mobilizados e as conexões estabelecidas entre diferentes atores no debate público sobre o processo de *impeachment* no contexto do afastamento provisório de Dilma Rousseff (PT) da Presidência da República, em 12 de maio de 2016.

18 O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF COMO INTERESSE DE DEBATE DIGITAL: o engajamento em notícias sobre o tema no Facebook.....538

Fernanda Cavassana

Giulia Sbaraini Fontes

Análise da participação on-line dos brasileiros por meio de comentários e demais interações em notícias no Facebook, durante o andamento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

19 “PELA MEMÓRIA DO CORONEL CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA”: a política da memória na votação do <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.....	565
--	-----

Juliana Gagliardi

Afonso de Albuquerque

Marcelo Alves dos Santos Junior

Análise das declarações de voto e demais manifestações feitas pelos deputados federais que participaram da sessão que decidiu pelo prosseguimento do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016 , discutindo seu significado do ponto de vista da solidez do processo de *impeachment* e das instituições basilares da democracia no Brasil.

CAPÍTULO IV A PRESIDENTA DA IMPRENSA

20 O JORNALISMO QUE ENVERGONHA: a presidenta Dilma Rousseff na revista Isto É.....	587
--	-----

Christa Berger

Uma reflexão sobre o ideário jornalístico quando o poder político está concentrado em uma mulher, a partir das noções de jornalismo de revista, machismo, feminismo, gênero e poder.

21 AVALIAÇÃO RETROSPECTIVA DOS ENQUADRAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF EM SEU PRIMEIRO ANO DE GOVERNO (2011-2012).....	601
---	-----

Frances Vaz

Vera Veiga França

Uma síntese da pesquisa *O que é que a Dilma tem: enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff*, que analisou colunas de Dora Kramer e Eliane Cantanhêde nos

jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo com o objetivo de identificar enquadramentos da presidenta Dilma Rousseff.

22 PATRIMONIALISMO CÍNICO: enquadramentos da deposição de Dilma Rousseff nos jornais.....627

Dédallo Neves

Kelly Prudencio

A partir da premissa de que a tese do Estado patrimonialista (FAORO, 2001; HOLANDA, 2004) está presente na mídia, uma discussão sobre os enquadramentos produzidos pelos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo durante o processo de deposição de Dilma Rousseff.

23 O JORNAL NACIONAL E O RITO DE DESTITUIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF: o monopólio social da “nação”662

Maria Eduarda Rocha

A desconstrução da autoridade pública da Presidenta pela cobertura do Jornal Nacional em cinco edições correspondentes aos passos decisivos do golpe em sua etapa final.

24 O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF NO JORNAL LE MONDE.....697

Camila Moreira Cesar

Uma problematização do tratamento da crise brasileira na imprensa francesa a partir dos enquadramentos do *impeachment* de Dilma Rousseff propostos pelo *Le Monde* em reportagens sobre momentos-chave do processo.

25 MANIFESTAÇÕES E VOTOS AO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF NA PRIMEIRA PÁGINA DE JORNAIS BRASILEIROS.....729

Camila Becker

Camila Cesar
Débora Gallas Steigleder
Maria Helena Weber

O enquadramento de acontecimentos relativos ao processo de *impeachment* da presidenta brasileira Dilma Rousseff nas primeiras páginas de jornais de referência do país (O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo).

26 QUANDO TUDO COMEÇOU? O *impeachment* de Dilma Rousseff nas capas da *Folha de S. Paulo*.....757
Liziane Soares Guazina
Ébida Santos

Neste artigo, as autoras discutem alguns achados da agenda de pesquisa sobre jornalismo político a respeito do papel dos jornais de referência na construção do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, a partir da análise do tema nas capas da *Folha de São Paulo*, entre 2014 e 2016.

CAPÍTULO V

O PARADOXO POLÍTICO-COMUNICACIONAL

27 UM PARADOXO POLÍTICO-COMUNICACIONAL: (hipótese sobre o poder, provocada por Dilma Rousseff).....784
Maria Helena Weber

Desenvolvimento de hipótese sobre a interdependência entre política e comunicação que (des)equilibra o funcionamento das democracias, a partir do vetor visibilidade relacionado ao interesse público e aos arranjos da ordem privada; à publicidade inerente às democracias e à necessidade imperiosa de obter uma imagem pública favorável.

SOBRE AUTORES E AUTORAS873

APRESENTAÇÃO

SOBRE DILMA ROUSSEFF & as múltiplas crises que atingem as mulheres brasileiras

Flávia Biroli

Este livro nos ajuda a pensar sobre o que se passou com o Brasil nos poucos anos que nos separam das eleições de 2010, em que observávamos orgulhosas – e um tanto curiosas – a eleição de Dilma Rousseff, a primeira mulher brasileira a exercer o cargo político mais importante da nação, a presidência da República. Desde então, foram muitos os giros no processo político, muitas as novas perguntas que se juntaram às antigas.

Já sabíamos que a política é atravessada por disputas de gênero – e que a eleição de uma mulher explicitaria tensões e resistências. Também sabíamos que o período democrático da Nova República tinha muitos nós – e que alguns deles, como a acomodação entre um processo de consolidação democrática consistente e profundas desigualdades sociais e no acesso ao Estado, podiam minar a adesão à democracia. Mas a verdade é que nenhuma de nós, analistas dedicadas a compreender diferentes dimensões da política brasileira contemporânea, poderia prever a violência que se dirigiu, ao mesmo tempo, contra Dilma Rousseff e contra nossa imperfeita democracia.

Muitos dos capítulos aqui presentes tratam da dimensão simbólica da eleição de uma mulher, assim como de sua deposição. Em sua trajetória política, Rousseff deve ter negociado muitas vezes o sentido de ser mulher em ambientes masculinos, na resistência à ditadura e na sua trajetória como secretária municipal da Fazenda em Porto Alegre, secretária estadual de Energia, Minas e Comunicações no Rio Grande do

Sul, ministra de Minas e Energia e Ministra-chefe da Casa Civil, durante os governos Lula (2005-2010).

Foi como candidata e como presidenta, no entanto, que os embates se tornaram mais evidentes para quem os analisa. Até mesmo quando reivindicava ser assim tratada, como presidenta, numa inflexão que enfrentava a falsa neutralidade de gênero, a resistência foi tremenda. Naqueles anos, a América Latina viu chegarem à presidência mais três mulheres, além dela: Michelle Bachelet, no Chile; Cristina Kirchner, na Argentina; Laura Chinchilla Miranda, na Costa Rica. Não poderia, aqui, discutir o perfil e trajetória de cada uma delas, mas é significativo que todas tenham sido, em diferentes momentos, desafiadas por meio de estereótipos e de cobranças mais rigorosas do que as que são dirigidas aos homens que – “naturalmente” – as cercam no exercício da política.

Começam a ser publicadas pesquisas que procuram dar conta, também, dos efeitos dos mandatos de mulheres presidentas para as políticas públicas de gênero e para o empoderamento de outras mulheres¹. No caso brasileiro, as disputas simbólicas foram bastante evidentes. Mas é muito significativo que durante os mandatos de Rousseff o número de mulheres indicadas para assumir ministérios tenha sido maior do que nos mandatos de seus antecessores e sucessores. Mesmo tendo esbarrado na ação dos partidos políticos da base aliada, que ao indicar nomes para ministérios reproduzem o largo domínio masculino na política (como fazem a maior parte dos partidos, aliás, também nos níveis estadual e municipal), Rousseff ampliou a presença feminina no primeiro escalão do governo. Do mesmo modo, o orçamento da Secretaria de Políticas para Mulheres, a SPM, foi maior do que nos governos Lula, ainda que tenha sofrido baixas a partir de 2015.

1 O livro *Women's Empowerment and Disempowerment in Brazil: The Rise and Fall of President Dilma Rousseff*, publicado por Pedro dos Santos e Farida Jalalzai pela Temple UP, em 2021, apresenta um estudo amplo dessas dimensões da presidência de Rousseff, assim como de seus aspectos simbólicos.

A crise política atingiu em cheio a agenda da igualdade de gênero e todo o aparato institucional em que se alojava, que agonizou até ser completamente descaracterizado pelo governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. O novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, existente desde janeiro de 2019, é o principal espaço institucional de desmonte de políticas que se mostraram significativas nos anos e décadas anteriores. É, principalmente, espaço crucial para a implementação de uma agenda ultraconservadora.

A violência de gênero que marcou o golpe de 2016 não terminou ali. Talvez por isso as feministas, nem sempre contentes com Rousseff durante seus mandatos, tenham rapidamente se alinhado em sua defesa. Perceberam logo que, ao atingir uma mulher em tudo que simbolizava, o golpe e os caminhos que abria para atores conservadores atingiriam também os fundamentos da igualdade de gênero nas políticas e no debate público. Dilma Rousseff não se identificava como feminista e foi ambivalente em alguns de seus posicionamentos em temas relacionados à saúde da mulher e à sua capacidade reprodutiva, assim como à diversidade sexual, possivelmente porque cedia a pressões de aliados e procurava apagar “incêndios” em nome da governabilidade.

Em sua trajetória, no entanto, Dilma Rousseff portou-se com bravura feminista. Reivindicou respeito, reconhecimento e condições igualitárias para o desenvolvimento das capacidades das mulheres. A integridade e coragem com que nossa primeira presidenta enfrentou os ataques que sofreu reforça as lutas de tantas mulheres que se posicionam firmemente contra desrespeitos cotidianos. A violência sofrida por ela, no entanto, nos alerta para o fato de que é fundamental garantir que outras mulheres possam participar da política sem que o custo dessa participação seja a violência. E que sejam muitas, já que é preciso que deixem de circular como exceções, circunscritas à condição de minorias.

A presença de mulheres nos espaços de poder não é a solução para as múltiplas crises que enfrentamos. Mas ela é um requisito fundamental

para que possamos restaurar e fortalecer nossa democracia. A seletividade de gênero, assim como a racial, aponta para os limites de um regime político, mas também para injustiças que não começam, nem terminam, nos espaços institucionais. A política é central, no entanto, porque é o espaço em que leis e decisões sobre alocação de recursos permitem – ou não – enfrentar desigualdades, injustiças e vulnerabilidades socialmente causadas. Se as mulheres não estão nesses espaços, muitas delas não serão tematizadas. Como sua ausência e silenciamento se dão também em linhas de raça, de classe e de sexualidade, as dinâmicas de controle e privilégio se organizam de modo que não é apreendido por análises das relações de gênero isoladamente.

As mulheres são atingidas por formas específicas de violência; enfrentam dificuldades maiores que as dos homens no acesso à ocupação, renda, trabalho formal e aposentadoria, mesmo tendo em média maior acesso à educação do que eles; são as principais responsáveis pelo cuidado das crianças e dos idosos, o que significa que seu tempo e sua energia colaboram para liberar os homens para outras tarefas, inclusive para um tempo maior de lazer. E tudo isso é vivenciado de maneira mais aguda se são negras e trabalhadoras. Nada disso é meramente cultural. As desigualdades tomam formas em contextos legais e econômicos muito específicos e o papel do Estado é crucial para ampliá-las ou para reduzi-las.

O contexto de crise de que falo aqui e que atravessa as análises deste livro abriu espaço para diferentes fenômenos, que convergem nos efeitos negativos que produzem para as vidas das mulheres. Os retrocessos nos direitos sociais, com destaque para os direitos trabalhistas e previdenciários, e as diretrizes de austeridade que restringem o orçamento para políticas públicas em áreas como saúde, educação e moradia (penso em especial nas Emendas Constitucionais 95/2016 e 109/2021), se conjugam a políticas neoconservadoras contrárias à igualdade de gênero. Atingem, sobretudo, as mulheres negras e pobres, uma vez que

restringem a oferta e qualidade do serviço público, enquanto reafirmam visões fantasiosas sobre a organização familiar e o cuidado.

Com a pandemia de Covid-19, novas crises se somaram às mais antigas. Os índices ampliados de violência e o retrocesso de mais de 30 anos na participação das mulheres na força de trabalho mostram que os desafios são enormes. Apesar disso, finalizo esse breve texto com uma nota de esperança. Entre as mulheres, nos movimentos feministas e antirracistas, a resistência se apresenta também em novas linguagens políticas. A defesa da democracia vem conjugada à defesa da vida e do meio ambiente, numa crítica aguda a alternativas econômicas que aprofundam as desigualdades e injustiças e comprometem nosso futuro comum. É com a beleza da colcha de solidariedades tecida em torno de Dilma Rousseff em 2016, quando o golpe se mostrava no auge de sua misoginia, é com a força que transformou a dor pelo assassinato de Marielle Franco em resistência, que mulheres cada vez mais jovens exigem ser ouvidas e se organizam pela construção de um país que não as violenta e não comprometa nosso futuro comum.

TRIBUTO A DILMA ROUSSEFF

Céli Pinto²

Ao ser convidada para escrever um pequeno ensaio neste livro que fala da trajetória política de Dilma Rousseff, logo comuniquei que o título de meu texto seria Tributo a Dilma Rousseff e antes de escrevê-lo quero explicar o título. Como mulher, como cientista política, como militante da esquerda e do feminismo por muitas décadas, encontro na primeira presidenta do Brasil uma mulher que lutou a boa luta política ao longo de mais de 50 anos, sem nunca se deixar esmorecer frente aos inúmeros desafios que enfrentou. E ser militante de esquerda desde muito jovem, ser mulher e ser presidenta da república, neste país chamado Brasil, é para as fortes e por isto merece um tributo à sua vida pública.

Não me interessa fazer elogios fáceis e creio que nem ela gostaria de ouvi-los. O que quero é mostrar através de três manifestações discursivas da Presidenta o testemunho de uma época e de uma vida, são elas: a manifestação como Ministra Chefe da Casa Civil na Comissão de Infraestrutura do Senado em 2008; seu primeiro discurso como Presidenta eleita em 2010 e seu discurso de despedida depois de sofrer o *impeachment* em 2016.

² Neste espaço nos textos, autores se apresentam com seus títulos, mas não o farei. Quero usá-lo para dizer algo pessoal. Milito nas hostes progressistas desde a década de 1970, conheço quase todo o mundo político, principalmente do Sul, mas nunca estive com Dilma Rousseff. A vi pessoalmente duas vezes. A primeira, numa situação muito inusitada, ela era já Ministra do governo Lula e frequentava a mesma loja de roupas femininas que eu em Porto Alegre. Um sábado, pela manhã, entrei na loja e além da gerente havia só uma outra pessoa: Dilma Rousseff. Fiquei discretamente esperando que ela fosse atendida e com muita vontade de me apresentar, mas achei que não tinha o direito de interromper uma atividade de sua vida privada. A outra vez foi dia 1º de janeiro de 2011, quando absolutamente molhada por uma enxurrada esperei na grama do Eixão em Brasília ela passar com a faixa presidencial. Foi um momento de muita emoção.

O primeiro documento trata da participação da então Ministra Chefe da Casa Civil do governo do Presidente Lula na Comissão de Infraestrutura do Senado no ano de 2008, quando foi chamada para dar esclarecimento sobre o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Nesta oportunidade, além de demonstrar um profundo conhecimento do Programa e seus objetivos, Dilma Rousseff proferiu uma das mais importantes declarações a favor da democracia e contra a ditadura militar, produzidas até hoje no âmbito governamental. Perguntada pelo Senador Agripino Maia, de origem golpista, se ela iria mentir na comissão, como havia confessado em uma entrevista que mentira durante as sessões de tortura que sofreu, respondeu:

O processo de ditadura militar no país, que começa em 64 e se aprofunda em 68 e atinge seu auge em 70, quando se tortura e se mata, indiscriminadamente no Brasil, ele é completamente diferente do processo de transição democrática. Esse momento, que vai se dar nos 80, é diferente do que aconteceu ao longo dos anos 70. O que acontece ao longo dos anos 70 não é uma ditadura policialesca simplesmente. É a impossibilidade de se dizer a verdade em qualquer circunstância, por quê? Porque direito à livre expressão estava enterrado. Não se dialoga, não é possível supor que se dialogue; no pau-de-arara, no choque elétrico e a morte, não há este diálogo. E isso não é só aqui no Brasil que não houve. Não houve em nenhum país do mundo. Não houve na Argentina, durante a ditadura militar da Argentina; não houve na Argélia, na Guerra da Argélia; não há a possibilidade de um diálogo civilizado. E é isso que é importante hoje na democracia brasileira. Qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira. (COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, 2008).

Neste extrato, há quatro questões centrais colocadas por Dilma. Primeiro o fato de deixar claro que havia um Estado ditatorial de generais

presidentes golpistas, que autorizava a prática constante da tortura e não apenas uma ditadura policialesca, isto é, um regime onde um grupo de policiais agiam sem mando, por conta própria. Postura muito defendida por militares e apoiadores do Governo Bolsonaro até hoje, quando acusados de desmandos, principalmente da polícia militar do estado do Rio de Janeiro. Segundo, refere-se ao estatuto da verdade e às condições para que a verdade exista, mostrando que defender a verdade frente a ameaça de morte e a tortura não se sustenta lógica e eticamente. Em terceiro lugar, dá dimensão internacional à tortura como forma de governo, e inteligentemente não a restringe a América Latina, apontando o que aconteceu na guerra da França contra a Argélia. Por fim, Dilma Rousseff traz o pilar do que constitui os governos militares no século XX no chamado mundo ocidental colonializado e que nos ameaça novamente: a negação da democracia.

Mas este seu depoimento ainda tem uma outra passagem importante para que se entenda de onde vem esta mulher e qual o país que tinha vivenciado:

Eu tinha 19 anos, eu fiquei três anos na cadeia, e eu fui barbaramente torturada, Senador. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores compromete a vida dos seus iguais e entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido, Senador, porque mentir na tortura não é fácil. Agora, na democracia, se fala a verdade. Diante da tortura, quem tem coragem, dignidade, fala mentira. (COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, 2008)

Dilma não fala só de si, mas de uma geração de homens e mulheres muito jovens que, ainda secundaristas (assim se chamavam os estudantes do ensino médio) ou estudantes universitários, foram para a luta e encaram a tortura, a prisão, o desaparecimento, quando não a morte.

No ano de 1968, em março, morreu Edison Silva estudante secundarista de 17 anos que fazia parte da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, um restaurante universitário, no Rio de Janeiro. Foi abatido com um tiro pela polícia quando participava de uma manifestação contra o aumento do preço das refeições do restaurante. Sua morte causou protestos estudantis em todo o Brasil provocando uma violenta reação das forças policiais.

Em julho de 1968, estudantes, artistas e intelectuais organizaram o maior ato público contra a ditadura Militar desde 1964, que ficou conhecido como a Passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro. Segundo documento do CPDOC-FGV³, a passeata foi convocada por estudantes e tinha como principais reivindicações “restabelecimento das liberdades democráticas, a suspensão da censura à imprensa e a concessão de mais verbas a educação.”

Ainda no mesmo ano aconteceu em Ibiúna o XXX Congresso Nacional da UNE. Era para ser um evento clandestino, o que mostrava inclusive a inexperiência de militantes muito jovens. 700 deles foram presos.

Portanto, Dilma pertencia a uma geração guerreira e, não menos importante, de mulheres que foram para a luta. Por muito tempo a historiografia ignorou a presença das mulheres na linha de frente da luta contra o regime, mas estudos atuais têm mostrado que houve um apagamento e que muitas mulheres estiveram nesta linha de frente⁴. Dilma, quando chegou à prisão para cumprir pena, foi recebida por uma militante de esquerda e feminista histórica, a socióloga Eleonora

3 <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/passeata-dos-cemmil>>

4 Entre os estudos mais destacados da presença das mulheres na luta contra a ditadura, encontram-se o de Ana Maria Colling (1997), Luiz Maklouf Carvalho (1998), Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento et al. (2012). Eu própria, como Membro da Comissão da Verdade do Estado do Rio Grande do Sul, tive oportunidade de ouvir impressionantes depoimentos da militância, prisão e tortura de mulheres jovens militantes.

Menicucci. que depois veio a ser Ministra da Secretaria de Política das Mulheres no período presidencial de Dilma. Portanto, havia muitas mulheres, inclusive na prisão.

No extrato acima há ainda um sentido de profunda solidariedade e quase um heroísmo na não traição, no aguentar a dor, a humilhação. Dilma torna-se muito humana, tanto quando enfatiza que precisava salvar vidas de companheiros calando-se, como quando fala da fragilidade humana:

E isso, Senador, faz parte e integra a minha biografia, que eu tenho imenso orgulho. E eu não estou falando de heróis. Feliz do povo que não tem heróis desse tipo, Senador. Porque aguentar a tortura é algo difícil. Porque todos nós somos muito frágeis, todos nós. Nós somos humanos, nós temos dor. E a sedução, a tentação de falar o que ocorreu e dizer a verdade é muito grande, Senador. A dor é insuportável. O senhor não imagina quanto é insuportável. Então, eu me orgulho imensamente de ter mentido. Eu me orgulho imensamente de ter mentido porque eu salvei companheiros da mesma tortura e da morte. (COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, 2008)

Quando Dilma fala o quanto a dor é insuportável e o quanto é insuportável aguentá-la, ela se coloca em oposição frontal ao Senador: “O senhor não imagina quanto é insuportável”, deixando claro que o senador nunca sofrera a dor, porque sempre estivera do outro lado.

Dois anos após este depoimento à Comissão, Dilma Rousseff assume talvez aquele que foi seu maior desafio, ser candidata a presidenta da república sucedendo os dois mandatos do Presidente Lula, que na época tinha mais de 80% de aprovação. Dilma era a candidata de Lula, mas não era unanimidade em seu partido, era uma mulher em um país que não elege mulheres nem para vereadoras. Dilma ganhou, e sua vitória foi atribuída à popularidade de Lula, se tivesse perdido, certamente teria sido tributada a ela e ao fato de ser mulher. À época, uma crítica comum a

Dilma era que ela não era política, mas técnica. Este argumento repetido *ad nauseam* até pela esquerda é tão sem sentido, que não vale a pena nem se estender sobre ele. Esta mulher estava presa com 19 anos lutando contra a ditadura e os considerados políticos eram os deputados, parte deles haviam sido prefeitos e governadores indicados pela ditadura, e em 2010 bancavam democratas de ocasião.

Bem, mas Dilma Rousseff foi eleita, não sem antes enfrentar um Segundo Turno contra José Serra do PSDB, que como última tentativa de deslegitimá-la como adversária apelou para a sempre polêmica questão da legalização do aborto, fazendo Dilma ter de publicamente se declarar contra. Não creio que isto tenha lhe garantido a vitória, mas certamente provocou retrocesso de muitos anos na luta pela legalização do abortamento no Brasil. Foi um preço que ela resolveu pagar. E todas nós mulheres, feministas ou não, tivemos de pagar juntas.

A Folha de São Paulo, em edição de 16 de outubro de 2010 em uma longa reportagem⁵, entrevista ex-alunas de Mônica Serra, mulher de José Serra, que teria dito a suas alunas na UNICAMP que havia feito um aborto em 1992, quando morava no exterior. Este não é um dado menor, mostra a falsa moral do candidato e a incapacidade da esquerda de aproveitar isto a favor dos direitos das mulheres em decidir sobre seu próprio corpo.

Mas, mesmo com estas limitações, sua eleição foi de uma importância fundamental, porque teve de superar todos estes obstáculos. Era uma mulher presidenta em meio a um mundo político até hoje dominado, na sua grande maioria, por homens brancos oriundos das classes médias, do empresariado financeiro e do agronegócio, autodeclarados heterossexuais. E Dilma começa sua primeira manifestação como Presidenta eleita falando do fato de ser mulher. Ela que pouco teve espaço para se colocar como tal na campanha, por força

5 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1610201011.htm>>

das circunstâncias ou de uma assessoria de campanha patriarcalizada, neste momento se sentiu forte para declarar:

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico dessa decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber neste momento uma centelha da sua imensa energia e sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa dessa ousadia do voto popular que após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do País.

Venho para abrir portas, para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia, mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo, reitero, é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos⁶.

O discurso de Dilma é de continuidade de uma política que estava dando certo e que ela havia sido eleita para levar adiante, mas tem este momento original no seu início.

Foi muito importante Dilma se apresentar antes de tudo como uma mulher, e se colocar como um exemplo do que podem fazer as mulheres brasileiras. Não é um discurso feminista, não aponta em nenhum momento as condições desiguais das mulheres no trabalho, na política, como vítimas da violência. Em seu governo houve políticas muito importantes para as mulheres, mas ela pessoalmente não foi uma presidenta que levou a sua própria condição de mulher como uma bandeira. Mesmo assim é mister prestar atenção nas palavras acima

⁶ Disponível em:

<<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/leiaintegra-do-pronunciamento-da-presidente-eleita-dilma-Rousseff.html>>

quando diz que depois do país ter elegido um operário, estava elegendo uma mulher. Isto poderia ter sido mais explorado pelas forças progressistas brasileiras, pois construir equivalências entre oprimidos é fundamental para governar e avançar em processos democráticos. Nenhum operário, nenhum trabalhador poderia sentir a presença de uma mulher como uma derrota, mas deveria ter se sentido empoderado pela presença das mulheres, também excluídas como eles.

Não há espaço nem é o propósito deste pequeno ensaio descrever ou analisar os governos de Dilma Rousseff. Entretanto, não se pode ter uma ideia de sua trajetória sem apontar, pelo menos, a grande virada na política brasileira acontecida a partir das manifestações conhecidas como *Jornadas de Junho* de 2013. O governo brasileiro e a Presidenta não entenderam o que estava acontecendo, mas nisto não estavam sozinhos, quem estava nas ruas, dentro dos partidos políticos das mais diferentes matizes ideológicas e na academia também não entendeu. Talvez até hoje, apesar dos inúmeros estudos e interpretações, não se tenha um quadro claro do que aconteceu. Por exemplo, quando o governo da Presidenta Dilma veio a TV falar na possibilidade de um plebiscito para se decidir sobre uma nova constituinte, ela estava falando para um público que não estava nas ruas e para os quais a proposta era descabida e até difícil de ser entendida. Talvez quem melhor entendeu o momento foi a grande mídia anti petista, que aproveitou um movimento inicialmente bastante espontâneo, para construir, cuidadosamente, um sentimento anti político e anti governo, criando a triste figura do cidadão de bem, que veio posteriormente votar em Bolsonaro. Este último, um efeito não esperado pela mídia da época, que apostava na volta do PSDB ao Planalto para afastar o PT.

O que aconteceu com o governo Dilma neste momento foi impressionante. Segundo pesquisa do IBOPE⁷, em junho a Presidenta

7 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html>>

tinha 55% de avaliação “ótimo” de seu governo, e um mês depois o índice caiu para 31%. O mesmo aconteceu em relação ao quesito péssimo, que cresceu no mesmo período de 13% para 31%.

Tais dados dizem pouco sobre Dilma e isto tem de ficar claro para este país, sempre pronto a apontar o dedo para uma mulher. Independente das qualidades de seu governo este tipo de queda repentina na popularidade, sem nenhuma catástrofe que pudesse responsabilizá-la, encontra muito melhor explicação em condições ótimas de emergência de uma guerra anti política e anti PT, promovida sem nenhum escrúpulo pela grande mídia de televisão e pelos grandes jornais do país.

O fim de seu segundo mandato foi melancólico, Dilma estava no lugar errado, na hora errada. Depois de quatro vitórias sucessivas do Partido dos Trabalhadores para a presidência da república, tudo que não podia acontecer para o empresariado encastelado no PSDB, para as classes médias assustadas com as políticas de inclusão social e para os interesses do capital internacional representado pelos Estados Unidos, que vinham tendo aproximações pouco republicanas com setores do judiciário e do Ministério Público, era Lula candidato outra vez.

O PT deveria ser banido do próximo pleito para a presidência, criminalizado, transformado para o povo em geral no gestor e beneficiário de um grande esquema de corrupção. Também era fundamental que, antes das eleições, algumas providências fossem tomadas para atender demandas das classes empresariais visando implantar um projeto ultra neoliberal no futuro próximo. Temer foi fundamental neste esquema, era do MDB, um partido que ao longo de sua história foi se apequenando como grupo político e viveu e vive ao sabor das melhores ondas. Se por um tempo lhe interessou a aliança com o PT, em 2016 já estava a serviço de seus detratores. O jurista constitucionalista e vice-presidente se prestou inclusive a escrever uma carta lamuriosa à Presidenta que certamente é um dos mais patéticos e primários documentos da história republicana brasileira. O resultado

disto foi o *impeachment* de Dilma Rousseff, onde os acusadores, os deputados que votaram, os senadores com seu “relatório técnico” escrito por Antônio Anastasia, Lewandoski como presidente da sessão, todos saíram como personagens de republiqueta de filme estadunidense, que pensaríamos preconceituoso. A sessão de votação do *impeachment* é uma peça de um país de vira-latas. Uma única pessoa saiu com dignidade deste processo, Dilma Rousseff.

A presidenta antes foi ao Senado e respondeu perguntas dos senadores e denunciantes por 14 horas. E quem assistiu aquele interrogatório sem fim, que para os senadores era uma farsa combinada, pode testemunhar que para Dilma não era farsa, ela não estava falando para aquelas figuras tão menores, estava dando um testemunho para a história e honrando sua própria biografia. O Brasil e os historiadores agradecem. Dilma sabia que estava condenada, até os minerais sabiam. Ela sabia que era uma farsa, mas também tinha consciência que deveria enfrentá-la. E se agrandou, porque Dilma Rousseff, talvez melhor do que qualquer outro brasileiro ou brasileira, tinha uma clara visão do que estava acontecendo no país. No seu pronunciamento de despedida quando teve o *impeachment* aprovado, Dilma começa seu discurso como que fechando um ciclo de vida do qual havia falado em 2008 na Comissão de Infraestrutura:

É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo⁸.

8 Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>>

Neste momento não fala apenas de sua vida pessoal, dos golpes de estado que sofreu, mas anuncia com discernimento político a era que viríamos a viver: um golpe de estado sem canhões, mas com uma legalidade de calças curtas que encobre atos e corrói a democracia. Estávamos vivendo o momento inaugural do processo da desdemocratização pelo qual o país vem passando nos últimos seis anos, e que se aprofunda com velocidade e com a complacência de setores vastos e importantes da sociedade e da política brasileira.

Mas o pronunciamento avança nesta questão. São quase premonitórias as palavras de então Presidenta deposta:

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social⁹.

Esta pequena passagem é um resumo muito preciso do que estava por acontecer no Brasil e da novidade que se apresentava. Dilma fala não de forças conservadoras, pois estas sempre existiram e convivem na democracia com outras forças, mas fala em “reacionárias”, que tem um sentido distinto, de volta ao passado, de rompimento com os avanços sejam eles quais forem. Entendia também o papel central da imprensa no momento, que buscava dar condições para um projeto radical neoliberal, contra as políticas de justiça social. Se hoje esta mesma mídia faz severas críticas ao governo reacionário de Presidente Bolsonaro é, antes de tudo, porque o Capitão tem sido incapaz de fazer as reformas neoliberais, frente as quais a democracia perde centralidade. Hoje em meio à miséria e ao desemprego, provocados pela forma que a pandemia do Covid-19 tem sido enfrentada por um governo de ultradireita, esta mesma grande

9 Ibidem.

mídia, quando fala em políticas sociais, sempre levanta o perigo de destruir a política do teto de gastos, que admite possível para o capitalismo imperial, mas não o Brasil.

Dilma vai mais adiante em sua clara percepção da desdemocratização que se anuncia, quando aponta para a perseguição aos movimentos sociais e aos que lutam por direitos. Falando de seu *impeachment* especificamente, afirma:

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência¹⁰.

Esta parte do pronunciamento é particularmente significativa, não precisamos de grandes interpretações basta um exercício simples de trocar a palavra “golpe” por “governo Bolsonaro”, vejamos se a descrição não é perfeita, Faço o exercício:

O governo Bolsonaro é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros,

10 Disponível em: <
<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-dedilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>>

dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O governo Bolsonaro é contra o povo e contra a nação. O governo Bolsonaro é misógino. O governo Bolsonaro é homofóbico. O governo Bolsonaro é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.

Dilma encerra seu pronunciamento com um poema de Maiakóvsk, mas antes fala do fato de ser mulher, a primeira mulher a ser presidenta deste país onde a misoginia, o machismo primário é parte constituinte da política brasileira:

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a presidência do Brasil, a misoginia e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar. Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer “até daqui a pouco”¹¹.

Talvez Dilma Rousseff, tão envolvida desde seus 18 anos na luta contra a ditadura, tão comprometida com a coisa pública ao longo de sua vida, nunca tivesse se dado conta, com tanta força, o quanto sua trajetória foi marcada pelo fato de ser mulher, até ter chegado à presidência. Dilma aprendeu no dia a dia de um mundo masculino, preconceituoso e sedento de poder o que significa ser uma mulher detentora do mais alto cargo da República. E não escondeu isto.

Presidenta Dilma Rousseff, o Brasil lhe deve muito.

11 Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-dedilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>>

Referências

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Record, 1997.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S. **Mulheres e Militância**: Encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA. Ata e notas taquigráficas da 9ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Brasília: Senado Federal. 07 de maio de 2008. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/939741e9-ee60-4f44-b060-736313a2aaf8>>

O CABIMENTO DA OBRA

Dilma Vana Rousseff sempre será um instigante e desafiador acontecimento para a pesquisa, capaz de atrair questões dos campos político, jurídico, econômico, cultural e comunicacional que podem ser problematizadas. O forte nome tão estrangeiro e a sua aparência tão forte já é parte constitutiva da história política brasileira. Em sua vida pessoal e política é possível identificar pistas e argumentos imprescindíveis à compreensão da cultura brasileira e da política nacional.

Para a régua da cultura brasileira a ex-presidenta afrontou os padrões de gênero previstos para o exercício político, contrariou expectativas sobre sua submissão política e econômica e assumiu o protagonismo no papel de “Dilma Valente”. Deste modo homenageou o Brasil das mulheres ao expor sua autonomia, sua força e uma personalidade imprópria aos desígnios chauvinistas. A história política a tem como testemunha do regime militar e do recente regime democrático. Dilma dedicou a sua vida à defesa da democracia ocupando diferentes lugares, de humilhação e poder: militante de movimentos revolucionários; universitária expulsa da UFMG; prisioneira torturada pelo regime militar; ativista no processo de democratização do país; administradora vinculada aos partidos PDT e PT ocupou cargos de secretária municipal, estadual e ministra. Chega ao auge do poder – à presidência da república – e novamente é humilhada por decisão de *impeachment*, o Golpe de 2016.

A reunião destes textos responde especialmente à pesquisa vinculada à Bolsa Produtividade do CNPq, no período 2017-2020. São 30 textos de 52 autores vinculados a 12 universidades brasileiras (UCS, UFCE, UFF, UFMG, UFPE, UFPel, UFPr, UFRGS, UFSM, UnB, Unipampa e UNISINOS) e, também, à Université Sorbonne Nouvelle e às

instituições Defensoria Pública e ao Museu da Imagem e do Som (MIS) de Fortaleza.

Este livro digital é mais uma contribuição aos estudos sobre a contemporânea democracia brasileira e o poder da comunicação, das mídias e das redes sociais digitais que têm alterado o curso das práticas políticas e o comportamento dos políticos. É o resultado de pesquisas realizadas no âmbito das universidades e, especialmente, de seus programas de pós-graduação. Indica, também, a premência de um acontecimento e instiga análises, mesmo limitadas pelo tempo histórico, pela falta de distanciamento, qual uma ousadia metodológica.

A abertura da obra é realizada pela pesquisadora *Flávia Biroli* que ratifica a importância de Dilma Rousseff para os estudos da ciência política e de gênero e de *Céli Regina Pinto* que também a situa nesta relação e presta um Tributo à presidenta Dilma Rousseff, ressaltando o significado da sua representação política e simbólica.

Os textos foram reunidos por similitudes temáticas numa ordem temporal que abrange desde a primeira eleição da presidenta Dilma, em 2010, ao seu *impeachment*, em 2016. Para além da organização indicada no sumário é possível propor outro modo de leitura que privilegia proximidades temáticas.

Dilma e as eleições - Ricardo Fabrino Mendonça e Ana Carolina Ogando oferecem o artigo “Discursos sobre o feminino: um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff”, que analisa o programa eleitoral de 2010 e questões de gênero, identidade e política. *Denise Mantovani* problematiza, através de análise de enquadramentos e da questão de gênero, as eleições de 2010 e o chamado neoconservadorismo, no texto “Discursos sobre o feminino: um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff e Dilma e o neoconservadorismo: o que as eleições de 2010 nos mostraram?”. *Luciana Panke* oferece uma reflexão sobre tipologias e arquétipos da candidata Dilma Rousseff nas duas eleições no artigo “Dilmãe guerreira:

as tipologias arquetípicas da primeira candidata eleita à Presidência do Brasil”.

Dilma e o debate público - A presença de uma mulher na disputa do poder maior movimentou atores políticos, sociais e midiáticos em torno de temas controversos e permite reflexões importantes. É o caso do texto de *Sandra Bitencourt Genro* e *Fiorenza Zandonade Carnielli* que aborda os embates políticos e discursivos em torno da temática do aborto, sob o título “Dilma em três tempos frente ao aborto: direitos reprodutivos, influência religiosa e temas morais no debate público”. A questão sobre gênero na política é abordada por *Thiane Ávila* no texto “Dilma Rousseff: a prova de que precisamos falar sobre gênero na política”, em que analisa capas das principais revistas nacionais em 2016.

Dilma e a imagem pública – Além do exercício de poder, governantes perseguem a obtenção de imagem positiva capaz de gerar apoio e votos. O texto de *Helcimara Telles*, *Érica Anita Baptista* e *Thiago Sampaio* foi construído sobre análise de resultados da avaliação do governo e a compreensão sobre política e os respectivos hábitos de consumo de mídia, intitulado “Hábitos de consumo de mídia e avaliação do Governo Dilma Rousseff em 2013”. *Silas de Paula* apresenta o ensaio “Retratos da presidenta: a pensabilidade da imagem”, associando fotografia e a condição feminina. *Janaina Gomes* e *Caroline Casali* apresentam pesquisa sobre a relação entre a imagem pública da presidenta em revistas e as sondagens de opinião, sob o título “A imagem pública de Dilma Rousseff: entre a opinião publicada em revistas e as sondagens de opinião”.

O texto de *Nísia Martins do Rosário* e *Gabriela Pacheco Dávila* oferece uma singular abordagem sobre a corporalidade política da presidenta no período do *impeachment*-golpe denominado “O corpo político do golpe em três tempos: Dilma Rousseff e a cobertura imagética no processo de *impeachment*”.

Dilma e as suas representações - A crítica e as montagens visuais facilitadas por dispositivos digitais, ditos “memes”, especificamente sobre Dilma Rousseff são objeto de pesquisa apresentada por *Viktor Chagas, Dandara Magalhães, Leticia Sabbatini e Guilherme Popolin*, sob o título “Nem quem ganhar, nem perder, vai ganhar ou perder. Vai todo mundo perder: os memes de Dilma Rousseff durante e após o *impeachment*”. A circulação de informações em dispositivos digitais abriu novas perspectivas de análise da política.

A abordagem cinematográfica que tem a presidenta Dilma como personagem é apresentada por *Miriam de Souza Rossini e Guilherme Fumeo Almeida*, através do texto “Golpe e Democracia: da figura política de Dilma Rousseff à construção do *impeachment* nos documentários O Processo (2018) e Democracia em Vertigem (2019)”.

Maria Eduarda Rocha analisa a desconstrução da presidenta Dilma Rousseff em coberturas do Jornal Nacional sob o título “O Jornal Nacional e o rito de destituição de Dilma Rousseff: o monopólio social da “nação””.

Dilma e a democracia digital – A abordagem digital abrange o debate sobre participação, visibilidade, redes sociais e os dispositivos relacionados à produção de informações. Três diferentes perspectivas sobre isto integram essa obra. O texto de *Fernanda Cavassana e Giulia Sbaraini Fontes* apresenta a relação entre o *impeachment* e a participação de cidadãos neste debate, através do Facebook, sob o título “O *impeachment* de Dilma Rousseff como interesse de debate digital: o engajamento em notícias sobre o tema no Facebook”.

Fabiana Costa Flores de Carvalho estuda nos *websites* do MBL, VPR e FPB, as estratégias de convocação adotadas em relação ao ataque e à defesa da presidenta Dilma, no artigo intitulado “Ativismo no Brasil 2014-2016: a batalha digital e a ocupação nas ruas que antecedem a queda de Dilma Rousseff”.

Também *Ana Javes Luz* aciona questões importantes relacionadas à memória, comunicação e política, a partir do *website* do Palácio do Planalto no texto intitulado “O segundo golpe contra Dilma Rousseff: ocultamento da comunicação da ex-presidenta no site do planalto”.

Dilma e o impeachment - A problematização sobre a legitimidade e a perspectiva jurídica do golpe/*impeachment* é realizada na análise das narrativas que justificam esse procedimento, por *Domingos Barroso da Costa* e *Andrey Régis de Melo*, conforme indica o título “Sobre as veredas jurídico-políticas da deposição da presidenta Dilma Rousseff”. Também o texto de *Juliana Gagliardi*, *Afonso de Albuquerque* e *Marcelo Alves dos Santos Junior* expõe as narrativas que justificam o voto dos deputados visando o seguimento do *impeachment* na Câmara Federal, como bem exemplifica o título “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra: a política da memória na votação do *impeachment* de Dilma Rousseff”.

O texto de *Bruna Andrade* intitulado “O argumento do *impeachment*: desqualificação político-econômica do Governo Dilma Rousseff” concentra-se nos discursos no dia do afastamento provisório da presidenta Dilma sustentados por justificativas de ordem econômica.

No texto “Semiótica do golpe” de *Alexandre Rocha da Silva*, *Alessandra Werlang* e *Gabriel Nonino* e *Suelem Lopes de Freitas* encontra-se a relação entre o Brasil e os golpes de estado em Honduras (2009) e no Paraguai.

Dilma e a imprensa nacional – A imprensa constitui um cenário fundamental para a consecução do *impeachment* e a mobilização da sociedade contra a presidenta. Além de protagonista do processo, cabe ressaltar o investimento editorial do jornalismo de referência contra o PT, conforme extensiva análise de Fernando Azevedo (2017) sobre manchetes e editoriais entre 1989 e 2014.

Christa Berger reflete no artigo “O jornalismo que envergonha: a presidenta Dilma Rousseff na revista Isto É” sobre o jornalismo,

machismo, feminismo, gênero e poder. Os jornais de referência (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo) são objeto de análise em vários artigos. *Frances Vaz* e *Vera Veiga França* analisam os enquadramentos de Dilma Rousseff em seu primeiro ano de governo, por colonistas dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, sob o título “Avaliação retrospectiva dos enquadramentos de Dilma Rousseff em seu primeiro ano de governo (2011-2012)”.

Liziane Soares Guazina e *Ébida Santos* realizaram extensiva pesquisa sobre o modo com que o tema emergiu nas capas da *Folha de São Paulo*, entre 2014 e 2016, no artigo “QUANDO TUDO COMEÇOU? O *impeachment* de Dilma Rousseff nas capas da *Folha de S. Paulo*”. *Camila Becker*, *Camila Cesar*, *Débora Gallas Steigleder* e *Maria Helena Weber* analisaram o enquadramento da votação da Câmara nas primeiras páginas dos jornais de referência sob o título “Manifestações e votos ao *impeachment* de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros”.

Ângelo Neckel, *Fernanda Bastos Pires* e *Laura Ferreira Guerra* denominaram de “As metáforas de guerra ante o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016)” o discurso dos editoriais de O Globo diante deste acontecimento. Sob o título “Patrimonialismo cínico: enquadramentos da deposição de Dilma Rousseff nos jornais”, *Dédallo Neves* e *Kelly Prudencio* demonstram a presença do estado patrimonialista nos enquadramentos dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo.

Dilma e a imprensa internacional – O *impeachment* da presidenta Dilma repercutiu no mundo todo. *Camila Moreira Cesar* analisa a crise brasileira e o *impeachment* da presidenta Dilma a partir de enquadramentos no jornal francês Le Monde, sob o título “O *impeachment* de Dilma Rousseff no jornal Le Monde”.

O último capítulo do livro é dedicado ao desenvolvimento da hipótese sobre a existência de um *paradoxo político-comunicacional* que

adquiriu concretude a partir de três acontecimentos interligados: as duas eleições da presidenta Dilma (2010 e 2014) e sua deposição por *impeachment*, em 2016. A exposição dessa reflexão é a continuidade das pesquisas e da produção científica geradas no Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP) na forma de debates, artigos, teses e dissertações. Sob o título “*O paradoxo-político-comunicacional (uma hipótese sobre o poder provocada por Dilma Rousseff)*” é o texto que relaciona e problematiza a interdependência entre política e comunicação que interfere na qualidade das democracias. A visibilidade é o vetor desta qualidade, na medida em que o poder de comunicação das instituições políticas está delimitado pelo poder de comunicação da sociedade, da imprensa, das redes sociais e dos arranjos da política.

Deixamos aqui textos e as muitas possibilidades de leitura, seja através de conceitos, hipóteses, análises, conclusões e dúvidas devido à ausência de informações desejadas, ou mesmo à impossibilidade de esgotar a abordagem. Porque assim é a reflexão de cunho científico: descontínua, incompleta e instigante na sua tentativa imperiosa de entender e explicar os acontecimentos do mundo. Este trabalho é um dos resultados quando há investimentos na pesquisa e na formação de doutores e mestres viabilizados por agências de fomento como CNPq e Capes em apoio às universidades.

Maria Helena Weber

Porto Alegre, agosto de 2021,
Cinco anos depois do Golpe.

CAPÍTULO I
A POLÍTICA E A PRESIDENTA

DISCURSOS SOBRE O FEMININO

Um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff¹²

Ricardo Fabrino Mendonça
Ana Carolina Ogando

Introdução

As eleições de 2010 foram marcadas por uma série de novidades se comparadas aos pleitos anteriores da Nova República. A ausência de Luís Inácio Lula da Silva como candidato à presidência, as discussões em torno da Lei Complementar 135/2010 (“Ficha Limpa”) e a utilização de plataformas digitais por candidato(a)s e eleitor(a)s são bons exemplos de tais novidades. No entanto, a mudança que nos interessa ressaltar aqui é o protagonismo desempenhado por duas mulheres na disputa para o posto mais elevado do Executivo nacional: Dilma Rousseff (PT), como primeira mulher com chances efetivas na corrida presidencial; e Marina Silva (PV), como candidata capaz de se interpor entre governo e oposição, angariando os votos de significativas parcelas da população. Essa forte presença de mulheres nas eleições presidenciais colocou a questão do “feminino” em pauta, tematizando as relações entre gênero e política.

É no interior desse contexto que se torna relevante compreender como tal pauta foi discursivamente mobilizada pelo(a)s candidato(a)s. Reconhecendo que essas candidaturas são, em grande medida, moldadas pela cobertura da mídia, pela própria retórica do(a)s candidato(a)s e pelos discursos dos oponentes (GOMES, 2004; PARRY-GILES, 2000), interessa-nos perceber o modo como “o feminino” foi construído nos

12 Este artigo foi originalmente publicado pela Revista Brasileira de Ciências Sociais em 2013 (vol.28, n.83).

programas televisivos das campanhas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Neste artigo, por razões de espaço e escopo, nosso foco volta-se exclusivamente para a campanha de Dilma Rousseff, candidata que viria a se tornar a primeira presidenta do Brasil.

O texto divide-se em três partes. Iniciamos com uma breve discussão sobre gênero, comunicação e política, apontando argumentos críticos e favoráveis à marcação de gênero em campanhas eleitorais. Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos que guiaram nossa investigação: uma análise qualitativa de enquadramento dos segmentos em que a questão de gênero emerge no HGPE de Dilma. Procuramos, sobretudo, manifestações de quatro quadros interpretativos frequentemente mobilizados pela literatura feminista: (1) discurso da igualdade; (2) marcação da diferença; (3) ética do cuidado; e (4) desconstrucionismo. Nesta parte, também buscamos delinear o contexto argumentativo mais amplo construído por Dilma e sua equipe. Na terceira e última parte do artigo, apresentamos a análise propriamente dita, dividindo-a em quatro subseções que definem os supracitados enquadramentos e apresentam os modos pelos quais eles se manifestam ou poderiam se manifestar.

Os achados indicam a presença da questão de gênero nas campanhas, mas, sobretudo, de uma forma tangencial. Em poucos momentos, questões de gênero são frontalmente debatidas, o que gera enfraquecimento dos quadros da igualdade e do desconstrucionismo. A análise revela uma tentativa permanente de ressaltar o pioneirismo de Dilma em inserir-se em ambientes tipicamente masculinos. Além disso, há uma presença recorrente da ideia de uma candidata que continuará o trabalho paternal de Lula, que não pensa em números, mas em pessoas. Se, nas campanhas, Dilma não é apresentada como a mãe do PAC, algo que Lula frequentemente fazia em outras arenas discursivas, ela é tacitamente delineada como a mãe do Brasil, capaz de cuidar da nação e zelar pelo povo brasileiro. Nas considerações finais, exploramos as implicações políticas

desse discurso que, tangencialmente, traz o “feminino” para o cerne da campanha política.

Comunicação e política e gênero

São raros os estudos de comunicação e política centralmente preocupados com a questão de gênero (SARMENTO, 2018). Como bem assinalam Miguel e Biroli, embora “haja tradição consolidada de trabalho acadêmico para cada um dos pares (investigações sobre gênero e política, sobre política e mídia, sobre gênero e mídia), a interseção das três temáticas ainda é um campo pouco estudado na literatura internacional e em especial no Brasil” (2011, p. 1). Alguns pesquisadores, contudo, têm buscado sanar essa lacuna.

O trabalho de Miguel e Biroli é particularmente interessante a esse respeito, evidenciando o modo como as hierarquias do campo político “guardam correlação com os padrões de visibilidade nos meios de comunicação” (Idem, p. 12). As análises dos pesquisadores indicam o reforço midiático de estereótipos de gênero e a exclusão de mulheres do papel de sujeitos do discurso. Além disso, elas são sub-representadas, o que não só reflete como também promove desigualdades existentes (Idem, p. 16).

Também merece menção o trabalho desenvolvido por Mantovani (2011) voltado à discussão do aborto em textos opinativos publicados por *Globo* e *Folha de S. Paulo*, no sentido de delinear a constituição da agenda eleitoral de 2010. O artigo sugere a existência de um debate superficial, com predomínio de vozes masculinas e homogêneas. Outro estudo interessante é o de Cristofolletti e Watko (2009) acerca da visibilidade de mulheres negras em três jornais catarinenses. A investigação aponta para um apagamento das diferenças culturais e étnicas, bem como o reforço de estereótipos existentes.

Ainda permanecem pouco estudadas, contudo, as relações entre gênero e política nas estratégias de campanhas eleitorais. Isso não se deve meramente a uma negligência dos pesquisadores em relação à temática, mas, também, à invisibilidade das próprias mulheres na política e das questões de gênero nas campanhas. No Brasil, por exemplo, essa questão só veio à tona, nacionalmente, nas últimas eleições presidenciais, quando duas candidatas desempenharam papel de destaque. Mesmo que algumas mulheres tenham ocupado lugar central na política regional brasileira,¹³ não se notam muitos estudos sistemáticos sobre a forma como elas mobilizaram a questão “do feminino” em suas campanhas. Uma exceção é o instigante artigo de Teresinha Pires sobre a construção de Dilma Rousseff como “mãe do povo brasileiro”. Analisando discursos do então presidente Lula, o filme sobre a vida dele dirigido por Fábio Barreto e vinte programas do HGPE veiculados no primeiro turno das eleições, Pires advoga que Dilma foi retoricamente construída como a continuadora do Lulismo, um jeito de governar que cuida do povo. Assim, “o epíteto *Mãe do povo* mostrou-se um recurso retórico – construído no interior da cultura – muito eficaz do ponto de vista político, uma estratégia sensível, capaz de apresentar o modelo de bom governo com forte apelo emocional” (PIRES, 2011, p. 159).

No plano internacional, alguns estudos buscam refletir sobre a relação de estereótipos de gênero com campanhas eleitorais. Susan Carroll (2009), por exemplo, faz interessante análise da campanha presidencial de 2008 nos Estados Unidos, apontando para a existência de três estereótipos de gênero que o público expressa contra mulheres candidatas.¹⁴ Primeiro, muitos assumem que mulheres são menos qualificadas para entrar na política; segundo, existe o estereótipo de que

13 Caso de Marta Suplicy, Rosinha Garotinho, Roseana Sarney, Heloísa Helena, Ana Júlia, Luiza Erundina e Benedita da Silva.

14 No caso, Hilary Clinton, nas prévias do Partido Democrata, e Sarah Palin, como candidata a vice-presidente do Partido Republicano.

mulheres não são fortes ou agressivas o suficiente para liderar; terceiro, afirma-se que mulheres seriam muito emotivas para lidar com questões complexas, sendo, portanto, menos preparadas para assuntos de *hard politics*, como economia, segurança e política externa.¹⁵

O enfoque em estereótipos também pode passar por uma análise das diferenças presentes nas campanhas de candidatos e candidatas no que se refere ao tratamento de assuntos públicos, tons assumidos e propósitos das peças produzidas. Em investigação comparando as eleições para a Câmara de Deputados nos Estados Unidos em 2000 e 2002, as autoras perceberam que a agressividade e outros traços tidos como masculinos são mais comuns em campanhas de candidatas com menos chances de vencer uma eleição e que o contexto de cada eleição influencia a adoção de estereótipos que visam a demarcar a diferença de gênero (SAPIRO *et al.*, 2009).

É importante perceber que a literatura aponta consequências variadas quanto à adoção de um estilo supostamente “feminino” de fazer política. De acordo com Shawn Parry-Giles e Terry Parry-Giles (1996, p. 339-340), a construção de um estilo supostamente “feminino” inclui um enquadramento discursivo que se caracteriza pelo foco em: detalhes pessoais, organização em padrões indutivos e não lineares, estilização e ornamentação, dependência de anedotas e encorajamento de identificação entre falante e audiências.

15 *Hard politics* refere-se a um grupo de questões políticas que costuma agregar mais prestígio e poder. *Soft politics* refere-se, então, a questões políticas das quais as mulheres supostamente se interessam e priorizam mais, incluindo saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, família etc. O interesse em *soft politics* alinha-se a hipóteses segundo as quais deputadas se veem como uma extensão do papel que elas exercem na esfera privada. A esse respeito, ver Childs (2004); Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2005); Lovenduski e Norris (2003); Htun e Power (2006); Miguel e Feitosa (2009). Cabe ressaltar que o interesse das mulheres pela chamada *soft politics* não deve ser entendido como um reforço da ética do cuidado ou da diferença moral entre homens e mulheres. Como Miguel (2000b), Miguel e Feitosa (2009) e Stokes (2005) argumentam, tal interesse se deve mais a um espaço que as mulheres encontraram para atuar, já que os homens monopolizaram as arenas de maior prestígio.

Para alguns autores, tal adoção configura-se como uma estratégia criativa contra o sexismo eleitoral (JAMIESON, 1995) ou mesmo como uma possibilidade de transformação profunda que estabelece uma “política feminizada” (*feminized politics*) (DOW; TONN, 1993). Delinear supostas diferenças femininas seria um jeito de projetar um modo distinto de fazer política, menos agressivo e mais hábil em envolver as pessoas, confrontando a apatia política generalizada.

Para outros, contudo, a necessidade de criticar essa estratégia sobrepõe-se a seus eventuais benefícios. O malefício pode ser pragmático, na medida em que a expressão de traços tomados como femininos poderia prejudicar a campanha de uma candidata. Tanto que alguns estudos mostram que a capacidade de expressar traços tidos como masculinos é muito importante na concorrência para cargos mais elevados, como o da presidência (HUDDY; TERKILDSEN, 1993).

Outra consequência maléfica de tal adoção é de caráter não pragmático. Parry-Giles e Parry-Giles (1996) questionam esse estilo, alertando que ele pode reforçar hierarquias de gênero e uma lógica “masculina” já dominante na política. Eles afirmam que tal discurso corre o risco de cristalizar binarismos e estereótipos ao afirmar a diferença dentro de quadros interpretativos que pasteurizam a diversidade de gênero. Essa afirmação identitária não seria fundamentalmente transformadora ao manter intactos padrões interpretativos androcêntricos em voga (FRASER, 2003).

Diante disso, a forma como um(a) candidato(a) encaminha a questão de gênero é bastante delicada, embora muito relevante, pois a partir daí é possível tanto questionar padrões interpretativos e práticas sociais desrespeitosos, como mobilizar votos de parcelas significativas do eleitorado. Entender, pois, o modo pelo qual a primeira presidente do Brasil abordou essa questão quando candidata é algo muito interessante. Para fazê-lo, contudo, precisamos, antes, apresentar os procedimentos empregados nesse percurso.

Procedimentos metodológicos

O estudo de campanhas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) atrai crescente atenção de pesquisadores. No Brasil, alguns dos principais estudiosos de comunicação e política já se dedicaram a investigações de campanhas televisivas, seja para produzir análises de discurso sobre o HGPE (ALBUQUERQUE, 1999, 1995; WEBER, 1996; ALMEIDA, 1999; CHAIA, 2004; MIGUEL, 1998, 2010; PORTO; GUAZINA, 1999; RUBIM, 2003; RUBIM; KOPP; ALBINATI, 2004; VENTURI, 1998), seja para discutir a eficácia ou os efeitos desses programas (FIGUEIREDO; ALDÉ, 2010; FIGUEIREDO, 2007; VEIGA, 2002), seja ainda para abordar a dimensão mais estrutural do marketing político (GOMES, 2004; ALMEIDA, 2002; QUEIROZ, 2003, 2011; CARVALHO, 1998). Também há um conjunto de trabalhos voltados à discussão do HGPE de plebiscitos e referendos (MIGUEL, 1996; FUKS; PACHECO, 2006; VEIGA; SANTOS, 2008; MENDONÇA; SANTOS, 2009).

O já clássico livro de Albuquerque classifica os estudos sobre HGPE em cinco grandes categorias:

- 1) investigações sobre a influência das legislações eleitorais [...] sobre a propaganda política na televisão; 2) análises das estratégias comunicativas empregadas na televisão pela campanha de um ou mais candidatos; 3) análises do processo de produção de campanhas políticas na televisão, tendo em vista o modo de atuação dos consultores de *media*; 4) estudos que discutem a propaganda política na televisão à luz da retórica; 5) estudos que desenvolvem ou adaptam categorias de análise para a propaganda política brasileira (ALBUQUERQUE, 1999, p. 19).

Essa literatura produziu um conjunto interessante de análises e de percursos metodológicos, sugerindo operadores diversos para finalidades distintas. Sem buscar uma revisão exaustiva desses trabalhos, este estudo pretende verificar as maneiras por meio das quais a campanha de Dilma articulou a relação entre gênero e política. Trabalhamos, especificamente, com os programas televisivos da candidata veiculados entre os dias 17 de agosto e 29 de outubro de 2010, o que engloba ambos os turnos do referido pleito.¹⁶ Os programas do primeiro turno tinham duração de dez minutos e 38 segundos; os do segundo tinham duração de dez minutos.¹⁷ Nesse momento da pesquisa, não nos dedicamos aos *spots*¹⁸ veiculados durante os blocos de propagandas comerciais, nem realizamos um estudo comparativo da campanha de Dilma com as de outros candidatos.¹⁹

De cunho qualitativo, a análise buscou identificar a forma como questões de gênero foram trabalhadas ao longo da campanha. Para tanto, assistimos aos programas, codificando *segmentos*²⁰ que faziam referências à

16 A coleta desse *corpus* contou com a contribuição de Izabel Muniz, Geraldo Frances Vaz e Thaís Victorino, a quem somos muito gratos.

17 Em algumas ocasiões, esses programas foram encurtados em virtude de direitos de resposta concedidos a outros candidatos.

18 Os *spots* desempenham um papel fundamental nas campanhas eleitorais, pois têm a capacidade de capturar a atenção do eleitor em momentos em que ele não aguarda uma campanha política (ALDÉ; DIAS, 1998, ALBUQUERQUE, 1998). No entanto, a especificidade desse material recomenda um estudo separado.

19 Entendemos que o discurso de uma campanha ou de um candidato se constrói fundamentalmente em complexas relações que envolvem os públicos desses discursos e seus adversários políticos (ALBUQUERQUE, 2011, MENDONÇA; SANTOS, 2009). Partimos, pois, de alicerces bakhtinianos, que asseveram a conformação interacional e intertextual dos discursos. No entanto, nesse texto inicial, apenas mapeamos o discurso de Dilma. A ideia é prosseguir a pesquisa com o mapeamento de Serra e Marina para realizar os devidos cruzamentos.

20 Por segmentos, entendem-se fragmentos do programa que têm autonomia discursiva, como definido por Afonso Albuquerque (1999) e endossado por Figueiredo e Aldé (2010). Encontrar tais fragmentos é sempre uma operação difícil, já que “os programas do HGPE se valem frequentemente de uma estrutura complexa, articulando em um mosaico uma série de pequenas mensagens distintas entre si” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 30).

questão de gênero, de acordo com a seguinte grade analítica: *identificação do segmento; data; turno; enquadramento; tema; quem fala; transcrição textual do trecho; observações de imagem e continuidade*. Inicialmente, assistimos, juntos, a oito programas, a fim de discutir a aplicação das categorias e, em seguida, cada um dos pesquisadores responsabilizou-se por um dos turnos das eleições. Ao final do processo, os pesquisadores conversaram sobre eventuais dúvidas, dificuldades e arestas.

O ponto fundamental dessa análise é o mapeamento de *enquadramentos* por meio dos quais a questão de gênero é abordada. Os enquadramentos configuram-se como padrões de organização por meio dos quais sujeitos interpretam e se engajam nas diferentes situações. Trata-se, em linhas gerais, de molduras de sentido que balizam a experiência, ao mesmo tempo em que emergem dela. Com base na obra de Gregory Bateson (2002), atualizadas pelo trabalho canônico de Erving Goffman (1986), o conceito tem sido operacionalizado por uma diversidade de estudos (WEAVER, 2007; REESE, 2007; VAN GORP, 2007; D'ANGELO, 2002).

Não é nosso intuito, aqui, discorrer acerca das diferentes abordagens e operacionalizações do conceito.²¹ Vale ressaltar, contudo, que não empregamos o conceito como sinônimo de temas, nem buscamos mensurar os chamados efeitos cognitivos do *framing*, como alguns pesquisadores têm feito. Nossa opção por este conceito deve-se a seu potencial para a realização de estudos qualitativos e está fortemente assentada na ideia de que quadros não são um viés construído pelo sujeito. Quadros são pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989), enraizados culturalmente (VAN GORP, 2007) e produzidos em interação (GOFFMAN, 1986, STEINBERG, 1998). Não são construções individuais, embora sejam mobilizados por indivíduos, consciente ou

21 A esse respeito ver Porto (2004) e Mendonça e Simões (2012).

inconscientemente, em sua permanente atividade de dotar o mundo de significação.

Com base nessa visão, partimos da literatura sobre gênero e política para sugerir quatro enquadramentos fundamentais: (1) *discurso da igualdade*; (2) *marcação da diferença*; (3) *ética do cuidado*; e (4) *desconstrucionismo*.²² Mesmo que haja pontos de sobreposição e de articulação entre tais quadros, cada um deles explora a questão “do feminino” a partir de uma ótica distinta. Tais quadros atribuem causas diferentes à existência de práticas desrespeitosas, delineiam problemas morais de ordem distinta e prescrevem soluções diversas para a superação de tais problemas.²³

A apresentação dos achados dessa investigação é guiada por tais quadros. Expomos as formas como cada um deles se manifesta, insinua-se ou não se faz presente nos programas do HGPE de Dilma. Nesse processo, buscamos avaliar potenciais reforços ou desafios a estereótipos de gênero nessas construções discursivas. Isso porque entendemos, com Dryzek (2000, p. 18), que discursos são modos partilhados de dar sentido ao mundo, encarnados em linguagem e alicerçados em premissas, julgamentos e anseios.

Antes de proceder a essa apresentação, contudo, cabe mencionar, em linhas muito gerais, alguns aspectos fundamentais da construção discursiva produzida pela campanha da candidata Dilma, a qual foi coordenada pelo publicitário João Santana. Salientamos, antes de tudo, a repetição sistemática de alguns segmentos do programa. Há não apenas diversas

22 Cabe ressaltar que definimos esses quadros em termos gerais e que existem debates muito mais complexos dentro e entre cada uma dessas vertentes. Para um mapeamento sintético, ver Dietz (2003).

23 Fazemos menção aqui a uma das citações mais reproduzidas por pesquisadores que se dedicam à análise de enquadramento: “enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado” (ENTMAN, 1993, p. 52).

repetições de programas inteiros, mas também muitas remontagens de blocos que recebem novas suturas para a composição de um todo coerente.

No primeiro turno, os programas apresentavam a candidata Dilma ao público, assumindo duas direções: ora enfocavam sua trajetória política, ora revelavam detalhes de sua vida pessoal. Estabelecia-se um equilíbrio ao apresentar uma candidata determinada, forte e valente, ao mesmo tempo em que se buscava humanizá-la, ressaltando sua vida sentimental. A primeira dimensão emerge na reiteração da experiência adquirida por Dilma nos anos em que foi secretária de Finanças de Porto Alegre, ministra de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, presidente do Conselho da Petrobras e ministra-chefe da Casa Civil, “o cargo mais importante depois do presidente”. A segunda dimensão aparece por meio do foco nos detalhes de sua vida, como a militância contra a ditadura, a prisão, o casamento e o nascimento de sua filha.

O elo entre a figura política/pública e a privada atravessa os programas que destacavam Dilma como a candidata que continuaria o legado do governo Lula. Vários programas reforçaram o papel fundamental que Dilma teve em programas como PAC, Minha Casa, Minha Vida e Luz para Todos, bem como em diversas obras grandiosas, particularmente no Nordeste. Havia também um esforço para retratar as políticas e os programas sociais estabelecidos em diversas regiões do país, no que tange as áreas de saúde, educação e segurança.

Em meados do primeiro turno, no programa da tarde do dia 9 de setembro, assistimos a um discurso do Lula aludindo para o sexismo presente na campanha do adversário que buscou “atingir” Dilma, “uma mulher de qualidade” com “mentiras e calúnias”. Lula enfatiza que isso é “um crime contra o Brasil e, em especial, as mulheres brasileiras”. Esse é o único momento nos programas do primeiro turno em que percebemos como a marcação de gênero é associada a alguma desvantagem na campanha política devido a estereótipos negativos e “mentiras” que Lula define como um “preconceito contra a mulher”.

No segundo turno, nota-se uma oscilação entre programas temáticos e programas mais gerais sobre diversos assuntos de campanha. Entre os programas temáticos, destacam-se aqueles destinados à economia, aos esportes (copa/olimpíadas), à agricultura, ao meio ambiente e energia. Alguns programas apresentam sínteses do desempenho de Dilma em debates televisivos. O programa de 26 de outubro, em particular, enfoca a agenda de propostas da candidata voltadas especificamente às mulheres.

A temática mais presente ao longo do segundo turno, contudo, é a questão das privatizações. Dilma é reiteradamente apresentada como a “presidente que não vai privatizar o pré-sal”. O candidato José Serra é acusado a todo instante de comandar diversas privatizações durante o governo FHC e de querer vender “as riquezas nacionais” para “grandes empresas internacionais”. Os ataques a Serra também incluem acusações de insinceridade, seja pela assinatura de um documento em que ele se comprometia a cumprir integralmente o mandato de prefeito de São Paulo caso fosse eleito, seja por ocasião do episódio *rolo de fita/bolinha de papel* em um confronto com manifestantes do PT.

Um último aspecto a ser ressaltado, ao qual voltaremos na análise mais fina dos enquadramentos, diz respeito à apresentação da candidata Dilma como a garantia da continuidade dos programas sociais do governo Lula. Em diversos programas, ressalta-se que 28 milhões de brasileiros teriam saído da condição de miséria e que 36 milhões teriam entrado para a classe média. Isso faz com que o próprio presidente Lula interpele o telespectador, quase que diariamente, a tomar uma decisão: “Está na hora de você escolher o Brasil que você quer. [...] O Brasil que dava errado ou o que agora está dando certo”. Comparações entre os oito anos de governo do PT e os oito do PSDB foram muito recorrentes nessa construção argumentativa.

Delineados esses pontos gerais sobre a tônica do discurso apresentado pelos programas de Dilma em ambos os turnos, passamos agora à análise da temática enfocada no presente artigo.

A construção do feminino no HGPE de Dilma

Como apontado anteriormente, os quatro enquadramentos que norteiam a análise são atravessados por sobreposições e tensões. Nenhum deles apresentou-se de forma pura, o que coincide com a própria complexidade das matrizes do pensamento feminista que as fundamenta. Cabe ressaltar, então, que encontramos uma variação modificada de cada um, uma negociação ambivalente em certas instâncias entre os próprios discursos (SQUIRES, 1999, p.132), ou um desdobramento entre um e outro. Assim, os discursos servem como um mapa capaz de detectar se noções específicas sobre gênero foram ou não usadas e representadas no HGPE de Dilma.

Discurso da igualdade

A ideia da *igualdade* sempre foi extremamente importante para as lutas feministas. Desde as reivindicações da segunda metade do século XIX em torno do sufrágio universal, muitos indivíduos e coletivos buscaram expandir a igualdade propelida pelas revoluções burguesas de modo a que as mulheres fossem incorporadas ao *status* de cidadania. Como bem destaca Nancy Fraser (1996), em sua análise sobre o percurso histórico do movimento feminista nos Estados Unidos, a base da estruturação desse movimento foi tecida em torno da ideia de igualdade. A demanda fundamental era de que as mulheres fossem tratadas da mesma maneira que os homens, visto serem tão capazes quanto eles e, por isso, merecedoras do princípio de dignidade universalizado na modernidade (TAYLOR, 1997; HONNETH, 2003).

O projeto ou discurso da igualdade busca transcender as noções e as práticas acerca da diferença de gênero que têm discriminado as mulheres, impedindo sua participação na esfera pública (SQUIRES, 1999, p. 117).

O objetivo do discurso da igualdade é mostrar como a marcação de diferença de gênero serviu para reforçar o próprio sistema patriarcal, ao mesmo tempo em que legitimou as crenças segundo as quais mulheres são inferiores, menos racionais e mais fracas do que os homens. Nancy Fraser (1997, 2003) ressalta que os esforços do discurso da igualdade buscam trazer à tona o fato de a subordinação das mulheres ter sido estabelecida por uma má distribuição de recursos e pela marginalização, o que só pode ser remediado com participação igualitária e redistribuição. Em última instância, o foco da igualdade busca eliminar a diferença e estabelecer padrões de interação em que homens e mulheres, bem como outras coletividades, podem participar da vida social como pares (FRASER, 2003)

Nesse sentido, o “enquadramento da igualdade” questiona as profundas assimetrias entre homens e mulheres, apregoando a urgência de um mundo mais equânime, em que os sujeitos estejam em pé de igualdade.²⁴ Tematizando a opressão sistemática a que mulheres estão submetidas e a ausência destas em diversas esferas sociais, tal discurso ressalta que as mulheres devem se igualar aos homens, celebrando conquistas obtidas nessa direção e denunciando as assimetrias existentes.

O quadro da igualdade manifesta-se ao longo do HGPE de Dilma de três formas. A primeira, de natureza tácita, emerge em algumas falas da candidata marcadas pela não adoção de substantivos masculinos de uma maneira genérica. Os excertos abaixo, em que Dilma fala diretamente para seus espectadores, são ilustrativos desse cuidado:²⁵

24 Cabe ressaltar que o discurso da igualdade envolve debates mais complexos do que os apresentados aqui, incluindo desdobramentos que têm sido classificados como feminismo da diversidade ou teorias que buscam respostas mais amplas para questões como cidadania e justiça (FRASER, 2003; YOUNG, 1990; OKIN, 1989; DIETZ, 1987). Debates neste campo reconhecem que os sistemas de opressão que atuam sobre as hierarquias de gênero também cruzam os eixos de raça, classe, sexualidade, entre outros (CRENSHAW, 1991, 2002; COLLINS, 1998).

25 É curioso observar, contudo, que o narrador dos programas da candidata não teve o mesmo cuidado, utilizando-se sempre de substantivos masculinos para se referir

Dilma: Eu tenho a chance de consolidar um processo de crescimento do Brasil, de *inclusão dos brasileiros, de melhoria da vida das brasileiras*. Eu tenho essa oportunidade [HGPE, 19/10 noite, repetido em 20/10 tarde e 28/10 noite].

Dilma: Eu só tenho a agradecer a *todas as brasileiras e a todos os brasileiros* que estão ao meu lado e ao lado do presidente Lula nessa caminhada pela construção de um Brasil cada vez melhor [HGPE, 25/10 tarde].

Nota-se aqui um esforço em endereçar homens e mulheres de modo a promover a igualdade na própria prática discursiva. A efetividade da mobilização desse discurso também aparece na forte presença de mulheres ao longo dos programas do HGPE, seja como narradoras, seja como mulheres comuns que falam de suas experiências, seja na voz da própria Dilma. Esses exemplos são sutis, mas indicam uma luta por igualdade, que impede que o masculino se torne sinônimo de ser humano (MIGUEL, 2000).²⁶

A segunda forma de manifestação do quadro da igualdade aparece nos trechos que ressaltam a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Tal conquista pode ser atribuída, em grande medida, à segunda e terceira ondas do movimento feminista, contra as discriminações no mercado de trabalho e pela presença das mulheres na esfera pública. Alguns segmentos trazem imagens da atuação de mulheres em áreas tradicionalmente restritas a homens. Um exemplo interessante é uma fala do narrador, veiculada nos programas do dia 31/08 e 2/09: “Hoje, mulheres e homens trabalham lado a lado ajudando a construir um novo Brasil”. No segundo turno, para além da construção de um novo Brasil, esse trabalho “lado a lado” é associado ao fortalecimento da “família brasileira” (9/10). As imagens exibem

indiscriminadamente a homens e mulheres.

26 Para uma breve explicação do uso recente de “@” para determinar uma categoria “genérica” quando se deseja referir tanto a mulheres como a homens, ver site do Centro Feminista de Estudos <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2830&Itemid=117>.

trabalhadoras e trabalhadores com uniformes em seus locais de trabalho e famílias reunidas em casa. No dia 16/09, o narrador afirma que uma série de “obras empregam mais de 20 mil trabalhadores. Boa parte, mulheres. No governo Lula e Dilma, o espaço delas no mercado cresceu como nunca”.

Em outros segmentos, os programas focam as experiências de mulheres trabalhadoras que exercem uma profissão tipicamente considerada masculina, como a de carpinteira e soldadeira. Há claramente uma demarcação de igualdade na fala das mulheres que enfatizam como certos preconceitos foram vencidos, provando que as mulheres são “capazes daquilo que alguns homens acham que não somos” (26/10 tarde). A história de Aldiane Lima, carpinteira, é usada para ilustrar a ruptura com a cisão que relegava as mulheres à esfera privada:

Aldiane Lima: *Antigamente havia barreiras, a mulher era só em casa. Só lavando roupa. E hoje, não. Hoje já é diferente. Eu me sinto melhor, mais valorizada* [HGPE, 16/9 noite, repetido em 18/9 tarde].

Uma operária explica que as mulheres têm ocupado novos lugares no mercado de trabalho, contestando exclusões antigas:

Operária anônima: *É uma coisa assim, que ninguém via uma mulher soldando, ninguém via uma mulher trabalhando com máquina. Ninguém via uma mulher fazendo um trabalho que os homens, só os homens podiam fazer* [HGPE, 26/10 tarde e 27/10 tarde].

É dentro desse contexto que a própria Dilma procura contestar a ideia de que cargos ligados à chamada *hard politics* não possam ser ocupados por mulheres. Interessante que sua estratégia busque alinhar traços historicamente caracterizados como femininos (“frágil,” “meiga”) a traços tidos como masculinos e considerados importantes para o cargo de

presidente (“assertivo”). A própria Dilma se utiliza de oposições binárias para ressaltar a inserção da mulher na política:

Dilma: Muitas vezes as mulheres foram, pelo menos, secretária de Educação. Agora, tinha certas áreas que era como se estivesse escrito na porta ‘vedada a entrada de mulheres’. Porque também tem o estereótipo, né? Frágil e Meiga. A gente é frágil e meiga, mas não é só frágil e meiga. Somos capazes de decidir. Temos posição; somos assertivas [HGPE, 10/10 tarde e noite, repetido nos dias 12/10 tarde e 28/10 noite].

A terceira, e mais explícita, manifestação do discurso da igualdade ocorre em segmentos cuja mensagem principal evidencia a luta por, e a conquista de, direitos de uma forma mais ampla. É, mais uma vez, na fala da candidata, que essa questão emerge de modo muito claro:

Dilma: As mulheres lutaram muito para conquistar seus direitos, para conquistar seu lugar no mercado de trabalho, na arte, no esporte, na política. Minha candidatura simboliza essas novas conquistas. Caso seja eleita vou honrar o meu compromisso com todas as mulheres brasileiras (HGPE, 29/10 tarde e noite).

É importante salientar que a questão de gênero ganha importância à medida que a campanha se aproxima do final. Grande parte dos segmentos que abordam a temática de maneira direta ocorrem nas proximidades da votação do segundo turno, como o excerto acima, exibido no último programa do HGPE. Dois outros trechos do mesmo programa reforçam o compromisso com um projeto político que daria continuidade às conquistas relacionadas com a igualdade de gênero:

Narrador: O Brasil despertou para suas mulheres e sonha com um país sem preconceito, sem discriminação, sem

violência doméstica, *onde homens e mulheres tenham direitos iguais* [HGPE, 29/10].

Várias mulheres: *O Brasil que eu quero, é um país com igualdade de condições entre homens e mulheres*. Com respeito e tolerância. Onde ninguém tenha medo do presente e o futuro seja sempre melhor. Esse é o nosso Brasil. Esse é o Brasil de Dilma [HGPE, 29/10].

Os segmentos buscam fortalecer a imagem de comprometimento com um projeto nacional que fomenta a emancipação das mulheres brasileiras. No primeiro segmento, ouve-se o hino nacional; no segundo, uma mulher beija a bandeira do Brasil; em ambos, procura-se evidenciar uma ideia de cidadania universal, que não restringe aos homens a participação na vida pública.

Os exemplos explorados nesta seção buscam situar homens e mulheres em um mesmo campo e com as mesmas capacidades. Eles projetam uma igualdade complexa, que questiona assimetrias perpassadas no imaginário social e manifestadas em práticas concretas no mercado do trabalho e em vivências cotidianas.

A marcação da diferença

O discurso da diferença tem sido colocado frequentemente em oposição ao da igualdade. Está além do alcance deste artigo abordar esse extenso debate²⁷ dentro do feminismo. Delinearemos, em contrapartida, o que chamamos de quadro da marcação da diferença, buscando

27 De forma sucinta, um dos aspectos que fundamenta o debate é o fato de que feministas criticam a perspectiva igualitária por trabalhar dentro de um enquadramento que aceita uma lógica dicotômica. O discurso da diferença também tem sido criticado por operar com o binário homem e mulher, apenas invertendo a lógica da valorização. Nesse quadro, a perspectiva da diferença não rompe com a construção social da desigualdade, fortalecida ao longo dos anos a partir desses sistemas binários. Nancy Fraser (1997), por exemplo, destaca que os discursos de igualdade e de diferença devem ser vistos como estratégias complementares.

distingui-lo do enquadramento da igualdade. Da perspectiva feminista, teóricos(as) da diferença buscam “trazer ao centro aquilo que é atualmente marginalizado, valorizar aquilo que é desvalorizado, privilegiar aquilo que é atualmente subordinado (SQUIRES, 1999, p. 118). Trata-se, como bem apontam Butler (2000) e Fraser (1997), de uma abordagem que procura ressignificar identidades marcadas por estereótipos negativos, de modo a positivá-las. No movimento feminista norte-americano do final dos anos de 1970, por exemplo, a tônica era valorizar as especificidades das mulheres em vez de buscar uma suposta igualdade em relação aos homens (FRASER, 1996).

Nesse sentido, o discurso da diferença privilegia experiências, vozes e perspectivas das mulheres (SQUIRES, 1999; DIETZ, 2003). Ele enfatiza traços supostamente específicos da identidade feminina, rompendo com uma lógica que se articula a partir dos princípios de racionalidade e neutralidade. Teóricos(as) da diferença veem a neutralidade como um ideal androcêntrico, que sustenta práticas e estruturas patriarcais. Assim, a marcação da diferença confere um grau de valoração no feminino em contraponto ao masculino, reconhecendo que a forma de escapar da opressão é compreender essa identidade particular.

No HGPE de Dilma, encontramos diversas tentativas de demarcar a diferença de gênero. Em vários segmentos, essa questão é destacada, sobretudo em virtude do fato de que Dilma se viabilizava como a primeira mulher com chances efetivas de vencer as eleições presidenciais. Um dos principais *jingles* da campanha, veiculado quase que diariamente, destaca a centralidade da demarcação de gênero na estratégia de campanha. A música acompanha imagens de paisagens de diversas regiões do país, representando idosas, adultas, jovens, crianças, brancas, negras:

Jingle: E o país vai seguir mudando; é o que a gente quer: seguro e com fé nas mãos dessa mulher. Meu Brasil, tá querendo Dilma. Meu Brasil, tá querendo continuar. Agora é Dilma, *é a vez da mulher*.

A diferença de gênero traz mudança e inovação ao discurso de continuidade adotado pela campanha do PT. O discurso, então, pauta-se pelo ineditismo. Isso aparece de forma eloquente na apresentação da biografia de Dilma, também repetida em diversos programas com pequenas variações de texto:

Narrador (masculino)²⁸: Dilma foi muitas vezes pioneira. Ela foi a *primeira mulher* a ser secretária de finanças de Porto Alegre e secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. Foi a *primeira mulher* a ser ministra de Minas e Energia e a presidir o conselho de administração da Petrobras. E graças a sua competência, se tornou a *primeira mulher* a ser ministra-chefe da Casa Civil e coordenar todo o ministério. Quem tem uma biografia dessas *tem tudo para ser a primeira presidente do Brasil*.

Esses segmentos acompanham fotos em preto e branco de Dilma exercendo cada cargo e, muitas vezes, um número “1” é sobreposto às imagens. Tais fotografias servem de testemunho histórico da ocupação de tais cargos, construindo uma narrativa de passado que conduz a um futuro proposto: “tem tudo para ser a primeira presidente do Brasil”.

Essa possibilidade inédita é destacada em diversos momentos pelo então presidente Lula, por eleitores que tiveram depoimentos colhidos no esquema “Povo Fala” e pelo narrador, como ilustram os trechos abaixo:

Lula: Já tivemos a coragem de votar em um metalúrgico e *agora em uma mulher* [HGPE, 24/8 tarde, repetido em 26/8 noite e 28/8 noite].

28 O programa do HGPE de Dilma conta apenas com um narrador masculino. Segundo Sapiro, Walsh, Strach e Hennings (2009, p. 108), campanhas televisivas continuam reforçando papéis tradicionais de gênero ao se utilizar mais de vozes masculinas. Contudo, na campanha de Dilma, nota-se uma opção deliberada, na medida em que há duas apresentadoras (e apenas um apresentador), além da inclusão sistemática de relatos de mulheres comuns.

Lula: Eu realmente fico muito feliz de saber que eu posso entregar a faixa presidencial para uma companheira do meu partido e *uma companheira mulher é uma coisa gratificante* [HGPE, 17/8 tarde, repetido em 19/8 noite].

Eleitor: Hoje nós temos a mulher dentro da política, *falta uma mulher presidente*. Porque a mulher, mãe, ela é dona de casa. Ela é muito dedicada. E o Lula jamais iria colocar... na mão de alguém que não conhecia [HGPE, 9/9 noite].

Narrador: Um futuro que começa agora, a partir de uma base sólida, criada pelo melhor presidente da nossa história e *pela primeira mulher* a ocupar os mais altos cargos do governo [HGPE, 2/9 noite, repetido em 4/9 noite].

Dilma também busca demarcar o fato de ser mulher, talvez em uma tentativa de se aproximar do eleitorado feminino. Em um segmento, veiculado no dia 17/8 à tarde (e repetido na noite do dia 19/8), ela afirma: “É em nome de todas as mulheres do Brasil em especial da minha mãe e da minha filha que recebo essa homenagem e essa indicação para concorrer à presidência da República”. No segundo turno, Dilma continua expressando seu orgulho por ser uma mulher candidata na disputa para presidência e busca transferir esse sentimento para o eleitorado ao mostrar a boa votação que ela e Marina Silva tiveram:

Dilma: Agradeço de coração aos mais de 47 milhões de eleitoras e eleitores que me deram o seu voto. E chamo sua atenção para um fato bem curioso: se a gente somar meus votos com os da candidata Marina Silva, *a gente vê que cerca de 67% dos brasileiros querem uma mulher na presidência. Isso é um motivo especial de orgulho para todas nós mulheres brasileiras*. E também de muita responsabilidade, porque *tão importante quanto ser mulher é defender o melhor projeto para o Brasil* [HGPE, 8/10 tarde].

Para além do destaque permanente do atributo identitário “mulher” nas falas de diversos atores mobilizados pelo HGPE de Dilma, é possível

destacar uma segunda maneira de marcação da diferença de gênero nos programas. Referimo-nos, aqui, à valorização da diferença expressa na ênfase de políticas desenvolvidas para mulheres, desde o governo Lula. Políticas essas que buscariam romper barreiras econômicas, políticas e culturais que historicamente erigiram um quadro de opressão estrutural, para usar os termos de Iris Young (2000).

Os trechos que demarcam políticas para as mulheres estabelecem um elo de continuidade com o governo Lula. Isso não apenas porque Dilma é apresentada como a principal ministra do governo petista, mas também porque o fato de ser mulher confere mais credibilidade à promessa de manutenção e aprofundamento dessas políticas. Convém mencionar, ainda, que essas políticas voltadas a mulheres são frequentemente apresentadas como ações destinadas ao fortalecimento da família brasileira, o que se torna importante, para Dilma, sobretudo no segundo turno, quando rumores de que ela seria atea e favorável à legalização do aborto se espalham.²⁹ É nesse contexto que Dilma fortalece o foco na *soft politics*, vinculando ações na área de saúde, moradia, educação e segurança às mulheres.

Narrador: *É para apoiar ainda mais mulher brasileira que Dilma vai ampliar linhas de crédito que estimulam a mulher a organizar cooperativas e microempresas; construir 6 mil creches e pré-escolas, garantindo mais educação para as crianças e mais oportunidades de trabalho para as mães; criar a Rede Cegonha; atendimento à mãe da gravidez até o primeiro ano do bebê; garantir cursos de capacitação profissional para as mulheres que querem entrar no mercado de trabalho; ampliar os exames de mamografia em todo o país; e combater qualquer discriminação contra a mulher [HGPE 26/10 tarde, repetido em 27/10 tarde].*

Narrador: *Para fortalecer a família brasileira, Dilma vai construir mais 2 milhões de moradias. E, ao mesmo tempo,*

29 A esse respeito, ver Mantovani (2011).

melhorar o sistema de saúde e construir 500 UPAS, as unidades de pronto atendimento que funcionam 24 horas. [...] Segurança é outra prioridade. Dilma vai investir fortemente em policiamento comunitário e articular programas que protegem os jovens das drogas. [...] É assim, com essas ações integradas que Dilma vai apoiar a família brasileira [HGPE, 08/10 tarde, repetido em 12/10 noite; 13/10 tarde e noite; 14/10 tarde].

O primeiro segmento é acompanhado por imagens em que Dilma conversa com mulheres em ambientes públicos e privados, evidenciando que ela está atenta à fala das mulheres. Cenas de mulheres e crianças sorridentes, de mulheres em seus locais de trabalho e de mães amamentando também são recorrentes. Um tom mais sério e indignado cobre os rostos quando se menciona a questão da discriminação, mas o segmento termina com uma sequência rápida de sorrisos femininos e com uma cena em que Dilma aparece em meio a várias mulheres com uma camisa na qual se lê “Mulheres da Paz”.

O foco em políticas voltadas a mulheres é sistematizado no programa vespertino de 26/10, dedicado centralmente a essa questão. Nele, uma apresentadora explica a atenção de Dilma para com as mulheres durante o governo Lula:

Apresentadora: O governo de Lula e Dilma criou a Secretaria de Políticas para as mulheres e o serviço ligue 180 para apoiar e orientar a mulher vítima de violência. Sancionou a lei Maria da Penha, que estabeleceu penas mais duras contra os agressores de mulheres. Garantiu às trabalhadoras domésticas direito a férias e estabilidade no emprego durante a gravidez. Estimulou as empresas a estender a licença maternidade para seis meses. Criou o Pronaf mulher, uma linha de crédito especial para a mulher que trabalha no campo. Além disso, a escritura de terras em assentamentos rurais que só saía em nome do homem, agora sai em nome do casal. Mudança assim, as mulheres

brasileiras nunca tinham visto [HGPE, 26/10 tarde, repetido em 27/10 tarde].

A apresentação de segmentos que identificamos como manifestações do quadro da diferença deixa transparecer algumas conexões com outros enquadramentos abordados nessa análise. Se, por um lado, trata-se de políticas específicas e que salientam particularidades tidas como femininas, por outro, algumas dessas políticas buscam promover a igualdade de gênero. Ademais, a marcação da diferença já abre caminho para o terceiro quadro a ser abordado: a ética do cuidado. A atenção a mulheres e às suas famílias insinua a existência de um olhar marcado pelo zelo, pelo carinho e pela proteção da família. Nesta seção, concentramo-nos em marcar a diferença de gênero (seja de Dilma, seja de parte de seu eleitorado). No enquadramento da ética do cuidado, apontaremos uma espécie de desdobramento dessa marcação, o qual ocorre quando a diferença deixa de ser destacada por si e adquire conteúdo e substância específicos.

A ética do cuidado

O discurso da *ética do cuidado* configura-se como uma espécie de subenquadramento no interior do quadro mais amplo da marcação da diferença, uma vez que toda manifestação daquele envolve esta, ainda que nem toda instância de marcação da diferença se configure como ética do cuidado. Nesse sentido, este quadro também enfatiza a diferença entre homens e mulheres e afirma a positividade de muitas características femininas para a esfera da política (CHODOROW, 1989, 1999; GILLIGAN, 1982; ELSHTAIN, 1981). Nessa abordagem, as mulheres seriam mais carinhosas, mais emotivas, menos bélicas e competitivas. Mulheres cuidam. As diferenças entre homens e mulheres seriam baseadas nas distintas prioridades, valores e interesses das mulheres. Por isso, elas atuariam na política de forma diferenciada. Partindo dessas

características, a perspectiva de uma ética de cuidado pressupõe uma voz moral de natureza distinta, a qual se associa mais fortemente à maternidade (GILLIGAN, 1982).

O quadro da ética do cuidado produz um elo entre a esfera privada (espaço tradicionalmente vinculado à feminidade) e o espaço da política. A entrada da mulher na política é vista como uma extensão da atuação da mulher na esfera doméstica. De acordo com essa visão, a presença feminina no poder garantiria a superação da racionalidade instrumental que coloca o êxito econômico à frente do cuidado com o outro. As mulheres seriam capazes de oferecer uma “visão não hierárquica da conexão humana” (*Idem*). Esse enquadramento sinaliza, assim, a viabilidade de uma prática política menos competitiva, cínica e corrupta.

Na análise do HGPE, de Dilma, pode-se perceber, claramente, como o discurso opera, de maneira frequente, com um plano que enfatiza o cuidado e o carinho. Nos programas analisados, há diversos segmentos dedicados a argumentar que diferentemente de outros governantes, o modelo adotado por Dilma pautar-se-ia por uma maneira afetiva de agir, em detrimento de uma lógica fria puramente racional. O excerto a seguir, reproduzido em diversos programas, deixa isso claro:

Narrador: Alguns governos veem o mundo só pelos olhos da economia. Aí tudo vira número. Outros governos veem o mundo só pelos olhos das obras. Aí, tudo vira pedra, tijolo, prédio. *E há um tipo raro de governo que vê o mundo pelos olhos das pessoas.* Aí número vira gente, prédio vira gente e gente vira muito mais gente. É este governo de olhar social, onde as pessoas são o centro de tudo que Lula vem fazendo e Dilma vai continuar e ampliar [HGPE, 27/10 noite, repetido em 27/10 tarde].

Curiosamente, tal cuidado não seria exclusividade feminina. De um modo geral, Dilma é retratada como a continuadora do legado de Lula,

uma espécie de pai do povo que cuida de seu país. Dilma parece ocupar, assim, a figura de mãe do Brasil, algo explicitamente proposto por Lula na metáfora da “Mãe do PAC” – muito mobilizada pelo presidente ao longo da campanha, ainda que não nos programas do HGPE.³⁰ Como bem aponta Pires, “o uso estratégico dessa alegoria feminina possibilitou tanto a sustentação do argumento de que o modelo de governo de Dilma Rousseff era o mesmo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como funcionou como apelo emocional” (2011, p. 140).

A metáfora materna ultrapassa o sentido da criação e da coordenação de um programa governamental e traz à tona o quadro da ética do cuidado. O povo elegeu Lula como seu pai, e agora é a vez de eleger uma mãe, capaz de articular “sensibilidade e objetividade”.³¹

Marilane Dantas: A comunidade chama Lula de pai. porque realmente foi um homem que se preparou pra isso. Pra dirigir seu país [...]. O pai do povo é ele. E eu *espero que a Dilma Rousseff seja a mãe do povo* [HGPE, 26/8 noite, repetido em 28/8 tarde].

Um *jingle* delineia claramente essa ideia de uma passagem da nação brasileira das mãos do “pai do povo” para a “mãe do povo”:

Jingle: As mãos de uma mulher vão nos conduzir [...] o *povo ganhou uma mãe*, que tem um coração que vai do Oiapoque ao Chuí. *Deixo em tuas mãos o meu povo* [HGPE, 17/8 noite, repetido em 19/8 tarde].

30 De acordo com Pires (2011, p. 141), “No dia 7 de março de 2008, por ocasião da assinatura de ordem de início de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na comunidade do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, Dilma Rousseff recebe de Lula o epíteto de mãe do PAC: ‘A Dilma é uma espécie de mãe do PAC; é ela que cuida, é ela que acompanha, é ela que vai cobrar junto com o Márcio Fontes [ministro das Cidades] se as obras estão andando ou não estão andando’”.

31 Em diversos programas do primeiro turno, Olívio Dutra dá um depoimento sobre Dilma. No segmento que retrata sua biografia, Dutra afirma que “Dilma tem uma sensibilidade à flor da pele e tem também uma objetividade [...]” [HGPE 17/8 tarde, repetido em 19/8 tarde, 14/9 noite, 16/9 tarde, 23/09 noite].

A ideia dos gestores/genitores é reforçada em vários segmentos em que pessoas extremamente pobres se emocionam com a mudança de suas vidas. É o caso de um trabalhador da obra de transposição do Rio São Francisco que pede a Deus que abençoe o presidente Lula e lhe dê forças para continuar trabalhando, “porque o teu povo precisa disso” (HGPE, 16/10 noite). Também é o caso do pedreiro que havia chegado a caminhar de uma cidade a outra em busca de serviço sem qualquer êxito (HGPE, 13/10 noite). O contraste entre o Brasil da miséria e a nova realidade promovida pelo governo de gestores/genitores é sintetizado em outro segmento:

Narrador: Durante grande parte de sua história, o Brasil foi um país dividido e injusto. De um lado, fome e miséria. Do outro, riqueza e progresso. Até que duas coisas inéditas aconteceram. *O país elegeu Lula, seu primeiro operário presidente e uma mulher, Dilma*, passou a coordenar todas as ações do governo. Com essa união começou a surgir um novo Brasil. Mais justo e próspero. 28 milhões de pessoas saíram da miséria e a comida chegou à mesa de outros tantos milhões graças a programas como o Bolsa Família [...]. Com Dilma fica a garantia: o Brasil vai avançar nesse caminho que está fazendo nosso povo mais feliz [HGPE, 16/10 noite, repetido em 17/10 tarde].

As imagens do segmento contrapõem fotos típicas de miséria (casebres com pessoas pobres a encarar, desconfiadas, a câmera) de grandes cidades. Depois de imagens da posse de Lula e da atuação de Dilma no ministério, notam-se cenas de crianças felizes a estudar e a se alimentar, de uma camponesa e de pescadores sorridentes, de pessoas se abraçando. Cuidadosa, Dilma cumprimenta pessoas em lugares aparentemente pobres e em um hospital. No colchete da citação acima, insere-se a fala de uma senhora que chora ao abordar a mudança da vida de incerteza e privação para a vida mais feliz e segura experienciada agora.

Nota-se, assim, que o olhar humanizado e social da “mãe do povo” teria gerado projetos que buscaram beneficiar famílias e regiões menos desenvolvidas em todo Brasil. Projetos esses que requereriam, argumenta a própria candidata, uma percepção afetiva dos problemas sociais:

Dilma: Para você achar que tem que mudar o seu país, *você tem que ter uma relação afetiva com seu povo também*, E você sim, ou seja, *tem que te incomodar afetivamente não é só racionalmente, afetivamente, a pobreza*. Afetivamente... Criança sem recurso. E a mim sempre afetivamente me tocou muito uma coisa, que eu vi muito isso... a humildade do povo [HGPE, 17/8 tarde, repetido em 19/08 noite].

Frequentemente estereotipada como mulher fria (ou até truculenta), Dilma busca se inserir em um quadro de sentido que opera com a lógica do afeto, da sensibilidade e do carinho. Com isso, busca desvincular-se do estereótipo masculino, que, supostamente, prioriza a racionalidade em detrimento a emoção, o que não implica abrir mão da objetividade. Dilma representaria um modo de governar respeitoso, que busca erradicar a miséria, cuidar das famílias e garantir a dignidade dos lares.

Narrador: *A visão da mulher é capaz de mudar muita coisa. Da mulher, mãe. Da mulher, avó. Da mulher que respeita a vida. Da mulher que percorre o mundo divulgando o nosso país. Da mulher que, coordenando todos os ministérios do governo lula, pensou em primeiro lugar na família brasileira. E assim, criou o Luz para Todos, que iluminou milhões de casas Brasil afora. Fortaleceu o Bolsa Família, que levou comida a tanta gente. Coordenou o programa Minha Casa, Minha Vida, que está realizando o sonho da casa própria de milhares de famílias. E levou em frente o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, que gerou milhares de empregos e devolveu a dignidade a tantos Lares. Essa é Dilma, que com a força e a fé da mulher vai fazer o Brasil seguir mudando (HGPE, 12/10 noite, repetido em 13/10 tarde).*³²

32 O trecho inicial desse segmento já fora veiculado em 8/10.

O excerto reproduzido acima é eloquente. Demarca a questão de gênero, liga-a à maternidade e vincula uma série de políticas ao cuidado com a família e com o lar. No plano imagético, notam-se fotos de Dilma segurando bebês de colo, abraçando outras mulheres e estendendo a mão a crianças. Famílias sorridentes posam em frente a suas casas. Mulheres exibem o cartão do Bolsa Família, e crianças aparecem se alimentando. Veiculado no início do segundo turno, o segmento faz parte da tentativa dos estrategistas da campanha de rebater rumores de que Dilma seria a favor da legalização do aborto, ateia e, quiçá, lésbica. Por isso a ênfase na “força e na fé da mulher”. Convém citar que, no mesmo programa, Dilma ressalta tratar-se do dia da criança e de Nossa Senhora Aparecida, renovando seu compromisso com as crianças e com os valores da solidariedade, da fraternidade e da fé (HGPE, 12/10 noite).³³ Ao recorrer à Nossa Senhora, ícone clássico da maternidade, Dilma ressalta a importância de lutar contra as desigualdades e injustiças.

Algumas das propostas de campanha da candidata evidenciariam todo o cuidado e o espírito maternal da candidata, o que se faz marcante pelo destaque dados às crianças:

Narrador: O Brasil de Dilma vai oferecer um futuro de paz e alegria para suas crianças. Porque ela sabe que para uma nação ser digna desse nome, *tem de cuidar de suas crianças. Desde o momento em que cada coraçãozinho começa a bater dentro da barriga da mãe.* Por isso, Dilma vai criar a Rede cegonha, um programa de cuidado total com a mãe e o bebê. Ela também vai ajudar as crianças a abrir os olhos para a vida e a se conhecer. Fazer com que elas tenham onde brincar, dizer umas às outras as suas primeiras palavras. Por

33 “Foram esses valores que definiram e guiaram a nossa prática social. No combate à pobreza, na distribuição de renda, na diminuição das desigualdades e na busca de oportunidades para todos. É esse Brasil que construímos e vamos continuar construindo em nome das crianças, dos jovens, dos adultos e idosos de todo o Brasil” (HGPE, 12/10 noite).

isso, Dilma vai espalhar 6 mil creches e pré-escolas pelo país. E o Brasil será um país de todas as crianças (HGPE, 29/10 tarde, repetido à noite).

Como se nota, o quadro da ética do cuidado confere substância a uma suposta essência feminina/maternal que assume uma responsabilidade com o cuidado e a proteção. Os trechos a seguir fornecem mais algumas ilustrações desse aspecto, sendo interessante salientar que, neles, é Dilma quem interpela, diretamente o eleitor:

Dilma: Quero fazer com *cuidado de mãe* o que ainda precisa ser feito, este é meu sonho. Governar com *amor, coragem* [HGPE, 17/8 noite, repetido em 19/8 tarde].

Dilma³⁴: Talvez *só as mulheres, as mães tenham essa força*, porque mãe vai até o fim pra salvar seu filho, né? [HGPE, 4/9 noite, repetido em 7/9 tarde].

Dilma: Acho que a gente quando nasce um filho, sabe qual a sensação? De que você é uma pessoa privilegiada. *Essa doação sem pedir nada em troca é única*, é única na vida [HGPE, 10/10 tarde, repetido em 10/10 noite, 12/10 tarde, 28/10 noite].

Dilma: *Mulher tem essa, esse lado do cuidado* e acho que nós também temos uma característica: a gente olha o processo inteiro – do início ao fim, quase analiticamente. *Acho que os homens são mais sintéticos. Então, mulher cuida, cuida mesmo* [HGPE, 17/10 noite, repetido em 19/10 tarde].

Dilma: O que é preciso é fazer as duas coisas: *cuidar do meio ambiente e cuidar das pessoas*. Pra mim, cuidar das pessoas é ajudá-las a subir na vida, a realizar seus sonhos. Foi isso que o governo do presidente Lula fez. É isso que o meu governo vai continuar fazendo: olhar para as pessoas [HGPE, 22/10 noite, repetido em 23/10 tarde].

34 Esses programas fazem parte de um segmento que discorre sobre segurança e combate às drogas. Em um deles Dilma conversa com várias mulheres e mães que fazem parte do grupo Mulheres da Paz no Rio Grande do Sul.

O discurso verbal da candidata delineia uma espécie de presidente/mãe, que sabe se doar sem pedir nada em troca e que governa com carinho para cuidar de pessoas e para permitir que realizem seus sonhos. A mulher não seria sintética, instrumental, focada apenas nos fins. Ela “olharia o processo todo”, zelando pelo bem estar daqueles afetados por certo curso de ação. Corroborando a fala de Dilma, outros atores são convocados a ressaltar o traço do cuidado como intrínseco à forma de atuação da mulher:

Maria Regina Ponce (eleitora/operária): Eu acredito que a *sensibilidade da mulher é que vai mudar realmente este país* [HGPE, 24/8 tarde].

Leonardo Boff: Ela não vem gerenciar um povo. Ela vem *cuidar do povo* [HGPE, 21/10 tarde, repetido em 24/10 noite e 25/10 tarde].

Várias mulheres: O Brasil que eu quero é um país onde os filhos da gente tenham tudo o que é preciso para nascer e crescer. Tenham creche e pré-escola enquanto a gente trabalha. Toda mãe quer isso e toda criança tem esse direito. Por isso, somos Dilma, Dilma, Dilma [HGPE, 29/10 tarde, repetido à noite].

Esses trechos são claras ilustrações de como a própria linguagem da ética do cuidado produz e reforça imagens que associam mulheres com uma voz ou perspectiva diferenciada. Essa voz marcada por uma atenção ao cuidado cria um forte elo entre a maneira como mulheres percebem relacionamentos e responsabilidades (Gilligan, 1982, p. 186). Ao se utilizar desse enquadramento, tanto na voz da Dilma quanto na de outros, o HGPE ganha força e legitimidade, associando a mulher a uma imagem aceitável sobre sua atuação na esfera política. Esse discurso trabalha com um imaginário que historicamente tem valorizado o papel da mulher na esfera privada.

Para concluir, mencionamos mais um trecho de um jingle que amarra os sentidos configuradores do quadro da ética do cuidado e evidenciam a reprodução de binarismos típicos desse enquadramento. Nele, reproduzem-se discursos enraizados que retratam a mulher como o pilar moral da sociedade. Uma vez mais, notam-se diversas mulheres, jovens e crianças no plano imagético sorridente Dilma fazendo o “v” da vitória com as mãos. É interessante destacar, aqui, a presença da bandeira e do hino nacionais, ambos produtos da força da tradição positivista na fundação da República. Também se ressalta a tentativa de apresentar as mulheres como fortes e amorosas, a favor da ordem, do progresso e do cuidado:

Jingle: Mulheres são fortalezas divinas, são belas bailarinas, são pretas no branco guerreiras de fé, Mulher, *Mulheres são pulso firme mas com a voz e o amor de mãe*, são predestinadas a vencer. Assim é mulher. Contra a insegurança, Mulheres a favor do Brasil. A favor da ordem, A favor do progresso. Queremos Mulher [HGPE, 31/8 noite, repetido em 2/9 tarde, 11/9 noite, 14/9 tarde].

Cabe salientar, ainda, que, em geral, os jingles operam com diversos estereótipos de gênero tanto na reprodução de imagens quanto na sua linguagem. Um ponto em comum entre os jingles é representar a mulher como doce, sensível, protetora e mãe. Outro jingle ainda afirma que “o feijão tá quente, a mulher tá contente”, ressaltando a conexão da mulher com a esfera doméstica.

Observa-se, em suma, que o enquadramento aqui apresentado busca positivar a diferença de gênero, apresentando as mulheres como inerentemente portadoras de atributos que seriam benéficos à política. O Brasil precisaria de uma mãe capaz olhar com carinho, segurança e afeto para seu povo. Contra a lógica fria e vazia do “economês”, precisaríamos de alguém que cuidasse de gente. E ninguém melhor do que uma mulher para fazê-lo. Assim, a ética do cuidado usa, estrategicamente, os

estereótipos historicamente construídos em torno do feminino, sob pena de reproduzir binarismos e cristalizar a clivagem de gênero que estrutura muitas formas de opressão contemporâneas. Contra tal cristalização, algumas feministas advogam uma perspectiva desconstrucionista, à qual passamos agora.

Desconstrucionismo

O discurso desconstrucionista questiona a utilização do corte de gênero como forma de classificação social. Tal perspectiva reforça a necessidade de não somente desestabilizar, mas também dismantelar polaridades que sustentaram formas de opressão (BUTLER, 2000). Apregoando uma transformação profunda das relações sociais, o desconstrucionismo advoga que tanto a busca pela igualdade, como a marcação da diferença conduzem ao reforço de um binarismo opressivo, que alimenta assimetrias e práticas hierarquizantes. Tal discurso rejeita tanto o sexo como categoria biológica quanto o gênero como construção social.

A perspectiva desconstrucionista ganhou momento com a virada linguística, o fortalecimento dos estudos culturais e do pós-estruturalismo. Ressaltando a dimensão discursiva e contingente das identidades, feministas desconstrucionistas propõem uma luta mais estrutural que não reforce binarismos de gênero. Mesmo porque há tantas diferenças no interior de supostos grupos identitários como entre um grupo e outro. O discurso da igualdade e o discurso da diferença tenderiam, nessa visão, a construir uma imagem unificada da mulher, equivalendo-a ao homem ou contrapondo-a a ele. Assim, negligenciariam os vários cortes que atravessam as identidades femininas, incluindo as de raça, classe, religião e orientação sexual, para citar alguns deles. Ademais, frequentemente, o discurso da igualdade e o da diferença restringiriam as possibilidades de gênero a homens e mulheres, desconsiderando a ampla

gama de possibilidades vivenciadas por sujeitos em suas experiências ordinárias.

Nos programas do HGPE, não encontramos manifestações do enquadramento desconstrucionista, o que não é surpreendente, dada sua complexidade e o potencial de geração de estranhamento. Em um contexto eleitoral conservador e balizado por premissas religiosas (MANTOVANI, 2011), a proposição da desconstrução de gênero poderia desencadear a rejeição de significativas parcelas do eleitorado.

Além disso, segmentos desconstrucionistas só poderiam se manifestar de maneira explícita, na medida em que a opressão de gênero fosse frontalmente tematizada. Não foi essa a estratégia central do programa de Dilma que optou por uma abordagem mais tangencial da questão. Em grande parte da campanha, destacou-se a “feminidade” de Dilma sem que se tratasse a questão da mulher na sociedade. É marcante nesse sentido como apenas no final da campanha, na última semana (programas de 26/10, 27/10 e 29/10) mais precisamente, a questão de gênero foi frontalmente discutida.

Essencialismo estratégico?

Explorados os segmentos dos programas do HGPE de Dilma e à guisa de conclusão, convém, agora, tecer alguns comentários sobre implicações dos enquadramentos encontrados. Se pensarmos nos quadros utilizados no HGPE de Dilma, percebemos como a maioria dos programas não busca romper com imagens ou discursos vinculados a uma essência feminina. Nota-se a clara reprodução de estereótipos que engessam e fixam a identidade feminina e que, de algum modo, mantêm-na associada à esfera da domesticidade. Como discutido, o enquadramento desconstrucionista não tem qualquer tratamento. O discurso da igualdade, que poderia ser mobilizado em coerência com dicotomias e sentidos enraizados no imaginário social, também tem uma

visibilidade relativamente reduzida. O foco da campanha de Dilma voltou-se à declaração da diferença da mulher e à associação de tal diferença a uma positividade atrelada às ideias de maternidade, cuidado e afeto (sem perder a capacidade administrativa!).

É importante perceber como o discurso da ética do cuidado acaba por se sustentar em distinções históricas e em uma lógica dicotômica que separam a esfera política da esfera privada. Segundo Pateman (1988, p. 3), a divisão entre público e privado está ligada à origem do contrato sexual, em que a importância política é restrita à esfera pública em detrimento da esfera privada. É essa divisão que cristaliza a condição de cidadania inferior para as mulheres, não somente por confiná-las à esfera privada, mas também por considerá-las politicamente irrelevantes. Nesse quadro, “a maternidade é vista como a antítese da cidadania” (PATEMAN, 1988, p. 60), bem como uma barreira a inserção da mulher na vida política e ao exercício pleno da sua cidadania.

Os discursos da diferença ou da ética do cuidado podem reproduzir e/ou reduzir as identidades das mulheres a “caricaturas simplistas e exageradas” (HIRSCHMANN, 2003, p. 78). Em outras palavras, a reprodução ou o enfoque em certas caricaturais onipresentes no nosso imaginário serve para (1) continuar naturalizando papéis hierárquicos de gênero e (2) dificultar a inserção das mulheres na política.

Apesar de todos esses riscos, também é possível refletir sobre o uso do discurso da ética do cuidado à luz das discussões feitas por Gayatri Spivak (2002) acerca da noção de *essencialismo estratégico*. Desconstrucionista prática, feminista e marxista, Spivak é extremamente crítica à ideia de que existem identidades essenciais que os sujeitos deveriam descobrir. Exatamente por isso, ela percebe que a construção política das identidades pode mobilizar o essencialismo estrategicamente no sentido de apresentar um grupo politicamente. Spivak percebe que, na prática, é impossível ao sujeito não realizar alguma forma de fechamento identitário ao se representar. “Uma vez que não é possível não ser

essencialista, uma pessoa pode usar esse momento irreduzível do essencialismo conscientemente como parte de sua estratégia” (*Idem*, p. 109). Visto que essas homogeneizações ocorrem, a proposta é ter consciência delas e explorá-las politicamente. Essa dinâmica seria mais frutífera do que o simples repúdio de qualquer essência (*Idem*, p. 11).³⁵

Se a ideia de essência pode ser opressora ao engessar diferenças, também a perda completa da noção de identidade pode agir no sentido de fortalecer injustiças. O discurso individualista de que cada *self* é único, ainda que, teoricamente, irrefutável, pode ser usado para diluir diferenças que afetam coletividades e evitar que problemas específicos sejam coletivamente endereçados. Sem adotar a essencialização pasteurizante, Spivak (2002) advoga um *essencialismo estratégico* que revela a importância de pensar politicamente as narrativas identitárias a serem publicamente apresentadas.

É preciso deixar claro que Spivak (2002) não advoga a visão do “feminino” focada na ética do cuidado. A rigor, Spivak não prescreve definição alguma da “essência do feminino”, mesmo porque ela não acredita em sua existência. Ela recomenda a permanente vigilância dos fechamentos estratégicos, por meio da submissão destes a uma crítica perene. O que a autora coloca é a necessidade de pensar formas de autorrepresentação – que sempre têm uma dimensão essencializante – para mobilizá-las estrategicamente. É possível pensar, assim, como certas mobilizações de ideias vinculadas a um universo supostamente feminino podem ter implicações politicamente interessantes para certas candidatas, mesmo que se discorde da imagem projetada por elas.

No contexto da agenda eleitoral de 2010, a tática de Dilma busca combater estereótipos negativos que a caracterizavam como agressiva e/ou

35 Cláudia Costa (2002) explica essa abordagem ao ilustrar como o feminismo foi capaz de edificar uma especificidade do feminino, fabricando uma identidade de gênero, sem transformá-la em uma posição nominalista. De acordo com Costa, foi justamente isso que impediu a celebração cética de um *feminismo sem mulheres* deduzido de perspectivas desconstrucionistas.

masculinizada, bem como pela necessidade de dialogar com o fortalecimento de opiniões conservadoras e religiosas na cena pública brasileira. Como bem aponta Jamieson (1995), candidatas frequentemente se deparam com uma espécie de *double bind*, que cerceia as chances de êxito: por um lado, mulheres são julgadas incompetentes, por outro, aquelas que são vistas como competentes são percebidas, frequentemente, como não suficientemente femininas.³⁶

Visando a superar esse *double bind*, Dilma precisou se mostrar apta a liderar, sem ser fria; emotiva e sentimental, sem perder o foco e a racionalidade. Ou seja, viu-se diante do desafio de construir uma imagem pública que opera uma espécie de bricolagem dos estereótipos masculinos e femininos. Ainda de acordo com Jamieson (1995), esse equilíbrio mostra-se pragmaticamente necessário. Susan Carroll (2009) lembra a eficácia de Margareth Thatcher em caminhar sobre essa perigosa lâmina. Por um lado, a preocupação com os vestidos e os tradicionais colares de pérola; por outro, o comportamento agressivo e visto como masculino na política.

Dilma parece repetir esse equilíbrio (aliás, vestindo um colar de pérolas, com frequência, ao longo da campanha). Ao utilizar certas imagens que reproduzem a suposta essência feminina, os programas tiveram êxito em acompanhá-los de imagens que reforçavam a experiência, a força e a objetividade da candidata. Ao demarcar essa diferença, o HGPE de Dilma conseguiu trabalhar no interior, e a partir, de um imaginário fortemente marcado por vestígios do legado patriarcal. Isso facilitou sua interlocução com o eleitorado.

36 Para usar dois exemplos norte-americanos, lembremos-nos de Sarah Palin e Hilary Clinton. A primeira é vista como incompetente, a segunda como não suficientemente feminina. Na interessante análise de Susan Carroll (2009) sobre a campanha de Hillary Clinton, a autora ressalta que o tema de “experiência” se tornou o eixo central da sua campanha como forma de enfrentar os estereótipos de gênero. Porém ao focar detalhadamente os anos de experiência na política, a campanha de Hillary cedeu o tema de “mudança” a Obama. Hillary Clinton passou então a ser associada ao *status quo*.

Dilma buscou mostrar-se compassiva e carinhosa. A preocupação com a erradicação das desigualdades sociais e econômicas foi reforçada pela preocupação com a família brasileira, imposta pelo contexto da disputa eleitoral. Em contrapartida, também se apresentou ao eleitorado, quase que diariamente, políticas desenvolvidas por uma candidata com aparente capacidade executiva e firmeza no agir. Dilma foi construída como mãe; mas uma mãe severa e eficiente. Uma mãe que faz o papel visto como de pai, se necessário.

Fica, contudo, a questão de saber quando, e como, candidatas poderão desafiar a imposição de uma androgenia dicotômica imposta pelos quadros interpretativos vigentes e pelo *double bind* que os acompanha. Certas estratégias eleitorais de que dependem muitas candidatas reforçam o binarismo entre público e privado e o quadro simbólico que alicerça muitos estereótipos de gênero. A linha entre o essencialismo estratégico e a essência estereotipada é tênue e repleta de riscos.

Referências

ALBUQUERQUE, A. Política *versus* televisão: o horário gratuito na campanha presidencial de 1994. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v.1 (3), p. 49-54, 1995.

_____. Spots políticos: americanização da propaganda política brasileira?. In: **Textos de Cultura e Comunicação**, v. 39, p. 113-129, 1998.

ALBUQUERQUE, A. **Aqui você vê a verdade na tevê**: a propaganda política na televisão. Niterói: Publicações do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação/Universidade Federal Fluminense, 1999.

_____. **Em nome do público**: jornalismo e política nas entrevistas dos presidenciais ao *Jornal Nacional*. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da Compós, Porto Alegre, 14-17 jun, 2011.

ALBUQUERQUE, A.; STEIBEL, Fabro; CARNEIRO, C. M. Z. A outra face do horário gratuito: partidos e eleições proporcionais na televisão”. In: **Dados**, v. 51, n. 2, p. 459-487, 2008.

ALDÉ, A.; DIAS, Heloisa. Intervalo surpresa: spots eleitorais na campanha municipal de 1996. In: **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 83-100, 1998.

ALMEIDA, Jorge. “A conquista do lugar de fala e a fala fora do lugar nos discursos de FHC e Lula sobre o real”. In: RUBIM, Antônio A. C., BENTZ, Ione Maria G.; PINTO, José M. (orgs.), **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: Editora Unisinos/Compós, 1999. p. 69-91.

ALMEIDA, Jorge. **Marketing político, hegemonia e contra hegemonia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Xamã. 2002.

BANWART, Mary Christine. Gender and candidate communication: effects of stereotypes in the 2008 elections. In: **American Behavioral Scientist**, v. 54, p. 265-283, 2010.

BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs.). **Sociolinguística interacional**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2002.

BUTLER, Judith. Subjects of sex/gender/desire. In: DURING, Simon (ed.). **The cultural studies reader**. Londres: Routledge, 2000. pp. 340-353.

CARROLL, Susan J. Reflections on gender and Hillary Clinton’s presidential campaign: the good, the bad, and the misogynic. In: **Politics & Gender**, v. 5, p. 1-20, 2009.

CARVALHO, Rejane M. V. A. **A esquerda do padrão midiático publicitário da política**: a campanha de Maria Luiza (PT) à prefeitura de

Fortaleza em 1985. Texto apresentado no XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 27-31 out, 1998.

CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o medo como estratégia política. In: RUBIM, Antonio A. C. (org.), **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2004. vol. 1. p. 29-52.

_____. Um mago do marketing político. In: CHAIA, Miguel; SILVA, Ana Amélia da (orgs). **Sociedade, cultura e política**. 2 ed. São Paulo: Educ, 2004. vol. 1. 2004. p. 517-562.

CHILDS, S. A feminised style of politics? Women MPs in the House of Commons. In: **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 6, n.1, p. 3-19, 2004.

CHODOROW, N. **Feminism and psychoanalytic theory**. New Haven: Yale University Press, 1989.

_____. **The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender: with a new preface**. Berkeley: University of California Press, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. It's all in the family: intersections of gender, race and nation In: **Hypatia**, v. 13, n. 3, p. 62-82, 1998.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: **Cadernos Pagu**, n. 19, p. 59-90, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista de Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: **Stanford Law Review**, v. 43, n.6, p. 1241-1299, 1991.

CHRISTOFOLETTI, R. & WATZKO, R. C. Mulheres negras nos jornais: exclusão, gênero e etnia. In: **Revista Famecos**, v. 16, n. 39, p. 98-104, 2009.

D'ANGELO, Paul. News framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. In: **Journal of Communication**, v. 52, n. 4, p. 870-888, 2002.

DIETZ, Mary. Context is all: feminism and theories of citizenship. In: **Daedulus**, v. 116, n. 4, p. 1-24, 1987.

_____. Current controversies in feminist theory. In: **Annual Review of Political Science**, v. 6, p. 399-431, 2003.

DOW, Bonnie & TONN, Mari Boor. "Feminine style" and political judgment in the rhetoric of Ann Richards. In: **Quarterly Journal of Speech**, v. 79, n. 3, p. 286-302, 1993.

DRYZEK, John S. **Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations**. Nova York: Oxford University Press, 2000.

ELSHTAIN, Jean. **Public man, private woman: women in social and political thought**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. In: **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ESCOBAR-LEMMON, Maria & TAYLOR-ROBINSON, Michelle. "Women ministers in Latin American governments: when, where, and why?". In: **American Journal of Political Science**, v. 49 (4), p. 829-844, 2005.

FIGUEIREDO, Marcus. Intenção de voto e propaganda política: efeitos da propaganda eleitoral. In: **Logos**, v. 14: 9-20, 2007.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, A. Intenção de voto e propaganda política: efeitos e gramáticas da propaganda eleitoral. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). **Mídia, representação e democracia**. Brasília/São Paulo: Hucitec, 2010. p. 19-40.

FRASER, N. Multiculturalism and gender equity: the U.S. 'difference' debates revisited. In: **Constellations**, v. 3, n. 1, p. 61-72, 1996.

_____. **Justice interruptus**: critical reflections on the "postsocialist" condition. Nova York: Routledge, 1997.

_____. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation. In: FRASER, N; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. Londres/Nova York: Verso, 2003, p. 7-109, 2003.

FRASER, N. & HONNETH, A. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. Londres/Nova York: Verso, 2003.

FUKS, M.; PACHECO, Daniela. Persuasão e deliberação sobre políticas públicas: a propaganda política no referendo das armas. In: INÁCIO, Magna; NOVAIS, Raquel; ANASTASIA, Fátima (orgs.). **Democracia e referendo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 206-241.

GAMSON, William & MODIGLIANI, André. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. In: **American Journal of Sociology**, v. 95, n 1, p. 1-37, 1989.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience.** Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, W. A política da imagem. In: _____. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004. p. 239-290.

HIRSCHMANN, Nancy. **The subject of liberty: toward a feminist theory of freedom.** Princeton: Princeton University, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Editora 34, 2003.

HTUN, Mala & POWER, Timothy. Gender, parties, and support for equal rights in the Brazilian Congress. In: **Latin American Politics and Society**, v. 48, n. 4, p. 83-104, 2006.

HUDDY, Leonie & TERKILDSEN, Nayda. The consequences of gender stereotypes for women candidates at different levels and types of office. In: **Political Research Quarterly**, v. 46, n. 3, p. 503-525, 1993.

JAMIESON, Kathleen Hall. **Beyond the double bind: women and leadership.** Nova York: Oxford University Press, 1995.

LOVENDUSKI, J. & NORRIS, P. Westminster women: the politics of presence. In: **Political Studies**, v. 51, n.1, p. 84-102, 2003.

MANTOVANI, Denise. **Gênero e eleições presidenciais: um estudo sobre a hegemonia da temática religiosa no debate eleitoral de 2011.** Trabalho apresentado no IV Encontro da Compólitica, Rio de Janeiro, 2011, 13-15 abr.

MENDONÇA, R. F. & SANTOS, D. B. A cooperação na deliberação pública: um estudo de caso sobre o referendo acerca da proibição da

comercialização de armas de fogo no Brasil. **Dados**, v. 52, n.2, p. 507-542, 2009.

MENDONÇA, R. F. & SIMÕES, P. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n.79, p. 187 – 201, 2012.

MIGUEL, L. F. (1996), Sentidos do passado: nação, tradição e história na campanha eletrônica para o plebiscito de 21 de abril de 1993. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 126-144, 1996.

_____. O campeão da união: o discurso de Fernando Henrique na campanha de 1994. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v.5, n. 1, p. 49-82, 1998.

_____. **Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994**. Campinas: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000a.

_____. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000b.

_____. Apelos discursivos em campanhas proporcionais na televisão. In: **Política & Sociedade**, v. 16, p. 151-175, 2010.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

MIGUEL, L. F. & FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. In: **Dados**, v. 52, n.1, p. 201-221, 2009.

OKIN, Susan. **Justice, gender and the family**. Nova York: Basic Books, 1989.

PATEMAN, Carole. **The sexual contract**. Stanford: Standord University, 1988.

_____. Does sex matter to democracy? A comment. In: **Scandinavian Political Studies**, v. 13, n.1, p. 57-63, 1990.

PARRY-GILES, Shawn. Mediating Hillary Rodham Clinton: television news practices and image making in the postmodern age. In: **Critical Studies in Media Communication**, v. 17, n. 2, p. 205-226, 2000.

PARRY-GILES, Shawn & PARRY-GILES, Terry. Gendered politics and presidential image construction: a reassessment of the 'feminine style'. In: **Communication Monographs**, v. 63, p. 337-353, 1996.

PIRES, Teresinha Maria de C. C. A construção da imagem pública política de Dilma Rousseff como “mãe do povo” brasileiro. In: **Debates**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 139-162, 2011.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. (org), **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA/Editora da Unesp, 2004. p. 74-104.

PORTO, M. P.; GURAZINA, L. S. A política na TV: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. In: **Contracampo**, Niterói, v. 3, p. 5-33, 1999.

QUEIROZ, Adolpho Carlos Françoso. A evolução do conceito de marketing político na America Latina. In :**Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, n. 7, p. 130-153, 2003.

_____. (org.). **No espaço cênico de propaganda política: mídia, comunicação e marketing político nas campanhas presidenciais brasileiras**. Taubaté: Papel Brasil, 2011.

REESE, Stephen D. The framing project: a bridging model for media research revisited. **Journal of Communication**, v. 57, n.1, p. 148-154, 2007.

RUBIM, A. A. C. As imagens de Lula presidente. In: NETO, Antonio Fausto; VERÓN, Eliseo (orgs.). **Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral**. São Paulo/São Leopoldo: Hacker/Unisinos, 2003. p. 43-64.

RUBIM, A. A. C.; KOPP, Juliana Borges & ALBINATI, Mariana Luscher. “Mídia e eleições de 2002 na Bahia: estratégias no horário eleitoral”. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 106-134, 2004.

SAPIRO, Virginia; WALSH, Katherine Cramer; STRACH, Patricia & HENNINGS, Valerie. Gender, context and television advertising: a comprehensive analysis of 2000 and 2002 House Races. In: **Political Research Quarterly**, v. 64, n.1 p. 107-119, 2009.

SARMENTO, Rayza. Estudos feministas de mídia e política: uma visão geral. *BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 87, p. 181-202, 2018.

SPIVAK, Gayatri C. **The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues**. Nova York/Londres: Routledge, 2002.

SQUIRES, Judith. **Gender in political theory**. Massachussetts: Blackwell, 1999.

STEINBERG, Marc W. Tilting the frame: considerations on collective action framing from a discursive turn. In: **Theory and Society**, v. 27, n.6, p. 845-872, 1998.

STOKES, Wendy. **Women in contemporary politics**. Cambridge: Polity Press, 2005.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

VAN GORP, Baldwin. The constructionist approach to framing: bringing culture back. In: **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 60-78, 2007.

VEIGA, Luciana F. Em busca de razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política. In: **Contracampo**, Niterói, v. 7, p. 183-208, 2002.

VEIGA, Luciana F; SANTOS, S. A. O referendo das armas no Brasil: estratégias de campanha e comportamento do eleitor. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 59-77, Fev. 2008.

VENTURI, G. Imagem pública, propaganda eleitoral e reeleição na disputa presidencial de 1998. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v 3, p. 30-48, 1998.

WEAVER, David. Thoughts on agenda setting, framing and priming. In: **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 142-147, 2007.

WEBER, Maria Helena. Mídia e eleições: relações (mal)ditas. In: NETO, Antônio Fausto; PINTO, Milton (orgs.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 11-29.

YOUNG, Iris. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University, 1990.

_____. **Inclusion and Democracy**. New York: Oxford University, 2000.

DILMA E O NEOCONSERVADORISMO: O que as eleições de 2010 nos mostraram?

Denise Mantovani

Introdução

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 nos leva a uma reflexão profunda sobre o processo de corrosão democrática que atingiu o Brasil, assim como diversos países no mundo ocidental. Forças de extrema direita vêm conquistando o poder por meio de mecanismos institucionais do sistema democrático, como as eleições diretas. É cada vez mais explícito o ambiente de recrudescimento autoritário em países de democracias liberais, associado a sentimentos e práticas racistas, misóginas, homofóbicas, de ódio e ressentimento contra o pensamento diverso, políticas públicas distributivas e a pluralidade social. São posições extremistas, incentivadas por alianças entre segmentos econômicos neoliberais, grupos políticos de extrema direita e a direita cristã. Cinco anos depois do *impeachment* contra o mandato legítimo da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, tornou-se explícito o caráter golpista daquela maioria parlamentar que a destituiu. E os objetivos devastadores para o Brasil da aliança de forças que assumiu o poder, desde então.

Uma das peculiaridades desses arranjos políticos reside no enfrentamento aos direitos sexuais e reprodutivos contra as mulheres e as pessoas LGBTQI+, além da defesa de uma sociedade restritiva, punitivista e de comportamento fundamentado na moral cristã tradicionalista, conservadora e antissecular (BROWN, 2019; LACERDA, 2019; CORREA, 2018; VAGGIONE, 2007; VAGGIONE; MACHADO, 2020). A defesa da família tradicional hierárquica e

heterossexual, o combate ao aborto, bem como, argumentos homofóbicos contra a diversidade sexual fazem parte dessa retórica. A presença de atores religiosos no campo político institucional é parte dessa politização reacionária e conservadora que vem ocorrendo desde a segunda metade do século XX. Formam uma base política fundamentada na moral religiosa, sexista e autoritária que reage às conquistas dos movimentos feministas e LGBTQ+ desde os anos 1960, sobretudo na América Latina (VAGGIONE; MACHADO, 2020; MACHADO; BURITY, 2014; LACERDA, 2019; CORREA, 2018; BIROLI, 2018; VAGGIONE, 2007; HTUN, 2003).

Para refletir sobre a realidade atual, cinco anos depois do golpe contra Dilma, propomos nesse artigo colocar no centro da análise um olhar sobre a agenda antigênero, entendendo o contexto do golpe também como parte dessa aliança neoconservadora, de extrema direita, que se articula em âmbito nacional e transnacional com o neoliberalismo econômico, com setores das hierarquias religiosas cristãs, segmentos do judiciário e setores da mídia empresarial. Sugerimos nessa reflexão que esses arranjos de forças já se expressavam estrategicamente no enfrentamento à candidatura de Dilma Rousseff (PT), em 2010, quando conquistou seu primeiro mandato como presidenta da República. Para isso, retomaremos as narrativas antiaborto, de demonização da esquerda (principalmente o PT) e de defesa de valores cristãos tradicionalistas que já estavam presentes na retórica eleitoral produzida pela cobertura noticiosa dos principais jornais nacionais brasileiros naquele pleito. Dilma foi associada à agenda dita “contra a família” pelo discurso conservador. Ao partir dessa perspectiva de análise teórica (os arranjos “neo” conservadores) o presente artigo reflete sobre a presença do aborto nas eleições de 2010. Ao observar aquela eleição, em perspectiva histórica, sobretudo após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e o

impacto de seu governo na vida das mulheres³⁷, percebe-se como os contextos neoconservadores já atuavam, ainda que não de forma coesa como se percebe hoje, onze anos da histórica eleição da primeira mulher presidenta do Brasil. Sustentamos que a eleição de 2010 oferece elementos que reforçam estudos sobre política e religião (BIROLI; MACHADO; VAGGIONI, 2020) de que a mobilização neoconservadora vem ocorrendo num processo de acumulação ao longo de anos, fortalecida pelo ataque aos Direitos Humanos, aos direitos das mulheres, dos negros e das pessoas LGBTQI+.

O pesquisador argentino Juan Vaggione (2007) sustenta ser necessário considerar o antagonismo que se estabelece entre segmentos religiosos que buscam na definição tradicional e heteronormativa de “família” o ponto de partida para os conflitos que se estabelecem contra os movimentos feministas e minorias sexuais que defendem uma agenda inclusiva e de ética pluralista em favor da igualdade de gênero, dos direitos sexuais e reprodutivos e de reconhecimento do direito humano à diversidade sexual. Embora possa sugerir um modelo binário, é preciso ter cuidado com essas simplificações. Trata-se de complexos mecanismos de direções diversas e variados caminhos pelos quais as lutas por igualdade de gênero e sexual são combatidas e onde um dos resultados dominantes (mas não exclusivo) é a expansão do autoritarismo pela imposição de modelos unitário e hierárquico de comportamento. Também é preciso considerar que o avanço de posições conservadoras é um processo marcado por conflitos, interações e arranjos que produzem tensões e conflitos com distintas forças sociais e políticas sejam no campo progressista ou no próprio campo conservador. Nesse sentido, entendemos o ano de 2010 como um marco na agenda pública, midiática

37 Ver Mantovani, 2021: <<https://www.brasildefatores.com.br/2021/04/29/agenda-antigenero-de-bolsonaro-e-internacional-e-quer-destruir-a-sociedade-plural>>

e eleitoral desta “nova” aliança política que acumulou forças e chegou ao poder em 2018.

Além da presente introdução e conclusão, desenvolveremos outros três blocos de análise. Primeiro, uma breve contextualização sobre o discurso antiaborto nas eleições de 2010 e as narrativas dominantes naquela cobertura eleitoral. Em seguida, apresentamos reflexões em torno do neoconservadorismo e as disputas em torno da agenda antigênero no Brasil e no mundo e como o aborto, a família tradicional e o controle sobre as sexualidades são categorias de análise importantes para compreender onde se localiza o “novo” conservadorismo cristão e sua relação com o neoliberalismo. Na conclusão, reforçaremos a centralidade política do confronto antigênero e suas conexões, presentes desde 2010 e 2016 com a violência de gênero perpetrada contra Dilma Rousseff, com práticas racistas, sexistas e homofóbicas que vem se consolidando como pano de fundo legitimador do ambiente autoritário, violento e de corrosão democrática no Brasil dos dias atuais.

Da eleição da primeira mulher presidenta³⁸ do Brasil: revisitando o discurso antiaborto da eleição de 2010

A conquista da presidência da República por Dilma Rousseff (PT) carrega consigo uma importante simbologia relacionada às trajetórias de lutas das mulheres por espaços iguais na política representativa. Na

38 Conforme Avelar e Rangel (2019, p.423), o termo “presidenta” encontra-se registrado há mais de um século no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Cândido Figueiredo, em 1913. As autoras explicam que a palavra não é comum, justamente porque são raras as mulheres presidentas ou primeiras-ministras. Além disso, o modelo de sociedade estruturado no patriarcado tende a apagar “da história e do dicionário” a presença delas na esfera política. As autoras argumentam que independente de suas trajetórias políticas, as mulheres “encontram enormes dificuldades para governar especialmente devido ao ambiente misógino da política institucional” (idem).

América Latina, a precursora foi Isabel Perón, quando assumiu a presidência da Argentina depois da morte do marido Juan Peron, em 1974. Isabel foi a primeira mulher presidenta no mundo. Em 1990, Violeta Chamorro assumiu o governo da Nicarágua. A primeira mulher eleita democraticamente pelo voto foi Janet Jagan, na Guiana, em 1997 (AVELAR; RANGEL, 2019, p.427). As autoras também sinalizam o período entre 2000 e 2010 como a época de avanços na presença de mulheres em cargos máximos da política, com a eleição e reeleição de três presidentas no Cone Sul: Dilma Rousseff (Brasil), Cristina Fernandez Kirchner (Argentina) e Michele Bachelet (Chile). Em 2015, havia 30 presidentas ao redor do mundo, oito delas na América Latina (26,6%) e três na América do Sul (10% das presidentas no mundo). Em 2016, com o fim do mandato de Cristina Fernandez e o *impeachment* de Dilma Rousseff, somente Michele Bachelet permaneceu no subcontinente (AVELAR; RANGEL, 2019, p. 427). Dilma foi eleita em 2010 no segundo turno sem nunca ter enfrentado uma eleição antes dessa disputa. Fez 55,7 milhões de votos³⁹, o que representou 56% dos votos válidos.

Passados 11 anos da eleição histórica, já não há dúvidas do ambiente conservador e reacionário que vem se tornando dominante nos sistemas de poder do Brasil. Ao rever em perspectiva histórica estudos que analisaram o momento eleitoral de 2010, ganham novos entendimentos os discursos antiaborto usados como estratégia eleitoral contra a candidatura de Dilma Rousseff, sobretudo no segundo turno daquela eleição. Essas coalizões contaram com a atuação institucional da Igreja (principalmente lideranças públicas católicas e evangélicas conservadoras) com seus canais de comunicação pela internet, redes sociais e redes próprias de televisão, rádio e jornais. Contaram também com atores do

39 José Serra (PSDB) ficou em segundo lugar com 43,7 milhões de votos válidos (44%), cf: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html>>.

campo político (parlamentares religiosos, bem como o próprio candidato opositorista José Serra) e setores da mídia empresarial.

Também já há certa compreensão de que a edição do Decreto Presidencial nº 7037 em 21 de dezembro de 2009 instituindo a 3ª edição do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) contribuiu para a confluência de forças econômicas, religiosas, militares e do campo político, com interesses contrariados no Plano, para um arranjo em oposição à candidatura petista naquele ano de 2010⁴⁰ (MANTOVANI, 2017, p. 272; RAMOS, 2012, p. 57; MACHADO, 2012, p. 39; BARRERAS, 2017, p. 245; JORDÃO; CABRINI, 2017, p.307; LACERDA, 2019, VIANA, 2011). No contexto em que o aborto foi tematizado, predominaram atributos com discursos e manifestações de viés sexista, orientados pela moral religiosa sobre um “ataque à vida” e “contra os princípios da Igreja” (MANTOVANI, 2017).

Esse é um aspecto relevante porque sugere a interseção entre religiões que tradicionalmente competiam entre si encontraram no PNDH3⁴¹, especialmente no combate à despenalização do aborto, um eixo político estratégico para a construção de alianças, numa “politização reativa” (VAGGIONE, 2007, p.23) de setores conservadores religiosos e laicos às lutas feministas e dos movimentos LGBTQ+. Ao mesmo tempo, é importante evitar o essencialismo que tende a ver o fenômeno religioso

40 Como pode ser visto nesse link, o decreto do PNDH3 praticamente já não existe, uma vez que os artigos que determinavam o desenvolvimento das políticas públicas por meio dos Ministérios e Secretarias foram revogados em sua totalidade: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>.

41 Além da do Lançamento do PNDH3, em dezembro de 2009, Lacerda aponta outros acontecimentos que marcam a coalizão neoconservadora: o pronunciamento do Ministro da Saúde do segundo mandato de Lula (José Gomes Temporão se manifestou a favor da descriminalização do aborto, em 2007), o julgamento da constitucionalidade do casamento homoafetivo, a campanha nas escolas contra a homofobia (que Jair Bolsonaro usou na eleição de 2018 contra Haddad chamando de “kit gay”) e a proposta de inclusão da igualdade de gênero no Plano Nacional de Educação (Lacerda, 2019, p. 92).

como homogêneo, ofuscando ou diminuindo a importância das dissidências internas que também atuam no debate sobre direitos sexuais e reprodutivos (VAGGIONE, 2007, p. 23; MACHADO, 2018; MANTOVANI; MORITZ, 2019) e têm sido relevantes na defesa dos direitos das mulheres.

Além de setores religiosos conservadores, a eleição de 2010 nos mostra que a desigualdade de gênero foi naturalizada em discursos reproduzidos pela mídia empresarial que restringiu a presença de contradiscursos na controvérsia. Com isso, valores específicos e situados, como os argumentos contra o aborto, foram construídos como “universais” a partir da legitimidade simbólica que o discurso jornalístico, como um sistema perito, produz. Os conteúdos noticiosos funcionam como “práticas que acomodam, mas também remodelam e reestruturam essas práticas e os sujeitos sociais” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 73). Não se trata somente da tradução ou reverberação das lutas sociais ou dos sistemas de dominação, mas “o discurso é o próprio poder a ser tomado” (FOUCAULT, apud, FAIRCLOUGH, 2016, p. 80).

Em outra perspectiva, a análise dos enquadramentos noticiosos permite refletir sobre o impacto da seletividade num texto comunicacional. A seleção de atributos define os contornos de um contexto e promovem aspectos particulares de um problema. Na definição de Entman (1993), enquadramentos “definem problemas (...); diagnosticam sua causa (...); produzem julgamentos morais (...); e sugerem remédios oferecendo e justificando tratamentos para o problema” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução própria). Quando o aborto surgiu no debate público, em 2010, ele veio atribuído de sentidos. Com atributos que sugeriam a condenação de mulheres (Dilma incluída) que apoiassem a descriminalização do aborto, a partir de uma perspectiva moral religiosa, naturalizada. O “remédio” sugerido era a condenação (e o não voto) como solução para o problema.

Uma ampla literatura no campo da comunicação política indica que o relato noticioso se define enquanto uma construção situada. A escolha das fontes e a seleção dos enquadramentos noticiosos funcionam como “pacotes interpretativos” (PORTO, 2004, p.81) que vão enfatizar aspectos da realidade, definir a moldura e o ângulo pelo qual os episódios serão retratados (McCOMBS, 2009, p.137). Nas eleições de 2010 um exemplo desse conceito foi a presença marcante da temática do aborto na editoria de política (obviamente por ser um assunto da campanha eleitoral), concentrado nas “reportagens”⁴², com 65% do conteúdo nessa categoria (MANTOVANI, 2017, p.160). O que marca o assunto como uma agenda da redação, seja na definição da pauta, das fontes ou da seleção dos enquadramentos que compuseram as interpretações para o debate (MANTOVANI, 2017, p. 250). Além desse aspecto, a maior parte dos textos com falas de religiosos estavam contextualizadas no discurso doutrinário de que “o aborto vai contra os princípios da Igreja” e “em defesa da vida” (idem, 2017, p. 255). Algo que Timothy Cook definiu como o “viés da notícia”, caracterizado pela repetição e seleção sistemática de determinados agentes e a ênfase para determinados atributos (COOK, 2011, p. 207).

Outro aspecto daquela eleição foi a atribuição às Igrejas de uma característica de “referência imprescindível” em matérias noticiosas sobre o aborto, “mesmo quando a notícia esteja voltada para o campo legislativo, judiciário ou da saúde” (LUNA, 2014, p. 368). Fontes ou movimentos sociais pró-aborto compuseram somente 2% das fontes presentes naquele noticiário (MANTOVANI, 2017, p. 251; JORDÃO; CABRINI, 2017, p.315). A homogeneidade do noticiário em torno de vozes do campo político e religioso contribuiu para difundir uma

42 Conforme Mantovani (2017), o estudo abrangeu 504 textos no período de 11/07 a 31/10/2010 em textos noticiosos onde a palavra “aborto” apareceu nos impressos: O Globo, Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo em: reportagens, artigos, colunas, colunas fixas, editoriais e entrevistas. Desse escopo, 326 textos eram reportagens (65% do total de textos envolvendo a cobertura noticiosa).

cobertura uniforme, concentrada em personagens e enquadramentos que naturalizaram as posições religiosas, reverberaram argumentos de grupos cristãos “pró-vida”, além de conservadores católicos e evangélicos tradicionalistas e parlamentares ligados a denominações evangélicas e católicas.

Como estratégia eleitoral, o aborto já foi tematizado em outras campanhas eleitorais como forma de constranger candidaturas à esquerda (LUNA, 2014; JORDÃO; CABRINI, 2017, p. 302; BIROLI, 2018). Mesmo que os objetivos de derrotar eleitoralmente Dilma e o PT não tenham sido atingidos, a partir de 2010 essa estratégia atingiu outro patamar de abrangência e repercussão pública. A centralidade dos atores religiosos que, de forma individual ou institucional, participaram como agentes ativos da mobilização, agendamento e tematização do aborto naquela disputa eleitoral foram evidentes (MACHADO, 2012; RAMOS, 2012; LUNA, 2014; BARRERAS, 2017; MANTOVANI, 2017).

O viés antiaborto da narrativa reforçou posições de controle sobre o corpo e a vida reprodutiva das mulheres, além de naturalizar hierarquias de gênero e a criminalização das mulheres que precisam recorrer à interrupção da gravidez (BARRERAS, 2017, p. 245; MANTOVANI, 2017; MACHADO, 2012, p.27-28). No primeiro turno das eleições de 2010, a coalizão entre os discursos promovidos por grupos conservadores do campo religioso não era predominante na cobertura noticiosa. Tais narrativas agitavam-se “um pouco abaixo da superfície” e “em paralelo” ao debate produzido pela mídia empresarial, focada nos escândalos políticos. No entanto, a partir do segundo turno é possível identificar na narrativa noticiosa os elementos neoconservadores relativos à defesa da família tradicional, os argumentos em favor da “vida desde a concepção” versus “a cultura da morte”, os ataques à esquerda por posições em favor dos direitos sexuais e reprodutivo, além da naturalização do ambiente político e noticioso machista e misógino que reproduziam, sem nenhuma crítica, agressões e estigmas contra Dilma, referida muitas vezes como

“abortista”, “oportunista” ou “mentirosa” (MANTOVANI, 2017; MACHADO, 2012; RAMOS, 2012).

O pleito de 2010 também mostrou o preparo dos atores religiosos para o uso das novas tecnologias digitais (RAMOS, 2012). Essas disputas representaram uma reconfiguração do campo jornalístico com as redes sociais definidas por “situações de oposição, complementaridade e ressonância” (RAMOS, 2012, p. 66). A capacidade de circulação e propagação de conteúdos e o alargamento da possibilidade de agendamento por grupos *on line* e redes de internet da época ampliaram a esfera do debate público, rompendo com a hegemonia da mídia convencional na definição da agenda pública a partir de um sistema de interações, pressões, ajustes e ressignificação dos conteúdos (BARRERAS, 2017, p. 244; MANTOVANI, 2017, p.278; RAMOS, 2012, p.66). Foi no ambiente virtual (canais do *Youtube*, emails, Facebook, sites, blogs, etc) que a agenda antiaborto ganhou corpo a partir de uma intensa mobilização de “alerta” sobre os riscos de uma candidatura que se colocava publicamente a favor da interrupção da gravidez indesejada (MACHADO, 2012, p. 42) e conquistou visibilidade midiática.

Não é o foco desse artigo, mas esse aspecto merece o registro, uma vez que já naquele ano vivenciamos o agendamento noticioso “de fora para dentro”, promovido por grupos políticos (principalmente em aliança com o campo religioso conservador) atuantes em redes sociais e de comunicação dirigida para públicos específicos. Uma estratégia dirigida ao eleitorado religioso que agiu em paralelo ao núcleo hegemônico do campo jornalístico na construção da narrativa eleitoral. Uma tática de disseminação em massa de conteúdos que se tornou central nas eleições de 2018⁴³. Apesar dessa transformação estrutural, concordamos com

43 Cf reportagem da Folha de S.Paulo em 18/10/2020 que expõe a disseminação de notícias falsas durante a eleição de 2018:
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>.

perspectivas teóricas que entendem os meios de comunicação empresariais hegemônicos como atores ainda relevantes no jogo político, capazes de disputar a legitimidade e construção de conteúdos informativos (BIROLI; MIGUEL, 2017), mesmo no ambiente midiático atual, com a emergência de circuitos alternativos de disseminação de informações pela internet e a constante disputa pela veracidade desses conteúdos (MIGUEL, 2019, p. 120).

O debate sobre o aborto não é somente uma questão “de cunho moral”, mas está diretamente relacionado à crescente redução do pluralismo ético e político na esfera pública. As ideologias neoconservadoras implicaram na ascensão de formações políticas autoritárias que “instrumentalizam o sentimento de ressentimento alimentado em mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade” (BROWN, 2019, p. 17). São essas forças que, atualmente, estão coesas e ocupando o poder depois da destituição de Dilma Rousseff em um julgamento político misógino, ocorrido em 2016 (GERALDES *et al.*, 2016), e atuaram para eleger Jair Bolsonaro, em 2018.

Aborto e os corpos em disputa: movimentos conservadores contra a equidade de gênero

O aborto é algo presente na vida das mulheres. No Brasil, a legislação permite o aborto em três casos: quando a gravidez decorre de estupro; quando há risco de vida para a gestante e, desde 2012, quando constatado a anencefalia fetal. Fora desses casos, a interrupção da gravidez é criminalizada. Estima-se que aproximadamente 11% das mortes maternas no território nacional estejam relacionadas ao aborto inseguro (VIANA, 2011, p. 167). A criminalização do aborto afeta mais as mulheres socialmente vulneráveis: as jovens, negras, indígenas, migrantes e pobres que vivem em periferias urbanas e rurais do Brasil, sobretudo no

Norte, Nordeste e Centro-oeste (ANIS, 2019, p.11). São essas mulheres as maiores vítimas da criminalização porque ficam expostas à necessidade de recorrer a procedimentos clandestinos e inseguros quando a gestão é indesejada. E também são as maiores vítimas da culpabilização social, do estigma e da criminalização, mesmo nas situações autorizadas pela lei⁴⁴.

A Pesquisa Nacional sobre o Aborto, realizada em 2016, mostra que as mulheres que abortam em sua maioria declararam ter identidade religiosa (88%), sendo 56% católicas, 25% evangélicas protestantes, 7% outras religiões. Além desse aspecto religioso, 67% das que declararam já ter feito um aborto na vida já era mães (ANIS, 2019, p. 1). O Relatório do Instituto Guttmacher⁴⁵, de 2017, indica que a América Latina e Caribe são a região do globo com maior incidência de abortos (44 a cada 1.000 mulheres) sendo a região com maior incidência de leis punitivas quando comparada, por exemplo, com América do Norte (17 por 1.000 mulheres), Europa (29 a cada 1.000 mulheres) ou África (34 a cada 1.000 mulheres) (ANIS, 2019, p.16). Ou seja, há uma relação diretamente proporcional entre criminalização e incidência de abortos. A intervenção dos fundamentalismos religiosos⁴⁶ no debate sobre o aborto

44 Além da devastação que é um estupro, a imposição de uma gravidez advinda dessa violência é reveladora da objetificação patriarcal sobre as mulheres, seus corpos e sua vida. Tão revoltante mostra-se o caso brutal revelado em 2020 de uma menina de 10 anos, sistematicamente estuprada pelo tio desde os seis anos, que foi exposta publicamente por setores religiosos reacionários (apoiados por grupos ligados à Ministra Damare Alves), que foi ameaçada e atacada por esses grupos na tentativa de impedi-la de exercer o direito legal ao aborto. Esse absurdo é revelador da violência de gênero perpetrada por uma política fundamentalista: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>>.

45 Organização estadunidense dedicada aos estudos e *advocacy* pelos direitos sexuais e reprodutivos nos EUA e no mundo, cf: <<https://www.guttmacher.org/about>>.

46 Embora seja uma expressão de uso amplo que pode ser referida para diversas situações em que o reconhecimento do outro como interlocutor com igual capacidade de intervenção estão interditados por posicionamentos intransigentes, sigo aqui o

atinge diretamente a vida das mulheres e o direito à autonomia delas para decidir sobre sua vida reprodutiva, sobre sua sexualidade e sobre o acesso a serviços públicos de saúde como um direito humano.

Biroli (2018) aponta diferentes abordagens e uma diversidade de compreensões sobre as políticas relacionadas à sexualidade. Uma premissa comum relaciona essa discussão à compreensão de que “o privado e o íntimo são atravessados por relações de poder” onde a fronteira entre o privado e o público “é definido por embates que definem os limites para a ação do Estado, as formas aceitáveis da autoridade e os direitos dos indivíduos não apenas na esfera pública, mas também no mundo privado e doméstico” (BIROLI, 2018, p. 134). Tanto no Brasil e, mais amplamente na América Latina, “a defesa da família” tem sido a palavra de ordem para anular as exceções à criminalização do aborto (no Brasil a legislação é de 1940) e ao casamento homoafetivo (reconhecido legalmente desde 2013). Basta lembrar a correlação com os discursos de parlamentares que votaram pelo impedimento do segundo mandato da presidenta, em maio de 2016, quando manifestaram “valores familiares” para o *impeachment* de Dilma (BIROLI, 2018, p. 135)⁴⁷.

Desde os anos 1970 os movimentos feministas em defesa da saúde das mulheres promovem ações para ampliar as possibilidades de autodeterminação das mulheres, atualizando demandas do século XIX⁴⁸. Entre o período de 1996 a 2006, ativistas feministas ampliaram e

conceito definido por Vassallo (2007) para o fundamentalismo religioso que costuma ser aplicado para os movimentos de renovações que atravessaram as religiões monoteístas. O termo Fundamentalismo tem origem evangélica na sociedade norte-americana no início do século XX (1910-1920) e se referem a doze volumes redigidos por diferentes teólogos protestantes, denominado Os Fundamentos. Está relacionado ao caráter literal e infalível das Escrituras, que ao longo dos anos também ampliou para os conflitos entre criacionistas e darwinistas. A polêmica avançou nas últimas décadas do século para outras esferas como a imposição de discussões sobre pregação religiosa em escolas públicas ou a defesa da educação em casa contra o ensino público. Tais disputas ganharam adeptos nos EUA e também em outras partes do mundo, como no Brasil (VASSALLO, 2007, p. 13).

47 Para maiores reflexões ver também Guazina, Prior, Araujo (2019).

qualificaram as redes de atendimento a mulheres que necessitavam o acesso ao aborto legal, previsto em lei, pelo Sistema Único de Saúde (VIANA, 2011, p.167). Em 2004 iniciam as Jornadas Brasileiras pelo Aborto legal e seguro visando promover um debate público que ampliasse o apoio em favor da revisão da legislação de 1940. Durante a Conferência Nacional sobre Políticas para as Mulheres, em 2004, houve a formação de uma comissão tripartite com o objetivo de iniciar a revisão da norma. Já em 2006, há uma forte mobilização em torno da Lei Maria da Penha.

48 É importante salientar que houve avanços importantes e conquistas históricas de direitos graças aos movimentos de mulheres, mulheres negras, mulheres indígenas e latinas, dos movimentos feministas antirracistas e movimentos LGBTQI+ que sempre estiveram presentes em diferentes momentos da história política, seja nas marchas e passeatas de ruas, na organização em redes sociais pela internet, na articulação de movimentos políticos mistos ou de mulheres e até mesmo dentro do Congresso. A “representação extraparlamentar” (AVELAR; RANGEL, 2017, p. 257) e suas múltiplas esferas de atuação configuram dimensões relevantes de representação política que ultrapassam os conceitos da representação substantivo-descritiva institucional (idem, 2017). Sueli Carneiro (2019) chama a atenção para o fato de que o movimento de mulheres no Brasil é um dos mais respeitados no mundo e uma referência internacional para certos temas, como a luta pela anistia; a luta por creches nos locais de trabalho; equidade salarial; na mobilização social e institucional histórica como foram as articulações para a Constituição de 1988; nas lutas pela criação de sistemas institucionais e legais de garantia de direitos; apoio e proteção às mulheres vítimas de violência como os Conselhos dos Direitos das Mulheres, as Delegacias Especializadas, previstas na lei Maria da Penha; nas tensões para a igualdade entre homens e mulheres no casamento; nos direitos das trabalhadoras domésticas. Ou ainda, no avanço de políticas públicas para a saúde da mulher; na inclusão dos 30% das cotas para as mulheres nas legendas partidárias em disputas eleitorais; na luta pela descriminalização do aborto e pela ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos (CARNEIRO, 2019; AVELAR; RANGEL, 2017, p. 256; BIROLI, 2018, p. 173). Embora esse aspecto não seja o foco desse artigo, entendemos ser relevante registrar os ativismos nas trajetórias de lutas das mulheres no Brasil, sobretudo pela relação com as políticas públicas em questões de gênero, saúde sexual e reprodutiva. Entendemos que a eleição de Dilma Rousseff (PT) em 2010 está relacionada a essa trajetória de lutas das mulheres, assim como o rechaço a ela no golpe de 2016.

Em meio a conquistas importantes, é nesse período - entre 2007 e 2010 - que há um crescimento dos parlamentares conservadores no Legislativo federal, que se posicionavam em torno da agenda “em defesa da vida e da família” (VIANA, 2011, p. 168; LACERDA, 2019). A visita do papa em 2007 foi um momento de forte atuação dos grupos conservadores nos meios de comunicação massificando a propagação de discursos contra o aborto. Articulações de frentes parlamentares contra o aborto se fizeram presentes na Conferência Nacional de Políticas para as mulheres, também em 2007 (VIANA, 2011, p. 168). Em 2009 a apresentação do Plano Nacional dos Direitos Humanos 3 (um dos itens era aprovar um Projeto de Lei que despenalizava o aborto), teve forte oposição da Igreja. Em 2010, ano eleitoral, o texto foi modificado para “um problema de saúde pública e a garantia aos serviços de saúde”. No mesmo ano, na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados foi aprovado o parecer favorável ao Projeto de Lei instituindo o Estatuto do Nascituro⁴⁹ (idem, 2011, p. 169).

A feminista e pesquisadora do Observatório de Sexualidade e Política/SPW, Sônia Correa, explica que a política antigênero vem sendo construída pelo Vaticano e seus aliados desde o contexto da preparação

49 Projeto é parte de um conjunto de tentativas de aprovação de leis que tentam proibir o aborto em qualquer situação. O projeto do nascituro estabelece que uma gestação proveniente de estupro garanta “*ao nascituro* [grifo meu] o direito à assistência pré-natal e a ser encaminhado para adoção, caso a mãe assim deseje. Se a mãe vítima de estupro não tiver condições econômicas para cuidar da criança, o Estado arcará com uma pensão até que o estuprador seja identificado e responsabilizado pelo pagamento ou a criança seja adotada, se for vontade da mãe”, Cf. Agência Câmara de Notícias: <<https://www.camara.leg.br/noticias/405803-estatuto-do-nascituro-e-aprovado-pela-comissao-de-financas-e-tributacao/>>. Para mais detalhes sobre o conjunto de leis de interesse dos grupos de religiosos, segue nota de criação da Frente parlamentar em defesa da vida e da família, em março de 2019, cf: <<https://www.camara.leg.br/noticias/554373-frente-quer-barrar-projeto-que-permite-aborto-em-caso-de-microcefalia/>>.

das conferências das Nações Unidas nos anos 1990 e começo dos anos 2000 tendo como fortes aliados os países da América Latina (CORREA, 2018). A autora sustenta que durante os debates oficiais da Eco 92, no Rio de Janeiro, questões como o “direito ao planejamento familiar” e o termo “saúde reprodutiva” foram colocadas nas conversações entre os estados membros pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esses temas provocaram ataques e manobras políticas por parte dos representantes da Santa Sé, que reativaram a controvérsia histórica em torno de políticas de controle populacional, produzindo uma oposição discursiva entre pobreza e direito ao desenvolvimento de um lado, e controle da fecundidade de outro (CORREA, 2018, s/p).

Mesmo que o termo “gênero” ainda não fosse o centro das controvérsias, Correa sustenta que foi a partir desse momento que “a Santa Sé e seus aliados partiram para a ação de conter o duplo reconhecimento do aborto como um problema de saúde e das múltiplas formas de família” (idem). Desde então, entre avanços dos movimentos feministas e derrotas dos grupos religiosos, o gênero (e nele o fim do direito ao aborto legal, a condenação do ensino de educação sexual e o respeito à diversidade de gênero e sexual) passou a ser profundamente atacado. Houve uma espécie de “cruzada” transnacional que se manifestou com especial intensidade na Europa (a partir dos anos 2010, Cf. Correa; 2018, s/p) e na América Latina desde há muito, haja vista o legado colonialista do catolicismo e o impacto da expansão evangélica nos últimos vinte anos com ênfase para o posicionamento religioso contra a agenda de gênero e a sexualidade (CORREA, 2018, s/p; MACHADO, 2018).

Esse é o ponto que liga o *neo*conservadorismo às reflexões sobre o aborto como instrumento da luta política conservadora: o ativismo em torno da regulação do desejo, da sexualidade, associado à defesa dos valores da família tradicional e de valores religiosos da direita cristã (LACERDA, 2019; BROWN, 2019; MACHADO, 2018). O ativismo

político da direita cristã pretende reagir aos avanços e conquistas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos. Aproximamos-nos das posições de Vaggione (2007); Machado (2006; 2018); Machado e Burity (2014); Vaggione e Machado (2020); Miguel, Biroli e Mariano (2017); Correa (2018) que apontam a agenda dos direitos sexuais e reprodutivos como fator de coesão entre o ativismo religioso e diferentes grupos conservadores no campo político e econômico. O aspecto moral e dos costumes são centrais para a coalização neoconservadora. Argumentos baseados na moral, no restabelecimento da autoridade patriarcal, na função da família para prevenir “disfunções” sociais são partes desta retórica no Brasil assim como em outras partes do mundo (LACERDA, 2019, 61). Essa perspectiva organiza o combate aos programas governamentais que ampliavam direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI+. Tais programas inclusivos sobre os direitos sexuais e reprodutivos (ainda que limitados pelas tensões provocadas por segmentos religiosos) estiveram presentes nas políticas públicas levadas à frente pela então Secretaria de Política para as Mulheres, durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016).

O neoconservadorismo e suas conexões: a ligação com a política antigênero

O aprofundamento do neoliberalismo com o dismantelamento do Estado de Bem Estar social, a desregulação do trabalho formal e o sistema previdenciário, assim como o discurso de ajuste fiscal voltado para o corte de recursos em políticas públicas sociais, entre elas a educação e a saúde, estão profundamente relacionados ao contexto da “renovação” do ativismo cristão antigênero. Para Brown, a remodelação neoliberal que vem ocorrendo nas últimas quatro décadas tem no aspecto moral um amálgama. Para a autora, é preciso ampliar as compreensões dessa racionalidade para “contemplanar seu ataque multifacetado à democracia e

sua promoção da moralidade tradicional em detrimento da justiça social legislada” (BROWN, 2019, p. 32). Embora de forma incipiente, a campanha eleitoral de 2010 já apresentava o predomínio da simbologia religiosa e os discursos em torno da “família tradicional”, “Deus”, “vida desde a concepção”, além da objetificação da mulher, que sequer é considerada como sujeita de direitos, algo que foi reforçado pelo comportamento conservador do noticiário eleitoral de viés antiabortista (MANTOVANI, 2017).

Para compreender o “novo” contexto conservador, é importante retroceder alguns anos. Segmentos pentecostais cresceram de forma acelerada e demonstraram ter grande capacidade de se adaptar transformando uma relutância em participar de disputas eleitorais ainda na década de 1970 para uma nova postura com forte presença e atuação política no parlamento a partir dos anos 1990 (MACHADO; BURITY, 2014; MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017; LACERDA, 2019). Há uma reconfiguração discursiva com as lideranças pentecostais atuando com força contra pautas envolvendo igualdade de gêneros, o combate à homofobia, a descriminalização do aborto, direitos sexuais e reprodutivos. O que se destaca no ativismo religioso conservador brasileiro é “a presença de vários pastores e bispos pentecostais no poder legislativo e a aliança com os parlamentares católicos para impedir a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos” (MACHADO, 2018, s/p).

A despeito das diferenças de doutrinas, formas de organização e conflitos históricos, as Igrejas Evangélicas e Católicas formaram uma aliança comum na luta antigênero e trabalham como aliadas em vários países da América Latina (VAGGIONE; MACHADO, 2020, p.8, tradução própria). Nesse sentido, estratégias discursivas entre as quais a de associar o aborto à “cultura da morte” ou as narrativas sobre uma suposta “ideologia de gênero”⁵⁰ foram adotadas por atores católicos e

50 Miguel (2016) explica que foi no ambiente acadêmico estadunidense a partir dos anos 1970 que a discussão sobre o termo “gênero” como indicador de diferença entre

pentecostais conservadores. Cabe ressaltar a forte influência da agenda cristã proveniente dos EUA e dos movimentos transnacionais “pró-vida” e “pró-família”, cada vez mais comuns no Brasil e na América Latina. Chamo a atenção para esses dois argumentos (a “defesa da vida” e “valores da família”) que estavam presentes nos discursos de 2010⁵¹.

Desde a chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto, em 2019, o Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos, dirigido pela pastora Damares Alves⁵², vem sendo um polo relevante de afirmação

sexo biológico e papéis sociais questionaram o entendimento convencional heteronormativo entre homens e mulheres. E foi um marco do feminismo contemporâneo. Esse pensamento foi interpretado como uma ameaça aos arranjos familiares tradicionais, de origem divina e centrada no sexo para a reprodução humana (MIGUEL, 2016, p.596). Assim, o termo “ideologia de gênero”, que apareceu pela primeira vez em 1998, é uma expressão pejorativa de setores conservadores religiosos para se contrapor à luta feminista por “igualdade de gênero” e tem uma forte atuação no campo educacional.

51 É importante lembrar que em 2010 havia divisões no campo conservador. Uma parte das lideranças e dos políticos das matrizes católica e evangélica apoiava o PT e defendia a candidata Dilma Rousseff. Entre eles, a Convenção das Igrejas Assembleias de Deus de Madureira, o senador Magno Malta e o bispo Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus). Edir Macedo tinha uma posição mais liberal em relação ao aborto e foi uma das lideranças que a defendeu e repercutiu a “Carta aberta ao Povo de Deus” divulgado pela candidata petista onde assumia o compromisso de deixar para o Congresso Nacional decidir sobre “valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como o aborto” (MACHADO, 2012, p. 30).

52 O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) foi instituído nos primeiros decretos da gestão Bolsonaro nos primeiros dias de Janeiro de 2019. A ministra Damares Alves tomou posse no dia 04/01/2019 já com o atual formato. O órgão é uma fusão do Ministério dos Direitos Humanos (criado em 1997 por Fernando Henrique Cardoso como Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, com status de ministério). Em 2015, já no 2º mandato de Dilma e, diante da crise política instalada, o compromisso com o “enxugamento da máquina pública” levou à criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH) com a unificação da Secretaria dos Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (criada em 2003 pelo então presidente Lula com status de ministério, sendo Matilde Ribeiro a primeira ministra da pasta) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (Criada em 2003 pelo então presidente Lula, com status de Ministério, sendo Nilcéa Freire a primeira ministra).

da moral cristã conservadora e reacionária para a definição de políticas públicas, bem como da exaltação de papéis tradicionais e da submissão e silenciamento das mulheres em relação às violências de que são vítimas. O Ministério da Saúde também tem sido palco do desmonte de políticas públicas relacionadas à saúde da Mulher⁵³. Ao mesmo tempo, o aprofundamento do ativismo religioso no Congresso contra o aborto legal; contra o direito de reconhecimento legal das uniões homoafetivas; contra o avanço da legislação que criminaliza a homofobia explicitam as estratégias das bancadas evangélicas e católicas no Congresso (LACERDA, 2019; MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017; ROMANCINI, 2018; MACHADO; BURITY, 2014). E indicam que as disputas em torno dos “costumes” e dos direitos reprodutivos e sexuais não são secundárias. Ao contrário, desde a eleição de 2018, tornou-se explícita as implicações do ativismo religioso nas definições de políticas governamentais, no regramento jurídico e legal do País. Em nome das tradições da família, estão sendo disputados os papéis de mulheres e homens em sociedades em transformação. O projeto neoconservador é uma proposta renovada de agendas já existentes de controle sobre os corpos, mais especificamente sobre a sexualidade e sobre a capacidade reprodutiva das mulheres (BIROLI, 2019, p.2).

Além da política parlamentar e institucional, segmentos religiosos conservadores vêm atuando no campo legal no sentido de ampliar a regulação moral. Essas articulações sustentam discursos que conflitam com a compreensão dos direitos sexuais baseado numa concepção de

53 Após o caso da menina do ES vítima de estupro e das violências perpetradas contra ela na tentativa de impedi-la de realizar o aborto, o Ministério da Saúde divulga portaria que dificulta o acesso ao aborto legal, conforme registra o site do Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria): <<https://www.cfemea.org.br/index.php/alerta-feminista/4837-depois-do-caso-da-menina-do-es-ministerio-da-saude-divulga-portaria-que-dificulta-o-acesso-ao-aborto-legal>>

Direitos Humanos. Em geral, a tentativa de regulação e normatização da sexualidade sustenta-se numa moralidade sexual “universal”, que defende a “família natural” e a procriação como “função” da sexualidade (VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 8; MANTOVANI; MORITZ, 2019). Na concepção conservadora, a representação do feminino é definida exclusivamente pela maternidade e pela posição “natural” de subordinação do feminino, situada no mundo privado, onde se localiza a família nuclear heteronormativa.

O que há de novo no neoconservadorismo?

Historicamente, esses arranjos neoconservadores vêm ocorrendo nos EUA desde os anos 1950 (LACERDA, 2019) ⁵⁴. O conservadorismo não existe enquanto uma vertente singular de pensamento. Ao contrário, diferentes expressões organizam concepções conservadoras. Existem diferentes tonalidades no interior do conceito. Para efeito dessa reflexão, chamamos a atenção para um aspecto desse pensamento que está em “conservar o presente (...) o familiar ao desconhecido, o testado ao nunca testado, o atual ao possível, o risco presente à felicidade utópica” (COUTINHO; 2014; OAKESHOTT, apud, COUTINHO, 2014, p.17-22). O conservadorismo “é uma ideologia posicional e reativa: é

54 Conforme estudo realizado por Lacerda (2019), o neocconservadorismo designa um movimento, um modo de pensamento ou preferências, mas também é uma força hegemônica no discurso público, uma filosofia política influente da direita estadunidense com produção de acadêmicos defensores do liberalismo econômico e anticomunistas a partir dos anos 1950. A resultante desse movimento neoconservador no campo político possibilitou a eleição de Ronald Reagan para presidente dos EUA em 1980. Lacerda apresenta um conjunto de autores que apontam que a articulação de uma intelectualidade neoconservadora começa a se organizar no começo da Guerra Fria para construir um movimento baseado no libertarianismo econômico, no tradicionalismo moral e no anticomunismo (LACERDA, 2019, p. 31). Conforme o liberalismo foi incorporando demandas da “nova esquerda” de políticas distributivas e de igualdade, a partir da década de 1960, os intelectuais neoconservadores foram movendo-se para uma posição mais conservadora, ou mais à direita.

perante uma ameaça concreta aos fundamentos institucionais da sociedade que a ideologia conservadora desperta, reage e se define” (HUNTINGTON, apud, COUTINHO, 2014, p.28).

No que consiste a ameaça ao status quo? São várias as “ameaças”. Viriam, por exemplo, de políticas inclusivas de bem-estar social porque “aumentam os gastos” e geram “desequilíbrios” na economia capitalista e desempregos. As ameaças também viriam dos movimentos LGBTQI+ porque questionam o falocentrismo e a heteronormatividade compulsória. Viriam dos movimentos feministas porque questionam as hierarquias de gênero, a violência e a dominação masculina; porque defendem a igualdade de gênero e o aborto legal como um direito das mulheres sobre a própria vida. As ameaças também viriam dos movimentos negros e das lutas das mulheres negras, porque questionam o racismo estrutural que mata e define privilégios raciais.

Wendy Brown (2019) sustenta que o sofrimento econômico, o rancor racial da classe trabalhadora e classe média branca estadunidense são alimentados por discursos de “responsabilização” do outro pelas perdas e desastres econômicos vivenciados pela queda do poder de compra das famílias. A responsabilização pela perda do emprego, pela falta de assistência, pela falta de vagas nas escolas é “do outro”, sem identificar o real problema com o aprofundamento das políticas neoliberais sobre o Estado Social. Esse “rancor” alimenta a intolerância misógina, racista e homofóbica incentivando discursos de ódio por parte de grupos extremistas que vem ganhando cada vez mais espaço e visibilidade pública (Brown, 2019, p. 16).

Almeida (2018) distingue o conservadorismo como uma denominação clássica e o neoconservadorismo como uma manifestação surgida em reação às transformações socioeconômicas ocorridas na primeira metade do século XX.

O neoconservadorismo estrutura-se como reação ao *welfare State* [Estado de bem estar social], à contracultura, à nova esquerda, ao advento do regime de acumulação fordista. Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização (...). Para os neoconservadores, a ruptura com as bases que permitiram a consolidação da sociedade ocidental fez com que fossem apagadas diferenças naturais entre indivíduos. (...) Assim, a pauta neoconservadora é basicamente a de restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implementação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e livre iniciativa. (ALMEIDA, 2018, p.28).

No Brasil e na América Latina movimentos semelhantes vêm ocorrendo desde a década de 1970 com o papel ativo de organizações evangélicas, sobretudo as igrejas pentecostais e neopentecostais atuando em causas associadas ao pensamento de direita⁵⁵. O neoconservadorismo é conservador porque reage a um contexto de conflito político e social àquilo que é considerado uma “ameaça” às instituições (e ao poder) vigentes. O que há de “novo” nesse neoconservadorismo são “as questões sexuais, reprodutivas e sobre a família que são o cerne do programa político da coalizão neoconservadora nos EUA” (DIAMON, 1995, PETCHESKY, 1981, apud, LACERDA, 2019, p.38-39).

Considerações Finais

No contexto atual, a reação neoconservadora se define por uma coalização entre diferentes tradições políticas que aliam idealismo

⁵⁵ Utilizamos o conceito de Norberto Bobbio (2001) para esquerda e direita, para quem o que melhor caracteriza as doutrinas de esquerda é igualitarismo no sentido inclusivo/distributivo. Já o que melhor caracteriza as doutrinas de direita são as posições opostas à igualdade, de defesa da liberdade individual egoísta e do mercado, do Estado mínimo, ou seja, o oposto da distribuição.

punitivista (criminalização do aborto em qualquer situação, por exemplo), o livre mercado e o individualismo absoluto (libertarianismo), militarismo anticomunista e valores da direita cristã (LACERDA, 2019, p.19). Essa retórica se associa a um discurso de “liberdade total” para justificar exclusões e violações que reasseguram a hegemonia dominante branca, masculina e cristã.

Portanto, a moral cristã, colonialista e patriarcal não é uma questão menor no constructo ideológico do século XXI. As questões reprodutivas, bem como a moral cristã e heteropatriarcal orientam uma visão sobre o conceito de família. E são centrais para essa engrenagem que entrelaça os movimentos *neoconservadores* ao discurso neoliberal de desregulação e expansão do poder do capital (BROWN, 2019, p. 20). O neoconservadorismo também é caracterizado por um “mercado de juridificação” da moralidade (VAGGIONE; MACHADO, 2020, p.8, tradução própria) que consiste em um incremento do uso das normas legais para resolver problemas políticos no enquadramento neoconservador.

Diante do aprofundamento da crise econômica, da desregulação do Estado e dos serviços públicos produzindo crescente falta de solidariedade, violência urbana e desagregação social, o discurso neoconservador incorpora valores religiosos, de subserviência e de comprometimento da família “natural” como a responsável por garantir a ordem “e a punição via sistema criminal para quem não se ajusta às regras” (LACERDA, 2019, p. 19).

Há uma interação entre o reacionarismo moral, neoliberalismo econômico e uma visão reciclada do anticomunismo, personificada na atualidade pelo antipetismo, utilizada por setores do capital, da mídia empresarial, do campo conservador e de segmentos religiosos, assim como o uso de uma retórica recorrente da corrupção e do aprofundamento da crise econômica como responsabilidades da esquerda. A esses posicionamentos estão associados os discursos que

imputam ao campo progressista e pluralista um suposto interesse em “destruir” a família e a moral cristã. Nas eleições de 2010 esses elementos estavam presentes nos discursos públicos propagados pelas vozes masculinas que eram majoritárias nas manifestações de parlamentares, padres, bispos e líderes religiosos. Tais atores concentravam na pessoa de Dilma Rousseff as principais acusações de “abortista”, além de “manipuladora” e “mentirosa”, não sendo merecedora de confiança, nem do voto do eleitorado (MANTOVANI, 2015, p. 144).

Vista em perspectiva histórica, onze anos depois, as menções ao aborto concentradas em enquadramentos conservadores, em 2010, reforçaram o papel político dos meios de comunicação na construção seletiva de significados. Não é um espaço neutro, o que fica evidente se observarmos a cobertura do *impeachment* de Dilma em 2016, assim como a cobertura seletiva sobre as investigações da Lava Jato (de 2014 a 2018), que “deixaram patentes que a ‘velha mídia’ continua central na configuração do debate público” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p. 206).

Além do aborto, o “pânico moral” (MISKOLCI, 2007, apud, ROMANCINI, 2018) em relação aos direitos sexuais foi explicitado nos discursos de Jair Bolsonaro e grupos evangélicos neopentecostais como o “kit gay”, expressão homofóbica verbalizada por Bolsonaro na eleição presidencial de 2018 (ELIAS; MANTOVANI, 2020; WEBER *et al.*, 2019; LACERDA, 2019) com o propósito de posicionar estrategicamente agentes conservadores de modo a ativar sentimentos de medo e temor de mudanças na ordem social associando à pedofilia (ROMANCINI, 2018, s/p).

Ao olhar em perspectiva histórica para 2010 é possível verificar o quanto narrativas conservadoras, hierárquicas e violentas vem atacando o pluralismo ético e político, as conquistas de direitos pela diversidade sexual, dos direitos das mulheres, dos negros, indígenas e populações mais vulneráveis. A ausência de vozes dissidentes em relação às elites dominantes contribui para limitar o conflito para formatos que não

afetam interesses econômicos e políticos dominantes e cada vez mais desiguais com o aprofundamento da miséria e da pobreza provocados pela pandemia e a omissão do governo Bolsonaro no enfrentamento da gravíssima pandemia que assolou o Brasil e o mundo desde 2020. Além disso, a baixa pluralidade no debate público, em especial nos espaços da mídia empresarial, tem um papel relevante na construção de pânico morais, “na medida em que amplifica as vozes dos atores interessados em promovê-los” (ROMANCINI, 2018, s/p).

A ofensiva religiosa contra o aborto estabelece uma conexão entre a moralidade religiosa e o poder político que vem revelando formas de coalizão política entre diferentes atores – religiosos e não religiosos (VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 6). Faz sentido, nessa perspectiva, a centralidade que a família tradicional assume e, nela, a regulação sobre a vida e o corpo das mulheres. É o que Melinda Cooper (2017) chama a atenção quando destaca a família tradicional, construída como “modelo” no processo de industrialização capitalista do pós-guerra. Esse é o núcleo chave da aliança neoliberal com o neoconservadorismo. “A questão da família foi central para a formação de uma ordem capitalista pós-keynesiana. (...) A família é o lócus da crise” (COOPER, 2017, p. 24, tradução própria).

Evitando o moralismo declarado dos conservadores sociais, os neoliberais estão interessados em incluir o trabalho das donas-de-casa, no contexto de classe média branca, em um novo mercado de serviços domésticos (COOPER, 2017, p. 9). Passa a ser tarefa das famílias a provisão de qualquer tipo de cuidado para com seus dependentes, seja criança, idosos, pessoas que exijam cuidados especiais (COOPER, 2017; BROWN, 2019, p. 22), arcando com os custos desses serviços antes prestados pelo Estado Social. Nessa perspectiva, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a autonomia das mulheres sobre seus corpos e sua sexualidade e vida reprodutiva, o enfrentamento à violência

doméstica e às hierarquias de gênero, são ameaças estruturais para política neoconservadora.

O movimento neoconservador também envolve grupos chamados “supremacistas” ou “negacionistas” que não reconhecem a profundidade da desigualdade provocada pelo racismo estrutural; não reconhecem as mudanças climáticas; desrespeitam saberes e povos tradicionais e originários e buscam proibir a inclusão da educação sexual nas escolas públicas (BLEE; YATES, 2015, p. 127, tradução própria). Estão situados em visões racistas que rechaçam as desigualdades produzidas por privilégios de raça, gênero, sexualidades, religiosidades que defendem uma “igualdade” que se define pelo branco, heteronormativo hegemônico. Ao negar os privilégios de gênero e racialidade, esses grupos defendem o fim de políticas públicas afirmativas e inclusivas, assim como não reconhecem o impacto do racismo e do sexismo estrutural e institucional na vida social.

Sem desconsiderar as peculiaridades históricas, políticas e sociais dos países, a difusão de expressões como “ideologia de gênero” para descrever as demandas dos movimentos feministas e LGBTQI+ é hoje um assunto presente no cotidiano da esfera pública. Algo que para muitos, em 2010, sequer era motivo de análise mais aprofundada. Mas desde o golpe contra Dilma Rousseff, em 2016, tornaram-se explícitas com o desmonte sucessivo das políticas públicas relacionadas a gênero e direitos sexuais e reprodutivos no plano federal e em diversos Estados.

Por fim, gostaria de reforçar que essa reflexão procura olhar para a dinâmica de processos políticos ao longo dos anos inserindo acontecimentos específicos (como a eleição em 2010) que apontam para a paulatina e profunda corrosão democrática que vem ocorrendo no Brasil. Ao dialogar com o conceito neoconservador, um fenômeno transnacional, buscamos refletir sobre acontecimentos que não estão isolados. Procuramos evidenciar nesse artigo que a temática do aborto mobilizada por agentes políticos durante a campanha eleitoral de 2010

estava relacionada a contextos mais amplos, numa dimensão ofensiva “intrinsecamente produtiva” inserida em um projeto mais amplo, empenhado em instaurar uma nova ordem política, menos liberal e menos democrática (PATERNOTTE, 2020).

Nesse ambiente de aprofundamento antidemocrático, a família e o ataque à autonomia das mulheres sobre seu corpo e vida reprodutiva, o ataque à diversidade sexual são aspectos centrais desses novos arranjos. Pretendemos chamar a atenção para o nexo entre esses episódios. Trata-se de compreender que as questões de gênero e sexualidades se transformaram em símbolos das batalhas antidemocráticas que atinge toda a sociedade agudizando ainda mais a vida das mulheres, sobretudo as mulheres negras, as mulheres que vivem nas periferias da cidade e do campo, as mulheres pobres, as mulheres migrantes. O direito ao aborto assume relevância no debate público, na medida em que se trata de um direito político em disputa diante de valores morais unitários que se pretendem impor de forma autoritária sobre valores pluralistas e de respeito à diversidade. E que vem atuando perigosamente contra os direitos civis, sociais e políticos da maioria da população brasileira, devastada pela pandemia e pelo brutal ataque da exploração do capital sobre o Estado social.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luis de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, p. 27-32, 2018.

ANIS – Instituto Bioética. **Aborto: por que precisamos descriminalizar?** Argumentos apresentados ao Surpemo Tribunal Federal na Audiência Pública da ADPF 442/Anis – Instituto de Bioética – Brasília: LetrasLivres, 2019.

AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia. Como as mulheres se representam na política? Os casos de Argentina e Brasil. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lucia (orgs). **50 Anos de Feminismos: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos de Democráticos** - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fapesp, , p. 255-300, 2017.

_____. As presidentas: trajetórias, contexto e mandatos. In: BLAY, Eva Alteman; AVELAR, Lúcia; Rangel, Patrícia (orgs). **Gênero e Feminismos: Argentina, Brasil e Chile em Transformação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, p. 423 – 454, 2019.

BARRERAS, Sandra Bittencourt. Interesse Público e agendamento: o aborto nas eleições de 2010. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja; LOCATELLI, Carlos (orgs) **Comunicação pública e política**. Florianópolis: Insular, p. 229-248, 2017.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Entre bufões, economistas e políticos profissionais: o lugar dos “costumes” nas disputas políticas. **Blog da Boitempo**, 08/02/2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/02/08/entre-bufoes-economistas-e-politicos-profissionais-o-lugar-dos-costumes-nas-disputas-politicas/>.

_____; MACHADO, Maria das Dores; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina, 1.ed.-São Paulo: Boitempo,2020.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe Miguel. Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil, São Paulo: Contexto, 2017.

BLEE, Kathleen; YATES, Elizabeth. The place of race in conservative and Far-right movements. In: **Sociology of Race and Ethnicity**. vol I, n.I, 2, p. 127-126, 2015.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antoidemocrática no ocidente. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos - São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 271-292, 2019.

COOK, Timothy. O Jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº6, p. 203-247, 2011.

COOPER, Melinda. **Family Values**: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.

CORREA, Sônia. A “política de gênero”: um comentário genealógico. In: **Cadernos Pagu**, n. 53, Campinas, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000200401&script=sci_arttext>.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

ENTAM, Robert. Framing: *Towards Clarification of a Fractured Paradigm*. In: **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993. Disponível em PDF.

ELIAS, Maria Lígia; MANTOVANI, Denise Maria. “*Gender Ideology in Brazilian 2018 Presidential Elections*”. Paper apresentado no Painel “*Religion, Anti-Gender Mobilization and Radical Right Populism*”

promovido pela *Italian Political Science Association* (SISP) 2020, em 03/09/2020, via videoconferência por zoom.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

MÍDIA, MISOGÍNIA E GOLPE/ Janara Kalline Leal Lopes de Sousa ... [et al.]; organização Elen Cristina Geraldês ... [et al.]. – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 316 p. 2016. Disponível em PDF: https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_midiamisoginiagolpe.pdf

HTUN, Mala. **Sex and the State. Abortion, Divorce and the Family Under Latin American Dictatorships and Democracies**. New York: Cambridge University Press, 2003.

JORDÃO, Fátima Pacheco; CABRINI, Paula. A questão do aborto e as eleições de 2010. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lucia (orgs). **50 Anos de Feminismos: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos de Democráticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fapesp, p. 301-320, 2017.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LUNA, Naara. A controvérsia do aborto e a imprensa na campanha eleitoral de 2010. **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.71, p. 367-391, Maio/Ago, 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O conservadorismo cristão no Brasil contemporâneo. Paper apresentado na Mesa Redonda 17: **Feminismos e conservadorismo: a disputa pelo olhar das ciências sociais no 42º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, 2018, s/p.

_____. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. In: Dossiê Aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº7, p.25-54, janeiro/abril de 2012.

_____. **Política e Religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____; BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, vol.57, nº3, p: 601-631, 2014.

MANTOVANI, Denise. **Mídia e Eleições no Brasil, Disputas e Convergências na construção do Discurso Político**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

_____. Os limites da controvérsia do aborto na agenda eleitoral de 2010: um estudo sobre o agendamento da mídia. IN MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia [*et al*] (orgs). A Democracia face às desigualdades: Problemas e horizontes. 1.ed, São Paulo: Alameda, p: 119-154, 2015.

_____. A agenda antigênero de Bolsonaro é internacional e quer destruir a sociedade plural. Site Brasil de Fato Rio Grande do Sul, 29/04/21. Disponível em: <https://www.brasilefators.com.br/2021/04/29/agenda-antigenero-de-bolsonaro-e-internacional-e-quer-destruir-a-sociedade-plural>

_____; MORITZ, Maria Lúcia. Autonomia dos corpos: o debate sobre o aborto no STF em 2018. In: FREITAS, Viviane Gonçalves (org). **Feminismos e interseccionalidade**: mulheres negras, protagonistas de suas histórias (Série de Estudos Reunidos, volume 75). Jundiaí: Paco Editorial, p. 55-80, 2019.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Protestantismo brasileiro, uma breve interpretação histórica. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luiz Mauro Sá (orgs). **Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, p. 49-79, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

_____. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, vol.07, nº15, p. 590-621, 2016.

_____; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Revista Opinião Pública**. Campinas, vol.23, nº1, p. 230-260, jan-abr, 2017.

PATERNOTTE, David. **Backlash**: uma narrativa enganosa, publicado em *Sexuality Policy Watch*, em 21/06/2020. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/backlash-uma-narrativa-enganosa/10754>>

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política In: RUBIM, Antonio Canelas (org). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, p. 74-104, 2004.

RAMOS, Jair de Souza. Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010. In: Dossiê Aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**. nº 7, Brasília, p. 55-82, Janeiro/abril de 2012.

ROMANCINI, Richard. Do “kit gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. Depois do golpe: a comunicação política em tempos da pós-Democracia. Revista Contracampo, Niterói, v.37, n.2, pp: 87-108, ago-nov2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17628/pdf>

VAGGIONE, Juan Marco. **Entre reativos e dissidentes**. Estreitando as fronteiras entre o religioso e o secular. Experiências apresentadas no I Fórum Social das Américas, em Quito, Equador, e no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Brasil. Católicas pelo Direito de Decidir (CDD); Comissão Internacional dos Direitos Humanos para Gays e Lésbicas (IGLHRC), Buenos Aires, Argentina: Agencia Periodística-CID, Janeiro, p.19-37, 2007.

_____. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/18094449201700500002>>

_____; MACHADO, Maria das Dores. *Religious Patterns of Neo-conservatism in Latin America*. In: **Politics & Gender**, v. 16, n.1, p. 102 – 119, 2020.

VASSALLO, Marta. **Fundamentalismos religiosos X Estado laico**. In: Defesa dos Direitos Sexuais em contextos fundamentalistas. Experiências apresentadas no I Fórum Social das Américas, em Quito, Equador, e no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Brasil. Católicas pelo Direito de Decidir (CDD); Comissão Internacional dos Direitos Humanos para Gays e Lésbicas (IGLHRC), Buenos Aires, Argentina: Agencia Periodística – CID, Janeiro, p.11-18, 2007.

VIANA, Paula. *Presentación de Brasil*. In: JURKEWICZ, Regina Soares (org). **Quem controla as mulheres?** Direito reprodutivos e fundamentalismos religiosos na América Latina. Beatriz Cannabrava e Lula Ramires (tradutores). São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, p. 167-170, 2011.

WEBER, Maria H.; NECKEL, Ângelo; ANDRADE, Bruna; MANTOVANI, Denise; BASTOS, Fernanda; GOMES, Janaína; GUERRA, Laura; FELTEN, Muriel. Rupturas Político-Estéticas na eleição presidencial de 2018 (as fanpages de Bolsonaro e Haddad). Trabalho apresentado no **II Congresso do INCT.DD**, Salvador, Dezembro de 2019.

HÁBITOS DE CONSUMO DE MÍDIA E AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF EM 2013⁵⁶

Helcimara Telles
Érica Anita Baptista
Thiago Sampaio

Introdução

A popularidade do incumbente faz parte de um conjunto de elementos e estes são essenciais para garantir a governabilidade. Presidentes com importantes taxas de popularidade alcançam prestígio perante as lideranças políticas, mídia e opinião pública (NEUSTADT, 1980; RIVERS; ROSE, 1985). Esse crédito amplia a autonomia do mandatário sobre a agenda governamental e reduz a necessidade de longas negociações para que as decisões do governo sejam efetivadas (EDWARDS, 1980). O contrário pode incorrer em diminuição da capacidade de ação, no fortalecimento da oposição e no crescimento da fiscalização sobre suas ações.

Os principais fatores que afetam a popularidade do incumbente estão relacionados a aspectos sociais, políticos e econômicos (ERIKSON *et al.*, 2002). A interpretação dos eleitores sobre tais fatores sofre a influência de elementos como a percepção individual, as predisposições políticas e as informações que consomem das mídias, sejam as tradicionais ou as digitais (BAPTISTA, 2017; BRODY, 1991; TELLES *et al.*, 2014). A compreensão acerca dos fatos cotidianos tende a direcionar a atenção sobre questões políticas veiculadas pela mídia. A situação econômica pessoal, bem como a escolaridade, também são

56 Este artigo é uma versão atualizada e modificada de uma publicação realizada na revista Debates, em 2015.

fatores que podem afetar as atitudes políticas dos cidadãos e, consequentemente, as maneiras como avaliam o desempenho do governo.

Assim, tem-se como objetivo neste trabalho compreender a relação existente entre o consumo de mídia e a percepção dos cidadãos sobre a atuação da ex-presidenta Dilma Rousseff. Positiva ou negativa, a percepção sobre o mandato formula a popularidade do incumbente. Analisamos em que medida os hábitos de consumo de mídia, associados a dados socioeconômicos, influenciam o julgamento dos cidadãos acerca do desempenho do governo e a popularidade de Dilma Rousseff em 2013.

Nossa hipótese teórica é a de que o consumo de mídia tem capacidade limitada para interferir na avaliação de governo. Questões como a escolaridade e a renda definem as plataformas midiáticas às quais os cidadãos serão expostos e são variáveis mais explicativas para entender a popularidade de governo do que a premissa de agendamento da mídia e sua influência na opinião pública.

Para análise dessas questões, nos amparamos na Pesquisa Brasileira de Mídia (2014), que foi realizada entre 12 de outubro e 6 de novembro de 2013, pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), com um universo de 18.312 entrevistados em 848 municípios, distribuídos em todo país; a margem de erro estimada foi de 1 ponto percentual para mais ou para menos, assumindo-se o intervalo de confiança de 95%.

Opinião pública e os *media effects* sobre a imagem do Presidente

A análise sobre os fatores que interferem na popularidade de um político e na avaliação do desempenho de um governo tangencia a formação da opinião pública e os efeitos que a mídia pode ter sobre ela – se são limitados ou ilimitados. A opinião pública se forma a partir de valores e atitudes majoritárias, e se trata de um processo coletivo, com a

participação de diversos atores sociais, com maior ou menor grau de relevância. Observa-se na formação da opinião pública, o entrecruzamento de conhecimento e as crenças, de um lado, e das opiniões e apreciações, de outro (CHAMPAGNE, 1998; DA VIÁ, 1983; CHARAUDEAU, 2005).

A opinião pública se forma a partir de um processo de interação, inicialmente entre grupos primários até chegar aos grandes grupos. Crespi (2000) propõe que o processo da opinião seria um modelo de cascata, de modo que uma série de processos descendentes culmina com a chegada da opinião ao “grande público”, que pouco participa do processo da formação da opinião. Ainda que as propostas de modelos de formação da opinião pública sejam diferentes em sua estrutura, elas concordam de que se trata de um processo coletivo.

Se as opiniões são resultantes de um ou vários processos de formação, a mídia compõe esse processo ao mediar às informações entre os debates que são realizados entre atores sociais e o público, de modo que o público tenha mais instrumentos para definir sua opinião diante do debate posto (LIPPMANN, 1965; BERGER; LUCKMANN, 2003). A mídia organiza os acontecimentos e os confere graus de relevância, de modo a nos situar no mundo.

Na contemporaneidade, os meios de comunicação de massa e as mídias sociais são importantes na política dos países democráticos – informam os cidadãos a respeito das ações do Estado, como participam da formação da opinião pública. Além disso, também atuam como vigilantes do poder público e das elites políticas. No sistema democrático, os meios de comunicação formam uma estrutura policêntrica que sofre o contrapeso da polifonia de mensagens. O que não ocorre em um sistema totalitário, no qual a mídia é monocêntrica. Tendo em vista essa relevância da mídia nas sociedades contemporâneas e partindo de uma hipótese teórica geral de que ela influencia a opinião pública, questionamos os efeitos dessa influência sobre indivíduos, grupos e sobre

o sistema social como um todo. Recorremos E para tanto, recorrem-se a algumas hipóteses como a de agendamento e do *priming* midiático.

A hipótese de *agenda-setting* propõe que a mídia seria capaz de redirecionar a atenção do público a determinados temas tidos como de “maior interesse” (PARK, 1925; LONG, 1958; MCCOMBS; SHAW, 1972). O agendamento é feito quando se escolhe priorizar determinados temas e ofuscar, ou ignorar, outros. De acordo com essa abordagem, a mídia oferece pistas de temas relevantes ao público, organiza sua própria agenda e decide quais são os assuntos importantes que devem ocupar o debate público. A hipótese do agendamento da mídia sugere que a agenda dos meios de comunicação é revertida em agenda da opinião pública (IYENGAR; PETERS; KINDER, 1982).

Outra hipótese de influência midiática diz respeito ao *priming*, que é compreendido como a continuidade do agendamento e discute como determinados esquemas mentais são ativados pelo conteúdo das notícias, e como isso pode afetar a manutenção ou a mudança das avaliações do público sobre determinados temas ou atores políticos (IYENGAR; KINDER, 2010; WEAVER, 2007). Para esta hipótese, a variável independente é a descrição que um acontecimento recebe pela mídia, ao passo que a variável dependente é a avaliação que as pessoas fazem dos temas ou atores políticos apresentados pela mídia (CHONG; DRUKMAN, 2007). Cabe esclarecer que a *agenda-setting* se ocupa dos acontecimentos selecionados pela mídia para conduzirem o debate público, ao passo que o *priming* diz respeito às avaliações que o público faz dos temas e atores políticos, a partir dos acontecimentos que são publicamente debatidos.

A partir da noção de *priming*, e considerando que a mídia é uma importante fonte de informação dos cidadãos, espera-se que a exposição à mídia possa variar a avaliação do governo, mas esta variação na avaliação é limitada e possui diversos matizes. Na medida em que a opinião pública pode ser afetada pela forma como a mídia confere maior visibilidade a

certos temas e direciona a interpretação das notícias, que pode ser positiva ou negativa. Ainda sobre os efeitos de *priming*, sugere-se que os cidadãos expostos à mídia pública (governamental) tendem a avaliar melhor o governo.

No entanto, a existência de certa dependência cognitiva do público não significa que a mídia controle a mente dessa audiência, como defendido por algumas teorias da comunicação nas primeiras décadas do século XX. Essa percepção aos poucos foi alterada e a mera exposição aos meios de comunicação não é suficiente para alterar a opinião do cidadão. As informações são recebidas e decodificadas de maneiras distintas pelos receptores, de acordo com seus valores, ideologias, tradições, escolaridade e renda. Ademais, tanto a informação quanto a opinião pública não são totalmente neutras, na medida em que supõe opções interessadas por ambas as partes.

Escolaridade, Hábitos de Mídia e Avaliação de Governo

Em 2013, a avaliação do governo da Presidenta Dilma Rousseff variou bastante, sendo as Jornadas de Junho de 2013 um importante fator de oscilação – queda abrupta de mais de 30 pontos percentuais na avaliação do seu governo. Em março de 2013, a avaliação positiva era de 63%, em setembro desceu para 37% e voltou a subir novamente, alcançado 43% em dezembro (Ibope). Em setembro de 2013, a maior parte do contingente que aprovava o governo Dilma era formado por eleitores com baixa escolaridade. Tal grupo, possuía maior predisposição a aprovar o governo da Presidenta e se diferenciava quanto à preferência sobre os veículos de comunicação. A Tabela 1 trata da distribuição do apoio ao governo pela escolaridade dos cidadãos.

Tabela 1 – Aprovação do Governo Dilma Rousseff pela escolaridade dos eleitores

Escolaridade	Aprova (%)	Nem aprova, nem reprova (%)	Reprova (%)
Baixa	20,4	13,4	10,3
Média	67,2	72,0	72,2
Alta	12,5	14,6	17,5

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia, 2014.

O público com menor escolaridade prefere a televisão (84%) o que se altera com o público mais escolarizado (68,2%). Para este público, a renda também é mais alta e o acesso à internet é maior (23,6%) (Tabela 2). Isto é, o público mais escolarizado e com maior renda se diferenciara dos demais pelo baixo apoio ao governo da Presidenta e pelo desprestígio à TV e ao rádio.

Tabela 2 – Principal veículo de comunicação por escolaridade

Veículos de comunicação	Escolaridade		
	Baixa (%)	Média (%)	Alta (%)
TV	84,0	77,1	68,2
Rádio	11,3	7,0	5,0
Jornal impresso	0,8	1,5	2,1
Revista impressa	0,1	0,3	0,4
Internet	2,7	13,4	23,6
Conversa com amigos/ conhecidos/parentes	0,3	0,3	0,3
Não sabe	0,4	0,1	0,2
Não respondeu	0,3	0,3	0,1

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia, 2014.

Os hábitos iniciais de exposição às mídias podem ser herdados a partir de grupos sociais como a família, por exemplo. Tais hábitos podem afetar, posteriormente, o consumo de novas mídias. Contudo, mudanças sociais, como escolaridade e renda, podem alterar as fontes de informação das pessoas. E temos o seguinte cenário: apoiadores do governo Dilma são aqueles que mais consomem TV e os opositores, são mais conectados à internet (Tabela 3). A partir disso, cada grupo utiliza o meio de comunicação de sua preferência para sustentar as suas predisposições políticas.

Entretanto, precisamos considerar que o impacto dos veículos de comunicação será limitado em função do baixo interesse dos eleitores sobre o governo. Um dos fatores que reduz o interesse por notícias é o clima de estabilidade gerado pela alta popularidade do mandatário e do seu governo (ABRAMSON *et al.*, 1988, FIORINA, 1981), o que reduz a necessidade dos eleitores constantemente se informar sobre as ações do governo.

Os eleitores que aprovam o Governo Dilma serão aqueles que demonstram maior interesse por notícias sobre o governo (Tabela 3). Isto é, em momentos de alta ou de baixa popularidade, aqueles que reprovam um governo estarão mais próximos do bloco que não dá atenção às notícias sobre o mesmo governo. É possível presumir, assim, que os apoiadores da Presidenta estão mais alinhados a informações produzidas pela propaganda governamental ou provenientes de notícias positivas sobre a mandatária.

Na maioria das vezes, as notícias só apresentam impacto significativo se os cidadãos confiam no emissor e entendem a necessidade de se manterem informados (JOHNSON; KAYE, 2000; KIOUSIS, 2001). No caso daqueles que reprovam o governo há baixa confiança e desinteresse nas mensagens transmitidas por representantes do governo.

Tabela 3 – Avaliação do Governo Dilma Rousseff e interesse em notícias sobre o Governo Federal

	Aprova (%)	Nem aprova, nem reprova (%)	Reprova (%)
Muito interesse	41,0	41,1	17,8
Interesse médio	35,0	47,5	17,4
Pouco interesse	31,5	45,4	23,1
Nenhum interesse	24,3	39,1	36,6
Não sabe	35,3	40,2	24,5
Não respondeu	33,5	43,1	23,4

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia, 2014.

O desinteresse dos eleitores atua como uma barreira à mudança de opinião sobre o governo. Com baixo interesse, boa parte da opinião pública permanece alheia aos noticiários, ao passo que os interessados utilizam as informações recebidas apenas para reforçar suas predisposições. Esses fatores são intensificados quando o foco dos problemas não está próximo da realidade dos sujeitos.

Além da desigualdade do efeito da mídia sobre eleitores como reflexo da renda e escolaridade, outros fatores individuais também concorrem a essa assimetria como, por exemplo, identificação partidária ou experiência com governos anteriores que faz com que existam predisposições dos eleitores sobre as informações políticas. Tais

pre disposições atuam como uma barreira para que o noticiário afete os indivíduos da mesma forma e promovem a prática da exposição seletiva.

A questão política é, por vezes, complexa a uma parcela importante da população, contudo, a maioria dos eleitores mantém constantes aferições sobre o mundo político. A análise é de dois tipos: *memory-based*, quando o passado predomina sobre a interpretação do presente ou *impressiondriven*, em que novas informações apresentam a capacidade de redefinir a compreensão acerca do ambiente político (LODGE; TABER, 2005). Para Brody (1991), tanto a avaliação *memory based* como a *impression-driven* variam conforme o noticiário sobre as ações políticas do presidente.

No modelo *memory-based*, o julgamento sobre o Presidente e seu governo varia conforme o conjunto de experiências vividas e sugestões. As experiências pessoais estabelecem modelos (esquemas) que funcionam como parâmetro para compreender o presente (LODGE, *et al.*, 1989). Por sua vez, tais modelos são ativados por meio de sugestões lançadas, sobretudo, pela família, amigos, mídia e especialistas (LODGE; TABER, 2005).

Porém, as sugestões são filtradas, pois os indivíduos possuem suas convicções e a elas se baseiam e relutam em contradizê-las. Esse é um dos motivos que faz com que os efeitos da mídia não sejam percebidos em todos os eleitores. Para que ela tenha efeito é preciso que os indivíduos tenham interesse pela política, acesso, confiança na mídia e, sobretudo, não deixem suas preconcepções orientarem o consumo de notícias (EDWARDS; GALLUP, 1990).

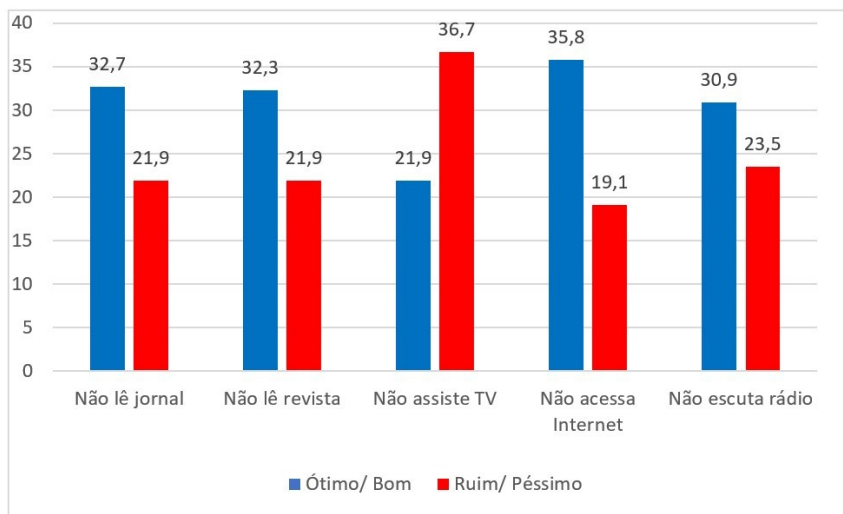
As preconcepções conduzem o eleitor a acessar as notícias da forma que lhe agrada; o que é mais frequente em cenários de maior acirramento da concorrência entre os veículos de comunicação. Com o aumento da disputa pela audiência, os veículos de comunicação perdem a capacidade de indicar o que o público deve consumir e a audiência ganha em determinar o que deve ser exibido.

Essa mudança na postura dos veículos de comunicação é reflexo das várias transformações a que eles foram submetidos nos últimos anos, sobretudo, as alterações na postura do público, dos avanços tecnológicos e de uma crise econômica estrutural. As mídias digitais se inserem, trazendo novas oportunidades de busca e exposição a diversas informações.

O aumento das fontes de informação fragmenta o público, pois é maior a chance de os eleitores utilizarem a mídia como entretenimento e se distanciarem do noticiário político (STROUD, 2008; PRIOR, 2007). A variedade de informação disponível favorece aos indivíduos limitarem sua atenção apenas para um pequeno conjunto de questões.

No caso da avaliação do governo, os sujeitos costumam recorrer a veículos que confirmam suas preconcepções e, como dito anteriormente, o público que aprova o governo passa a ser aquele que dedica menos atenção às mídias gerais, sobretudo, aos noticiários. De acordo com o Gráfico 1, a chance de encontrar sujeitos que não dedicam atenção aos veículos de comunicação será maior entre aqueles que aprovam o governo (ótimo/bom). A exceção dessa regra aparece apenas no tocante à TV.

Gráfico 1 - Audiência dos veículos de comunicação por aprovação do Governo Federal



Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia, 2014.

A aprovação do governo Dilma Rousseff, em setembro de 2013, se alinha à renda individual, isto é, sujeitos com baixa renda tendem a aprovar o governo, enquanto, a renda elevada indica reprovação. O par renda e escolaridade afeta diretamente a forma como os sujeitos utilizarão os veículos de comunicação: baixa renda e baixa escolaridade indicam mais frequência a TV. Por isso, boa parte dos que aprovam o governo de Dilma Rousseff são mais ligados à TV. O que não significa, porém, que a TV altere a percepção desses indivíduos sobre o desempenho do governo. Por sua vez, aqueles que reprovam a mandatária acessam várias mídias, mas possuem baixo interesse pelas ações do governo.

Com maior número de fontes de informação, os eleitores que reprovam o governo mantêm com maior facilidade a prática da exposição seletiva. O acesso a um conjunto maior de veículos de informação

possibilita aos indivíduos consumirem apenas notícias que satisfaçam as suas concepções (KINDER, 2003). As notícias que causam desconforto são, geralmente, ignoradas. Isso é visto, sobretudo, entre usuários da internet e TV por assinatura, pois permitem aos espectadores definirem o que desejam consumir.

A utilização de exposição seletiva varia conforme a disponibilidade de fontes de informação e ao peso que as concepções possuem sobre a vida do indivíduo. Na maioria das vezes, as informações acolhidas são aquelas que permitem a manutenção do comportamento já existente ou legitimam tendências individuais.

A prática da exposição seletiva favorece o aumento do distanciamento entre os sujeitos que apresentam maior interesse pela política daqueles com baixo interesse. Enquanto o público que demonstra maior interesse busca notícias sobre a política e a economia, o segundo grupo irá atrás de entretenimento (PRIOR, 2005). Isso faz com que o público que procura informações políticas tenha mais conhecimento sobre as questões nacionais e sobre como o governo age, já aqueles que desejam entretenimento terão baixo conhecimento político e atribuirão baixa relevância ao mandatário. Na próxima seção veremos quais fatores impactam na percepção sobre os problemas nacionais.

Avaliação do governo e percepção dos problemas nacionais

O suporte público é reflexo da análise dos eleitores sobre as medidas desenvolvidas pelo governo. Eleitores satisfeitos aprovam o mandatário e dão a ele o seu apoio, enquanto eleitores insatisfeitos migram para a oposição ao governo. Porém, os critérios que os cidadãos utilizam para julgar o incumbente não são rígidos e se alteram a partir de estímulos lançados pelo governo, pela oposição, pela mídia e mesmo pela conjuntura econômica.

Durante todo o mandato, o governante e os seus opositores travam disputa para controlar a forma como a opinião pública julga o desempenho do governo (SAMPAIO, 2014). Essa disputa passa pela imputação de responsabilidade ao Presidente e pelo destaque dado a determinados temas em detrimento de outros. Para a oposição, é estratégico que ações negativas do Presidente permaneçam em evidência, já que o governo buscará ampliar o eco de suas medidas consideradas positivas.

Nesse cenário, os veículos de comunicação surgem como meios onde as táticas do governo e da oposição, para direcionar a opinião pública, são efetivadas. Como vimos anteriormente, a hipótese do *agenda-setting* sustenta que o efeito da mídia decorre, sobretudo, da capacidade de fazer com que um conjunto de questões ganhe notoriedade e passem a orientar o comportamento dos cidadãos. Assim, a mídia exerceria a função de direcionar a atenção dos cidadãos para questões específicas e induzir a crença de que elas são relevantes. Além disso, ocuparia o papel de indicar sobre quais critérios tais questões devem ser analisadas e qual a responsabilidade do presidente sobre elas (efeito *prime*).

Essa tentativa de interferência da mídia é limitada. Quando ela ocorre, é sobretudo, no redimensionamento das grandes questões nacionais, pois “esses problemas que recebem destaque no noticiário nacional tornam-se na visão do público os mais importantes da nação” (IYENGAR; KINDER, 2010, p.16). Acredita-se que a partir dos estímulos midiáticos, os sujeitos passariam a debater acerca dos problemas nacionais (MUNDIM, 2010). Dessa forma, quanto maior a cobertura sobre determinado evento maior seria a possibilidade de ele ser visto como relevante e, a partir disso, impactar o suporte público do mandatário. É a atribuição de relevância que faz com que as questões tenham consequências políticas, isto é, incidam sobre a postura do governo ou alterem o seu suporte público.

O enquadramento dado pela mídia torna mais fácil para o eleitor identificar quais problemas são nacionais e quais são individuais. Entre os principais problemas nacionais apontados pelos eleitores se destacavam em 2013: corrupção, educação, saúde, impostos, juros, salários e custo de vida. Esses problemas se sobressaem, principalmente, por não se distanciarem do cotidiano do eleitor. No momento em que os efeitos não forem percebidos diretamente no bem-estar individual, eles deixarão de ser tratados como prioritários.

Nesse ponto, a teoria do *agenda-setting* falha ao subestimar a relevância das experiências individuais para a compreensão dos fatos políticos. No processo informacional acerca dos problemas individuais, as experiências pessoais estão em patamar superior ao da mídia. Por esse motivo, muitas vezes, notícias relacionadas à economia não apresentam qualquer efeito político visível, já que as experiências individuais indicam como e quais informações devem ser absorvidas. Por exemplo, o eleitor que está em dificuldades financeiras dificilmente mudará sua visão sobre a economia pela simples exposição ao noticiário. Isso explica por que apesar da cobertura da mídia ser negativa em relação ao Presidente Lula, ele conseguiu se reeleger em 2006: a cobertura negativa não encontrava eco entre os cidadãos mais pobres, que eram beneficiados pelas políticas públicas (MUNDIM, 2014).

Essas mesmas experiências individuais serão significativas para a compreensão do contexto nacional. A leitura dos problemas nacionais é feita a partir do ponto de vista individual. Por esse motivo é que alguns grupos veem um conjunto de questões como relevantes e outros não dão tanta importância ao mesmo tema. Esse vem a ser o caso da corrupção, por exemplo, eleitores com ensino fundamental incompleto apresentam mais chances de não perceberem como principal problema nacional (Tabela 4). É possível supor que eles possuem outras questões mais urgentes no seu cotidiano e creem que deveriam ser tratadas como tal pela agenda da mídia e do governo.

Outro fator, que reduz a capacidade de a mídia enquadrar os problemas ou gerar efeitos *primes*, é a aliança existente entre concepções sobre o governo e a atenção às questões políticas. Como dito anteriormente, o grau de apreço ao mandatário direciona a atenção dos cidadãos sobre as questões políticas e indica quais veículos merecem confiança. Por exemplo, “há uma tendência dos eleitores pró governo verem a economia sob uma luz mais rosada do que os eleitores da oposição” (NANNESTAD; PALDAM, 1994, p. 232). No caso de questões como corrupção, educação, saúde, impostos, juros, salários e custo de vida, essa distinção também se mantém (Tabela 4). Isto porque os eleitores que aprovam o governo são mais contumazes em não admitir a existência de qualquer tipo de problema nacional.

A seguir será apresentado um modelo multinomial de percepção acerca do principal problema nacional no país em 2013. A percepção dos problemas nacionais é nossa variável dependente e, neste caso, a avaliação de governo passa a ser uma variável independente. Além disso, introduzimos, no modelo, variáveis sociológicas – como escolaridade e região do país –, além das midiáticas: frequência, em horas, com que assiste TV, ouve rádio e acessa a internet, principal meio de comunicação e principal programa de TV – Jornal Nacional ou Jornal da Record, que foram os mais citados pelos informantes.

Tabela 4 - Modelo multinomial de percepção acerca do principal problema nacional

		Corrupção		Educação		Impostos, juros, salários e custo de vida		Saúde	
		B	Exp (B)	B	Exp (B)	B	Exp (B)	B	Exp (B)
Intercepto		-1,297		-		-		-	
				1,164*		2,100*		0,932*	
				**		**		**	
				(0,388)		(0,470)		(0,266)	
Avaliação	Ótimo/Bom	0,172*	0,842	0,193*	0,824	-0,121*	0,886	0,142*	0,868
		**		**		(0,069)		**	
		(0,063)		(0,062)				(0,041)	
	Ruim/Péssimo	0,165*	1,180	0,027	1,027	0,078	1,081	0,101*	1,107
		*		(0,067)		(0,076)		*	
		(0,067)		(0,067)		(0,076)		(0,046)	
Escolaridade	Ensino Fund. Incompleto	0,321*	0,726	0,463*	0,629	-0,101	0,904	-0,074	0,928
		**		**		(0,081)		(0,048)	
		(0,074)		(0,074)					
	Ensino Fund. compl./Médio incompleto	-0,135*	0,874	0,230*	0,795	-0,082	0,921	0,209*	0,811
		*		**		(0,080)		**	
		(0,070)		(0,067)				(0,049)	
Região	Norte/Nordeste	0,937*	0,392	-0,158	0,853	0,283*	0,753	0,129*	1,138
		**		(0,107)		*		(0,077)	
		(0,093)				(0,131)			
	Sul/ Sudeste	-	0,595	0,119	1,126	0,467*	1,595	0,441*	1,554

		0,519*				**	**		
		**		(0,102)		(0,123)	(0,074)		
		(0,085)							
Horas TV	Não assiste TV	-0,190 (0,180)	0,827	-0,024 (0,198)	0,976	0,604* ** (0,214)	0,547	-0,218* (0,135)	0,804
	Até 2 horas	- 0,309* * (0,158)	0,734	0,000 (0,175)	1,000	-0,208 (0,178)	0,812	-0,006 (0,118)	0,994
	Mais de 2 até 10h	-0,249 (0,156)	0,779	0,099 (0,173)	1,104	-0,197 (0,176)	0,821	0,024 (0,116)	1,025
Horas rádio	Não escuta rádio	0,084 (0,208)	1,087	0,414* (0,238)	1,514	-0,091 (0,216)	0,913	-0,135 (0,134)	0,873
	Até 6 horas	0,052 (0,207)	1,054	0,405* (0,237)	1,499	-0,015 (0,214)	0,985	-0,073 (0,132)	0,929
	Mais de 6 até 10h	-0,176 (0,245)	0,839	0,360 (0,265)	1,433	0,020 (0,246)	1,021	-0,096 (0,154)	0,908
Dias jornal	Não lê jornal	- 0,227* * (0,110)	0,797	- 0,246* * (0,106)	0,782	0,013 (0,129)	1,013	0,156* * (0,083)	1,169
	Até 2 dias	- 0,264* * (0,127)	0,768	- 0,299* * (0,122)	0,741	- 0,336* * (0,153)	0,715	0,034 (0,093)	1,035
	Entre 3 e 6 dias	0,117 (0,134)	1,124	-0,105 (0,132)	0,900	-0,236 (0,170)	0,790	-0,039 (0,105)	0,962
Dias revista	Nenhum	0,695* * (0,312)	2,004	-0,074 (0,221)	0,928	0,536 (0,345)	1,709	0,101 (0,171)	1,106

	Entre 1 e 2 dias	0,870* ** (0,319)	2,387	0,029 (0,230)	1,029	0,606 (0,356) *	1,833	0,126 (0,179)	1,135
	Entre 3 e 6 dias	0,501 (0,353)	1,651	-0,025 (0,262)	0,976	0,683 (0,387) *	1,980	-0,019 (0,205)	0,981
Continuação		Corrupção Educação Impostos, juros, salários e custo de vida Saúde							
		B	Exp (B)	B	Exp (B)	B	Exp (B)	B	Exp (B)
	Não acessa	0,081 (0,121)	1,085	- 0,472* ** (0,108)	0,624	0,144 (0,142)	1,154	0,229* ** (0,088)	1,257
Horas internet	Até 2 horas	0,005 (0,123)	1,005	- 0,257* * (0,107)	0,774	0,071 (0,144)	1,074	0,295* ** (0,088)	1,344
	Mais de 2 até 6h	0,188 (0,121)	1,207	-0,101 (0,106)	0,904	0,057 (0,146)	1,059	0,124 (0,090)	1,132
	TV	0,173 (0,119)	1,188	0,127 (0,119)	1,136	-0,101 (0,116)	0,904	0,089 (0,073)	1,093
Principal meio de comunicação	Internet	0,329* * (0,139)	1,390	0,283* * (0,135)	1,326	-0,016 (0,147)	0,984	0,156* (0,091)	1,169
	Jornal impresso	0,346* (0,198)	1,413	0,074 (0,207)	1,076	-0,331 (0,253)	0,718	-0,072 (0,149)	0,931
	Revista	0,006 (0,433)	1,006	0,448 (0,343)	1,565	-0,462 (0,539)	0,630	-0,014 (0,296)	0,986
Principal	Jornal	0,274* *	1,315	0,111 (0,207)	1,117	0,142* (0,253)	1,152	0,253* (0,149)	1,288

programa de TV	Nacional	** (0,073)		(0,076)		(0,084)		** (0,050)	
	Jornal da Record	-0,216* (0,112)	0,806	0,128 (0,095)	1,137	-0,073 (0,116)	0,930	-0,028 (0,067)	0,972

***p<0,01 **p<0,05 *p<0,10

N: 18312. Chi2: 881,4 (sig. <0,00). Pseudo R2 de McFadden = 0,170

Variável dependente: qual o principal problema do país?

Categoria de referência: “Regular/ Outros”; “Ensino Superior completo”; “Centro-oeste”; “Mais de 10 horas”; “Mais de 10 horas”; “Todos os dias”; “Todos os dias”; “Mais de 6 horas”; “Rádio”; Outros.

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia 2013, 2014.

Assim, é preciso considerar que parte dos indivíduos analisa os problemas nacionais a partir da sua perspectiva individual. Em alguns casos, esses sujeitos encaram as questões nacionais como se fossem pessoais. Com isso, tomam a experiência individual como principal fonte de informação. Isso faz com que a percepção deles sobre as questões políticas seja imune à exposição ao noticiário (MUTZ, 1992). Os cidadãos entendem que sabem mais sobre suas vidas do que terceiros.

Os veículos de comunicação assumirão o protagonismo na identificação do que é relevante e no diagnóstico sobre como os problemas nacionais devem ser analisados apenas no momento em que a experiência individual não emita respostas para esse fim. Como a experiência dos sujeitos é preponderante à leitura dos problemas individuais, a capacidade de a mídia orientar a opinião pública será mais perceptível, sobretudo, no tocante às questões nacionais.

Como vimos anteriormente, o acesso aos veículos de comunicação sofre interferência de fatores como a renda e a escolaridade, que criam clivagens quanto ao uso desses meios. A renda e a escolaridade serão preponderantes para a construção de experiências individuais e definição

de perspectivas. Isso fará com que tenhamos sujeitos aproximados pelas experiências pessoais reunidos na audiência de determinados veículos, sobretudo, TV e internet.

Como dito anteriormente, os sujeitos que reprovam o governo Dilma Rousseff são encontrados em maior quantidade na internet. A internet possibilita a eles consumirem apenas as notícias que lhe interessam. Nesse sentido, enquanto os indivíduos que aprovam o governo são direcionados a refletir sobre temas agendados pela TV, esses atores são mais livres para acessar notícias mais próximas do cotidiano deles. Com isso, eles obtêm maior capacidade de vincular a atuação do governante a tópicos relevantes ao seu dia-a-dia.

O acesso à internet afeta a percepção de que a educação e a corrupção são os principais problemas do país. Aqueles que a têm como principal meio para obter notícias ampliam em 1,39 vezes a percepção da corrupção como maior mazela nacional (Tabela 4). Esse efeito só não é maior do que o registrado pelos jornais impressos sobre a sua audiência.

Apesar de a internet apresentar maior capacidade de municiar os sujeitos sobre questões específicas, ela não tem força para suplantar as predisposições individuais. Nesse meio, sujeitos que aprovam o governo encontrarão com facilidade notícias positivas sobre a mandatária. Por sua vez, aqueles que a reprovam identificarão motivos que justificam tal posição.

Já a TV aberta apresenta baixa influência na identificação de problemas nacionais por ser ponto de encontro daqueles que aprovam o governo Dilma Rousseff e por, em muitos casos, cumprir apenas função recreativa. Os eleitores que aprovam o governo da Presidente não identificam problemas ou, quando fazem isso, não os relacionam com a atuação da mandatária.

Considerações finais

Nos últimos anos, os veículos de comunicação pelo mundo sofreram diversas transformações. A principal delas se deve ao fortalecimento da internet, o que promoveu novas formas de interação com o público. Esse crescimento do número de usuários da internet tem redimensionado o espaço ocupado por veículos tradicionais como TV, rádio e jornal. No Brasil, ainda que esse reposicionamento dos veículos de comunicação já esteja ocorrendo, vale lembrar que o acesso à internet é limitado em algumas regiões do país. De todo modo, consideramos que os meios de comunicação de massa e a internet, notadamente, as mídias digitais participam da formação da opinião pública sobre diversos temas, entre eles, a política.

Essa discussão é importante para se compreender o impacto da mídia sobre o público brasileiro. Os dados de 2013 nos conduziram a considerar a renda e a escolaridade como condicionantes da forma de utilização dos meios de comunicação e, posteriormente, nos impactos na percepção sobre a imagem do governo. Dessa forma, a escolaridade e a renda são fundamentais para direcionar a interpretação dos eleitores sobre as ações do governo, como, também, para determinar o modo como o público passará a utilizar os veículos de comunicação. A mídia possui efeitos limitados, uma vez que o acesso a ela e a escolha dos veículos e relevância das notícias dependeu em 2013 da escolaridade e da renda. Importa ressaltar, como já demonstrado por Mundim (2014), que os eleitores de menor nível de educação, e mais pobres, também foram os menos afetados em sua decisão de voto, pela cobertura negativa realizada pela mídia em relação ao então candidato Lula da Silva, o que contribuiu para a sua reeleição em 2006, a despeito da agenda da corrupção ser relevante naquele momento.

Por sua vez, como o apoio ao governo da presidente Dilma Rousseff, assim como ocorria nos governos de Lula da Silva, é maior entre os mais pobres – justamente o público que dá maior audiência à televisão –, cria-se a falsa impressão da relação entre a popularidade presidencial e os veículos de comunicação. Na verdade, há relação espúria entre o tipo de veículo de comunicação utilizado e o suporte dado à presidente.

No geral, a avaliação sobre o desempenho do governante sofre muito mais o impacto de assuntos que afetam diretamente o cotidiano dos eleitores do que daqueles distantes de suas realidades. Por esse motivo, as questões nacionais, sobretudo aquelas não vinculadas à economia, pouco interferem na imagem que os indivíduos formam acerca do mandatário. Mudanças na forma como os sujeitos julgam o governo passam primeiro por alterações na percepção sobre como o incumbente afeta o bem-estar individual.

Essa percepção varia conforme as expectativas e experiências vivenciadas pelos eleitores. Diante disso, a tarefa de enquadrar as questões e apresentá-las como relevantes para os indivíduos é pouco eficiente. Os eleitores, por perceberem a melhora na sua qualidade de vida ou na daqueles mais próximos, não alteram o julgamento sobre o governo com base apenas em estímulos de terceiros como, por exemplo, a mídia.

No período aqui analisado, a avaliação da presidenta Dilma Rousseff tinha como base a clivagem provocada pelo par renda/escolaridade. Isto é, aprovação marcadamente sustentada, em sua maioria, por eleitores com baixa escolaridade e baixa renda que se opunham à reprovação, em grande medida, alimentada por sujeitos com alta escolaridade e renda elevada. O principal motivo dessa cisão está na percepção sobre como as ações do governo impactam no bem-estar individual. A partir desse ponto, os sujeitos dão mais atenção para fatos que corroboram com suas concepções sobre o governo.

Além disso, como a renda e a escolaridade limitam o acesso e influenciam diretamente a preferência dos indivíduos a determinados

meios de comunicação, se torna fácil identificar grupos de opositores e apoiadores em veículos específicos. Como boa parte daqueles que apoiam o governo Dilma apresentam baixa escolaridade e baixa renda, eles serão encontrados com mais frequência em torno da televisão. Já os opositores estão mais presentes na internet, sobretudo, na audiência de sites que compartilham da visão que eles possuem sobre o governo.

É preciso destacar que não será apenas a exposição ao veículo de comunicação que irá alterar a percepção do eleitor sobre o governo. Há o risco dos sujeitos, ao compararem os fatos narrados pela mídia com a realidade que vivem, descartarem essas informações caso elas destoem da sua percepção individual. Além disso, nos veículos de comunicação, são as questões nacionais que prevalecem. Entretanto, em muitos casos, os assuntos nacionais, por apresentarem pouco impacto perceptível no cotidiano individual, esbarram na indiferença da maioria do público. O público é heterogêneo e, se a mídia afeta a sua opinião sobre o governo, este efeito é segmentado por grupos e classes sociais (MUNDIM, 2014; TELLES, 2015), ou seja, o efeito da *agenda-setting* também é heterogêneo. Esse quadro só não será tão drástico na internet, pois nela a audiência tem maior facilidade para direcionar o conteúdo. Na internet cada indivíduo tem a possibilidade de acessar aquilo que considera como mais significativo. Com isso, as questões mais visualizadas e debatidas serão aquelas com mais impacto para o cotidiano dos indivíduos.

Por outro lado, o público limitado à televisão convive com pouco espaço dedicado a assuntos que apresentem impacto para suas vidas. Esse fator faz com que alguns substituam o caráter informativo da TV por outros métodos, reservando a ela apenas função recreativa. Por exemplo, em vez da TV, eleitores egotrópicos poderão utilizar suas relações pessoais e a experiência individual para compreender as ações desenvolvidas pela Presidente. É nesse cenário que aqueles com mais baixa renda e escolaridade se mantêm inertes a estímulos que contradizem a compreensão deles sobre aquilo que de fato importa para suas vidas.

Deve se considerar que os dados de uma única fonte de análises – a Pesquisa Brasileira de Mídia –, não nos permite chegar de maneira direta e inequívoca às correlações propostas entre renda, escolaridade e popularidade, pois os testes devem ser repetidos em outros contextos. Contudo, a pesquisa nos fornece subsídios para relativizarmos o papel dos meios de comunicação na avaliação dos governos e contribui para a necessária crítica às conclusões muito rápidas que são extraídas a partir da hipótese exclusiva do agendamento, teoria que falha ao considerar as predisposições dos indivíduos, bem como o contexto nos quais as informações são emitidas pelos meios de comunicação e processadas pela heterogênea opinião do público.

Por fim, cumpre observar que as oscilações na avaliação de governo da ex-Presidenta Dilma Rousseff em 2013 já sinalizavam para um período de crise política econômica. Em 2014, a deflagração da Operação Lava Jato já ocupou lugar na disputa eleitoral daquele ano, acirrando ainda mais o embate entre Dilma Rousseff que pleiteava a reeleição e Aécio Neves, do PSDB. Em 2015, já foi flagrante a insatisfação dos brasileiros com o governo a então reeleita Dilma Rousseff, cuja avaliação sofreu forte declínio, interferindo em sua governabilidade. Em 2016, uma articulação política respaldada pela parcela insatisfeita da população concluiu o *impeachment* (Golpe Parlamentar) de Dilma Rousseff.

Referências Bibliográficas

ABRAMSON, Jeffrey B.; ARTERTON, F. Christopher; ORREN, Gary R. **The electronic commonwealth**: the impact of new media technologies on democratic politics. New York: Basic Books, 1988.

BAPTISTA, Érica Anita. **Corrupção e Opinião Pública**: O escândalo da Lava Jato no

Governo Dilma Rousseff. Tese em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Belo Horizonte, 2017.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2014**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2013.

BRASIL. IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) 2014** – IPEA. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br>>. Acesso em: 09 set. 2020.

BRODY, Richard A. **Assessing the president**: the media, elite opinion, and public support. Stanford: Stanford University Press, 1991.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.11-27.

CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James. A Theory of Framing and Opinion Formation in Competitive Elite Environments. **Journal of Communication**, v.57, n.1, p.99–118, mar. 2007.

CRESPI, Irving. **El proceso de opinión pública**. Barcelona: Ariel Comunicación, 2000.

DA VIÁ, Sarah Chucid. **Opinião Pública**: técnica de formação e problemas de controle. São Paulo: Loyola, 1983.

EDWARDS, George C. **Presidential influence in Congress**. San Francisco: W. H. Freeman, 1980.

EDWARDS, George C.; GALLUP, Alec. **Presidential approval: a sourcebook**. Baltimore, USA: Johns Hopkins University Press, 1990.

ERIKSON, Robert S.; MACKUEN, Michael B.; STIMSON, James A. **The macro polity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FIORINA, Morris. **Retrospective voting in American national elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.

GUREVITCH, Michael; BLUMLER, Jay. **The Crisis of Public Communication**. London: Routledge, 2002.

IYENGAR, Shanto; KINDER, Donald R. **News that matters: television and American opinion**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

IYENGAR, Shanto; PETERS, Mark; KINDER, Donald. Experimental demonstrations of the "not-so-minimal" consequences of television news programs. **American Political Science Review**, v.76, n.4, p.848-58, 1982.

JOHNSON, Thomas; KAYE, Barbara. Using is believing: the influence of reliance on the credibility of online political information among politically interested Internet users. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v.77, n.4, p.865-879, 2000.

KINDER, Donald R. Communication and politics in the age of information. In: SEARS, David O. et al. (Eds.). **Oxford handbook of political psychology**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 357-393.

KIOUSIS, Spiro. Public trust or mistrust? Perceptions of media credibility in the information age. **Mass Communication & Society**, v.4, n.4, p.381-403, 2001.

KRAMER, Gerald H. Short-term fluctuations in US voting behavior, 1896–1964. **American Political Science Review**, v.65, n.1, p.131-143, 1971.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. New York: Free Press, 1965.

LONG, Norton E. The local community as an ecology of games. **American Journal of Sociology**, v.64, n.3, p.251-261, nov. 1958.

LODGE, Milton; TABER, Charles S. The automaticity of affect for political leaders, groups, and issues: an experimental test of the hot cognition hypothesis. **Political Psychology**, v.26, n.3, p.455-482, 2005.

LODGE, Milton; MCGRAW, Kathleen; STROH, Patrick. An impression-driven model of candidate evaluation. **The American Political Science Review**, v.83, n.2, p.399-419, 1989.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, v.36, n.2, p.176-187, Summer 1972.

MCQUAIL, Denis. **Introducción a la teoría de la comunicación de masas**. México: Paidós, 1996.

MUELLER, John E. Presidential popularity from Truman to Johnson. **The American Political Science Review**, v.64, n.1, p.18-34, 1970.

MUNDIM, Pedro. Cientistas políticos, comunicólogos e o papel da mídia nas teorias da decisão do voto. **Revista Política Hoje**, v.19, n.2, p.338-364, 2010.

MUNDIM, Pedro. Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006 efeitos realmente limitados? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.29, p.91-107, 2014.

MUTZ, Diana C. Mass media and the depoliticization of personal experience. *American Journal of Political Science*, v.36, n.2, p.483-508, 1992.

NANNESTAD, Peter; PALDAM, Martin. The VP-function: A survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years. **Public Choice**, v.79, n.3-4, p.213-245, 1994.

NEUSTADT, Richard E. **Presidential power**: the politics of leadership from FDR to Carter. New York: Wiley, 1980.

PARK, Robert E. **The City**: Suggestions for the Study of Human Nature in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PRIOR, Markus. News vs. entertainment: How increasing media choice widens gaps in political knowledge and turnout. **American Journal of Political Science**, v.49, n.3, 2005.

PRIOR, Markus. **Post-broadcast democracy**: how media choice increases inequality in political involvement and polarizes elections. New York: Cambridge University Press, 2007.

RIVERS, Douglas; ROSE, Nancy L. Passing the president's program: public opinion and presidential influence in Congress. **American Journal of Political Science**, v.29, n.2, p.183-196, 1985.

SAMPAIO, Thiago. **Popularidade presidencial**: análise dos microfundamentos do suporte público da presidente Dilma Rousseff. 2014. 256f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

STROUD, Natalie J. Media use and political predispositions: Revisiting the concept of selective exposure. **Political Behavior**, v.30, n.3, p.341-366, 2008.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic.com 2.0**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

TELLES, Helcimara; SAMPAIO, Thiago; Baptista, Érica Anita. Os limites da agenda-setting na popularidade do presidente: consumo de notícias e escolaridade na avaliação do governo Dilma Rousseff (2013). **Revista Debates**, v.9, n.3, p.119-142, set.-dez. 2015.

TELLES, Helcimara; SAMPAIO, Thiago; Baptista, Érica. **Estudo brasileiro de mídia**: avaliação de governo e o consumo de mídia. IX Encontro da ABCP, Brasília, 2014.

TELLES, Helcimara. Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: o Boom da Direita na Política Nacional? **Interesse Nacional**, v. 8, p. 28-46, 2015.

WEAVER, David H. Thoughts on Agenda Setting. Framing, and priming. **Journal of Communication**, n.57, n.1, p. 142-147, mar. 2007.

**DILMA EM TRÊS TEMPOS FRENTE AO ABORTO:
Direitos reprodutivos, influência religiosa
e temas morais no debate público**

Sandra Bitencourt Genro
Fiorenza Zandonade Carnielli

Introdução

Este texto parte do agendamento e debate de um tema tabu, o aborto, durante a campanha eleitoral na disputa pela presidência do Brasil em 2010, passa pela análise das manifestações e silenciamentos sobre o tema no governo da primeira mulher a presidir o Brasil e se encerra com a observação do posicionamento público da ex-presidenta, uma década depois, diante de um acontecimento de profunda violência e controvérsia. O propósito é compreender as estratégias discursivas e o posicionamento público sobre o aborto, operados por Dilma Rousseff, no período de uma década, em três momentos distintos, e seus reflexos no avanço ou retrocesso de pautas importantes para as mulheres, especialmente no acesso pleno a direitos reprodutivos.

O percurso para operar essa análise se vale dos achados na pesquisa de doutorado⁵⁷ sobre o pleito de 2010, cujo objeto e problematização tratou da luta simbólica em torno da construção dos acontecimentos que caracteriza a disputa política contemporânea, com a emergência de um tema polêmico e um novo *locus* para produção e distribuição de informações, a internet, permitindo pontuar os ganhos e limites democráticos dos debates públicos ampliados. Na tese *O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira em 2010: reverberação e silenciamento estratégicos entre imprensa, mídias sociais e candidatos* (BARRERAS, 2013), são investigados os fatores e as estratégias de

57 BARRERAS (2013).

influência sobre os temas que candidatos e públicos vão discutir, buscando identificar o desempenho da imprensa nas correlações entre eleitores e candidatos pela abordagem de um tema polêmico como o aborto, o papel das mídias sociais e a tática dos candidatos.

Dentre os aspectos revelados pela investigação, estão o fato de que o debate teve prioritariamente a participação de grupos de interesse vinculados a igrejas de várias denominações, ao mesmo tempo que não teve a participação expressiva de grupos feministas. Estes podem ter recuado para não prejudicar a candidatura petista ou por julgarem prejudicial debater um assunto nos termos propostos, considerando o duplo discurso que caracteriza o tema. As mídias sociais foram ocupadas por parcelas do eleitorado que buscaram agendar um tema incômodo de modo a influenciar o voto e pressionar os candidatos a firmarem compromissos contra possíveis avanços na legislação. Isso foi conquistado. Lideranças religiosas e políticos vinculados a igrejas foram ouvidos pela imprensa, o tema entrou na pauta da campanha. Já os militantes da causa pró-legalização e mesmo mulheres que tenham praticado aborto inseguro não foram fontes das reportagens.

No caso da candidatura de Dilma Rousseff, os lances do jogo eleitoral na campanha ficaram evidentes, já que a pauta da legalização do aborto é bandeira do Partido dos Trabalhadores. Os pronunciamentos anteriores à campanha eleitoral denotam a concepção de Dilma acerca da necessidade de descriminalizar o aborto. Mas no percurso polêmico entre primeiro e segundo turnos, a candidata precisa mudar de posição. A própria atenção da imprensa a um tema que não está no programa de nenhum dos partidos e não ganha a adesão de nenhum dos candidatos, ou seja, é recusado aparentemente pela agenda política, demonstra o quanto ele se torna importante e pode representar um risco na disputa por votos. A candidatura petista buscou manter o assunto no marco da saúde pública. O deslocamento da posição ocorre aos poucos. Há uma tentativa clara de não criminalizar as mulheres. O desmentido começa

dizendo que Dilma respeita a vida, até chegar à posição inequívoca de que é contra o aborto e prometer que não tomará qualquer iniciativa de legalização em seu governo. Esses elementos serão retomados mais detalhadamente a seguir, no primeiro ato de análise, a eleição.

A reflexão teórica passa pelos conceitos de democracia, as relações de mídia e política e os processos de comunicação, opinião pública, bem como as especificidades do tema em questão. A abordagem metodológica é qualitativa, com as técnicas de análise histórico-descritiva e análise de conteúdo.

Do ponto de vista de especificidade do tema, cujas dimensões envolvem aspectos morais, religiosos, jurídicos e sociais, é concebida nesta análise como um tema sensível. A primeira iniciativa no Brasil para descriminalizar o aborto é de 1983, com projeto de lei apresentado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal e rejeitado. Desde a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de 2004, os movimentos sociais recomendaram ao governo “rever a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez”. Em 2007, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres recomendou que o Projeto de Lei originário de uma Comissão Tripartite, com proposta de descriminalização, fosse reapresentado ao Congresso pelo Poder Executivo. Em outubro do mesmo ano, a então Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fez uma declaração na mesma direção ao jornal Folha de S. Paulo, posição que voltaria à cena em 2010, na campanha presidencial. É nesse pleito, com uma mulher competitiva na corrida presidencial, que o tema emerge com um uso estratégico desgastando a então candidata. Ambos os candidatos, Dilma e Serra, silenciam sobre um debate mais aprofundado. O assunto sobre direitos reprodutivos femininos ficou subalterno às estratégias de *marketing* e às equações de composição política e cálculo eleitoral. O aborto reaparecerá como tema sensível, acionado para desgaste, disputa e interdição do debate público.

O uso do termo⁵⁸ *temas sensíveis* refere-se a temas vinculados a questões em que há necessidade de posicionamento das pessoas perante os vários aspectos da sua vida social em função de suas crenças e valores. É justamente por isto que tais temáticas se prestam às táticas de apelo emocional, ancoradas em individualismos autocentrados e associativismos fragmentados. Os valores morais representam forças motrizes capazes de organizar as atitudes e os interesses das pessoas e dos grupos sociais (SCHWARTZ, 1992). Seriam formas de pensar e agir desejáveis e socialmente partilhadas. Questões controversas e conflituosas impõem julgamentos de valor porque não podem ser resolvidas apenas pela prova dos fatos ou da experiência, além de serem consideradas importantes por um grande número de pessoas (WOLFGAND BERG *et al.*, 2003, p. 26). Legardez e Simonneaux (2002) propõem definir temas sensíveis como tema socialmente controverso ou socialmente vivo. Para os autores, a questão é viva quando está relacionada a suas representações sociais e seus sistemas de valores, consideradas um desafio para a sociedade (globalmente ou em alguns de seus aspectos ou componentes) e é objeto de um tratamento midiático de tal modo que a maioria dos atores tenha algum tipo de conhecimento a respeito. Faz sentido pensar que são temas acionados, em muitos momentos, de modo estratégico, com capacidade de unificar grupos de interesse ou desconstruir inimigos comuns. O papel desse tema na disputa eleitoral, na condução do governo e no posicionamento público pós-*impeachment* é o objeto de análise a seguir.

Acontecimentos e análise

A partir da reconstrução histórico-descritiva e da análise de conteúdo serão observados três momentos – ou três atos – de posicionamento,

58 O uso do termo também tem sido adotado pelo marketing norte-americano, como “*pain points*” – os pontos de dor de uma organização. Ou seja, as questões crônicas, aquelas que não têm uma solução imediata junto à sociedade e que são recorrentes.

debate ou interdição do debate sobre o tema aborto e sua repercussão na adoção, avanço ou retrocesso de políticas públicas e ações governamentais no sentido da garantia de direitos reprodutivos. A partir da reconstituição da linha do tempo, os posicionamentos da presidenta Dilma em relação ao aborto podem ser localizados em três momentos nos últimos dez anos. Esse período compreende a sua primeira campanha à eleição presidencial, em 2010, até o contexto atual e posterior ao golpe que cessou seu segundo mandato em 2016.

A análise de conteúdo considera pronunciamentos de Dilma sobre o tema do aborto que se deram em três situações em que ocupava diferentes *status*: candidata, em 2010; presidenta, em 2015; e ex-presidenta, em 2020. Apesar de ela ter tomado medidas de governo que tangenciavam a questão e ter sido interpelada em outras ocasiões sobre o aborto, nessas ela o faz de forma direta e em primeira pessoa. De 2010, recolheram-se as duas cartas destinadas ao “Povo de Deus” assinadas pela então candidata; de 2015, sua fala em entrevista a um canal televisivo francês; e, em 2020, publicação feita por Dilma em seu Twitter por ocasião do aborto legal de uma menina vítima de violência.

O primeiro ato: a eleição

É possível dizer que o cenário pré-eleitoral de 2010, do ponto de vista de embate entre progressistas e conservadores, teve como fator determinante o Programa Nacional de Direitos Humanos. O lançamento do PNDH-3 em junho de 2009 arregimentou os esforços de grupos religiosos e militantes contra o aborto. O PNDH-3 foi composto de 25 diretrizes, vários objetivos estratégicos e o compromisso do governo de implementar políticas em diversos campos, passando pela comunicação

social, pela saúde, pela educação, pelos direitos civis e mesmo pela religião. O documento teve potencial para mobilizar diferentes setores e reacender debates em torno de temas polêmicos, como controle social dos meios de comunicação, criação da comissão da verdade para investigar crimes de Estado cometidos durante a ditadura, educação religiosa, laicidade e secularização do Estado, descriminalização do aborto e casamento entre homossexuais.

Houve forte reação de igrejas católicas e evangélicas, dos militares, do sistema midiático e de vários movimentos sociais e grupos de pressão. A maior parte da imprensa viu no decreto uma brecha para o governo passar a controlar os meios, reduzindo liberdade de expressão. Esse tema também foi posto no repertório da campanha. As igrejas, por sua vez, e grupos de todas as denominações religiosas, articularam-se em torno das críticas às diretrizes que tratam da descriminalização do aborto e do casamento gay, consideradas como políticas anticristãs. O governo deu mostras de que poderia recuar em alguns pontos. A então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi convocada pelos senadores para detalhar o PNDH-3, mas parlamentares governistas conseguiram derrubar o requerimento no Senado.

Contudo, os movimentos e grupos religiosos definiram-se por uma estratégia de monitoramento permanente de políticos e candidatos comprometidos com causas contidas no PNDH 3. A mobilização se estendeu ao ano eleitoral. Todo esse ambiente de crítica e pressão dentro do parlamento e via redes sociais pelos grupos cristãos organizados de um lado e grupos militantes feministas de outro acabou por gerar desgaste para o Partido dos Trabalhadores. Ainda assim, em fevereiro de 2010, o 4.º Congresso Nacional do PT manifestou apoio ao PNDH-3. No mesmo Congresso, a ministra da Casa Civil Dilma Rousseff foi aclamada como candidata oficial do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República.

Em março de 2010, ocorre o VI Encontro Nacional dos Movimentos em Defesa da Vida sobre o PNDH-3, quando 32 movimentos sociais em defesa da vida firmaram a declaração com total rejeição ao Programa. E, mais do que isso, passaram a produzir informes, textos, vídeos, materiais de divulgação para a internet, com o propósito de, via mídias sociais, organizar e disseminar o movimento de oposição ao programa, combatendo o que os grupos organizados chamam de omissão dos cristãos. Em julho de 2010, o bispo de Guarulhos (SP), dom Luiz Gonzaga Bergonzini, em artigo no site da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), intitulado "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus", defende o boicote à candidatura de Dilma por considerar que o PT é a favor da interrupção da gravidez. O debate nas mídias sociais se acirra e tem repercussão dentro de templos e igrejas. Mas não há consenso mesmo dentro das denominações religiosas. O Bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, denominação evangélica neopentecostal, e proprietário da TV Record, terceiro canal de televisão do Brasil, fez a defesa da candidata petista a partir de uma posição polêmica: a defesa do aborto como método de planejamento familiar. A exposição de argumentos para um encontro com a Associação das Mulheres Cristãs, ocorrido antes da campanha eleitoral, foi transformado em DVD e vendido em bancas de revista, além de ter trechos postados no Youtube. Há já um ambiente de debate e disputa entre grupos e lideranças religiosas.

Nesse momento, acontece o debate feito pelo Jornal Folha de S. Paulo (Folha *online*) no Teatro Tuca, em São Paulo. Participaram apenas os três principais candidatos a presidente, Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. O formato do debate organizou-se para que na primeira metade do tempo a discussão transcorresse apenas entre os próprios candidatos fazendo perguntas entre si. Nenhum dos três candidatos mencionou o tema aborto. Na segunda parte do debate, os candidatos responderam a perguntas de internautas, coletadas anteriormente pela

produção do debate via internet. É quando uma internauta pergunta à Dilma Rousseff sobre sua posição com relação ao aborto (conforme se observa na Figura 1 a seguir).

Figura 1 – Internauta faz pergunta a Dilma Rousseff



Fonte: BARRERAS, 2013.

Nesse ponto, ocorre um entrelaçamento importante entre as agendas dos atores concernidos no debate: candidatos, imprensa e mídias sociais. A questão presente no debate reabastece a cobertura jornalística e as discussões nas redes sociais e redireciona as ações de comunicação da campanha de Dilma. Uma semana depois, no dia 24 de agosto, o PT divulga a *Carta ao Povo de Deus*, assinada por Dilma Rousseff (conforme Figura 2 a seguir). O episódio foi comparado à Carta ao povo Brasileiro, firmada por Lula em 2002, com o propósito de desmentir medidas que pudessem colocar em risco a estabilidade econômica.

Figura 2 – Carta ao Povo de Deus

www.dlma13.com.br

Carta aberta ao povo de Deus

Olá meus amigos, irmãos e irmãs brasileiros.

Quero me dirigir a vocês, com o carinho e o respeito que merecem todos aqueles que junto conosco, lutam, trabalham e sonham com um Brasil cada vez melhor, mais justo e mais perto da premissa do evangelho que é "desejar ao próximo aquilo que queremos para nós mesmos".

Além, o sonho e o compromisso do evangelho são, em muitos aspectos, o sonho e o compromisso de um governante sensível e comprometido com o povo e com os menos favorecidos. Exemplo visto e vivenciado pelo nosso querido presidente Lula e seu governo, do qual me orgulho de ter feito parte e dado uma parcela significativa de contribuição.

Não temos como negar que os programas "Bolsa Família", "Minha Casa Minha Vida" e tantos outros que existem as populações mais carentes traduzem esse compromisso na prática. É uma forma de resgatar os valores da vida, da cidadania e da dignidade humana, valores universais que trazem em si a semente do evangelho. Valores estes que nosso governo tem se empenhado a perseguir e que nos impulsionam a buscar mais um mandato.

Como cidadãos comprometidos não podemos aceitar passivamente as injustiças sociais, a violência, a fome, a miséria, as condições subumanas das favelas brasileiras e tantas outras distorções sociais, que a meu ver tem o dedo imparete do homem e não o designio de um Deus perfeito.

Sabemos que em situações de pobreza, desigualdade social e violência, os que mais sofrem são as crianças e os jovens. São eles as maiores vítimas de uma sociedade insensível e injusta, onde poucos sempre têm as melhores oportunidades.

A família sempre foi e será o berço de uma sociedade saudável. Quanto mais estruturada é a família, menos caos social teremos. É no desajuste familiar que vemos nascer o abandono infantil gerando os chamados meninos de rua. É na violência doméstica que temos a semente dos adolescentes infratores marcados pela dor vivenciada em seus próprios lares. É no caos familiar que temos os altos

índices de agressões contra mulheres e mães indefesas. Isto nos leva ao compromisso de fazer da família o foco principal de nosso governo. Respeitar o elo sagrado das famílias e lutar para que todos elas tenham dignidade, respeito e valor será o norte de nosso próximo governo.

Compreendemos o quanto as igrejas, todas sem distinção de denominações cristãs, são importantes e necessárias neste projeto de apoio e resgate da família e da sociedade.

As igrejas já fazem suas ações sociais, independentemente das ações do Governo. Elas são responsáveis por uma grande e invisível rede social, isto é louvável e traz em si a necessidade de mão amiga do Estado, dando sua contrapartida, tanto em termos de facilitação do acesso às políticas públicas, como em termos de organização de um diálogo constante com o governo. Compromisso este que assumo em meu eventual governo. Quero construir esse diálogo com as instituições que têm sido os grandes amortecedores do sofrimento humano. Entendo seu valor, sua luta e seu trabalho impulsionado pela missão do evangelho.

Lembro também minha expectativa de que cabe ao Congresso Nacional a função básica de encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvem valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes, tanto para as minorias como para toda sociedade brasileira.

Assim sendo, meus amigos, quero terminar reafirmando minha posição de que, qualquer ação só é eficaz com determinação e fé e que é a esperança que motiva nossa caminhada.

Rogo a Deus que me dê forças para cumprir minha missão, para que juntos possamos transformar nessa paixão em ação em favor deste novo Brasil que está nascendo.

Peço sua oração e seu voto para que eu tenha a oportunidade de continuar o projeto deste Brasil que está finalmente dando certo, não apenas para uns poucos privilegiados, mas para todos.

Um abraço de sua amiga e companheira,

Dilma Rousseff.



Depoimento

Objeto e Suplente/Elizir Cynthia Faria de D. 2013.pptx@ml.gov.br; Designação a Anísio Luís Ferraz de Mello.supp@ml.gov.br; Companhia: 2013 - Dilma Viana Rousseff - CPF: 1.191.294/2014-43; Coligação: "Povo e Brasil" Jaga a Unidade" - PT/PSB/PCB/PP/PR/PM/PSDB/PC/PTN - Pedido para divulgação no IMB.

Fonte: BARRERAS, 2013.

Na Carta, o destinatário “Povo de Deus” é qualificado em termos daqueles que seguem o evangelho, já que não há identificação de denominação religiosa específica. A palavra *evangelho* aparece em quatro ocasiões, sendo a primeira delas no primeiro parágrafo justamente para indicar o público a que se destina a mensagem, como reproduzido no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Trecho 1 Carta ao Povo de Deus

Manifestação	Reprodução do conteúdo
Carta Aberta ao Povo de Deus	Quero me dirigir a vocês com o carinho e o respeito que merecem todos aqueles que junto conosco, lutam, trabalham e sonham com um Brasil cada vez melhor, mais justo e mais perto da premissa do evangelho que é “desejar ao próximo aquilo que queremos para nós mesmos”.

Fonte: as autoras.

As igrejas são referenciadas de forma ampla, “*sem distinção de denominações cristãs*”. No entanto, não são apenas as marcas textuais de referência ao *evangelho* e às *instituições cristãs*, mas sobretudo o contexto de pressão sobre a candidatura, que indica o compromisso direto com os grupos religiosos evangélicos. Ou seja, a Carta é um ato de compromisso de campanha com um público específico a quem interessa manter uma abordagem religiosa e conservadora aos temas aborto e família.

No entanto, esse compromisso não está expressamente declarado nesta primeira Carta. Nela, a palavra aborto está presente uma vez, já na metade final do texto e em parágrafo que destina o tratamento do tema ao Congresso Nacional, conforme vê-se no recorte do Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Trecho 2 Carta ao Povo de Deus

Manifestação	Reprodução de trecho do conteúdo
Carta Aberta ao Povo de Deus	Lembro também minha expectativa de que cabe ao Congresso nacional a função básica de encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvam valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes tanto para as minorias como para toda sociedade brasileira.

Fonte: as autoras.

A ação com o propósito de neutralizar a onda de informações e boatos envolvendo o tema aborto e a candidatura petista acaba por reforçar a presença do tema na cobertura jornalística e a discussão nas mídias sociais. Uma sucessão de notas públicas de grupos religiosos e entidades demonstra o grau de desacordo que o tema suscita, incluindo o movimento Católicas pelo Direito de Decidir e a Comissão em Defesa da Vida da Regional Sul 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em posições opostas. Nesse cenário ocorre o primeiro turno das eleições. A definição da necessidade de etapa complementar foi atribuída a diversos fatores pela imprensa e pela análise dos representantes dos partidos. Um desses fatores teria sido a polêmica referente ao aborto, com prejuízos à candidatura de Dilma pela perda de votos localizados entre os eleitores cristãos. Tal avaliação manteve a questão em evidência para as estratégias discursivas no segundo turno.

Diferentes levantamentos demonstram que o assunto foi explorado com intensidade pela imprensa. De acordo com o Observatório da *web* da Universidade Federal de Minas Gerais o auge das referências ao debate da descriminalização do aborto nos jornais e revistas *online* aparece

relacionado à Dilma Rousseff com o maior pico de 64 referências no dia 7 de outubro e a José Serra no dia 6 de outubro com 50 citações. A largada do segundo turno é marcada pelo tema tabu. O reflexo aparece nos discursos dos dois candidatos. No primeiro programa do HGPE no segundo turno de José Serra é dita na locução em *off* a seguinte frase: “Serra sempre condenou o aborto e defendeu a vida”. Dilma Rousseff volta a declarar em seu site, de forma mais categórica que é contra o aborto: “Dilma e o aborto: ‘Sou contra; é uma violência contra a mulher’” diz a nota.

A posição dos candidatos mantém o tema como o grande destaque do repertório da campanha do segundo turno. Uma pesquisa realizada pelo Ibope, indica que 80% dos brasileiros são contrários à legalização do aborto. Nesse cenário, mais uma vez a candidata petista busca reforçar uma posição inequívoca contra a descriminalização do aborto. Pela internet, no dia 15 de outubro é lançada “A mensagem de Dilma”, que fala de forma contundente e promete não tomar iniciativas para mudar a legislação: “Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto”. A segunda mensagem publicada por Dilma com o propósito de “*pôr um fim definitivo à campanha de calúnias e boatos espalhados por meus adversários eleitorais*”. Nela, nos primeiros dos seis tópicos enumerados (reproduzidos no Quadro 3 a seguir), Dilma assume ser pessoalmente contra o aborto e que não atuará, se eleita, para mudar a legislação sobre o tema.

Quadro 3 – Trecho 1 A mensagem de Dilma

Manifestação	Reprodução de trecho do conteúdo
A mensagem de Dilma	<ol style="list-style-type: none"> 1. Defendo a convivência entre as diferentes religiões e a liberdade religiosa, assegurada pela Constituição Federal; 2. Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto; 3. Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País.

Fonte: as autoras.

Os tópicos quarto, quinto e sexto passam da especificidade do aborto ao seu enquadramento como preservação à família. É o que está expresso nos excertos do quadro a seguir, em que se veem referências à proteção de afrontas à família e a fazer dela foco principal de programas e leis do futuro governo.

Quadro 4 – Trecho 2 A mensagem de Dilma

Manifestação	Reprodução de trecho do conteúdo
A mensagem de Dilma	<p>4. O PNDH3 é uma ampla carta de intenções, que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família;</p> <p>[...]</p> <p>6. Se Deus quiser e o povo brasileiro me der, a oportunidade de presidir o País, pretendo editar leis e desenvolver programas que tenham a família como foco principal, a exemplo do Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e tantos outros que resgatam a cidadania e a dignidade humana.</p>

Fonte: as autoras.

Uma pesquisa realizada no dia do segundo turno eleitoral pelo Ibope nos locais de votação e nos domicílios, levantando não só o voto como também a filiação religiosa, revelou que Dilma venceu por larga margem entre os eleitores católicos (58%), mas praticamente empatou com o seu adversário entre os evangélicos (52 a 48% dos votos).

O segundo ato: o governo

O delineamento de ações de governo confrontadas com posicionamentos da presidenta Dilma Rousseff pós-eleição em 2010 auxilia na compreensão dos avanços ou retrocessos destinados às mulheres, especialmente no tocante aos direitos reprodutivos, em

sintonia com o compromisso assumido pela então candidata nesse pleito: não avançar na pauta ou na discussão da descriminalização do aborto.

Em junho de 2012, o jornal Folha de S. Paulo apura que o Ministério da Saúde estuda a adoção de uma política de redução de danos para mulheres que pretendem abortar clandestinamente, oferecendo informação sobre os riscos do aborto clandestino e sobre maneiras de fazê-lo. Por parte do Governo, houve uma negativa e um recuo dessa iniciativa.

Em fevereiro de 2013, a ONG Brasil sem Aborto denuncia a existência de uma cartilha não tão abrangente quanto a que se anunciava em 2012, mas de conteúdo preocupante para os grupos Pró-Vida: tratava-se de orientações preparadas pelo Ministério da Saúde para abortos usando o misoprostol, princípio ativo do Cytotec, medicamento cuja venda é proibida no Brasil desde 1998. A cartilha não é editada.

Em maio de 2014, o Ministério da Saúde publica a portaria nº 415, pela qual é criado oficialmente o procedimento aborto em todo o Sistema único de Saúde (SUS); o documento faz referência à lei 12.845/2013, que trata da assistência às vítimas de violência sexual. A repercussão negativa fez o Ministério voltar atrás, alegando que a publicação da portaria “foi um equívoco”. A referida lei, enquanto ainda era um Projeto de Lei, dividiu o movimento pró-vida, por conta do que os ativistas alegavam ser ambiguidades. Algumas organizações exigiam o veto total da lei, outras, o veto parcial. A presidenta Dilma aprovou a lei na íntegra.

Em junho de 2015, em entrevista⁵⁹ ao Canal Francês France 24, a presidenta Dilma Rousseff declarou que o Estado brasileiro ainda precisava passar por um longo processo de evolução para ser capaz de discutir sobre o tema aborto. Nessa declaração, a referência ao aborto não vem associada ao enquadramento da família ou da religião. O que não

59 Ver em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20150608-dilma-sobre-petrobras-lutarei-ate-o-fim-para-demonstrar-que-nao-estou-ligada> (<https://www.france24.com/en/20150608-video-interview-dilma-rousseff-brazil-fifa-scandal-petrobras>).

significa, por sua vez, qualquer flexibilização do acordo com o setor. A fala de Dilma nessa ocasião é curta, preenchendo os dois minutos finais de uma entrevista de vinte e cinco minutos de duração. O aborto é referido como uma previsão legal no Brasil em certos casos e como questão individual na qual o Estado não deve interferir. No quadro a seguir, reproduz-se a resposta da presidenta à pergunta sobre a necessidade de a sociedade evoluir sobre o aborto.

Quadro 5 – Trecho Entrevista de Dilma a canal francês

Manifestação	Reprodução de trecho do conteúdo
Entrevista de Dilma a canal francês	Olha, hoje no Brasil a lei permite o aborto. É importante isso, é quando há má formação, quando... inclusive o Supremo decidiu, a Suprema Corte de Justiça. Enfim, permite quando há violência contra a mulher e daí surge uma situação. Eu acredito que o Brasil hoje, ainda, vai ter um processo longo para evoluir nessa área. Se você fizer uma enquete é possível que nem todas as mulheres defendam isso. Eu acho que essa é uma questão em que o Estado não tem de entrar agora, o Estado Nacional não tem de entrar, nós não temos que intervir, nós temos que guardar o que nós acreditamos para nós. Não temos que entrar nessa arena.

Fonte: as autoras.

Importa ressaltar que o sentido de ser uma questão individual a ser protegida da ação do Estado aqui não aparece como uma escolha possível da mulher pelo aborto, mas, antes, como uma crença ou posição individual pela manutenção da sua criminalização. Afinal, a expressão da presidenta é pela não alteração do tratamento legal ao aborto. Por fim, o

entrevistador pergunta a posição de Dilma enquanto mulher, ao que ela responde: “*Eu enquanto mulher sou presidente*”. Assim ela encerra a questão e também dá sinais de que se sobrepõe o compromisso de Governo a qualquer posição particular dela. Ou seja, o Estado é maior que a sua posição pessoal que não deve ser pautada. Como visto, exatamente o oposto da resposta em que afirma, naquele momento, que a intervenção pública do Estado não deve ocorrer sobre o aborto, sem avanços sobre convicções individuais.

Em 31 de agosto de 2016, após aprovação do processo de *impeachment* no Senado, Dilma Rousseff se despediu em caráter definitivo do Planalto, destacando em seu discurso final uma mensagem para as mulheres:

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar. (ROUSSEFF, 2016)

A expectativa de militantes e ativistas era que essa causa pudesse ter sido ao menos colocada em pauta por parte do Executivo, o que não aconteceu. Uma das maiores autoridades no assunto, a pesquisadora e antropóloga Debora Diniz, do instituto de bioética Anis, afirmou à BBC Brasil: "Para mim, uma das grandes tristezas do governo Dilma foi ver que a discussão sobre os direitos reprodutivos das mulheres não avançou em nada, pelo contrário. O tema foi totalmente silenciado. Mesmo com uma ministra absolutamente engajada (Eleonora Menicucci, na Secretaria de Políticas para Mulheres), nada avançou, porque ela não podia falar

nada. E, para falar a verdade, foi um retrocesso se olharmos para o fato de que os serviços que oferecem aborto legal (para os casos previstos em lei) foram cortados pela metade nesse governo", avaliou.

Em 2017, a ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Dilma, Eleonora Menicucci⁶⁰, ativista histórica da causa, declarou que se sentia frustrada por não ter conseguido a legalização do aborto e nem a discussão foi alcançada por cautela de companheiros do partido no Ministério e principalmente em função de um Congresso fundamentalista. De fato, as ações do Governo Dilma recuperadas na linha do tempo demonstram que as iniciativas de discussão e tratamento do tema aborto foram interdidas, fiel ao compromisso assumido em campanha.

O terceiro ato: o acontecimento

A última manifestação de Dilma sobre o aborto foi publicada na conta do Twitter da ex-presidente em 20 de agosto de 2020 por ocasião da realização de aborto legalmente autorizado em menina que engravidou após ser violentada no interior do Espírito Santo. O enredo brutal envolvendo uma criança de apenas dez anos estuprada pelo tio desde os seis, grávida, apavorada e fragilizada emocionalmente, que teve decretado pela justiça o direito ao aborto legal e passou por um novo calvário de agressões para conseguir acessar o tratamento, foi capaz de reaglutinar diferentes grupos, atores envolvidos e em disputa em torno do tema aborto. Dentre eles, a ex-presidenta.

O debate público se estabeleceu dentro dos novos fluxos e dinâmicas virtuais, com protagonismo de influenciadores digitais, parlamentares ativos nas redes sociais, grupos religiosos e organizações feministas. Para

60 Ver em: <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/11/nao-consegui-legalizacao-do-aborto-diz-ex-ministra-de-dilma.html>"

além da repulsa à sucessão de violações que a menina e sua família padeceram, o episódio tornou-se uma oportunidade para pensar os processos simbólicos de disputa em torno de temas sensíveis nos quais a comunicação pública e sua missão de articular a rede de posições em torno a pautas de interesse público se vê capturada em processos de constrangimento e cerceamento na troca de razões que deveria ser orientada para a pluralidade e para o diálogo racional.

O aborto segue como um dos temas mais controversos dentre os chamados temas sensíveis. É segregador (porque não permite consensos) e unificador ao mesmo tempo, por ser capaz de juntar diferentes filiações religiosas (não raro em competição) e permitir desse modo um uso estratégico, ainda que para isso seja necessário agredir a infância que esses mesmos atores alegam defender.

Vaggione (2006) oferece a interpretação de que o discurso do Estado e da religião a respeito do aborto tem a dupla capacidade da hierarquia eclesiástica de exercer seu poder sobre o estado e ao mesmo tempo estabelecer os limites culturais e morais do debate entre a população. Esse poder se manifesta com especial virulência em relação ao aborto, apresentando-o como contrário ao direito natural.

A teia discursiva que ganhou os meios de comunicação de massa e a circulação digital via redes sociais e os enunciadores da discussão violenta que se processou em torno do caso foi protagonizada por grupos e lideranças religiosas conservadoras cristãs (católicos e evangélicos); parlamentares de orientação religiosa; influenciadores e ativistas digitais (conservadores e progressistas); grupos progressistas das igrejas; grupos feministas; meios de comunicação e entidades militantes por direitos.

A ex-presidenta Dilma é uma das pessoas públicas que se pronuncia sobre o acontecimento. Na sequência de quatro *twittes*, apresenta dados de violência a crianças e relata a sucessão de fatos envolvendo a menina do ES, como se vê na reprodução, na íntegra, do quadro a seguir.

Quadro 6 – Publicação no Twitter de Dilma

Manifestação	Reprodução de trecho do conteúdo
<p>Publicação no Twitter de Dilma</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="426 392 1018 666">1 Dados mostram que 66 mil mulheres foram estupradas em 2018 no Brasil e que 53,8% das vítimas eram meninas ou crianças com menos de 13 anos. Uma delas é a menina/criança do interior do ES violentada pelo tio desde os 6 anos e que, grávida, foi autorizada a fazer um aborto. (...) <li data-bbox="426 673 1018 909">2 Apesar da permissão legal e judicial, um grupo de fanáticos mobilizados pela ministra Damares tentou invadir o hospital de PE em que a menina foi operada, para impedir a cirurgia. Gravidez aos 10 anos é de enorme risco e os fanáticos não consideram a ameaça à vida dela. (...) <li data-bbox="426 916 1018 1152">3 O aborto é permitido em gravidez decorrente de estupro, risco de vida à mulher e anencefalia do feto. O governo quis descumprir a lei. Ao trauma do estupro e da gravidez que a menina nem é capaz de entender, esteve na pauta acrescentar a morte de uma criança de 10 anos. (...). <li data-bbox="426 1159 1018 1430">4 A menina foi salva pela ação humanitária do Centro de Saúde Amauri de Medeiros. O grupo de fanáticos que cercou o hospital foi afastado pela ação corajosa das mulheres do Fórum de Mulheres de PE, que foram ao local para apoiar o cumprimento de um direito humano fundamental.

Fonte: as autoras.

Dilma recupera os fatos de forma a dualizar ação fanática com ação humanitária. A ação fanática é relacionada à ministra de Estado do

Governo Bolsonaro, Damares Alves, enquanto a frente humanitária se coaduna à entidade médica e movimento feminista. Dessa forma, ao Governo, Dilma imputa explicitamente a tentativa de descumprimento da lei e, implicitamente, a afronta à ciência e à vontade de setores sociais. Chama atenção em seu posicionamento a classificação da ação contrária ao aborto como própria de *fanáticos*, termo que identifica aqueles que têm zelo excessivo pela religião, sendo intolerantes. Ou seja, a religião aqui aparece como fonte danosa de ação que se opõe a direito humano fundamental. De toda forma, esse direito fundamental aponta para a preservação da menina violentada e ao cumprimento de decisão judicial – baseada na lei que a presidenta se comprometeu a não alterar.

Como já aqui referido, há dez anos, no pleito de 2010, o tema foi explorado por um viés moral. A imprensa, à época, fez uma cobertura de conteúdo dentro dos moldes propostos pelos promotores da pauta: com apelo religioso. Apesar de protestar contra o teor medieval da pauta, os meios de referência (analisados na tese de doutorado já referida) ficam limitados à disputa política, tendo uma única matéria, dentre mais de 800 conteúdos produzidos no período eleitoral de segundo turno, com escuta de mulheres e dados referentes ao problema de saúde pública que a prática representa.

O fato é que finalizado o pleito e eleita a candidata Dilma Rousseff, o site da Secretaria de Políticas para as Mulheres deixou de disponibilizar quaisquer informações sobre a pauta aborto, assim como a Secretaria de Direitos Humanos, ambas vinculadas à Presidência da República. Pode-se inferir que houve um silenciamento sobre o tema e nenhum movimento que buscasse colocar essa pauta em debate público. Mesmo os grupos militantes não retomaram as antigas pressões. Parece que o assunto sobre direitos reprodutivos femininos ficou subalterno às estratégias políticas e publicitárias. No episódio do ano de 2020, a ex-presidenta Dilma Rousseff se posiciona de maneira inequívoca contra os

grupos conservadores, embora não defenda a descriminalização do aborto.

Reflexões teóricas: opinião e debate público frente a temas sensíveis

Nos ensina Foucault (1996) que as práticas de fala pública e os discursos que as atravessam se constituem como uma combinação do que é visível e do que é enunciável em cada estrato histórico. As formações discursivas, são, portanto, as lentes por meio das quais em cada tempo e lugar as pessoas percebem todas as coisas ao seu redor. Esses quadros históricos que norteiam a percepção sobre o que falar, pensar e fazer permitem posições de modo singular. Podemos, então, observar como um tema sensível é apropriado, usado estrategicamente, silenciado ou reinterpretado em momentos diferentes, não raro pelos mesmos personagens.

O papel que as estratégias de comunicação terão no percurso desses temas é central. Parte da crítica que se faz às práticas e teorizações da democracia deliberativa é que seriam ignorados que alguns consensos podem ser falsos e obtidos por meio de ameaças, exclusões e coerções e que a comunicação pode ser sistematicamente distorcida pelo poder (YOUNG, 2014). Habermas (1997) observa que as dinâmicas sociais que vivemos têm características de uma "refeudalização" da sociedade. O sujeito político da nossa sociedade de massas não seria o indivíduo do liberalismo, mas grupos sociais e associações com interesses de certos setores privados que influenciam as decisões políticas, ou, vice-versa, das instâncias políticas que intervêm no tráfego comercial e na dinâmica do mundo da vida. Privatização do público e politização do privado, múltiplas transgressões de uma delimitação legal e eticamente tipificada, diz o autor.

Contudo, mesmo com os aspectos negativos e as dificuldades de sobrevivência e desenvolvimento da publicidade crítica na sociedade de

massa, dada a sua importância fundamental para a realização da democracia, o estabelecimento de compromissos políticos teria de se legitimar via processo de comunicação pública, porque apenas o debate público e crítico permitirá a expressão e superação de conflitos reais e da vontade comum. É a discussão pública, a busca argumentativa de conceitos, o contrapeso necessário às formas de pressão e coerção do poder, que sempre tende a sobrepor-se opressivamente sobre a realidade social. Para Habermas (1997), os discursos não dominam por si mesmos, mas têm potencial libertador, já que é a sua força comunicativa que influencia e permite certos tipos de legitimação. Esse poder da comunicação não pode ser suplantado por ações instrumentais. Assim, Habermas propõe um conceito de "espaço de opinião pública" sob uma lógica explicativa e normativa, buscando entender a constituição e a dinâmica desse espaço e como pode ser delimitado e contrastado o poder comunicativo e poder político.

A distinção entre o agir instrumental e o agir comunicativo, proposta por Habermas (1989), mostra que a racionalidade comunicativa permite a promoção do indivíduo e sua cidadania. Mas, cada vez em maior escala, a racionalidade instrumental se estende para outros domínios nos quais deveria prevalecer a ação comunicativa.

A presença discursiva e estratégica de grupos de interesse e forças políticas nas redes corrobora para uma percepção de um uso da linguagem e da conversação não como meio de conseguir consenso, mas como ação orientada para a eficácia de promoção de certas pautas e grupos, associada à destruição e ataque de frações e temas identificados como inimigos. As condições de liberdade e não constrangimento, imprescindíveis ao diálogo, se deterioram nesse ambiente e impedem o aperfeiçoamento dos instrumentos de participação dentro da sociedade, ainda que a tecnologia amplie esse potencial como nunca antes na história. Quanto melhores forem as condições do diálogo, melhor a qualidade da democracia. O contrário também é verdadeiro.

Como sugere Habermas (1997), o princípio do discurso tem o sentido cognitivo de filtrar contribuições, argumentos, temas e informações de tal modo que seus resultados sejam corroborados supostamente pela aceitabilidade racional. O caráter discursivo da formação da opinião e da vontade na esfera pública política implica o sentido prático da produção de entendimento, isenta de violência.

Cabe questionar, concretamente, na nova geografia comunicacional, com uma esfera pública mais automatizada e menos transparente, se as questões morais não substituem concepções políticas ao ganharem mais eficiência e rapidez no posicionamento comportamental e social em meio a fluxos intensivos e fragmentados de informação. Dito de outro modo, um tema moral seleciona e posiciona visões de mundo de modo menos exigente que as questões políticas, permeadas pela necessidade de ideologia – e, dessa forma, se presta bem à comunicação instrumental ou estratégica.

Se recorrermos à análise da primeira fala do Horário Político Eleitoral em 2010, quando a candidata Dilma Rousseff destinada a fazer história ao potencialmente ocupar como mulher a presidência pela primeira vez, percebemos o cuidado em manter a representação dos valores da família e da fé em Deus. Mesmo quando tratou de outras questões como desenvolvimento econômico, emprego, educação e moradia, o programa eleitoral de Dilma buscou associar medidas e conquistas às famílias brasileiras.

De um modo geral, os programas de Dilma Rousseff analisados por Barreras (2013) evidenciam que sua condição feminina é explorada com as representações recorrentes do papel esperado para a mulher: a mãe, a avó, a dedicação à família, a identificação com o dom da vida. Ao lado desses padrões morais são colocados valores cristãos. Dilma Rousseff é apresentada como alguém escolhido, que recebeu “uma graça divina”. Naturalmente essa imagem é construída de modo contrário ao que o aborto representa no discurso de seus críticos. Dilma respeita a vida e tem

fé. Na Figura 3, que a seguir resgata imagens do primeiro HGPE de Dilma no segundo turno em 2010, como a candidata em meio a famílias padrão, ao lado do papa Bento XVI, com o neto) a representação moral e religiosa está presente.

Figura 1 – Mosaico HPEG Dilma Rousseff 2010



Fonte: BARRERAS, 2013.

Olhando o presente e remetendo os acontecimentos de uma década, é importante problematizar se havia outro modo de vencer a disputa e enfrentar o tema incômodo. A posição a fez refém dos conservadores e em certa medida permitiu os arranjos e alianças que levariam ao processo de derrubada de seu governo? As futuras equações eleitorais precisam levar em conta o cálculo das frações religiosas do eleitorado, impedindo avanços, cerceando direitos e mantendo hiarquias perversas? Qual o sentido, nesse caso, da comunicação pública e da democracia?

Algumas evidências aparecem no intervalo de tempo definido para compreender o processo em torno do debate público, produzido na

fronteira entre interesses públicos e privados. As análises dos dados empíricos empreendidas pelas ferramentas teóricas adotadas sugerem várias considerações a respeito dos esquemas de agendamento durante uma campanha eleitoral, da interdição do debate público em função dos interesses político-partidários, da complexidade da comunicação pública e dos mecanismos de formação da opinião frente a um tema polêmico e do uso estratégico por frações do eleitorado, imprensa e candidatos articulando fronteiras públicas e privadas, por meio da conversação e da representação de estereótipos.

Referências

BARRERAS, Sandra Eliane Olivera Bitencourt de. **O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira em 2010: reverberação e silenciamento estratégicos entre imprensa, mídias sociais e candidatos.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2013. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/81209?locale=pt_BR>

BERG, W.; GRAEFFE, L. & HOLDEN, C. **Teaching controversial issues: A European perspective.** Children Identity & Citizenship in Europe (CICE), Londres, 2003.

'ESSENTIAL to shed light on FIFA scandal,' says Brazil's Rousseff. Paris: **France 24**, 2015. Son., color. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20150608-video-interview-dilma-rousseff-brazil-fifa-scandal-petrobras>. Acesso em: 27 abr. 2021.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

HABERMAS, J. **Historia y crítica de la opinión pública**. La transformación estructural de la vida pública. Barcelona: G. Gili, 1981.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Facticidad y validez**. Madrid: Trotta; primera edición alemana, 1998.

LEGARDEZ, A. & SIMMONEAUX, L. L'enseignement des questions socialement vives á l'école. **Biennale N.º 6 de l'éducation et de la formation**, Paris, 2002. Disponível em <http://www.inrp.fr/biennale/6biennale/Contrib/affich.php?&mode=long&NUM=247>>. Acesso em: 21 fev. 2018

ROUSSEF, Dilma. "NÃO consegui legalização do aborto", diz ex-ministra de Dilma. **O Povo**. Fortaleza. 29 nov. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/11/nao-consegui-legalizacao-do-aborto-diz-ex-ministra-de-dilma.html>.> Acesso em: 27 abr. 2021.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso no Palácio do Planalto. Brasília, 2016. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/veja-a-integrado-pronunciamento-de-dilma-apos-impeachment.htm>. Acesso em: 27 abr.2021.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the context and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: ZANNA, M.

(Org.). **Advances in experimental social psychology**. Orlando: Academic Press, 1992. vol. 25. p. 1- 65

VAGGIONE, Juan Marco. **El aborto**: las nuevas fronteras - Red Latinoamericana de católicas por el derecho a decidir (2006). Disponible em: <http://www.catolicas.com.ar/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=161&Itemid=82> Acessado em: 19 agos. 2012.

YOUNG, Iris Marion. Desafios ativistas à democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, V. 13, p. 187, 2014.

O SEGUNDO GOLPE CONTRA DILMA ROUSSEFF: ocultamento da comunicação da ex-presidenta no site do planalto

Ana Javes Luz

*O arquivo sempre foi um penhor e,
como todo penhor, um penhor do
futuro.*

Jacques Derrida,
Mal de Arquivo.

Introdução

Afastada do cargo e posteriormente cassada, em um processo de *impeachment* altamente controverso – para muitos, esta autora inclusa, um golpe político e midiático para abreviar seu segundo mandato – a ex-presidenta Dilma Rousseff sofreu, a partir de 2016, um novo golpe: o ocultamento da comunicação realizada durante seu governo no site oficial do Planalto.

Vinculado à Presidência da República, o site do Palácio do Planalto⁶¹ divulga e armazena conteúdos relativos ao desempenho das atividades do/a titular da Presidência durante seu/s mandato/s. Abriga também o acervo da Biblioteca da Presidência, que dentre as funções previstas está disponibilizar “*todo o conteúdo produzido* pelos ex-presidentes da República durante o mandato presidencial”⁶² (grifo da autora).

Contraditoriamente, não é essa a situação encontrada quando se tenta acessar a comunicação da ex-presidenta, no site encarregado de preservá-la.

61 Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 4 mai. 2021.

62 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo>. Acesso em 4 mai. 2021.

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa exploratória⁶³ que evidencia a supressão da comunicação produzida nos governos Rousseff do site oficial da Presidência da República. Conteúdos que, até o primeiro semestre de 2016, permaneciam disponíveis para consulta pública.

A partir do acompanhamento das modificações realizadas no site do Planalto, entre 2016 e 2019, e da comparação com versões anteriores, recuperadas através do projeto *Internet Archive*, analiso o impacto que a retirada desses conteúdos tem para a memória política do País. Abordo, ainda, a necessidade da adoção de uma política pública de preservação dos sites oficiais e das informações neles publicadas a fim de garantir o direito à informação, compreendendo que a destruição desses arquivos, em sua maioria nascidos digitais, pode significar a perda definitiva de fontes históricas, comprometendo a memória da nossa democracia.

Comunicação pública, informação e memória

A governabilidade nas democracias contemporâneas é influenciada, em grande parte, por estratégias de relacionamento e de visibilidade determinadas pela comunicação governamental. Associada a exigências de prestação de contas e de *accountability*, essa comunicação é desempenhada por estruturas profissionais, que produzem e difundem milhares de informações na forma de textos noticiosos, entrevistas, pronunciamentos e discursos oficiais, fotos, vídeos, áudios, campanhas publicitárias de interesse público e/ou de promoção institucional que permitem compor um retrato do governo ao qual se referem.

63 Esta pesquisa foi originalmente publicada no artigo "A memória política do Brasil no site da presidência: acesso e desvios da comunicação dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer" (LUZ; WEBER, 2019). Para este livro, o artigo foi revisado, editado e atualizado.

Viabilizada pelo investimento de verbas públicas, a profissionalização da comunicação política e governamental envolve a atuação de jornalistas, publicitários, relações públicas, especialistas em sondagens e em pesquisa de opinião, consultores de imagem e outros profissionais da área que pressupõem processos legais de contratação, reforçando o caráter patrimonial dessa comunicação. Os sistemas de comunicação compreendem, portanto, as práticas profissionais, as políticas públicas que as norteiam, além das mídias e dos espaços de armazenamento e de difusão que nos permitem acessá-las (LUZ, 2017), colaborando para a transparência que se espera de governos democráticos. De suas atividades resulta uma ampla documentação sobre os atos oficiais, constituindo registro e fontes históricas sobre os períodos comunicados.

Por isso, a comunicação do Estado democrático deve ser observada e tensionada a partir dos princípios que regem a Comunicação Pública, indissociável do debate e do interesse público (WEBER, 2017). Para Weber (idem, p. 37), a Comunicação Pública é um dos principais indicadores de qualidade das democracias. Sua concretude se verifica “a partir da circulação de temas de interesse público, desde que estes possuam potencial capaz de provocar tensões, pactos, disputas e deliberações dirigidas ao benefício de públicos e da sociedade”. A autora alerta, no entanto, que “a comunicação pública ainda está sendo construída e a sociedade ainda está num processo de aprendizagem sobre sua participação nas decisões de um Estado cada vez mais impermeável” (WEBER, 2017, p. 27).

Por isso, é importante acompanhar a comunicação empreendida pelo Estado, bem como observar se os acervos dessa comunicação são disponibilizados para acesso presente e futuro, de forma que seja possível reconstituir períodos, comparar políticas e analisar a evolução da comunicação desempenhada ao longo dos governos.

Essa oferta de informação está associada ao ato de governar, seja pela produção ininterrupta de registros de atos oficiais, pelas políticas de

orientação ou de prestação de contas, seja pelas ações de comunicação governamental que buscam dar transparência e estreitar as relações entre governo e sociedade.

As variáveis da comunicação das democracias têm origem na *informação* e na *participação*, através de processos de visibilidade e acessibilidade que permitem saber, refletir, argumentar, se posicionar e deliberar. [...] Sem informação não há argumentação e sem possibilidade de criticar, argumentar, não há comunicação, sobressai a propaganda, a divulgação do poder que tenta se legitimar e, portanto, não há comunicação pública. (WEBER, 2017, p. 28, grifo no original).

Conforme Cepik (2000, p. 43), o direito à informação é um direito civil, político e social a um só tempo. E o acesso a essas informações deve ser garantido pelo Estado, que deve propiciar igualmente “meios e condições para a efetivação desse acesso”.

É importante também reconhecer o direito à memória, cujo interesse crescente tem relação com processos de democratização, de defesa dos direitos humanos e de fortalecimento de esferas públicas da sociedade (HUYSSSEN, 2000). A conformação da memória envolve processos contínuos de reconstituição e de atualização do passado, segundo a teoria sociológica de Halbwachs (2003), a quem devemos o conceito de memória coletiva. Para o autor, a memória coletiva se constitui a partir das trocas entre indivíduos em sociedade e, quando um acontecimento não pode mais se beneficiar dos relatos de um grupo social, “o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem” (HALBWACHS, 2003, p. 101).

O registro e a preservação da informação oficial, produzida e divulgada através dos sistemas de comunicação governamental, colaboram diretamente para a constituição da memória coletiva nas democracias contemporâneas. Trata-se de uma memória política,

administrativa e social, na medida em que os acervos dessa comunicação documentam as administrações e as políticas públicas, bem como seus impactos no cotidiano dos cidadãos governados. São importantes fontes de informação a respeito da política e das instituições democráticas, que nos permitem também o acompanhamento, a compreensão e a fiscalização do funcionamento dos poderes.

Preservação e acesso à informação oficial em meio digital

Como mídias de difusão e de armazenamento, os sites oficiais são os locais onde se encontram os maiores acervos da comunicação governamental. Criados e geridos pelo poder público, são serviços nos quais o processamento, o armazenamento, o acesso e a visibilidade dos conteúdos são definidos pelo governo, que pode preservar ou deletar, facilitar ou dificultar o acesso às informações ali publicadas. Segundo Gharsallah (2008), os sites estão hoje no centro da estratégia de comunicação e de informação das organizações, tornando-se um “candidato privilegiado para a conservação do patrimônio”.

Paradoxalmente, o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação – que permite armazenar, processar e disponibilizar enorme quantidade de dados em múltiplos formatos e a custos bem mais baixos do que quando se lida com arquivos analógicos – também facilita o escamoteamento, o descarte ou a destruição de arquivos. Por isso, governos, organizações independentes, universidades, dentre inúmeros outros exemplos de instituições públicas e privadas (LUZ; WEBER, 2019), têm desempenhado importante papel no desenvolvimento e na adoção de políticas e ferramentas de arquivamento de páginas web e de arquivos nascidos digitais.

É o caso do projeto *Internet Archive*⁶⁴, ferramenta de captura, armazenamento e disponibilização de sites publicados em diversos países para consulta pública no tempo presente e futuro. Rockeback & Pavão (2018, p. 173) alertam que esses projetos são, em sua maioria, indexadores da informação publicada, isto é, capturam aquilo que está disponível e passível de ser capturado, além de salvar e indicar o caminho de acesso a páginas secundárias. Mas a responsabilidade de manter a informação no mesmo local permanece a cargo do proprietário ou do responsável pelo website. Por isso, é frequente que, mesmo em páginas arquivadas por essas ferramentas, nem tudo tenha sido preservado e muito possa ter se perdido definitivamente. Do ponto de vista governamental, é somente com a adoção de políticas públicas de preservação digital que podemos evitar um cenário de perda indiscriminada de informações oficiais.

No Brasil, a legislação possui inúmeros dispositivos para tratar da gestão e do acesso da informação produzida ou sob a guarda dos órgãos oficiais. Na Constituição, o artigo 216, parágrafo 2º, determina que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988). Também a Lei 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos, afirma ser dever do poder público “a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991, art. 1º). A mesma lei especifica que arquivos são “documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas [...] *qualquer que*

64 O projeto *Internet Archive* captura e arquivava bilhões de páginas da internet publicadas em todo o mundo. De acesso livre, oferece acesso permanente às páginas capturadas, mesmo que não estejam mais online. Disponível em: www.waybackmachine.org. Acesso em 4 mai. 2021.

seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos" (BRASIL, 1991, grifo desta autora).

A Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) - LAI, determina, em seu artigo 6º, que cabe aos órgãos do poder público assegurar:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade e III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso. (BRASIL, 2011).

Ainda conforme o art. 7º, incisos V e VI da mesma lei (BRASIL, 2011), o acesso à informação compreende os direitos de obter informação sobre “atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços”, bem como informações pertinentes à “administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos”, à “implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos”, dentre outras.

A LAI também estipula que os órgãos governamentais devem manter, em seus sites oficiais, ferramentas de pesquisa que permitam o acesso à informação de forma “objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” e que possibilitem a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, de modo a facilitar a análise das informações (BRASIL, 2011).

Por fim, cabe destacar que, desde 2004, o Brasil possui uma “Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital”, documento segundo o qual o governo brasileiro se comprometeu a:

Definir procedimentos e estratégias de gestão arquivística de documentos quando da criação, transmissão e preservação de documentos em formatos digitais, com o objetivo de garantir a produção e manutenção de documentos fidedignos, autênticos, acessíveis, compreensíveis e preserváveis. (CONARQ, 2005).

Diante da identificação desses dispositivos administrativos e legais em vigor, seria razoável deduzir que as informações divulgadas através do sistema de comunicação do governo Dilma Rousseff, publicadas no site oficial da Presidência da República durante seus anos de governo, estivessem protegidas contra perdas, bem como disponíveis para consulta pública. Não é o que se verifica no levantamento que apresento a seguir.

Apagamento do governo Dilma Rousseff

Dilma Rousseff foi eleita presidenta da República do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2010, tendo como vice-presidente Michel Temer (então PMDB, atualmente MDB). Seu primeiro mandato ocorreu entre 01/01/2011 e 31/12/2014. Em Outubro de 2014, a chapa Rousseff-Temer foi reeleita para mais quatro anos de governo. Uma reeleição que manteve o país dividido, longe da pacificação esperada pelo processo eleitoral.

Em abril de 2016, transcorrido pouco mais de um ano do segundo mandato, a Câmara dos Deputados autorizou a tramitação de um processo de *impeachment* contra a presidenta. Para muitos pesquisadores da área da Comunicação e Política, um golpe parlamentar com apoio de parte da mídia brasileira para permitir que o vice-presidente assumisse o governo, implementando uma agenda econômica neoliberal. Em maio de 2016, o Senado Federal afastou Dilma Rousseff das suas funções por 180 dias, para julgá-la pelos supostos crimes de responsabilidade a ela imputados. Na ocasião, o vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo interinamente. Em 31 de agosto de 2016, após Rousseff ter seu mandato

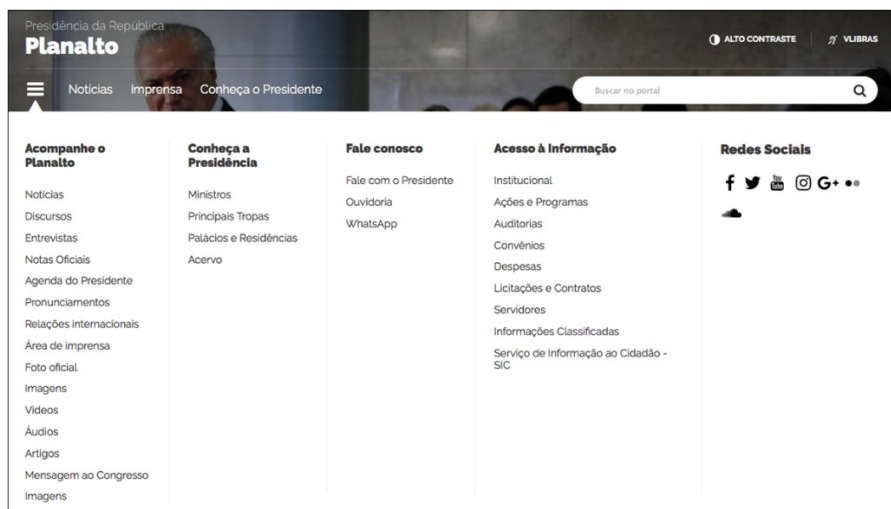
cassado pelo Congresso Nacional, Temer assume definitivamente a Presidência, governando o país até dezembro de 2018.

O levantamento a seguir acompanhou as alterações realizadas no site do Palácio do Planalto (www.planalto.gov.br), página oficial na internet da Presidência da República, a partir do afastamento inicial da ex-presidenta do cargo, em 12 de maio de 2016, e até o final do mandato de Michel Temer. O objetivo foi verificar se o acesso às informações produzidas pelo sistema de comunicação do governo Rousseff continuaria disponível para consulta pública após o golpe que cassou a ex-presidenta. Para isso, buscou identificar a manutenção dos produtos da comunicação governamental publicados durante seus dois governos (01/01/2011 a 31/12/2014 e 01/01/2015 a 12/05/2016). Além disso, para efeito comparativo, foram identificados igualmente conteúdos de comunicação produzidos e publicados durante o mandato do seu sucessor, o ex-presidente Michel Temer (12/05/2016 a 31/12/2018). Os levantamentos foram realizados em quatro períodos distintos: novembro de 2017, março de 2018, maio de 2018 e janeiro de 2019.

O site do Palácio do Planalto concentra as principais informações relativas ao desempenho do maior cargo executivo do País. Até dezembro de 2018⁶⁵, as principais seções do site eram: “Acompanhe o Planalto”; “Conheça a Presidência”; “Fale Conosco” e “Acesso à Informação”. Cada uma dividida em subseções, conforme a Figura 1.

65 Em janeiro de 2019, com a posse do novo presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, o website do Palácio do Planalto sofreu mais modificações. Como a comunicação do atual governo não fez parte do escopo original da pesquisa, essas modificações não serão detalhadas.

Figura 1 – Seções do site do Palácio do Planalto



Fonte: print da página <http://www2.planalto.gov.br>, maio 2018.

Na seção “Acompanhe o Planalto” se encontravam os principais conteúdos derivados das atividades da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR). Ali estão localizadas as notícias, discursos, entrevistas, notas oficiais, pronunciamentos, fotos, vídeos, áudios, artigos, agenda presidencial etc. – conteúdos que permitem recuperar os principais acontecimentos, decisões políticas, relatos e realizações que o/a presidente/a desempenhou durante seu mandato.

Esse formato da página oficial do Planalto foi colocado no ar em 23 de maio de 2018, durante o governo interino de Michel Temer. Na ocasião, a Secretaria de Comunicação da Presidência anunciou⁶⁶ que a

66 Disponível em <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2018/maio/novos-portais-modernizam-comunicacao-do-governo-com-os-brasileiros>. Acesso em 04 mai. 2021.

mudança no website visava “padronizar a navegação e o modelo de divulgar informações para que o usuário encontre o que precisar de forma fácil e ágil” e que seriam “disponibilizados conteúdos acessíveis e focados nas necessidades dos diferentes públicos” para que o novo site garantisse “mais credibilidade às informações públicas”. No entanto, apesar da promessa de facilitar o acesso e do compromisso com a credibilidade da informação pública, o que se verificou foi uma exclusão continuada de conteúdos produzidos e publicados durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, a antecessora do cargo.

Em 13 de maio de 2016, um dia após o afastamento temporário de Rousseff, o site do Planalto sofreu sua primeira modificação importante: incluiu uma seção específica para acesso aos conteúdos da ex-presidenta, que a partir de então foram separados dos conteúdos produzidos no governo do novo presidente (interino). A seção, intitulada “Presidente afastada”, passou a ser indicada no menu da página inicial (Figura 2).

Figura 2 – Fase de transição de governos do site do Palácio do Planalto



Fonte: print da página <http://www2.planalto.gov.br>, maio 2016.
Capturada pela ferramenta WayBack Machine.

No dia 31 de agosto de 2016, dia da cassação do mandato de Rousseff e da efetivação do vice-presidente no cargo, o site foi novamente modificado. A seção “Presidente afastada” é excluída. A partir de então,

alguns conteúdos sobre o governo da ex-presidenta passaram a ser acessados na seção intitulada “Acervo”, subseção “Galeria de Ex-Presidentes” (Figura 3), onde estavam disponíveis discursos, notas oficiais, artigos, áudios, fotos, vídeos, entrevistas e agendas (Figura 4). E, fora dessa seção, era possível encontrar alguns poucos conteúdos do antigo governo através da ferramenta de buscas. No entanto, a cada nova busca, constatou-se haver uma quantidade menor de conteúdo disponibilizado nos resultados, indicando retirada de publicações ou que os conteúdos não eram mais indexados, ainda que pudessem estar em algum lugar do site oficial.

Figura 3 – Página da galeria de ex-presidentes no site do Palácio do Planalto



Fonte: print da página www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes, ago. 2016.

Figura 4 – Página do acervo da ex-presidenta Dilma no site do Palácio do Planalto

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > MANDATOS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2015 E 2015-2016) > INFORMAÇÕES

Filtros de Pesquisa
Notícias
Governo do Brasil
Credenciamento

ACOMPANHE O PLANALTO

Agenda do Presidente
Agenda do Presidente em Exercício
Notas Oficiais
Foto oficial
Notícias
Imagens
Vídeos
Áudios
Entrevistas
Artigos
Relações internacionais
Discursos
Mensagem ao Congresso
Medidas

Mandatos de Dilma Rousseff (2011-2015 e 2015-2016)

Biografia da ex-Presidente Dilma Rousseff
Primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). Iniciou militância política aos 16 anos até chegar aos cargos de secretária e ministra. Foi eleita presidente em 2010, reeleita em 2014 e afastada definitivamente da Presidência em 31 de agosto de 2016, após ser condenada por crime de responsabilidade pelo Senado Federal.

Baixe a foto oficial da ex-Presidente

DISCURSOS 12/05/2016 Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff - Brasília/DF ACESSE TODOS OS DISCURSOS	NOTAS OFICIAIS 16/08/2016 Nota oficial 21/04/2016 Nota de pesar pelo acidente na ciclovia ACESSE TODAS AS NOTAS OFICIAIS	ARTIGOS Manifestos de artistas e intelectuais em defesa da democracia Manifestos de juristas em defesa da democracia ACESSE TODOS OS ARTIGOS
--	--	--

Últimos áudios
00:00 / 00:00
Áudio da declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff - Brasília/DF (14min54s)

Galeria de álbuns

Fonte: print da página <http://www2.planalto.gov.br>, ago. 2016.

Por exemplo, em novembro de 2017, utilizando a ferramenta de busca, verificou-se haver 1.716 notícias disponíveis com o termo “Michel Temer” (Figura 5), enquanto apenas 208 referiam “Dilma Rousseff” (Figura 6). Sendo as notícias os principais conteúdos produzidos pelas assessorias de comunicação, foi inesperado que Michel Temer apresentasse volume de notícias quase oito vezes superior ao da antecessora, estando na presidência por um período quase cinco vezes menor.

Figura 5 – Resultado de busca pelo nome do ex-presidente Michel Temer no site do Planalto

The image shows a screenshot of the Planalto website's search results page. At the top, the Planalto logo is on the left, and a search bar contains the text "michel temer". Below the logo, it says "PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA". Navigation links include "Contato", "Área de imprensa", "Ouvidoria", and "Fale com o Presidente". A banner for "MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA" is visible. The search results section is titled "Busca" and shows the search term "michel temer" in a search box. The main heading is "Resultado da busca por 'michel temer'". There are three search results listed, each with a title, a brief description, and publication/modification dates. On the right side, there is a sidebar with "1716 itens atendem ao seu critério.", a "Filtrar os resultados" section, and a "Tipo de item" list with radio buttons for various content types like "Agenda Diária", "Audio", "Página", etc. The "Notícias desde" section has radio buttons for "Ontem", "Última semana", "Último mês", and "Sempre", with "Sempre" selected.

Planalto
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Contato | Área de imprensa | Ouvidoria | Fale com o Presidente

MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA Agora mais moderna e ajustada aos novos tempos

SAIBA MAIS

Busca

Buscar no portal

"michel temer"

Resultado da busca por "michel temer"

Temer diz que governo está empenhado em encontrar submarino argentino desaparecido
Marinha brasileira enviou três embarcações, e a FAB duas aeronaves para auxiliar nas buscas do submarino militar argentino, ARA San Juan por Planalto
publicado em 19/11/2017 — última modificação em 19/11/2017 22h20
registrado em: Michel Temer, Argentina, Submarino, Raul Jungmann, Marinha, FAB, ARA San Juan, Resgate

Modernização trabalhista e reforma da Previdência favorecem retomada do crescimento
Após encontro com o presidente da República, Michel Temer, executivo da Rede TV! destaca importância das medidas para impulsionar o desempenho do País por Planalto
publicado em 16/11/2017 — última modificação em 16/11/2017 23h47
registrado em: Reforma da Previdência, Modernização Trabalhista, Crescimento Econômico
assunto(s): Governo federal, Economia

Incentivo ao empreendedorismo une poder público e sociedade, diz Temer
Ao participar da abertura da Semana Global do Empreendedorismo, presidente da República destaca o papel dos micro e pequenos negócios para a geração de empregos no Brasil

1716 itens atendem ao seu critério.
Filtrar os resultados

Tipo de item

- Selecionar Todos/Nenhum
- Agenda Diária
- Audio
- Página
- External Content
- Arquivo
- Pasta/Álbum
- Imagem
- Link
- Notícias
- Multimedia

Notícias desde

- Ontem
- Última semana
- Último mês
- Sempre

Fonte: print da página <http://www2.planalto.gov.br>, 20 nov. 2017.

Figura 6 – Resultado de busca pelo nome da ex-presidenta Dilma Rousseff no site do Planalto

The image shows a screenshot of the Planalto website's search results page. At the top, there is a blue header with the Planalto logo, a search bar containing 'Buscar no portal', and social media icons. Below the header, there is a navigation bar with links for 'Contato', 'Área de imprensa', 'Ouvidoria', and 'Fale com o Presidente'. A banner for 'MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA' is visible, with the text 'Agora mais moderna e ajustada aos novos tempos' and a 'SAIBA MAIS' button. The main content area is titled 'Busca' and features a search bar with 'Dilma Rousseff' entered. Below the search bar, the results are displayed under the heading 'Resultado da busca por "Dilma Rousseff"'. There are two search results listed. The first result is titled 'Plano Safra da Agricultura Familiar será lançado em 15 de junho' and includes details about the activity's response rate and contribution to production. The second result is titled 'Governo federal destinará R\$ 150 milhões para nove estados' and details the investment in water supply and dam construction. On the right side, there is a filter section titled '208 itens atendem ao seu critério.' with a 'Filtrar os resultados' button. Below this, there is a 'Tipo de item' section with a list of filters: 'Selecionar Todos/Nenhum', 'Agenda Diária', 'Audio', 'Página', 'External Content', 'Arquivo', 'Pasta/Álbum', 'Imagem', 'Link', 'Notícias', and 'Multimedia'. The 'Notícias desde' section has radio buttons for 'Ontem', 'Última semana', 'Último mês', and 'Sempre', with 'Sempre' selected.

Fonte: print da página <http://www2.planalto.gov.br>, 20 nov. 2017.

A hipótese de que houve uma ação deliberada de supressão de conteúdos publicados pelo governo Dilma Rousseff no site do Planalto é

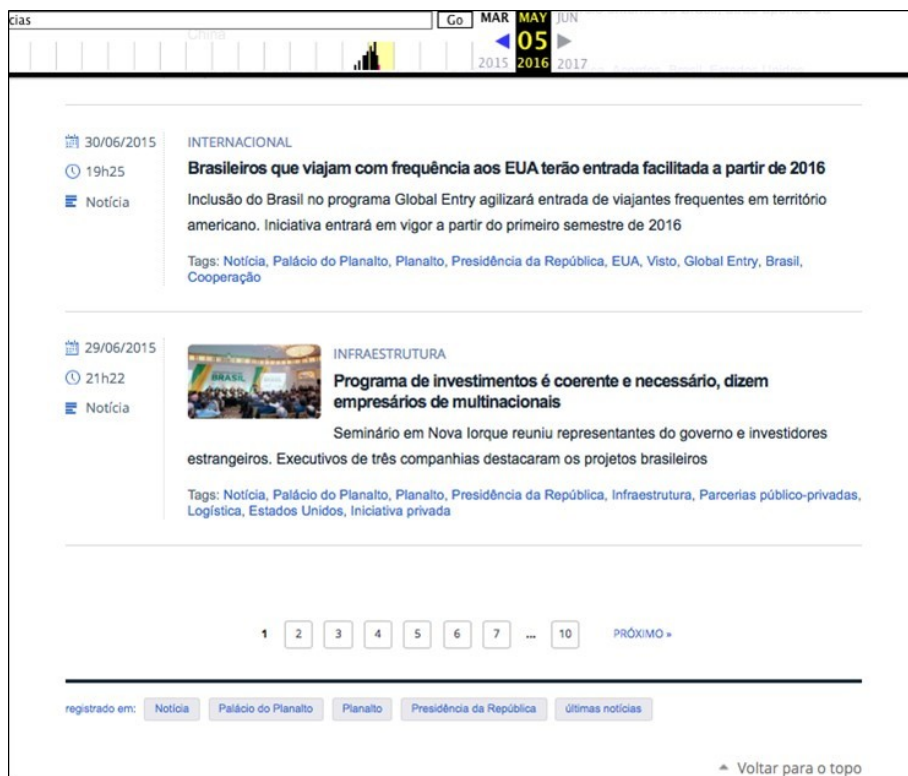
confirmada quando se resgatam versões anteriores da página, capturadas e disponibilizadas pela ferramenta *Wayback Machine*, do projeto *Internet Archive*. Por esses arquivos, é possível constatar que, até cerca de um ano antes do afastamento de Dilma Rousseff, existiam pelo menos dez páginas de notícias no site oficial da Presidência (Figuras 7 e 8), permitindo estimar, a partir da capacidade de cada página, que isso representasse aproximadamente 400 notícias publicadas até abril de 2015 – e que não estavam mais disponíveis para acesso público em novembro de 2017.

Figura 7 – Topo da página de Notícias do site do Palácio do Planalto em abril de 2015

The screenshot shows the top portion of the Planalto website's news section. At the top, there is a navigation bar with the site's name 'Palácio do Planalto' and 'PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA'. A search bar is located on the right side of this bar. Below the navigation bar, there is a main header area with the title 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS'. On the left side, there is a sidebar with various navigation links such as 'Filtros de Pesquisa', 'Notícias do Planalto', 'Blog do Planalto', 'Portal Brasil', 'Credenciamento', 'ACOMPANHE O PLANALTO', 'Agenda', 'Discursos', 'Entrevistas', 'Notas Oficiais', 'Artigos', 'Café com a Presidenta', 'Conversa com a Presidenta', and 'Bom Dia Ministro'. The main content area displays two news items. The first item is titled 'ECONOMIA DA INOVAÇÃO' and features a sub-headline: '“BNDES é exemplo de aplicação do retorno de investimentos em inovação”, afirma economista'. It includes a small image of two women and a brief text snippet. The second item is titled 'ENTREVISTA EXCLUSIVA' and features a sub-headline: 'Ajuste fiscal é travessia para o novo modelo de desenvolvimento, afirma Mangabeira Unger'. It includes a small image of a man and a brief text snippet. The page also shows a calendar widget at the top right indicating the date as May 05, 2015.

Fonte: print da parte superior da página <http://www2.planalto.gov.br/noticias/ultimas-noticias>, abr. 2015, capturada pela ferramenta WayBack Machine.

Figura 8 – Fim da página de Notícias do site do Palácio do Planalto em abril de 2015



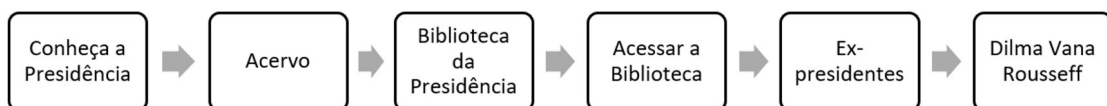
Fonte: print da parte inferior da página
<http://www2.planalto.gov.br/noticias/ultimas-noticias>,
abr. 2015, capturada pela ferramenta WayBack Machine.

É possível que parte dessas informações ainda esteja disponível na página oficial, e que os poucos resultados obtidos através da busca por palavras-chave sejam consequência de modificações na indexação dos conteúdos. No entanto, os prejuízos à Comunicação Pública são igualmente graves. Dificultar o acesso a conteúdos, alterando sua

localização na estrutura do site, é escamotear a comunicação para que não seja encontrada – prática verificada na seção Acervo, a única na qual ainda é possível encontrar, de forma agrupada, parte do que foi produzido por ex-presidentes brasileiros.

Em março de 2018, o Acervo dos ex-presidentes era acessado a partir da página inicial do Planalto, onde havia indicação de sua existência e era possível alcançá-la com apenas dois cliques. Menos de um ano depois, em janeiro de 2019, para acessar esse mesmo conteúdo foi preciso percorrer um caminho três vezes maior (Gráfico 1). Ainda assim, somente se o interessado soubesse de antemão onde a seção se encontra, pois já não há nenhuma indicação a seu respeito na página inicial do site do Planalto.

Figura 9 – Caminho de acesso ao acervo da ex-presidenta Dilma Rousseff no site do Palácio do Planalto



Fonte: LUZ; WEBER, 2019.

Vencida essa dificuldade, chegar na seção Acervo não significa encontrar a comunicação completa da ex-presidenta. Em dezembro de 2017, a página dedicada à Dilma Rousseff já não trazia nenhuma notícia produzida durante os seis anos do seu mandato. Além disso, as notas oficiais, os artigos e a galeria de álbuns, que estavam disponíveis anteriormente (Figura 4), não eram mais visualizadas no final de 2017. Em janeiro de 2019 permaneciam disponíveis apenas as publicações oficiais, mensagens e discursos presidenciais, entrevistas, arquivos de

vídeos e áudios, além dos programas de rádio “Conversa com a Presidenta” e “Café com Presidenta”⁶⁷.

Essa constante exclusão dos produtos de comunicação produzidos durante o mandato da ex-presidenta evidencia que não há, no governo brasileiro, uma política estabelecida de salvaguarda dos arquivos da comunicação governamental dos presidentes da República. Pelo contrário, houve – e ainda há – uma política sistemática de ocultação e/ou de exclusão das publicações feitas por governos já encerrados.

Em janeiro de 2019, início do governo de Jair Bolsonaro, o levantamento apontou resultados ainda mais parcos: a busca por Dilma Rousseff listou apenas seis conteúdos, dos quais duas notícias (contra 208 existentes pouco mais de um ano antes – Figura 6) e ambas publicadas no atual governo – não se tratando, portanto, de comunicação do governo anterior. Já para o nome Michel Temer, a busca resultou em dez ocorrências, sendo sete notícias (contra 1.716 em 2017 – Figura 5). Dessas, apenas uma foi publicada no governo anterior, em 26 dezembro de 2018, mencionando a posse do novo presidente. As outras seis foram publicadas também na atual gestão.

Os conteúdos de Temer, no entanto, não foram perdidos ou excluídos. Em janeiro de 2019, a galeria de ex-presidentes passou a abrigar seu acervo. Nele, uma novidade: o site inaugurado em 23 de maio de 2016 foi inteiramente salvo e está disponível para navegação em um endereço próprio⁶⁸. Assim, é possível consultar todas notícias publicadas durante os dois anos e meio de governo (há mais de cem páginas listadas), as entrevistas, os discursos, os artigos, as notas oficiais, a galeria de vídeos, áudios e fotos etc. Tudo com uma ferramenta de busca ativa para os conteúdos desse período e filtros para refinamento de resultados.

67 Disponível em www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff. Acesso em 04 mai. 2021.

68 Disponível em <https://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer>. Acessado em 04 mai. 2021

Deduz-se que, antes de transmitir o site para seu sucessor, o ex-presidente Temer tratou de salvaguardar o acervo de sua memória política – cuidado que não foi tomado em relação à sua antecessora.

Considerações finais

A comunicação entre Estado e sociedade é elemento indispensável nas democracias – em especial, nas democracias contemporâneas, em que as tecnologias da comunicação e da informação permitiram o desenvolvimento do que hoje atende por democracia digital. Através da oferta continuada de informações sobre temas de interesse público, e da disponibilização de ferramentas digitais que incentivam o debate público e a participação política da sociedade nos assuntos governamentais, busca-se alcançar mais e melhores democracias.

Os sites oficiais se inserem nessa gama de mídias institucionais digitais. E, além de veicularem a comunicação governamental, configuram-se também como importantes repositórios, nos quais é possível pesquisar sobre as informações e os dados oficiais gerados e sob a guarda do Estado. Os sites oficiais devem ser considerados lugares de memória (NORA, 1993) e sua gestão impacta na transparência pública e nos processos de *accountability*.

Atualmente no Brasil, em conflito com o que se espera de regimes democráticos, o que se verifica é a má gestão da informação produzida pelos sistemas de comunicação governamental e publicados nos sites oficiais, tanto das capitais estaduais (LUZ, 2016), quanto do Governo Federal (LUZ; WEBER, 2019). Uma prática que atenta contra a memória política, comunicacional e coletiva brasileira.

O ocultamento da comunicação governamental produzida durante os mandatos da ex-presidenta Dilma Rousseff, como demonstrei aqui, é evidente exemplo desse atentado. Primeira mulher eleita para o cargo

mais alto da República, a retirada de conteúdos referentes ao seu governo compromete o acesso a informações que permitiriam reconstituir importante período da história recente brasileira. Especialmente quando essa mesma presidenta foi alvo de um controverso processo de *impeachment*, ainda largamente debatido e estudado no país. A dificuldade de acesso aos seus pronunciamentos, entrevistas, discursos e notas oficiais compromete a pesquisa e a memória, impactando nossa história.

Além disso, constatar a supressão ou ocultamento de conteúdos do site do Palácio do Planalto, mesmo com toda sua visibilidade e importância, e apesar de todos os dispositivos legais e administrativos existentes na legislação e burocracia brasileiras, aponta a necessidade de debater o tema sob a ótica das políticas públicas. É necessário que o país adote parâmetros de publicação e de preservação da informação existentes em sites oficiais, facilitando também sua captura e salvaguarda por projetos de arquivamento da web. Seja pela constante evolução das plataformas, sistemas e linguagens utilizados para manutenção dessas mídias, seja pela ação deliberada de gestores que autorizam a exclusão de informações de interesse público de espaços oficiais, é urgente impedir que essa prática siga ocorrendo no país, sob pena se perderem definitivamente informações únicas para nossa memória.

Esse é um desafio que se impõe ao campo das Humanidades Digitais pois, como afirma Casalegno (2006, p. 32), “se a partilha da memória é uma das condições *sine qua non* para a formação das comunidades, as modalidades evoluem com a transformação dos suportes sobre os quais a memória se inscreve”.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil; Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://bit.ly/1dFiRrW>. Acesso em: 04 mai. 2021.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 8.159**. Portal da Legislação, Brasília, 1991. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 04 mai. 2021.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 12.527**. Portal da Legislação, Brasília, 2011. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 04 mai. 2021.

CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana**: comunidades e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CEPIK, Marco. Direito à Informação: situação legal e desafios. *Informática Pública*, vol. 2, Issue 2, p. 43-56, 2000.

CONARQ — Conselho Nacional de Arquivos. Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf. Acesso em: 04 mai. 2021.

GHARSALLAH, Mehdi. Mémoire des organisations et archivage des sites web: analyse comparée des initiatives du site du Premier ministre et du Gouvernement Wallon. In: *L'information dans les organisations: dynamique et complexité*. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2008, p. 331-345. Disponível em: <http://books.openedition.org/pufr/876>. Acesso em 04 mai. 2021.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2. ed. (nova tradução), 7. reimpressão. São Paulo: Centauro, 2003.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LUZ, Ana Javes. Sistemas de Comunicação Governamental: a experiência da Prefeitura de Fortaleza (2005-2012). In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C.. (Org.). **Comunicação Pública e Política**: pesquisa & práticas. Florianópolis: Insular, 2017, v. 01, p. 423-437.

_____. **Comunicação pública e memória das cidades**: a preservação dos sistemas de comunicação nos sites das capitais brasileiras. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

_____. ; WEBER, Maria Helena. A memória política do Brasil no site da presidência: acesso e desvios da comunicação dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer. *LIINC EM REVISTA*, v. 15, p. 211-229, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.18617/liinc.v15i1.4571> Acesso em: 04 mai. 2021.

NORA, Pierre. Entre história e memória, a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. São Paulo, n. 10, p. 37-44, 1993.

ROCKEMBACH, Moisés; PAVÃO C. M. G. Políticas E Tecnologias De Preservação Digital No Arquivamento Da Web. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 11(1), p. 168-182, 2018c. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8473>. Acesso em: 04 mai. 2021.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C.. (Org.). **Comunicação Pública e Política**: pesquisa & práticas. Florianópolis: Insular, 2017, v. 01, p. 23-56.

CAPÍTULO II

A PRESIDENTA E A IMAGEM PÚBLICA

RETRATOS DA PRESIDENTA: a pensabilidade da imagem

Silas de Paula

“Muitas vezes, eu pensava como devia ser difícil para a Dilma, não só pelo que ela passou na ditadura, mas por ser a primeira Presidenta do Brasil, que até pelo ‘A’ de presidenta teve que brigar. Fico imaginando o que é ser uma mulher poderosa, diante de vários homens, quase tão poderosos quanto, mas que não suportavam receber ordens de uma mulher mais poderosa do que eles. (DE PAULA, Lia. 2020)

Figura 1 – Apoiadoras da presidenta Dilma Rousseff (2016)



Fonte: Lia de Paula.

Nós nos representamos visualmente há milhares de anos, mas a fotografia criou uma linguagem nova para capturar a imagem humana. Foi além da simples representação de um rosto, ou corpo, desenvolvendo um gênero mais complexo e revelando momentos humanos que constituem a vida. Profissionalmente, sempre foi um campo predominantemente masculino, mais ainda no fotojornalismo. No entanto, as mulheres têm assumido posições, antes, delegadas somente aos homens - homens que sempre fotografaram as mulheres. Imagens da Presidenta Dilma são bons exemplos e o olhar masculino concorre com o feminino que amplia o discurso sociopolítico, cultural e os processos de reflexão. Diversos aspectos influem na construção do olhar, mas o fato de ser mulher criaria um “olhar feminino” na fotografia?

Durante mais de um século, afirmamos que a fotografia era um tipo particular de imagem operando com a imobilização de um momento no tempo, retratando objetos, pessoas e lugares na forma como eles aparecem na visão da câmera. Uma definição simples, mas é bom lembrar que ela nasceu no ambiente positivista do século dezenove que se beneficiava de descobertas e inventos anteriores e da vontade de encontrar um meio que permitisse a reprodução mecânica da realidade visual. Roland Barthes (1984) afirmou, de forma contundente, que a câmera é um instrumento de evidência. Outras posturas sugerem que o desenvolvimento da linguagem fotográfica é um processo de substituição e imposição de convenções, uma história ideológica do domínio e abandono de determinadas formas de pensamento.

“Vivemos sob um novo regime do visível. Porém, não há consenso em torno dos traços e motivações – estéticos, socioculturais, políticos, tecnológicos – que o constituem”. (BRASIL, *et al.*, 2013, p.7). Para a maioria dos estudiosos do tema, a imagem continua a ter um aspecto problemático e subteorizado nas pesquisas. Por um lado, a teoria e a pesquisa em cultura visual continuam a ser vistas como marginais no campo da comunicação, apesar da ubiquidade da imagem e do fluxo de

tecnologias visuais tanto na esfera pública quanto privada. Por outro, em alguns círculos essa “nova” cultura de exibição do visual tem sido celebrada como um (potencial) futuro promissor, pluralista e igualitário, livre das velhas competências lineares exigidas pela cultura analógica baseada no texto. Portanto, uma relação de conflito entre o que está posto e o que virá, onde o trabalho de grupos, antes excluídos do regime escópico hegemônico, pode agora ser baseado em seus próprios critérios.

Neste sentido, a possível sororidade das fotógrafas trouxe mudanças no construto imagético da Presidenta Dilma? Cada imagem aliada à percepção feminina possibilitaria a criação de uma “estética minoritária”, uma “subcategoria do campo”?

São perguntas de partida para o texto. Importantes para um fotógrafo, pesquisador e curador como eu. E, ao repensar a possibilidade de uma “estética minoritária”, ou “subcategoria do campo”, me dou conta de que é uma questão excludente, pois retiro do estado da arte, no campo fotográfico, a potência da fotografia feita por mulheres e crio, de modo paternal, um “puxadinho” para a inserção dos diversos olhares existentes nas imagens feitas por elas. Nada mais machista.

Tendo isso em mente, quero dizer que não trago resultados de uma pesquisa, mas notas para uma reflexão sobre o assunto. E nesse aspecto é sempre bom lembrar Louis Marin:

“Existe uma diferença crucial, entre ver e olhar. Olhar é o ato natural de receber nos olhos a forma e a semelhança. Já ver é considerar a imagem e a tentativa de conhecê-la bem, fazendo com que o observador constitua-se como sujeito”.
(MARIN, 1994, p. 12).

Este “sujeito feminino constituído” vê diferente do masculino?

Luisa Dorr fotografa faces femininas postando as imagens no Instagram, o #womantopography: “Não é que não fotografo homem.

Mas se eu posso escolher o tema, prefiro que seja uma história de alguma mulher. (...) Eu acho que as mulheres têm que se ajudar. Mas essa noção é muito recente.” (FLECK, 2018)

A Presidente Dilma escolheu um fotógrafo para acompanhá-la no dia-a-dia.⁶⁹ É uma bela história de afeto e superação, mas ela escolheu um homem. Por outro lado, Luisa Dorr foi convidada para fotografar 46 personalidades femininas americanas para um editorial da revista Time. Sua foto da presidenta Dilma foi incluída entre os Melhores Retratos de 2017 da revista.

A fotógrafa do Estadão, Gabriela Biló (2020), numa *live* com Débora Nis, também fotógrafa, aborda o “mito do olhar feminino”. Para ela, ouvir que seu olhar é sensível, feminino e diferente do masculino é discriminatório, pois o pretensível elogio traz com ele a exclusão, a não aceitação de trabalhos que não se adequam à visão hegemônica. Argumenta que existem outras variáveis que influenciam o fazer fotográfico e, mesmo, concordando com ela, acredito que a questão permanece.

Débora Nis, que fotografa nus, lembra na mesma *live* as críticas masculinas ao seu trabalho sobre o corpo feminino: a explícita ausência do desejo (*male gaze*)⁷⁰ nas fotografias. Uma crítica enviesada, pois o que existe nas fotos feitas por Débora é a discordância de tal ponto de vista, e ela ressalta: “primeiro a gente tem que parar de falar de olhar feminino como se fosse um detrimento, na realidade precisamos parar de falar do olhar feminino”. (BILÓ. 2020)

Deveríamos, também, lembrar que representar desejo não se aplica somente à questão sexual. Seguindo Mitchell (2005), parto do princípio de que “desenhar desejo” significa não só a descrição de uma cena ou

69 Ver <https://istoe.com.br/121042_SORRISO+DA+PRESIDENTE/>

70 Ato de retratar as mulheres e o mundo, nas artes visuais e na literatura, a partir de uma perspectiva masculina heterossexual que apresenta e representa as mulheres como objetos sexuais para o prazer do espectador masculino.

figura que se apresenta para tal, mas também indica a maneira como o próprio desenho é a performance dele e as fotos de nus criadas por Débora⁷¹ são desenhos performáticos de corpos, de homens e mulheres. As relações imaginárias entre o real que a foto mostra e o que a fotógrafa viveu, fundem-se: algo que está na imagem e o que lhe falta, o que foi e o que ficou. (DIDI-HUBERMAN, 1998) Cabe aí pensar o vazio da imagem, conjecturas que colocam em xeque a nossa própria visualidade, o regime escópico hegemônico, criando possibilidades de aprendizado e resistência, um gesto estético-político.

Essa abordagem imagética feita por Débora Niss, e por diversas fotógrafas que recusam o *male gaze*, não seria então um gesto estético-político feminino? Um ato de resistência? E esses olhares que resistem não seriam outras maneiras de tornar comum operações singulares e ramificadas e que não se agregam em blocos uniformes?

A imagem que resiste opera no limiar para fazer fugir e para instaurar dissentimentos, ela é insubordinada e inconstante, metamórfica e pensativa. O gesto estético-político de fotografar é livre de pensamento e transforma o mundo na própria condição do gesto, sensibilidade que se acrescenta e se espalha. (DE PAULA, *et. al.* 2013) O que se aplica a qualquer pessoa que fotografa, independente do gênero. Mas a própria condição da mulher na história da fotografia, grandes fotógrafas que arduamente ampliaram seu espaço, não implicaria - *a priori* - esse gesto estético-político?

O movimento americano *Black is Beautiful* inverteu a conotação da palavra numa proposta assertiva da identidade. O mesmo vem acontecendo com *Fat is Beautiful*. Uma resistência, não com o propósito

71 Ver <https://deboranis.com/>

de tomar um poder, mas como uma fenda ou brecha que se abre para desordenar o que está posto.

Sendo repetitivo, mas necessário, o ser mulher e fotógrafa não implicaria, então, num olhar de uma possível singularidade estética e política? Um saber da experiência da vida vivida? O machismo não é só masculino, mas é o feminino que sofre. A renomada agência Magnum Photos suspendeu oficialmente, este ano, o fotojornalista David Alan Harvey por “uma reclamação confidencial” afirmando que ele assediou uma colega.⁷² É a primeira vez, em setenta e três anos de existência da agência que um fotógrafo é suspenso por esta razão.

Muitas fotógrafas têm experiências traumáticas semelhantes.⁷³ “Fico intimidada com quem ele é ...”, “Na minha cidade tem esse cara conhecido que ...”, “Todos sabemos quem são ...” :

A minha primeira pauta política, em Brasília, foi a cerimônia de posse da Presidenta Dilma em 2011. Achei simbólico. Senti que estava fazendo parte de algo importante, de algo histórico! Ao chegar no local, já foi aquele choque! Eu e meu equipamento meio ‘mequetrefe’, uma lente 70-200mm mais velha do que eu, um mar de objetivas 400mm e 600mm enormes espalhadas pelo chão, muitos fotógrafos, cinegrafistas, muitos protocolos, espera e a grande maioria dos profissionais de imagens, homens! E eu percebi que uma 70-200mm em Brasília é, bem dizendo, uma grande-angular.

Me senti um peixe fora d’água. Logo na entrada, um fotógrafo grande e antipático, de alguma grande agência internacional foi logo metendo a mão no meu crachá e perguntou de forma bem invasiva e agressiva para quem eu estava fotografando. Quando eu disse que era um site de notícia, ele soltou o crachá e fez um barulhinho de deboche.

Eu não cobria para nenhum jornal ou grande mídia, eu não conhecia ninguém, não conhecia o ambiente nem os protocolos, cheguei na pauta sozinha e logo na entrada esse fotógrafo me

72 Ver <<https://petapixel.com/2020/08/20/magnum-suspends-david-alan-harvey-over-harassment-allegations/>>

73 Ver <<https://www.instagram.com/gabriela.bilo/>>

deixou completamente desestabilizada. O coração acelerou, a mão formigou, com certeza fiquei vermelha e meus olhos já foram enchendo d'água, minutos antes de entrar no local da cerimônia e conseguir o tal lugar no 'puleiro' da galera da imagem.

Eu nem sabia que tinha isso de colocar todo mundo em um quadradinho para fotografar. Quando abriram a porta, todos saíram correndo para pegar seu lugar. Fiquei completamente atrapalhada e, com certeza, isso ficou estampado na minha cara, pois um fotógrafo que estava bem na frente do quadradinho, sentado em um banquinho dobrável, falou para quem estava ao lado, cinegrafistas e fotógrafos com suas megalentes, para abrir espaço para mim. Mais uma vez puxei a lágrima pra dentro com uma respiração bem profunda, mas dessa vez de emoção. Sorri com os olhos. Ele se apresentou e eu fiquei mais abestalhada ainda, era o Zé Varella, fotógrafo que eu admirava, uma pessoa incrível que me apresentou a outras em Brasília. (DE PAULA, 2020).

Às vezes as fotografias tem boas surpresas e poucos debates têm sido mais frutíferos do que a discussão acerca do lugar de fala, um sistema rígido que, apesar de resistir à diversidade de vozes, está sendo forçado a se rever e reconhecer que nenhuma voz pode ficar de fora de discussões que lhes dizem respeito. É de todo ainda aberta a dimensão de articulação que se pode traçar entre uma política do visual e uma estética da política, entre uma política no campo das sensibilidades e um regime de visibilidade articulado à política. Neste sentido, o ver e a voz feminina, não só na política, parecem destacar a sororidade como ampliação de possíveis em torção com a pensabilidade da imagem e, com isso, movimentar a invenção de cenas.

No limiar entre a estética e a política, as multiplicidades só tendem a aumentar e a gerar bifurcações, conforme as fotos e as fotografias forem mais colocados em questão, e na medida em que as singularidades de cada fotografia e as instabilidades de cada imagem sejam confrontadas em análises futuras. Acrescentaria que cabe às articulações teórico-

metodológicas inventar operações conceituais que arrisquem no limiar para sair das seguranças e experimentar a tensão.

Figura 2 – No Parlamento



Fonte: Lia de Paula.

Um sapato feminino vermelho criaria ruído na imagem do Poder Legislativo?

Para Jonathan Crary, “o visível escapa da eterna ordem imaterial da câmera obscura e se aloja em outro aparato, a instável fisiologia e temporalidade do corpo humano” (CRARY, 1990, p. 70). Ao inverter abordagens tradicionais, ele considerou a questão da “visualidade” através da análise do observador e insiste que os problemas da visão são inseparáveis das operações de poder social. Segundo Crary, por volta de 1820, o observador passou a ser o espaço, ou local, de novas práticas e discursos que [in]corporaram a visão como evento fisiológico. O surgimento da ótica fisiológica possibilitou o desenvolvimento de teorias e modelos de “visão subjetiva”, que permitiram ao observador outro tipo

de autonomia, produtividade e produziram, ao mesmo tempo, novas formas de controle e padronização.

Descentrado, em pânico, lançado numa tremenda confusão pela nova mágica do visível, o olho humano passou a ser afetado por uma série de limites e dúvidas e a fotografia se colocou ao mesmo tempo como o triunfo e a sepultura do olhar. Frenesi que, para Martin Jay, “minou a autoconfiança da visão humana”. (JAY, 1994, p. 194) Para ele, embora existam muitas evidências demonstrando que o século dezenove levantou importantes e profundas questões sobre o regime escópico da era moderna – aquele denominado de perspectivismo cartesiano – as inovações tecnológicas (principalmente a câmera fotográfica) contribuíram para minar o *status* privilegiado da visão humana. Além disso, apesar da estética modernista ter sido construída tradicionalmente como o triunfo da visualidade pura - tendo como um dos expoentes desta posição o crítico americano Clement Greenberg - é possível encontrar o reverso desta postura, por exemplo, em Merleau-Ponty (2004) no seu ensaio “A Dúvida de Cézanne”, onde o filósofo celebra a dimensão corpórea e sensual nos trabalhos do pintor francês.

Neste sentido, a constante [re]conceituação da prática fotográfica demanda uma renegociação perpétua de sua relação com o “real” e o afetivo. Existe um antigo jargão no jornalismo que diz: “uma boa notícia é uma notícia ruim”. A fotografia permitiu, entre outras tantas coisas, mostrar as mazelas do mundo, mas fotografar poderosos exige uma escolha imagética, que nem sempre é possível de ser veiculada na grande mídia. O olhar, afetivo ou depreciativo, vai ser selecionado por outra pessoa para a publicação, lembrando ainda que grande parte das casas legislativas tem normas, para seus fotógrafos/as - de como fotografar os políticos. Um lado bom da internet é a visibilidade e liberdade possível. É o caso de Luisa Dorr, que não era tão conhecida e foi convidada pela Time, em função do seu blog, para um trabalho editorial.

Nessas histórias, as fotógrafas ao verem através das objetivas, criam zonas de indeterminação e movimentam a invenção de cenas, levando aspectos da vida para os campos simbólicos da cultura visual. São narrativas que utilizam como recurso um sistema imaginário com posições sociais específicas e formas estratégicas de modo a continuar os processos de reprodução do real através da imaginação e invenção individuais. Imagens que deixam transparecer um tipo de narrativa imagética que é tanto uma ferramenta de documentação quanto um instrumento de criação, apropriando-se do documentarismo como expressão subjetiva onde o valor informacional é mediado por sua própria perspectiva e apresentado como uma mistura de informação e emoção - um gesto estético-político.

James Elkins lembra as diferentes abordagens sobre visualidades ao redor do mundo e critica a postura de historiadores de arte que se submetem à visão hegemônica sem analisar outras que existem globalmente. Em seu livro, *Theorizing Visual Studies*, Elkins (2013) aborda esses “nós de visualidade”, onde aponta essas contradições, também, no Brasil e América Latina. Além disso, diversos curadores que lidam com fotografia já afirmaram que se sairmos do eixo sul-sudeste encontraremos “imagens não reveladas” e, como resultado, teríamos a abertura de uma Caixa de Pandora. Uma caixa que, mesmo aberta há tempos, só agora começamos a perceber a grande importância do olhar de outros grupos, diferentes visões de mundo.

A fotografia feita por mulheres não é novidade, mas a visão hegemônica masculina sempre criou obstáculos para os processos criativos femininos. Anna Atkins, botânica inglesa, foi a primeira pessoa a perceber potencial da fotografia em trabalhos científicos. Em 1842 surgiu o cianótipo que é, basicamente, uma impressão monocromática em tons de azul feita por contato. Anna dominou o processo e criou uma série de

fotogramas de algas e publicou, em 1843, *Photographs of British Algae: Cyanotype Impressions*, que é considerado o primeiro livro ilustrado com imagens fotográficas e não ganhou a importância merecida até pouco tempo. E ela publicou suas fotos, antes do livro *Pencil of Nature*, 1844, de Fox Talbot, considerado um dos grandes pioneiros da fotografia.

Gioconda Rizzo foi a primeira fotógrafa a dirigir um estúdio na cidade de São Paulo, o *Photo Femina* (1914 -1916), especializado na produção de retratos de mulheres e crianças. Mas, para as fotos externas precisava ser acompanhada pela mãe. Em razão da postura conservadora da família, “a existência do estúdio foi curta, encerrada quando um de seus irmãos percebe que o estabelecimento recebe, não apenas senhoras da alta sociedade, mas também cortesãs”. (RIZZO, 2020) Foi obrigada a retornar ao ateliê do pai e retomar suas atividades sob o olhar masculino.

Em outro campo, e ao contrário da noção amplamente difundida de que a fotografia de guerra é uma reserva masculina, a exposição “Women War Photographers”⁷⁴, inaugurada em março de 2019 no Museu Kunstpalast, em Düsseldorf, pretende mudar essa visão:

“... as fotógrafas estavam no meio da luta, tirando fotos de atrocidades do tempo de guerra, fotos de feridos e mortos que não poupam o espectador. Ao contrário dos seus homólogos masculinos, muitas vezes ganharam acesso às famílias, não sendo vistas como participantes da guerra.” (MILLER, 2019).

A exposição apresenta cerca de 140 trabalhos, dos últimos oitenta anos de conflitos, com oito fotógrafas que demonstram um olhar crítico, perscrutador e criativo, com variedade de estilos e estratégias fotográficas que não confirmam o estereótipo de que existe uma perspectiva 'feminina'. Elas contam suas histórias de maneiras diferentes, da objetividade neutra à franqueza crua ou engajamento simpático e empatia. São imagens feitas por Gerda Taro, Anja Niedringhaus, Carolyn

74 Ver <http://photography-now.com/exhibition/136838>

Cole, Susan Meiselas, Lee Miller, Françoise Demulder, Christine Spengler e Catherine Leroy.

O livro *The Girl with the Leica*, de Helena Janeczek (2019), traz Gerda Taro, uma ficção sobre a fotógrafa judia-alemã que, tragicamente, se tornou a primeira fotojornalista a ser morta em um campo de batalha. Parceira de Robert na Capa, na Guerra Civil Espanhola, morreu quando cobria a ofensiva republicana em Brunete, julho de 1937. Para Lisa Hostetler, que apresenta sua biografia no catálogo do International Center of Photography – ICP, de Nova Iorque, “suas fotos são retratos eficazes de indivíduos em guerra. Sua simplicidade gráfica e poder emocional tornam seu pequeno corpo de trabalho uma crônica memorável de uma guerra complexa.” (HOSTETLER, L. 2020, pg. 229)

É sempre bom lembrar que os dissentimentos estão ligados à modificações em escalas, ritmos e quadros. A fotografia tem potências múltiplas e apostar nessa proliferação seria uma inflexão política importante. As tendências pictorialistas, as encenações, os hibridismos possibilitados no processo, as tensões com noções mais fixas de real dão liberdade ao gesto de fotografar, como forma de atuar e intervir na apresentação sensível de mundos. O desafio é sempre como se colocar no mundo, como se relacionar com as tendências em jogo e adotar posturas críticas, para que os novos modos de ver não se tornem o instituinte, o elemento ordenador e policial. Desafio recorrente, trata-se, sobretudo, de evitar a captura por regimes escópicos constituídos e sistemas de produção e legitimação que se apressam em enquadrar aquilo que tenta escapar.

A quais conclusões, então, podemos chegar a partir desta “coletânea de argumentos”?

À maneira de uma *assemblage*, os posicionamentos reunidos aqui são tentativas de aprofundar o debate e não a dar respostas objetivas às questões colocadas. Na realidade, o que se percebe é que a história da fotografia é uma história de tensões, assim como a aventura do olhar

configura-se como um percurso cujos desdobramentos são dificilmente previsíveis. A revolução digital, com seu ritmo veloz e uma vasta expansão de opções de produção imagética, está levando a fotografia a abraçar questões cada vez mais complexas. Um retrato é sempre sobre a interpretação ou representação de uma pessoa, o momento e a expressão.

Neste sentido, podemos argumentar que as análises das fotografias, usualmente, seguem dois caminhos. Um deles é a preocupação com as estruturas internas do trabalho, a natureza dos seus elementos constituintes e suas [inter]relações, a procura por padrões de harmonia e tensão, que são interessantes e emocionalmente envolventes. Outro caminho explora questões relacionadas à sua importância filosófica. Muitas vezes, ambos são utilizados. Isto é, a maneira pela qual os elementos formais de um trabalho levam o usuário, leitor, consumidor, a vivenciar importantes verdades filosóficas que são tão intelectuais quanto emocionais.

O que podemos argumentar é que a fotografia feita por mulheres trás o local de fala, não o estereótipo de olhar feminino, mas um gesto estético-político que é sempre um jogo, uma tentativa de fazer fugir, traçar linhas que, estando nas bordas, possam perturbar a distribuição sensível dos lugares e das funções. Talvez haja aí um caminho para que as separações, dentro de novos paradigmas epistemológicos, sejam esmaecidas e que se instaurem como campo em que se proliferam modos de existência com a imagem e com o sensível. “Em nosso modo de imaginar jaz fundamentalmente uma condição para nosso modo de fazer política. A imaginação é política, eis o que precisa ser levado em consideração”. (DIDI-HUBERMAN, 2011, pg. 60) E o movimento incontido é desencadeado, se a liberdade continuar como meta constante, se a linha de fuga não deixar de ser traçada e se o pensamento não se deixar conter. É preciso promover formas de ‘pensabilidades insubordinadas’ no gesto de fotografar, na imaginação e, principalmente, nas imagens que precisam resistir.

Referências

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BILÓ, G. O mito do olhar feminino na fotografia. Live realizada em 17 out. 2020. Instagram: @gabriela.bilo. Disponível em <<https://www.instagram.com/tv/CGdKPj7HRCK/>>. Acesso em novembro de 2020.

BRASIL, A.; MORETIN, E.; LISSOVSKY, M. **Visualidades Hoje**. Salvador: Compós/EDUFBA, 2013.

CRARY, Jonathan. **Techniques of the observer: on vision and modernity in the 19th century**. Cambridge: MIT Press, 1990.

DE PAULA, LIA. *Depoimento ao autor*. Novembro de 2020

DE PAULA, Lia *et al.* Imagens que pensam, gestos que libertam: Apontamentos sobre estética e política na fotografia. **Visualidades Hoje**. Salvador: Compós/EDUFBA. 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998

_____ **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ELKINS, J. et al. **Theorizing Visual Studies: Writing Through the Discipline**. London: Routledge, 2013

FLECK, G. Quem é a mulher que fotografou Dilma, Hillary, Oprah e

Aretha com um celular? Sul 21. Porto Alegre, 12 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/05/quem-e-a-mulher-que-fotografou-dilma-hillary-oprah-e-aretha-com-um-celular/>>. Acesso em novembro de 2020.

HANDY, Ellen *et al.* **Reflections in a Glass Eye: Works from the International Center of Photography Collection**, New York: Bulfinch Press in association with the International Center of Photography, 1999.

HOSTETLER, Lisa. Artist Gerda Taro – Biography. **ICP – International Center of Photography**. Disponível em: <<https://www.icp.org/browse/archive/constituents/gerda-taro?all/all/all/all/0>> Acesso em: 04 de nov. de 2020.

JANECZEK, H. **The Girl with the Leica**. Milão: Europe Ed, 2019

JAY, Martin. **Downcast eyes: the denigration of vision in twentieth-century french thought**. Berkeley: University of California Press, 1994.

MARIN, Louis. **De la représentation**. France: Hautes Études Ehes Gallimard Seuil, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. “A Dúvida de Cézanne”. In: **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MILLER, L. **Women War Photographers**. 2019. Disponível em: ,<http://photography-now.com/exhibition/136838>>. Acesso em novembro de 2020.

MITCHELL, William J. T. **What do the Pictures Want**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

GIOCONDA RIZZO. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa379207/gioconda-rizzo>>. Acesso em: novembro de 2020. Verbete da Enciclopédia.

DILMÁE GUERREIRA:

As tipologias arquetípicas da primeira candidata eleita à Presidência do Brasil

Luciana Panke

Introdução

Entre os momentos emblemáticos nas democracias estão os processos eleitorais, reconhecidos popularmente como a hora de participar da política. Votar é um ato simbólico. A escolha por determinado partido ou candidatura pressupõe liberdade de opinião, ao mesmo tempo que abafa o desequilíbrio entre as condições de postulação, o elitismo de quem ocupa as vagas nas chapas partidárias e enfatiza a limitação do que seria a participação popular na política. Entre os desequilíbrios está a eleição de mulheres para os cargos do executivo, principalmente. Realidade encontrada não apenas no Brasil, mas na maioria dos países, em especial na América Latina. Tendo em vista este cenário, este capítulo se destina a explicar sobre a propaganda eleitoral veiculada durante o Horário Eleitoral Gratuito da então candidata Dilma Rousseff, nas disputas de 2010 e 2014, em uma perspectiva de gênero.

Comunicação Eleitoral é uma das áreas de estudos da Comunicação Política, a qual se dedica a verificar as especificidades do período das eleições, determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral. No campo, estão imbricadas as pesquisas sobre publicidade e propaganda eleitoral, cobertura jornalística de eleições, mobilização presencial e em redes sociais digitais, análise da comunicação governamental durante o período, as articulações midiáticas dos atores políticos e demais análises de ações comunicacionais que influenciam o momento.

Entre os enfoques possíveis, escolhemos a análise de campanhas eleitorais, tendo em vista o discurso emitido sem a releitura de intermediários como imprensa ou opositores. Portanto, é quando a candidatura seleciona o que dizer, como dizer e quando dizer, seguindo as regras jurídicas e a partir do contexto social, político e econômico. A campanha eleitoral é uma das ocasiões de disputa por visibilidade positiva, entretanto, deve-se frisar que só se pode destacar na comunicação o capital político construído anteriormente. A campanha se estrutura de acordo com fatores políticos, sociais, jurídicos e econômicos, os quais, sem dúvida, influenciam os aspectos comunicacionais. Não há como determinar as estratégias de comunicação sem relacionar com o contexto no qual está inserida. Entender as estratégias adotada na comunicação de Dilma Rousseff perpassa o entendimento da sociedade em uma perspectiva de gênero, ou seja, do que significa ser uma mulher líder na sociedade latina.

Campanhas eleitorais e gênero

Durante muitos anos, o estudo da comunicação eleitoral seguiu o viés androcêntrico no que tange à classificação das imagens públicas das candidaturas, designando, apenas perfis de candidatos homens (Schwartzenberg, 1977; ITEN; KOBAYASHI, 2002; BEAUDOUX; D'ADAMO; SLAVINSKY, 2005). Não havia na bibliografia o enfoque de como as mulheres candidatas se apresentam, nem tampouco como elas representam o universo feminino em seus materiais de campanha. A falta de literatura especializada reflete o próprio cenário de invisibilidade feminina na política, no protagonismo e nos demais espaços de decisão.

Com essa inquietude, a pesquisa de pós-doutorado que realizei trouxe os resultados de uma investigação com foco na América Latina visando identificar os perfis de mulheres políticas (PANKE, 2015, 2016, 2018). As entrevistas em profundidade com mulheres políticas de 13

países (de aspirantes a vice-presidentas) e a análise dos vídeos eleitorais das candidatas presidenciais - algumas delas também entrevistadas - nas eleições realizadas entre 2000 e 2010 (21 campanhas de 11 países), levou a um cruzamento de dados sobre os arquétipos femininos na imagem projetada em suas campanhas, tanto de si mesmas, quanto das mulheres que ilustravam seus vídeos eleitorais. Um dado relevante a ser destacado é que a pesquisa não diferenciou entrevistadas ou campanhas de acordo com o viés ideológico e todas relatam a mesma dificuldade de serem respeitadas por serem mulheres líderes.

O favorecimento de características masculinas em detrimento das femininas, os estereótipos em relação à personalidade, aos comportamentos e os julgamentos sobre os lugares e atividades supostamente apropriados às mulheres e aos homens influenciam diretamente na ínfima presença de mulheres como protagonistas como palestrantes, diretoras, coordenadoras e, claro, isso se reflete em todos os cargos eletivos. As configurações de violência de gênero encontradas na sociedade têm consequência na violência política enfrentada pelas mulheres que decidem atuar frente a cargos de decisão, seja na vida pública ou privada.

Entre elas, estão as cinco formas que classifico como as usuais na violência política contra mulheres: cultura da incompetência; cultura do silêncio; cultura do estupro; cultura da servidão e cultura do “mimimi”⁷⁵. As expressões anglo-saxônicas já popularizadas “manterrupting”, “mansplaning”, “bropropriating” e “gaslighting” estão contempladas nas definições que teorizo. Violência política de gênero é uma série de mecanismos impeditivos para a efetiva participação da mulher nas decisões sobre o espaço público.

⁷⁵ Por uma questão de foco, não vou explicar todas aqui, mas a classificação está disponível no prefácio da obra *Gênero e Resistência*, disponível gratuitamente em <<https://www.editorafi.org/524resistencia>>.

Essas ações não necessariamente são praticadas por homens, pois as culturas da violência política que me referi anteriormente estão presentes em toda a sociedade, com mais ou menos consciência. “El hecho de que las mujeres participen cada vez más en la vida pública no bastará para cambiar las cosas si las formas tradicionales del poder asociadas con el machismo siguen en pie⁷⁶”. (CASTAÑEDA, 2013, p. 35) Isso significa que várias levam à política o mesmo espírito competitivo destrutivo, que caracteriza a política masculina, compactuam com a reprodução da exclusão de outras mulheres, ou, quando não estão de acordo com esta prática, necessitam encontrar bases novas para não serem atacadas pelas falas machistas que criticam a liderança feminina. Entre os pontos em comum na cultura latina, portanto, está o fato de que há desqualificação das características femininas, estereotipação dos papéis por sexo, ridicularização das falas de mulheres que se destacam, a imposição de formas “corretas” de “ser mulher” na política e outras práticas diárias de silenciamento são violências de gênero.

Ainda que a agenda pública esteja avançando em termos de paridade, com discussões que expõem a falta de representatividade, as estruturas democráticas excludentes e os pensamentos retrógrados, as narrativas conservadoras também são fortes, deturpando e reduzindo as falas. Na atuação efetiva, especialmente nos partidos políticos, ainda há reprodução das práticas reducionistas da participação feminina. Neste sentido, basta observar em quais legendas as mulheres estão nas mesas de decisões, em quais diretorias participam que não estejam relacionadas às “secretarias da mulher” ou se elas são indicadas a cargos de confiança, recebendo efetivamente apoio político partidário.

Também vale observar quantas mulheres são “vices” para manter o discurso politicamente correto em algumas correntes progressistas, mas

76 “O fato das mulheres participarem cada vez mais da vida pública não basta para mudar as coisas se as formas tradicionais de poder associadas com o machismo seguirem predominando” (CASTAÑEDA, 2013, p. 35, tradução nossa).

na prática, não participam das reuniões e decisões importantes. A exclusão do protagonismo feminino ocorre em partidos de todos os matizes ideológicos. A invisibilidade feminina, portanto, não apenas está no momento eleitoral. Ela ocorre no ambiente partidário quando há disputas para a formação das chapas, do investimento político e financeiro das candidaturas em si.

Tendo em vista o cenário social que abrange a representação feminina na política, a seguir, vemos como os três arquétipos principais se apresentam nos discursos das mulheres candidatas. Em toda América Latina as entrevistadas e as campanhas analisadas trazem os perfis “mãe”, “guerreira” e “trabalhadora”, alternando a ênfase em cada um.

Maternal, guerreira e profissional

As tipologias arquetípicas estão diretamente relacionadas com o entendimento social do papel da mulher e da natureza feminina. Com isso, há três perfis básicos de candidaturas femininas: a maternal, a guerreira e a profissional. Eles são identificados pelos códigos de linguagem adotados nos materiais de comunicação, como por exemplo, o discurso linguístico, o imagético e o sonoro que se expandem em subcódigos.

Especialmente nas sociedades latinas a maternidade é idealizada, de modo que as mulheres são cobradas para serem mães. Ser mãe para os latinos tem raízes religiosas e significa ser pura, amorosa, dedicada, resignada. A sacralização da maternidade relacionando com uma função inquestionável agrega uma série de predicativos às candidatas, como aquela que cuida, por exemplo. Nem sempre uma mulher é mãe biológica, por questões de escolha pessoal, por orientação sexual ou por questões de saúde, por exemplo.

O fato pode, inclusive, ser julgado socialmente quando a mulher é figura pública sobre o porquê de ser (ou não) mãe ou de como exerce a

maternidade. Neste aspecto, tendem aparecer contradições nas escolhas da mãe que está na política. A favor seria uma mulher “cuidadora” e o contra é “quem” vai cuidar dos filhos dela, como se não houvesse a figura paterna, por exemplo ou como se a vida privada estivesse em julgamento. Nesse viés, é a maternidade uma das justificativas das correntes ultraconservadoras sobre o afastamento das mulheres da política eleitoral, pois caberia a elas o cuidado da casa e dos filhos, mesmo atualmente.

A necessidade em uma campanha eleitoral de aproximar a candidata do imaginário popular faz com que se projete o aspecto maternal, mesmo em mulheres que não são “maternais” no sentido corrente da palavra. A maternidade vira uma estratégia para suavizar aquela mulher informando, indiretamente ao público, que ela não é “perigosa”, “insubmissa”. Como alerta Bourdieu “ser ‘femenina’ equivale essencialmente a evitar todas las propiedades y las prácticas que pueden funcionar como unos signos de virilidad, y decir de una mujer poderosa que es muy ‘femenina’ sólo es una manera sutil de negarle el derecho a ese atributo claramente masculino que es el poder⁷⁷” (BOURDIEU, 2000, p. 123). Uma mulher poderosa, não raras vezes, é vista como masculinizada e como um “problema”. Há estereótipos de como “deveria ser” uma mulher na política, impondo rótulos em uma realidade que ainda não está naturalizada. Tanto para correntes feministas, quanto para conservadoras, se propõem regras “quase” fixas como por exemplo pautas que devem ser defendidas e modos de agir.

Nas sociedades heteronormativas, a figura maternal aparece nos discursos mostrando casamentos, filhos ou se recorre ao posicionamento relacionado ao imaginário para o papel maternal, mesmo sem ser mãe biológica, mostrando a candidata junto a crianças ou espaços como

77 “ser feminina equivale essencialmente a evitar as características e as práticas que podem parecer signos de virilidade, e quer dizer a uma mulher poderosa que ela é muito feminina é só uma maneira sutil de lhe negar o direito a esse atributo claramente masculino que é o poder” (BOURDIEU, 2000, p. 123, tradução nossa).

hospitais (saúde) ou de preparo de alimentos (nutrição). Em um olhar antropológico significa a associação do feminino o cuidado com o outro e com as necessidades vitais do ser humano. Assim, o discurso de “cuidar do povo”, da cidade, das pessoas é uma das formas de expressar o lado maternal. A escolha vem de uma análise conjectural, entretanto nas campanhas analisadas para o pós-doutorado, a maioria mostrou, em algum momento um vínculo maternal que extrapolou o discursivo e mostrou a candidata em ambiente familiar. Conforme veremos a seguir, as campanhas de Dilma Rousseff também seguiram esta receita.

A categoria “guerreira” corresponde a todas as líderes políticas, uma vez que estar neste ambiente predominantemente masculino exige coragem, determinação e proatividade. A guerreira é a líder, a que toma frente nas situações e que fala o que as outras pessoas não têm espaço para dizer. A proatividade caracteriza as lideranças femininas e essas mulheres são muito ativas. O que falta, às vezes, é o espaço de fala para protagonizar suas ações. Nem todas as pessoas que têm capacidade técnica, tem carisma e nem todas que têm carisma, tem capacidade técnica. Estar na política exige liderança com visibilidade. As mulheres conquistam este espaço, seja pela diplomacia ou pela contestação.

Quando são mais impositivas, se destaca o papel da guerreira “dura” cujo perfil tem a ver com as que atuam de forma diferenciada da “política do jeitinho”, expõem situações que a política masculina quer esconder ou que prezam pela objetividade na solução de questões pendentes. Portanto, a atuação das consideradas sem “jogo de cintura” pode ser, na verdade, um rompimento às práticas de manipulação e negociações, explicitando em sua comunicação política opiniões mais críticas e diretas sobre temas considerados polêmicos.

A situação nos leva a uma prática habitual nas eleições, e por que não dizer na exposição da vida de figuras públicas, que é “suavizar” a guerreira porque “el enojo es socialmente aceptado en el caso de los hombres porque se considera una parte natural de la condición

masculina, y poco tolerado en las mujeres porque viola el código de conducta correspondiente a la feminidad⁷⁸” (CASTAÑEDA, 2013, p. 173). Estudos de capas de revistas, manchetes jornalísticas, por exemplo, mostram os supostos atributos masculinos e femininos e seus respectivos julgamentos, vide a #belarecatadaedolar. É fácil, assim, as guerreiras serem chamadas de loucas, histéricas, mal amadas. “Quienes por voluntad o por compulsión no cumplen con su ser femenino son discriminadas políticamente y confinadas a la categoría de locas”⁷⁹. (LAGARDE, 2006, p. 21) A rotulação na categoria da “louca”, da guerreira que fala demais, traz como prejuízo a não escuta, o descrédito: como está louca, não merece atenção. Porém, Foucault (1996) lembra que o discurso da loucura talvez esconda verdades.

Por fim, o arquétipo da “profissional” corresponde à imagem da mulher trabalhadora, da que faz e da consequente capacidade de gestão para os cargos públicos. Em uma campanha eleitoral, é quando são expostas as qualificações, a experiência de vida e o histórico de trabalho. Geralmente está presente nas apresentações, no meio e no final de campanha, e, dependendo da estratégia, são informações mescladas no decorrer da narrativa eleitoral.

A chegada de mulheres na política eleitoral está relacionada com o destaque em suas carreiras, além da presença da política familiar ou em sua atuação em outras áreas político-sociais, como, por exemplo, sindicatos, organizações civis e partidos. Sem dúvidas, ter uma visão racional da política enquanto gestão do espaço público levaria a priorizar a preparação das representações para a formulação de leis e para a administração pública.

78 “a raiva é socialmente aceita no caso de homens porque é considerada natural para a masculinidade e pouco tolerada nas mulheres porque fere o código de conduta que corresponde à feminilidade” (CASTAÑEDA, 2013, p. 173, tradução nossa).

79 “aquelas que por vontade ou impulso não cumprem com a feminilidade são discriminadas politicamente e presas na categoria de loucas” (LAGARDE, 2006, p. 21, tradução nossa) .

Há uma variação observada nesta categoria: a ênfase nas qualidades curriculares da candidata, suas conquistas e louros profissionais e quando há um padrinho político que fala por ela, destacando suas aptidões. Neste caso, é a imagem que aparece vinculada não aos próprios méritos, mas em relação a uma figura masculina.

A subordinada aparece como uma subcategoria, uma vez que nas sociedades latinas a voz do homem, às vezes de um “padrinho político” acaba se destacando de uma maneira desigual ainda que a mulher seja extremamente preparada. “en todas las sociedades tradicionales aquel grupo social definido como las mujeres actuará, entre otros significados de feminidad, el de subordinación⁸⁰” (SERRET, 2011, p. 83) Seria outra maneira de reiterar que a eleita não apresentaria ameaça ao *status quo* das lideranças masculinas. É o caso de candidatas que são irmãs de, esposas de, filhas de e também herdeiras de capital político que acaba anulando, muitas vezes, sua própria identidade como líder.

O destaque nesta categoria é outra forma de violência de gênero uma vez que não é o fato de ser de uma família política ou de ter apoios políticos masculinos uma razão para desqualificar a capacidade de gestão de uma mulher. Entretanto, este argumento é largamente utilizado por várias matrizes ideológicas para criticar mulheres que exercem mandatos ou que disputam vagas, tanto no legislativo, quanto no executivo. A generalização de que aquelas mulheres seriam apenas fantoches é uma violência praticada, não apenas por homens que temem perder o espaço já conquistado, mas também, muitas vezes, por outras mulheres.

Agora que as três tipologias arquetípicas presentes nas campanhas femininas estão esclarecidas veremos a seguir, como as três estiveram presentes nas campanhas da ex-presidenta Dilma Rousseff.

80 “em todas as sociedades tradicionais o grupo social definido como ‘as mulheres’ atuará, entre outros significados de feminilidade, com o de subordinação” (SERRET, 2011, p. 83, tradução nossa).

A pré-campanha

A primeira mulher eleita presidenta do Brasil conquistou o cargo 78 anos após a aprovação do sufrágio feminino no país. Mesmo antes da oficialização da candidatura de Dilma Rousseff pelo Partido dos Trabalhadores, foi possível observar a mudança gradual em sua postura, na estética e em seus discursos em relação à escolha dos temas, ao tom adotado e ao local dos pronunciamentos. Deste modo, a disputa de Dilma, além das questões políticas, contextuais e econômicas, esteve sujeita ao seu papel enquanto mulher. Ser mulher foi mais um dos fatores considerados no posicionamento estratégico, tanto em 2010 quanto em 2014. Ser mulher foi um diferencial favorável adotado na narrativa da campanha, mas característica atacada pela oposição e alimentada em comentários, memes veiculados por parte da população.

Uma análise de discursos de pré-campanha⁸¹ indicou o uso de estratégias argumentativas que visavam a aproximação com o público, tanto pela identificação (mãe, mulher ou crenças em causas semelhantes), quanto pela continuidade do então governo Lula, que detinha alto índice de aprovação. Entre os recursos linguísticos, estava a demonstração de emoções, o que contrapunha a imagem tecnicista de Dilma até então projetada.

No discurso durante o lançamento oficial da candidatura, ficou evidente a mudança em relação a falas anteriores. Além das alterações na construção linguística, pudemos observar expressões eloquentes e apelos emocionais focando na argumentação “pessoa e seus atos” (PERELMAN, 1996). A oficialização da candidatura ocorreu durante o 4.º Congresso do Partido dos Trabalhadores, realizado em 20 de fevereiro de 2010. No mesmo ano em que o PT completou 30 anos, foi a primeira vez que o

81 Áudios de pronunciamentos como Ministra Chefe da Casa Civil, analisados para reportagem veiculada a pedido da Folha de São Paulo, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0401201009.htm>>.

Partido apresentou uma mulher para concorrer à Presidência da República.

No discurso de lançamento predominou o argumento de direção (PERELMAN, 1996) mostrando o objetivo do orador, sem necessariamente, dizer “como” será alcançado. É uma categoria típica do discurso político eleitoral, pois representa promessas, um futuro desejado. Dilma, por exemplo, usou 24 vezes a expressão “vamos” numa intenção clara de demonstrar ao seu público o que pretendia realizar. Sem dúvida, a expressão também sugeria a criação de um grupo em torno do qual a candidatura, bem como o suposto governo, se estruturaria. A argumentação assim era caracterizada como “grupo e seus membros” (PERELMAN, 1996) e visava, justamente, fortalecer uma proposição oferecendo, ao ouvinte, a sensação de pertencimento.

Houve também o predomínio da adjetivação e evidente tentativa de “humanizar” a candidata pela suposta empatia gerada por expressões e técnicas também usados pelo então Presidente da República. Entre eles destacamos a expressão “extraordinário”, também a contação de histórias relacionadas à vida particular, fato antes não observado nas falas públicas dela. “Para quem teve a vida sempre marcada pelo sonho e pela esperança de mudar o Brasil, este é para mim um dia extraordinário”. Observamos na introdução da fala o uso de uma expressão tipicamente “lulista”: extraordinário, assim como a personalização da fala, antes marcada pela exposição técnica dos cargos exercidos nos governos dos quais participou.

Como um recurso de apresentar a então pré-candidata mais sensível, Dilma apresentou inclusive poesias no decorrer do desenvolvimento argumentativo. As falas poéticas, sedutoras por natureza, estavam relacionadas aos aspectos pessoais e transmitiam nostalgia. Primeiro, a poesia de Drummond destacou a importância do nascimento da filha e depois, os versos de Mário Quintana, mostraram o apoio do povo gaúcho e uma resposta aos responsáveis pela perseguição política durante a ditadura militar. “Até hoje eu sinto o peso suave da mão de minha filha,

quando nasceu. Que força naquele momento ela me deu. Quanta vida ela me transmitiu. Quanta fé na humanidade me passou. Eram, naquela época, tempos difíceis. Ferida no corpo e na alma, fui acolhida e adotada pelos gaúchos (...) Naqueles anos de chumbo, onde a tirania parecia eterna, encontrei nos versos de outro poeta --Mário Quintana-- a força necessária para seguir em frente”. (ROUSSEFF, fev/2010)

Na transcrição, constamos os aspectos emocionais relacionados diretamente ao perfil da mãe sensível, da mulher forte e da guerreira que transmitiu vitória. Também é relevante destacar que é a mãe daquela fala que se encontra com a guerreira que é acolhida. Portanto, um trecho que mostrou sua força, mas exteriorizou a trajetória pessoal e de maternidade, revelou a capacidade de enfrentamento de situações extremas pelo fato de ser mãe. Maternidade e força para Dilma Rousseff estão, nesta fala, interligadas. As mulheres latinas se expressam em suas campanhas relacionando, não raro, o fato de serem guerreiras, persistentes, por serem mães.

Dilma no HGPE de televisão

Quando em sua gestão, Dilma vivenciou o continente latino em um momento *sui generis* com a presença inédita de mulheres na presidência concomitantemente: Cristina Kirchner – Argentina, Michele Bachelet – Chile e Laura Chinchila - Costa Rica. A onda progressista abarcava várias nações e o cenário econômico era otimista.

Na análise da propaganda eleitoral em televisão, primeiramente, apresento um recorte temático tendo em vista a pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa Comunicação Eleitoral⁸² (PPGCom-UFPR) comparando os temas das campanhas de Dilma Rousseff em 2010 e 2014. A metodologia empregada pelo grupo compreende a busca pelos

82 <www.comunicacaoeleitoral.ufpr.br>.

temas de campanha em todas as eleições majoritárias desde 2010, nos programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral conforme livro de códigos criado pelo Grupo e revisado a cada eleição.

Como o CEL estuda propaganda, considera a categoria Candidato/a como um dos temas porque é uma das estratégias de campanha inserir a biografia, além de elogios, apoios à candidatura, compondo a imagem pública daquela candidatura. Também são enquadrados nesta categoria as mensagens auxiliares, como vinhetas e jingles, as mensagens de metacampanha e as tipologias arquetípicas femininas agora analisadas.

Tabela 1 – Comparação das temáticas do HGPE de Dilma Rousseff em 2010 e 2014

Categoria/Ano	2010 (%)	2014 (%)
Administração Pública	NC*	6,79
Brasil	23,51	5,79
Candidata	24,37	16,05
Corrupção	NC	6,70
Ciência e Tecnologia	0,65	NC
Desqualificação	0,54	5,54
Economia	2,50	10,32
Educação	5,94	9,26
Infraestrutura	18,82	14,62
Líderes/Lula	3,81	5,60
Manifestações	NC	1,64
Meio-Ambiente	0,33	0,50
Político-Sociais	12,92	7,06
Religião	0,00	0,00
Saúde	3,47	6,49
Segurança	3,14	3,64

*Não Consta. Categoria não fez parte da análise no ano analisado.

Fonte: Grupo de Comunicação Eleitoral UFPR (CEL-UFPR)

Os números mostram, portanto que a categoria “Candidato/a” foi a predominante nos dois pleitos. Em 2010, “Brasil”, “Infraestrutura” e

“Político-sociais”, ocuparam as demais posições respectivamente, com mais de 10 cada. Por sua vez, em 2014, “infraestrutura” e “economia” foram as outras pautas que somaram mais de 10 também. Deste modo, percebemos que apenas “infraestrutura” se manteve entre as mais citadas, indicando o direcionamento de governo ou prestação de contas. E, ressaltamos, em 2014, esse tema esteve mais voltado para o discurso governamental, apresentando obras que foram realizadas durante os primeiros quatro anos de governo Dilma.

Pelos dados dos temas de campanha, verificamos que o falar de si esteve entre os mais presentes nos programas de televisão, juntamente com a exaltação do país e prestação de contas de governo nas categorias infraestrutura, administração, economia e político-sociais.

Apesar de ser o tema mais citado, porém, a categoria “Candidato/a” apareceu proporcionalmente menos na campanha de Dilma Rousseff à reeleição do que no pleito de 2010, quando ela se elegeu pela primeira vez. Na campanha anterior, havia sido dedicado 24,37 do tempo. A este achado, entretanto, é preciso fazer uma ressalva. Em 2010, a metodologia do CEL não utilizava a categoria Administração Pública, que foi empregada na análise de 2014. Assim, menções a propostas amplas para gerir o País, ou prestação de contas no caso de candidatos/as da situação foram inseridas no escopo de Administração Pública, mas anteriormente eram enquadradas em Candidato/a. Como em 2014 Dilma Rousseff dedicou 6,79 do tempo para Administração Pública, a soma deste tema com Candidata/a acaba muito próxima ao percentual de tempo dedicado em 2010.

Um pouco menor foi o aumento da categoria Líderes, que subiu de 3,81 para 5,6 em 2014. Na metodologia aplicada em 2010, porém, esta categoria era chamada de “Lula”, e englobava referências ao então presidente da República tanto por parte da candidata da situação, quanto as feitas pelos opositoristas. Para a análise do pleito de 2014, o CEL-UFPR optou por renomear a categoria para Líderes, englobando, além

do ex-presidente Lula, líderes de outros partidos e correntes, como, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso. Apesar da mudança de nome, a única liderança que aparece na campanha de Dilma Rousseff é Lula, de forma que a comparação entre as eleições permanece válida.

Ao esmiuçar a categoria Candidato/a, aplicando as tipologias arquetípicas Maternal, Guerreira e Profissional, chega-se aos resultados apresentados na tabela 02. A metodologia para analisar recorreu à observação dos códigos de linguagem sonora, imagética e linguística adotados nos programas, cujo *corpus* corresponde a análise de 53 vídeos veiculados em 2010 e aos 40 programas do primeiro turno do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral de 2014.

Tabela 2 – Comparação das tipologias arquetípicas de Dilma Rousseff em 2010 e 2014

Horário Gratuito Propaganda Eleitoral – TV	Guerreira	Maternal	Profissional
Dilma Rousseff (2010)	20	30	50
Dilma Rousseff (2014)	26	32	42

Fonte: LIMA; PANKE, 2017.

A predominância na categoria profissional se dá pelo fato do apoio de Lula tomar grande parte do tempo dos vídeos. A transferência de seu capital político, a função de porta-voz da continuidade e defensor de Dilma em 2014 em momentos de ataques após as manifestações populares de 2013 se destacaram frente à presença da própria candidata. O ex-presidente aparece em 21 dos programas em 2010, ora discursando em estúdio, ora em comícios em favor da campanha petista. As aparições

vão desde 30 segundos em dois dos programas, até um minuto e meio em programas do começo da campanha. Em geral, Lula aparece para enaltecer qualidades de Dilma, comparar características dela e dele, mas também para criticar adversários e realizar discursos com alta carga emocional.

Em 2014, o discurso de continuidade traz a argumentação de transitividade (Perelman, 1996) na voz de Lula: “o meu segundo mandato foi melhor do que o primeiro. Eu tive mais segurança, mais experiência e mais apoio para acelerar projetos que já estavam em andamento e para lançar muita coisa nova. Com Dilma, eu tenho certeza de que vai ser assim também” [HGPE, 02/10/2014]. O perfil arquetípico da profissional está relacionado, inicialmente, ao apadrinhamento de Lula e em 2014, dividido entre o apoio dele e a prestação de contas da primeira gestão.

Conforme destaque no livro “Campanhas eleitorais para mulheres”, o vídeo⁸³ da biografia de Dilma, em 2010, relata história de sua carreira profissional. Nesse espaço se ressaltou a candidata como inovadora em vários lugares de decisão do país, como ter sido a primeira mulher Ministra de Minas e Energia e do Ministério da Casa Civil. Com esse argumento, o discurso indica: “quem tem uma biografia assim, tem tudo para a ser a primeira presidente do Brasil”.

Ao se pensar no estereótipo da mãe terna, típica mulher dos comerciais de produtos alimentícios que aparece cozinhando, dificilmente se imaginaria a ex-presidente. Em 2014, porém, no terceiro dia de exibição do HGPE, Dilma cozinhou, mostrou a residência oficial, falou mais uma vez do neto e associou a imagem da criança ao cuidado com o povo brasileiro. A tipologia arquetípica maternal estava retratada

83 Disponível em

<<https://www.youtube.com/watch?v=447H60SQ&index=6&list=PLTFICznn6CeGRLWsMZgXa9Zn6wV3K4ayR>>.

em sua fala literal e simbólica na imagem do espaço da cozinha, na figura da avó e na analogia da criança com o futuro.

Na América Latina as “super mães” são valorizadas como as que detém o poder em casa, criam os filhos, dão conta de todo o espaço doméstico e se transformam nas super mães sociais, ou seja, as que transferem os cuidados no espaço privado para o espaço público. As candidaturas femininas refletem a narrativa “super mãe social” ao se posicionarem como as que vão se empenhar em proteger as pessoas e solucionar as questões relacionadas com as necessidades básicas da população. “Duas coisas pra mim são comoventes: formatura do Pronatec, quando um dos formandos representa a turma [...] e a outra é a casa o Minha Casa, Minha Vida. Eu vou lá entregar a chave, tem a mãe e uma menininha dizendo pra mim ‘eu vou ter um quarto’” [HGPE, 23/08/2014].

Em 2010, 30 e 32 em 2014 foi a presença da tipologia maternal nas narrativas televisivas, cujo um dos exemplos mais explícitos da figura maternal é um jingle, no qual aparece Lula em momentos alternados com imagens de Dilma e do Brasil e em tons melódicos de despedida a letra diz: “agora as mãos de uma mulher vão nos conduzir. Eu sigo com saudade, mas estou feliz ao sorrir porque sei que o meu povo ganhou uma mãe que tem um coração que vai do Oiapoque ao Chuí. Deixo em tuas mãos o meu povo” [HGPE, 2010]. A ênfase na candidatura feminina e na relação da maternidade está evidente, de modo a reforçar um entendimento popular de cuidado, altruísmo e doação, associados ao papel maternal.

Por fim, a tipologia arquetípica da guerreira foi suavizada na campanha eleitoral tanto em 2010, quanto em 2014. “Dilma, coração valente” chegou na disputa eleitoral cercada por uma história política intensa e fortalecida, negativamente, na sociedade conservadora brasileira pelo fato de ser mulher. “Lula dizia que não tinha o direito de errar, porque se errasse jamais outro operário chegaria à Presidência. Eu digo o

mesmo. Se me tornar a primeira mulher presidenta também não poderei errar” [HGPE, 2010]. A então candidata tinha plena consciência da perspectiva de gênero, assim como também que enfrentaria desafios relacionados ao seu passado de militância. Deste modo, a campanha demonstrou seu perfil de maneira mais humanizada, com referências profissionais, pessoais e com uma narrativa de continuidade. Aliada a isso, estava o discurso de comparação às gestões do PSDB, então inimigo político.

Na reeleição, durante o primeiro programa exibido, Dilma se manifestou como guerreira, tipologia presente em 26 do tempo total, quando ela mesma disse, portando-se forte e corajosa: “você não pode se abater por uma dificuldade. Todo dia você tem que matar um leão, e de uma certa forma subir e descer o Everest. Todo dia” [HGPE, 19/08/2014]. A referência à própria força se contextualiza com o momento político de manifestações populares, escândalos de corrupção, início de polarização política com mais agressividade, fortalecimento das direitas no mundo, nacionalismos e um cenário eleitoral que acirrou os ânimos nas ruas em um ano marcado também pela Copa do Mundo de Futebol masculino realizada no Brasil.

As três tipologias arquetípicas estiveram presentes na projeção da imagem da então candidata, buscando gerir a identificação com a população e aproveitar o capital político de seu antecessor. O perfil da candidata se demonstrou em busca entre o protagonismo por seu preparo, a coragem que lhe é natural e reforçar traços de um padrão de feminilidade que não se publicizava antes a seu respeito. Além disso, foi possível observar a presença da voz masculina predominante como uma mescla entre o “par” em substituição simbólica ao marido não existente e também como um aval da capacidade dela como gestora. Ambas as situações retratam a sociedade que ainda não naturaliza a mulher líder, mas naturaliza o machismo.

Considerações finais

A naturalização da presença da mulher em cargos de liderança é um processo que está em andamento, especialmente na sociedade latina. O agendamento público gerado pelos movimentos feministas, organizações da sociedade civil, acadêmicas e coletivos populares vêm pautando o espaço social para além das rodas especializadas. As consequências se veem com a aplicação de leis que obrigam paridade de gênero nas casas legislativas, como no Equador, Bolívia e México, por exemplo, ou leis que determinam a distribuição de recursos para as candidaturas femininas, como aqui no Brasil. Governos, empresas, partidos, instituições e órgãos de representação que não exibem em seus quadros diretivos paridade, assim como em seus eventos, estão fadados a cada vez mais perderem espaço.

A eleição da primeira mulher na Presidência da República no Brasil, em 2010, foi histórica e ocorreu após 78 anos do sufrágio feminino. A participação de mulheres em cargos de direção não está naturalizada em nenhuma esfera, o que dificulta, não apenas a eleição de representantes no executivo e no legislativo, bem como a permanência delas no poder. A história de Dilma Rousseff é um exemplo disso.

Na pesquisa sobre a presença das três tipologias arquetípicas das candidaturas femininas nos vídeos de suas campanhas eleitorais, observamos que houve a necessidade de ajustar a imagem pública da candidata para adequação do perfil do eleitorado brasileiro. Nas eleições de 2010 e 2014 a Guerreira esteve presente 20 e 26, a Maternal 30 e 42 e a Profissional 50 e 42 respectivamente, considerando na categoria predominante, a presença do apadrinhamento da figura de Lula como subcategoria.

Ainda que Dilma Rousseff tenha um excelente currículo e capacidade de gestão, a figura do padrinho aparece reiteradamente com a tentativa de transferência de capital político e de suprir, aparentemente, a

suposta falta de diplomacia de que a petista era acusada. O excesso de aparições de Lula gerou críticas de que ele não saía do poder e de que ela seria apenas uma marionete em suas mãos. Ambas as situações manifestam o apagamento do protagonismo feminino e o machismo acusatório sobre a capacidade de trabalho de Rousseff, além de parecer querer suprir a falta simbólica de um homem ao lado dela. São situações típicas do machismo que estão no imaginário coletivo e são acessadas de modo muitas vezes inconscientes pelo eleitorado: uma mulher é mais segura, melhor, mais competente ou qualquer outro predicativo quando está com um homem ao seu lado, independentemente de qual seja sua relação com ele. A presença simbólica de Lula daria, além do evidente apoio político, um apoio inconsciente a uma quebra de paradigma.

Na campanha de 2010, a presença dele é maior no sentido de apoio e continuidade de governo. Já na campanha de reeleição, ele especialmente aparece como um defensor em momentos de crise no país. Se separássemos da categoria profissional a presença do padrinho político, os que acabou diminuindo o protagonismo dela⁸⁴, talvez a tipologia maternal seria a predominante ou a distribuição quantitativa seria mais equilibrada entre as três. A questão não é a presença da figura masculina. É a sobressalência dela em detrimento à voz da candidata ou a dependência do apoio masculino para que as mulheres tenham visibilidade política.

Um dos aspectos de suas campanhas eleitorais é a manutenção da campanha de comparação com o PSDB, da mesma forma que a narrativa das campanhas de Lula realizavam. O contraste entre gestões foi usado na argumentação, inclusive como um diferencial no fato de ter, primeiramente uma candidata e posteriormente uma mulher no poder pela primeira vez, oferecendo uma perspectiva distinta de gestão.

84 Vide o caso da morte do líder do PSB, então candidato Eduardo Campos. Dilma era candidata, mas Lula quem se pronunciou no programa.

Desde 2010, a figura da mãe foi explicitamente destacada, inclusive merecendo a expressão “mãe do PAC” – Programa de Aceleração do Crescimento. Várias outras referências à figura materna foram exploradas de modo explícito ou implícito, seja nas imagens ou nos discursos linguísticos. A relação da maternidade com o cuidado e com a sensibilização da então candidata estavam entre suas estratégias. Desde imagens passeando com cachorro, cenas com o neto ou cozinhando estiveram presentes, o que, racionalmente, não agregam ao debate político, mas sensibilizam e podem abrir espaço para o diálogo com pessoas que viessem a “estranhar” uma mulher no poder. A sua postura diante das manifestações populares de 2013 e as estratégias de prestação de contas governamentais, por sua vez, se relacionaram com a imagem da mãe social.

Finalmente, podemos inferir que, ao não enfatizar Dilma Rousseff como a mulher guerreira foi também uma estratégia eleitoral. Diante do cenário latino-americano de ainda resistência às mulheres como líderes políticas, uma mulher que apresenta traços de mando, determinação e um jeito próprio de tomar decisões muito provavelmente geraria mais rejeição que aprovação. O aspecto do universo feminino representado em seus programas de televisão, portanto, enfatizou neste sentido a maternal guerreira, aquela que faz tudo para proteger seus filhos. Desta forma, o imaginário coletivo remete àquela que trabalha muito, cuida e se doa.

Referências

BEAUDOUX, Virginia; D'ADAMO, Orlando; SLAVINSKY, Gabriel. **Comunicación política y campañas electorales – estrategias en elecciones presidenciales**. Barcelona: Gedisa, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina**. Barcelona: Anagrama, 2000.

CASTEÑEDA, Marina. **El machismo invisible regresa**. 5ª. Reimpresión. México: Taurus, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola: 1996.

ITEN, Marco; KOBAYASHI, Sergio. **Eleições: vença a sua! As boas técnicas de marketing**. São Paulo: Ateliê, 2002.

LAGARDE Y DE RIOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4.a. ed. México: UNAM, 2006.

LIMA, Alice; PANKE, Luciana. **Da primeira candidata à primeira eleita à presidência do Brasil: tipologias femininas no HGPE de TV de Lúvia Maria e de Dilma Rousseff**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Mídia e Eleições do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

PANKE, Luciana; CASTRO, Fernando. **Análise comparativa dos temas de campanha de Dilma Rousseff em 2010 e 2014**. Trabalho apresentado na mesa Comunicação política en tiempos de crisis: el segundo mandato de Dilma Rousseff do IV Congresso Internacional de Comunicação Política e Estratégias de Campanha – Belo Horizonte (MG), 2015.

PANKE, Luciana. A (in) visibilidade feminina nos processos de decisão da vida pública. Prefácio. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça et al. (Orgs.) **Gênero e Resistência, volume 1: memórias do II encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/524resistencia>> Acesso em 05 de maio de 2020.

_____. **Campañas electorales para mujeres**. Buenos Aires: La Crujia: 2018.

_____. **Campañas Electorales para mujeres, retos y tendencias.** México: Piso 15, 2015.

_____. **Campanhas eleitorais para mulheres, desafios e tendências.** Curitiba: UFPR, 2016.

_____. Por una Patria rica y educadora: la comunicación oficial del gobierno Dilma. In: PONCE, Matías; RINCÓN, Omar. **Medios de lucha, comunicación de gobierno en América Latina.** Montevideo: Ediciones B, 2017, p. 59-76.

_____. Un análisis de la campaña electoral de Dilma Rousseff, la candidata de Lula a la presidencia de Brasil. In: IVOSKUS, Daniel. **Cumbre Mundial de Comunicación Política: Cambios Socioculturales del siglo XXI.** Argentina: Zorzal, 2010, p. 177-184.

PERELMAN, Chaim. **Tratado da argumentação – a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso de lançamento da candidatura,** proferido em 20/02/2010. Áudios dos discursos de Lula e Dilma Rousseff durante o 4o. Congresso do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/noticias/institucional-3/iv-congresso:-ouca-os-discursos-do-presidente-lula-e-da-ministra-dilma-3246.html>>

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado espetáculo.** São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

SERRET, Estela. **Hacia una redefinición de las identidades de género.** Revista de Investigación y divulgación sobre estudios de género. Número 9, Época 2, Año 18, p.-71-97, marzo-agosto de 2011.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador /Belo Horizonte: Edufba, 2004, p. 259 – 307.

**A IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF:
entre a opinião publicada em revistas
& as sondagens de opinião**

Janaína Gomes
Caroline Casali

Introdução

A complexificação dos processos de comunicação estreitou os laços e interferências entre a mídia e a política em nosso tempo, de forma que à esfera pública habermasiana, constituída pelas dimensões de visibilidade e discutibilidade, Gomes (2008a, p.143) articula a ideia de cena pública midiática, uma “espécie de quadro do mundo” especialmente organizado pela comunicação de massa. Na esfera de visibilidade pública, a mídia “participa ativamente desse complexo cenário, em que vários eleitores, políticos, instituições e/ou a própria mídia fazem escolhas textuais e linguísticas de forma a ajudarem na transformação, manutenção ou contestação dos discursos” (GOMES, 2011, p. 312).

Essa participação midiática tem efeito sobre a opinião pública, especialmente sob a hipótese de que, antes de ser um consenso produzido por meio do debate, a opinião pública tem a função de “seleção de temas prioritários que tornem possível a fixação da atenção pública – resultando consequências sobre os processos de decisão” (ESTEVES, 2015, p. 278). Essa tematização, como resultado da opinião e também sobre a qual vão ser produzidas opiniões, passa constantemente pelas operações midiáticas, que selecionam, filtram, contextualizam e editam assuntos, estruturando a visibilidade de instituições e atores políticos. Por isso, interessa observar como a mídia⁸⁵ atua sobre a opinião pública ao fornecer insumos a esse

85 Muito embora o processo de tematização envolva diferentes linguagens midiáticas,

dispositivo de seleção temática, ainda que, pelas características de cada veículo, essa tematização não seja homogênea.

O desafio proposto neste texto é identificar de que maneira três revistas impressas (Carta Capital, IstoÉ e Veja) apresentaram a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, oferecendo insumos para a produção de sua imagem pública no decorrer de seus dois mandatos (2011-2016) e analisar como essa tematização se relaciona às pesquisas de opinião pública sobre o governo Dilma. Buscamos responder à questão: quais elementos constitutivos as revistas impressas brasileiras ofereceram à imagem de Dilma Rousseff em seus dois mandatos e como essa tematização se relaciona com os resultados de sondagens de opinião pública?

Entendemos que a imagem pública é constituída e constantemente revisada em ambientes de disputas discursivas, sobre as quais a cena midiática exerce papel essencial, uma vez que “a intervenção contínua de redes de comunicação midiática mantém – do ápice da visibilidade política (o espetáculo) à intimidade do voto (o gesto) – a circulação de imagens públicas alteradas e aferidas permanentemente” (WEBER, 2004, p.267).

Dentre os estudos que já analisaram imagens sobre Dilma produzidas na mídia, entre 2003 e 2009, foram identificados simbolismos no sentido de construir o estereótipo de guerrilheira, subversiva e líder radical (FERNANDES, 2012), também elementos depreciativos e irônicos em relação à sua competência administrativa ou que buscaram reduzi-la à continuidade do governo Lula (GOMES, 2011) e representações relacionadas a “uma construção identitária pejorativa, estereotipada e deslegitimada” (BARBARA; GOMES, 2010, p. 311).

produzidas a partir da publicidade e propaganda, do marketing, das relações públicas etc., nos endereçamos aqui às rotinas e linguagens próprias da atividade jornalística, como a mais lembrada e mais presente neste processo de tematização sobre a política.

Entendendo que essa construção discursiva não cessou após a eleição de Dilma, pelo contrário, pode ter sido potencializada em função da visibilidade concernente ao novo cargo e de acordo com a disposição dos cenários políticos, buscamos identificar elementos capazes de constituir ou desestabilizar a imagem pública de Dilma Rousseff e sua relação com resultados de sondagens de opinião sobre a presidenta. Para isso, revisitamos conceitos basilares relacionados à esfera de visibilidade pública, à cena midiática, à imagem pública e opinião pública (WEBER, 2004; GOMES, 2008a; 2008b) e descrevemos os procedimentos de análise delineados a partir do enquadramento visual (PARRY, 2010) e da análise da imagem (JOLY, 2012). Os resultados dessa pesquisa são, depois, organizados em função de três momentos distintos: (1) entre 2011 e 2013, quando os índices de aprovação do governo alcançaram seu ápice; (2) em 2014, ano especialmente marcado por produções de sentidos acerca das eleições; e (3) entre 2015 e 2016, quando o cenário midiático convergia na produção de elementos constitutivos para uma imagem pública negativa de Dilma Rousseff, emoldurando o processo de *impeachment*.

A cena midiática na produção da imagem e da opinião pública

A imagem pública de atores políticos e instituições é negociada em ambientes de disputas discursivas, com intervenção da cena midiática e por ocasião das diferentes inscrições da sociedade civil e do sistema político na esfera pública. Gomes (2008a) propõe que essa esfera pública é designada pela esfera de discussão pública e pela esfera de visibilidade pública, sobre a qual identificamos algumas hipóteses recorrentes: a) grande parte dos temas que geram, mantêm ou alteram os debates públicos são retirados da cena midiática (GOMES, 2008a); b) as mídias ingressam na esfera de visibilidade pública com seus interesses particulares, agendamentos e enquadramentos (WEBER, 2017); por isso,

também, c) essa inscrição das mídias não é homogênea ou, como afirma Gomes (2008a), não é nem monolítica e nem universal, uma vez que não há unicidade de emissor muito menos universalidade na escuta.

Mesmo diversa em dispositivos, sistemas de expressão, ideologias políticas, a cena midiática tem o poder de criar ambientes mais ou menos favoráveis às imagens de atores políticos ou instituições. “Se a maioria dos *outputs* dos *media* favorece apenas um ator político, um partido, ou um ponto de vista ou, ainda, se exclui os partidos menores e as perspectivas minoritárias, reduz-se o ambiente informativo” (MAIA, 2008, p. 178). Assim, a mídia desempenha um papel importante na constituição da imagem pública afinal, “quem controla os insumos de informação e de interpretações com alto grau de visibilidade, credibilidade ou persuasão pode, por assim dizer, tentar levar o público para um lado ou para outro, conforme seus interesses” (GOMES, 2008a, p. 99).

Para Weber (2004, p. 272) “quem busca aprovação e repercussão está sempre entre duas ordens de realidades. A primeira abrange a autoimagem e a imagem desejada; e a outra diz respeito à imagem percebida, a qual será avaliada pelas pesquisas”. Então, a produção de imagem pública é o resultado de disputas simbólicas exibidas ao imaginário coletivo em busca de respostas, que podem ser aferidas em análises sobre a opinião pública.

Entendendo a esfera pública como meio para a produção da opinião pública, Gomes (2008b) percebe que, sob a expressão opinião pública, têm-se ao menos três referências distintas: a) a opinião pública referida por Habermas como opinião coletiva que resulta do debate público; b) a ideia de opinião publicada, ou seja, de publicidade como mera exposição ao olhar público, que tem como centro de produção a comunicação de massa; e c) a opinião nas sondagens com fins políticos ou mercadológicos, que oferecem medições da disposição do público com base nas opções apresentadas.

Para o autor, a “opinião pública como opinião publicada é uma opinião seminal; não é pública porque produzida por muitos, mas porque, em função da sua extrema visibilidade, outras pessoas deverão a ela aderir, assumindo-a como própria” (GOMES, 2008b, p.113). Por isso, Gomes afirma que a opinião publicada tem influência, inclusive, sobre a opinião do terceiro tipo – verificada em sondagens. Esta, por sua vez, embora não tenha propriamente caráter de opinião pública, afinal se trata de uma aferição a partir de um conjunto de opções pré-estabelecidas, tem poder “ainda mais direto pelo fato de que a disposição pública está sempre pronta a ser convertida em votos” (GOMES, 2008b, p.114).

Considerando a opinião pública nas três dimensões apontadas por Gomes (2008b), a importância da mídia reside especialmente na maneira como apresenta temas prioritários, insumos que incidem sobre os processos de decisão. Em relação à imagem pública de Dilma Rousseff, podemos pensar que a mídia não determinou a formação de opinião, mas orientou determinados temas ao debate público, se ofereceu como espaço de publicização e de produção de enquadramentos e adjetivações (ou silenciamentos) sobre a presidenta; e todos esses insumos, por sua vez, reverberaram sobre as sondagens de opinião que, após realizadas, encontraram na mídia o espaço ideal para serem silenciadas ou promovidas.

Ou seja, a cena midiática dispõe de importante papel sobre as disputas simbólicas na esfera pública contemporânea uma vez que, dentre os poderes de que goza, está o gerenciamento de imagem dos atores políticos, que reverbera como opinião publicada e produz consequências sobre a sondagem de opiniões e sua conversão em votos.

Enquadramento visual para a imagem pública: procedimentos de análise

A imagem pode ser compreendida a partir de esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos identificar e classificar informações para que sejam utilizadas de forma eficiente, com base em padrões (GOFFMANN, 1986). Tais padrões são denominados quadros ou molduras, cuja função chave é reduzir a complexidade do mundo, na medida em que selecionam alguns elementos da realidade, destacando aspectos e contextos que produzem uma ideia organizadora central no processo de construção de uma narrativa que possa promover uma interpretação particular (GOFFMANN, 1986; ENTMAN, 2007).

Um dos campos de estudos que empreende esforços para compreender as possibilidades de interpretação das imagens veiculadas na mídia é o enquadramento visual ou *Visual Framing*, que articula normas sociais e políticas que controlam o que é perceptível em uma imagem, condicionando o campo visual e expressando o domínio da representabilidade. A representação, assim, oscila no que está dentro e no que está fora do enquadramento e se revela em ações de “seleção e omissão, representação, simbolismo e contexto lexical (título e legenda)” (PARRY, 2010, p. 68, tradução nossa).

Em relação à perspectiva visual, as fotografias validam o ponto de vista que as câmeras oferecem. As fotografias de imprensa, ainda, passam por diversas instâncias de seleção, são escolhidas por critérios específicos, a saber, “um design estético, ajuste narrativo, simbolismo e impacto percebido” (PARRY, 2011, p. 1189, tradução nossa). Em relação às revistas impressas, as fotografias são geralmente substituídas por ilustrações fotográficas - fotografias que são produzidas em estúdio e/ou montadas e manipuladas (SOUSA, 2004). Assim, as revistas semanais de informação se distanciam do factual, estabelecendo seu arranjo visual de maneira autônoma para ilustrar aquilo que se pretende argumentar. “Ao veicular uma realidade primeira ficcional apresentada como realidade

concreta na representação, a foto-ilustração convida o espectador a participar de um faz-de-conta que a possibilita partilhar os sentidos pretendidos” (SANTOS, 2010, p. 117).

Cabe considerar, ainda, a possibilidade de produção de uma narrativa visual mais ampla (PARRY, 2010; 2011), formatada quando existe ligação entre narrativas de diferentes veículos de comunicação, de onde podem emergir temas e inclinações na cobertura. A análise do enquadramento está diretamente ligada à observação de diferentes meios de comunicação sobre o mesmo tópico e a construção da moldura ou quadro onde a imagem é expressa pode ser percebida a partir do que é enfatizado ou negligenciado nas imagens veiculadas (BRANTNER *et al.*, 2011). Por isso, escolhemos a perspectiva do enquadramento visual, que permitiu observar a moldura que enfatizou a imagem pública de Dilma Rousseff, por meio da análise de elementos constitutivos sobre a presidenta em capas de Carta Capital, IstoÉ e Veja, periódicos de grande circulação no mercado editorial brasileiro.

Na escolha pela análise das capas, apenas, consideramos o conceito de contrato de leitura, entendendo, como Verón (2004), que por meio das capas se estabelecem contratos tácitos entre revistas e leitores. Foram analisadas as capas que apresentaram a imagem de Dilma Rousseff e que foram publicadas entre janeiro de 2011 e dezembro de 2016. Adotamos, para isso, as diretrizes analíticas derivadas de Parry (2010), identificando: a) o conteúdo dentro da moldura da fotografia; b) seu contexto imediato a partir dos elementos textuais expressos; e c) a análise temporal da cobertura jornalística, capaz de identificar, na diversidade de títulos de jornais e revistas, onde emergem temas e inclinações na cobertura, que podem ser definidos como uma narrativa visual ampla.

Em relação à análise do conteúdo dentro da moldura da fotografia e de seu contexto imediato a partir dos elementos textuais expressos, utilizamos os parâmetros da análise de imagem (JOLY, 2012) para identificar, a partir da correspondência entre a mensagem de ordem

literal e a de ordem cultural, os principais temas e adjetivos relacionados à Dilma e, com base nestes, seu julgamento como heroína, vítima ou vilã. Essas análises permitiram inferir, ainda, a atribuição de tom de natureza positiva, negativa ou mista/neutra (PARRY, 2010) ao discurso de capa; lembrando que a autora sugere a categoria mista/neutra quando palavras e imagens não são necessariamente legíveis de forma coerente e unificada.

Acerca da análise temporal da cobertura jornalística, comparamos as abordagens sobre Dilma Rousseff nas revistas aos resultados de sondagens de opinião pública realizadas entre 2011 e 2016 pelo Instituto Datafolha, pertencente ao Grupo Folha, e pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), observando especialmente os picos de aprovação e de rejeição do governo da então presidenta. A escolha por analisar as mensagens de capas de revistas em relação às pesquisas de opinião se deu pela hipótese de que muitas pessoas assumem como sua a opinião publicada, o que reverbera sobre a opinião em sondagens.

A imagem da presidenta Dilma Rousseff: entre a opinião publicada e as sondagens de opinião

Os resultados gerais da análise apontam para certo equilíbrio na quantidade de capas que trouxeram a imagem de Dilma Rousseff em Carta Capital, IstoÉ e Veja, entre 2011 e 2016. A revista IstoÉ apresentou mais vezes Dilma, ilustrando a então presidenta em 37 capas, seguida de Carta Capital, com 31 capas, e Veja com 27 capas. Embora a quantidade de capas com Dilma tenha sido semelhante entre os periódicos, a distribuição das mesmas foi diversa no decorrer do período, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Frequência de capas com imagens de Dilma Rousseff por revista e por ano de publicação.

Nome revista	Ano						Total
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Carta Capital	7	2	3	10	6	3	31
IstoÉ	2	3	1	3	13	15	37
Veja	1	2	3	9	9	3	27
Total	10	7	7	22	28	21	95

Fonte: elaboração própria.

Percebemos, no geral, maior frequência de imagens de Dilma nas capas publicadas entre 2014 e 2016 - anos de dois eventos importantes: a campanha para a reeleição, em 2014, e a abertura e conclusão do processo de *impeachment*, entre 2015 e 2016. Essa frequência de abordagem interessa especialmente para pensar que “ao disponibilizar matérias diversas para o conhecimento comum, os *media* constituem uma importante instituição para pré-estruturar a esfera pública política” (MAIA, 2008, p. 173). Especialmente em se tratando do segundo mandato de Dilma, que responde por dois dos seis anos estudados e concentra 51% das capas analisadas, percebe-se o interesse das revistas sobre Dilma na “pré-estruturação” do processo de *impeachment*.

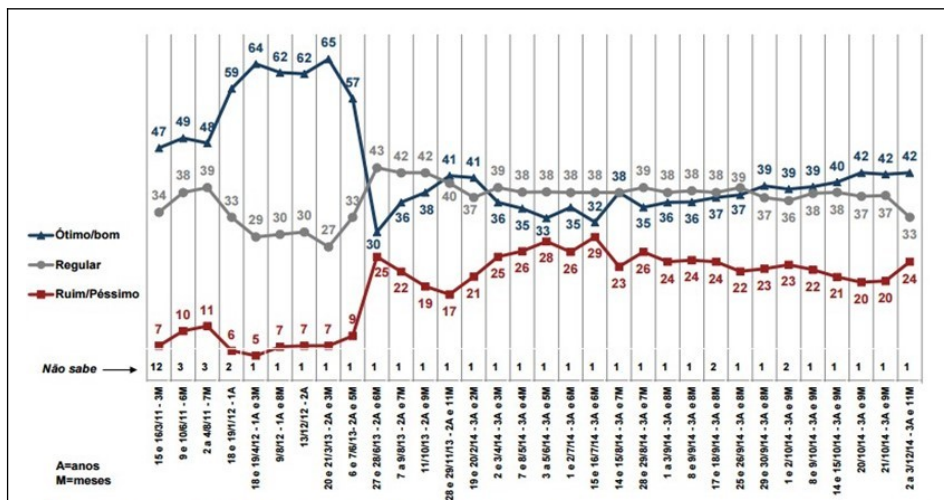
Interessa observar, ainda, como cada veículo escolheu priorizar ora insumos positivos ora insumos negativos sobre Dilma Rousseff, oscilando em relação ao cenário político e convergindo com os resultados de pesquisas de opinião sobre o governo. A seguir, detalhamos a relação entre o enquadramento sobre Dilma nas revistas e os resultados das pesquisas de opinião por período de análise. Iniciamos apresentando a

análise das capas e das sondagens de opinião publicadas durante o primeiro mandato, entre 2011 e 2013. Depois, optamos por apresentar as análises relativas ao ano de 2014 em separado porque entendemos que o pleito eleitoral alterou o comportamento das publicações. Por fim, apresentamos os resultados de enquadramento e sua relação com aferições de opinião nos dois anos do segundo mandato, 2015 e 2016.

Primeiro mandato: a opinião publicada e a ascensão nas sondagens

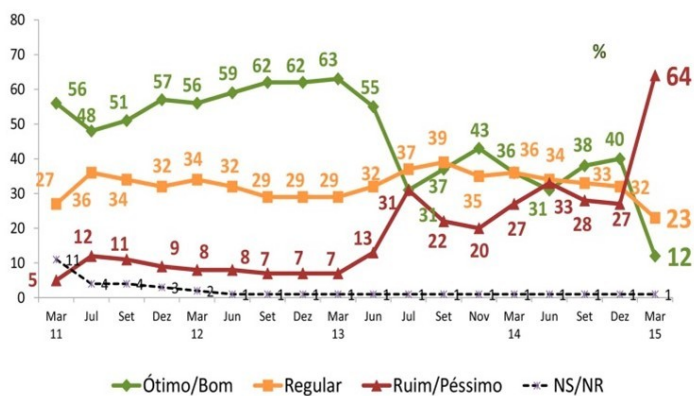
Durante os seis anos de mandatos de Dilma Rousseff como presidenta da República, o Datafolha fez 42 consultas intituladas “Avaliação do Governo Dilma” e o Ibope efetuou 18 consultas pela Confederação Nacional de Indústria (CNI), intituladas “Pesquisa CNI-IBOPE: avaliação do governo”. Dentre as respostas, nos dois institutos, estão as seguintes opções: ruim/péssimo, razoável, ótimo/bom, não sabe/não respondeu. A Figura 1 apresenta as sondagens de opinião referentes ao primeiro mandato de Dilma.

Figura 1 – Avaliações do governo Dilma Rousseff durante os dois mandatos (2011-2016)



Fonte: Na sua opinião a presidente Dilma está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?
Base: Total da amostra - Brasil

Fonte: DATAFOLHA, 2016.



A soma dos percentuais pode não igualar 100% em decorrência do arredondamento.

Fonte: CNI-IBOPE, 2015.

Fonte: elaboração própria.

O governo de Dilma Rousseff iniciou, em 2011, com aprovação em torno de 50%, apresentando considerável ascensão em abril de 2012, quando alcançou 64% de aprovação (DATAFOLHA, 2016). Esses índices se mantiveram estáveis até junho de 2013. Em 21 de março de 2013, inclusive, Dilma alcançou seu melhor índice durante os dois mandatos: 65% dos brasileiros consideravam seu governo ótimo ou bom. Este índice foi superado somente no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em duas consultas: 72% em 2009 e 83% em 2010 (DATAFOLHA, 2016).

Correspondendo aos altos índices de aprovação de Dilma entre 2011 e 2013, a presidenta foi apresentada sob tom positivo em 66% das 24 capas publicadas com sua imagem no período. Contudo, essas 24 capas representam apenas 25% do total de 95 capas analisadas. Ou seja, durante os três primeiros anos de mandato, quando o governo Dilma atingia altos índices de aprovação, o interesse das revistas na figura pública de Dilma foi consideravelmente inferior (25%) do que o interesse observado nos três últimos anos de governo (75%), quando os índices de rejeição eram altos.

Interessa observar, sobretudo, as particularidades de cada periódico nessa tematização. A Tabela 2 ilustra a frequência e o tom sob os quais Dilma foi apresentada em cada revista entre 2011 e 2013.

Tabela 2 – Frequência de capas com imagens de Dilma Rousseff e tom conferido à Dilma por revista entre 2011 e 2013

Atribuição de tom	Revista		
	Carta Capital	IstoÉ	Veja
Tom positivo	8	6	2
Tom negativo	2	0	3
Tom misto/neutro	2	0	1
Total no período (% sobre total da análise)	12 (39%)	6 (16%)	6 (22%)

Fonte: elaboração própria.

A revista Carta Capital priorizou a abordagem de Dilma Rousseff durante o primeiro mandato e sob tom positivo. Enquanto a presidenta alcançou altos índices de aprovação em pesquisas de opinião, sua menção em capas de Carta Capital foi quantitativamente relevante: 39% das 31 capas analisadas de Carta Capital foram publicadas entre 2011 e 2013, oito delas em tom positivo, duas em tom misto/neutro e duas em tom negativo. O tema predominante nestas capas foi política governamental (11 capas), prevalecendo a abordagem de Dilma como ativa (seis capas) e seu julgamento como heroína (oito capas), a exemplo da Figura 2.

Figura 2 – Capa da revista Carta Capital publicada em 09 de fevereiro de 2011



Fonte: revista Carta Capital, ed. 632. Reprodução.

A Figura 2 exemplifica o enquadramento conferido por Carta Capital à Dilma em seu primeiro mandato. A presidenta é majoritariamente apresentada sozinha, em movimento de eloquência ou aceno a um público que, de acordo com as sondagens de opinião, confere aprovação a seu governo. As manchetes trazem como tema predominante a política governamental, no sentido de que a presidenta estaria buscando um estilo próprio de governar, sem a influência de outros personagens de seu partido, como Antônio Palocci.

A análise de IstoÉ, por outro lado, permitiu inferir o volume pequeno de interesse da revista na figura pública de uma presidenta com índices históricos de avaliação de governo. Apenas seis capas foram publicadas de 2011 a 2013, o que representa 16% das 37 capas analisadas de IstoÉ.

Neste período de maior popularidade do governo, as capas da revista que ilustraram Dilma acompanharam, no entanto, o tom positivo ligado aos acontecimentos políticos da sua gestão, com predomínio de temas como figura pública (três capas) e política governamental (duas capas), adjetivação de Dilma como ativa (quatro capas) e seu julgamento como heroína (seis capas). IstoÉ, no período, opta por ilustrar Dilma em retratos posados e com expressão alegre, corroborando com o tratamento que o texto verbal confere à Dilma como personalidade política de destaque, como ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Capa da revista IstoÉ publicada em 07 de dezembro de 2011



Fonte: revista IstoÉ, edição 2195. Reprodução.

Na ilustração acima, Dilma é enquadrada como personalidade pública do ano de 2011. A presidenta ocupa o lugar central da capa, conotando maior importância dentre os personagens citados. A expressão corporal de Dilma infere o lugar de poder que ocupa e sua expressão facial conota a tranquilidade com que governa.

A revista *Veja*, por sua vez, ilustrou Dilma em seis capas entre 2011 e 2013, o que representou 22% de suas 27 edições analisadas. As únicas duas capas sob tom positivo que *Veja* concedeu à Dilma entre todas as

edições estudadas foram publicadas em 2011 e 2012. Nestas duas capas de enquadramento positivo, Dilma é apresentada em retrato, com queixo levantado em posição de altivez e sorriso tímido, como na ilustração fotográfica da edição 2262, de 28 de março de 2012, que traz a presidenta em primeiro plano e a manchete “Dilma fala a Veja”. Importa observar que esta capa coincidiu com o início de um longo período de índices altos de aprovação do governo. Em abril daquele ano, 20 dias depois da veiculação da capa em questão, a presidenta alcançaria o maior índice de aprovação até então, de 64% (DATAFOLHA, 2016).

Ainda assim, *Veja* conferiu pouca visibilidade à imagem da presidenta enquanto a avaliação de seu governo era positiva e apresentou tendência ao posicionamento negativo sobre Dilma em seu primeiro mandato, uma vez que das seis capas publicadas três apresentaram tom negativo e uma apresentou tom misto/neutro. *Veja* ilustrou Dilma, em seu primeiro mandato, com predomínio de temas como política governamental (cinco capas) e economia (duas capas). Quanto à adjetivação, a presidenta foi apresentada como confiante e equivocada (duas capas cada) e predominou seu julgamento como vilã (três capas), a exemplo da Figura 4.

Figura 4 – Capa da revista Veja publicada em 17 de abril de 2013



Fonte: Revista Veja, edição 2317. Reprodução.

Nesta capa, Dilma é ilustrada em saia vermelha, cor que conota seu partido político (PT), e sapatos pretos. Seu pé direito está sobre um tomate, em referência à expressão popular “pisar no tomate”, que conota cometer um equívoco, errar, falhar. As expressões verbais “Inflação. Dilma pisou no tomate” reforçam o sentido da imagem e esclarecem que o equívoco de Dilma tem relação com a inflação. Interessa observar que a produção de sentidos sobre Dilma como quem erra e, por isso, desqualificada ganha reforço na comparação dos tratamentos discursivos conferidos à Dilma e à Margaret Thatcher na mesma capa. Enquanto

Dilma é reduzida ao ato de “pisar no tomate” em relação à economia, a premiê, que havia falecido uma semana antes da publicação daquela edição, é ilustrada por retrato em primeiro plano, expressão de segurança, com tímido sorriso e ao lado do enunciado “Como a premiê salvou a Inglaterra do declínio econômico e político”. Ou seja, a revista *Veja* ilustra duas mulheres politicamente fortes: a presidenta Dilma sob signos negativos, desqualificada, e a ex-primeira-ministra britânica como heroína inglesa.

Um mês antes da publicação desta capa, em março de 2013, Dilma alcançava seu recorde de aprovação, com 65% dos brasileiros considerando seu governo ótimo ou bom. Mas *Veja*, que desde dezembro de 2012 já apresentava Dilma majoritariamente sob tom negativo, continua seu investimento na desqualificação da presidenta.

Em relação ao primeiro mandato, portanto, *Carta Capital* e *IstoÉ* investem em insumos positivos sobre Dilma, muito embora com diferença significativa de frequência: enquanto *Carta Capital* privilegia a abordagem da presidenta em seu primeiro mandato, em consonância aos altos índices de aprovação do governo, *IstoÉ* confere pouco espaço à Dilma no período. *Veja*, por sua vez, já em dezembro de 2012 inicia seu investimento em insumos negativos sobre a imagem de Dilma, deslegitimando seu governo.

Campanha de 2014: a opinião publicada e as sondagens de opinião em ano de eleição

O ano de 2014 foi marcado pela campanha eleitoral que levaria ao segundo mandato de Dilma como presidenta da República. Por ocasião do período eleitoral, as sondagens de opinião mais que dobraram naquele ano e os índices de aprovação do governo ficaram entre 31% e 42%.

A exemplo do que ocorreu nas eleições de 2010, a edição 807 da revista *Carta Capital*, de nove de julho de 2014, declarou apoio à

candidatura de Dilma. O editorial foi assinado por Mino Carta, intitulado “Porquê apoiamos a candidatura de Dilma Rousseff”. Este fato interessa porque, naquele ano, Carta Capital apresentou a presidenta essencialmente sob tom misto/neutro, mesmo com apoio declarado à Dilma. Já IstoÉ e Veja investiram no enquadramento negativo sobre Dilma, como ilustra a Tabela 3.

Tabela 3 – Frequência de capas com imagens de Dilma Rousseff e tom conferido à Dilma por revista em 2014

Atribuição de tom	Revista		
	Carta Capital	IstoÉ	Veja
Tom positivo	2	0	0
Tom negativo	1	2	6
Tom misto/neutro	7	1	3
Total no período (% sobre total da análise)	10 (32%)	3 (8%)	9 (33%)

Fonte: elaboração própria.

Em 2014, Carta Capital ilustrou Dilma em 10 capas, correspondendo a 32% das edições analisadas, logo, foi o ano em que o periódico mais tematizou a presidenta. O tom predominante na abordagem de Dilma em Carta Capital foi misto/neutro. O tema eleições presidenciais (oito capas), relacionado especialmente ao subtema Aécio Neves (quatro capas) recebeu mais espaço nas capas sobre Dilma. Quanto à adjetivação, predominou a abordagem de Dilma como ativa (cinco

capas) e líder (quatro capas), prevalecendo seu julgamento como heroína (sete capas), a exemplo da Figura 5.

Figura 5 – Capa da revista Carta Capital publicada em 09 de julho de 2014



Fonte: revista Carta Capital, edição 807. Reprodução.

Na edição de nove de julho de 2014, acima ilustrada, a face de Dilma está sobre o círculo que ocupa posição superior dentre os presidenciais – conotando a vantagem da presidenta no jogo eleitoral. As expressões faciais de Dilma e Eduardo Campos são equivalentes, os dois sorriem em expressão de serenidade. Cabe destacar que, a exemplo desta edição, cinco das capas com tom misto/neutro abordaram a corrida

eleitoral e apresentaram, além de Dilma, outros presidenciáveis, especialmente Aécio Neves (quatro capas), Marina Silva (três capas) e Eduardo Campos (duas capas).

As duas capas de Carta Capital que apresentaram Dilma sob tom positivo, em 2014, são a edição 822 de 22 de outubro que, corroborando com o apoio declarado à Dilma, às vésperas do segundo turno eleitoral, apresentou a presidenta em retrato de perfil sob a manchete: “Dilma, com a palavra”, e a edição 823 de 29 de outubro, publicada por ocasião da vitória de Dilma no segundo turno. Dessa forma, Carta Capital contribuiu com elementos constitutivos positivos para a imagem pública da presidenta no decorrer das eleições. Contudo, ainda em 2014, após o pleito eleitoral, a revista apresentou insumos negativos sobre o governo Dilma, enunciando sobre a baixa confiança do setor privado na presidenta, na edição 824 de cinco de novembro.

A revista IstoÉ apresentou imagens de Dilma em apenas três capas durante 2014, duas delas sob tom negativo e uma sob tom misto/neutro. O periódico ilustrou Dilma com predomínio do tema transgressão (duas capas), especialmente relacionado ao subtema mentira (duas capas), e adjetivação de Dilma como agressiva (duas capas), prevalecendo seu julgamento como vilã (duas capas). As duas capas de IstoÉ sob tom negativo em 2014 foram publicadas após a vitória de Dilma nas eleições presidenciais.

Na edição 2344 de 29 de outubro de 2014, na semana posterior a sua vitória, IstoÉ ilustrou a presidenta junto a Lula sob a manchete: “Uma campanha montada na mentira”. Esta edição inaugura a sequência de insumos negativos que a revista IstoÉ investe sobre a imagem de Dilma. Ainda em cinco de novembro de 2014, IstoÉ ilustra em capa um close dos olhos da presidenta voltados ao leitor e uma sequência de palavras em frente ao seu rosto (Figura 6). Dentre as expressões mencionadas, estão “economia parada”, “inflação”, “insegurança”, “falta de diálogo”, “crise na educação” e, por duas vezes, na segunda e última

linhas, “corrupção” – reforçando a relação da presidenta com esta transgressão. As palavras negativas encobrindo o rosto de Dilma, como uma máscara que deixa aparente apenas os olhos, conotam a presidenta como infratora, sentido reforçado ainda pela manchete “Muda já, Dilma” e pelo enunciado “O Brasil exige ações imediatas e quer mais do que promessas ou discursos”.

Figura 6 – Capa da revista IstoÉ publicada em 05 de novembro de 2014



Fonte: revista IstoÉ, edição 2345. Reprodução.

Também a revista Veja colaborou nessa produção de elementos constitutivos negativos sobre a imagem de Dilma em 2014. Veja

publicou nove capas com imagens da presidenta naquele ano, representando 33% de suas capas analisadas. Foram seis capas sob tom negativo e três sob tom misto/neutro, com predomínio de temas como política governamental (quatro capas) e eleições presidenciais (três capas). Quanto à adjetivação de Dilma, se deu a partir da ideia de acuada (quatro capas), oscilando seu julgamento entre vilã (quatro capas) e vítima (cinco capas).

Da mesma forma que IstoÉ, a revista Veja inicia um investimento intenso na apresentação de insumos que colaboram para a imagem negativa de Dilma imediatamente após a sua reeleição. Na edição 2397, de 29 de outubro de 2014, a revista ilustrou a presidenta junto de Lula, sob a manchete: “Eles sabiam de tudo” e focou em esquemas de corrupção. Na edição 2399, de 12 de novembro, Dilma é apresentada em primeiro plano, sozinha, com a mão esquerda apoiando seu queixo e olhos voltados para baixo, em posição que remete à reflexão ou preocupação, como ilustra a Figura 7. A manchete aponta “A solidão da vitória” e, como linha de apoio: “Sem saber o que fazer na economia, pressionada pelo PT e esnobada pelos aliados, a presidente se isola no palácio”. Esta capa conota Dilma como uma presidenta acuada, abandonada e despreparada.

Figura 7 – Capa da revista Veja publicada em 12 de novembro de 2014



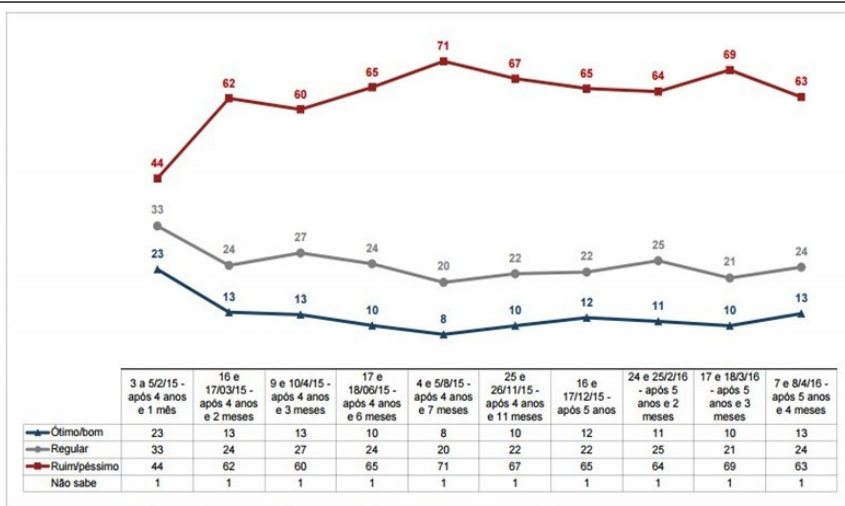
Fonte: revista Veja, edição 2399. Reprodução.

Ao final de 2014, o governo Dilma tem 42% de aprovação (DATAFOLHA, 2016), mas o investimento em insumos negativos sobre a imagem da presidenta nas três revistas analisadas, após a reeleição, contribui na deslegitimação do governo e na desqualificação de Dilma. Essa narrativa visual mais ampla, em que diferentes veículos convergem para temas como transgressão – especialmente mentira e corrupção – e adjetivação da presidenta como acuada, abandonada e desqualificada, estrutura a visibilidade de Dilma que, em março de 2015, já tem 62% de rejeição (DATAFOLHA, 2016).

Segundo mandato: o processo de *impeachment* entre a opinião publicada e as sondagens de opinião

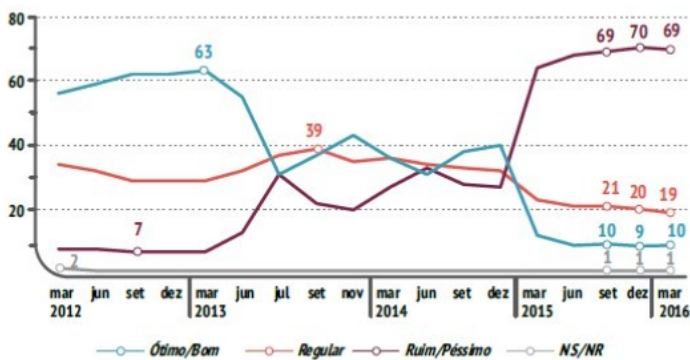
Durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, predominou a avaliação do governo como ruim/péssimo nos dois institutos de pesquisa, como mostra a Figura 8, na página a seguir:

Figura 8 – Avaliações do governo Dilma Rousseff durante o segundo mandato presidencial (2015-2016), de acordo com o Instituto Datafolha e Ibope



Fonte: Na sua opinião a presidente Dilma está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?
Base: Total da amostra - Brasil

Fonte: DATAFOLHA, 2016.



Fonte: CNI-IBOPE, 2016.

Fonte: elaboração própria.

O segundo mandato de Dilma iniciou com rejeição de 44%, com ascensão deste índice para 62% entre fevereiro e março de 2015 e estabilização entre 60% e 70% de rejeição no decorrer de 2015 e em 2016 (DATAFOLHA, 2016). Esses resultados de sondagens coincidem com as produções negativas sobre Dilma intensamente trabalhadas no cenário midiático, muito em função da construção discursiva para o *impeachment*. Os três periódicos analisados acompanharam a tendência de demais veículos de comunicação de massa para o tratamento discursivo negativo sobre Dilma, como ilustra a Tabela 4, que demonstra a intensidade com a qual especialmente IstoÉ e Veja atribuíram tom negativo em discursos sobre a presidenta.

Tabela 4 – Frequência de capas com imagens de Dilma Rousseff e tom conferido à Dilma por revista entre 2015 e 2016.

Atribuição de tom	Revista		
	Carta Capital	IstoÉ	Veja
Tom positivo	2	1	0
Tom negativo	6	27	12
Tom misto/neutro	1	0	0
Total no período (% sobre total da análise)	9 (29%)	28 (76%)	12 (44%)

Fonte: elaboração própria.

A revista Carta Capital, que até então priorizava a abordagem de Dilma sob tom positivo ou neutro, entre 2015 e 2016 ofertou também

insumos negativos à imagem da presidenta. Apesar da ênfase no tom negativo, entretanto, a cobertura da revista não teve um caráter pessoal e respeitou a posição política da líder de governo. O predomínio de temas foi política governamental (sete capas) e *impeachment* (quatro capas). Quanto à adjetivação de Dilma, predominou a ideia de rejeitada (três capas) e seu julgamento como vítima (sete capas). Este julgamento fica caracterizado em capas como da edição 842, de 25 de março de 2015, em que a presidenta é ilustrada por sua sombra, vestindo a faixa presidencial, sob a manchete “O Governo no breu”. Nesta edição, a revista cita “Estado patrimonialista, governo no breu, povo no limbo pela prepotência de uma elite predadora e irresponsável”, atribuindo a culpa pela crise não à Dilma, mas ao que chama de uma elite política irresponsável. Também a capa da edição 871, de 14 de outubro de 2015, atribui a Dilma o papel de vítima sob a manchete “Na cola de Dilma” e ilustrando a presidenta como a personagem principal do jogo eletrônico PacMan, perseguida por fantasmas que representam o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o Congresso e o TCU (Tribunal de Contas da União).

Em contrapartida aos outros dois veículos analisados, Carta Capital dá voz à presidenta por ocasião de seu afastamento para a continuação do processo de *impeachment* - e o faz sob tom positivo. A edição 902 (Figura 9), de 25 de maio de 2016, apresentou Dilma em primeiro plano, posição de câmera baixa e expressão de serenidade e eloquência; como linha de apoio, enunciou: “Resistência até o fim / Serena no seu peculiar exílio, Dilma Rousseff afirmou que o último capítulo do *Impeachment* ainda não se encerrou”.

Figura 9 – Capa da revista Carta Capital publicada em 25 de maio de 2016



Fonte: revista Carta Capital, edição 902. Reprodução.

Nesta edição, a revista oportuniza que a presidenta tenha protagonismo no relato sobre o *impeachment*, explicando aos leitores seu ponto de vista em relação à situação política em que estava envolvida. Da mesma forma, a edição 909, de 13 de julho de 2016, dá voz à presidenta, apresentando em capa Dilma em primeiro plano, sorrindo levemente, com olhar fixo no horizonte. Em destaque, abaixo do queixo de Dilma, a frase que a presidenta pronunciou na comissão de *impeachment*: “Já sofri a dor indizível da tortura, já passei pela dor afitiva da doença e hoje sofro

a dor igualmente inominável da injustiça”. Também nesta edição, Carta Capital anuncia em capa, pela primeira vez, a palavra golpe, ao se referir ao cenário político em andamento, enunciando “Especial: o cheiro do golpe”, abaixo da frase de Dilma.

Se Carta Capital deu protagonismo à presidenta, ofertando-se como espaço para a expressão de Dilma sobre o *impeachment*, IstoÉ, por outro lado, concentrou a abordagem de insumos negativos para a imagem da presidenta nos anos de 2015 e 2016, publicando, no período, 76% de suas edições analisadas, 97% destas sob tom negativo. IstoÉ enfatizou temas como *impeachment* (18 capas) e transgressão (21 capas) - especialmente relacionada ao subtema corrupção (10 capas). Quanto à adjetivação, Dilma foi apresentada principalmente como acuada (12 capas), com predomínio de seu julgamento como vilã (15 capas).

Entre 2015 e 2016, IstoÉ deu continuidade à apresentação de elementos constitutivos para uma imagem negativa de Dilma já iniciada em 2014. A revista investiu em cores fortes como o preto e o vermelho em suas capas, conduziu montagens fotográficas com destaque a texturizações e retratos de Dilma em primeiro plano, evidenciando seus lábios cerrados e testa levemente franzida, conotando preocupação e, por vezes, também dissimulação. Esses elementos, aliados a signos verbais recorrentes como corrupção, crime, propina, mentira e *impeachment*, vão construindo o ambiente de suspeição sobre Dilma.

A edição 2360, publicada em 25 de fevereiro de 2015, quando os índices de rejeição de seu governo estavam ainda em torno de 40%, questionou a política educacional do governo Dilma, enunciando sobre uma crise no ensino em todos os níveis. A revista também empreendeu ataques pessoais à imagem pública da presidenta Dilma, como na edição 2389, de 16 de setembro de 2015, que trouxe a ilustração caricata de um boneco inflável como alusiva à presidenta e a manchete: “As mentiras de Dilma e o reino do pixuleco arrasam o país”. A revista ilustra um boneco de nariz grande, remetendo a Pinóquio, a partir de elementos que

lembram características físicas de Dilma, como o cabelo curto castanho, dentes frontais proeminentes e sobrancelhas arqueadas. O boneco é ilustrado vestindo roupa vermelha com a estampa de uma estrela branca, em referência ao Partido dos Trabalhadores, e usa a faixa presidencial como elemento que remete à presidência. Assim, IstoÉ articula a imagem de Dilma ao “reino do pixuleco”, um ambiente de transgressões relacionadas à corrupção e à Operação Lava Jato.

Importa, ainda mais, observar a intensidade na oferta de elementos negativos à imagem de Dilma organizada pela revista IstoÉ em 2016. De dois de março a seis de maio daquele ano, IstoÉ publicou, em sequência, 11 capas citando negativamente Dilma, apenas duas delas sem a imagem icônica da presidenta⁸⁶. Em 12 de maio de 2016, o Senado brasileiro aprovou a abertura do processo de *impeachment* e Dilma foi, então, afastada do cargo. Dentre as capas que empreenderam ataques pessoais à imagem da presidenta naquela sequência de produções, destacamos as edições 2416 e 2417.

A primeira, publicada em 30 de março de 2016 (Figura 10), apresentou a manchete “Os 7 crimes de Dilma” e o busto da presidenta cabisbaixa sobre fundo preto. O texto verbal, alocado na parte superior da página, introduz que “A presidente insiste em dizer que não há justificativa legal para o *impeachment*” e continua “mas o MP, a PF e a Justiça Eleitoral já têm elementos para acusá-la pelos crimes de obstrução da Justiça, improbidade administrativa, desobediência, falsidade ideológica, extorsão e abuso de poder, além das pedaladas fiscais”.

86 As capas que não trazem a imagem de Dilma, mas citam a presidenta, são das edições 2413 e 2420. A primeira, de nove de março, traz a manchete “Delcídio conta tudo” e a afirmação, em linha de apoio, de que “Dilma interferiu nas investigações da Lava Jato”. A edição de 27 de abril apresenta a imagem de Giles Azevedo, sob a manchete “O homem de Dilma no esquema”.

Figura 10 – Capa da revista IstoÉ publicada em 30 de março de 2016



Fonte: revista IstoÉ, edição 2416. Reprodução.

Assim como adianta a manchete, o uso da conjunção adversativa “mas” demarca o veredito da revista sobre os crimes que descreve: Dilma é culpada, os crimes são “de Dilma”. A presidenta, ilustrada com lábios cerrados e olhos voltados para baixo, é representada como a ré que acolhe passivamente a sentença de IstoÉ.

A segunda capa que destacamos foi publicada em seis de abril de 2016 (Figura 11) e apresentou Dilma em primeiríssimo plano, em expressão de raiva - construída por sobrancelhas erguidas, olhos arregalados e boca aberta como se gritasse, além de texturização que

garantiu alto contraste para o rosto de Dilma. Esse sentido é reforçado pelo texto verbal, que enunciava “As explosões nervosas da Presidente” e pela linha de apoio que complementava: “em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma Rousseff quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”.

Figura 11 – Capa revista IstoÉ publicada em 06 de abril de 2016



Fonte: revista IstoÉ, edição 2417. Reprodução.

A imagem em questão, a exemplo de muitas outras trabalhadas em capas de revistas, foi deslocada de seu cenário original. Nada tem de

marca de testemunhalidade. Foi produzida a partir de uma fotografia de Dilma torcendo em um jogo de futebol, por isso, tal produção corrobora com a definição de Santos (2010, p. 01), para quem a ilustração fotográfica é tomada como “ponto de partida para extrapolações analíticas e opinativas”. Nesse caso, a ilustração fotográfica é usada para o efeito de sentido de uma mulher em surto emocional, logo, incapaz de governar. Fausto Neto (2016, p.29) analisa que IstoÉ, assim, emite um laudo – o que seria competência do campo médico - e “estaria, nestas condições, decretando por uma operação de desqualificação, de modo antecipado o fim de mandato. Antes de ser impedida, a presidente deveria ser interdita”.

Desta forma, IstoÉ, ao atuar na enunciação interessada que faz parte da opinião publicada sobre o *impeachment*, colabora também na construção de estereótipos femininos na política, dos quais Dilma já havia sido vítima em outros períodos de sua trajetória (BARBARA; GOMES, 2010).

De forma semelhante se apresentam as produções em Veja que, entre 2015 e 2016, apresentou 44% de suas edições analisadas, todas elas sob tom negativo. A revista enfatizou temas como *impeachment* (seis capas), política governamental (seis capas) e transgressão (quatro capas), com adjetivação de Dilma como acuada (seis capas), incapaz (seis capas) e rejeitada (seis capas) e predomínio de seu julgamento como vítima (sete capas).

Entre 2015 e 2016, a revista investiu fortemente em elementos que produziam sentidos sobre uma presidenta isolada, enfraquecida e derrotada. Na edição 2434, de 15 de julho de 2016, Dilma foi ilustrada sentada em uma poltrona sobre as nuvens, junto da manchete “A insustentável leveza” e da afirmação de que “Sem apoio popular e do congresso, o governo Dilma flutua em um ambiente de incerteza, enquanto as suspeitas de corrupção chegam perigosamente perto do planalto”. Enquanto IstoÉ investe em enunciados e elementos visuais que

relacionam mais fortemente Dilma a um ambiente de suspeição e transgressões, Veja articula elementos que produzem sentidos de isolamento e derrota, mesmo antes da consolidação do *impeachment*.

Esta construção discursiva de um governo deslegitimado e da presidenta como isolada e derrotada ganhou reforço em pelo menos outras cinco edições, que simbolizaram a moldura do *impeachment* na cena midiática mesmo antes do julgamento do *impeachment*. Na edição 2446, de sete de outubro de 2015, Dilma foi ilustrada passando a faixa presidencial para um boneco inflável que representava Lula vestido com uniforme de presidiário, sob a manchete: “Ela passou a faixa”, conotando, assim, o enfraquecimento da presidenta, que é reforçado pelo enunciado “Dilma entrega o núcleo do governo a Lula, os grandes mistérios ao PMDB e se enfraquece ainda mais”. A edição 2447, de 14 de outubro de 2015, ilustra a sombra do perfil da presidenta cabisbaixa, na frente do Palácio do Planalto, e traz a manchete: “Por que caem os presidentes”. Ou seja, enquanto o processo de *impeachment* ainda não tinha sido aberto, o que aconteceu em dois de dezembro de 2015, a opinião publicada já condenava o governo Dilma à derrocada e os índices de rejeição do governo acompanhavam esse julgamento, chegando a 71% em agosto de 2015.

Veja, na edição 2455, de nove de dezembro de 2015, publicada na semana de abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, apresentou o perfil de Dilma em primeiro plano, com testa franzida e lábios cerrados - conotando sua preocupação - e a manchete “Especial 24 páginas: *impeachment*” sobre um fundo preto. Dentre oito afirmações na capa estava a frase: “A euforia dos mercados sinaliza que, sem Dilma, a confiança volta”.

A construção discursiva para a desqualificação de Dilma ganha força na edição publicada uma semana depois da votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, em 20 de abril de 2016 (Figura 12), em que Veja compôs uma ilustração fotográfica usando o retrato oficial da

presidenta Dilma com a faixa presidencial, divulgado por ocasião do início de seu primeiro mandato, em 2011, como um cartaz cuja texturização indicava estar rasgado, obsoleto, antigo. A manchete daquela edição, “Fora do baralho”, corrobora o sentido de derrota de Dilma, reforçado pelo enunciado da linha de apoio: “Com ou sem vitória na batalha do *impeachment*, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”.

Figura 12 – Capa da revista Veja publicada em 20 de abril de 2016

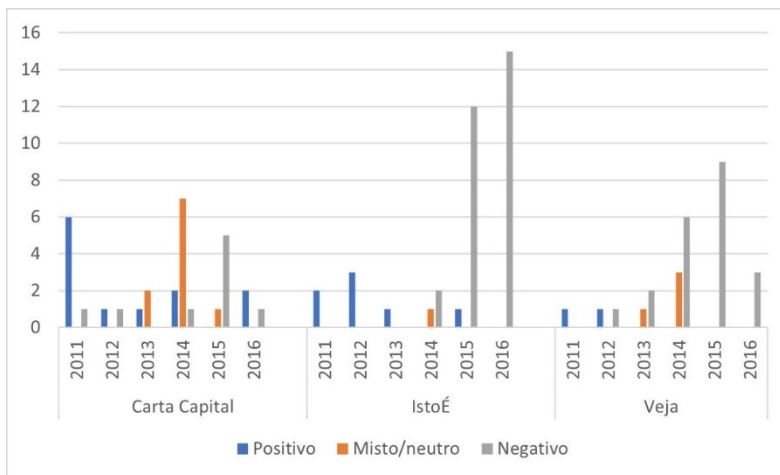


Fonte: Revista Veja, edição 2.474. Reprodução.

Por fim, em tom de despedida não apenas de uma presidenta que sai do governo mas de um processo que ajudou a construir, a revista *Veja*, em 11 de maio de 2016, apresentou os perfis de Dilma e Eduardo Cunha com as frases: “Tchau, querida. Tchau, querido”, sentenciando que “Com o *impeachment* de Dilma e a queda de Cunha, o Brasil terá chance histórica de fazer uma limpeza na vida política”. Sobre um fundo preto, muito utilizado pelas revistas na tematização do *impeachment*, estão os perfis de Dilma e Cunha em tons de cinza, como réus que recebem um veredito. Dilma, à frente, tem a testa franzida, os lábios cerrados e olhar perdido no horizonte, conotando a passividade do derrotado que apenas aguarda o juízo final.

Os resultados demonstram, então, que Carta Capital alterou o tom no decorrer dos dois mandatos de forma mais equilibrada, adotando tom positivo na apresentação de Dilma entre 2011 e 2013, tom misto/neutro em 2014 e tom negativo em 2015. Já *IstoÉ* e *Veja* escolhem tom positivo em poucas edições entre 2011 e 2013 e, nos dois últimos anos de mandato, concentram a maioria de suas capas dedicadas à Dilma majoritariamente sob tom negativo, como ilustra o Gráfico 1, na página a seguir:

Gráfico 1 – Frequência de tom das capas por revista e por ano



Fonte: elaboração própria.

Desta forma, o processo de deslegitimação do governo Dilma e a produção de elementos constitutivos para uma imagem negativa da presidenta, iniciado pelas revistas analisadas logo após sua reeleição, em 2014, ganhou força em 2015 e 2016, compondo as produções discursivas que emolduraram o processo de *impeachment*, como opinião publicada que repercutiu nas sondagens de opinião.

Considerações Finais

Os resultados encontrados apontam para a coincidência entre os insumos sobre Dilma organizados em capas de revistas e os resultados em pesquisas de opinião, corroborando com a ideia de que a cena pública midiática funciona como uma espécie de quadro do mundo, ajudando na manutenção ou contestação de discursos (GOMES, 2011).

Em relação aos anos iniciais do primeiro mandato da presidenta, enquanto os índices de aprovação do governo estavam acima de 50%, as revistas contribuíram principalmente com elementos constitutivos positivos para a construção da imagem pública de Dilma, tematizando políticas governamentais e julgando a presidenta especialmente como heroína. Contudo, a visibilidade conferida à Dilma neste período de aprovação do governo foi significativamente menor nas revistas IstoÉ e Veja que a visibilidade conferida à presidenta no período de rejeição ao governo (2015-2016). IstoÉ publicou 76% e Veja 44% das capas com Dilma durante o período em que as pesquisas aferiram altos índices de rejeição, enquanto que, entre 2011 e 2013, quando os índices de aprovação do governo eram altos, IstoÉ publicou 16% e Veja 22% de suas capas com a presidenta.

O enquadramento negativo sobre Dilma, que iniciou logo após sua reeleição, em 2014, se intensificou entre 2015 e 2016, coincidindo com o aumento gradativo dos índices de rejeição do governo, que alcançaram 71% em agosto de 2015 e permaneceram na casa dos 60% até seu afastamento. Naquele período, IstoÉ apresentou capas sobre Dilma tematizando essencialmente transgressões relacionadas à corrupção e ao processo de *impeachment* e julgou Dilma como vilã; Veja a adjetivou, ainda, como acuada, rejeitada e despreparada. Essas operações de desqualificação de Dilma e de deslegitimação de seu governo permitem inferir uma narrativa visual mais ampla, a ligação entre narrativas de diferentes veículos que buscaram produzir os mesmos sentidos para o *impeachment*.

Concluimos, diante disso, que as revistas se ofereceram menos como espaço de exposição de fatos políticos passados e mais como curadoras de insumos sobre a imagem e o governo de Dilma. Por seu alto grau de visibilidade, essa opinião publicada pode ser tomada como sua por muitos atores sociais, dessa forma, a rejeição nos resultados de pesquisas

de opinião foi, também, um efeito da rejeição proposta nas capas dos periódicos analisados.

Referências

BARBARA, L.; GOMES, M. C. A. A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. **Letras**, n. 40, p. 67-92, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12026/7438>. Acesso em: fev. 2017.

BRANTNER, C.; LOBINGER, K.; WETZSTEIN, I. Effects of visual framing on emotional responses and evaluations of news stories about the Gaza conflict 2009. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 88, n. 3, p. 523-540, 2011.

DATAFOLHA. Instituto de Pesquisas. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff** - PO813859 - 07 e 08/04/2016. 2016. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/04/11/avaliacao-presidente-dilma.pdf>. Acesso em: 05 mai., 2021.

ENTMAN, Robert M. Framing bias: Media in the distribution of power. **Journal of communication**, v. 57, n. 1, p. 163-173, 2007.

ESTEVES, J. P. Sobre a Opinião Pública que já não o é – ao ter deixado de ser propriamente pública e também uma opinião. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 276-293, set./dez. 2015.

FAUSTO NETO, A. *Impeachment* segundo as lógicas de “fabricação” do acontecimento. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 2, dezembro, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/8602>. Acesso em: 05 mai., 2021.

FERNANDES, C. M. As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro. **Aurora**. Revista de Arte, Mídia e Política, v. 5, n. 14, p. 69-85, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/9266/7522>>. Acesso em: 05 mai., 2021.

GOFFMANN, Erving. **Frame analysis**: An essay on the organization of experience. Northeastern University Press, 1986.

GOMES, M. C. A. Corpo, política e tecnologização: um estudo da representação de Dilma Rousseff no contexto da mídia. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 11-29, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/les.v12i1.10548>>. Acesso em: 05 mai., 2021.

GOMES, W. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008a, p.117-162.

GOMES, W. Esfera pública política e comunicação em Direito e Democracia de Jurgen Habermas. In: GOMES, W; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008b, p.69-115.

CNI-IBOPE. **Pesquisa CNI-IBOPE. Avaliação do Governo** – (março/2015). Brasília: CNI, 2015. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2015/04/01/31/CNI-IBOPE-AvaliacaoDoGoverno_Marco2015.pdf>. Acesso em: fev., 2021.

_____. **Pesquisa CNI-IBOPE. Avaliação do Governo** – (março/2016). Brasília: CNI, 2016. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2016/03/30/31/Pesquisa_CNI-IBOPE_Avaliacao_do_Governo_Marco2016_Relatorio_de_divulgacao.pdf> Acesso em: 05 mai., 2021.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 2012.

MAIA, R. C. M. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, W; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, p.165-194.

PARRY, K. A visual framing analysis of British press photography during the 2006 Israel-Lebanon conflict. **Media, War & Conflict**, v. 3, n. 1, p. 67-85, 2010.

_____. Images of liberation? Visual framing, humanitarianism and British press photography during the 2003 Iraq invasion. **Media, Culture & Society**, v. 33, n. 8, p. 1185-1201, 2011.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SANTOS, A. C. L. O estatuto ficcional da imagem fotográfica: O caso da foto-ilustração na revista Veja. **C-Legenda** - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual, [S.l.], n. 22, June 2010. ISSN 1519-0617. Disponível em:
<<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36642/21222>>.
Acesso em: 05 mai., 2021.

SOUSA, J. P. **Fotojornalismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

WEBER, M. H. Imagem pública. In: RUBIM, Albino (org). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 259-307.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: Weber, M.H.; Coelho, M. P. e LOCATELLI, C. (Orgs.) **.Comunicação pública – práticas e pesquisa** . Florianópolis: Insular, 2017. (p.23-56)

DILMA ROUSSEFF: A prova de que precisamos falar sobre gênero na política

Thiane Ávila

Introdução

Pensar a trajetória da história política do Brasil é, sem sombra de dúvidas, contar com idas e vindas, revisitações e novos encontros ao longo da jornada de pesquisa. Pensar a trajetória da história política de Dilma é tudo isso e um pouco mais.

No capítulo que se segue, ousou olhar para a Dilma sob três perspectivas distintas: mulher, governante e junto ao PT. Tomando como base o trabalho que desenvolvi, junto à minha orientadora Maria Helena Weber, busco, sob a égide das problematizações em relação à temática de gênero e de um recorte de tempo dentro do processo de *Impeachment* que sofreu em 2016, desconstruir - com vias a construções reflexivas - os principais constructos sociais em relação à sua imagem pública, invariavelmente intermediada pela mídia e, de modo especial, pelas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital*.

Para atingir esse objetivo, me aventuro em bibliografias de referência, capazes de nos guiarem o pensamento e as conexões desse processo com vistas à centralidade da perspectiva de gênero e ao uso de conceitos importantes, como o de opinião pública, de acontecimento, do papel do jornalismo e de imagem pública.

Dentro dessa jornada, proporei reflexões a respeito da representatividade feminina nos setores da nossa sociedade, com atenção especial à esfera política. Para tanto, utilizo, de modo quase exaustivo, o tensionamento a ideias necessariamente interseccionadas para o real entendimento das questões sociais que perpassaram a vida política de Dilma Rousseff. Aqui, cabe ressaltar a averiguação da oferta recorrente de

sentidos voltados à desvalorização da sua personalidade, utilizada como argumento para justificar a sua suposta incapacidade de gerir o país enquanto presidenta.

Com revisitações frequentes à sociosemiótica e à consequente contextualização dos fatos do *Impeachment* de Dilma e à sua realidade enquanto mulher, busco enaltecer as evidências por trás dos discursos construídos pelas revistas - e pela mídia de uma forma geral - em torno de um objetivo bastante claro: antecipar a sua condenação e desqualificá-la enquanto presidenta, usando, para tanto, narrativas misóginas e machistas.

Em síntese, espero contribuir para trazer à luz a consciência sobre a urgência do debate feminista na esfera política, que diz respeito justamente ao confronto necessário no que concerne ao acesso a direitos por parte das mulheres em detrimento daquele concedido aos homens. Quando acusam Dilma de instável e desequilibrada, os veículos de comunicação contribuem decisivamente para a confirmação de um estereótipo enraizado na cultura brasileira, que atribui todo e qualquer equívoco de uma mulher à sua incapacidade de enfrentar situações desafiadoras e que exigem firmeza para tomar decisões - entendendo essa habilidade como sendo exclusiva dos homens. Sendo assim, a política como “negócio de homens” encontra ainda mais subsídio argumentativo para se fazer valer, uma vez que existe um conjunto importante de veículos de comunicação empenhado em alimentar a ideia construída sobre o comportamento feminino, suas fragilidades e seus lugares ideais.

O que significa uma mulher na política e na mídia?

As reflexões e estudos que subsidiam o entendimento do significado de se ter uma mulher na política são, com toda a certeza, mais amplos do que a mera abordagem direcionada ao seu desempenho ao ocupar um cargo nessa esfera. Isso quer dizer, dentre outras coisas, que pensar o

cenário político, a partir da presença das mulheres, exige a retomada do modo como as políticas de representação se comportam na sociedade, além das importâncias direcionadas à construção dos papéis atribuídos aos gêneros.

Segundo Biroli (2017), os estudos teóricos produzidos a partir das reflexões sobre a mulher na política tornam explícitas as conexões entre a suspensão da dominação masculina como problema político, as barreiras para que as mulheres se situem como produtoras de conhecimento e a exclusão histórica das mulheres da condição de sujeitos políticos. Nesse sentido, estudar a imagem pública de Dilma Rousseff a partir do seu *Impeachment* em 2016 e o modo como foi tratada pela mídia trazem à tona, necessariamente, os valores que ancoram a cultura brasileira, que dão à luz os sentidos androcêntricos enraizados no nosso escopo de entendimento de mundo. Em outras palavras, é preciso admitir, como premissa essencial às análises, o fato de que há pouco lugar para as pautas feministas nos espaços de poder da esfera pública, que corroboram a subrepresentação das mulheres nos processos decisórios da sociedade (ÁVILA, 2018).

Além disso, outro aspecto importante a ser considerado diz respeito ao processo de significação das discussões de gênero. De modo mais ou menos evidente, os tensionamentos dados culturalmente aos discursos dizem muito sobre o posicionamento que o coletivo adota em relação a eles. Assim, para a legitimação de determinadas pautas em detrimento de outras, não cabe apenas considerar o ponto de vista individual dos cidadãos, dando aos comportamentos uma justificativa oriunda da ordem privada. Mais do que isso, as reproduções de certas narrativas são um reflexo importante das construções sociais rumo à defesa de um conjunto seletivo de interesses, dando forma à opinião pública, que precisam se munir de mecanismos específicos para a sua perpetuação. Nesse caso, a subvalorização das maiorias minorizadas obtém sucesso na defesa de argumentos deturpados em função das bases

que sustentam a manutenção do que de fato importa para nossa sociedade: a manutenção da riqueza e do poder nas mãos de poucos.

No Brasil, embora tenhamos uma lei que prevê a reserva de 10% da propaganda dos partidos políticos para a promoção e difusão da participação da mulher na política, cabe o destaque sobre o verdadeiro silenciamento que ocorre no que diz respeito às pautas de gênero na política, comprovando, de modo contundente, o distanciamento que se institui entre o mundo do qual se fala e aquele no qual se vive. Dessa forma, mais do que considerar as iniciativas - pouco eficazes - que visam à colocação da mulher na esfera pública e na política, é necessário afrontar os pilares que sustentam as relações de poder em nossa sociedade, capazes de enfraquecer contundentemente as prerrogativas legais direcionadas, supostamente, a amenizar as desigualdades de gênero. Sobre isso, sem ingenuidade, cabe averiguar a incoerência discursiva frente aos dados que retratam a maneira como as mulheres são violentadas, de diferentes formas, todos os dias.

Para Bourdieu (2002), a costumeira desconsideração dos processos sociais na construção da dinâmica de divisão dos espaços de representatividade masculinos e femininos é imperativa para a naturalização dos padrões de dominação e de suas justificativas. A esse ponto, acrescento a contribuição da perspectiva interseccional às discussões, que leva em conta, justamente, a relevância de todos os (des)parâmetros sociais no processo de tradução da realidade das mulheres, claramente ilustrada no exemplo de Dilma Rousseff, quando ocupantes de lugares destinados, historicamente, aos homens. Sobre isso, em minhas análises a respeito da construção da imagem pública da então presidenta Dilma Rousseff, identifiquei, como intensificador dessa lógica, o trabalho que a mídia realiza. Nesse sentido, para exemplificar o poder simbólico mencionado, cabe recuperar a edição da Revista Veja, veiculada em abril de 2016, cuja manchete era: “Bela, recatada e do lar”, trazendo à tona o comportamento exemplar - e esperado de uma mulher

- da então futura primeira-dama do Brasil, a esposa de Michel Temer, Marcela Temer. Seu foco, por sua vez, residia na construção de um discurso capaz de convencer a respeito do lugar da mulher na sociedade e o tipo de comportamento legitimado e valorizado para a “mulher ideal” (ÁVILA, 2018).

A partir desse cenário, ao extraporlarmos essas fronteiras sociais, como o próprio Bourdieu (2002) reitera, é possível identificar a importância de olharmos sob o viés da “transgressão da ordem natural das coisas”, legitimada pelos esquemas de percepção culturalmente construídos em nosso imaginário coletivo em relação aos papéis designados aos gêneros. Nesse sentido, é evidente que os princípios que regem a sociedade estão instruídos pelas lógicas masculinas de dominação, que se aplicam tanto à esfera pública quanto privada, repercutindo nas visões que se instituem como oficiais a respeito dos corpos, dos limites de ação e, conseqüentemente, nos lugares de atuação que são permitidos às mulheres. Sem dificuldades, pois, é possível que essas características sejam observadas no tratamento recebido por Dilma pela mídia, que articulou ao âmago de seus discursos contra a ex-presidenta questões nitidamente descoladas de sua eficiência enquanto governante, estabelecendo como foco um teor de ridicularização à sua “aventura rebelde” e “fora do lugar” na política. Um indício emblemático dessa circunstância pode ser acionado a partir da passional votação na Câmara Federal, em abril de 2016, que aprovou a admissibilidade do processo de *Impeachment*. Com esse exemplo, começamos a entender, de forma mais explícita, as raízes dos argumentos utilizados pela mídia para desqualificar a presidenta.

A partir desse acontecimento, é possível identificarmos alguns pontos importantes do imaginário coletivo, que traduzem os aspectos culturais da sociedade brasileira, ainda fortemente atrelados a noções conservadoras e bastante limitadas sobre os papéis desempenhados pelos indivíduos e a maneira como a política deve ser tratada e conduzida.

Nesse sentido, o tratamento recebido por Dilma Rousseff pela mídia e por boa parte da sociedade brasileira não cabe em uma caixa dissociada dos valores que carregamos enquanto nação. Ao contrário, os discursos e preconceitos manifestos durante esse período são uma materialização das bases estruturais de um povo intolerante e reprodutor de valores patriarcais de sociedade.

A construção da imagem pública de Dilma Rousseff pelas revistas

Para iniciarmos uma reflexão assertiva em relação ao modo como a imagem pública de Dilma Rousseff foi construída a partir do golpe sofrido em 2016, é preciso recapitularmos alguns conceitos atrelados a essa jornada, desenvolvidos por importantes pensadores da comunicação pública e política. Nesse sentido, de modo completamente interseccionado aos parâmetros sociais já citados, vale lembrarmos o que Gomes (1999) sublinha a esse respeito quando diz que o processo por trás da produção de imagem “representa um inevitável adicional de insinceridade às práticas discursivas e às ações reais enquanto alteram a qualidade e a validade daquelas que normalmente seriam suas funções primeiras”. Em outras palavras, o que o autor reitera em seu constructo reside justamente no campo das subjetividades que ancoram toda e qualquer narrativa na sociedade, amparadas pelas intenções que visam a atingir determinados espectros simbólicos.

Sendo assim, quando tensionamos os discursos produzidos e reproduzidos pela mídia ao retratar a então presidenta, é preciso reconhecer o cenário semiológico que faz pano de fundo aos seus argumentos. Além disso, sua validação se dá, segundo Weber (2009), a partir de um conjunto de valores intrínseco nos indivíduos que decodificam essas mensagens. Isso porque, invariavelmente, todos os discursos são vulneráveis às mudanças conscienciais de uma sociedade e, conseqüentemente, assumem um caráter temporal no que diz respeito à

sua validade. Devido a isso, o empenho midiático é fundamental nesse processo, já que dele partem decisões importantes sobre as perspectivas que devem ser mantidas ou não na esfera pública.

Por óbvio, os elementos absorvidos no processo de produção de imagem são constantemente retroalimentados por inúmeros argumentos paralelos à sua conformação. Assim, para além dos valores sociais enaltecidos, nos deparamos com acontecimentos complexos que subsidiam os direcionamentos da opinião pública. Como consequência, nos deparamos com fenômenos cruzados e simbolicamente modificados, já que cada construção individual reverbera no que entendemos como imaginário coletivo. Por outro lado, não é a intenção deste capítulo em específico situar o leitor de todas as nuances que, sem sombra de dúvidas, dividem espaço com a protagonista da discussão, a imagem pública, e, de modo particular, Dilma Rousseff em seu contexto específico. Contudo, esses meandros, se desconsiderados, são capazes de esvaziar o teor reflexivo que subsidia a proposta desse trabalho, que leva em conta não apenas a maneira pontual como a primeira presidenta do Brasil foi tratada durante um histórico golpe de Estado que foi articulado em prejuízo à nossa democracia, mas sim dar à luz diversos desvios de conduta sobre o que se espera de uma condução séria e comprometida com os valores de uma nação tão diversa como a brasileira.












Nesse sentido, partindo do pressuposto de que uma imagem, pública ou não, é um ato judicativo de algo ou alguém (GOMES, 1999), torna-se evidente que, ao retratarmos alguns dos principais argumentos escolhidos pelas revistas analisadas nesse estudo (Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital), é possível identificarmos alguns padrões discursivos importantes. Para chegarmos a essa constatação, submetemos à análise as capas das respectivas revistas que trouxeram, de abril a maio de 2016 (período em que a Comissão Especial aprovou o parecer a favor do *Impeachment* na Câmara dos Deputados, até o momento em que a Comissão do Senado aprovou a abertura do inquérito através do parecer

do relator da comissão, Antonio Anastasia), a imagem literal de Dilma estampada, sob diferentes contextos e com diferentes atores ao seu lado. Assim, para fins metodológicos, analisamos os direcionamentos interpretativos que os veículos de comunicação citados propuseram em suas abordagens a partir de três perspectivas distintas no que diz respeito ao olhar investido sobre a presidenta, a saber: mulher, governante e junto ao PT.

A intenção de estudar a sua imagem pública de maneira cruzada ao contexto de gênero e, particularmente, à maneira como as mulheres são tratadas ao ocuparem cargos públicos como Dilma, foi constatar, sistematicamente, a manutenção do olhar androcêntrico a respeito de suas qualidades, constantemente confundidas com aquelas esperadas de alguém que assume um cargo público. Dito de outra forma, de maneira bastante simples, basta o mero deslocamento dos argumentos a uma suposta figura masculina, nos mesmos contextos e submetida ao mesmo processo judicial, para compreender que, sem nenhum constrangimento, há uma parcialidade explícita no que concerne à seleção de características usadas com o objetivo de desqualificar sua capacidade de gerir o país, travestidas de todo o discurso misógino direcionado à fragilidade da mulher e, conseqüentemente, às suas limitações para ocupar posições tão importantes na sociedade.

Como importantes constatações de sua imagem pública, inferimos que, de forma eschachadamente superior àquela que ocorreria com o gênero masculino, Dilma foi alvo de induções violentas a respeito de sua conduta, que estava, a todo o momento, se confundindo com comportamentos relativos à sua vida privada, que em nada interferem na consequência de suas decisões na esfera pública. Abaixo, saliento o compilado das capas analisadas e, na sequência, dois exemplos ilustrativos das constatações assinaladas, trazidos diretamente das análises realizadas das capas das revistas IstoÉ e Veja:

Quadro 1 – Corpus de pesquisa

Revista	Total de capas	Data e reprodução				
Veja	2	20.04.16	11.05.16			
						
IstoÉ	5	06.04.16	13.04.16	20.04.16	29.04.16	06.05.16
						
Época	2	09.04.16	16.04.16			
						
Carta Capital	2	12.05.16	19.05.16			
						

Fonte: a autora

Análise

ISTOÉ - Capa da semana de 6 de abril de 2016:

Como primeiro exemplo das análises realizadas, temos a capa referente à semana do dia 6 de abril da IstoÉ, que corresponde ao contexto em que chega à Câmara dos Deputados dois pedidos de *Impeachment* do vice-presidente Michel Temer. Nesse momento, o parecer a favor do *Impeachment* de Dilma ainda não havia sido aprovado.

Quadro 2 – Capa IstoÉ de 06 de abril de 2016

As explosões de raiva da presidente	
	<p>Manchete AS EXPLOSÕES DE RAIVA DA PRESIDENTE</p> <p>Texto de apoio Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país. / Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País.</p> <p>Descrição Rosto de Dilma com expressão eufórica, de boca aberta e sobrancelhas levantadas ocupa todo o espaço da capa; letras brancas e amarelas.</p>
<p>Sentido/Imagem proposta</p>	<p>Dilma mulher Histórica, descontrolada e instável.</p> <p>Dilma governante Despreparada, incapaz e desequilibrada.</p>

Fonte: a autora.

A partir da capa acima, podemos ratificar alguns dos principais argumentos motivadores das análises no que tange à construção da

imagem pública de Dilma Rousseff durante a tramitação do golpe em 2016. Como se pode ver, através dos elementos selecionados pela IstoÉ, em abril de 2016, para construir o semanário corresponde ao dia 6 daquele mês, características completamente descoladas do que se espera no momento de propor uma avaliação séria a um representante político foram utilizadas.

Como ponto de partida a essa reflexão, é preciso que nos detenhamos ao teor antecipatório da condenação que a revista buscou impor à respectiva edição, já que, àquela altura, o processo de *Impeachment* ainda não havia sido concluído. Nesse sentido, atentemos ao fato de que, antes de uma decisão legal, o semanário se ocupa da função de supostamente antecipar o que ocorre nos bastidores do Planalto, elucidando ao seu público o que estaria sendo, em tese, a realidade vivida pela então presidenta durante o conturbado período pelo qual estava passando (ÁVILA, 2018).

Além disso, com o uso de uma imagem retirada de um momento de comemoração de um gol do Brasil na Copa do Mundo FIFA, em 2014 (tirando a foto escolhida do contexto do tema em pauta na respectiva edição), a IstoÉ trabalha para construir um panorama de desequilíbrio à presidenta, em que busca comprovar a total ausência de condições de Dilma para seguir comandando o Brasil. Usando de generalizações nitidamente misóginas, sobretudo a partir do texto de apoio utilizado, a revista não mede esforços para articular o que, culturalmente, se pensa sobre as mulheres no país, uma vez que associa a Dilma um comportamento histérico e emocionalmente desestruturado, daqueles que se confirmam, por meio do entendimento intrínseco que a sociedade carrega a respeito da histeria feminina, e que são capazes de associar a sua Imagem Pública à ideia de inaptidão para gerir o Brasil.

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito ao fato de a presidenta aparecer com a boca aberta, passando a impressão de estar gritando com raiva. Esses elementos, utilizados para abordar o suposto

estado emocional de Dilma, também são sintomas misóginos dos ataques direcionados à presidenta, já que não há histórico semelhante no que tange ao tipo de abordagem atrelada a um político homem, onde possam ser evidenciadas acusações de “explosões nervosas” ou “surto de descontrole” (ÁVILA, 2018).

Assim, a retórica trabalhada pela IstoÉ contribui significativamente com a efetivação dos ataques misóginos cujo alvo era Dilma a partir do momento em que constrói uma edição destinada a argumentar, com fontes apócrifas, a postura da presidenta. Além disso, os mecanismos exclusivos do semanário, como se pode perceber com a ajuda do texto de apoio, concentraram-se unicamente a ataques pessoais ao comportamento de Rousseff enquanto não apenas governante, mas como mulher, utilizando características oriundas de uma cultura machista frente ao que se espera e o que se pensa sobre uma mulher.

VEJA - Capa da semana de 20 de abril de 2016

A capa referente à semana do dia 20 de abril corresponde àquela veiculada na mesma semana em que o plenário da Câmara dos Deputados aprova a abertura do processo, que ocorre dias depois da aprovação do parecer a favor do *Impeachment* de Dilma pela comissão especial da Câmara.

Quadro 3 – Capa Veja de 20 de abril de 2016

Carta fora do baralho	
	<p>Manchete CARTA FORA DO BARALHO</p> <p>Texto de apoio Com ou sem vitória na batalha do <i>impeachment</i>, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se, e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil.</p> <p>Descrição Fundo cinza; letras amarelas; foto de Dilma com a faixa presidencial sobreposta por efeitos de rasgo.</p>
Sentido/Imagem proposta	<p>Dilma governante Incapaz, desqualificada e traída.</p>

Fonte: a autora.

A Revista Veja, na mesma direção da Revista IstoÉ, nesta edição, antecipa o que parece ser o fim irrevogável de Dilma, independente do resultado do processo. Para tanto, o semanário utiliza efeitos de corte sobre sua foto, que dá a entender a leitura e o posicionamento da edição semanal no que concerne às consequências que virão a partir da batalha que se inicia, efetivamente, na Câmara dos Deputados.

Assim, quando debruçamos o olhar para a mensagem passada por meio dos efeitos de rasgo sobre a imagem da presidenta, ancorada pelos

mecanismos semióticos de análise, é possível tensionar sua profundidade a partir do uso de uma foto que indicia as dimensões de um retrato 3x4, à semelhança dos que acompanham as carteiras de identidade. Tomando como ponto de partida essa noção, torna-se possível a clara associação ao estímulo de um processo de ressignificação ofertado pelo semanário. Dessa maneira, é como se não apenas o cargo de Dilma estivesse em jogo, mas o modo como sua identidade passa a ser significada por parte do público que entra em contato com aquela imagem, de modo que, em maior ou menor grau, é levado a refletir a respeito de quem é essa mulher e de quais elementos, tendo em vista o caráter desconstituidor dos rasgos, ainda permanecem com a governante que foi eleita outrora.

Para além dos efeitos de rasgo sobre a figura de Rousseff, a revista complementa a capa com um texto de apoio cuja intenção de propor um sentido de esfacelamento de seu mandato e da sua autoridade no Brasil é confirmada, tendo em vista a mensagem passada a partir da seleção de palavras feita: “[...]Dilma já perdeu a batalha do poder”. De modo enfático, o semanário se posiciona frente ao resultado de sua imagem pública enquanto presidenta a partir daquele momento, especialmente pelo fato de ter optado pelo uso de uma foto oficial de Dilma, onde a mesma aparece com semblante alegre e destoante ao que, a partir dos rasgos sobrepostos à sua imagem, é construído como cenário para a capa.

Outro ponto a ser evidenciado diz respeito ao uso da faixa presidencial, que dá corpo a uma metáfora do poder que está diretamente associada aos rasgos que se sobrepõem à sua face. Ainda no tocante aos contrastes, a escolha de uma foto oficial sendo rasgada e descolada da parede também sugere o descarte da participação de Dilma na esfera pública, ainda que sem os trâmites legais referentes ao seu processo finalizados. Dito de outra maneira, a edição trabalha numa perspectiva de indicar que algo será arrancado de qualquer maneira, tirado da realidade a qualquer custo - seja ele legítimo ou não. Além disso, a Veja, com esta capa, também aciona a perda de aliados por parte de Dilma, reiterando a

gravidade da sua situação enquanto governante, de modo que pretende sublinhar a indiferença frente à vitória ou não com relação ao processo de *Impeachment*, tendo em vista que o resultado já estaria supostamente dado a partir daquele momento.

Propostas de sentido à imagem pública de Dilma Rousseff

Estudar as propostas de sentido direcionadas à imagem pública Dilma Rousseff, durante o seu processo de *Impeachment*, trouxe algumas questões ratificadoras a respeito das bases culturais sobre as quais uma sociedade como a do Brasil está ancorada. Assim, ao utilizar importantes conceitos ligados à semiótica e à própria comunicação pública e política, foi possível cruzar argumentos decisivos para a conformação da opinião pública, refletida diretamente nas alegações legitimadas sobre Dilma. Em outras palavras, entender melhor sobre os sentidos propostos à sua imagem pública é um indicador preocupante das bases misóginas de nossa nação, ainda amplamente legitimadora de discursos machistas e da diferenciação violenta dos gêneros e seus respectivos lugares nas esferas pública e privada.

Nesse sentido, embora, pelo espaço restrito, não seja possível expor toda a pesquisa no presente capítulo, compartilho, aqui, algumas das conclusões que pudemos tirar do estudo realizado. Como ponto inicial das conclusões tiradas, constatamos que três das quatro revistas lançaram mão da função informativa pertinente à prática jornalística, dando espaço a seus juízos de valor a respeito da condenação antecipada da presidenta (ÁVILA, 2018). Nesse grupo, estão incluídas as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, que apresentam uma postura claramente posicionada sobre as verdades concernentes à Dilma e ao seu processo. Essa avaliação previamente estruturada a respeito dos acontecimentos se faz constante em todas as categorizações definidas, de modo que os próprios argumentos utilizados para desqualificar Dilma em cada uma delas

mostraram-se enviesados em muitos momentos, demonstrando a unilateralidade editorial das revistas cujo compromisso primeiro centrou-se na seleção de elementos imagéticos e textuais empenhados em deslegitimar a Dilma governante, a Dilma mulher e a Dilma política e o PT.

Em segundo lugar, de modo substancial, foi possível reconhecer a articulação de suas principais características com um estereótipo de comportamento que associa a maior parte dos problemas da mulher ao seu temperamento e vulnerabilidade emocional (ÁVILA, 2018). A maior parte das capas analisadas que dava conta de justificar o fracasso de seu governo se empenhava em dar destaque à instabilidade de sua personalidade, bem como à sua postura ríspida no tratamento das questões do governo. Além disso, a própria posição de coadjuvante, inúmeras vezes mencionada ao colocar o Lula como ator importante em sua gestão, contribui para confirmar o nível de descrédito que, frente à opinião pública, Dilma sofria.

Em terceiro lugar, a perspectiva de gênero, como sabemos, foi a base para as análises que construíram esta pesquisa. Nesse sentido, entender a definição dos papéis do homem e da mulher na sociedade como algo definido historicamente é o pressuposto inicial necessário para refletir acerca do tipo de tratamento que grande parte das capas direcionaram à Dilma, ainda que com intensidades variadas. Quando, por exemplo, a IstoÉ concentra seus esforços para produzir uma edição de sua revista cujo foco é acusar Dilma de histeria e descontrole durante o processo de *Impeachment* corrente na Câmara Federal, atribuindo suas declarações a fontes não mencionadas de dentro do Planalto, é uma prova clara do descompromisso no que tange à prática jornalística e, sobretudo, à sua isenção ao retratar a imagem de uma figura pública como a presidenta da República.

Além disso, a urgência, segundo Biroli (2017, p.175) do debate feminista na esfera política diz respeito justamente ao confronto

necessário no que concerne ao acesso a direitos por parte das mulheres em detrimento daquele concedido aos homens. Quando acusam Dilma de instável e desequilibrada, as capas contribuem decisivamente para a confirmação de um estereótipo enraizado na cultura brasileira, que atribui todo e qualquer equívoco de uma mulher à sua incapacidade de enfrentar situações desafiadoras e que exigem firmeza para tomar decisões - entendendo essa habilidade como sendo exclusiva dos homens. Sendo assim, a política como “negócio de homens” encontra ainda mais subsídio argumentativo para se fazer valer, uma vez que existe um conjunto importante de veículos de comunicação empenhado em alimentar a ideia construída sobre o comportamento feminino, suas fragilidades e seus lugares ideais (ÁVILA, 2018).

Sendo assim, o grande ponto de reflexão pode ser que esteja situado no campo da necessidade de justificação díspar às ações e papéis dos gêneros. Segundo Bourdieu (2002, p.18), a questão se insere na prerrogativa histórica, amparada pela visão androcêntrica de mundo, que dispensa qualquer justificativa para legitimar as ações dos homens. Nesse sentido, o tratamento recebido por Dilma pelas capas é mais um indicativo dos esforços de uma sociedade conservadora em manter os privilégios a quem sempre os teve, suprimindo a vocalização de grupos subalternos. Por isso, para Pinto (2010, p.21), é emergente a criação de programas que visem, de fato, à inserção da mulher na vida política, de modo a estabelecer, de modo criterioso, a prioridade de suas pautas e a importância de sua participação nos processos decisórios. O tipo de cobertura aponta, por sua vez, para um posicionamento das revistas a favor do *impeachment* e para tanto contribuem com a sua desqualificação - à exceção da Carta (ÁVILA, 2018). Contribuem, assim, para a construção da opinião dos leitores, a partir da imagem que sugerem.

Nesse sentido, o trabalho de reflexão proposto pelas análises é uma emergência social. Trata-se, dentre outras coisas, e colocar em xeque os supostos avanços que acometeram nossa sociedade nos últimos anos,

andando em paralelo com conceitos obsoletos e prejudiciais aos próximos passos. Em outras palavras, conforme verificamos com o golpe de 2016 sofrido por Dilma Rouseff, o amadurecimento da sociedade deve se dar de maneira interseccionalizada, pois é preciso o conhecimento de todas as variáveis correlacionadas aos acontecimentos para que os mesmos possam ser, efetivamente, compreendidos em sua essência. Feito de outra maneira, o progresso jamais conseguirá contemplar a todos e, portanto, deixará de fazer sentido sempre que analisado em seus aspectos mais detalhados.

Referências

ÁVILA, Thiane Silveira de. **A questão de gênero e os sentidos propostos à imagem pública de Dilma Rouseff, durante o processo de *impeachment* na câmara federal, nas capas de Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital.** 2018. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Públicas, Departamento de Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BIROLI, Flávia. **Teorias feministas da política, empiria e normatividade.** Lua, Nova, São Paulo, 102: 173-210, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002.

GOMES, Wilson. A política de imagem. **Revista Fronteiras**, v.1, n.1, dez. 1999. São Leopoldo: Unisinos, 1999, p. 144-175.

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

WEBER, Maria Helena. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. **Eco-pós**, Rio de Janeiro, v.3, n. 12, p.11-26, set. 2009. Quadrimestral.

O CORPO POLÍTICO DO GOLPE EM TRÊS TEMPOS: Dilma Rousseff e a cobertura imagética no processo de *impeachment*

Nísia Martins do Rosário
Gabriela Pacheco Dávila

Buscamos desenvolver algumas reflexões sobre o corpo político da ex-presidenta do Brasil e membro do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff. O objetivo principal dessa abordagem é averiguar a construção midiática imagética produzida sobre as corporalidades da primeira mulher a assumir a presidência do Brasil em um momento tenso politicamente em todo o país e que levou ao seu *impeachment*.

Para além de muitas possíveis abordagens desse acontecimento e da relevância de todo o período em que o Brasil teve pela primeira vez uma mulher na presidência da república, pretendemos, num viés mais específico, aprofundar aspectos das corporalidades políticas de Dilma que foram produzidas midiaticamente no período do *impeachment*-golpe. Acreditamos na importância de compreender como esse corpo se expressou no processo de cassação e expiação.

Para isso, são considerados, principalmente, três momentos marcantes desse processo: o primeiro deles refere-se ao dia 12 de maio de 2016, quando o Senado decide afastá-la do cargo; o segundo, em 29 de agosto do mesmo ano, quando a presidenta comparece ao Senado para depoimento; e 31 de agosto, quando seu mandato é interrompido. Consideramos esse um recorte pertinente para o recolhimento e registro de textos audiovisuais (5) e fotográficos (51) da mídia, tendo como fontes os sites Getty e Reuters, duas agências internacionais de notícias e o site G1, a TV Senado, a TV Câmara. Também fizemos um levantamento documental a fim de coletar informações sobre o governo Dilma e sobre o período do *impeachment*, trazendo mais fundamentos à avaliação das

imagens. Nossa proposta, como se poderá ver mais adiante, não é uma análise imagética minuciosa, mas, sim, comparativa e processual construída sobre as corporalidades na correlação com o aparato metalinguístico oferecido pela semiótica da cultura e por conceitos vindos dos estudos da comunicação pública.

Antes de avançar para as tratativas específicas da proposta do artigo, considera-se importante trazer alguns fatos representativos sobre Dilma Rousseff e como chegou a ser a primeira mulher presidente do Brasil - mesmo considerando que neste livro outros artigos tragam informações muito semelhantes e mais completas.

Em 2010, após dois mandatos sucessivos no cargo político mais importante da nação, e frente a impossibilidade constitucional de se reeleger, o ex-presidente Luiz Inácio Lula Da Silva (e o Partido dos Trabalhadores), indicou Rousseff para concorrer às próximas eleições pelo período de 2011-2014. No seu histórico, uma participação importante no governo de Lula como Ministra de Minas e Energias (2003-2005) e como Ministra-Chefe da Casa Civil (2005-2010). A campanha de Dilma para a presidência se caracterizou por contar com o apoio e o carisma de Lula que aparecia, muitas vezes, nos vídeos de divulgação. Também foram feitas referências diretas e indiretas a ele, inseridas no discurso de textos audiovisuais e gráficos, com frases como: “Para o Brasil seguir mudando” , “ele veio primeiro, ela veio depois” significando que, mesmo com uma nova candidata, as mudanças e orientações políticas seriam as mesmas ou muito similares. As eleições de 2010 tiveram Dilma como ganhadora, com 56,05% dos votos válidos frente a 43,95% do adversário, José Serra (PSDB)⁸⁷.

Novamente, nas eleições de 2014, Dilma Rousseff se candidatou para um segundo mandato e seu principal adversário foi Aécio Neves, do

87 Disponível em:

<<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html> >

PSDB. Durante a segunda campanha eleitoral, a presença de Lula não foi tão intensa, o foco enfatizou os programas do governo e a defesa aos ataques dos oponentes, também apareceu uma versão militante da candidata no período da ditadura militar. É claro que nos panfletos e cartazes estavam os símbolos do partido, a cor vermelha na vestimenta, a estrela do logotipo do PT, e eventualmente a imagem de Lula junto a Dilma. Após uma campanha difícil, Dilma consegue a vitória superando a Aécio Neves por três pontos percentuais⁸⁸. Contudo, depois de cerca de um ano e meio no poder e um país atravessado por crise econômica e política, ela sofreu o golpe do *impeachment*.

É importante observar um aspecto marcante no período da campanha política para a presidência e mesmo durante o governo Dilma: em nossa opinião, ela não mostrou de forma evidente a sua independência política de Lula. Ele, de certa forma, funcionou como o avalista do trabalho da candidata e da presidenta e, com isso, sua sombra e sua luz estavam sobre ela. Por outras palavras, a imagem de Dilma sempre esteve vinculada à de Lula, um trabalho que pode ser considerado coletivo, mas que mostra um corpo político atrelado a outro.

O recorte deste artigo, entretanto, recai sobre o corpo político produzido pelo golpe e construído sobre a imagem de uma mulher. Começamos a abordagem pela via da semiótica da cultura (SC), considerando principalmente a semiosfera política e os sistemas modelizantes na construção de semioses sobre os acontecimentos. Na segunda parte, trataremos da perspectiva das corporalidades na interrelação com questões de gênero, buscando tensionar limitações e exclusões da mulher na política. Em seguida, como modo de estabelecer um diálogo entre o *corpus* e os conceitos da comunicação política, discorreremos sobre imagem pública, carisma, fachada e visibilidade. Trazemos considerações sobre o objeto empírico ao longo do texto, mas

88 Disponível em:< <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/>>

na quarta parte nos detemos mais na análise desse corpo político feminino que quebra sentidos hegemônicos na semiosfera política durante o *impeachment*.

Configuração semiótica do *impeachment*

A Semiótica da cultura (SC) nos auxilia a entender “a comunicação como sistema semiótico e a cultura como um conjunto unificado de sistemas, ou melhor, como um grande texto” (MACHADO, 2003, p. 164-165) que opera como memória coletiva e como dispositivo pensante. É nessa perspectiva que consideramos a comunicação como um sistema semiótico complexo, operacionalizado por várias linguagens, diversidade de códigos, distintos processos de tradução, que vão produzir sentidos por meio da auto-organização dos sistemas modelizantes das culturas em que estão inseridos.

Os sistemas modelizantes⁸⁹ têm papel importante nas semioses e, portanto, na semiosfera, porque predispõem os processos de tradução e a determinação das significações. Eles operam sobre os códigos culturais e se constituem em sistemas de signos que possuem estruturalidades e funcionam com regularidades e modos de organização próprios que vão estar em diálogo com a maneira de funcionamento de outros sistemas de signos. Desta forma, eles se auto-organizam e sistematizam os modos de produção dos textos e de conformação das significações, definindo padrões, modos de ordenamento, permitindo um marco de interação sógnica que serve de meio para conservação e transmissão de certas normas e organização de coexistências. Além disso, permitem estabelecer processos de continuidades, regularidades e previsibilidades.

89 Para a Escola Tartu Moscou os sistemas modelizantes se dividem em primários, que se constituem sobre as línguas naturais, e os secundários, que se configuram sobre a cultura e são os que nos interessam nessa pesquisa.

Na perspectiva da SC, o nosso objeto empírico se configura a partir de textos midiáticos imagéticos que podem ser entendidos como unidades mínimas de análise e de sentidos, estão atravessados por sistemas modelizantes da mídia e da política. Machado (2003, p. 169) indica que o texto é “um gerador de sentidos em processos interativos”, ele se constitui na cultura e gera significados em articulação com as linguagens, mas, fazendo parte da dinamicidade da cultura, pode se modificar, produzir novos sentidos, reconfigurar-se. Nessa via, é importante lembrar que – assim como a cultura – a comunicação é atravessada por regularidades e irregularidades, previsibilidades e imprevisibilidades, continuidades e descontinuidades, todos esses elementos presentes nos sistemas semióticos e, mesmo sendo opostos, operam em reciprocidade, sucessão e simultaneidade. Os textos que compõem o nosso *corpus* são fotografias e audiovisuais midiáticos e, portanto, estão submetidos à linguagem imagética, foram veiculados em televisão e internet e serão analisados, sobretudo, em correlação com a linguagem corporal produzida na semiosfera política brasileira. Como tal, são geradores potenciais de sentidos, estão em processos interativos entre si.

É no âmbito da semiosfera que esses textos estão aptos a produzir semiose, tendo em vista que, conforme defende Lotman (1999), ela é o espaço de realização da semiótica e da comunicação, é um ambiente abstrato no qual se manifesta o que é próprio da significação. De acordo com Rosário (2014), a semiosfera constitui um espaço-tempo ‘que organiza a complexa articulação de textos, linguagens, códigos, mas é atravessada por tensionamentos constantes, podendo ser melhor denominada como uma dimensão na qual se manifestam os processos complexos de significação do âmbito da comunicação e onde eles devem ser estudados. Esse, portanto, é o espaço das semioses dos textos em análise nesse artigo.

Para Machado (2003, p.164), a definição de semiosfera indica que é um espaço que se delimita através da “simetria especular”, permite que o que está fora do espaço possa ser incorporado em favor das complementariedades, efetuando os processos comunicativos e a produção de novas informações. O conceito de semiosfera nos ajuda a entender o ambiente que compõe o objeto de estudo, sendo necessário considerar que ele está constituído no âmbito midiático e que sua circulação é vasta. Ao mesmo tempo, seus sentidos são produzidos a partir do sistema cultural da política. São várias linguagens em articulação e em tensionamento, por isso a entendemos como uma semiosfera política-midiática.

Lotman (1996) defende que a semiosfera funciona por processos dinâmicos e se compõe de um núcleo e de uma periferia como parte da sua organização interna. No centro se aglutinam as modelizações dominantes, os elementos hegemônicos e os códigos mais aceitos, sendo o núcleo o espaço em que se legitimam, portanto, determinados sentidos e usos dos textos. A periferia, por sua vez, é a região de maior atividade semiótica, tendo em vista que os sentidos não são unânimes, estão em disputas e em processo de criação, “formam-se genes que se transformam, mudam e atualizam a memória da cultura” (MACHADO, 2007, p. 35). A partir do centro é que desenvolvemos nossas traduções, partindo de textos que modelizam nosso entorno através de uma hegemonia.

Fazendo uma conexão com o objeto de investigação, devemos entender que os textos midiáticos, em sua grande maioria, são padronizados e seguem um modo de composição bastante rígido. Construídos sobre as continuidades e as regularidades do sistema, buscam situar-se no centro da semiosfera - entre outras coisas - para facilitar a semiose e a compreensão das mensagens, mas também para legitimar e ideologizar determinados sentidos. Os textos jornalísticos (de onde provém o *corpus*) nos parecem os que mais seguem as previsibilidades dos sistemas modelizantes das mídias, operam sobre uma continuidade

considerável e, sendo assim, são os que menos se movimentam na semiosfera, dificilmente se aventuram pela periferia, ainda que os textos fotojornalísticos mostrem-se mais abertos à criatividade e a construções metafóricas.

Nessa mesma via, se considerarmos a semiosfera política na inter-relação com as construções culturais de gênero, teremos um centro habitado e comandado pelo universo masculino patriarcal, que é excludente não apenas em relação às mulheres, mas também em relação aos LGBTQI. Claro que as exclusões não se restringem apenas às questões de gênero. Só alguns estão aptos à semiosfera política, é necessário cumprir determinadas regras e se manter assujeitado aos seus sistemas modelizantes. Como nosso objeto se compõe sobre a imagem de Dilma Rousseff, não podemos deixar de atentar para o fato de se tratar de uma mulher, a primeira mulher que assumiu a presidência do país e que, portanto, tensionou e abalou o centro da semiosfera política, provocando rupturas nas continuidades, acionando irregularidades e imprevisibilidades. Muitos tensionamentos de gênero estiveram em causa, mesmo que não fossem explicitados e publicizados⁹⁰. A periferia também foi acionada permitindo a incorporação de algumas complementariedades, a criação de novos textos e, sobretudo, pressionando fortemente o centro e os elementos hegemônicos dos sistemas modelizantes. Ao mesmo tempo, os processos de exclusão também funcionaram e nem tudo foi incorporado, diversas resistências de forças foram geradas e sentidos entraram em disputa. Muito mais pode ser ponderado sobre isso, mas não é nosso foco nesse artigo.

É importante lembrar que os sistemas semióticos têm uma tendência a operar sobre as regularidades nas composições dos textos, as quais, ao se repetirem (continuidade), vão sendo legitimadas, aceitas pela cultura e incorporadas aos sistemas modelizantes, gerando certa previsibilidade de

90 Toma-se aqui esse termo no sentido de tornar público.

constituição e funcionamento. Em reciprocidade e, ao mesmo tempo, em contraposição estão os momentos de imprevisibilidades, irregularidades e descontinuidades, quando se configuram textos que não se organizam de acordo com o esperado, tensionando os códigos e dificultando o processo de tradução. Para Lotman (1999), este é um momento explosivo, explicado na inter-relação com o gradual: os processos graduais assumem funções importantes em uma estrutura com funcionamento sincrônico assegurando a continuidade, enquanto os processos explosivos asseguram a criação de novos textos, a inovação, podem gerar momentos de intradutibilidade e estranhamento, têm potencial para alterar códigos e estruturas das linguagens.

Uma mulher na presidência, pela primeira vez, provocou uma explosão semiótica no sistema político brasileiro, desacomodou muito sentidos legitimados e muitos poderes fixados. Pelas oposições duais que se instalaram em boa parte da cultura ocidental (e que atualmente tendem a mudar de forma gradual), a binariedade homem - mulher é construída sobre a oposição, sendo o segundo polo percebido como negativo. Entendemos que não é necessário discorrer sobre como a cultura tem criado, diacronicamente, significados para a mulher numa sociedade heterocentrada e patriarcal, na qual ainda persiste significativamente a violência contra ela e a desqualificação de suas potencialidades no âmbito profissional. Um corpo feminino na presidência da república redimensionou o papel do homem na política, tensionou a ordem da binariedade de gênero, alterou regularidades nas hierarquias políticas, criou, portanto, explosão semiótica. Para Rosário (2014), desde a perspectiva das corporalidades, “aqueles corpos que, ao constroem uma cadeia de sentidos sobre si, provocam uma interrupção e rompimento nas semioses em vários níveis e sob diferentes ritmos e intensidades” são corpos que geram explosão semiótica, podendo alterar os códigos e reorganizar as linguagens já estabelecidas.

Para além das corporalidades de Dilma na semiosfera política e as construções de gênero, devemos considerar, também, outros aspectos que se evidenciaram naquela semiosfera política de 2016 no Brasil. De modo sucinto, em meio a uma crise política e econômica, o país apresentava um cenário de fortes manifestações sociais que se dividiam entre reivindicações de direita e de esquerda, inclusive com episódios de violência, mostrando amplo descontentamento em protestos de rua e nas redes sociais. Vários escândalos estavam acontecendo com a investigação de políticos de todos os escalões, além disso, mostrou-se instabilidade na equipe ministerial da presidência e o vice, Michel Temer, deixou de apoiar Dilma Rousseff. Vieram, então, as acusações de pedaladas fiscais e o *impeachment*.

Semiosfera políticas e o feminino

A dimensão das corporalidades permite a manifestação de textos de diversas ordens que são capazes de expressar não apenas os signos impressos no físico, mas uma complexa ordem de textos comunicacionais articulados sobre o âmbito bio-psico-social, constituindo inter-relações constantes de tensão e distensão. Assim, as virtualidades (BERGSON, 2006) do corpo permitem compreender as suas atualizações em diferentes textos e vice-versa. É justamente nas materialidades de textos fotográficos e audiovisuais que buscamos estudar as corporalidades construídas para Dilma Rousseff no período do *impeachment*-golpe e conceber esse corpo político.

A construção de sentidos sobre o corpo feminino parte de um contexto diacrônico de submissão da mulher no âmbito doméstico e a pouca participação na esfera pública, o que vemos refletido na política, mas também no mercado de trabalho em que as chefias e os cargos de liderança estão, em sua maioria, nas mãos de homens e são exclusivamente pensados para eles. Uma dominação masculina

(BOURDIEU, 2002) em que o absolutismo é característica principal, em que a liberdade e participação resiste a incluir as mulheres, sendo uma grande desvantagem nas disputas de sentido e de poder.

O autor nos ajuda a entender como esses sentidos são construídos na sociedade patriarcal em que vivemos, já que ela estabelece o corpo como uma realidade sexuada e com princípios de divisão entre masculino e feminino que afetam diversas instâncias de produção de sentidos, como as relações familiares, a distribuição de trabalho, o comportamento social, entre outros.

O autor propõe que:

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2002, p. 17)

Entendemos que esse programa, que se incorpora aos sistemas modelizantes, é aplicado aos diferentes espaços culturais e se impõe sobre o corpo biológico, psicológico e social, configurando códigos, por vezes rígidos, para definir homens, mulheres, LGBTQIs, buscando continuidade e repetição nas relações de dominação dos homens sobre os demais. Ainda que tais códigos estejam sendo bastante tensionados, tentam persistir por meio de repetidos textos de controle e, o que é pior, de violência contra as mulheres e LGBTQIs. Assim, a visão androcêntrica, tratada por Bourdieu, continua regendo a sociedade pelas próprias práticas, que resistem à aceitação da mulher em atividades predominantemente masculinas, com o reconhecido e antigo preconceito de que “isso não é para mulher”. Esse programa semiótico limita a

atuação delas em diversos âmbitos, já que a ordem patriarcal de dominação masculina atravessa a vida privada, social e política.

A própria Dilma Rousseff em artigo para a Carta Capital⁹¹ afirma:

Em minha trajetória política, que me levou a dois mandatos na Presidência da República, cargo do qual fui afastada por um golpe parlamentar, sem crime de responsabilidade, sempre acreditei que as mulheres são fortes. O que tenta impedir a expressão de sua fortaleza são sistemas de poder de raízes patriarcais, racistas e elitistas de nossa história que se revelam, concretamente, na vida social.[...]

Minha eleição, assim como aquelas de Michelle Bachelet e Cristina Kirchner, em países vizinhos, passaram uma nova mensagem: a de que as mulheres podem chegar à condução dos destinos dos países, embora nossos desempenhos sejam avaliados tendo por base preconceitos, discriminações, misoginia.

Escutamos, por outro lado, a mensagem das mulheres, em nosso apoio, e o alerta de que “o ataque pessoal é um ataque político”. Há um campo simbólico minado pelas concepções machistas e o Estado é permeado por elas.

Em consonância, Flávia Biroli (2010) discorre sobre o nexos do corpo estereotipado feminino que é imposto pelos grupos dominantes. Indica que, como estereotipo, poderia pensar-se no desinteresse da mulher pela política, a falta de habilidade para o desenvolvimento do cargo público, e, enfim, o não pertencimento à esfera política. Além disso, por outro lado, os textos culturais as colocam no centro da esfera privada, da vida doméstica, da maternidade.

91 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-rousseff-a-lutas-das-mulheres/>>

De modo geral, pode-se dizer que o processo de *impeachment*-golpe se deve menos às pedaladas fiscais e muito mais a acordos e desacordos entre congressistas e partidos, tudo isso atravessado por conchavos políticos e pelo fato de Dilma ser uma mulher – o que, é claro, nunca se ousou debater midiaticamente. Assim como outras presidentas da América Latina sofreram pressão por ser mulher, com Rousseff não foi diferente. Pesquisa de Stocker e Dalmaso (2016), por exemplo, estuda os comentários ofensivos de leitores direcionados à presidenta e analisa os sentidos relacionados ao preconceito de gênero levantando: ódio e misoginia, machismo e sexismo, violência emocional por meio de manipulação psicológica, entre outras.

Na época do *impeachment*-golpe as posições de juristas e do público se dividiram. Por um lado, a acusação de desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa, bem como a falta de punição às irregularidades na Petrobrás; por outro lado, a contestação das denúncias defendendo que as pedaladas fiscais não podiam ser caracterizadas como improbidade administrativa, sem provas de crime doloso da presidenta. Quanto a isso, é importante observar que os decretos de créditos suplementares, entendidos como pedaladas fiscais, foram assinados também pelos antecessores da presidenta, Luiz Inácio da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Além disso, dois dias após o *impeachment*-golpe, Michel Temer, então presidente da república, assinou a lei que flexibiliza o remanejamento do orçamento, a principal justificativa para o afastamento de Dilma.

Nesse contexto que incitou o golpe, é preciso levar em conta, também, o descontentamento da direita por tantos anos de governo petista e sua impossibilidade de estar no poder. Em acréscimo, uma mulher que se negou a fazer ‘acertos’ com os homens do poder, como por exemplo apoiar Eduardo Cunha, então presidente da Câmara, que era investigado pela Operação Lava Jato. Como revanche, Cunha aceitou o

pedido de *impeachment*. Assim instaurou-se o golpe, pelas semioses abertas e subjetivas do campo do direito e da semiosfera política.

A eleição de Dilma foi, sem dúvida, um avanço para a participação da mulher em atividades políticas. Junto com a adoção de cotas de um mínimo de 30 % e o máximo de 70 % para candidatura de cada sexo por partido político⁹², fortalecendo o voto feminino através de suas representantes na política. É bom lembrar também que, a partir final do século XX, a participação das mulheres em cargos políticos foi parte da agenda feminista (MIGUEL, 2014) e ainda é. No Brasil foram criados os conselhos do estado dos direitos das mulheres, para depois passar para entidades maiores como a Secretaria de Políticas para as Mulheres instituída no ano de 2003.

Miguel (2014) indica que a proporção de mulheres participando na esfera política é baixa. Segundo ele, o Brasil contava com menos de 9 % de mulheres na Câmara de Deputados em 2014. Segundo o site G1, no processo eleitoral de 2018, o percentual da bancada feminina na Câmara dos Deputados correspondeu a 15%, tendo um incremento em relação às eleições anteriores (passando de 51 para 77 deputadas), mas ainda assim o número é inferior ao estipulado pela lei. Além disso, desde o 1998 o número de mulheres que se candidataram ao cargo de presidente da república é limitando, elas são entre uma e no máximo três candidatas (em 2014), enquanto o gênero masculino participa com mais de cinco candidatos em cada processo eleitoral.

O corpo político e a imagem pública

Para Weber (2009, p. 16), a imagem pública é vista como o “somatório de exercícios de aparência, representações, fé e um carisma mediatizado a partir de jogos de poder entre visibilidade e credibilidade”. Nessa perspectiva, Gomes (2004) entende que a imagem pública é mais

92 Lei nº 9.504/1997

do que a visão de uma quantidade numérica, para sua construção existe uma combinação de elementos. A imagem, com um sentido visual, corresponde a um dos componentes, mas não é o único, já que, para a existência dela, precisa-se contar com ações e discursos. Cabe ressaltar, também, que as manifestações exibidas pelo ator-político precisam ser reafirmadas por agentes intermediários. Em outras palavras, a imagem pública vai se formar e produzir sentidos de acordo com os códigos culturais circulantes. Uma semiose que nem sempre coincide com a mensagem pretendida pelo emissor.

Nessa via, é relevante trazer a noção de fachada, em que Goffman (1985) explica as relações interpessoais construídas de modo consciente ou inconsciente. Ao produzir sua fachada, o sujeito apresenta uma impressão sobre si próprio com vistas a alcançar objetivos formulados com antecedência, dependendo do lugar e do palco em que se encontra o sujeito. Tendo em vista o funcionamento da semiosfera política, é comum que os seus atores busquem produzir textos que atendam à construção de uma boa fachada, desenvolvendo uma série de estratégias para ter a imagem pública adequada e ideal. Nesse processo, reproduzem, legitimam, desconstruem ou modificam textos semióticos de fachada em consonância com o lugar onde se encontram e, também, dependendo de com quem estão se comunicando.

Goffman indica que durante o período em que o indivíduo se encontra numa interação social ele procurará obter informações sobre o(s) outro(s) com a finalidade de anteceder às expectativas do seu comportamento e, dessa maneira, definir qual é o melhor personagem que irá utilizar ao longo do intercâmbio. Entre a compreensão de qual será o melhor personagem a ser utilizado e a sua criação é que aparece a definição de fachada. O autor a considera como: “a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa, com o fim de definir a situação para os que observam a representação” (GOFFMAN, 1985, p. 29).

Ainda que a fachada seja muito bem planejada, é possível que falte habilidade ao político para interpretá-la como deveria, é preciso considerar também que, em algum momento, pode haver um desvio do roteiro causando irregularidades e obrigando o ator a atuar sobre a imprevisibilidade. Assim, no que diz respeito a um processo de *impeachment*, fica a incógnita de qual a fachada ideal. De certa forma, essa postura recai sobre a imprevisibilidade. No que se refere a comunicação corporal, não há muitas possibilidades de nuances na construção da fachada para um *impeachment*-golpe, tendo em vista que as traduções estão, de algum modo, condicionadas a buscar principalmente evidências de rancor, culpa e tristeza. Em se tratando de uma mulher, a fragilidade vai ser um traço bastante procurado.

No dia 12 de maio de 2016, após o Senado aprovar o seu afastamento por 180 dias, a presidenta fez uma manifestação no Palácio do Planalto e, posteriormente, foi ao encontro de apoiadores que a aguardavam na rua, cerca de 3 mil pessoas, de acordo com a polícia militar. Uma previsibilidade possivelmente esperada no texto corporal de Dilma seria a expressão de tristeza e/ou decepção pelo afastamento do cargo, mas é aí que surge uma irregularidade: ao ser retratada pela mídia, ela mostra uma expressão facial sem perturbação aparente. Durante o seu discurso esteve descontraindo e segura, talvez por estar ainda dentro de sua zona de conforto, ao lado de seus apoiadores políticos e sem abrir espaço para perguntas da imprensa. Entre palmas e frases de apoio convoca uma luta pela democracia.

Quando deixa o Palácio e vai ao encontro dos manifestantes⁹³, tem uma expressão confiante, caminha sem rigidez, mostrando descontração da musculatura corporal e em meio a muitos homens (apoiadores políticos, ministros e seguranças). As expressões daquele corpo não refletem sentimento de tristeza, rancor ou fragilidade. Na aproximação

93 Disponível em <<https://www.reuters.com/news/picture/dilma-rousseff-impeached-idUSRTX2DZPO>>

do público, vestida de branco e preto, com predominância do primeiro, ela distribui sorrisos, abana para as pessoas, as cumprimenta e recebe abraços e beijos, permitindo que o seu espaço pessoal seja invadido, ainda que uma grade a separe do público. Em imagens retiradas do site G1⁹⁴ podemos ver a caminhada até o público e o próprio repórter, ao narrar a cena, traduz as corporalidades da Dilma como: “ela bastante tranquila ali, abanando para as pessoas. Um momento bastante difícil, mas ela parece bastante serena”.

Quando se fala em imagem pública, construída nas ações cotidianas, nem sempre é possível contar com edição, ou fazer a cena novamente, como ocorreu na cena descrita anteriormente que era uma transmissão ao vivo. Entretanto, o ângulo da câmera, o foco, o enquadramento, a qualidade imagética e a narrativa do repórter ainda podem ser controlados. Nessa perspectiva, a visibilidade midiática se torna uma noção relevante no estudo da imagem pública porque, ao mesmo tempo que nela se constroem semioses fundamentais, é também por meio dela que se pode ocultar, apagar ou evidenciar certos detalhes ou características que não estão aptas para serem dirigidas ao público.

Para Landowski (1992), a visibilidade poderia ser vista como um discurso de sedução, em que os objetos empíricos apresentam ou expõem em praça pública verdadeiras “cenas da vida privada”. Os regimes de visibilidade vinculam-se à relação entre o privado e o público, condicionando a sintaxe do ver à conexão entre “um que vê” e “outro que é visto”. O autor indica que essa estrutura de comunicação implica a presença de dois ou mais atores que trabalham em conjunto e que vão conformar a visibilidade, considerando o espaço e o tempo, como também o ambiente e a situação do observador.

94 Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/dilma-vai-ao-encontro-de-manifestantes-na-frente-do-planalto.html>>

Ao tratar do poder político, Max Weber (1999) aponta três tipos de dominação: patriarcal, burocrática e carismática. Esta última é um componente importante para a construção da imagem pública, sendo atribuída ao líder pelos seguidores e funcionando como um dom (não acessível a todo mundo). Esse dom tem um caráter sagrado de salvar o mundo, melhorar a condição de vida de um determinado grupo de pessoas, pois é justamente por meio dos pesares desse povo que o líder carismático consegue conectar-se e identificar-se com ele, oferecendo uma esperança, uma solução, gerando confiança em um determinado tempo. Personagens carismáticos têm a envergadura de impor poder por meio de afetos e sensibilidade.

Esse dom, contudo, pareceu faltar a Dilma Rousseff na maior parte do seu governo, ainda que estivesse comprometida com determinados pesares do povo. Ofuscada pelo grande carisma de Lula, ficou aquém das expectativas. Faltou a ela o ‘propósito maior’ do carismático – impor o poder por meio de afetos –, bem como o reconhecimento e a legitimação do seu dom de salvadora pelos seus seguidores. É importante lembrar que, segundo Max Weber, diferentemente das outras dominações, o carisma não tem regras, estando sob a guarida de costumes tradicionais, baseados na cultura. A tarefa do carismático é provar sua missão nesse mundo, principalmente para seus seguidores ou devotos.

Ambos os políticos (Dilma e Lula) eram do mesmo partido, compartilhavam um pensamento político muito próximo, tinham ideologias similares e até representavam a um mesmo grupo de cidadãos, mas a diferença entre eles estava no que conseguiam despertar no público, na conexão que conseguiam estabelecer e na interação subjetiva que conseguiam construir.

Cassação ou caçada?

Da mesma maneira que uma mulher na presidência da república causa irregularidades na semiosfera política, o ato de *impeachment* também altera as continuidades dos sistemas significantes. Pela perspectiva lotmaniana, o *impeachment* pode ser considerado uma explosão semiótica, ou seja, uma inovação no processo gradual dos sistemas de significação, provocando tensionamentos dentro da semiosfera e necessidade de novas tradutibilidades. O termo *impeachment* está correlacionado a sentidos de destituição, exclusão, cassação, deposição, culpabilidade, entre outros e nos leva à diacronia da política brasileira. Em 1992 a palavra se tornou midiática pela primeira vez, quando o ex-presidente Fernando Collor, denunciado por corrupção, apresentou carta de renúncia pouco antes de ser destituído pelo Congresso⁹⁵. A semiose construída sobre esse fato, não foi de renúncia, mas de *impeachment*. Após 24 anos o fato se repete, em outro contexto e por motivos diferentes (já abordados nesse texto). As rupturas de sentido, no entanto, acontecem igualmente, causando uma série de tensionamentos na produção de semioses, com resistências de forças, desacomodação política, disputas de sentido e, conseqüentemente, divisão social, desajustes políticos, inconformidade entre outros.

É importante lembrar que a construção do *impeachment*-golpe se constitui ao longo de quase um ano, mas nos concentramos em três momentos principais já citados no início do artigo. Nos interessa o corpo político configurado por Dilma nesse processo e as capturas midiáticas

95 Villa (2016) relembra que, no dia da votação do *impeachment*, antes que a sessão começasse, o então presidente Collor enviou uma carta de renúncia ao Congresso e, desta maneira, não haveria motivo para dar seguimento a votação. O objetivo de Collor era não ter seus direitos políticos cassados, mas os senadores decidiram prosseguir com a votação e ele sofreu a cassação.

dessas corporalidades. Em alguma medida, já trouxemos indícios desse corpo ao longo do artigo, mas aqui nos deteremos um pouco mais⁹⁶.

No discurso no Palácio da Alvorada, em 31 de agosto, após a votação do *impeachment*, Dilma mostra uma expressão facial séria na maior parte do tempo, com o queixo erguido e as costas eretas, seus braços se apoiam no púlpito sem se movimentar trazendo sentidos de segurança e estabilidade. Seu tom de voz é forte, mas estável, sem alterações para graves e agudos ou intensidade de volume (esses dois últimos poderiam demonstrar instabilidade de ânimo, nervosismo), mas em alguns momentos teve que repetir palavras que foram mal pronunciadas, deixando escapar, algum nervosismo. Ela critica a ação política e os descaminhos para a tomada de poder, bem como denuncia o golpe de estado sofrido. Sua aparência física descarta o abalo emocional, no rosto não há aparência de cansaço ou comoção – o que pode estar reduzido pela maquiagem. O *blazer* vermelho usado a destacou dos demais atores presentes, dando-lhe visibilidade ao posicionar-se centralmente, cercada por um grupo considerável de políticos(as) e dominando o cenário. De forma geral, o sentido preponderante construído nas imagens audiovisuais pode ser denominado como: equilíbrio. O jornal ZH⁹⁷, por exemplo, define em palavras o comportamento corporal da ex-presidente: “A mineira parecia tranquila. Não derramou lágrima, nem mesmo praguejou contra seus detratores”.

Em termos corporais, o discurso em que Dilma se despede da presidência (31/08) não se mostra tão diferente do discurso de afastamento do cargo (12/05)⁹⁸. No primeiro, proferido em maio, percebe-se que a comunicação verbal é firme, enérgica e ativa; esses sentidos estão presentes não só no discurso verbal, mas também no tom

96 Infelizmente as imagens não podem ser reproduzidas por motivo de direito autoral.

97 Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/08/relembre-como-foi-a-o-discurso-de-dilma-apos-a-aprovacao-do-impeachment-9884775.html>>

98 Acessível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=616ZfvfxiUU>>

de voz. Usa palavras e frases simples, conta detalhes da sua biografia política, nomeia obras feitas durante seu governo e, em alguns momentos, é enfática, principalmente quando se refere àqueles que a afastaram do cargo. Seus movimentos de cabeça e de corpo são calmos, seu olhar se dirige a todos os presentes, e sua expressão facial é séria sem ser contraída. Nesse episódio está cercada por políticos e políticas cuja cor da vestimenta predominante é o preto, ela se destaca ao usar branco, bem como sua mãe, que está ao seu lado.

Um momento marcante desse processo, que diverge dos demais trazidos ao artigo, é a visita de Rousseff ao Senado para apresentar sua defesa, após 107 dias de suspensão do exercício do seu mandato. Esse evento constrói sentidos de irregularidade ao colocar a chefe do executivo federal sob o julgamento do legislativo e do judiciário numa condição de suspeita. Um ambiente predominantemente masculino, que se configurou como um interrogatório que teve a duração de quase 13 horas, sendo 46 minutos utilizados para o pronunciamento da presidenta e o restante do tempo para o depoimento e as perguntas dos/as senadores/as. Diante desse cenário, seria esperado um quadro de fragilidade por parte de Dilma, sendo ela uma mulher e estando sob investigação, no entanto se mostra desafiadora ao mesmo tempo em que é desafiada em embates verbais.

Em seu discurso, em pé, atrás de um púlpito, ela enfatiza algumas palavras e as reforça olhando para a plateia, utilizando uma linguagem verbal complexa e protocolar - considerando as autoridades que conformam a sala. O tom e voz, a expressão facial e a postura trazem sentidos de segurança. Em sua expressão facial se destaca o movimento de sobancelhas, bem como os gestos de levar a mão ao rosto e movimentos de mãos e braços para enfatizar determinados trechos de sua fala. Diferentemente dos dois discursos anteriores, a cor de sua vestimenta não se destaca da das demais autoridades, mas usa o mesmo estilo de *blazer* em todas as ocasiões.

Durante o depoimento, sentada na ponta da mesa diretora, suas corporalidades vão mudando a medida em que o tempo passa. Em determinados momentos se mostra bem enérgica, com as costas eretas, o queixo erguido, olhos bem abertos, sobranceiras levantadas, gestos enfáticos - como as duas mãos abertas com as palmas viradas para frente, ou o dedo indicador em riste, ou os punhos fechados. Na combinação desses traços foram se compondo expressões que indicavam segurança, firmeza, determinação, insubmissão. Em meio a pronunciamentos de políticos(as) que a acusam e de outros que a defendem, aparecem algumas expressões que mostram cansaço, sensação de incomodo e aborrecimento, como por exemplo: as costas apoiadas na poltrona, a cabeça inclinada e sustentada pela mão direita; os olhos semicerrados e a boca sem expressão; os cotovelos apoiados na mesa e as mãos segurando o rosto. Em todas as imagens coletadas desse evento, em apenas um momento Dilma expressou um leve sorriso ao cumprimentar alguém que estava fora de quadro, no restante do tempo, esteve séria.

É claro que, tendo em vista a experiência de Dilma como política e o apoio de sua assessoria, é de se esperar que ela tenha planejado a construção de sua fachada também para esse processo de *impeachment*-golpe. As imagens nos mostram que optou por não exibir sentimentos de raiva e hostilidade ou, por outro lado, de fragilidade e vulnerabilidade. Buscou produzir textos de si que alimentaram seus sentidos positivos e reforçaram sua isenção. Manteve, assim, a imagem de mulher forte e confiante - qualidades de uma líder. Considerando o nosso *corpus*, não foi possível capturá-la como uma mulher frágil, entristecida ou vencida; em poucos instantes foi possível perceber o cansaço e o abatimento.

O corpo político de Dilma apresentado no processo do golpe e capturado pela mídia é de uma política impassível frente aos acontecimentos, no sentido de não se deixar abater, conseguindo manter a serenidade frente aos fatos e mostrando determinação e moderação, ainda que tenha lhe sido imposto o papel de suspeita, de ré e, no âmbito

geral, de bode expiatório⁹⁹ - no sentido bíblico mesmo de, ritualisticamente, receber a culpa de todos os pecados da comunidade. Considerando o cenário político e econômico de 2016, no contexto macro, esse processo repercute a criação de um fato para acalmar os ânimos, era necessário um evento político-midiático que concentrasse a atenção de todos, desviando o olhar dos demais acontecimentos e que, em complemento, construísse um palco de punição. Esse texto cultural, com detalhes diferentes, se repete na história da humanidade. No entanto, Dilma Rousseff expressou dignidade frente ao golpe que buscou sua exclusão.

O testemunho no Senado por 13 horas, mantendo a formalidade da instituição legislativa, lembrou aspectos de depoimentos policiais que se prolongam por horas para cansar o depoente e fazê-lo confessar o crime, não importando se o cometeu ou não. Em se tratando de uma mulher e do modo como foram construídas determinadas perguntas, seria possível pensar em uma versão moderna do ritual de inquisição. Ao mesmo tempo, as corporalidades de Dilma não apontaram uma entrega de si a esse ritual, ela se defendeu, mostrou dados, argumentou determinadamente.

Enfim, o nexos entre nosso *corpus* e o diagrama do Landowski (1992) nos leva a pensar em como Dilma Rousseff dominou a visibilidade midiática nos três episódios marcantes do golpe. Primeiramente, no dia em que teve que aceitar a decisão de se afastar do cargo, dando a ver tranquilidade e serenidade, sem deixar escapar o desconforto com a situação e a iniquidade da circunstância. Buscou ser vista como uma

99 O livro Levíticos da Bíblia fala do dia da expiação, em que os hebreus praticavam rituais para purificação da nação. Um desses rituais era de usar um bode para a expiação de todos os pecados da comunidade e, então, ele era abandonado no deserto. “Ao longo da história percebemos que várias minorias ou grupos marginalizados foram utilizados como “bode expiatório” de algum infortúnio ou fracasso”. Disponível em:<<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/bode-expiatorio.htm>>.

mulher desafiadora, capaz de vencer a batalha. No dia do depoimento no Senado, Dilma operou sobre uma fachada de determinação, buscando manter a postura íntegra durante o longo tempo em que foi inquirida. Por meio das imagens desse acontecimento, as expressões de Rousseff nos contam sobre a construção desse corpo político: frases marcantes, decisivas, falas que defendem sua gestão e sua história, postura ereta, olhar firme, intensidade no tom de voz para a defesa de seus argumentos; mas também momentos de aborrecimento frente a tantos embates e discursos políticos. No discurso no Palácio da Alvorada, continuou firme e, mesmo sob a pressão do evento que a retirou da presidência da república, manteve o controle e o equilíbrio, afastando todos os sentidos culturais de debilidade, fragilidade e subordinação que rondam o mundo feminino. A fachada construída por ela manteve sua integridade.

Referências

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, n.34, p.273, 2010.

_____. **Teorias feministas da política, empiria e normatividade**. Lua, Nova, São Paulo, 102: 173-210, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na área da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: Pontes/Educ SP, 1992.

LOTMAN, Y. **Semiosfera I** – semiótica de la cultura e del texto. Madrid: Cátedra, 1996.

LOTMAN, Y. **Cultura y explosión**. Barcelona: Gedisa, 1999.

MACHADO, I. **Escola de semiótica**: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura. São Paulo: Ateliê Editorial/ FAPESP, 2003.

MACHADO, I. (Org.) **Semiótica da Cultura e Semiosfera**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSÁRIO, Nísia. **Espetáculo, política e corporalidades: ressignificação de sentidos em sujeitos midiaticizados**. São Paulo: Extraprensa, dez. 2014. Semestral. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/epx15-a2>. Acesso em: 15 out. 2020.

ROUSSEFF, Dilma. **Dilma Rousseff: A luta das mulheres**. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-rousseff-a-luta-das-mulheres/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

STOCKER, Pâmela; DALMASO, Silvana. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Revista Estudos Feministas**. V.24, n.3, 2016.

WEBER, Maria Helena. O estatuto da imagem pública na disputa política. **Eco (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 11-26. 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

VILLA, Marco Antônio. **Collor presidente: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

**NEM QUEM GANHAR, NEM PERDER, VAI GANHAR OU
PERDER. VAI TODO MUNDO PERDER:**
Os memes de Dilma Rousseff durante e após o *impeachment*

Viktor Chagas
Dandara Magalhães
Letícia Sabbatini
Guilherme Popolin

Introdução

Em setembro de 2010, em meio à corrida eleitoral para o que viria a ser o seu primeiro mandato presidencial, Dilma Rousseff reuniu-se com lideranças religiosas e foi indagada a respeito de sua posição sobre um eventual plebiscito para a descriminalização do aborto. Na ocasião, a então candidata saiu-se com um comentário que repercutiu anos mais tarde, durante o período em que enfrentou um processo de *impeachment*. Ela disse ser contra o plebiscito porque sua realização dividiria o país e, independentemente do resultado, não haveria vencedor¹⁰⁰. A frase foi imediatamente descontextualizada e tornou-se piada entre seus detratores. "Nem quem ganhar, nem perder, vai ganhar ou perder. Vai todo mundo perder" passou a ser recorrentemente empregada para caracterizar um discurso *nonsense*, atribuído a uma dificuldade retórica da ex-presidente. A título de gracejo, outros atores políticos de relevância no cenário nacional, como o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Fernando Collor, também este afastado do poder, já repetiram a frase¹⁰¹.

100 Dilma diz que, se eleita, não vai propor flexibilização na legislação sobre aborto. Disponível em: <<http://memoria.abc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-09-29/dilma-diz-que-se-eleita-nao-vai-propor-flexibilizacao-na-legislacao-sobre-aborto>>. Acesso em: 07 ago. de 2020.

101 Disponíveis em: <<https://twitter.com/collor/status/1259301501022896128>> e <<https://veja.abril.com.br/politica/em-live-bolsonaro-ironiza-fala-de-dilma-sobre->

O bordão transformou-se em meme e ainda hoje é evocado, na tentativa de desqualificar Rousseff.

A ex-presidente, sabe-se, foi alvo de uma das maiores campanhas de desconstrução de imagem pública na história do país, com ataques misóginos e orientados a gerar medo e repulsa na população em geral. Nas mídias sociais, Dilma Rousseff foi retratada como terrorista, como defensora do aborto, como raivosa e destemperada, ou simplesmente como estúpida. Mas a imagem atribuída à presidente pode gradativamente ter sofrido uma reorientação, a depender dos contextos, e, claro, dos objetivos dos ataques. Em outras palavras, os ataques sofridos por Dilma por meio de memes de internet, no auge do processo de *impeachment*, encontram algum paralelo com os ataques sofridos pela ex-presidente ainda hoje quando representada em memes? Ou ainda, seguem os memes sobre Dilma, de 2016, ainda atuais? A tese lançada por este capítulo é de que esses memes envelheceram mal, e, hoje, por um conjunto de circunstâncias que tentaremos abordar, Dilma tornou-se menos uma opositora contra a qual os ataques mais grosseiros e incivis eram admitidos e mais um personagem negativamente arquetípico. Ou seja, a ex-presidente continua sendo alvo de uma campanha negativa impiedosa, mas as ofensas ganharam um ar de campanha permanente, o que evidentemente sugere uma certa normalização dessa retórica (CHAGAS, 2020; RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017).

Memes de internet têm cumprido um papel relevante na constituição da imagem pública de atores da política nacional (CHAGAS; MAGALHÃES, 2020). Sabe-se que esta imagem é produto de dois fatores: a credibilidade e a visibilidade de um agente público (WEBER, 2006). Durante o processo de *impeachment* movido contra a ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, um conjunto extenso de memes, muitas vezes patrocinados por grupos de interesses conservadores,

[ganhar-e-perder/](#)>. Acesso em: 07 ago. 2020.

procurou minar sua credibilidade nas mídias sociais, fomentando sátiras misóginas e agressivas que ajudaram a pavimentar o terreno para o imaginário antipetista (CARNIEL *et al.*, 2018; FERNANDES *et al.*, 2016, ALVES, 2019; GAMBARATO; KOMESU, 2018).

Anos depois de afastada da presidência, Dilma tampouco detém a mesma visibilidade midiática de outrora. Diante deste cenário de reconfigurações drásticas, o presente capítulo se propõe a investigar (a) se a ex-presidente continua sendo alvo de ataques proferidos por grupos de caráter conservador por meio de memes de internet, da mesma forma como quando ocupava o cargo mais alto do Executivo, e (b) se é possível identificar consonâncias e dissonâncias entre os memes que circularam por ocasião do *impeachment*, em 2016, e aqueles que hoje ainda circulam, já durante o Governo Bolsonaro, com ataques a Dilma Rousseff.

A fim de elucidar tais questões, este capítulo divide-se em três momentos, a contar a partir desta breve introdução. No primeiro desses momentos, procura-se recuperar um pouco dos antecedentes do processo de *impeachment* e relacioná-lo com o modo como os memes de internet procuravam representar a ex-presidente. Em seguida, apresenta-se a metodologia para composição dos *corpora* a serem analisados, que incluem memes circulados em 2016 e em 2020, representando ora Dilma Rousseff, ora o também ex-presidente Lula, para fins de comparação. Finalmente, são discutidos os resultados da análise empírica, realizada a partir de um *corpus* integral composto por 758 memes imagéticos que representam satiricamente Dilma e/ou Lula, coletados a partir de páginas de direita no Facebook (N=549) e de grupos bolsonaristas no WhatsApp (N=209), entre dezembro de 2015 e agosto de 2016 e entre setembro de 2019 e junho de 2020, respectivamente. Os resultados sugerem que, embora a incidência de memes com ataques a Dilma indique uma relativa perda de relevância para o cenário político atual, as imagens seguem enquadramentos próximos daqueles que eram associados à figura da ex-presidente no final de seu mandato, em dados momentos,

incorporando representações arquetípicas de Dilma como má governante, com o objetivo de manter vivo o imaginário do *impeachment*.

Da infâmia ao estigma: memes sobre Dilma, gênero e política

Ao observar os efeitos dos sucessivos escândalos decorrentes da crise econômica e da visibilidade alcançada pela Operação Lava Jato durante o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, Veiga, Dutt-Ross e Martins (2019) evocam a noção de "escudo popular", de Perez-Liñan (2007), para discutir como a imagem pública de um governante, e consequentemente sua popularidade, são fruto de um conjunto importante de variáveis, que inclui, por exemplo, a percepção da corrupção e a avaliação da economia em um determinado contexto. No entanto, Soares (2015) chama a atenção para o fato de que esta perda de popularidade reflete uma mudança no enquadramento noticioso sobre as chamadas novas classes médias, que passa a enfatizar, cada vez mais, uma cobertura negativa da economia. Assim, com o respaldo da mídia tradicional como um de seus componentes fundamentais (cf. p.ex. MIGUEL, 2019), o clima de opinião desfavorável a Dilma repercutiu no ambiente das mídias sociais a partir de memes ofensivos, vídeos no YouTube e toda sorte de chacota.

É bom lembrar que a ex-presidente Rousseff, nos anos anteriores, foi grandemente beneficiada pelo contraponto que os memes puderam lhe oferecer a uma eventual cobertura negativa de seu primeiro mandato no Executivo Federal. Costa, Santos e Oliveira (2017), por exemplo, avaliam que a personagem ficcional Dilma Bolada, criação do publicitário Jeferson Monteiro, serviu muitas vezes como um espelho a uma imagem simultaneamente plana - isto é, mais próxima da construção pública da presidente - e convexa - ou seja, "com afirmações exageradas, em um tom totalmente coloquial e distante das [...] que seriam proferidas pela ex-mandatária do país" (Id., p. 115). Uma interpretação semelhante é dada

por Gambarato e Komesu (2018), para quem a equipe de marketing de Dilma Rousseff chegou mesmo, em um determinado momento, a tentar abraçar as referências a memes como estratégia eleitoral, durante a realização da Copa de 2014, na expectativa de colar sua imagem à do atleta Neymar. Para os autores, essa forma de circulação da imagem do político nas mídias sociais pode favorecer uma aproximação entre ocupantes de cargos públicos e a sociedade em geral. Nesse sentido, os memes cumprem um papel semelhante ao da conversação civil na esfera pública, funcionando para "preparar o caminho" não apenas para as decisões coletivas, mas também e sobretudo para a constituição da imagem pública daqueles que atuam no campo formal da política. Na contramão desse movimento de aproximação, contudo, desdobramentos das manifestações de Junho de 2013 e os escândalos de corrupção trazidos pela Operação Lava Jato atuaram no sentido de gerar um clima de insatisfação com o governo e fomentar a atuação de grupos que se posicionavam no limiar entre o populismo e o conservadorismo, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e seus congêneres.

O MBL se notabilizou, sobretudo no intervalo compreendido entre 2014 e 2018, pelo investimento acentuado em uma estratégia de comunicação a partir de memes de internet. Os memes do MBL se caracterizaram por uma retórica fortemente marcada por enquadramentos pessoais de ação a partir de narrativas que enfatizavam a vida privada e personalizavam a ação política e, ao mesmo tempo, por uma agenda liberal/libertária que destacava a autodeterminação dos sujeitos políticos (SANTOS; CHAGAS, 2018). Desse modo, muitos dos memes produzidos pelo grupo tinham como personagens centrais atores políticos que ocupavam, naquele momento, o centro do noticiário, sempre com tom fortemente ideológico e provocativo. Personagens como Sergio Moro, o próprio Kim Kataguiri, e o jurista Ives Gandra, por exemplo, eram de modo recorrente retratados às gargalhadas ou com um óculos escuros (um conhecido elemento intertextual que se tornou meme

por si só¹⁰²), denotando superioridade moral. Já Dilma Rousseff e Lula eram normalmente associados a situações abjetas, retratados como prisioneiros, ou tornados alvos de zombaria a partir do que os integrantes do movimento compreendiam como falhas de caráter e vícios pessoais. Esse tratamento certamente contribuiu para abrir caminho para comentários mais agressivos, e, sobretudo no caso de Dilma, misóginos e sexistas (SANTOS, 2018), com imagens que sexualizavam a ex-presidente e elevavam o tom dos ataques a um nível de degradação raramente visto no cenário político nacional.

Para Fernandes *et al.* (2016), a forma como o processo de *impeachment* foi amplamente mediatizado pode ser lida como um dos propulsores para um leque tão farto de produções humorísticas a favor e contra Dilma. Isso porque os espetáculos midiáticos contribuem sobremaneira para a constituição da imagem pública dos atores envolvidos. No caso de Dilma Rousseff, os autores avaliam que os memes seguiram, em grande medida, uma retórica de embate radicalizada e agressiva.

Carniel, Ruggi e Ruggi (2018) concentram sua investigação nos memes contrários a Dilma, que circularam tanto durante a Copa do Mundo de Futebol Masculino da Fifa, em 2014, quanto na votação final do *impeachment* no Senado Federal, em 2016, para observar o que há de particular no uso do humor contra uma autoridade como a ex-presidente. Ancorando-se nesses conteúdos como ferramentas de disputas de enquadramento que culminaram na articulação do *impeachment*, os pesquisadores questionam-se a respeito do papel da mulher e do feminino nas narrativas dos memes que satirizam Dilma, argumentando que tais conteúdos participam na produção de sentidos que "reforçam a economia moral do sexismo no cotidiano político brasileiro" (CARNIEL *et al.*, 2018).

102 Deal With It. Disponível em: <<https://knowyourmeme.com/memes/deal-with-it>>. Acesso em: 07 de ago. de 2020.

A análise de Wink (2017) sobre os memes de internet acerca do *impeachment* da ex-presidente, em comparação com a charge política, é de que sua linguagem e iconologia sugerem, em última instância, que a circulação de conteúdos gerados por usuário fortalece o que classifica como uma cultura de empoderamento. Entretanto, o constante emprego do escracho, da objetificação e da sexualização em memes que incitam agressão ou violência, como afirmam Carniel *et al.* (2018) deixa claro que as representações geradas em torno da mulher na política procuram mantê-la em constante posição de subalternidade (MIGUEL, 2014). Wink (2017, p. 133) ainda identifica que os exemplos de memes sobre a ex-presidente durante o *impeachment* refletem "uma aversão patológica contra o sexo feminino" e que o tratamento legado a Dilma difere daquele legado a atores masculinos porque o que instiga o humor — e, por vezes, o ódio — é o simples fato de ela ocupar o cargo da presidência sendo mulher.

Um outro motivo recorrente na imagem constituída a partir dos memes sobre Dilma Rousseff é a sua constante vinculação à figura do ex-presidente Lula, nesse caso, com o objetivo deliberado de anular a sua personalidade. Pateman (1989) sustenta que a autoridade masculina como forma de subordinação e dominação do feminino constitui uma dimensão importante do "patriarcalismo liberal", não apenas justificando a obediência da mulher ao homem, mas implicando diretamente em sua anulação. Para a filósofa, o exercício dessa dominação masculina é resultado de uma falsa dicotomia, construída para reforçar o estereótipo segundo o qual o ambiente natural do homem é a esfera pública, ao passo que a mulher estaria destinada à esfera privada, no seu âmbito domiciliar e familiar. Some-se a isso o atrelamento do feminino não apenas a uma posição de inferioridade mas também à condição de uma ameaça moral, associada à degradação de valores e costumes tradicionais defendidos pelo segmento conservador. Por isso, memes pornográficos e montagens imagéticas que emulam capas de revistas eróticas com a imagem de

Dilma cumprem o papel de simultaneamente dessacralizar a imagem pública da presidente e aviltar a figura privada da mulher.

Entretanto, vale dizer que nem todas as figuras políticas femininas geram incômodo nos setores conservadores. Miguel e Biroli (2010), a esse respeito, avaliam que os mecanismos que diferenciam os indivíduos entre si são mais importantes do que o acesso desses mesmos indivíduos ao campo político. Trocando em miúdos, mulheres que se adequam às regras previamente estabelecidas e naturalizadas são tidas, em alguma medida, como aceitáveis, enquanto que aquelas que rompem de alguma maneira com o que é delas esperado geram reações de oposição e desrespeito. Isso não significa dizer que as parlamentares conservadoras, por exemplo, não sejam afetadas pelas desigualdades de gênero, mas que os “sentimentos hostis” geralmente se manifestam frente a mulheres que contrariam a naturalização da submissão feminina ou que rompem, de alguma forma, com o comportamento que lhes foi estabelecido como aceitável (FREIRE FILHO, 2017). A esse respeito, Miguel e Biroli (2010, p. 674) concluem que “ao contrário dos homens na política, as mulheres precisam escolher entre enfrentar os estereótipos, sofrendo os ônus desse enfrentamento, ou se adaptar a eles, conformando-se com um papel secundário no jogo político”.

Todos estes estereótipos carregam o que Biroli (2010) chamou de “marcas de gênero”. Em uma investigação acerca da sub-representação de mulheres políticas no noticiário, a autora defende que a visibilidade do sujeito feminino na esfera pública é diretamente proporcional a uma representação marcada pela desigualdade de gênero. Isto é, mulheres que assumem um certo protagonismo na política estão muitas vezes associadas a signos da esfera privada (Biroli, 2010).

Mais recentemente, porém, a radicalização dos ânimos e o protagonismo assumido pelo discurso de ódio bolsonarista estabeleceram novas práticas para os ataques online por meio de memes (CHAGAS, 2020; CHAGAS; MODESTO; MAGALHÃES, 2019). Junte-se a isso o

fato de que Dilma perdeu consideravelmente visibilidade nos últimos anos, em função de seu afastamento da presidência e subsequente derrota na eleição ao Senado Federal por Minas Gerais, em 2018. Dessa forma, ao que tudo indica, os ataques à imagem de Dilma Rousseff moveram-se do território da pura e simples infâmia para o estigma da inépcia, em uma certa evocação de "normalidade", como se a ex-presidente houvesse se tornado uma espécie de personagem folclórica da política contemporânea.

Como afirma Weber (2017), instituições midiáticas dão visibilidade a temas abordados e debatidos cotidianamente, funcionando como um investimento de formação da imagem pública do ator político. A imagem pública é aqui entendida, assim como para Gomes (2004), como uma "entidade conceitual decisivamente apoiada e construída sobre mecanismos enunciativos linguísticos". É, portanto, um tipo de representação que se baseia no modo da figuração visual. É a imagem que representa algo ou alguém perante a mente dos outros ou da sociedade. Dessa maneira, a imagem pública no contexto das mídias sociais funciona de forma ambivalente, tanto em auxílio da figura política e sendo reforçada por seus apoiadores e equipes de marketing, quanto no sentido contrário, servindo para ratificar estereótipos que já circulam na esfera pública e que constroem uma imagem negativa de um dado ator (CHAGAS; MAGALHÃES, 2020).

Entretanto, como sustentado por Weber (2006), dois aspectos contribuem para consolidar a imagem pública de um ator político. O primeiro deles é a credibilidade. A imagem de um ator é resultado direto da confiança inspirada por ele sobre a opinião pública. Por outro lado, a credibilidade é complementada pela visibilidade que este mesmo ator ocupa junto ao campo midiático. Assim, quanto menor a visibilidade midiática desse ator, menor a chance de fazer-se presente no imaginário popular. Trata-se do conhecido efeito *recall*, que opera mais claramente em períodos eleitorais.

Credibilidade e visibilidade, portanto, são constituintes fundamentais da imagem pública de atores políticos, e, como tais, certamente têm impacto nos memes que procuram apreender essa imagem. Em função disso, cabe questionar: são ainda frequentes os ataques a Dilma por meio de memes de internet? Este capítulo se propõe a testar a fórmula legada por Weber, aplicando-a ao ambiente das mídias sociais nas quais circulam os memes, e tomando-se o caso de Dilma Rousseff como referencial. Assim, propõe-se debater em profundidade as seguintes questões:

- (Q1) Mesmo após deixar a presidência, Dilma Rousseff continua sendo alvo de críticas de opositores a partir de memes de internet?
- (Q2) As críticas sofridas por Rousseff a partir de memes em circulação ainda hoje são, em alguma medida, similares àquelas sofridas a partir de memes durante o processo de *impeachment*? Entre os memes que circularam no auge do processo de *impeachment* de Rousseff, em 2016, e os memes que seguem circulando quatro anos depois, em 2020, já no Governo Bolsonaro, há alguma mudança no tom ou no assunto das críticas à ex-presidente?

A fim de se alcançar respostas a essas indagações, o esforço de pesquisa que se desenvolve a seguir procurou estabelecer algum nível de comparação. A análise comparativa se dá em dois níveis, mais adiante, cruzados entre si, um nível transpessoal e um nível transplataforma. Essa opção ocorre em função (a) da observação de que o cenário historicamente cambiante no que tange aos ecossistemas midiáticos tem privilegiado distintas plataformas no decorrer dos pleitos eleitorais mais recentes. Em 2018, por exemplo, o protagonismo alcançado pelo WhatsApp foi fundamental para a campanha à presidência de Jair Bolsonaro. Até aquele momento, o Facebook apresentava-se como a

mídia social de maior popularidade. Além disso, (b) como destacado, diferentemente do que ocorre com o ex-presidente Lula, ainda hoje considerado um opositor de grande relevância (e risco) pelas hostes bolsonaristas, os ataques à figura de Dilma Rousseff parecem ter amainado desde que ela foi afastada da Presidência da República, e, ainda mais, desde que foi derrotada nas eleições ao Senado.

Por essa razão, as questões arroladas acima, desdobram-se em pelo menos três hipóteses:

- (H1) Rousseff segue sendo alvo de críticas em memes que circulam ainda hoje, contudo, em menor incidência do que ocorreu durante o processo de *impeachment*, dada a menor visibilidade que a ex-presidenta recebe hoje dos meios de comunicação.
- (H2) As críticas à Rousseff não ganharam um tom mais ameno, com o passar do tempo, ao contrário, seguem em um tom pessoalmente direcionado e agressivo.
- (H3) A direita utiliza alternadamente memes sobre os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff para evocar críticas distintas. No caso de Lula, os memes normalmente se atêm aos escândalos de corrupção. No caso de Rousseff, os memes se atêm à crise econômica no início de seu segundo mandato. Desse modo, cabe à ex-presidente, atualmente, uma imagem de inépcia insistentemente evocada por seus detratores.

Na análise que se segue, pretende-se sustentar ou não essas hipóteses. Antes, porém, apresentar-se-á em linhas gerais a metodologia incorporada por esta investigação.

Metodologia

A pesquisa com memes de internet apresenta uma série de questões de caráter ético-metodológico. Em primeiro lugar, há um aspecto

epistemológico a ser definido, isto é, o que é o meme que aqui interessa? De que meme se está falando? Isso porque o conceito tem sido trabalhado de modo relativamente frouxo, a incorporar múltiplas interpretações. Ademais, se este meme está materializado a partir de um suporte midiático específico, como esta materialidade afeta a presente investigação? Ainda: há memes que carregam características autorais e memes que se constituem por criações coletivas (CHAGAS, 2018). Como lidar com este elemento autoral estilístico, e muitas vezes extremamente pessoal e íntimo, que alguns memes apresentam? Por fim, e não menos importante, como coletar este material? Sobretudo em se tratando de uma pesquisa de caráter histórico como esta, em que se pretende mapear memes de um período passado, como levantar adequadamente este corpus?

Nesta seção do capítulo, pretende-se discutir os questionamentos postos, a começar pela natureza do meme investigado. Partindo da compreensão de que o meme se configura como um formato textual e discursivo (KNOBEL; LANKSHEAR, 2020), no sentido abrangente de texto, privilegia-se inicialmente a materialidade, em detrimento da concepção de meme que aponta no sentido mais abstrato de uma ideia ou um comportamento. Naturalmente, memes representam ideias e são frequentemente constituídos por ações performadas mimeticamente, mas, aqui, o fenômeno será observado a partir de lentes que permitam o reconhecimento material dessas instâncias através de representações multimodais, essencialmente compreendendo-se o meme como um conjunto de itens digitais e não como uma unidade isolada de sentido (SHIFMAN, 2014). Esta leitura procura capturar o caráter coletivo dessas representações, apontando na direção de motivos e enquadramentos que se reiteram, e, portanto, ajudam, de certo modo, a construir imaginários.

Por essa razão e com o objetivo de simplificar a análise, optou-se por reduzir os memes sobre Dilma à sua expressão textual e iconológica, sob a

forma de imagens circuladas nas mídias sociais. Surgiu daí um novo problema: como comparar os memes sobre Dilma Rousseff circulados em 2016 com os memes sobre Dilma Rousseff circulados em 2020? Em primeiro lugar, há uma questão concernente aos vieses que habitualmente a composição de um *corpus* como esse pode inculir. Por exemplo, como garantir que esses memes não sejam apenas a expressão de uma única voz? Ou como se certificar de que eles não têm uma circulação restrita a um único público?

Na tentativa de minorar essas eventuais limitações, montou-se uma estratégia comparativa em múltiplos níveis. Assim, a primeira providência foi introduzir uma coleta de dados a partir de variados canais, ou seja, o *corpus* com que se trabalha neste capítulo não é resultado direto de um álbum de memes coletados a partir de uma única página ou grupo, mas de uma composição de diferentes páginas ou grupos. Além disso, considerando a diferença histórica na apropriação dessas plataformas, considerou-se trabalhar com as duas plataformas mais populares no Brasil por ocasião de cada um dos períodos analisados, ou seja, Facebook e WhatsApp. Em 2016, o Facebook declarou ter uma base de usuários ativos mensalmente no Brasil em torno de 111 milhões¹⁰³. Em dezembro de 2015, em comunicado enviado à imprensa após decisão judicial que chegou a suspender o uso do aplicativo por algumas horas no país, o WhatsApp informou que possuía cerca de 100 milhões de usuários brasileiros ativos no mês¹⁰⁴. Os números têm sido disputados e a alternância entre as duas plataformas, que são detidas pelo mesmo conglomerado, tem se tornado uma constante. Mas, em 2018, com 120

103 Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil. Disponível: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/07/18/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 07 de ago. de 2020.

104 WhatsApp chega a 120 milhões de usuários no Brasil. Disponível em: <<https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,whatsapp-chega-a-120-milhoes-de-usuarios-no-brasil,70001817647>>. Acesso em: 08 de ago. de 2020.

milhões de usuários ativos no Brasil, o WhatsApp alcançou um protagonismo poucas vezes visto, por ocasião da estratégia eleitoral de Jair Bolsonaro. Também a atuação de uma série de páginas de humor que se utilizam de memes para perfazer ataques a políticos mudou com o tempo. Se, em 2016, grupos de interesse como o MBL ganharam proeminência ao cooptar ou mesmo "comprar" páginas e comunidades produtoras de memes no Facebook (REIS; FAUSTINI, 2018), com a gradativa perda de visibilidade dessas organizações, a produção de memes passou cada vez mais ao controle de milícias digitais que se mantêm razoavelmente clandestinas, o que gerou um certo deslocamento do eixo criativo para plataformas que constituem um ambiente mais opaco de distribuição de informação, como aplicativos de mensagens instantâneas. Em resumo, o WhatsApp acabou ocupando um papel relevante também na produção e compartilhamento de memes, notadamente no que diz respeito ao ambiente de direita e extrema-direita.

Considerando as principais páginas produtoras de memes de caráter conservador em 2016 e comparando sua produção com os dias de hoje, observa-se que muitas delas diminuíram substancialmente a frequência com que publicam esses conteúdos nos últimos anos. Por outro lado, memes de caráter conservador e especialmente aqueles que contêm ataques a adversários políticos continuam sendo produzidos e compartilhados. Portanto, a estratégia assumida neste capítulo, enfatiza uma análise comparativa entre memes com ataques a Dilma Rousseff circulados por um conjunto específico de páginas de direita no Facebook em 2016 e 2020. Em paralelo, procurou-se mapear também os memes com ataques a Dilma circulados por um conjunto de grupos de perfil bolsonarista no WhatsApp em 2020. O objetivo é um cruzamento desses dados no nível das plataformas e também no nível histórico, a fim de se avaliar mudanças nos enquadramentos conformados por esses materiais.

Um último detalhe importante que não poderia escapar diz respeito a uma compreensão sobre o significado e a dimensão dos ataques contra a

imagem de Dilma Rousseff em relação aos ataques a outras lideranças políticas. Por essa razão, estabeleceu-se, ainda, um terceiro nível comparativo, a partir de um conjunto de memes de internet, oriundos desses mesmos já citados espaços, que incorporavam ataques não a Dilma mas a Lula. Entende-se que, desse modo, é possível compreender com melhor apuro as especificidades dos ataques sofridos pela ex-presidente.

Constituição dos *corpora* e coleta de dados

A pesquisa a partir de dados coletados das mídias sociais tem enfrentado seguidas dificuldades por conta de um conjunto de fatores que envolve (a) mudanças nas legislações sobre privacidade e proteção de dados, (b) escândalos de vazamentos de informações pessoais e uso eleitoral de dados microsegmentados de usuários, e (c) reações, por parte das próprias plataformas, aos cenários anteriores, alterando as políticas de extração desses mesmos dados a partir de suas interfaces de programação de aplicativos (APIs). O resultado é o que Alves (2020) caracteriza como APIcalypse. Para efeito deste capítulo, procurou-se contornar esses obstáculos utilizando-se uma abordagem de coleta de dados que combina métodos manuais e semiautomatizados. No Facebook, os memes foram coletados manualmente em cada página, recorrendo-se ao histórico de publicações. Esse procedimento, é claro, apresenta limitações, como o fato de que as publicações removidas pelos administradores das páginas em momento posterior a 2016 não puderam ser incorporadas à análise. Por outro lado, ela possibilitou uma avaliação de caráter mais qualitativo não apenas do *corpus* levantado mas também dos espaços de publicação em que os memes foram compartilhados. Os memes de WhatsApp, por sua vez, foram coletados a partir de uma raspagem de dados em aparelho de celular subscrito aos grupos monitorados, o que permitiu um procedimento mais eficiente para obtenção das imagens.

As páginas no Facebook selecionadas para a análise foram retiradas de um mapeamento prévio da memesfera política nacional, realizado como atividade de rotina pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (coLAB). Esse mapeamento, executado inicialmente em 2016, levantou 431 páginas, grupos e eventos produtores de memes políticos na ocasião. Isolando-se somente as chamadas *fanpages*, chegou-se ao número de 314 páginas de memes políticos. Dessas, 82 possuíam mais do que 100 mil seguidores. O passo seguinte foi observar quais dessas páginas compartilharam, entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, memes que traziam alguma referência visual ou textual a Dilma Rousseff. Nesse caso, o universo se reduziu para sete páginas, a saber: Bolsonaro Bolado, Caneta Desesquerdizadora, Dilma Bolada¹⁰⁵, Eleições da Zueira, Jair Bolsonaro Presidente 2018, Liberalismo da Zueira e Marx da Depressão. Definidos os objetos, iniciou-se a coleta de conteúdos retrocedendo ao histórico de cada página e levando-se em consideração os períodos situados entre dezembro de 2015 e agosto de 2016 e outubro de 2019 e junho de 2020, cada um totalizando nove meses de análise. Para o período mais recente, contudo, duas das sete páginas observadas não possuíam qualquer meme que representasse Dilma Rousseff, a saber: Dilma Bolada e Eleições da Zueira. Ao final desta operação, foram extraídos do Facebook 281 memes sobre Dilma compartilhados entre 2015 e 2016, e 17 memes compartilhados entre 2019 e 2020, o que já sugere uma discrepância significativa.

Para completar este primeiro esforço de composição dos múltiplos *corpora* utilizados nesta investigação, procurou-se integrar à análise também os memes de WhatsApp. Nesse caso, os conteúdos foram coletados a partir de um monitoramento realizado sobre cerca de 120

105 Trata-se, neste caso, de uma paródia à página oficial criada por Jeferson Monteiro. A *fanpage* observada neste estudo, diferentemente do que ocorre com sua homônima, tem um perfil marcadamente de direita.

grupos bolsonaristas desde 2018 (CHAGAS; MODESTO; MAGALHÃES, 2019; CHAGAS *et al.*, 2019). Tomando-se como base somente as imagens únicas compartilhadas por esses grupos, chegou-se a um total de 56 memes referentes a Dilma. A esses três segmentos de análise, buscou-se repetir os mesmos procedimentos a fim de coletar os memes também sobre o ex-presidente Lula para obter uma base de comparação entre esses dois sujeitos. Os resultados são apresentados detalhadamente na sequência. Por ora, cumpre notar que chegou-se então a um *corpus* inicial de 758 memes. O último passo concernente à montagem do *corpus* diz respeito à subtração dos memes que apenas faziam menção a Dilma Rousseff ou a Lula, mas cujo alvo prioritário não eram esses dois sujeitos. Ou seja, memes em que Rousseff ou Lula eram representados visual ou textualmente, mas o ataque proferido não dizia respeito a eles mas a terceiros. Com isso, o *corpus* integral com que esta investigação foi realizada foi composto por 635 memes, sendo 445 coletados, nos dois períodos de análise, a partir do Facebook, e 190 coletados, somente no período mais recente de análise, a partir do WhatsApp.

Variáveis de análise e interpretação dos dados

O material constituinte dos *corpora* extraídos, tanto do Facebook quanto do WhatsApp, foi interpretado de acordo com variáveis objetivas e variáveis categóricas definidas previamente pelos pesquisadores. As variáveis objetivas procuraram identificar o período de tempo e a plataforma em que circularam os memes, bem como aspectos concernentes à representação dos dois sujeitos que eram alvos dos ataques, Dilma Rousseff e Lula. Tem-se, portanto, as seguintes variáveis neste primeiro grupo:

- *Ano*: isto é, se o conteúdo foi produzido durante o processo de *impeachment* (2015-2016) ou mais recentemente (2019-2020).
- *Plataforma*: isto é, se o conteúdo foi coletado em páginas no Facebook ou em grupos no WhatsApp.
- *Alvo*: isto é, se o meme refere-se a Dilma Rousseff, a Lula ou a ambos, considerando-se o caráter multimodal do conteúdo e menções visuais, textuais ou ambas a cada um dos sujeitos.

Já as variáveis categóricas dividem-se entre variáveis de campanha negativa e enquadramentos de personalidade. No primeiro desses dois grupos, procura-se identificar como o ataque é proferido por meio de duas dimensões:

- *Crítica*: se a crítica presente nos memes caracteriza um ataque direto ou apenas apresenta um contraste comparativo entre o alvo e terceiros.
- *Foco*: se o meme faz uma crítica pessoal ou política, acionando a vida privada do sujeito ou mantendo-se nas circunscrições do debate público.

Para efeitos de análise, os pesquisadores optaram por transformar as demais variáveis em binárias, de forma que fosse possível trabalhar com elas como não excludentes entre si. As variáveis de personalidade procuram identificar, em cada meme, enquadramentos que digam respeito às qualidades inspiradas pelo modo como os sujeitos são representados. Tal grupo inclui as seguintes variáveis:

- *Antipatia*: quando o sujeito representado é incapaz de despertar empatia ou quando se apresenta como um sujeito turrão ou de difícil trato.

- *Desgosto, asco e abjeção*: quando o sujeito é representado de forma escatológica ou pornográfica, quando as características de personalidade evidenciadas despertam repulsa, seja em função de elementos físicos ou psicológicos inerentes ao sujeito, ou simplesmente quando o sujeito desperta sentimento oposto ao orgulho.
- *Destempero ou desequilíbrio*: quando a característica mais destacada do sujeito é a cólera ou o desequilíbrio emocional.
- *Estupidez ou inépcia*: quando o sujeito é representado como alguém estúpido, incapaz ainda que de modo picaresco.
- *Manipulação, falsidade ou tirania*: quando o sujeito é representado como alguém que manipula outros indivíduos, seja a partir de mentiras ou discursos modulados; quando o sujeito é retratado como um vilão/tirano, ou quando são reforçadas características condizentes com a de um governante autoritário.
- *Suspeição e desonestidade*: quando o sujeito tem evidenciadas qualidades de alguém supostamente pouco íntegro, desonesto ou corrupto, incluindo facetas de malandragem, esperteza ou outros vícios morais e falhas de caráter similares.
- *Vacilação ou Incoerência*: quando o sujeito é representado como alguém incoerente, vacilante, com pouco carisma ou capacidade de liderança, sem determinação.

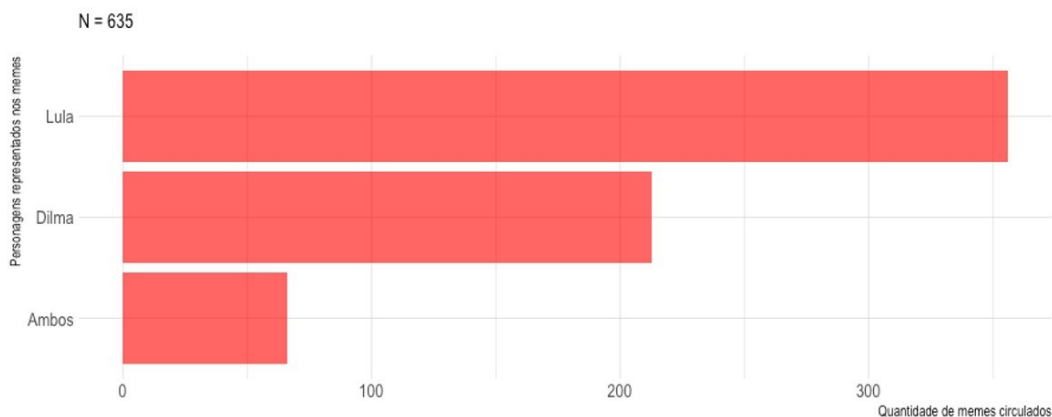
O livro de códigos utilizado para esta investigação encontra-se disponível mediante consulta aos pesquisadores. Definidas as variáveis de análise, passou-se à interpretação dos dados. Os memes foram analisados por dois codificadores. Um teste de confiabilidade foi feito para cada uma das variáveis a partir de uma amostra aleatória de cerca de 12% do *corpus* integral (N=77). Ambos os codificadores interpretaram o material

separadamente. Em todas as variáveis testadas, o coeficiente mais baixo para o *alpha* de Krippendorff foi 0.703. Após esta etapa inicial, procedeu-se então a codificação independente de todos os memes. Os resultados são expressos na seção a seguir.

Discussão

Os múltiplos cortes adotados por esta investigação permitem uma avaliação bastante pormenorizada dos modos como Dilma Rousseff é representada em memes políticos. Chama a atenção o fato de que a ex-presidente aparece representada de modo exclusivo em pouco mais do que um terço dos memes coletados (N=213 ou 33,5%). Já Lula é sozinho responsável por 56,1% (N=356) dos 635 memes analisados. Nos restantes 18,7% (N=66), ambos os ex-presidentes aparecem juntos nas imagens. Dessa forma, Dilma está presente, com Lula ou sem, em 43,9% (N=279) dos memes (cf. gráfico 1).

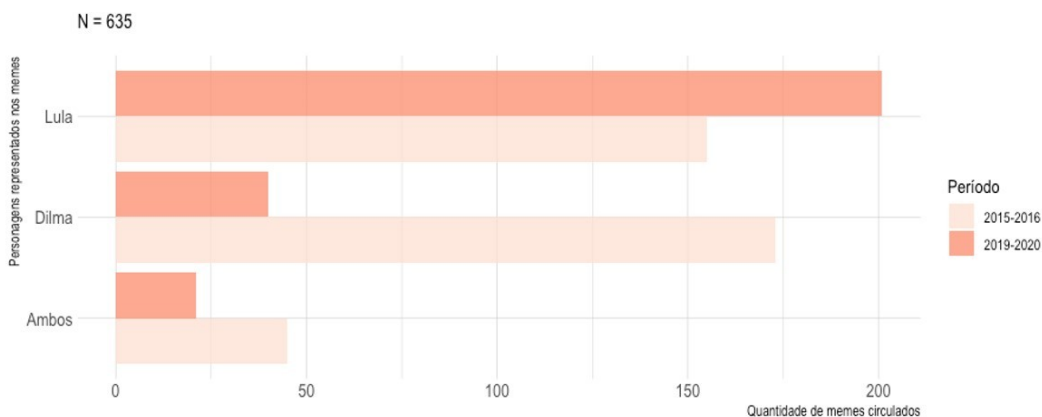
Gráfico 1 – Alvos de ataques em memes



Fonte: coLAB/UFF.

Naturalmente, esta primeira visão geral sobre o corpus obnubila uma série de informações relevantes, uma vez que achata as múltiplas dimensões a partir das quais o material analisado é composto. Por essa razão, é importante analisar os dados segmentados. A primeira e mais importante clivagem desta análise diz respeito ao período em que cada meme circulou. Conforme se observa no gráfico 2 abaixo, Dilma é substancialmente menos representada em memes que circularam mais recentemente do que era no período do *impeachment*. E, não apenas isso, ela é também significativamente menos representada em memes hoje do que é Lula. Esta análise permite sustentar a hipótese de que, sem a mesma visibilidade que tinha quando do processo de *impeachment*, Dilma Rousseff perdeu relevância para os seus detratores produtores de memes.

Gráfico 2 – Alvos de ataques em memes (por período analisado)

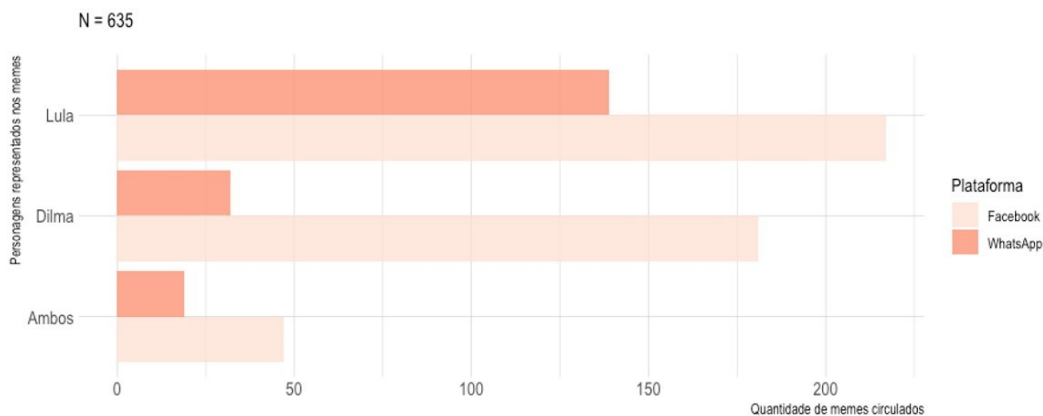


Fonte: coLAB/UFF.

O corte por plataformas é menos esclarecedor em um primeiro momento (gráfico 3). A ex-presidente Dilma aparece menos representada em memes que circularam tanto no WhatsApp, em 2020 quanto no

Facebook, somando-se os períodos de 2016 e 2020. Mas a diferença entre os memes que representam Lula e os memes que representam Dilma em cada uma das plataformas releva a necessidade de considerar conjuntamente ambas as dimensões. É o que está demonstrado na tabela 1 abaixo, que resalta os resíduos padronizados para cada um dos corpora desta investigação, considerando-se o alvo dos ataques. Resíduos padronizados são um cálculo estatístico que permite avaliar a diferença entre os valores apresentados nas linhas e colunas de uma tabela, a partir de uma unidade equivalente. Eles são úteis para indicar diferenças entre o valor observado e o valor esperado em uma dada distribuição de frequências. Logo, valores muito elevados indicam que há uma diferença alta entre o valor observado e o esperado, ou seja, é um valor acima do normal. E valores negativos, da mesma forma, indicam valores abaixo do normal. Nas tabelas a seguir, estão realçados os valores acima de 1.96 e abaixo de -1.96 , intervalo considerado de confiança. Os valores fora deste intervalo devem ser lidos como estatisticamente significativos. Na tabela 1, nota-se que os memes que representam Dilma Rousseff eram muito mais frequentes no período entre 2015 e 2016 do que no período entre 2019 e 2020, em ambas as plataformas. Com o ex-presidente Lula, ocorre o contrário, isto é, a frequência observada dos memes em que ele é representado é muito superior à esperada no período mais recente, também em ambas as plataformas.

Gráfico 3 – Alvos em ataques em memes (por plataforma)



Fonte: coLAB/UFF.

Tabela 1 – Alvos de ataques em memes
Resíduos padronizados

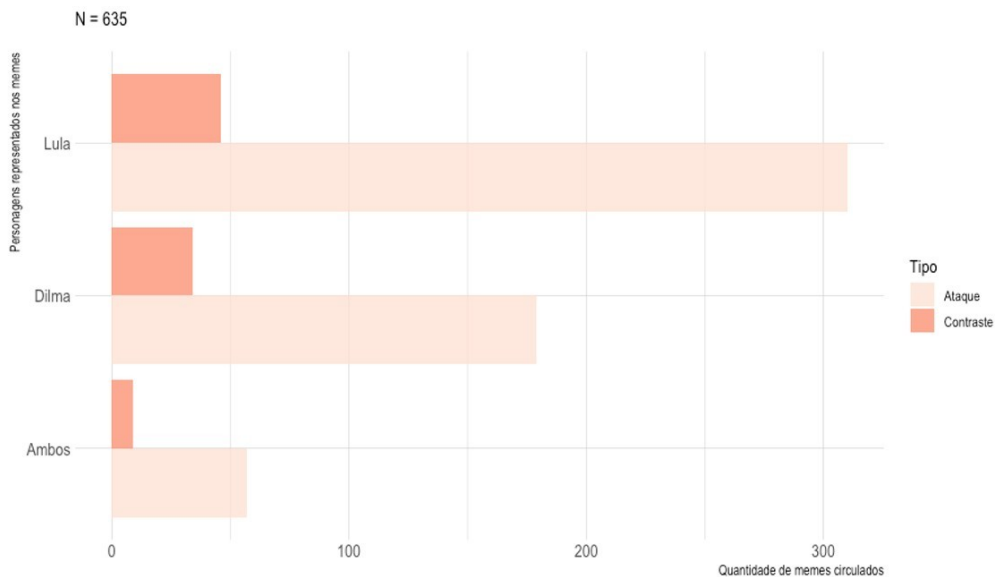
Alvo	Facebook 2016	Facebook 2020	WhatsApp 2020
1 Dilma	4.281	-3.241	-4.006
2 Lula	-3.742	3.359	3.181
3 Ambos	1.001	-1.980	-0.191

Fonte: coLAB/UFF.

A avaliação sobre os tipos de ataques sofridos por Dilma Rousseff mostra que há muito mais ataques do que contrastes em memes políticos (gráfico 4), entretanto, os dados segmentados permitem observar que os memes de contraste têm se tornando mais frequentes no Facebook no

período mais recente, o que sugere que os produtores de memes para esta plataforma têm enfatizado mais as comparações entre o Governo Dilma e o Governo Bolsonaro nos últimos meses (tabela 2).

Gráfico 4 – Tipos de ataques em memes



Fonte: coLAB/UFF.

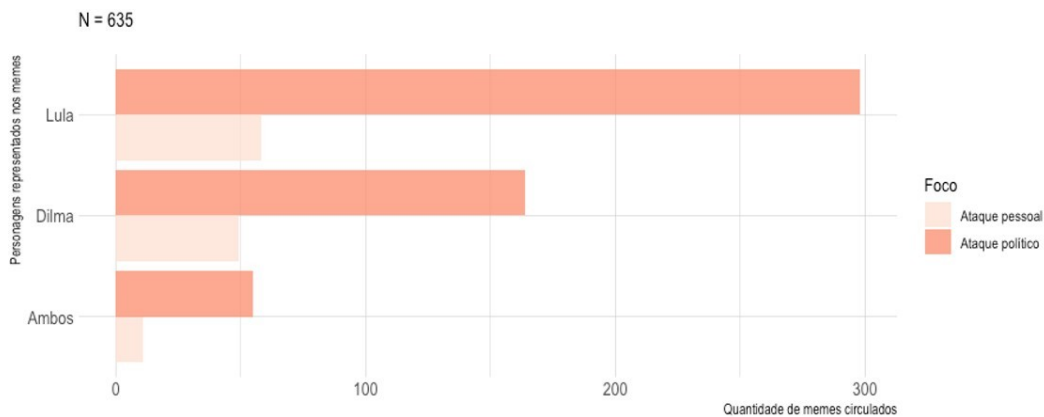
Tabela 2 – Tipos de ataques em memes
Resíduos padronizados

	Alvo	Ataque	Contraste
1	Dilma Facebook 2016	-0.062	0.153
2	Dilma Facebook 2020	-1.098	2.719
3	Dilma WhatsApp 2016	-0.098	0.243
4	Lula Facebook 2016	0.236	-0.585
5	Lula Facebook 2020	0.076	-0.188
6	Lula WhatsApp 2020	0.057	-0.140

Fonte: coLAB/UFF.

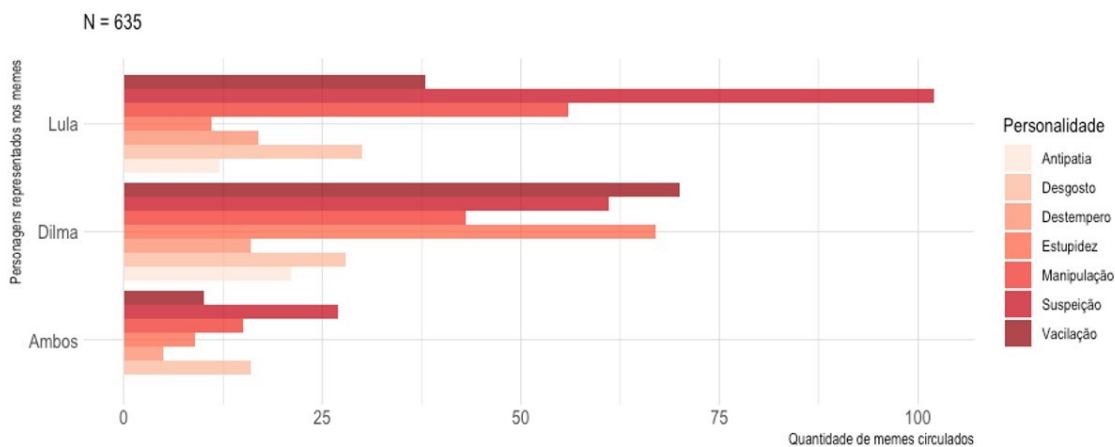
O foco dos ataques é, em grande parte político - e não pessoal, como se poderia esperar (gráfico 5). Entretanto, os enquadramentos de personalidade acionados mudam enormemente entre os ataques proferidos contra Dilma e os ataques proferidos contra Lula, o que sugere um tratamento especialmente misógino no primeiro caso (gráfico 6). Por exemplo, o que se nota é que Dilma é significativamente mais associada a uma representação como um sujeito vacilante e inepto, ao passo que Lula aparece, na maior parte das vezes, qualificado como suspeito ou desonesto.

Gráfico 5 – Foco dos ataques em memes



Fonte: coLAB/UFF.

Gráfico 6 – Enquadramentos de personalidade em memes



Fonte: coLAB/UFF.

Mais uma vez, e considerando somente os memes em que os sujeitos são representados isoladamente, a análise dos *corpora* segmentados sustenta a hipótese de que as críticas a Dilma Rousseff não ganharam um tom mais ameno com o passar do tempo. É fácil observar, por exemplo, que a ex-presidente é continuamente representada como estúpida em grande parte dos memes que protagoniza. Ainda assim, este enquadramento é significativamente mais empregado recentemente do que outrora. Os enquadramentos sobre Lula são mais diversos, e, neste caso, vale a menção de que os memes do WhatsApp são significativamente mais incidentes a respeito do enquadramento de Lula como uma figura antipática ou abjeta. Dilma não aparece como suspeita ou desonesta, na maior parte das vezes, nem mesmo no período correspondente ao processo de *impeachment*. Na realidade, nesse período, a incidência de memes que a enquadram a partir do caráter de suspeição é mesmo significativamente menor em comparação a todo o resto

Tabela 3 – Enquadramentos de personalidade em memes
Resíduos padronizados

Alvo	Antipatia	Desgosto	Destempero	Estupidez	Suspeição	Vacilação	Manipulação
1 Dilma Facebook 2016	0.231	-1.722	0.767	3.778	-3.004	2.311	-0.878
2 Dilma Facebook 2020	-0.723	-1.006	-0.588	5.596	-0.875	-1.179	-1.134
3 Dilma WhatsApp 2016	-1.770	-1.247	-0.745	5.564	-0.808	0.229	-1.696
4 Lula Facebook 2016	-1.286	-0.629	1.628	-4.259	2.755	-1.207	2.030
5 Lula Facebook 2020	-0.440	-0.514	-0.344	-2.111	1.034	1.806	-0.397
6 Lula WhatsApp 2020	2.233	3.564	-1.839	-1.797	0.302	-2.362	0.086

Fonte: coLAB/UFF.

Estes dados parecem realçar a percepção de que os enquadramentos acionados por usuários identificados com os setores de direita são estrategicamente mobilizados de modo a evocar críticas distintas para Dilma Rousseff em relação àquelas já normalmente evocadas quando Lula é o alvo dos ataques. Desse modo, grupos à direita no espectro político-ideológico são capazes de construir uma dinâmica de campanha negativa que alterna suas vítimas e os enquadramentos associados a elas. Além disso, no caso mais específico da ex-presidente Dilma, os memes políticos a ela direcionados por esse segmento são elucidativos a respeito da maneira como esses ataques são proferidos. Muitas vezes, o tom assumido por essas peças representa Rousseff de modo particularmente picaresco, como um personagem folclórico da política, ressaltando características alheias à presidente, como inépcia e estupidez. O objetivo é, sem sombra de dúvida, destacar a ex-presidente como uma espécie de coadjuvante de luxo, junto ao grande vilão que seria o presidente Lula. Esses arquétipos ajudam a compor uma narrativa sobre o período petista no governo, que rebaixa Dilma à condição de um personagem bufão, sobre o qual sequer se é dado algum crédito.

Quadro 1 – Exemplos de memes analisados

Antipatia	Desgosto, asco e objeção	
		
Destempero ou desequilíbrio	Estupidez ou inércia	Manipulação, falsidade ou tirania
		
Suspeição ou desonestidade	Vacilação ou incoerência	
		

Fonte: coLAB/

Com relação aos pontos destacados anteriormente como hipóteses para esta pesquisa, é possível afirmar que a equação descrita por Weber (2006), segundo a qual a imagem pública de um político é definida de acordo com o cruzamento de duas variáveis, sua credibilidade e sua visibilidade midiática, é plenamente crível para uma análise sobre os efeitos de sentido construídos por memes de internet sobre os sujeitos da política. Nesse sentido, enquanto ocupava uma posição de altíssima visibilidade, por ocasião do processo de *impeachment* que sofreu, a presidente Dilma Rousseff era mais frequentemente alvo de ataques em memes do que hoje. Ainda assim, a natureza dos ataques de que segue sendo vítima atualmente não se tornou mais amena com o tempo. Na realidade, Dilma é ainda mais frequentemente retratada como estúpida ou inapta do que era anteriormente. Aqui, ao que tudo indica, há um intenso e contínuo investimento em minar a credibilidade da primeira mulher presidente do país.

Em que pese o fato de esta investigação ressaltar com clareza aspectos da conjuntura política relacionados à construção da imagem pública de sujeitos da política, há um conjunto de limitações que devem ser observados. Em primeiro lugar, como já se destacou acima, os *corpora* que serviram de base a esta pesquisa foram compostos muito tempo depois de decorrido o *impeachment*. Essa defasagem pode, em última instância, apresentar um viés aos resultados, à medida que alguns memes publicados na ocasião podem ter sido removidos pelas plataformas por violarem seus termos de uso ou mesmo terem sido suprimidos pelos próprios usuários e administradores dos canais que serviram de base à coleta. Além disso, o conjunto de páginas e grupos monitorados não é necessariamente representativo do universo de memes que circularam e circulam a respeito de Dilma. Prova disso é o fato de que foram poucos os conteúdos analisados que retratavam a ex-presidente de forma sexualizada, a despeito desse tipo de representação ter sido observado anteriormente pela literatura. Em todo caso, o estudo apresentado neste

capítulo corrobora aspectos importantes já tratados pelos estudos sobre memes políticos e sobre política, que respeitam à maneira como esses conteúdos digitais operam no sentido de construir ou demolir a imagem pública de determinados sujeitos. Há uma agenda de pesquisa que vem substancialmente ganhando adesão sobre este tema. Espera-se que este artigo possa se inserir nesse contexto.

Particularmente, os memes podem trazer com muita clareza que enquadramentos foram e são mobilizados para representar a ex-presidente Dilma Rousseff. Não é possível afirmar, a esta altura e com os dados aqui dispostos, se estes enquadramentos são origem ou consequência de processos mais amplos, decorrentes, por exemplo, da própria cobertura midiática. É certo, no entanto, que os memes reforçam estereótipos e ajudam a construir imaginários a respeito da cena política. Não à toa, há, em torno de muitos dos memes que originalmente atacam a ex-presidente Dilma, uma disputa de sentido com vistas à uma reapropriação desses ataques. Se Dilma é caracterizada como estúpida, entre outros casos, por conta de uma frase tirada de contexto em seu discurso em 2010, ela é também enxergada como profética. Afinal, nem quem ganhou, nem perdeu, ganhou ou perdeu, todo mundo perdeu.

Referências

ALVES, Marcelo. **#VaipraCuba!**: a gênese das redes de direita no facebook. Curitiba: Appris, 2019.

ALVES, Marcelo. Como coletar dados do Facebook com Facepager e R [funcionando]. **Marcelo Alves**, 2020. Disponível em: <<http://marceloalves.netlify.com/post/guia-coleta-dados-facebook/guia-coleta-dados-facebook/>>. Acesso em 08 de agosto de 2020.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, n. 34, p. 269-299, 2010.

CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, p. 523-546, 2018.

CHAGAS, Viktor. Da memética aos estudos sobre memes: uma revisão da literatura concernente ao campo nas últimas cinco décadas (1976-2019). In: CHAGAS, V.. **A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital**. Salvador: EdUFBA, 2020.

CHAGAS, Viktor. Entre criadores e criaturas: uma investigação sobre a relação dos meme de internet com o direito autoral. **Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 20, n. 3, p. 366-377, 2018.

CHAGAS, Viktor; MODESTO, Michelle.; MAGALHÃES, Dandara. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. **Esferas**, 14, 2019.

CHAGAS, Viktor; MAGALHÃES, Dandara. Chutando cachorro morto: a construção da imagem pública impopular de Michel Temer em charges políticas e memes de internet. **Logos**, v. 27, n. 1, p. 71-88, 2020.

COSTA, Alexandre Augusto; SANTOS, Darlan Roberto; OLIVEIRA, Luiz Ademir. Dilma Bolada: o espelho virtual da ex-presidente. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, v. 10, n. 28, p. 104-117, 2017.

FERNANDES, Carla Montuori; FURLAN, Rafael; DIAS, Lucia; LIMA, Patrícia Cristina. Humor e espetáculo político: uma análise dos memes do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) na mídia on-line. **Alceu**, v. 17, n. 33, p. 202-218, 2016.

FREIRE FILHO, João. Correntes da felicidade: emoções, gênero e poder. **MATRIZES**, v. 11, n. 1, p. 61-81, 2017.

GAMBARATO, Renira Rampazzo; KOMESU, Fabiana. What Are You Laughing At? Former Brazilian President Dilma Rousseff's Internet Memes across Spreadable Media Contexts. **Journal of Creative Communications**, v. 13, n. 2, p. 85–103, 2018.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

KNOBEL, Michele; LANKSHEAR, Colin. Memes on-line, afinidades e produção cultural (2007-2018). In: CHAGAS, Viktor. **A culturas dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital**. Salvador: EdUFBA, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-58, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653-679, 2010.

PATEMAN, Carole. **The disorder of women: democracy, feminism and political theory**. 1989.

PEREZ-LIÑAN, Aníbal. **Presidential Impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

REIS, Julia; FAUSTINI, Marcos. Como o MBL monopolizou as fábricas meméticas de direita no Brasil. *Vice*, 21 dez. 2018. Disponível em:

<https://www.vice.com/pt_br/article/xwj374/como-o-mbl-monopolizou-as-fabricas-memeticas-de-direita-no-brasil>. Acesso em 08 de agosto de 2020.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff. **Revista Comunicação e Sociedade**, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; CHAGAS, Viktor. Direita transante: enquadramentos pessoais e agenda ultraliberal do MBL 2019. **MATRIZES**, v. 12, n. 3, p. 189-214, 2018.

SANTOS, A. C. A circulação de memes eróticos da Dilma: vinculando públicos afetivos e fortalecendo fronteiras simbólicas no contexto do impeachment. In: 28º Encontro Anual da Compós, Anais. Porto Alegre: Compós, 2018.

SHIFMAN, L. **Memes in digital culture**. Cambridge: MIT Press, 2014.

SOARES, Ana Angélica Rodrigues de Andrade. **Nova classe média: um estudo empírico sobre os enquadramentos da mídia**. 2015. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

VEIGA, Luciana Fernandes; DUTT-ROSS, Steven; MARTINS, Flávia Bozza. Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 72, 2019.

WEBER, Maria Helena. “Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade.” In: WEBER, Maria Helena, COELHO, Marja Pfeifer, LOCATELLI, Carlos (Orgs). **Comunicação Pública e Política: pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 23-56, 2017.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, Rousiley.; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Orgs). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

WINK, Georg. Humor golpista: memes sobre Dilma Rousseff durante o “*impeachment*”. **Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, n. 27, p. 123-140, 2017.

GOLPE E DEMOCRACIA:
Da figura política de Dilma Rousseff
à construção do *impeachment* nos documentários
O Processo (2018)* e *Democracia em Vertigem (2019)

Miriam de Souza Rossini
Guilherme Fumeo Almeida

Introdução

O ano de 2016 ficou marcado pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, na metade do seu segundo mandato. No dia 17 de abril, após horas de transmissão televisiva dos votos dos deputados federais sobre aceitar ou não o parecer do relator que aprovava o impedimento da presidenta, o veredito foi dado. Foram 367 votos favoráveis ao impedimento e 137 contrários. O resultado foi referendado pelo Senado, e a presidenta formalmente perdeu seu mandato em 31 de agosto daquele ano.

O acirramento da divisão entre direita e esquerda, que vinha sendo desenhada nos últimos anos, teve no *impeachment* de Dilma Rousseff a marca da guinada à direita que se completou na última eleição presidencial, em 2018. Quando se observa o evento numa duração mais longa, é possível ver os diferentes matizes orquestrados. Passeatas, bandeiras, slogan, guerras virtuais, cores, redefinição de uso dos símbolos nacionais. Elementos que movem o coração mais do que a mente.

Além disso, o farto material audiovisual que se produziu sobre o processo facilitou a produção de documentários, pois esse é o formato que mais rapidamente apreende os eventos do presente para dar a ele novos significados e usos. Entre os vários filmes que dialogam com o evento, escolhemos dois para analisar a construção da figura política de Dilma Rousseff no audiovisual, especialmente durante os movimentos do

Congresso que culminam com *impeachment*. São os documentários *Democracia em Vertigem* (2019, de Petra Costa) e *O Processo* (2018, de Maria Augusta Ramos) que, pelos seus enfoques, são complementares entre si. Enquanto o primeiro parte de um olhar subjetivo da cineasta, que não esconde os seus sentimentos políticos e pessoais em relação ao cenário de crise brasileira que tem no *impeachment* da primeira presidenta mulher do País um de seus marcos, o segundo privilegia o *impeachment* como processo político-midiático, operado dentro das regras políticas por profissionais do campo, vinculando a representação da figura de Dilma neste contexto a tal enfoque.

Vamos discutir como diferentes materiais como imagens de arquivo, entrevistas, dados históricos etc. são acionados pelas cineastas para construir seus discursos sobre esse passado recente do Brasil, e observar como a figura política e pública de Dilma Rousseff emerge nestas narrativas. Ao lado da análise fílmica, na qual serão incluídos os tempos aproximados das cenas mencionadas, a construção metodológica passará pelo uso de uma bibliografia que problematiza as especificidades do contexto político brasileiro recente e de crise democrática nacional e mundial. Relacionaremos a bibliografia sobre o *impeachment* de Dilma com o modo como os filmes apresentam este processo como golpe, e assim propõem um contorno para a figura da ex-presidenta e o seu destino político, que de certo modo se trama com o destino do País.

Enlaces entre o cinema e a história

As imagens audiovisuais tornaram-se nossa grande memória, já que sempre há uma câmera apontada para eventos pequenos ou grandes, privados ou públicos. Ao articular essas imagens em um projeto fílmico, porém, observamos as brechas, por onde os sentidos, não controlados, se insinuam (ROSSINI, 2009). Para além do que se quer mostrar, a câmera capta detalhes não perceptíveis para os sujeitos diante dela, por mais

conscientes que sejam as performances dos performados. E, no intervalo entre um plano e outro, novas concepções sobre o narrado surgem. Indômitas. Podemos dizer que o método cinematográfico se aproxima do método histórico proposto por Walter Benjamin (1987). Ao refletir sobre as dinâmicas de compreensão dos processos históricos, Benjamin defende o diálogo entre o passado histórico e o presente, com auxílio do materialismo histórico. Ante uma imagem de passado que passa veloz, só é possível fixá-la no momento em que ela foi reconhecida; portanto, é preciso reconhecer o passado não de forma a resgatar sua imagem original, e sim articulando-o historicamente.

Tal articulação, para Benjamin (1987, p. 224), exige apropriar-se de uma “reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, em meio às crises e enfrentamentos, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso”. Dentro deste despertar da esperança no passado, emerge o distanciamento em relação aos vencedores da história e uma simpatia pelos excluídos dos discursos históricos, dos projetos vencidos e rejeitados, pois ali há alguma semente da esperança para um possível novo futuro. E é nesse momento que se pode ler a história a contrapelo.

Da mesma forma, podemos pensar no cineasta documentarista que se coloca como narrador de um tempo, de uma biografia, muitas vezes no risco do desaparecimento daquilo que registra. Jean-Louis Comolli (2008), ao refletir sobre o lugar da imagem fílmica na nossa sociedade, diz que é difícil encontrar quem nunca foi filmado ou não saiba o que isso significa. O imaginário da filmagem já está construído na nossa sociedade e, portanto, filmar é uma relação que se estabelece entre quem filma e quem é filmado. Em especial, no documentário, esta relação é fundamental e cabe ao documentarista organizar o mínimo possível a cena a ser captada, quase borrando o lugar da técnica, para que ela não seja percebida: “no prolongamento desse primeiro gesto suspensivo,

apagar (ou borrar) a fronteira entre a cena e a vida, entre situação vivida e encenada, entre momento e plano [...]” (COMOLLI, 2008, p. 54).

Em outro ensaio, sobre a relação do cinema com questões históricas e políticas dentro de suas especificidades enquanto meio, Comolli (2015) destaca que, tal qual um espelho, o cinema não é transparente no que dá a ver, apesar de se esforçar para parecer sê-lo. Assim, dentro do que o autor caracteriza como a criação do que *virá a ser*, o cinema investe em uma lógica de ilusão que produz, simultaneamente, crença e dúvida, consolidando um espetáculo que reflete o mundo ao mesmo tempo em que o substitui.

Definindo-o enquanto filho de um século que assistiu ao triunfo do espetáculo, Comolli (2015, p. 168) ressalta que o cinema é “ao mesmo tempo, objeto e agente, empreendedor e arquivista, ator e memória desse triunfo. Longe de ‘refletir’ determinado acontecimento, ação ou realidade dada, o filme os constrói (quando não os suscita)”. Enquanto meio construtor de ilusão e de história, o cinema se distancia da lógica disciplinada da militância, com seu exercício constante de enquadramento e alternância entre campos e contracampos. Dentro deste movimento, há uma duplicidade permanente entre inclusão e exclusão a partir do que se dá a ver, que escancara uma força de resistência transformadora do discurso militante, da análise econômica e da luta política em cinema. Esses são aspectos importantes para pensarmos os dois documentários objetos da análise.

Ao abordarem o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, tanto Maria Augusta Ramos quanto Petra Costa agem como narradoras. A primeira apreendendo o fato enquanto se desdobra, no momento do risco, para evitar o seu total desaparecimento, e a outra, tal qual o narrador proposto por Benjamim (1987), misturando fatos novos e antigos para dar aos eventos que levam ao *impeachment* uma perspectiva de longa duração. Em ambos os documentários é possível observar a

construção sutil, porém constante, de uma defesa: a da aproximação da ideia do *impeachment* de Dilma à noção de golpe de Estado.

Em sua problematização sobre a evolução da aplicação do conceito de *golpe de Estado*, Álvaro Bianchi (2016) começa destacando a definição do termo de Gabriel Naudé, do século XVII, que relacionava golpe e razão de estado; para o golpe ser eficaz, deveria considerar seu autor e os meios excepcionais que este emprega para a conquista do poder. Além da definição de Naudé – que trata o golpe de Estado somente como uma conspiração palaciana por parte do soberano, com vistas à conquista e à manutenção de poder –, Bianchi destaca outra concepção do termo inspirada em Maquiavel, a de Curzio Malaparte (1931). Segundo Malaparte, o golpe de Estado é o ato em si da tomada do poder político, podendo ser tanto um momento de revolução quanto de contrarrevolução.

Ressaltando que houve um crescimento contínuo, exceto durante a Segunda Guerra Mundial, do uso da expressão *golpe de Estado* (especialmente no original em francês, *coup d'État*) na bibliografia de língua inglesa, entre a Primeira Grande Guerra e o final dos anos 1960, o autor destaca a importância de compreender a mudança de sentidos relacionada ao termo durante o século XX. Esta mudança ultrapassa as limitações das definições de Naudé e Malaparte, que se tornam um ponto de partida para cenários mais sofisticados de golpe, como aqueles realizados por frações dos poderes Legislativo ou Judiciário ou por representantes de diversos grupos políticos. Como exemplos, Bianchi (2016) aponta o golpe civil-militar brasileiro de 1964, apoiado pelo Senado, que declarou desocupada a presidência de República, e pelo Supremo Tribunal Federal, que empossou um novo presidente, Ranieri Mazzilli, em sessão durante a madrugada. O autor também cita os golpes os que depuseram Manuel Zelaya em Honduras, em 2009, e Fernando Lugo no Paraguai, em 2012, através de papel central de membros do Legislativo.

Dessa maneira, Bianchi (2016) defende uma expansão do conceito, que esclareça quem está comandando o golpe de Estado em questão, quais são os meios da ação e os fins desejados através dela. Enquanto o comandante do golpe se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser o próprio governante, os meios devem ser incomuns, empregando procedimentos e recursos que não estão presentes no funcionamento regular das instituições políticas, e o fim é uma modificação brusca na partilha do poder entre as instituições políticas, não necessariamente pressupondo a troca dos chefes de Estado e de governo. Considerando estes pressupostos, o autor conclui que “golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza, para tal, de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político”.

Nos dois documentários, aponta-se o golpe, sem nomeá-lo diretamente, e os lugares ocupados pelos partícipes da ação deste golpe vão sendo demarcados através dos elementos da montagem, dos enquadramentos, dos sons e dos silêncios. Em oposição a eles, há o espaço da presidenta Dilma.

Democracia em Vertigem: uma presidenta e uma democracia traídas

Em sua análise de *Democracia em Vertigem*, publicada na edição de junho de 2019 da *Revista Piauí*, o diretor e crítico Eduardo Scorel enxerga ambição em um projeto audiovisual que entrelaça a história política e familiar de Petra Costa, englobando um amplo período do Brasil recente, do final dos anos 1950, com a construção de Brasília, até 2018 e a eleição presidencial que teve Jair Bolsonaro como vencedor. Segundo Scorel, a potencialidade histórica do documentário é construída pela premissa de um país que retorna ao seu passado autoritário, estando diretamente condicionada à perspectiva pessoal da

cinasta que afirma temer que a democracia brasileira não tenha passado de um rápido sonho.

De fato, *Democracia em Vertigem* começa pelo fim, na véspera da prisão de Lula – o marco do encerramento de um momento político e a consolidação do que o filme defende, desde o começo, como a crise da estabilidade democrática nacional. Da prisão de Lula, a câmera passa pelo lar do ex-presidente durante oito anos, o Palácio da Alvorada. As imagens do palácio vazio – com seu vasto salão, sua piscina e suas amplas janelas, como símbolo do poder suntuoso e solitário ao entardecer de um dia ensolarado em Brasília – se unem à narração lânguida da cineasta, que retoma momentos do autoritário passado brasileiro. Assim, o documentário passa a rememorar, no presente, tendo como cenário o ambiente de poder palaciano, episódios da violenta história política nacional: revoltas violentamente reprimidas; República surgida por um golpe militar; 21 anos de ditadura (entre 3min11s e 3min29s).

Após a ditadura – segue a narração –, veio a esperança da construção democrática, mas, 30 anos depois do início de um movimento que parecia estar consolidado, a democracia foi apanhada por um processo crescente de vertigem. O sonho efêmero, narra Petra em tom melancólico e contundente logo na abertura do documentário, parece caminhar rumo a seu fim: Dilma foi deposta, Lula, preso. Assim, já em seu início, o filme deixa claro um desencanto com o caminho traçado politicamente pelo País, dentro de uma compreensão do processo histórico nacional que está continuamente articulada com o passado, especialmente o recente.

Há um diálogo, nessa maneira de resumir a história brasileira, com a defesa de Benjamin (1987) do método de análise da história a contrapelo: o passado político brasileiro, em *Democracia em Vertigem*, passa por uma constante articulação histórica através principalmente de imagens de arquivo que registram a rapidez destes movimentos do passado. Por meio deste registro, tais imagens consagram e transformam a memória de um período que passou, mas que ao mesmo tempo ainda permanece. Estes

movimentos, por sua vez, são de dois níveis históricos que se articulam: o público, o dos acontecimentos ligados especialmente à redemocratização brasileira até o processo de retorno ao passado autoritário, e o privado, da cineasta e de sua família, especialmente a mãe.

Logo após a abertura, o filme passa a entremear estes dois níveis históricos, apresentando a redemocratização como uma memória política e pessoal, conduzida pelo olhar de Petra como testemunha deste processo. Assim, desde o ano em que a cineasta nasceu, 1984, acompanhamos, por vídeos de arquivo, o pessoal e o político se entrelaçando: imagens de reuniões familiares, registros das manifestações da campanha das Diretas-já, os anos de seus pais na clandestinidade, durante a ditadura civil-militar, a abertura política, a emergência de Lula como liderança política, suas derrotas eleitorais e a vitória em 2002.

O filme intercala imagens do início dos anos 2000, de uma forma não cronológica. Após as imagens e os vídeos que mostram a euforia com a eleição de Lula, o povo nas ruas no dia de sua posse, vemos imagens de Petra e a mãe, Marília Andrade, se preparando para a primeira eleição em que a cineasta iria votar (entre 9min34s e 9min44s). Avançando no tempo, o filme faz um breve retrospecto dos anos do ex-sindicalista na presidência. Depois de escândalos, renúncia de prováveis sucessores, alianças e dois mandatos, Lula chega ao último ano na presidência com aprovação recorde e escolhe a candidata a ser sua sucessora. Com passagem por Secretarias de Estados e dois ministérios, Minas e Energia e Casa Civil, Dilma Rousseff sai vitoriosa em sua primeira eleição.

Após a divulgação do resultado das urnas, Dilma vai ao encontro de Lula e os dois se abraçam: o filme mostra o diálogo entre aquele que estava prestes a deixar a presidência e aquela que estava perto de ingressar nela, dentro da representação de Dilma como figura política em ascensão. Enquanto os dois se abraçam e se beijam, Dilma diz: “Presidente, o senhor inventou essa!” (entre 17min17s e 17min29s). À euforia privada dos dois políticos, se segue a das ruas: fogos de artifício na Avenida

Paulista lotada, bandeiras, carros de som e pessoas celebrando a eleição da primeira presidenta brasileira. Entre elas, Marília, que corre e dança pela avenida, no que é seguida pelos rodopios da filha, que vai em direção à câmara até encostar o rosto nela (entre 17min47s e 18min35s).

Dentro de sua criação de espetáculo enquanto filme, ao investir em uma determinada visão sobre a história política brasileira, *Democracia em Vertigem* dialoga com as dinâmicas de representação e produção de história que Comolli (2015) identifica no cinema, dentro de uma produção de história simultaneamente geral e pessoal, com a inserção direta nestas histórias das personagens reais do filme, em especial Petra e Marília. Esta aproximação entre a história geral e a pessoal é muito importante em *Democracia em Vertigem* e em sua forma de representação das figuras políticas e da atividade política enquanto um mosaico de acontecimentos históricos que entrelaçam as esferas pública e privada¹⁰⁶.

Sete anos depois de comemorarem a vitória de Dilma, Petra e sua mãe se encontram com a já ex-presidenta (19min42s). O encontro, não por acaso, é focalizado a partir da conversa entre Dilma e Marília, ambas mineiras e presas durante a ditadura civil-militar; a última por menos tempo e cerca de dois anos antes. Em função da sua identificação de trajetória com Marília, Dilma parece estar à vontade, sendo mostrada em uma faceta que exemplifica o constante entrelaçamento entre público e

106 Outros dados biográficos da família da cineasta que exemplificam este entrelaçamento das esferas pessoal e política: na década de 1970, seus pais foram militantes de esquerda, ligados ao PC do B e à Pedro Pomar, assassinado pelos órgãos de repressão da ditadura civil-militar em 1976 e a quem Petra deve seu nome. Após os anos de clandestinidade, seu pai, Manoel Costa Júnior, foi Deputado Federal pelo PMDB e Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária em Minas Gerais, nos governos de Aécio Neves e Antônio Anastasia. Seu avô paterno, Manoel da Silva Costa, foi deputado estadual em Minas Gerais, pela UDN e pela ARENA. Por parte de mãe, a cineasta é neta de um dos fundadores da empreiteira Andrade Gutierrez, que esteve envolvida nas investigações da Operação Lava Jato, Gabriel Donato de Andrade.

privado que o documentário realiza em sua construção sobre a política como um todo e, da mesma forma, em relação à figura política da ex-presidenta.

Dilma afirma que foi escolhida por Lula para ser sua sucessora, mesmo não querendo aceitar a tarefa. Todos sabiam disso, ela destaca, apesar de Lula não expressar sua escolha: “ele não fala”, Dilma complementa –, definindo-o como alguém que faz política de fato consumado (21min30s). Ela diz para Petra e Marília que sua hesitação em aceitar ser candidata à presidenta estava relacionada ao desgosto com a perda de liberdade e da sensação de ser anônima. Liberdade maior, Dilma ressalta, sentiu durante os meses de clandestinidade antes de ser presa pela ditadura.

Em sua construção estética e de representação histórica do período entre o início do governo de Dilma e o processo que levou ao seu *impeachment*, *Democracia em Vertigem* consolida a representação dela enquanto chefe de Estado e de governo pós-lulismo que não conseguiu manter aquele sistema de coalizão política e de consolidação eleitoral – explicado por André Singer (2012) –, que havia permitido a seu antecessor ser reeleito e terminar o segundo mandato com mais de 80 por cento de aprovação. Esta representação, contudo, não constrói Dilma enquanto a única responsável (nem mesmo como a maior culpada) por esta cisão: pelo contrário, destaca que o processo foi construído por um conjunto muito mais amplo de forças e atores políticos, que por sua vez escolheram o caminho do rompimento e da traição que levou ao *impeachment*.

O primeiro destes atores apontado pela cineasta é Michel Temer (PMDB-SP)¹⁰⁷, logo quando se torna vice-presidente. Ao resgatar as imagens da cerimônia de transmissão da faixa presidencial de Lula para Dilma, em 1º de janeiro de 2011, Petra destaca, na descida de Lula,

107 Em agosto de 2017, o partido voltou a usar o nome de MDB.

Marisa Letícia, Dilma e Temer da rampa do Palácio do Planalto, o “precipício entre Dilma e seu tenso vice-presidente. Temer, à direita, tem seus gestos controlados, como se estivesse dentro de uma caixa. Ele entrelaça os dedos e puxa as mãos, como se quisesse separá-las. Foi um casamento arranjado” (de 22min50s a 23min32s).

Como ressalta Escorel (2019) em sua análise de *Democracia em Vertigem*, o filme credita a cassação de Dilma, em mesma proporção, às suas falhas e às suas qualidades, como quando aproveitou sua alta popularidade, no começo de 2013, para tirar nomes ligados ao PMDB de cargos importantes e pressionar os bancos a reduzir a taxa de juros; ou meses depois quando – ao tentar reverter a queda rápida de sua popularidade –, aprova uma série de medidas anticorrupção, como a delação premiada. Além disso, decide por não interferir nas investigações da Operação Lava-jato. Com a ênfase nestas medidas, especialmente as duas últimas, Escorel observa que Petra Costa consolida a narrativa de que Dilma teria sido vítima de sua própria integridade.

Neste contexto, após a autorização de abertura do processo pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), até a cassação do mandato pelo Senado, teve curso um processo de teatro político que consolidou a centralidade de Cunha para a concretização da queda de Dilma. Esta centralidade é reforçada por Dilma ao confessar à cineasta que faltou a ela e ao seu partido enxergarem o crescimento da hegemonia da direita, consolidada politicamente pela eleição de Cunha à presidência da câmara, em 1º de fevereiro de 2015, e a posterior montagem do que define como *a estrutura do golpe*, que a ex-presidenta credita como a responsável por não permitir que ela governasse efetivamente em 2015 (entre 52min08s e 52min38s).

Além de dar voz à versão de Dilma para o papel de Cunha na materialização do seu *impeachment*, Petra ilustra o processo dando voz à parlamentares favoráveis e contrários à deposição da petista, como o deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO), no primeiro grupo, e o

então senador Roberto Requião (PMDB-PR), no segundo. Enquanto Gaguim relaciona a ex-mandatária a uma posição de combate, destacando que políticos do próprio PT reclamavam de não ter recebido um tratamento amigável dela, Requião credita o *impeachment* especialmente à crise econômica, mas também à postura litigiosa de Dilma em relação ao Parlamento, ao judiciário e aos eleitores (entre 52min54s e 53min40s).

Dentro deste cenário de crise institucional, é possível relacionar a construção do documentário acerca das especificidades ligadas ao cenário político brasileiro, que levaram ao *impeachment* de Dilma, com o destaque de Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (1998) das características e dos limites do *presidencialismo de coalizão* brasileiro. Assim, ressaltando que no caso de uma disputa entre um ou mais deputados e o governo, envolvendo o apoio ao executivo por parte do primeiro (ou primeiros) e a atenção de seus pleitos por parte do segundo, Limongi e Figueiredo (1998) avaliam que os deputados devem agir coletivamente, tendo força apenas se coordenarem seus comportamentos. Ao destacar o papel de Cunha para materializar o processo de *impeachment* de Dilma, através da fala da ex-presidenta, de imagens de arquivo e de sua narração, a cineasta ressalta como o ex-presidente da Câmara aliou cálculo político e vingança em seu exercício de articulação do *impeachment*.

Se em março de 2015, Cunha afirmou em entrevista que a ideia de *impeachment* por pedaladas fiscais era absurda, meses depois, após se afastar publicamente do governo, ao montar, através de seu poder como presidente da Câmara e padrinho político de diversos deputados, o que Dilma definiu como a “estrutura do golpe”, ele aceitou o pedido de *impeachment* e abriu o processo que culminou na deposição da primeira presidenta brasileira. Através das imagens e dos pronunciamentos do deputado nestes dois momentos, acompanhados da narração de Petra, o documentário flagra e explica as contradições presentes na mudança de

postura de Cunha. A cineasta ressalta, em sua narração, que a abertura do processo só foi autorizada por Cunha após ele perder, dentro do processo de disputa entre forças legislativas e executivas, o apoio do governo e do PT, com o primeiro se recusando a pressionar os deputados do partido a votarem a favor do presidente da câmara na investigação por recebimento de propina, que posteriormente levou à cassação do seu mandato (entre 51min02 e 51min20s).

Dessa forma, considerando a defesa de Bianchi (2016) da expansão conceitual de golpe de estado, definindo-o enquanto uma mudança institucional realizada por uma parte do aparelho de Estado através da utilização de estratégias que ultrapassam as regras comuns do poder político, é possível considerar que *Democracia em Vertigem*, em sua representação do processo de *impeachment* de Dilma, pelo menos, se aproxima da noção de golpe, relacionando-a às noções de farsa, teatro, traição e rompimento dentro de um processo de litígio político e de crise da democracia que se acentuou a partir das manifestações de junho de 2013¹⁰⁸. Assim, o documentário considera o *impeachment* fundamental para seu destaque da noção de democracia em vertigem, relacionando-o diretamente tanto com a postura de instituições políticas como um todo, especialmente o legislativo, com a atuação destacada de membros destas instituições, como o deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, e o Senador Aécio Neves (PSDB-MG). Além do vice-presidente Michel Temer.

Também há espaço para a discussão sobre o papel do Judiciário, especialmente através da atuação do então juiz federal Sérgio Moro no âmbito da operação Lava-jato. Após a reprodução do áudio da notória conversa telefônica entre Dilma e Lula, acerca da nomeação do ex-presidente para o Ministério da Casa Civil (suspensa dois dias depois da

108 Apesar de a cineasta não mencionar a palavra *golpe* para se referir ao *impeachment* de Dilma durante suas narrações ao longo do documentário, a palavra é mencionada 11 vezes no filme, através de falas de entrevistados (FREIRE, 2020).

posse pelo ministro do STF Gilmar Mendes), simultaneamente à exibição de um plano noturno do Palácio da Alvorada e da vista do alto da Praça dos Três Poderes, a narração da cineasta destaca que, se para algumas pessoas, o áudio mostrava que Lula estava sendo nomeado ministro para acessar ao foro privilegiado e evitar ser preso, para outras, o gesto de Moro, ao tornar pública a gravação, explicitava seu uso político do cargo de juiz ao influenciar a opinião pública (entre 38min40s e 39min35s).

Considerando como *Democracia em Vertigem* potencializa a capacidade do cinema de construir ilusão, representação e história, conforme o destaque de Comolli (2015), ao mesclar uma representação de história geral e pessoal tanto da política brasileira como um todo quanto da figura política de Dilma Rousseff, é importante destacar que esta representação simultaneamente pública e privada da política está presente tanto no ponto de vista que a cineasta explicita desde o início do filme, enquanto a forma pela qual o documentário apreende a política brasileira, enquanto um mosaico de acontecimentos históricos que entrelaçam as esferas pública e privada de Petra e sua família, quanto da própria natureza da política brasileira enquanto atividade institucional. Esta natureza está presente em algumas imagens enfatizadas por *Democracia em Vertigem*, como as dos discursos dos deputados em seus votos a favor do *impeachment* de Dilma, dedicando seus votos à família, às *suas* famílias e à família brasileira como um todo.

Condicional a esta representação de uma política marcada pelo domínio do privado pelo público e pela mobilização de parcelas significativas do aparelho de Estado, especialmente através da articulação de figuras proeminentes do poder legislativo, através da utilização de estratégias que ultrapassam as regras comuns do poder político, a fim de realizar uma mudança institucional consolidada pelo *impeachment* de Dilma, está a representação das figuras da ex-presidenta e da democracia brasileira como vítimas deste processo de ruptura institucional. Como

centrais nesta representação, se destacam dois pronunciamentos de Dilma, a entrevista à cineasta após a votação na Câmara que autorizou a abertura do processo de *impeachment* e seu discurso no Senado antes da votação final do processo. No primeiro, à pergunta de como reagiu à votação dos deputados, ela ganha ares de dignidade ao registrar sua serenidade externa e sua indignação interna (entre 1h02min55s e 1h03min18s), enquanto no segundo, em uma fala contundente, porém equilibrada, ela demonstra medo da morte da democracia brasileira (entre 1h22min09 e 1h22min15s), ecoando que, para o documentário, se Dilma foi injustiçada, mais ainda o foi a democracia nacional.

O processo de um impedimento: a presidente e o embate no legislativo

Ao contrário de *Democracia em vertigem*, o filme de Maria Augusta Ramos, *O Processo*, está focado no período entre a abertura da ação contra Dilma Rousseff, em abril de 2016 na Câmara, e a votação final no Senado, encerrando com o resultado social e político de sua saída meses depois. Segundo a diretora, ela foi para Brasília acompanhar a votação na Câmara e, surpresa com o resultado, resolveu ficar e registrar o processo até a votação final no Senado.¹⁰⁹ Entre abril e agosto, a documentarista e sua equipe percorreram as salas do Congresso Nacional, ouvindo o que diziam nos gabinetes, no plenário, nos corredores. A câmera acompanha e grava, mas aparentemente não participa dos fatos que registra. Ela atua como um observador, que não se envolve com o que registra; no entanto, quando consideramos a discussão de Comolli (2015), entendemos que as ações de enquadramento, que deixam alguns elementos no campo e outros no fora de campo, já são ações de tomada

109 Disponível em: www.huffpostbrasil.com/2018/05/18/o-processo-o-documentario-que-quer-que-voce-reflita-sobre-o-impeachment_a_23438311/. Acesso: em 27 set.2020.

de posição. E esse aspecto é evidente em *O Processo*. Embora não haja narrador, exceto por textos explicativos que entram na tela situando fatos e temporalidades, as únicas vozes e barulhos que se escutam é do próprio movimento no Congresso. São deputados e senadores em reuniões, em votações; servidores, jornalistas e outros *habitués* do lugar. Dentro e fora do Congresso, o movimento, as ações rápidas e sobrepostas são constantes.

Em menos de dez minutos, uma câmera aérea mostra grupos divididos em frente ao Congresso, acompanhando a primeira votação, aquela que autoriza a abertura do processo de impedimento; passamos para o interior da Câmara Federal, misturando imagens da votação, com aquelas acompanhadas ao vivo em todo o País. Revivemos aquele dia, aquela tensão. Ouvimos novamente os discursos, a favor e contra o *impeachment* de Dilma, e ao final a decisão. Como um filme clássico, a abertura do documentário nos localiza no Planalto Central, nos aponta o espaço em que se dará nossa intrincada trama, e já identifica alguns dos personagens centrais. É um sumário da narrativa, porém de uma narrativa que já aconteceu, está no passado, mas ainda reverbera.

Após essa contextualização, o título do filme é inserido e a narrativa passa a ser realmente construída. Em primeiro lugar, é interessante apontar os aspectos dessa construção. Ao longo de duas horas, como dissemos, vamos acompanhando imagens do dia a dia no Congresso. Apesar da importância do processo em torno do *impeachment*, essa não é a única coisa que acontece no lugar. A manutenção precisa ser feita, a mídia precisa ser atendida, decisões sobre outros assuntos precisam ser tomadas. Há uma normalidade na excepcionalidade.

A partir das 450 horas filmadas, acompanhando as reuniões no Senado e observando em especial as falas da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), do Advogado Geral da União que defende Dilma, José Eduardo Cardozo, e da advogada de acusação, Janáina Paschoal, a diretora dá voz especialmente a um lado da questão: aquele que organiza

a defesa da presidenta Dilma Rousseff¹¹⁰. Em vários momentos, vemos os advogados e os senadores articulando a defesa, pesando a situação e seus desdobramentos, e inclusive prevendo a derrota (como em 47min38s, quando Gleisi reconhece: “vamos perder, está dado. Temos que ganhar tempo”). Em 12min29s, há uma discussão entre advogados sobre a pertinência ou não da causa em questão. A partir da análise de documentos, entende-se que o Senado tomou ciência de que haveria um avanço em metas futuras (uso de verbas do ano seguinte), a ação foi aprovada por unanimidade pelo Senado e o caso arquivado. Ou seja, em doze minutos já está claro que tudo o que acontecerá depois é apenas uma ação política. Aos 15min, na sessão do Senado de 26 de abril de 2016, essa verdade vai-se construindo.

A sessão é uma balbúrdia! Equipes da TV Senado registram tudo, pessoas conversando, rindo, enquanto Gleisi fala para uma espécie de vazio de ouvintes. A figura da senadora no documentário é de fundamental importância. Ao longo de boa parte do filme, ela pontua a defesa de Dilma, formando com a presidenta dois vértices do triângulo. O terceiro vértice é mostrado um pouco antes da fala de Gleisi, e é formado pela advogada Janaina Paschoal, uma das autoras do pedido de *impeachment*, mas cuja performance ao longo do processo simboliza este pedido. É, portanto, no entorno dessas três mulheres que o discurso fílmico irá em vários momentos se concentrar. A performance exacerbada, chorosa, esvaziada de argumentos sólidos, de Janaína (aos 23min40 chora ao falar do futuro das crianças, por exemplo), contrasta com a sobriedade e assertividade de Gleisi, que traz fatos, aponta as incongruências e desmascara o jogo político por trás da ação. E, ao invés de Petra, Maria Augusta constrói a figura de Michel Temer como o

110 Na entrevista citada, a diretora afirma que teve mais acesso ao gabinete da defesa de Dilma; e que na montagem resolveu dar voz à defesa, o que não aconteceu durante o processo.

grande articulador do processo, e aquele que mais tem a ganhar com o afastamento de Dilma do cargo.

Assim, apesar do aparente ar de imparcialidade do documentário, os recortes, os enquadramentos e, em especial, a montagem, deixam explícitos em que pontas do triângulo a diretora se coloca. Sem voz narradora, sem resgate pessoal da história. Apenas flagrando olhares, sorrisos, ações dos “inimigos” nada ocultos, como o riso de Aécio Neves durante a última fala de Dilma no Senado, em 29 de agosto.

Se o documentário foca principalmente nas sessões públicas que se passam no Senado e nas ações privadas nos gabinetes dos articuladores de Dilma, é a aparição da figura da ex-presidenta que quebra o ritmo da narrativa e ajuda a reforçar a ideia do golpe palaciano, arquitetado pelo legislativo, como prevê Bianchi (2016). E isso se dá em cinco momentos principais, em especial após alguma fala que associe o processo ao golpe. A **primeira aparição** é após uma reunião de apoiadores que defendem que o processo é um jogo de cartas marcadas (17min). Dilma surge em frente ao Palácio da Alvorada (18min) e é recepcionada por um público que grita “Dilma guerreira, da Pátria brasileira!”, e oferece flores para ela.

A **segunda aparição** é em 5 de maio, após o afastamento decidido pelo Senado. Inicialmente vemos Janaína Paschoal ser entrevistada por uma rádio de Londrina (31min50s); o jornalista a abraça e diz estar torcendo por ela. Segue-se a sessão conturbada da Comissão Especial de Inquérito, presidida pelo Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (entre 35min55s a 40min). Ao final, há uma nova manifestação de apoio à Dilma em frente ao Palácio e, aos 41min19s, ela aparece e faz seu discurso de saída do governo, dizendo-se vítima de uma farsa judicial. Novamente, a figura de Dilma está cercada pelo povo.

A **terceira aparição** é após uma entrevista de José Eduardo Cardozo (52min), criticando o atropelo do processo. Aos 53min, Dilma entra em uma sala com várias pessoas, inclusive o ex-presidente Lula e representantes estrangeiros. Ela os abraça, sorri e os consola. A

representante francesa lamenta a falta de apoio do governo francês que não reconhece ser um golpe. Aos 54min22s, Dilma, enfática, afirma que a oposição contra ela é também uma luta contra o feminismo. Explica que há dois discursos construídos sobre ela pela mídia. Em um ela é fria, insensível e calculista, pois não renunciou, não chorou e não se fragilizou. Em outro ela é descontrolada, e está tomando medicação tarja preta. A postura de Dilma é de quem reconhece que a ação do golpe envolve muito mais do que pedaladas fiscais. Na imagem, enquanto fala, ela aparece centralizada no quadro, o que lhe confere equilíbrio e autoridade. O vermelho da roupa que ela veste se funde ao vermelho de um sofá ao fundo do quadro, e essa fusão de cores reforça o poder daquela mulher, que está sendo retirada à força de seu cargo, mas que não utiliza de sentimentalismo para se defender.

A **quarta aparição** é em seu depoimento no Senado em 29 de agosto. Em 1h44min34s, Dilma entra no Congresso cercada por uma grande comitiva que vem apoiá-la, abraçá-la, cumprimentá-la, fotografá-la. Ela entra na sala da reunião e por um tempo observa os presentes, até que é convidada a sentar e responder as perguntas. Ao responder a senadora Simone Tebet (PMDB-MT), Dilma didaticamente explica a crise mundial que se arrasta há quase uma década e que afeta o Brasil. Ao responder Aécio Neves, quando este afirma que o impedimento nasceu nas ruas, o jogo de olhar entre os dois é reforçado pela montagem, pois foram concorrentes na eleição de 2014. Dilma sorri e diz que o *impeachment* surgiu de uma chantagem de Cunha, e não das ruas, mas que a vida é dura. E diretamente para Aécio, pergunta: “é, Senador?”, e ele apenas ri. A duração longa do plano sobre Aécio deixa explícitas as intenções por trás do processo. São muitos os motivos que vão se acumulando a cada momento. O interesse de um vice-presidente,¹¹¹ a vingança de um ex-concorrente, o despeito de um chantagista.

111 Sintomático que em agosto de 2017, o partido do vice-presidente voltou a se chamar MDB.

A **quinta e última aparição** é aos 2h08min202, quando Dilma surge em meio a um grupo de pessoas que foi apoiá-la e ouvi-la fazer seu último discurso como presidenta do Brasil. Os presentes gritam palavras de ordem e afirmam que a história irá absolvê-la. Novamente de vermelho, cercada de pessoas que fizeram sua defesa, como a senadora Gleisi Hoffmann, o senador Lindberg Farias (PT-RJ) e o Advogado Geral da União José Eduardo Cardozo, Dilma faz seu pronunciamento e, citando Maiakovski, diz que “não estamos alegres, mas não estamos destruídos”.

A Dilma guerreira, cercada pelo povo e pelos apoiadores, é a figura que se destaca. Forte e destemida, com o mesmo espírito da guerrilheira que a move adiante. Sempre.

Considerações finais

Ao analisar a construção da figura política de Dilma Rousseff em *O Processo e Democracia em Vertigem*, observamos de que maneira há um diálogo entre política, estética e cinema. A visão complementar dos dois filmes compõe um mosaico do qual emergem diversos matizes, tanto da figura política da primeira presidenta brasileira quanto de um período emblemático da história política nacional recente.

No campo das semelhanças, destaque para o diálogo sutil com as discussões ligadas ao caráter de golpe de Estado do processo de *impeachment* de Dilma, e da ausência de neutralidade das construções cinematográficas, especialmente em relação à denúncia e à demarcação de posições políticas, que em termos teóricos dialogam com as considerações de Bianchi (2016) e Comolli (2015). Este diálogo, em ambos os filmes, se relaciona com o fato de os dois serem dirigidos por mulheres, cujos documentários destacam a destituição da Presidência da República de uma mulher, no universo masculino da política nacional.

Em relação às diferenças, é possível apontar que, por um lado, *Democracia em Vertigem* privilegia o constante entrelaçamento entre público e privado para construir sua tese de um país que, após ter sua democracia e sua presidenta traídos, caminha em direção ao colapso autoritário do qual parece nunca ter de fato saído. O longa-metragem de Maria Augusta Ramos, por sua vez, investe no modelo de cinema de observação para consolidar a noção de processo com ares de farsa e cheiro de golpe em relação ao cenário político brasileiro no contexto do *impeachment* de Dilma, construída enquanto figura política tanto por sua presença quanto por sua ausência no filme.

Se a voz de Dilma, no filme de Petra, é confessional, feita num ambiente doméstico, quase um encontro entre amigas, a voz de Dilma no filme de Maria Augusta é a da combatente, a da mulher no campo da política, e que se sabe apoiada por brasileiros e brasileiras que acreditam no seu projeto político, mas é da também a da presidenta que reconhece que seus adversários políticos têm muito a perder com sua permanência no governo. E, como o herói que não trai a causa, ela prefere se retirar dessa batalha, mas não compactuar com coalizões que são contrárias aos seus ideais.

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica. Arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol. 1. São Paulo, 1987, p. 222-232.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica. Arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol. 1. São Paulo, 1987, p. 197-221.

BIANCHI, Álvaro. **O que é um golpe de estado?** Junho Blog, 26 mar. 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>>. Acesso em: 16. set. 2020.

COMOLLI, Jean-Louis. O espelho de duas faces. In: YOEL, Gerardo (Org.). **Pensar o cinema**. Imagem, ética. Filosofia. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 165-203.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder**. A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DEMOCRACIA EM VERTIGEM. Direção e Roteiro: Petra Costa. Produção: Joana Natasegara, Shane Boris e Thiago Pavan. Nofoco Filmes, Autentika Films, Conjin Film, Brasil: Netflix, 2019. 121 min, color.

FREIRE, Sabrina. Poder 360, 8 fev. 2020. **Lembre os argumentos de “Democracia em Vertigem” e seus contrapontos**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/lembre-os-argumentos-de-democracia-em-vertigem-e-seus-contrapontos/>>. Acesso em: 16 set. 2020.

ESCOREL, Eduardo. Democracia corrompida: políticos, empresários e partidos em vertigem no documentário de Petra Costa. In: **Piauí**. São Paulo, n. 153, ano 13, p. 46 – 50, jun. 2019.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova** [online], n.44, p. 81-106, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>>. Acesso em: 16. set. 2020.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. In: **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O PROCESSO. Direção e Roteiro: Maria Augusta Ramos. Produção: Paula Alves e Maria Augusta Ramos. Brasil: Nofoco Filmes, Autentika Films, Conjin Film, Canal Brasil e Vitrine Filmes, 2018. 141 min, color.

ROSSINI, Miriam de Souza. O cinema e a história: ênfases e linguagens. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy, SANTOS; Nádía Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais.** Percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2009, p. 123-147.

CAPÍTULO III

O GOLPE E O *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA

SOBRE AS VEREDAS JURÍDICO-POLÍTICAS DA DEPOSIÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Domingos Barroso da Costa
Andrey Régis de Melo

Introdução

Com o presente trabalho, visamos abordar a deposição da Presidenta Dilma Rousseff tomando por ponto de partida os aspectos jurídicos do processo que culminou na perda de seu mandato. Propomo-nos, então, a identificar e expor as manobras pelas quais se cuidou de converter uma deposição (golpe) em *impeachment*, de transformar em crime de responsabilidade uma situação fática comum e reiterada na Administração Pública, praticada, inclusive, por alguns dos antecessores e julgadores da então Presidenta.

Nesse percurso, faz-se necessária uma reflexão sobre os mecanismos acionados para conferir ares de legitimidade à acusação que lhe foi dirigida, o que inclui a construção de uma narrativa cuidadosamente disseminada, ao ponto de angariar o apoio popular necessário para que senadores e deputados federais aderissem ao projeto o qual, ao final, culminou em um golpe que, por sua complexidade, se pode definir como jurídico-midiático-parlamentar.

E se as questões até aqui destacadas podem ser definidas como aspectos objetivos do golpe de 2016, pensamos que a investigação crítica do evento não pode desprezar importantes aspectos subjetivos. Referimo-nos, em especial, à necessidade de se analisarem os sentimentos cuja mobilização foi eficaz em reunir boa parcela da população em apoio ao golpe, bem como os efeitos que a polarização decorrente da empreitada conspiratória ainda produz.

Contornos jurídicos do *impeachment* de 2016: formas e conteúdo

Os contornos formais gerais do processo de *impeachment* estão previstos nos arts. 85 e 86 da Constituição Federal de 1988, inseridos em seção que trata da “Responsabilidade do Presidente da República”. Enquanto o art. 85 traz um rol exemplificativo de condutas atentatórias ao dever de responsabilidade, o art. 86, por sua vez, cuida dos modos de processamento do *impeachment*. Apesar da previsão constitucional – que traz normas gerais, como frisado –, é a Lei nº 1.079/50 que melhor definirá tanto os chamados *crimes de responsabilidade*¹¹², quanto os ritos processuais para seu julgamento.

O processamento dos crimes de responsabilidade dá-se em duas fases (CF, art. 86, *caput*). A primeira passa-se perante a Câmara dos Deputados, responsável pelo juízo de admissão da acusação a qual depende do voto favorável de 2/3 de seus membros. Se admitida a acusação, ao Senado caberá processá-la e julgá-la (segunda fase). Sendo instaurado o processo, o Presidente é afastado de suas funções (CF, art. 86, II).

Lembremos que, nos termos do art. 14 da Lei nº 1.079/50, é permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República por crime de responsabilidade perante a Câmara dos Deputados.

As formas do *impeachment*, como visto, não são demasiado complexas e, no caso do impedimento da Presidenta Dilma, sua observância era essencial na busca pela legitimação do golpe que estava em curso. Noutras palavras, para escamotear os vícios de conteúdo, a correção do procedimento era pretexto do qual os artífices da trama não poderiam abrir mão. Tratando do caso, bem destacam as Professoras Beatriz Vargas Ramos e Camila Prando:

Claro que o rito é importante e sua não observância pode gerar nulidade, mas a forma não é tudo. A razão de ser do

112 A rigor, não se trata de crimes, mas de infrações político-administrativas cujo reconhecimento não tem por consequência penas corporais – como se observa em relação aos crimes –, mas suspensão de direitos políticos (sanção política) e perda do cargo (sanção administrativa) (art. 52, parágrafo único, da CF).

processo não é a forma e sim o conteúdo. A forma está a serviço do conteúdo, da finalidade – cumprimento das garantias constitucionais. O *impeachment* em curso contra a Presidenta Dilma, podemos afirmar, é apenas “forma à procura de um conteúdo”¹¹³. É simples forma e, por si mesma, não garante a constitucionalidade do processo, ainda que observadas as delimitações feitas pelo STF. Falta-lhe conteúdo que se enquadre nas categorias de crime de responsabilidade previstas na Constituição (art. 85, CRFB). (RAMOS; PRANDO, 2016, p. 53).

O que acima se descreve é a instrumentalização das formas jurídicas em benefício de determinados interesses políticos, a apropriação do direito por determinados grupos a fim de revestir de legalidade atos espúrios e antidemocráticos de imposição de poder. A isso se dá o nome de *lawfare*, que diz do uso do direito como arma em substituição a meios mais estrepitosos e explicitamente violentos de imposição de poder. Em resumo, no lugar dos tanques e tropas de outrora, pode-se afirmar que o direito é, hoje, o instrumento mais utilizado na imposição de golpes de estado¹¹⁴.

Nesse aspecto, o deliberado uso das armas jurídicas fornecidas pelo aparente Estado de Direito ficou mais claro nos anos que sucederam a deposição da Presidenta Dilma, quando se deu início à execução das reformas neoliberais pelos governos associados ao golpe (Temer e Bolsonaro). Nenhuma novidade:

113 Segundo Marcelo Semer, referindo-se ao impedimento de Dilma Rousseff: “[...] o movimento pelo *impeachment* começou antes da posse da presidenta. Desde o início, tratou-se da pena à procura de um crime. Ao fim, são desvios orçamentários, frutos de uma alteração de entendimento do TCU, com efeitos retroativos, que maquiaram a deposição como afastamento, instalando no poder aquele que, presidente em exercício, praticara idênticos atos aos inquinados de ilegais”. (RAMOS; PRANDO, 2016, p. 108).

114 Certamente não por coincidência, cada vez mais se aponta o uso da *lawfare* na América Latina, mais precisamente nos golpes ocorridos em Honduras, Paraguai, Brasil e Bolívia.

O Estado como fator de força tanto de política interna quanto externa foi a correção que a burguesia se viu obrigada a fazer em sua teoria e prática do “Estado de direito”. Quanto mais a dominação burguesa foi ameaçada, mais comprometedoras se mostrarão essas correções e mais rapidamente o “Estado de direito” se converterá em sombra incorpórea, até que, por fim, o agravamento excepcional da luta de classes force a burguesia a deixar completamente de lado a máscara do Estado de direito e a revelar a essência do poder como violência organizada de uma classe sobre as outras (PACHUKANIS, 2017, p. 151).

Voltando ao caso da Presidenta Dilma, certo é que as formas jurídicas não foram eficazes em camuflar o golpe que veiculavam em nome de interesses facilmente identificáveis, em detrimento de um mandato legitimamente conquistado e, logo, da democracia brasileira, que segue sua agonia¹¹⁵. Não foram poucos os juristas brasileiros que, comprometidos com a democracia, denunciaram e seguem resistindo às tentativas de decantação da manobra política golpista levada a cabo a partir de uma acusação inconsistente recebida pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e subscrita pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaína Paschoal.

Para Alysson Leandro Mascaro:

[...] a acusação de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff não encontra correlação sistemática com outros casos que se situem no mesmo grau de exigência fática e que tenham merecido semelhante julgamento; a construção do crime e do remédio de grau impactante exigiria o mesmo a todas as demais condutas dos agentes políticos nacionais,

115 *Ciro Gomes é um dos que chamam a atenção para a repetida interrupção de nossos projetos democráticos: “Um breve resgate histórico da democracia brasileira nos assombra quando percebemos que, no pós-guerra, somente três presidentes democraticamente eleitos (Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva) terminaram seus mandatos. Ou seja, no Brasil, a regra é o golpe e o autoritarismo.” (2016, p. 39).*

fato esse inexistente e mesmo de impensável aplicação. A validade do crime de pedalada fiscal, em uma interpretação sistemática, é desprovida de qualquer fundamento. (MASCARO, 2018, p. 74).

A acusação recebida e processada na Câmara e no Senado apoiava-se em dois motivos: a edição, em 2015, de decretos não numerados para abertura de créditos suplementares e o atraso, no mesmo ano, do pagamento devido ao Banco do Brasil de subvenções relativas ao “Plano Safra” (RAMOS; MOREIRA, 2016, P. 57). A questão é que, não se amoldando às condutas previstas – ainda que de forma aberta – como crimes de responsabilidade ensejadores do *impeachment*, aqueles que se associaram para consumir a deposição tiveram de se socorrer de torções narrativas a fim revestir o golpe que se aperfeiçoava de uma legalidade ao menos aparente.

Certo é que ao Judiciário caberia intervir, diante de tão evidente descompasso entre as condutas atribuídas à Presidenta na acusação levada ao Congresso e aquelas previstas como crimes de responsabilidade ensejadores de impedimento. Caso o fizesse, agiria em proteção à democracia e ao próprio devido processo legal (CF, art. 5º, LV), princípio do qual se infere a exigência de que a acusação apresentada veiculasse imputação de conduta(s) que, no mínimo, aparentasse(m) se amoldar a prática(s) caracterizadora(s) de crime(s) de responsabilidade. Essa subsunção pelo menos aparente é verdadeira condição para recebimento e processamento da acusação, sob pena de se admitirem graves violações a direitos fundamentais e, na hipótese, o irremediável comprometimento do próprio regime democrático – como de fato ocorreu, os trágicos efeitos da ruptura ainda sendo experimentados com todo seu potencial deletério. Em síntese, no caso, o controle da legalidade não poderia se resumir a uma verificação meramente formal quanto à observância das normas regentes do procedimento de *impeachment*,

deveria, também, cuidar de uma análise em profundidade suficiente dos conteúdos que sustentam essas formas.

Se há um consenso de que a Suprema Corte deve zelar pelo devido processo legal, então não existe nenhuma propriedade na afirmação de que o exame quanto à presença da condição da ação está a salvo da análise constitucional. A definição de devido processo legal aplicada ao processo de *impeachment* passa necessariamente quanto à satisfação da condição da ação (aparência de crime de responsabilidade) que, a um só tempo, determina a razão de ser do processo e firma a competência do Congresso Nacional para se ocupar do julgamento de mérito. A única maneira de dispensar o STF dessa análise é admitir abertamente a possibilidade de depor um Presidente com base em julgamento político – o que equivale à violação mais escancarada do sistema presidencial de mandato fixo. (RAMOS; PRANDO, 2016, p. 55-56).

Sem economizar críticas à forma de governar da Presidenta Dilma, Ciro Gomes – que à época externava apoio à lava-jato – é enfático ao afirmar que não havia ilegalidade que justificasse seu impedimento, assim convertido em golpe:

[...] por mais que a população estivesse insatisfeita com os rumos da economia do país, por mais que os políticos corruptos quisessem barrar a operação Lava Jato e por mais que os interesses internacionais incentivassem a ruptura democrática, não havia nenhum motivo legal para a aprovação do *impeachment* da presidenta Dilma. O *impeachment* é o último recurso aplicado pela Constituição contra um mandato democraticamente eleito. Não foi apresentado nenhum crime de responsabilidade dolosamente cometido pela presidenta, uma vez que as chamadas pedaladas fiscais não passam de manobras fiscais que, por mais que sejam uma anomalia, não estão previstas na Constituição como passíveis de crime de responsabilidade. (2016, p. 41).

E prossegue, apontando o que considera algumas das razões primeiras do golpe:

O que se formou, então, para a garantia da aprovação do *impeachment* e, portanto, do golpe, foi um consenso entre o presidente (afastado¹¹⁶) da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que é investigado e réu por desviar mais de R\$ 500 milhões do orçamento público em contas na Suíça, com o vice-presidente Michel Temer¹¹⁷, que também tem contra si uma série de denúncias e investigações por corrupção, e com todo o *status quo* do PMDB, do PSDB e de outros partidos que viram no golpe a chance de se livrarem de acusações e assaltarem o poder a fim de desenvolver seus interesses próprios, mesmo que estes tenham sido derrotados nas urnas. (2016, p. 41).

E há mais para se tratar quanto à participação do Judiciário na deposição da Presidenta Dilma. Se ao Supremo Tribunal Federal se podem atribuir omissões que se procurou disfarçar sob uma retórica de neutralidade, no extremo oposto, o ativismo dos juízos de primeiro e segundo graus foi fundamental à construção do golpe (SEMER, 2016). Conduções coercitivas ilícitas, prisões indevidas, vazamentos de conversas captadas em interceptações ilegais, condenações açodadas, uma escancarada seletividade persecutória¹¹⁸, além da associação espúria com a

116 Preso preventivamente em outubro de 2016, condenado em março de 2017, tendo-lhe sido assegurada a prisão domiciliar em março de 2020, considerada a Pandemia de Covid 19.

117 Que chegou a ser preso em março de 2019.

118 Sobre a seletividade persecutória concentrada no PT, são interessantes as observações do historiador Luiz Carlos Villalta: “O que me chama a atenção é que, em plena campanha eleitoral, neste segundo turno, a Justiça vaze para a imprensa apenas alguns trechos da delação premiada feita por Paulo Roberto Costa, trechos que atingem quase que exclusivamente o PT e partidos coligados (PMDB e PP). O uso de denúncias pela imprensa em época eleitoral, em benefício de determinados candidatos e em prejuízo de outros, não é fenômeno incomum. Aliás, vem de longa data. O que é mais

grande mídia para construção de narrativas legitimadoras de uma atuação em que os fins justificariam os meios, em detrimento de todo e qualquer limite posto pelo direito, são apenas alguns dos exemplos de como a apelidada *república de curitiba* e seus braços atuaram para submeter a República Federativa do Brasil a seus interesses e peculiares visões de mundo. De todo modo, seja em sua ação, seja por sua omissão, foi pelo excesso, pelo abuso, que julgadores e agentes de persecução em geral inscreveram as marcas jurídicas da deposição da Presidenta Dilma Rousseff.

Um dos episódios mais marcantes a demonstrar a desastrosa atuação política no campo jurídico-penal, diz respeito à incompetente, parcial e ilegal interceptação telefônica da Presidenta da República, quando o então juiz Sérgio Moro, para além de violar a intimidade da mandatária, que buscava restabelecer a ordem política do seu governo, vazou o conteúdo do áudio à imprensa brasileira, fato assim retratado por Geraldo Prado:

[...] o juiz Sérgio Moro tinha inequívoca ciência de que ao surgir uma conversa envolvendo Ministros de Estado e/ou a Presidente da República somente lhe cabia interromper desde logo a interceptação telefônica, preservar o sigilo do conteúdo apurado e enviar a investigação ao STF. Apesar disso e de forma consciente, sem dúvida podendo prever as consequências políticas da exploração deturpada da conversa gravada – o que realmente ocorreu –, o magistrado indevidamente levantou o sigilo da interceptação e permitiu o acesso e exploração da conversa pelos meios de comunicação. (PRADO, 2017, p. 62).

significativo, porém, é que nada contra o PSDB, a quem serviu Paulo Roberto Costa, tenha sido vazado. Isso torna o vazamento suspeito e, mais ainda, o seu uso pela mídia. E, antes que alguém venha me aborrecer, eu estou longe de defender a ‘santidade do PT’ e a ‘impureza do PSDB’. Pelo contrário, creio que os dois partidos, como todos os demais, rivalizam em matéria de corrupção. O que denuncia é o tratamento diferenciado, dado pela Justiça e pela mídia, aos casos de corrupção que envolvem os dois partidos e, de resto, os demais.” (2016, posições 369-377).

Passados quatro anos, temos hoje a certeza de que o golpe de 2016 é apenas uma das heranças que a chamada *operação lava-jato* vai deixar para o país e que os estudiosos dos mais diversos campos do saber certamente cuidarão de acomodar em seu devido lugar na história: um projeto de poder em que interesses e visões de mundo de um pequeno grupo se sobrepuseram ao direito, abalaram a soberania¹¹⁹, arruinaram a economia, a justiça social e a democracia de um país, partejando uma espécie de *neocaudilhismo caricatural*¹²⁰ que segue devastando toda forma de vida que cruze seu caminho¹²¹.

Aspectos midiáticos parlamentares: a construção de narrativas e a mobilização de preconceitos

Analizados aqueles que entendemos como principais aspectos jurídicos do golpe, segundo nossa proposta, cabe-nos agora examinar as

119 A propósito, a participação dos EUA no golpe de 2016 ainda está por ser devidamente esclarecida, sendo muitos os indícios de sua intervenção direta, inclusive por intermédio da lava-jato. Aliás, se então essa participação ainda não era clara, nada mais escancarado hoje que a subserviência do Brasil aos EUA. Sobre a questão, tratando de um terceiro pulso orquestrador do golpe, afirma Ciro Gomes:

“E, por fim, está o terceiro pulso, que é motivado pela tentativa de destruir o esforço de afirmação da soberania nacional entregando petróleo e outras riquezas para o capital estrangeiro. Esse caso ficou evidente com a aprovação no Senado Federal da mudança da regra de partilha do Pré-Sal e com o discurso de posse do novo diretor da Petrobras, Pedro Parente, em 2 de junho de 2016, que declarou não ver necessidade do Brasil ser detentor da exclusividade da exploração.” (2016, p. 40).

120 Em que um capitão saído do exército pela porta dos fundos impõe mandos e desmandos aos mais diversos generais, tanto os da ativa, quanto os de pijama, alocando um sem-número de militares nos mais diversos cargos do governo.

121 Sobre a *lava-jato* e o *lavajatismo*, escrevemos “A pleonexia, o lavajatismo e o fracasso iminente do projeto para criação de um ministério público paralelo” e “Os juízes até podem ser outros, mas a roça é a mesma”. Disponíveis em: <<https://www.prerro.com.br/a-pleonexia-o-lavajatismo-e-o-fracasso-iminente-do-projeto-para-criacao-de-um-ministerio-publico-paralelo/>>.

<<https://www.prerro.com.br/os-juizes-ate-podem-ser-outros-mas-a-roca-e-a-mesma/>>. Acesso em:

narrativas construídas e os sentimentos mobilizados no sentido de garantir o apoio popular à deposição da Presidenta Dilma. Já de início, portanto, parece-nos claro que a base da disputa se dá, como sempre, entre projetos progressistas e as forças conservadoras que jamais deixaram de prevalecer no país. Aliás, a própria inconsistência da mitologia criada nos últimos cinco anos a fim de demonizar nossa esquerda já é suficiente a demonstrar o quão tendente ao conservadorismo é nossa população.

Para os que resistem à alienação promovida por correntes disseminadas via *whatsapp* e a antifilosofia de astrólogos escatológicos, a sensação é de que se vive uma distopia. Entre manifestações patrióticas repletas de camisetas amarelas de marca americana e coreografias tragicômicas, seguimos assistindo a um desfile de absurdos que incluem as lendas da *mamadeira de piroca* e do *kit gay*, a ressurreição da ameaça comunista, dentre outras narrativas anticientíficas acionadoras de afetos eficientes em determinar que uma grande parcela da população renuncie à liberdade em busca de uma fantasiada segurança.

Dentre as narrativas mais disseminadas e repetidas à exaustão nos últimos tempos, certamente se destaca a que atribui ao PT a responsabilidade por toda a corrupção praticada no Brasil¹²². Curioso perceber como a necessidade de encontrar bodes expiatórios capazes de reunir pessoas em torno de ódios, medos, ressentimentos e frustrações comuns pode ser eficaz em embaçar a memória e bloquear qualquer esforço crítico. Enquanto o PT e a esquerda brasileira eram atirados à fogueira, ninguém se lembrava dos progressos galgados em suas gestões e

122 Segundo Sidney Chalhoub, referindo-se à eleição de 2014, quando se iniciava o processo de cisão radicalizada do país: “Especialmente em São Paulo, a grande imprensa produziu um verdadeiro clima de guerra civil midiática em torno desta eleição, desinforma o quanto pode, confunde e manipula. São anos a fio de fogo cerrado contra o governo, em matérias jornalísticas cujos autores assumem o ar arrogante de ilibados defensores da ética e do interesse público. A insistência no tema da corrupção, como se o atual governo tivesse inventado semelhante monstro, é uma combinação ácida de ignorância e hipocrisia.” (2016, posições 473-477).

que foram reconhecidos internacionalmente – políticas, inclusive, muito benéficas aos bancos, diga-se –; também não se recordavam da privatária tucana ou do mensalão do PSDB mineiro, da forma como a gestão de Fernando Henrique Cardoso viabilizou e se beneficiou de um segundo mandato (CHALHOUB, 2016a, posição 499), tampouco de escândalos históricos envolvendo autoproclamados caçadores de corruptos que alçaram a Presidência da República.

Por defesa ou conveniência – ou por uma mistura dessas duas soluções –, a corrupção é sempre voluntariamente esquecida como algo que é estrutural e estruturante para o Brasil¹²³, invariavelmente atribuída aos setores públicos, como se empresários e outros representantes do setor privado dela não se beneficiassem¹²⁴. Fato é que as raízes de nossa corrupção hão de ser buscadas em nosso passado, onde a encontraremos atrelada a nossos processos de colonização e, destacadamente, ao nosso escravagismo, tratando-se de questões que hão de ser pensadas conjuntamente e que, não por acaso, ecoaram no golpe de 2016.

Como bem destaca Sidney Chalhoub (2016a), a análise da corrupção entranhada no Estado brasileiro há de incluir o tráfico ilegal de

123 Bem como está presente em qualquer governo, de qualquer país. Não há sociedade sem violência, crime ou corrupção, a paz edênica implicitamente propagandeada pelos discursos moralistas anticorrupção sendo apenas mais um elemento integrante da hipocrisia que os caracteriza. Por certo, isso não impede que se procure a redução dos índices desses complexos fenômenos a níveis toleráveis, o que, entretanto, só será possível se a questão for tratada como de fato é, sem simplismos ou fantasias.

124 Quanto a isso, cabe-nos recordar o alvoroço causado pela chamada *lista da Odebrecht* – divulgada em 2016 – que trazia cerca de 300 codinomes de políticos os quais, segundo informado, se beneficiavam de vantagens asseguradas pela empresa. Como se a corrupção não fosse uma via de mão dupla que relaciona corruptores e corrompidos, curioso notar que, enquanto muita censura se dirigia ao mundo político – ao universo público –, nada se dizia quanto ao indispensável concurso do setor privado para as práticas denunciadas. Muito se dizia dos nomes que integravam a lista, mas se existiram, foram poucos os que analisaram o problema sob uma perspectiva oposta, questionando a conduta de quem fazia a lista e financiava os nomes nela lançados. A propósito, ver: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/lista-da-odebrecht-os-politicos-e-seus-respectivos-partidos/>>. Acesso em:

africanos escravizados, levado a cabo entre 1831 e a década de 50 daquele século. Diz-se de tráfico ilegal porque, em 1831, passou a vigorar lei que proibia o comércio de africanos escravizados, o que foi exigido pela Inglaterra em troca do reconhecimento da independência do Brasil. Fato é que, mesmo após a proibição, mais de 750.000 africanos foram contrabandeados para o Brasil na condição de escravos, a fim de atender à demanda de cafeicultores destacadamente do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essa dinâmica bem revela o necessário conluio entre o setor privado, que fomentava o tráfico, e o setor público, que não o coibia, nas práticas de corrupção.

Para dizer as coisas com clareza: a riqueza dos barões de café e a prosperidade das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo foram construídas por meio da escravização em massa de africanos sequestrados em seu continente de origem e trazidos para o Brasil ilegalmente. O negócio contou com a prática de corrupção em todas as escalas do governo do país e envolveu amplos setores da sociedade, desde os empresários envolvidos no tráfico, outros empenhados em manter a clandestinidade das operações, até os intermediários e fazendeiros que adquiriam os escravizados. (CHALHOUB, 2016a, posições 486-490).

Não estranha que o racismo e a corrupção tenham sido dois dos elementos catalisadores – mais ou menos implícitos – do golpe de 2016, que também contou com doses covardes de misoginia, especialmente dirigidas contra a Presidenta Dilma Rousseff. Quanto à corrupção, como já destacamos, esteve por trás justamente dos discursos anticorrupção bradados no Congresso enquanto se votava o *impeachment*, especialmente por parte de políticos que, associados na manobra, pretendiam livrar-se das acusações que os acossavam, estancando a sangria para que as históricas relações de dominação brasileiras pudessem ser restabelecidas sem a resistência do PT e da esquerda pátria. A cada voto gritado em

nome da família, de deus ou de torturadores retirados do lixo da história, além de motivos absolutamente divorciados daqueles que poderiam justificar o *impeachment*, o que se ouvia eram os ecos do conservadorismo que sempre cuidou de manter estagnadas as relações de classe, raça, sexo e gênero no Brasil. Aliás, entre aqueles que votaram pela deposição da Presidenta havia inclusive quem já houvesse sido acusado de praticar as chamadas pedaladas fiscais quando governador de Minas Gerais¹²⁵, o que evidencia, no mínimo, que as reais motivações do impedimento eram absolutamente indiferentes ao que preveem as normas aplicáveis, que apenas serviram para tentar revestir o golpe com alguma aparência de legalidade.

Em relação à face racista do golpe, deixa-se entrever na reação das elites e da classe média à redistribuição de renda promovida pelas gestões do PT, tímida, mas suficiente a provocar ódio e expor frustrações e ressentimentos daqueles historicamente acostumados a dominar, a serem servidos por uma classe que, até a subida de nossa esquerda ao poder, era deixada à mercê das necessidades para que, assim, sua mão de obra chegasse mais barata aos empregadores. As elites e a classe média não suportaram a presença de pobres nos aeroportos e nas universidades, não suportaram o acesso desses mesmos pobres a bens de consumo antes reservados aos, em alguma medida, mais abastados, como é o caso de carros, eletrodomésticos mais sofisticados e casas.

Como bem resume a frase resgatada por Sidney Chalhoub de um cartaz ostentado em manifestação contrária ao *impeachment*, “quando a senzala aprende a ler, a casa grande surta” (2016b, posição 1069). Esse é o resumo da ópera bufa encenada em 2016, que teve por protagonistas uma elite mimada e sem nenhuma disposição para dividir com os mais pobres qualquer fração de gozos que antes lhe eram absolutamente exclusivos, e uma classe média apavorada com a possibilidade de

125 Referimo-nos ao senador Antonio Augusto Anastasia.

indistinção: afinal, se o pobre já não era mais pobre, qual seria o lugar da classe média a não ser... ao lado dos pobres? O pavor de não haver mais pobres para confirmar seu lugar de classe média, fez com que os integrantes desta – pretensos ou de fato – se agarrassem a valores considerados seguros para se oporem ao progressismo do PT. Daí o apelo a deus, à família, à propriedade e a qualquer valor eficaz em devolver os pobres à condição de pobres, que é a única capaz de assegurar àqueles o pertencimento a uma classe média.

Nessas dinâmicas, curioso observar que as elites e a classe média contaram com um importante apoio de última hora. Não foram raros os que aderiram a seus ideais e projetos conservadores, não obstante recém-saídos da pobreza e graças aos programas de combate à desigualdade social do PT. Acreditamos que muitos fatores concorreram para esse fenômeno assaz complexo, os quais vão desde a servidão voluntária até a negação de origens, que se expressa pela afirmação dos valores dos dominadores, a fim de, assim, confirmar uma igualdade – inexistente. O discurso do empreendedorismo talvez seja a principal bandeira dessa parcela de pobres ou emergentes da pobreza que, despidos de consciência de classe, se apressam em colocar-se a serviço das classes dominantes.

Marilena Chauí tem muito a nos dizer sobre essas questões:

A classe média não só incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias das relações sociais, como também incorpora e propaga a naturalização e valorização positiva da fragmentação e dispersão socioeconômica, trazidas pela economia neoliberal e defendidas ideologicamente pelo estímulo ao individualismo competitivo agressivo e ao sucesso a qualquer preço por meio da astúcia, para operar com os procedimentos do mercado. (CHAUÍ, 2016, p.20)

E prossegue a filósofa:

E é nisto que reside o problema da absorção ideológica da nova classe trabalhadora brasileira pelo imaginário da classe média, absorção que atualmente, no Brasil, se manifesta na disputa entre duas formulações ideológicas que enfatizam a individualidade bem-sucedida: a “teologia da prosperidade”, do pentecostalismo, e a “ideologia do empreendedorismo”, da classe média neoliberal (o sonho de virar burguesia). Em outras palavras, visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constituiu no interior do momento neoliberal do capitalismo, nada impede que, não tendo ainda criado formas de organização e de expressão pública, ela se torne propensa a aderir ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média. Ou seja, que ela possa aderir ao *modo de aparecer do social* como conjunto heterogêneo de indivíduos e interesses particulares em competição. E ela própria é levada a acreditar que faz parte de uma nova classe média brasileira. (CHAUÍ, 2016, p. 20).

Dentre os muitos erros cometidos pelo PT, talvez um dos mais graves possa ser extraído da análise dos fenômenos acima descritos. A nosso ver, em um contexto inédito de reconfiguração das relações de trabalho, em razão das alianças estabelecidas com outros partidos e na tentativa de conciliar os interesses do mercado com a necessidade de se estabelecer alguma justiça social no país, o Partido dos Trabalhadores terminou se distanciando do povo que sempre lhe garantiu sólidas bases. À falta de uma utopia capaz de unir os novos trabalhadores como classe e povo, parece que a esquerda vem perdendo espaço para miragens de prosperidade habilmente propagadas por novos atores políticos, as chamadas igrejas evangélicas destacando-se pela eficiência com que colocam a fé na condição de elemento motivador de projetos individualistas de sucesso, mais adequados aos interesses do mercado e à conservação das relações de dominação tais como desde sempre estão estabelecidas.

Considerações finais

O gigante acordou... E percebeu-se segregado num sufocante espaço guarnecido pelo cabo e seu jipe verde oliva. Nos altiplanos brasilienses, tremulava a flâmula com a inscrição *make America great again*. Em verdadeiro delírio neocolonial, os velhos poderes políticos e econômicos diziam não à conciliação de classes construída pela esquerda moderada, não aceitando sequer o resultado do jogo democrático.

O processo do *impeachment* de Dilma Rousseff merece ser observado como resultado de fatores múltiplos, o que também inclui a insatisfação dos consumidores que ascenderam socialmente durante os governos de esquerda e, por ocasião da crise econômica pré-golpe, foram mobilizados à manutenção de suas posições sociais num equivocado alinhamento com a ressentida classe média. A compreensão da ruptura democrática de 2016 exige o reconhecimento de que a esquerda brasileira, mais precisamente o Partido dos Trabalhadores, não logrou êxito na formação da consciência de classe, ou porque tal providência não foi a opção política, ou pelo simples fato de que o consentimento capitalista não havia esgotado suas concessões ao povo brasileiro.

Por outro lado, também é preciso reconhecer que a ascensão da ultradireita brasileira não se tratou de fenômeno local. Embora tenha coincidido com o golpe, o crescimento da extrema direita ocorreu de maneira uniforme em vários países nos últimos anos, sempre com a utilização de estratégias que englobavam a despolitização do debate, a disseminação irrestrita de *fake news* nas redes sociais e o uso dos algoritmos nesses espaços virtuais para arregimentação do eleitorado, principalmente a partir dos discursos de ódio que objetivam a eliminação do adversário na arena política.

Muito embora os demais fatores tenham singular importância no afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, o campo jurídico apresentou-

se como determinante à realização do golpe, instrumento indispensável à sua consumação tal qual se deu. Após quase três décadas da primavera de 1988, esperava-se maturidade constitucional dos responsáveis pela proteção do regime democrático entalhado na Constituição Federal. O que se testemunhou, porém, foram inúmeras decisões judiciais que ora avançavam ilegitimamente no campo político, ora intimidavam-se com esclerosadas tuitadas de generais. Os decisores, esquecendo-se do papel contramajoritário constitucionalmente conferido aos juízes e tribunais, sedimentaram o terreno ideal para o avanço da sórdida política neoliberal. Agora, entretanto, caberá ao juiz que veste a toga do tempo e conduz o processo da história decidir o lugar dos autores e partícipes do golpe; ao povo, despossuído de justiça social, restará acordar do pesadelo fascista à brasileira.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CHALHOUB, Sidney. A “velha corrupção”: carta aberta aos jovens sobre as eleições. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (orgs.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016a. Posições 469-508 (Kindle).

CHALHOUB, Sidney. Desfaçatez de classe. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (orgs.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016b. Posições 1015-1078 (Kindle).

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO,

Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil.** Coord. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-22.

GOMES, Ciro. Por que o golpe acontece?. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Coord. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 39-41.

MASCARO, Alysso Leandro. **Crise e Golpe.** São Paulo: Boitempo, 2018.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo.** São Paulo: Boitempo, 2017.

PRADO, Geraldo. **Moro constrange e apequena o Supremo Tribunal Federal.** In: MARTINS, Cristiano Zanin; MARTINS, Valeska Teixeira Zanin; e VALIM, Rafael. **O caso Lula. A luta pela afirmação dos direitos fundamentais no Brasil.** Coord. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Coord. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 107-113.

RAMOS, Beatriz Vargas; PRANDO, Camila. Algo além do rito do processo de *impeachment*. In: PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio; RAMOS FILHO, Wilson (orgs.). **A resistência ao golpe de 2016.** Bauru: Canal 6, 2016. p. 53-56.

RAMOS, Beatriz Vargas; MOREIRA, Luiz. Ingredientes de um golpe parlamentar. PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio; RAMOS FILHO, Wilson (orgs.). **A resistência ao golpe de 2016.** Bauru: Canal 6, 2016. p. 57-60.

VILLALTA, Luiz Carlos. Olhemos o que se oculta por trás do tapete do jogo midiático e político. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (orgs.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016. Posições 347-405 (Kindle).

SEMIÓTICA DO GOLPE

Alexandre Rocha da Silva
Alessandra Werlang
Gabriel Nonino
Suelem Lopes de Freitas

Introdução

Em 2009, o Governo de Honduras é derrubado sob o argumento de que seu presidente, Manuel Zelaya, preparava um golpe de estado ao propor uma Assembleia Constituinte; em 2012, o presidente do Paraguai é deposto em 24h através de um processo que seguiu todos os ritos legais previstos na Constituição Paraguaia; em 2016, a presidenta Dilma Rousseff é também deposta pelo Congresso Federal brasileiro sob a coordenação do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

A deposição de três presidentes na América Latina ao longo de sete anos, ao que se pode acrescentar a desestabilização do governo de Nicolas Maduro em curso na Venezuela, e a de Cristina Kirchner, enquanto era presidenta da Argentina, evidencia uma ação cujas semelhanças caberia à semiótica descrever.

Não são poucos os que nomeiam tais ações como *impeachment* e também não são poucos os que as nomeiam como *golpe*; ninguém as define como revolução, palavra usualmente utilizada no século XX para designar às vezes a quebra da institucionalidade vigente e, em outras, mudanças estruturais de regimes políticos. Segundo o historiador Crane Brinton, na obra *Anatomia das revoluções* (1958), uma revolução é feita pelos que são externos ao Estado e a suas posições de poder, como a

população em geral, grupos que não têm igualdade de direitos; e um golpe é realizado por pessoas que estão no comando do Estado, como comandantes militares ou dirigentes políticos. *Impeachment* é um dispositivo legal reconhecido por alguns países como meio para afastar do poder presidentes que cometam crimes de responsabilidade.

Este artigo não pretende debater os aspectos legais que subjazem aos acontecimentos políticos em Honduras, Paraguai e Brasil. O objetivo é demonstrar como os agenciamentos coletivos de enunciação e os maquínicos do desejo criam novas problemáticas semióticas, muitas vezes incompatíveis com os conceitos de que dispomos para designar acontecimentos.

Para tanto, metodologicamente parte das reflexões hjelmslevianas sobre a estratificação da linguagem para, na sequência, caracterizar os agenciamentos coletivos de enunciação e maquínicos do desejo que evidenciam as operações propriamente semióticas - e não exclusivamente linguísticas - cujas velocidades diferem quando se trata de enunciação e quando se trata dos estados de coisas (corpos) que compõem os estratos do mundo. Tais diferenças de temporalidades, com seus regimes de aceleração próprios, configuram o problema semiótico que aqui se pretende enfrentar.

Estratificação

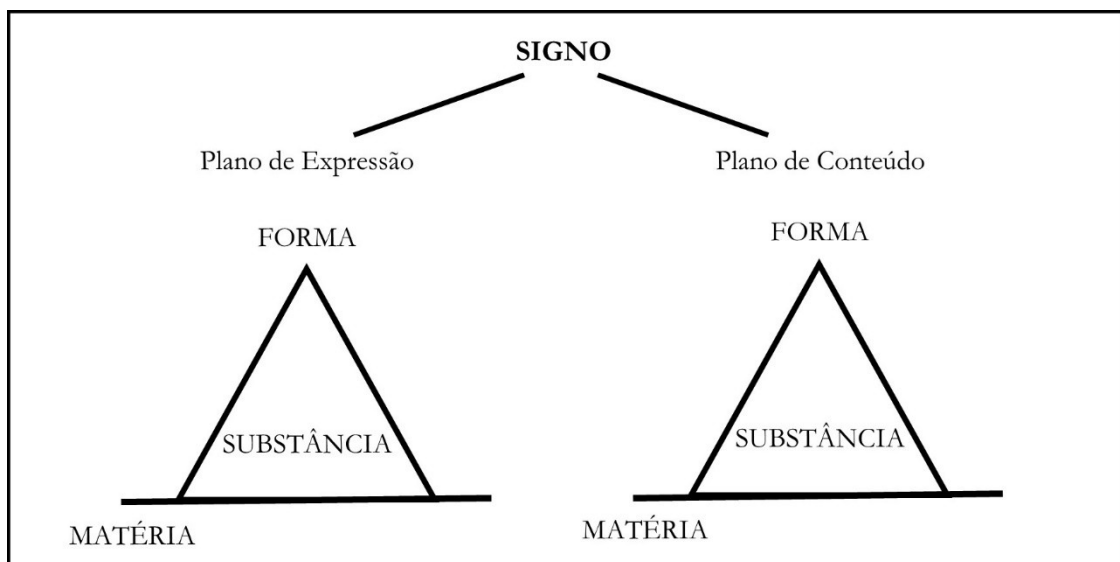
Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011) encontram nos escritos do linguista Louis Hjelmslev uma teoria da linguagem imanente. Por isso, colocam no linguista a alcunha de príncipe espinosista da linguagem – em referência a Baruch de Espinosa, filósofo moderno que constituiu um modo imanente de conceber o mundo.

Tal perspectiva reformula por dentro a dicotomia saussureana significado/significante então vigente. O modelo proposto por Hjelmslev de estratificação “Distingue, em lugar de faces do signo, dois planos

(conteúdo e expressão) de uma função semiótica primeira; define as noções de forma e substância e matéria, que subordina à distinção conteúdo/expressão” (ALMEIDA, p. 40, 2003). Hjelmslev propõe uma teoria que começa pela função articuladora entre o plano do conteúdo e o plano de expressão que não é baseada em entidades transcendentais prévias ao ato semiótico.

Temos, portanto, na função semiótica, os funtivos de conteúdo e de expressão, que ao recortarem a matéria do mundo em forma (forma de conteúdo e forma de expressão) instituem uma substância – que também pode ser substância de conteúdo e substância de expressão. Podemos enxergar essa articulação no esquema abaixo:

Figura 1- Signo Hjelmsleviano



Fonte: elaboração própria.

Há solidariedade, função, condicionamento recíproco, entre o plano do conteúdo e o plano da expressão. No entanto, não se pode cair na armadilha de enxergar o conteúdo enquanto referente da expressão e, essa, como mero veículo daquele; ou radicalizar para o outro lado e enxergar a expressão como instituidora do conteúdo.

Não se pode nem mesmo dizer que o corpo, ou o estado de coisas, seja o “referente” do signo. Expressando o atributo não corpóreo, e simultaneamente atribuindo-o ao corpo, não representamos, não referimos, intervimos de algum modo, e isto é um ato de linguagem. (...) as expressões ou os expressos vão se inserir nos conteúdos, intervir nos conteúdos, não para representá-lo, mas para antecipá-los, retrocedê-los, retardá-los ou precipitá-los, destacá-los ou

reuni-los, recortá-los de um outro modo. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 29).

Aqui, a ideia de intervenção (sublinhada por nós na citação) é fundamental para que se compreenda que os jogos semióticos são a um tempo linguísticos e políticos; ou antes políticos que linguísticos. A intervenção, quer sobre os conteúdos quer sobre as expressões, produz transformações micropolíticas no centro dos processos de produção do signo.

Entretanto, o processo que interessava a Hjelmslev era exclusivamente linguístico. O linguista dinamarquês reconhecia haver formas construídas por outras ciências - psicologia, sociologia, filosofia -; no entanto, essas formas transformavam-se em matéria a ser novamente formalizada pela linguística.

Deleuze e Guattari preconizam, diferentemente de Hjelmslev, mas por ele inspirados, uma semiótica que coloque para si pelo menos três ordens de problemas que não ficam restritos ao campo da linguística: 1. o problema dos agenciamentos coletivos de enunciação, que reconhece, para além do plano de expressão, agenciamentos não exclusivamente linguísticos; 2. o problema dos agenciamentos maquínicos do desejo, que compreende a produção de conteúdos a partir da relação estabelecida entre corpos de diferentes naturezas; 3. o problema do acontecimento, que pensamos ocorrer no momento em que se cruzam sincronicamente agenciamentos de enunciação e de corpos produzindo o signo. A estes três problemas, Deleuze e Guattari acrescentam dois processos, fundamentais para a compreensão de uma semiótica política: o das desterritorializações e o das reterritorializações.

Para os propósitos deste artigo, as perguntas que se colocam acerca do golpe são: 1. como habitualmente um golpe de estado é caracterizado, ou seja, o que expressa o signo golpe de forma incontroversa? 2. Quais são os agenciamentos de enunciação que operam molecularmente sob os

planos de expressão? 3. Quais são os agencimentos de corpos que operam molecularmente sob o plano de conteúdo? 4. Como a história reconhece processos de desterritorializações do signo golpe, aparentemente incontroverso, e como instaura reterritorializações que recriam o conceito.

Do ponto de vista das enunciações, um golpe de estado é usualmente compreendido como ação de uma autoridade que viola as formas constitucionais, como a conquista do poder por meios ilegais¹²⁶. Do ponto de vista do conteúdo, agencia diferentes corpos: Forças Armadas; Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; poder econômico e poder midiático. Esses corpos muitas vezes agem em consonância de objetivos e, quando não há consonância, os mais fortes impõem as novas formas sobre os demais.

No Brasil, tivemos experiências deste tipo com a Declaração da Independência em 1822, com a Maioridade de Pedro II em 1840, com a Proclamação da República em 1889, com os Golpes de 1930 (também conhecido como Revolução de 1930) e de 1937, com os Golpes de 1964 (também reconhecido como Revolução de 1964, a Redentora) e de 1968. Ou seja, golpes configuram mais a regra de nossa história que sua exceção.

Em 2016, a presidenta brasileira Dilma Rousseff é destituída do poder, mas sua destituição seguiu os ritos formais legais e ocorreu com o respaldo do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Seria possível caracterizar sua destituição como um golpe?

Este artigo pretende discutir as semioses do golpe considerando os processos de desterritorialização sofridos por este signo diacronicamente no Brasil e apontando para formas de reterritorializações sincrônicas na América Latina, como evidenciam os casos Honduras e Paraguai.

126 Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/golpe%20de%20estado>>. Acesso em 10 set. 2017.

Das estratificações aos agenciamentos

Os acontecimentos, na perspectiva de Deleuze e Guattari, se expressam na concretude das relações. Nada existe em si mesmo. “Até mesmo a tecnologia erra ao considerar as ferramentas nelas mesmas: estas só existem em relação às misturas que tornam possíveis ou que as tornam possíveis” (2011, p. 33). É no encontro de corpos que objetos adquirem suas significâncias. Além disso, é importante observar que o próprio acontecimento está submetido a variações e transformações, como, por exemplo, as circunstâncias em que está inserido. “Um enunciado performativo não é nada fora das circunstâncias que o tornam o que é. Alguém pode gritar ‘decreto a mobilização geral’; esta será uma ação de infantilidade ou de demência, e não um ato de enunciação, se não existir uma variável efetuada que dê o direito de enunciar” (2011, p. 22).

As máquinas que estão por trás dos acontecimentos são o que condicionam seu possível aparecimento. A máquina abstrata, que condiciona e é condicionada pelos agenciamentos, é singular. Já agenciamentos são coletivos. (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

O acontecimento só é possível através de agenciamentos. Ambos são múltiplos, heterogêneos e virtuais. O acontecimento ocorre através de um regime de tetralência: de lados opostos a desterritorialização e a reterritorialização; de outro, agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação. É importante, porém, não pensar em circularidade do processo, mas em acontecimentos simultâneos, múltiplos, de picos variados. Deleuze e Guattari explicam essa natureza do agenciamento como

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de

paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam. (2011, p. 31)

Não há reterritorialização sem desterritorialização. As ações são simultâneas. A partir disso é possível identificar picos de desterritorialização que possam ter originado tais territorializações. Os acontecimentos inauguram novas camadas de possibilidades, desterritorializam territórios e abrem suas organizações para múltiplas linhas de fuga que podem ser geradas a partir do acontecimento instaurado. Podemos enxergar essas relações no esquema abaixo:

Figura 2 – Tetralvência do Agenciamento



Fonte: CONTER, 2016, p.62.

Em uma política do acontecimento, há produção de dois conflitos fundamentais: a) conflito com o que já existe (desterritorialização); b) conflito com aquilo que esses poderes tentam organizar a partir da abertura de novas possibilidades e caminhos (reterritorialização). Os regimes instaurados sempre tentarão capturar as linhas de fuga formadas pelos acontecimentos em uma articulação dupla entre uma dimensão de seleção (ou conteúdo) e uma segunda dimensão de organização (expressão).

Como tal política se configura quando o tema são os novos golpes ocorridos na América Latina? Se a territorialidade do golpe está associada ao signo golpe anteriormente identificado, quais desterritorializações podem ser identificadas em países como o Brasil, o Paraguai e Honduras, e como tais desterritorializações se reterritorializaram nesses países? A partir de qual evento molecular novos agenciamentos de enunciação surgiram? Que novos corpos, agentes políticos, emergiram?

Para os nossos propósitos, tomemos dois exemplos capazes de tornar mais clara a problemática que queremos enfrentar semioticamente. No primeiro, a matéria democracia é recortada por uma série de leis (forma de expressão) garantidoras da soberania do povo expressa pelo direito de eleger o/a presidente/a (substância de expressão). No plano de conteúdo, os corpos se organizam também de acordo com o recorte na matéria-mundo, por exemplo, na forma de conteúdo cidadania, temos como substância de conteúdo o corpo-cidadão, o corpo-presidente, o corpo-eleitor, o corpo-deputado, o corpo-juiz. A constituição do signo vai depender da junção entre esses dois planos. É na diferença de velocidades entre os planos que o signo emerge como acontecimento. Enunciados antidemocráticos podem desterritorializar um regime de corpos não previsto por suas leis, dando lugar a corpos-exilados, corpos-perseguidos, corpos-torturados. É nesse esquema que o par expressão-conteúdo sai do sistema de representação que pressupunha o par palavra-coisa para entrar em um sistema de produção.

Assim, temos, de um lado, regimes de corpos territorializados - a Presidência da República, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, além dos agenciamentos dos poderes econômicos e midiáticos - e os regimes territorializados de enunciação - a constituição, os regimentos das instituições envolvidas, as palavras de ordem políticas, econômicas, midiáticas. Como se processam as semioses da enunciação e as semioses dos corpos? A configuração dos corpos envolvidos está formatada sob quais palavras de ordem? A presidência da república é uma forma de

conteúdo que produz como substância sua a figura da presidenta ou do presidente; os enunciados legais de um país transformam uma presidenta em ex-presidenta. A esta ocorrência que transforma os corpos por ação de um ato ilocionário denomina-se acontecimento. Uma vez ocorrido o acontecimento, ele se contra-efetua tanto nos corpos quanto nas enunciações. No caso do Brasil, de Honduras e do Paraguai os corpos da presidenta Dilma Rousseff e dos presidentes Manuel Zelaya e Fernando Lugo deixaram de ser o de um presidente e transformaram-se em um ex-presidente; mas as enunciações que designam este acontecimento entraram em crise: teria sido um golpe ou um *impeachment*?

A seguir discutiremos as transformações dos corpos e das enunciações em Honduras, no Paraguai e no Brasil para evidenciar de que forma essas diferenças de velocidades entre os estratos apresentam efetivos problemas semióticos.

Agenciamento Honduras

O agenciamento Honduras, que levou à deposição do então presidente Manuel Zelaya, na manhã de 28 de junho de 2009, foi nomeado por grande parte da comunidade internacional como golpe. Em relação aos sentidos tradicionais do golpe não houve ali significativas desterritorializações: um grupo que estava fora do poder assume o poder com o apoio das forças armadas destituindo o governo democraticamente eleito pelo povo. Inclusive o jornal *Folha de S. Paulo* declarou, na época, que “Em peso, a comunidade internacional considera a deposição de Zelaya um golpe de Estado¹²⁷”; o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, também afirmou que "Consideramos que o golpe não foi

127 FOLHA DE SÃO PAULO. Cúpula militar de Honduras depõe na Suprema Corte sobre expulsão de Zelaya. Folha de S. Paulo, publicado em 14/01/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2010/01/679594-cupula-militar-de-honduras-depoe-na-suprema-corte-sobre-expulsao-de-zelaya.shtml>>. Acesso em: 07 de jul. 2017.

legal, e que o presidente Zelaya permanece o presidente de Honduras (...) Seria um terrível precedente se começássemos a caminhar para trás, para uma era em que se viram golpes militares serem usados como meio de efetuar transições políticas, ao invés de eleições”¹²⁸; até mesmo a Assembleia Geral das Nações Unidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Organização dos Estados Americanos declarou o golpe "uma alteração inconstitucional da ordem democrática" ¹²⁹.

O interessante nesse agenciamento é observar como o agenciamento coletivo de enunciação hondurenho não conseguiu lograr um golpe de estado “disfarçado”, como viria a acontecer posteriormente no Paraguai e no Brasil. A deposição de Zelaya foi declarada como golpe porque não houve, do ponto de vista das enunciações, desterritorialização do termo. Lá o golpe foi clássico: se processou como o apoio das forças armadas e com a destituição dos poderes constituídos.

Em relação ao projeto para a América Latina, o golpe em Honduras, ocorrido nos parâmetros dos golpes tradicionais, parece-nos um balão de ensaio, uma espécie de teste utilizado pelas elites do continente para o afastamento de governos que não lhes convém. Em face à reação internacional, novos ensaios são realizados, desta vez no Paraguai, e com parâmetros bem diversos, sem quarteladas.

Agenciamento Paraguai

O Senado paraguaio aprovou no dia 22 de junho de 2012 a destituição do presidente Fernando Lugo. O vice-presidente, Federico Franco, que rompeu politicamente com Lugo, assumiu o poder, sem quarteladas. Foram 39 votos pela condenação, 4 contrários e 2 ausências.

128 REUTERS. Obama says coup in Honduras is illegal. Washington: Reuters. 29 de jun. 2009

129 CASSEL, Doug. Honduras: Coup d’Etat in Constitutional Clothing? Washington: The American Society of International Law, 15 de outubro de 2009.

O julgamento teve início logo após a Câmara dos Deputados ter aprovado a abertura do processo de *impeachment* com 73 votos favoráveis, no dia anterior à votação do Senado. Lugo teve cerca de duas horas para apresentar a sua defesa. Em seguida, ocorreu uma sessão de uma hora para apresentar as provas contra o presidente e depois mais uma hora para algumas considerações da acusação e da defesa. Segundo Lugo:

Não é mais um golpe de Estado contra o presidente, é um golpe parlamentar disfarçado de julgamento legal, que serve de instrumento para um *impeachment* sem razões válidas que o justifiquem.¹³⁰

As palavras do ex-presidente Lugo são a chave para que se compreendam os processos de desterritorialização operados sobre a ideia de golpe: diferentemente do golpe tradicional, não houve uso do corpo das Forças Armadas; portanto, não houve o uso explícito dos aparelhos repressivos do estado, não houve o uso da força militar; tampouco houve quebra do contrato constitucional. Tudo foi feito segundo os próprios parâmetros constitucionais. Tradicionalmente governos golpistas rasgam a constituição e impõem outra que os legitimem. No Paraguai, a constituição permaneceu intacta e prevaleceu uma dada interpretação de que um presidente pode ser deposto em poucas horas, tal qual nos regimes parlamentaristas. A tal procedimento poderíamos denominar golpe parlamentar.

Para nossos propósitos de análise dos agenciamentos semióticos, pode-se perceber que houve uma desterritorialização molecular tanto nos agenciamentos de enunciação quanto nos maquínicos dos corpos,

130 CARTA CAPITAL. Senado paraguaio destitui Lugo e golpe relâmpago é consolidado. Carta Capital, publicado 22/06/2012 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/senado-paraguaio-destitui-lugo-e-golpe-relampago-e-consolidado>>. Acesso em 3 de julho de 2017

produzindo aquilo a que Maurizio Lazzarato (2014) denominou de sujeição social e servidão maquínica.

Agenciamento Brasil

A história do Brasil tem sido marcada por sucessivos golpes de Estado: foi assim na Proclamação da Independência em 1822, na Maioridade de Pedro II em 1840, na Proclamação da República em 1889, com os Golpes de 1930 e de 1937, de 1964 e de 1968. Em 2016 voltamos a ter a deposição de uma presidenta eleita pelo povo sem evidente prova de crime de responsabilidade. Mais um golpe?

Ocorre que este novo golpe teve característica diferente dos demais. Faremos uma retrospectiva dos golpes havidos no período da República para, em seguida, apontar sob quais aspectos ocorreram desterritorializações em 2016 e sob que circunstâncias as reterritorializações se processaram, e para especular sobre a possibilidade de um novo golpe dentro do golpe, como ocorreu em 1937 e em 1968.

A história, como afirmava Marx, se repete na primeira vez como tragédia, na segunda como farsa. E agora como o quê? A história, de fato, se repete? Ou haveria na estratificação dessas repetições pequenas revoluções moleculares cujas desterritorializações e reterritorializações nos caberiam descrever?

a Era Vargas

Getúlio Vargas, ao assumir o governo do país no período que foi de 1930 até 1945, passou por dois momentos importantes de ruptura: o primeiro ficou conhecido como Revolução de 1930, com a derrubada da República Velha e, o outro, como Golpe de 1937, com a instituição do Estado Novo.

Revolução de 1930

Durante o período da República Velha, os fazendeiros do café, que comandavam Minas Gerais e São Paulo, com a política do café-com-leite, detinham o poder econômico e político do país. Washington Luís, presidente na época, deveria indicar um sucessor de Minas Gerais para as eleições que ocorreriam em março de 1930; entretanto, ele apoiou candidato indicado por São Paulo. Diante de tal situação, os governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se com setores militares para formar a Aliança Liberal e lançar Getúlio Vargas como candidato à Presidência da República. Ocorria, então, um acúmulo de fatores que provocou o desgaste da política café-com-leite: quebra do acordo de alternância na presidência entre São Paulo e Minas Gerais; setores militares insatisfeitos com o governo oligárquico; fortes indícios de fraudes nas eleições; insatisfação popular devido ao desemprego causado pela crise de 1929; províncias menores que queriam ascender ao poder.

Em março de 1930, Getúlio Vargas perde as eleições, porém, antes da posse do candidato vencedor, em outubro de 1930, Getúlio Vargas, com o apoio dos militares, impede a posse de Júlio Prestes e assume a presidência, fato que ficou conhecido como Revolução de 1930. Assim que assumiu o seu posto, Getúlio Vargas anulou a constituição em vigor, passou a governar o país a partir de um Governo Provisório, em que foi decretada a dissolução do Congresso Nacional, e, dessa forma, a responsabilidade dos poderes Executivo e Legislativo ficou a cargo do presidente,

Em 1930 houve um golpe tradicional, mas ele ficou conhecido como Revolução. Mesmo que todas as semioses indicassem haver um Golpe de Estado, ao nomeá-lo como Revolução os donos do poder faziam política. Política com a linguagem. O ato de nomear, no escopo

do plano de expressão, reformatava ideologicamente o sentido da ação dos corpos envolvidos no golpe.

Golpe de 1937

A constituição vigente em 1937 era a Constituição de 1934, que foi criada quando Getúlio Vargas convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, antes que terminasse o seu mandato no Governo Provisório. Nessa Constituição, foram implementados direitos trabalhistas, como salário mínimo, descanso semanal, férias remuneradas, voto secreto, voto de mulheres (porém apenas para mulheres que exerciam profissão pública remunerada), ensino primário gratuito e eleições diretas para Presidência da República. Vargas ficaria no Governo, respaldado por leis que ajudou a implementar e que o legitimaram, até as eleições. Mas, em 1937, enquanto a eleição seguinte era preparada, Getúlio Vargas denunciou a suposta existência de um plano de tomada do poder pelos comunistas. A consequência direta foi a aprovação, pelo Congresso, do estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias. Com este novo golpe dentro do golpe surge o Estado Novo, caracterizado por centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

Dois aspectos chamam a atenção na Era Vargas para os propósitos deste trabalho: a oposição criada entre as ideias de Golpe e de Revolução, que retornará em 1964; e transformações havidas no interior do mesmo território com novos golpes protagonizados pelas mesmas forças políticas (com algumas defecções) cujo objetivo era tornar ainda mais autoritários e fortes os regimes vigentes. Na era Vargas, os sentidos do golpe são ainda bem estáveis e facilmente reconhecíveis.

b Golpe Civil-Militar de 1964

Entre 31 de março e 1º de abril de 1964, as tropas do Exército, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, destituíram João Goulart do poder, realizando um Golpe Militar. A deposição de Jango pelos militares contou com o apoio dos Estados Unidos num movimento chamado Operação Brother Sam. Foi, então, declarado vago o cargo da presidência e o Congresso Nacional elegeu indiretamente, em 11 de abril de 1964, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para presidir a República.

A legislação vigente havia sido promulgada em 1946, um ano após o término da ditadura de Getúlio Vargas. O principal foco do texto foi a redemocratização, que buscou restabelecer diversos pontos da Constituição de 1934, como a garantia do direito de liberdade de expressão e as eleições diretas para os principais cargos do Executivo e do Legislativo. Além disso, os cidadãos de ambos os sexos, alfabetizados e maiores de dezoito anos, tiveram direito e obrigação de votar.

Com o Golpe Militar de 1964 foram destituídos 49 juizes, cassados os mandatos de 50 parlamentares e extintos os partidos políticos. O Ato Institucional Número 1 (AI-1) permitiu, entretanto, que o Congresso continuasse funcionando, deputados e senadores ainda poderiam ser eleitos por voto direto, ainda que o Poder Executivo ficasse cada vez mais centralizado, sendo que o cargo da presidência da República só poderia ser ocupado através de eleições indiretas, com votação realizada pelo Congresso Nacional.

Grandes jornais como *O Globo* e *Folha de S. Paulo* apoiaram a implantação da Ditadura Militar. No editorial do jornal *O Globo*, do dia 2 de abril de 1964, após a implantação do regime publicou na manchete de capa: “Fugiu Goulart, e a democracia está sendo restaurada” e, além disso, declarou que “as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo

fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal¹³¹”.

Como se pode observar, no escopo dos regimes de enunciação, havia a disputa, como em 1930, entre as ideias de Golpe e de Revolução. Posteriormente, este período foi reconhecido como uma ditadura (assim como ocorreu com Vargas a partir de 1937). No escopo dos agenciamentos de corpos, o golpe envolveu todos os atores tradicionais que caracterizam um golpe: forças armadas, políticas, econômicas, midiáticas e jurídicas. Tratava-se, como na Era Vargas, de um evidente Golpe de Estado.

Golpe de 1968: o AI-5

Assim como em 1937, em 1968 o Regime Militar recrudesciu, transformando-se, a partir do AI-5, em uma efetiva Ditadura, hoje nomeada Ditadura Civil-Militar.

Desde 1966 a oposição passou a se reorganizar para tentar derrubar a Ditadura. Uma parcela da Igreja, a UNE, os líderes da Frente Ampla (Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart), artistas e intelectuais começaram a reunir forças para redemocratizar o país. Paralelamente, grupos de esquerda começaram a planejar luta armada, vendo esta como a única solução para a derrubada da Ditadura Militar.

Com esse quadro, o presidente do período, general Arthur da Costa e Silva, instituiu o AI-5, permitindo que presidente da República passasse a ter o poder de fechar o Congresso.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos do funcionalismo, abrangendo

131 O Globo. Editorial. Rio de Janeiro: O Globo. 02 de abril de 1964.

muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. (FAUSTO, 1995, p. 480).

Com o AI-5, o discurso de que o governo militar seria apenas provisório arrefeceu. A ditadura durou até 1985, mas o país só pode voltar a eleger seu presidente da república em 1989.

Convém ressaltar aqui que, assim como depois de 1930 houve 1937, depois de 1964 houve 1968. 1937 e 1968 foram anos que instituíram cabalmente ditaduras no país. Entre 30 e 37 houve promessa de ampliação da democracia e dos direitos sociais no país; entre 64 e 68 houve promessa de uma transição rápida à democracia. Em ambos os períodos a ideia de ditadura não era evidente. Passou a ser evidente depois do segundo golpe, ocorrido como desdobramento do primeiro.

Seria este o espectro que ronda a destituição da Presidenta Dilma Rousseff em 2016?

c Destituição de Dilma Rousseff

No dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff teve seu mandato cassado e o Vice-Presidente, Michel Temer, assumiu a Presidência da República levando ao Palácio do Planalto todas as forças derrotadas nas eleições de 2014. As principais acusações foram a denúncia de crime de responsabilidade fiscal, devido a atrasos de repasse de verba aos bancos públicos, o que ficou conhecido como “pedaladas fiscais”; e os decretos de abertura de crédito suplementar realizados pela Presidenta, durante o mandato. Na Constituição de 1988 consta que se houver crime de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa, o chefe do Poder Executivo responderá a esse crime com a perda do mandato. Porém, não há consenso jurídico sobre se a presidenta, de fato, cometeu crime de responsabilidade.

Os principais jornais e redes de comunicação do Brasil, *O Globo*, *Estadão* e *Folha de S. Paulo*, apoiaram a deposição aderindo à narrativa de legalidade do *Impeachment*. Segundo Ivana Bentes, a “operação jurídico-midiática que viabilizou o *impeachment* também explicitou um fato sabido: o negócio da mídia brasileira não é jornalismo e nem notícias, é construção de crise, instabilidade e “normalidade”.” (BENTES, 2016).

É neste contexto que a ideia de golpe reaparece, mas bastante desterritorializada. Não houve tropas nas ruas, o congresso não foi fechado, todos os rituais formais foram devidamente cumpridos. No entanto, o crime de responsabilidade não foi inequivocamente caracterizado e o novo governo, ao assumir, levou ao executivo não apenas os atores políticos derrotados nas eleições de 2014 como também o programa de governo da oposição.

Como explicar troca tão radical de programa e de objetivos senão se considerar a emergência de um golpe capaz de levar derrotados ao centro do governo por vias aparentemente legais?

As deposições de Dilma Rousseff no Brasil e de Fernando Lugo no Paraguai indiciam uma nova maneira de se realizar golpes de estado no continente. Não mais com as forças armadas, mas com agenciamentos de enunciações que cumprem todos os requisitos do ponto de vista formal para sua execução, mesmo que, do ponto de vista dos agenciamentos dos corpos, profundas transformações ocorram.

Foucault (1997) nos ensinava a observar as regularidades dispersas em regimes de visibilidade e de enunciação determinados. O que as regularidades enunciativas na América Latina acerca da deposição de presidentes nos dizem a respeito dos golpes no século XXI?

Máquina abstrata: Honduras-Paraguai-Brasil e o espectro do golpe

Com o objetivo de evidenciar o funcionamento daquilo a que denominamos máquina abstrata Honduras-Paraguai-Brasil reunimos constantes que aparecem nas três deposições. A máquina abstrata a ser identificada é uma virtualidade, uma reserva de potência. A máquina abstrata diferencia-se de si própria e produz um território, que não é exclusivamente geográfico, mas também e, sobretudo, de significação. Tentamos explicitar o funcionamento nos quadros seguintes:

Quadro 1 – Agenciamento Honduras-Paraguai-Brasil

País	Enunciados			Corpos	
	Jurídico	Mídia (Ritornelo)	Militares	EUA	Substituto
Honduras	Golpe	Golpe	sim		Pres. Congresso
Paraguai	<i>Impeachment</i>	<i>Impeachment</i>	não	sim	Vice-Presidente
Brasil	<i>Impeachment</i>	<i>Impeachment</i>	não	sim	Vice-Presidente

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Agenciamento Brasil

1930	1937	1964	1968	2016	2018
Era Vargas		Ditadura Militar			?
Revolução de 1930	Golpe de 1937	Golpe de 1964	AI-5	<i>Impeachment</i>	Condenação de Lula, líder da oposição

Fonte: Elaboração própria.

A partir da caracterização já realizada tanto das recentes destituições na América Latina quanto das ocorrências de golpes de estado no Brasil, podemos observar como a história reconhece os processos de desterritorialização do signo golpe. Em Honduras há um reconhecimento imediato de que foi golpe, pois houve o rompimento da Constituição vigente, ainda que, após a destituição de Zelaya, eleições tenham sido realizadas. Aqui não é possível identificar desterritorializações relevantes. O golpe foi efetuado com seus rituais habituais.

No Paraguai, o golpe já aparece desterritorializado sob o nome de *impeachment*. Lá, o que chamou a atenção foi o tempo entre a denúncia e a retirada de Lugo do poder: cerca de 48h, com claro cerceamento ao direito de defesa. Parece-nos um balão de ensaio, um teste realizado pelas elites que, se desse certo, poderia ser replicado em outros países do continente. O projeto parece ser o seguinte: seguem-se formalmente todos os rituais previstos pela Constituição, cria-se uma rede de comunicação capaz de construir um agenciamento coletivo de enunciação que reconheça a legitimidade expressiva do procedimento e, em seguida, em um ato ilocutório, transformam o corpo do presidente em corpo de ex-presidente. É nesse novo agenciamento de corpos transformados e legitimados pelos atos expressivos de fala que ocorrem as

principais rupturas; é ali que o golpe se efetua. De um lado um agenciamento de enunciação cuja razão é cínica; de outro um agenciamento de corpos não nomeável capaz de trair todas as decisões tomadas pelo povo em eleições diretas. A esse novo agenciamento de corpos os donos do poder querem denominar *impeachment*. A resistência o denomina, de forma imprecisa, de golpe.

Na busca das recorrências, vem do Paraguai também um índice muito importante para que se desenhem as articulações subterrâneas que constroem essa nova modalidade de quebra institucional na América Latina. Os EUA espionaram tanto Fernando Lugo quanto Dilma Rousseff e mantiveram como embaixadora no Paraguai - na época da destituição de Lugo (2008-2011) e no Brasil na época da destituição de Dilma (a partir de 2013) - Liliana Ayalde que, em um telegrama, em 2009, disse ao Departamento de Estado: “Temos sido cuidadosos em expressar nosso apoio público às instituições democráticas do Paraguai – não a Lugo pessoalmente¹³²”. Meses antes da deposição de Fernando Lugo, ela retirou-se do posto.

No Brasil - país em que tivemos ao longo de sua história sucessivos golpes de estado, alguns gerando sangrentas ditaduras -, os agenciamentos de enunciação, primeiro, operavam na diferença cara ao século XX entre Golpe e Revolução. 1930 foi Revolução e 1937 Golpe? 1964 foi o ano da Revolução Redentora ou do Golpe Civil-Militar? A disputa entre as duas perspectivas conferia aos golpes valorações claramente negativas e à revolução, valorações positivas. O golpe, por aqui, tem sua história sônica construída como o avesso da revolução.

Depois que a Revolução Redentora de 1964 foi transformada no imaginário e na consciência populares em Golpe de Estado, a palavra

132 Agência EBC. Documentos apontam que EUA tiveram influência em golpe no Paraguai. Agência EBC, publicado em 07/02/2013. Disponível em: <<http://www.etc.com.br/noticias/internacional/2013/02/paraguai-os-eua-e-o-impeachment>>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

caiu em desuso. Parecia que depois do fim da Ditadura, em 1985, estávamos finalmente livres dessa experiência; ela sequer aparecia como espectro. A ideia de golpe permaneceu durante trinta anos recalçada. Ela tampouco foi sugerida na época do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, no início dos anos 1990. Ressurgiu em 2016, em outro contexto, reativando a antiga oposição entre revolução e golpe, mas agora atualizada como *impeachment* e golpe. A ideia de revolução se perdeu na poeira da história do século XX, e o *impeachment* assumiu o seu lugar como valoração positiva em oposição à negatividade do golpe.

O ressurgimento da palavra golpe evidencia o problema semiótico que enfrentamos aqui. Rigorosamente o Golpe de 2016 não é sinônimo do golpe de 1937 nem mesmo do Golpe de 1964. Houve, no interior de seus processos de significação, deslocamentos tanto nos agenciamentos coletivos de enunciação como maquínicos dos corpos. A compreensão de tais agenciamentos moleculares parece-nos ser o desafio colocado a uma semiótica que se quer também política.

Referências

ALMEIDA, Júlia. **Estudos Deleuzeanos da Linguagem**. Campinas: Editora Unicamp, 2003

BENTES, Ivana. **Mídia Brasileira Construiu Narrativa Novelizada do *Impeachment***. Disponível em:
<<https://theintercept.com/2016/09/01/midia-brasileira-construiu-narrativa-novelizada-do-impeachment/>> .

BRINTON, Crane. **Anatomia das Revoluções**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1958.

CONTER, Marcelo B. **Lo-fi**: agenciamentos de baixa definição na música pop. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, 1995.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1997.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

ATIVISMO NO BRASIL 2014-2016: a batalha digital e a ocupação nas ruas que antecedem a queda de Dilma Rousseff

Fabiana Costa Flores de Carvalho

Introdução

Em que medida os atos promovidos pelos movimentos sociais Vem Pra Rua (VPR)¹³³, Brasil Livre (MBL)¹³⁴ e Frente Brasil Popular (FBP)¹³⁵ incidiram sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016? Esses coletivos recorreram aos conteúdos veiculados pelas mídias de massa para legitimar seus discursos? Apoiaram ou receberam apoio de partidos políticos? Eles promoveram campanhas no ciberespaço com o mesmo grau de engajamento para levantar suas bandeiras?

Tais questionamentos orientam o objetivo principal da pesquisa que direciona este artigo: apontar as estratégias de convocação adotadas pelos movimentos MBL, VPR e FPB em seus respectivos sites na internet, durante o processo *impeachment* da Presidenta da República. Para além do que é noticiado pela imprensa e do que é exposto pelas instituições que regulam as atividades do Estado, revisitar a dinâmica de convocação utilizada por esses movimentos sociais na internet pode ajudar a esclarecer o modo como o processo de impedimento da Presidenta da República foi construído discursivamente e orientado retoricamente para certas posições em detrimento de outras.

Vale ressaltar que a capacidade discursiva é a principal habilidade que as pessoas devem ter para influenciar e se fazerem visíveis na internet, ou seja, elas não “dependem necessariamente de privilégios financeiros, raciais ou geográficos” (GOMES; MAIA, 2008, p. 338). Sendo assim,

133 [Vem Pra Rua](#)

134 [MBL - Movimento Brasil Livre](#)

135 [Frente Brasil Popular](#)

entendemos que através de seus respectivos *websites*, os líderes dos movimentos sociais que protagonizaram o *impeachment* atuaram estrategicamente para obter visibilidade, representar o cenário político brasileiro e induzir os cidadãos a se posicionar de modo favorável ou contrário ao afastamento da presidenta na ocasião. Os atos têm início em 2014, ainda durante as eleições presidenciais. Apesar disso, é necessário sublinhar que a onda que empurra os movimentos de direita VPR e MBL já começa nas “Jornadas de 2013”¹³⁶.

A FBP, por sua vez, resultado de um amplo “agrupamento” de entidades tradicionais que já estavam presentes em cenários de luta no Brasil, só entra em cena no ambiente online em 2015, dada a ofensiva dos movimentos favoráveis ao *impeachment* nas redes. MBL, VPR e FBP se destacam pela organização e potência nos resultados das campanhas promovidas, dado o expressivo número de pessoas que conseguiram reunir nas ruas: a FBP (em defesa do mandato de Dilma), o VPR e o MBL (a favor do afastamento de Dilma). Eles investiram de forma enérgica em repertórios de ação, veiculando notícias para legitimar seus discursos, criando e disseminando cartazes e bandeiras e comercializando produtos¹³⁷. Como resultado do esforço empreendido, receberam o apoio e a forte aderência da sociedade civil e de outros atores políticos em seus projetos.

É importante sublinhar que a compreensão acerca da legalidade do processo de *impeachment* é distinta para cada um dos grupos, o que condiciona o tema a diferentes representações discursivas. Diante do

136 Sobre as jornadas de junho 2013, ver: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/06/protestos-completam-um-ano-e-violencia-policial-se-repete>>

137 O foco principal do grupo no site era viabilizar um sistema de venda de produtos (canecas, camisetas, bandeiras), além de receber doações para financiar os gastos com as manifestações de rua. Bonecos infláveis foram desenvolvidos para representar Dilma e Lula nas manifestações pró-*impeachment*. Alguns exemplares eram personagens fictícios (O diabo, o Pinóquio, etc.), além de outros presidiários e ladrões.

cenário descrito, sublinhamos a relevância do debate, vez que o acesso ampliado de informações é entendido como enriquecedor da comunicação pública e da democracia em seu sentido cívico (ESTEVEZ, 2011) e, de alguma forma, os movimentos sociais engajados no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff corroboraram para a disseminação de diferentes pontos de vista a respeito do tema no espaço público.

Neste artigo, analisamos os *websites* dos movimentos citados de forma sintetizada, sendo este apenas um recorte de uma pesquisa¹³⁸ extensa, e de muito fôlego, realizada anteriormente. Dito isso, pretendemos responder aos questionamentos pontuados nesta introdução à luz de alguns teóricos como Recuero (2014), Fragoso e Amaral (2011) no âmbito da Análise Estrutural de Redes Sociais (ARS) com o intuito de identificar as relações de poder estabelecidas pelos coletivos com outros atores na rede, através de seus sites. A ideia principal é apresentar as dimensões intertextuais e interdiscursivas do que foi publicizado pelos movimentos, e por isso acionamos Norman Fairclough (2001, 2003, 2010) para oferecer o aporte necessário da Análise Crítica de Discurso (ACD). Acreditamos que a observação das práticas empreendidas nos sites pode revelar as relações de poder que circundam e influenciam o MBL, o VPR e a FBP, bem como a dimensão e o alcance da retórica político-ideológica dos repertórios de seus líderes.

As práticas dos movimentos sociais no ciberespaço

Os movimentos sociais contemporâneos relacionam-se, de maneira importante, com as TICs (Tecnologias de Comunicação e Informação). Isso significa, por exemplo, que os novos dispositivos tecnológicos em rede podem auxiliar os coletivos sociais a cumprir a

138 Ativismo na internet e o *impeachment* de Dilma Rousseff: as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/164349>.

função de promover o ciberativismo e de alcançar maior visibilidade (MARQUES; NOGUEIRA, 2012, p. 145).

Ativismo digital ou ciberativismo, são termos utilizados para denominar as práticas de movimentos politicamente motivados, que buscam alcançar objetivos e/ou lutar contra injustiças através da rede (VEGH, 2003, p.71). O ciberativismo também pode ser pensado como um ativismo “realizado por meio da utilização da internet para a difusão massiva de novas mensagens” (FARIAS, 2014, p.04). No entanto, é importante que fique claro o entendimento de que ciberativistas são àqueles que atuam apenas na internet, e a escolhem como única esfera de atuação. Já àqueles que circulam de forma híbrida nas esferas online e off-line devem ser encarados como ativistas, que podem eleger a internet como campo de atuação ou não, além de optar por serem chamados ciberativistas ou não (FARIAS, 2014, p.05). Isso significa que o ciberativismo atende às necessidades pós-modernas, de uma política mais mediada e simulada que antes, podendo ser compreendido como um instigante “simulacro da vida real no mundo digitalizado”. (FARIAS, 2014, p.06).

Nestes termos, Moraes (2001) traz à tona a percepção de que o ciberativismo é a prática fundamental que sustenta as campanhas e as aspirações à distância de movimentos nas sociedades globalizadas. De acordo com o autor, ao se apropriarem da internet como canal público de comunicação, as entidades civis têm oportunidade de “disseminar informações e análises que contribuam para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas” (MORAES, 2001, p.08).

O argumento é reforçado por Castells (2013, p.130), que destaca o caráter híbrido de atuação e articulação dos movimentos sociais, práticas viabilizadas pela interação das redes de comunicação *online* com os espaços físicos (simbólicos) em uma sociedade mobilizada.

A partir de tal constatação, pode-se estabelecer uma compreensão acerca do ciberespaço como: 1) campo de atuação daqueles movimentos sociais que utilizam a internet para obter visibilidade, desenvolver suas campanhas e lutar por reconhecimento e 2) o lugar para a ampliação das reivindicações e campanhas daqueles movimentos sociais que já atuam e interagem com a sociedade, com o estado, e com empresas públicas e privadas de maneira presencial, mas que buscam aumentar a visibilidade de suas ações, interagindo com outros públicos (van de Donk et alli, 2004). Nos dois casos, os benefícios são claros: isso porque na rede os discursos ganham maior visibilidade e alcance.

Sendo assim, os movimentos sociais organizados intervêm nos debates públicos e nos conflitos políticos de forma importante e ativa, ao se valerem da utilização da internet na arena pública, como por exemplo, através da mobilização do eleitorado, alcançando, em algumas circunstâncias, maior eficácia que partidos políticos tradicionais na formação da opinião coletiva (van de Donk et alli, 2004). Neste contexto, algumas questões que geralmente se impõe na relação entre os movimentos sociais e as TICs devem ser ressaltadas, são elas: 1) alguns movimentos estão mais inclinados do que outros a utilizar as TICs. 2) a internet facilita as formas tradicionais de protestos, mas dificilmente irá substituí-las, 3) coletivos sociais que utilizam a internet tornam-se menos dependentes da cobertura da mídia de massa para transmitir suas mensagens e 4) é provável que o uso da internet afete a estrutura interna da organização de movimentos sociais, sobretudo a densidade e a direção de seus *links*, ou seja, ela amplia e reforça o relacionamento entre grupos (van de Donk et alli, 2004).

Desse modo, a internet pode assumir a importante função de auxiliar os movimentos sociais em suas intervenções políticas e sociais para que atuem estrategicamente através da apropriação de ferramentas como “as campanhas virtuais, o correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de conversação, boletins, manifestos on-line, murais, anéis

de sites e árvores de links” (MORAES, 2001). A *homepage*, por exemplo, “permitiu ecoar a ideia de que é possível ao usuário criar, participar e difundir um movimento coletivo” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 211). Dentre as ferramentas destacadas por Moraes (2001), os *links* inseridos em *websites* podem dizer muito sobre as relações que determinado grupo ou ator estabelecem externamente. Tais escolhas (inserção de *links* em uma plataforma) ampliam a experiência discursiva dos visitantes, deixando as marcas ideológicas daqueles que as mantem. Ou seja, as formações discursivas contrárias às de um grupo, por exemplo, jamais serão acessadas através de *links* presentes em seus *sites* ou *homepage*. “Isto porque todo hipertexto, com relação à construção de sentido, funciona da mesma forma que um texto, ou seja, é produzido com base em determinados interesses e suposições” (MELO, 2004, p. 138). A este respeito, Moraes nos ensina que os sujeitos deixam suas identidades inscritas nas redes através dos *hipertextos*, na medida em que selecionam e articulam os sentidos que lhe servem. Isso significa que “o usuário tem a alternativa de saltar de uma fonte a outra, em um itinerário sem começo nem fim. Os textos deslizam pelo monitor, em ritmo sequencial, numa espécie de cibercolagem de interferências individuais e coletivas” (MORAES, 2001, p.69).

É interessante dizer que os *links* e as demais ferramentas citadas pelos autores foram certamente essenciais para ampliar a atuação e a difusão de informações dos movimentos sociais analisados nessa pesquisa. Além disso, através das TICs, os movimentos puderam desenvolver mecanismos sofisticados para a interação com a sociedade civil, com as mídias de massa, com os representantes políticos e com organizações públicas e privadas, através de seus respectivos sites e redes sociais digitais.

Ao escaparem da dependência das mídias de massa como único canal para se fazerem visíveis, os movimentos podem, através da internet, adotar um modelo alternativo de expressão, apoiado em processos interativos. Mesmo assim, as expectativas relacionadas ao modelo

alternativo de expressão devem ser vistas com cautela, conforme destaca Moraes (2001). De acordo com o autor, é preciso que a cibermilitância se desenvolva para se aprofundar em propostas de comunicação eletrônica, isso porque “a heterogeneidade de ideários, identidades, práticas e naturezas constitutivas se reflete em usos e apropriações distintos das engrenagens comunicacionais, aí incluída as da Internet” (MORAES,2001, p.19).

Vale lembrar que Prudêncio (2009) propõe o termo mídia ativista para denominar o meio de comunicação dos movimentos sociais contemporâneos que se apropriam da internet, como ferramenta de engajamento e comunicação política – o que produz algumas mudanças no modelo organizacional da ação coletiva tradicional. A autora compreende que o ciberativismo tem se mostrado como uma das formas mais inovadoras de ação política. Para ela, “na medida em que os atores em rede organizam a informação, atribuindo-lhe um significado diferente do estabelecido, eles mantêm a capacidade de produzir (ou anunciar) mudanças na sociedade” (PRUDÊNCIO, 2009, p.99). No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que a internet não é a responsável pela criação de um movimento social transnacional, sustentando que “o suporte tecnológico agiliza os contatos e acelera a entrada de temas na agenda de discussão pública e o processo de tomada de decisões em relação a eles”. Nesse sentido, podemos considerar que a internet é ao mesmo tempo um meio interno e externo de difusão de mensagens, bem como uma ferramenta de protesto e dissenso. Diante disso, “seu uso pelos ativistas não faz dela apenas uma “mídia alternativa”, em que é possível difundir suas visões, mas um espaço híbrido, no qual atuam ativistas e jornalistas da mídia convencional” (PRUDÊNCIO, 2009, p. 100). É importante sublinhar, também, que os movimentos sociais ainda mantêm uma forte relação com os meios de comunicação convencionais, vínculo que muitas vezes se impõe ou se mostra necessário. Além disso, os ativistas dos movimentos sociais também se tornam fonte de

informação para as mídias de massa, e o contrário também acontece. É o que de fato podemos observar ao realizar uma retrospectiva dos agendamentos dos atos online e das manifestações de rua, conforme apresentamos a seguir.

Síntese das manifestações 2014-2016

Antes de apontar e analisar as estratégias discursivas utilizadas para convocar cidadãos nos sites, sublinhamos a importância de apresentar uma retrospectiva temporal/histórica dos atos realizados, que pode ser apresentada neste artigo graças à pesquisa documental realizada no período, conforme se vê no quadro a seguir:

Quadro 1 – Histórico dos atos que antecedem o impeachment de Dilma Rousseff

Manifestações a favor do impeachment Convocação: MBL e VemPraRua			Processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff	Manifestações contra o impeachment Convocação: Frente Brasil Popular				
Evento Local	Estimativa público (nº de pessoas)	Data		Data	Estimativa público (nº de pessoas)	Evento Local		
2014								
1	Largo do Batata/SP	300 *PM	16.10	26.10 Reeleição de Dilma Rousseff (Presidenta) e Michel Temer (Vice-Presidente)	Nenhum evento registrado			
2	Av. Brigadeiro Faria Lima/SP	1.000 *PM	22.10					
3	Av. Paulista/SP	8.000 *PM	25.10					
4	Av. Paulista/SP	2.500 *PM	01.11					
5	Av. Paulista/SP	10.000 *ORG 6.000 *PM	15.11					
6	Av. Paulista/SP	500 *PM	29.11					
2015								
7	Nacional	2.400 *PM 3.000 *ORG	15.03	02.12 Câmara Federal autoriza abertura do processo de impeachment em desfavor de Dilma Rousseff	13.03	33.000 *PM 175.000 *ORG	Nacional	1
8	Congresso Nacional/Brasília	701.000 *PM 100.000 *DF 1.500 *ORG	12.04		18.03	250.000 *ORG	Av. Paulista/SP	2
9	Nacional	500 *PM	27.05		07.04	6.000 *PM 14.000 *ORG	Nacional	3
10	Congresso Nacional/Brasília	879.000 *PM 135.000 *DF 2.000 *ORG	16.08		15.04	32.000 *PM 150.000 *ORG	Nacional	4
11	Brasília/DF	60 *PM	21.10		20.08	73.000 *PM 190.000 *ORG	Nacional	5
12	Brasília/DF	2.000 *PM	15.11		26.09	1.000 *PM	Praça da Sé/SP	6

1 3	Nacional	83.000 407.000	*PM *ORG	13.12		03.10	5.000 *PM Av. Paulista/SP 7
1 4	Av. Paulista/SP	3.600 500.000	*PM *DF *ORG	13.03		13.03	7.000 *PM 14.000 *ORG Nacional 10
1 5	Nacional	5.000 9.000	*PM *ORG	18.03		18.03	275.000 *PM 1.300 *ORG Nacional 11
1 6	Brasília/DF	400	*PM	16.04		30.03	2.000 *PM Masp/SP 12
1 7	Nacional	318.000 1.300	*PM *ORG	17.04		31.03	159.000 *PM 824.000 *ORG Praça da Sé/SP 13
1 8	Brasília/DF e São Paulo/SP	7.500	*PM	09.05		04.04	841 *PM Brasília/DF 14
1 9	Brasília/DF	1.000	*PM	11.05		05.04	1.000 *ORG Teatro Casa Grande/RJ 15
2 0	Av. Paulista/SP	44.000 151.000	*PM*ORG	31.07		10.04	3.000 *PM Brasília/DF 16
2 1	Nacional	520 200	*PM *ORG	31.08		16.04	1.000 *PM Brasília/DF 17
						17.04	126.000 *PM 723.000 *ORG Nacional 18
						21.04	60 *PM MASP/SP 19
						27.04	2.000 *PM 20
						01/05	500.000 *PM São Paulo/SP 21
						10.05	200 *PM Brasília/DF 22
						11.05	4.000 *PM Brasília/DF 23
						15.05	10.000 *ORG Consolação/SP 24
						22.05	30.000 *PM Largo do Batata/SP 25
						10.06	37.000 *PM 326.000 *ORG Nacional 26
						31.07	3.000 *PM 85.000 *ORG Nacional 27

		09.08	1.000 *PM 31.000 *ORG	Nacional	28
		29.08	2.000 *PM 40.000 *ORG	Nacional	29
		31.08	2.000 *PM 76.000 *ORG	Nacional	30

Fonte: a autora a partir dos dados nos sites dos movimentos MBL, VPR e FBP e nos portais Globo.com, Carta Capital, Folha de São Paulo e Zero Hora.

É possível perceber, diante dos dados apresentados, que os movimentos pró-*impeachment* foram os responsáveis por iniciar um novo ciclo de manifestações no Brasil, ainda durante a campanha eleitoral para Presidência da República, no ano de 2014. A resposta à ofensiva desses grupos, por sua vez, acontecerá apenas em 2015, com a união e a organização de movimentos e sindicatos que integram Frente Brasil Popular. Os resultados das análises documental e histórico-descritiva que ajudam a construir este resgate demonstram que a FBP organizou e realizou um número maior de manifestações de rua, em comparação com os demais movimentos. Para se ter uma ideia, as 30 manifestações (estaduais e nacionais) realizadas pela FBP, durante o processo de *impeachment*, superaram as 21 manifestações contabilizadas por esta pesquisa, referentes a atuação conjunta do MBL e do VPR.

A partir dos dados apontados, é possível inferir que o silenciamento e a atuação tardia da FBP, diante da ofensiva dos grupos pró-*impeachment* em 2014 e durante os meses iniciais do ano de 2015, resultaram em um maior número de mobilizados nos eventos promovidos pelo MBL e pelo VPR. Um dos fatores que pode se relacionar a tal resultado é o período em que se iniciam as campanhas da FBP no ambiente digital. O *website* do grupo, por exemplo, é lançado 1 ano e um mês após o início das manifestações lideradas pelo VPR que, em outubro de 2014, já mobilizava pessoas através de seu site e de suas redes sociais. Isso significa que, sem o confronto ideológico com grupos adversários, os grupos pró-*impeachment* puderam ampliar sua visibilidade e desenvolver suas atividades de maneira estratégica, mobilizando um número maior de pessoas para as manifestações de rua.

O silenciamento da FBP, que acompanhou o silenciamento do governo Dilma, também abriu caminho para que esses grupos pudessem exercer influência sobre os públicos que não possuíam posição político-partidária definida, por exemplo. Além disso, os resultados da pesquisa documental (coleta dos dados referentes aos eventos promovidos pelos

movimentos) demonstram que os grupos pró-*impeachment* receberam maior atenção por parte das mídias de massa, o que pode ter reduzido e/ou ofuscado a capacidade de convocação e mobilização da FBP.

É plausível dizer, também, que as práticas do MBL e do VPR geraram efeitos sobre as instituições (jurídicas, políticas) e sobre os atores que as constitui. Um primeiro exemplo, que pode ser destacado, é o pedido de *impeachment*, acatado pela Câmara dos Deputados. Os juristas responsáveis pela redação do texto argumentam, entre outras coisas, que as mobilizações desses grupos refletiam o clamor público pela mudança de governo. Outro exemplo, diz respeito aos efeitos gerados pelas manifestações do dia 15 de março de 2016, sobre os deputados com poder de voto, durante a deliberação em que se definiu o encaminhamento do processo de *impeachment* ao Senado Federal, no dia 17 de abril de 2016.

As manifestações convocadas para o dia 15 de março, através dos *websites* e das redes sociais, registraram-se como as maiores (em número de pessoas nas ruas) da história do país. Nessa ocasião, o jornal Estadão chegou a noticiar que cerca de 3 milhões de pessoas foram às ruas, nos 26 Estados e no Distrito Federal. Diante disso, é possível apontar que tais eventos impactaram e influenciaram, de maneira importante, as justificativas dos deputados em seus argumentos públicos durante a votação. Por isso, a análise ancorada no modelo tridimensional de Fairclough (2001), no âmbito da ACD (Análise Crítica do Discurso), nos ampara para desvelar as estratégias retóricas empreendidas pelos grupos para convocar e mobilizar a sociedade brasileira durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Os sites e as práticas discursivas dos movimentos

O que o MBL, VPR e a FBP apresentam, em seus respectivos *websites*, são o reflexo da influência dos eventos, das estruturas sociais e das redes de práticas sociais, mais amplas, que as compõem. Ou seja, as práticas são “entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e eventos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23).

Isso quer dizer que as TICs e suas práticas, a conjuntura social, política e econômica, bem como os ciclos de protesto que antecedem o período do *impeachment* no Brasil influenciaram a emergência desses grupos e, naturalmente, os seus projetos mobilizadores.

Figura 1 – Página inicial dos sites



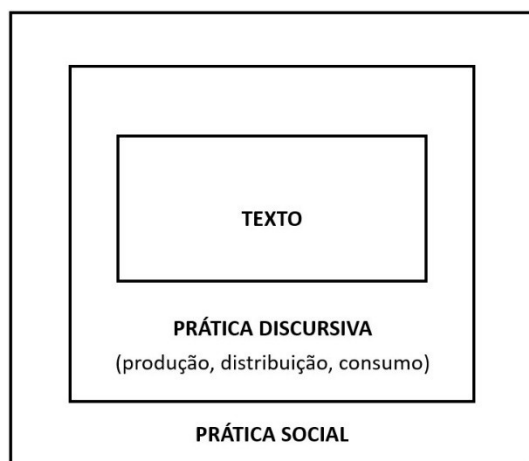
Fonte: autora, a partir dos sites FBP, MBL e VPR, acesso em 10 dez. 2015.

Os *sites* do MBL, VPR e FBP mostraram-se como um terreno fértil para aplicar a metodologia proposta por Fairclough. Através das plataformas, buscou-se compreender, também, como os textos produzidos e as práticas adotadas pelos movimentos incidiam sobre o contexto, sobre os eventos, as estruturas e as relações sociais mantidas pelos grupos com outras mídias na internet.

Fairclough (2001) apresenta um quadro tridimensional de análise que privilegia o olhar sobre o texto, as práticas discursivas e as práticas

sociais – dimensões que, para ele, estão inter-relacionadas, conforme figura:

Figura 2 – O modelo de análise tridimensional de Fairclough



Fonte: Fairclough, 2001, p. 101.

Ao acionarmos o modelo tridimensional de Fairclough para analisar os *websites*, percebemos que **as práticas sociais** dos movimentos são o resultado da forte influência do contexto histórico, político e social a que estão inseridos, o que incide sobre a atuação e a formulação de seus discursos, constituídos pelo apelo a um “senso comum compartilhado”. Suas **práticas discursivas** revelam-se no modo de articulação dos sistemas de produção, distribuição e consumo de materiais informativos, o que nos dá pistas sobre como os grupos desenvolveram suas estratégias, basta examinar as escolhas discursivas e as relações de poder que construíram no ciberespaço. **Os textos**, por sua vez, estão vinculados às **práticas sociais** dos movimentos, e incidem sobre as escolhas dos argumentos de seus líderes (palavras, símbolos).

Como se vê, a ideia de Fairclough ao propor o modelo tridimensional é reunir três tradições analíticas do discurso: “a tradição de análise textual e linguística, prevista pela linguística propriamente dita, a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais, e a tradição interpretativa ou microsociológica, que considera a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100).

O autor ainda argumenta que as práticas dos membros são moldadas de forma inconsciente, ao produzirem sentido no mundo através das estruturas sociais, das relações de poder e pela natureza da prática social em que estão enredados. Ou seja, nem sempre os sujeitos têm consciência que suas práticas têm resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais.

Vale destacar que ao usar o termo “discurso”, o autor propõe considerar o uso da linguagem como forma de prática social, e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Para ele, o discurso é um modo de ação e também um modo de representação.

Nesse sentido “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Pode-se compreender, a partir daí, que ao se comunicarem, os movimentos sociais atuam de maneira ativa sobre o mundo e sobre as pessoas, construindo uma rede de significados e uma forma de representar o tema em análise neste artigo (*impeachment* de Dilma Rousseff) que devem ser explorados. Dito isso, para analisar as práticas discursivas do MBL, VPR e FBP buscou-se, principalmente, identificar as dimensões intertextual e interdiscursiva do conteúdo inserido nos sites. Foi possível perceber, a partir daí, que as notícias e os cartazes de campanha produzidos pelos movimentos são carregados de fragmentos de outros textos (citados de forma direta e/ou indireta).

De posse dos dados extraídos do recorte em análise, foi possível identificar, ainda, de que maneira outras “vozes” eram acionadas. Ora para ocultar informações e pessoas, ora para identificá-las e demarcá-las. Além das vozes identificadas nas superfícies dos textos (explícitas), foi possível identificar, também, aquelas vozes implícitas, inscritas na memória de um saber anterior. Alguns jargões (frases prontas) e símbolos utilizados pelos movimentos sociais, são um exemplo disso.

Figura 3 – Cartaz publicado no site do MBL



Fonte: site VemPraRua, acesso em dezembro de 2015.

É possível afirmar, nesse sentido, que o “mostrar” e o “esconder” fazem parte do jogo retórico dos movimentos sociais que, de maneira criativa, imprimiram sentidos diversos nos textos, através da interação discursiva com outros eventos e atores. A respeito de tais percepções é importante destacar a contribuição da ARS (Análise de Redes Sociais), a essa investigação. Constatou-se, nas redes dos movimentos sociais, o que

Recuero (2004, p. 09) chama de interdiscurso construtivo. Ou seja, dar “voz ao outro, auxiliando-o na construção da rede hipertextual.”

A partir das análises das interações sociais (práticas discursivas) e da produção de sentidos empregadas pelos grupos nos textos, buscou-se, ainda, identificar a rede de práticas sociais que geraram efeitos sobre as práticas particulares dos movimentos.

Foi possível perceber, através do olhar sobre essas duas dimensões, o efeito do contexto, dos eventos e das estruturas sociais sobre os discursos empreendidos nos sites. Isso quer dizer que o modo de representar, identificar e interagir dos membros do MBL, do VPR e da FBP nos *websites* esta interligado aos elementos sociais (estruturais), que os orientou ideologicamente para agir durante o processo de *impeachment*.

Links de referência: o poder das interações em rede

A ARS deriva do quadro conceitual da Teoria dos Grafos¹³⁹. De acordo com Lemieux e Ouimet (2004), é uma maneira de abordar os fenômenos sociais e diz respeito, principalmente, à forma das relações entre os atores sociais. Por isso, cabe ao pesquisador que adota tal método “pensar como serão considerados os atores e suas conexões, ou seja, o que será considerado uma conexão e o que será considerado um ator (ou um nó, que também poderia ser uma instituição) e em qual medida” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012 p. 118).

Para além da forma, considera-se igualmente que os atores sociais são definidos pelas suas relações. Diferentemente de outras vias metodológicas essa análise “distingue-se pela sua preocupação com as formas estáveis ou evolutivas que adquirem as relações entre os atores, ou ainda as relações entre proposições na ordem do discurso” (LEMIEUX E OUIMET, 2004, p.16).

139 Teoria dos Grafos – proveniente da matemática, trata das relações entre os objetos de determinado conjunto.

Em síntese, “trata-se, assim, de uma forma de observar a estrutura social (Wasserman e Faust, 1994), construída a partir dos dados relacionais dos atores sociais (indivíduos ou instituições e grupos) e suas interrelações” (RECUERO, 2014, p. 62). Sendo assim, “a tarefa do pesquisador de rede é a de compreender as disputas, as posições, as parcerias, as controvérsias, as associações, isto é, as perspectivas inscritas nessas relações em rede” (MALINI, 2016, p.09).

A partir de tal perspectiva, pode-se considerar que os *websites* e redes sociais na internet “são caracterizados pela construção de um perfil com características identitárias, percebidos como atores sociais, que apresentam novas conexões entre esses perfis, as chamadas arestas na rede social” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012 p. 116).

No caso do objeto de pesquisa em tela, consideraremos como “ator” os sites dos movimentos Brasil Livre, Vem Pra Rua e Frente Brasil Popular. Já os *links* citados/sugeridos nas notícias dos respectivos *websites*, serão considerados as conexões. Tais relações serão apresentadas através de grafos. Um grafo é a representação gráfica de um padrão de relações, utilizado para revelar redes e quantificar propriedades estruturais importantes. Sendo assim, “a representação de uma rede social num grafo consiste num conjunto de nodos (vértices) que estão ligados por linhas, que podem ser arestas ou arcos, consoante o tipo de relação a estudar” (AMARAL, 2016, p.109).

A escolha de análise dos hiperlinks, citados nas editorias de notícias dentro das plataformas dos movimentos, se deve ao fato de que eles podem ser considerados “expressões das escolhas comunicativas e das agendas dos responsáveis pelos sites” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012).

O MBL, o VPR e a FBP desempenharam a função de mobilizar a sociedade civil e receberam grande visibilidade por parte de mídias nacionais e internacionais, dada a proporção alcançada pelas manifestações organizadas, convocadas pela internet. Eles tiveram

expressão importante durante todo o processo de *impeachment* da Presidenta da República, destacando-se pelo rico e extenso material de campanha disponibilizado em suas respectivas plataformas (*websites*). Ressalte-se que na editoria “notícias” a utilização de hiperlinks é uma constante verificada nas práticas dos três grupos *online*.

A análise da interação entre as mídias acionadas, através de *links* em notícias nos *sites* dos três movimentos, foi realizada entre os meses de dezembro de 2015 e agosto de 2016 (período correspondente a abertura e a finalização do processo de *impeachment*). Por meio da ARS (Análise de Redes Sociais) buscamos identificar as relações estabelecidas pelo VPR, FBP e MBL com outros atores na rede.

Com o auxílio do software *Gephi* foi verificada a incidência e a procedência dos *links* inseridos nas editorias de notícia dos *websites* durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Ou seja, empregamos metodologicamente o estudo das páginas pessoais dos grupos (*sites*) a partir da análise dos hiperlinks ali inseridos. O objetivo foi identificar quem são esses atores e avaliar o nível de interação mantidos pelos movimentos com eles.

Para se ter uma ideia, os grupos publicaram juntos entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, um total de 364 notícias e referenciaram 377 *links* direcionando o visitante a outros domínios (páginas) na internet, o que pode ser observado na tabela a seguir:

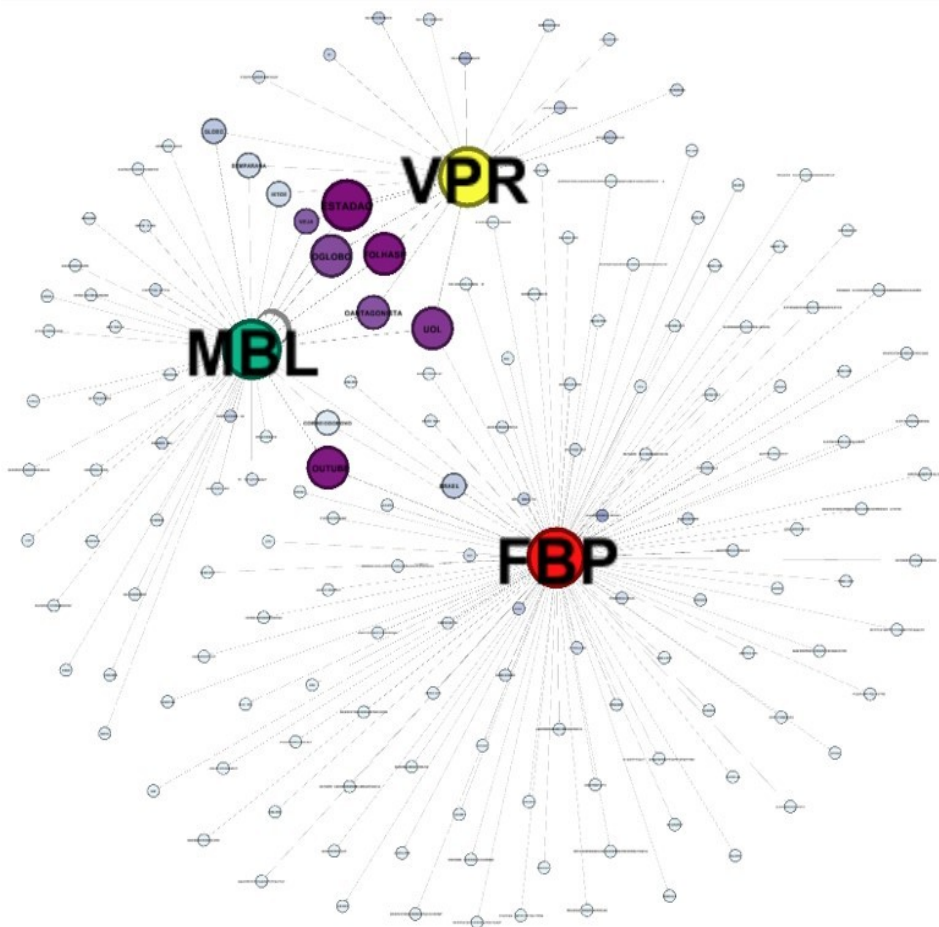
Tabela 1 – Notícias e links publicados pelos movimentos

Movimento Social	MBL	FBP	VPR	Total
Total notícias	191	123	50	364
Total Links	123	204	50	377

Fonte: elaborada pela autora

Os *links* inseridos nas notícias (nos *sites* dos três grupos) foram coletados e catalogados em planilhas do *Excel* e, posteriormente, transferidos para o *software Gephi*, com o intuito de se verificar a aparência da rede a partir das relações mantidas pelos grupos com outras mídias. Para essa análise, será levada em consideração a relação mantida entre o MBL, o VPR e a FBP no que diz respeito ao acionamento de mídias em comum. A seguir, é possível verificar o *grafo* projetado (Figura 4):

Figura 4 – Grafo da interação entre os movimentos



Fonte: a autora.

No *grafo* apresentado, estão representados 159 nós e 376 arestas (laços/ligações). O tamanho e a tonalidade dos nós na rede referem-se à capacidade de influências das mídias referenciadas sobre os movimentos sociais em análise.

Ou seja, as mídias (nós) maiores e com tonalidade mais intensa, são aquelas que detém maior poder de influência sobre os demais nós na rede. Na tabela a seguir, são apresentados os dados referentes às 10 mídias mais influentes encontradas:

Tabela 2 – Interações nas redes dos movimentos MBL, VPR e FBP

Mídias	PageRank Influência na rede	Centralidade Total de citações recebidas (indegree)
1. Estadão	0.007248	14
2. Folha de SP	0.007212	16
3. Youtube	0.007119	27
4. UOL	0.007082	12
5. O Globo	0.007003	14
6. O Antagonista	0.006967	16
7. Veja	0.006916	12
8. Câmara dos Deputados	0.006643	19
9. Folha de Pernambuco	0.006465	3
10. Globo.com	0.006429	5

Fonte: elaborada pela autora

Diante dos dados apresentados é possível notar que há uma diferença entre as métricas *PageRank* em relação ao número de citações recebidas (*indegree*). Ou seja, os dados mostram que as mídias mais citadas não são, necessariamente, as mais influentes na rede de interação entre os grupos. Isso acontece porque o *PageRank* não leva em consideração apenas o peso dos laços direcionados a um nó (número de

conexões). Quer dizer, também, que os *sites* que recebem maior pontuação são aqueles que tem maior probabilidade de receber visitas.

Nesse caso específico, a mídia Estadão foi acionada por dois *clusters*:¹⁴⁰ o MBL e o VPR. O mesmo acontece com a mídia Folha de SP, que não recebeu referências da FBP, mas recebeu muitas conexões por parte dos demais movimentos. O Youtube, no entanto, foi referenciado pelos movimentos VPR e FBP, assumindo a terceira colocação.

O portal UOL, por sua vez, está em uma posição intermediária, ou seja, ele recebeu *links* dos três movimentos na rede. Isso significa que essa mídia é a única que disponibilizou informações veiculadas pelos três sites. No entanto, é preciso levar em consideração que uma referência (discurso) também pode ser realizada para ser contestada. É o caso do MBL, que cita o UOL através de *linkagem* para se defender de denúncias publicadas na página dessa mídia.

As demais mídias (O Globo, O Antagonista, Veja e Globo.com) podem ser considerados autoridades. Não só porque recebem muitas referências por parte do VPR e do MBL, mas também pelo fato de que esses movimentos, juntos, reúnem uma maior quantidade de laços/ligações, o que confere um alto grau de importância a essas mídias na rede de interação dos grupos. Já a Câmara dos Deputados e a Folha de Pernambuco, aparecem com grande pontuação no *ranking* por terem recebido um alto grau de conexão por parte da FBP.

Conforme vimos, a análise empreendida teve por objetivo não apenas verificar em que graus os movimentos sociais acionaram outras mídias para construir os seus discursos. A partir da ARS, buscou-se estabelecer uma visão panorâmica sobre o modo como as mídias referenciadas se posicionam (exercendo autoridade e/ou prestígio), quando postas em interação nas redes dos três grupos, simultaneamente.

140 Grupo de nós fortemente conectados. Cada movimento social (VPR, FBP e MBL) forma um grupo com essas características.

Foi possível identificar, a partir dos dados extraídos da rede, que o número de notícias e *links* reportados pela FBP é expressivo. No entanto, a rede de informações construída por ela no *site* é menos influente, se comparada a soma das redes de informação construídas pelo MBL e pelo VPR. Isso acontece porque os movimentos *pró-impeachment* citam, de forma similar, um mesmo conjunto de atores que, em sua maioria, é constituído pelas mídias de massa.

Tal constatação revela que as mídias de massa mantiveram ligações fortes com os movimentos *pró-impeachment* e orientaram ideologicamente as práticas desses grupos. Quer dizer, também, que as mídias puderam exercer alguma influência, tanto sobre os movimentos que as aciona, quanto sobre as pessoas (simpatizantes) que visitaram os *sites* desses grupos.

Nas considerações finais apontaremos as principais estratégias identificadas nos *websites* com o intuito de construir uma perspectiva geral acerca das práticas e dos discursos trazidos para debate.

Considerações finais

As análises trazidas neste artigo revelaram que as práticas do MBL, do VPR e da FBP em seus respectivos *websites*, são constituídas pela influência dos eventos, das estruturas sociais e das redes de práticas sociais, mais amplas, que as compõe. Ou seja, as práticas são “entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e eventos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23). Isso quer dizer que as TICs e suas práticas, a conjuntura social, política e econômica, bem como os recentes ciclos de protesto no Brasil, influenciaram a emergência desses grupos e, naturalmente, os seus projetos mobilizadores.

Ou seja: ao se comunicarem, o MBL, o VPR e a FBP atuaram de maneira estratégica, construindo representações sobre temas de interesse

público (saúde, educação, economia etc.) influenciando, de maneira importante, os eventos que resultaram no *impeachment* de Dilma Rousseff.

As análises também demonstraram, no âmbito das práticas discursivas, como os repertórios dos movimentos são moldados pelo ambiente digital. Isso quer dizer que as TICs incidiram sobre a produção, distribuição e consumo dos textos. Um exemplo disso é que a maior parte do conteúdo dos *websites* foi desenvolvido dentro da lógica de compartilhamento e download. Ou seja, foi possível identificar a preocupação dos grupos com o engajamento *online* e também com a aderência das pessoas às manifestações de rua.

Apesar da autonomia oferecida pelas TICs, no que se refere ao desenvolvimento de meios de comunicação ativistas (sites, redes sociais etc.), muitos grupos de protesto buscam, principalmente, ser objeto de uma visibilidade positiva das mídias de massa. Mas, no caso dos movimentos analisados nessa pesquisa, foi possível identificar que para além da visibilidade, os grupos favoráveis ao *impeachment* buscaram, também, se apropriar do discurso dessas mídias para legitimar as ações que empreenderam.

Com o auxílio da ARS, foi possível identificar e mensurar em que graus eram mantidas relações entre os grupos nos *websites* com outros atores na internet. Constatou-se, a partir dos dados coletados, que as mídias de massa brasileiras assumiram uma posição central nos repertórios e nas redes de mobilização interativas construídas pelos grupos favoráveis ao *impeachment*. Por outro lado, a frente que defendeu o mandato da Presidenta Dilma, optou por não as referenciar.

Vale ressaltar que a relação com as mídias de massa pode ser vista como uma prática estratégica de alguns grupos. No entanto, foi possível perceber que a preocupação com o enquadramento dado (positivo/negativo) ultrapassa o desejo dos movimentos de terem suas demandas publicizadas.

As entidades sindicais e demais organizações que se uniram para constituir a FBP, por exemplo, assumiram uma função extremamente importante na campanha em prol da permanência da Presidenta Dilma Rousseff. E a representatividade no cenário de lutas do Brasil - construída historicamente através de outras campanhas – propiciou ao movimento desenvoltura e segurança para organizar uma forte resistência aos ataques dos movimentos e partidos que defendiam o *impeachment*.

No entanto, apesar do aprendizado adquirido, chama a atenção o fato de que o conhecimento consolidado sobre mobilizações anteriores é posto em prática tardiamente. As manifestações de rua, as campanhas nos *websites* e nas redes sociais do grupo, por exemplo, são instauradas cerca de um ano após o levante dos movimentos *pró-impeachment*. Seria esse seria o motivo principal para que os defensores de Dilma perdessem a batalha política digital?

A hipótese que levantamos é a de que vários fatores contribuíram para a queda de Dilma Rousseff. Além do silenciamento de uma esquerda perdida *online*, a conjuntura política, constituída por escândalos de corrupção e pelo ciclo de campanhas promovidos pelo MBL e pelo VPR durante período anterior, enfraqueceram a imagem de Dilma Rousseff, corroborando para uma desarticulação e para uma desmotivação do PT e das entidades que nutriam simpatia pelo partido.

Referências

AMARAL, Adriana. R.; FRAGOSO, Sueli; RECUERO, Raquel. **Métodos de Pesquisa para Internet**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

AMARAL, Inês. [Redes Sociais na Internet: Sociabilidades Emergentes](#). Editora LabCom.IFP, 2016.

BRANDÃO, Elizabeth. P. **Conceito de comunicação pública**. In: DUARTE, Jorge. Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ESTEVES, João P. **Novos Media e Deliberação**: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. Revista Media & Jornalismo, vol. 18- n. ° 10, 2011.

_____. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

_____. **O Espaço Público e os Media**: sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade. Edições Colibri, 2005.

_____. **Sobre a opinião pública que já não o é – ao ter deixado de ser propriamente pública e também uma opinião**. Revista Intexto, Porto Alegre, UFRGS, nº 34, p.276-293, set/dez. 2015.

FARIAS, Deusiney. R. A. Tensões políticas na cibercultura: uma pesquisa sobre ciberativismo e campo político brasileiro. In: **Seminário de Ciências Sociais – Mídia, Política e Eleições**. São Paulo, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: 2001.

_____. 2003. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. Proceedings 33rd International Systemic Functional Congress 2006 1081 London: Routledge.

_____. **A dialética do discurso**. Tradução de Raquel Goulart Barreto. Revista Teias v. 11, nº 22, p. 225-234, maio/agosto 2010.

GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho. **Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff: as estratégias de convocação dos**

movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/164349>. Acesso: 20 de jun. 2021.

GALINARI, Fabiana. BECKER; Camila. **Comunicação e participação política: o debate online no Vote na Web sobre o Programa Mais Médicos.** 1º Seminário Internacional de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/Gn1Ix4i> .Acesso: 20 de jun. 2021.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política.** Revista Fronteiras – estudos midiáticos, v. 7, nº. 3, 2005, p. 214-222.

_____; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas.** São Paulo, SP: Paulus, 2008.

LEMIEUX, V.; OUIMET, M. **Análise estrutural das redes sociais.** Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

MALINI, Fábio. **Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologias e temporalidade em rede.** XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MARQUES, Ângela; NOGUEIRA, Érika. **Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet.** Revista Comunicação Midiática, v.07, nº 02, p.138-161, maio/ago, 2012.

MORAES, Dênis. O ativismo digital. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2001. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em: 14 de set. 2016.

PEREIRA, Marcus A. G. **Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital**. Teoria e Sociedade, v. 2, nº. 18, p. 10-33, jul./dez. 2010.

PRUDÊNCIO, Kelly. **Comunicação e mobilização política na internet**. Extensão em Foco, Curitiba, n. 4, p. 97-105, jul./dez. 2009.

RECUERO, Raquel. **O Interdiscurso Construtivo como Característica fundamental dos Webrings**. Intexto, Porto Alegre, v. 10, 2004.

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Meridional, 2009.

_____. **Webrings: As Redes de Sociabilidade e os Weblogs**. Revista Sessões do Imaginário, da Famecos/PUCRS. Porto Alegre, v.11, p. 19-27, 2004a. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/webrings.pdf>>. Acesso em 10 jan, 2017.

_____. **Teoria das Redes e Redes Sociais na Internet: considerações sobre o Orkut, os weblogs e os fotologs**. In: XXVII Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre, Anais do XVII Intercom, 2004b. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17792/1/R0625-1.pdf>>. Acesso em 20 jan, 2017.

_____. **Contribuições da Análise de Redes Sociais Para o Estudo das Redes Sociais na Internet: o caso da hashtag #tamojuntodilma e #calaabocadilma**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos: maio/agosto 2014.

RUCHT, Dieter. **The quadruple 'A'**: media strategies of protest movements since the 1960s. In: DONK, Win. V de et al. (Ed.) *Cyberprotest: new media, citizens and social movements*. London: Routledge, 2007. p. 29-56.

VAN DE DONK, W. et alli (org.). 2004. **Cyberprotest – new media, citizens and social movements**. London: Routledge.

VEGH, Sander. **Classifying forms of online activism**: the case of cyberprotests against the World Bank. In: McMaughey, Martha; AYERS, Michael D. (Ed.) *Cyberactivism. Online Activism in Theory and Practice*. New York: Routledge, 2003. p. 71-96.

AS METÁFORAS DE GUERRA ANTE O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF (2016)

Ângelo Neckel
Fernanda Bastos Pires
Laura Ferreira Guerra

Introdução

O *impeachment* de Dilma Rousseff, um dos principais acontecimentos políticos de 2016, desorganizou o calendário com o fim antecipado do mandato presidencial da ex-presidenta e interrompeu o curso da gestão do país pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Desde 2003, com a primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, o partido ocupava o mais alto cargo da democracia representativa. O acontecimento gerou discussões no âmbito do Estado, da sociedade civil e dos *media*, colocando em voga o conceito que o definiria: afinal, é golpe ou *impeachment*?. O jornal *O Globo* não teve dúvidas: tratava-se de um *impeachment*. O objetivo deste texto é identificar como o jornal construiu esse posicionamento pelo discurso opinativo dos editoriais, entre janeiro e setembro de 2016.

Interessa articular a prática discursiva com a prática social, relação investigada por Norman Fairclough (2001). Entendemos que o estudo conjunto do discurso e do acontecimento evita recair apenas em um modelo estruturado focado no primeiro e, ao mesmo tempo, em uma descrição factual focada no segundo. Como aponta Fairclough (2001), o discurso não apenas representa o mundo, mas tem em si a potencialidade de significá-lo ao atravessar os mais diferentes campos. Como se trata de um acontecimento complexo, político e público, percebemos no discurso opinativo dos editoriais uma via de análise para identificar tal significação. Entre janeiro e setembro de 2016, selecionamos um

universo de 38 editoriais do jornal *O Globo* nos quais identificamos as metáforas de guerra como operações discursivas de construção do cenário do *impeachment* pelo jornalismo, dos quais 18 constituem o *corpus* da análise qualitativa.

Logo, mobilizamos a análise de discurso proposta por Fairclough (2001) em conjunto com a literatura especializada sobre metáfora, como George Lakoff & Mark Johnson (2002) e o próprio Fairclough (2001). Sobre o jornalismo, especialmente quando dá visibilidade aos temas de interesse público de ordem política, dialogamos com Luiz Gonzaga Motta (2007) e Liziane Guazina & Motta (2010).

Para Lakoff e Johnson (2002), conceitos metafóricos estão presentes na vida cotidiana e são percebidos por máximas por eles impulsionados. Funcionam também para atribuir sentido aos impasses e divergências próprios do campo político, traduzidos por um vocabulário de guerra, mesmo que o agir em discutibilidade não seja em si uma situação de conflito explícito. Concordando com Motta (2007), narrar é uma atitude argumentativa, por isso, no caso de editoriais, é acentuada devido ao vigor da opinião a partir da qual o jornal fala de um lugar institucional.

O presente artigo é um exercício teórico-metodológico, a começar pela definição do editorial, sobretudo como produtor de sentido, de acordo com Luiz Beltrão (1980), Antônio Fausto Neto (1994) e José Marques de Melo (1994). Como foi mencionado, interessa aqui refletir sobre o conceito de acontecimento, gerador de rupturas inesperadas na esfera pública, estudado segundo as contribuições de Isabel Babo-Lança (2011), Habibou Fofana (2012), Louis Queré (2011) e Maria Helena Weber (2011).

O discurso opinativo e o campo político no Brasil

Ao longo da história do jornalismo brasileiro, a atividade opinativa está relacionada com a efervescência de acontecimentos públicos e

políticos a partir dos quais a imprensa mobiliza-se enquanto um ator responsivo posicionado. O editorial enquanto gênero jornalístico corresponde ao exercício interpretativo e opinativo sobre impasses sociais, onde leitores encontram a opinião da instituição jornalística sinalizada como tal. Contudo, ainda que contemple a tomada de posição da instituição, o editorial busca organizá-la de forma a contemplar também uma série de outros interesses, como os de acionistas e de anunciantes, correspondendo a uma dinâmica própria do funcionamento do jornalismo em uma sociedade capitalista. Nesse sentido, o discurso opinativo, manifestado no editorial, é de natureza coletiva e conciliadora por fazer confluir diferentes interesses (BELTRÃO, 1980; MARQUES DE MELO, 1994).

Segundo Beltrão (1980), o “eu” redator é inapreensível no texto editorial, diferentemente do que ocorre em colunas assinadas, por exemplo. A impersonalidade é constituída pela falta de assinatura, assim como o uso da terceira pessoa do singular ou da primeira pessoa do plural. A diluição do agente da escrita, dando lugar à instituição, se dá pelo princípio da impersonalidade, que é o norteador do gênero, responsável por exprimir “a linha filosófico-prática daquele grupo mantenedor e administrador do periódico” (1980, p. 52).

O autor ainda salienta que a *opinião em formação* interessa mais do que a *opinião já sedimentada*, isto é, a topicalidade é outro princípio norteador na medida em que há o direcionamento temporal sobre fatos e impasses do mundo social que estejam latentes no momento da publicação, evidenciando um objetivo não apenas de posicionar-se enquanto um ator responsivo, mas também em indicar soluções para esses impasses. Assim, o editorial posiciona a instituição em três casos atravessados pela topicalidade e, especialmente, pela possibilidade de interferência no universo de decisões públicas:

a) *Preventivo*, quando se antecipam à realidade, apontando situações, fixando circunstâncias e focalizando aspectos reveladores de que determinados sucessos se irão produzir na sociedade; b) *De ação*, quando acompanham imediatamente a ocorrência, analisando suas causas e apreciando seu desenvolvimento, com o objetivo de esclarecer o público em pleno impacto da realidade; c) *De consequência*, quando resultam do exame das repercussões e dos efeitos do fato, da dedução da realidade (BELTRÃO, 1980, p. 56, grifo do autor).

A possibilidade de interferência é apontada também por Marques de Melo (1994) como uma atitude e intenção de orientar decisões políticas e comportamentos sociais, traduzida pela seguinte hipótese: “A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar assuntos públicos” (1994, p. 97). Tal conjectura é justificada pelo autor tendo em vista a falta de organização da sociedade civil brasileira para pressionar o Estado, cabendo ao jornalismo, especificamente através do editorial, investir esforços para orientar as decisões políticas. Portanto, sob a perspectiva apresentada, o gênero não busca falar com a sociedade, mas mostrar-se ao campo político (MARQUES DE MELO, 1994).

Em investigação sobre o discurso jornalístico no contexto do *impeachment* de Fernando Collor (1992), Fausto Neto (1994) identifica a direção jornalística ao prescrever regras e receitas ao campo parlamentar. Os editoriais configuram-se em discursos singulares na medida em que expressam a opinião da instituição jornalística, isto é, não atestam o compromisso com a imparcialidade própria da síntese noticiosa. Neles, o sujeito da enunciação situa-se em uma linha de invisibilidade ao mesmo tempo que deixa marcas de sua presença na produção do discurso e na proposição de sentido (FAUSTO NETO, 1994).

Fausto Neto (1994) caracteriza o editorial como um articulador de vozes coletivas que toma para si a responsabilidade de resolver impasses e elucidar causas. A característica é resultado de um deslocamento significativo do jornalismo enquanto organizador da conversação pública devido ao agendamento ao jornalismo gerenciador de assuntos políticos. O editorial é, para esse fim, um campo estratégico de vozes que, nas palavras do autor, “[...] definem-se como porta-vozes de categorias sociais e como magistrados no exame de causas, legisladores sociais, pedagogos na análise e sistematização de fatos [...]” (FAUSTO NETO, 1994, p. 162).

Tendo como objetivo orientar decisões de escalões do Estado, o discurso opinativo reveste esforços para mobilizar a categoria de opinião pública, como mostra a pesquisa de Marques *et al* (2017). Um dos dados importantes apontados é a preponderância do termo opinião pública em editoriais de temas políticos, que se relacionam diretamente com a orientação do discurso opinativo ao campo político. O estudo também mostra cinco sentidos utilizados: a opinião pública ora aparece como um (1) agente ativo das vontades coletivas, ora como (2) agente passivo enquanto acompanha e assiste os desdobramentos políticos; (3) a opinião pública habermasiana, cuja característica é o debate de ideias; (4) a opinião pública persuasível; e, por fim, aquela extraída de pesquisas e *surveys*, (5) a opinião pública como resultados de sondagens. A reverberação dos diferentes sentidos colabora para a compreensão de que há uma coletividade imaginada no trabalho de produzir opinião ou influenciar a opinião pública, sobretudo ancorada por noções instrumentais do conceito com fins políticos (MARQUES *et al.*, 2017, p. 66).

Os editoriais fazem parte do gênero opinativo – assim como charges e artigos assinados – e funcionam como um filtro dos principais fatos nacionais e internacionais, desde que tenham força o suficiente para ocuparem tal espaço. A diagramação diferenciada é responsável por avisar

e situar o leitor que, naquela superfície discursiva, a cartola ‘opinião’ ou ‘editorial’ envolve outro gênero atravessado pela temporalidade do acontecimento. Mouillaud (1997) explica que o dispositivo age, isto é, o jornal não é mero suporte no qual repousa o conteúdo; é, pelo contrário, uma matriz de sentido e esse sentido é atribuído pela forma.

Quando determinada polêmica é apreendida e traduzida pelo discurso opinativo do editorial, trata-se, portanto, da indicação do que o jornal considera imprescindível. Os autores mencionados até então auxiliam na compreensão de que os leitores imaginados de editoriais são, sobretudo, agentes políticos em situação de poder de decisão, o que corrobora para a importância de análises centradas no discurso opinativo.

Impeachment, acontecimento e temporalidade

O editorial tem a capacidade de revelar a opinião da instituição jornalística sobre o acontecimento em si e também de enunciar campos problemáticos atemporais, isto é, aqueles não resguardados pelo critério da atualidade. Ao conceituar o acontecimento, Quéré (2001) chama atenção para os campos problemáticos, inscritos na ruptura do acontecimento, pois o movimento do primeiro implica também na retomada de problemas públicos adormecidos ou naturalizados que, pela atemporalidade, acionam menos interesse no cotidiano. Como se pode imaginar, a deposição do mais alto grau da democracia representativa foi um acontecimento dessa ordem. O segundo *impeachment* no âmbito do Executivo brasileiro configura-se também no primeiro a destituir uma mulher em situação de poder. Com ele, emergem também os campos problemáticos.

Ao ser votado, o *impeachment* colocou, pela primeira vez em mais de 13 anos, outro partido na Presidência da República, configurando por assim, outro aspecto intensificador do caso. Mobilizou instituições, meios de comunicação, sociedade civil e ativistas, dentro e fora das fronteiras

brasileiras, contra ou a favor da retirada de Dilma Rousseff. As votações, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, foram midiaticizadas em longas transmissões com votações nominais. Conheceríamos o nome, sobrenome e partido dos muitos que nos representam e dos valores questionáveis impregnados em cada voto, seja por Deus, pela família e, até mesmo, pelo ex-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

No curso dos meses em que se desenvolve, o acontecimento cria uma teia de episódios de ativismo nas ruas e ciberativismo em redes sociais digitais. A complexidade gerada é também apreendida pelo campo científico, submetida a um conjunto de teorias e métodos de diferentes áreas do conhecimento, que contribuem para gerar inteligibilidades científicas sobre o caso.

Essa breve recuperação do cenário geral e circunstancial do *impeachment* nos leva a defini-lo de acordo com o conceito de acontecimento. Conforme Weber (2011, p. 191) os acontecimentos “dependem intensamente da propaganda e da informação dos meios de comunicação de massa” para que se tornem públicos e, assim, influenciar na disputa por uma construção favorável da imagem dos envolvidos. Esse fator é igualmente destacado por Charaudeau (2006), que reconhece o papel decisivo da imprensa na construção de narrativas sobre acontecimentos noticiados.

Babo-Lança (2011) articula o papel dos *media* para a constituição de uma narrativa sobre o acontecimento vinculado ao passado. Uma vez que o acontecimento, para Babo-Lança (2011), apresenta um devir, ou seja, uma potencialidade de se deslocar no tempo, ele pode ser lido pelos *media*, que produzem novos discursos sobre ele. Assim, é possível pensar nos *media* como produtores de discurso sobre a memória social e a narrativa jornalística como organizadora da experiência temporal, no sentido de que ela permite associações de um acontecimento do passado com experiências do presente.

Segundo Quéré (2011, p. 14), os acontecimentos possuem “uma dimensão de unidade e uma dimensão de identidade”. A identidade do acontecimento aponta para problemas públicos com o qual se relaciona, gerando tensões. A forma como o acontecimento é recebido no meio social, bem como a maneira como as pessoas são afetadas, fazem emergir respostas às tensões geradas a partir dele. O mesmo autor ainda entende a reverberação de campos problemáticos que, no caso dessa pesquisa, junto com o acontecimento *impeachment* de Dilma Rousseff, aparecem as problemáticas referentes à corrupção sistêmica, à crise econômica, aos estigmas de ser mulher em situação de poder, por exemplo.

Fofana (2012) postula a existência de várias vidas do acontecimento, tendo em vista que os acontecimentos permitem a atualização de experiências. Assim, é possível analisar o acontecimento ao longo do tempo em seus múltiplos significados, que podem se alterar de acordo com leituras do passado, do presente e no futuro. Fofana (2012) o compreende como um espaço de debate sobre o interesse público e as causas coletivas. Para tanto, importa a leitura que os públicos fazem de um acontecimento que se modifica conforme o tempo. Por isso a compreensão da experiência pública e a historicidade do público são essenciais para analisarmos este fenômeno.

A produção do acontecimento pelo discurso

Dentre os diferentes recortes possíveis sobre o *impeachment*, apresentamos uma forma de percebê-lo de acordo com as metáforas empreendidas pelo jornal, algo que pode parecer irrisório e sem importância à primeira vista. Contudo, bem como aponta a literatura especializada, as metáforas possuem relevante permeabilidade em todos os tipos de discursos, inclusive naqueles menos esperados, como o científico e técnico (LAKOFF; JOHNSON, 2002; FAIRCLOUGH, 2001).

Os fundamentos da análise de discurso, proposta por Fairclough (2001), iluminam os *media* no processo de seleção e ordenação de acontecimentos explorando o sentido metafórico. Contudo, como lembram Lakoff & Johnson (2002), não é apenas nesse campo que se percebe a operação. As metáforas são expressões da vida cotidiana descobertas pela linguagem, que se tornam naturalizadas, a exemplo da associação entre *tempo* e *dinheiro*, em que poupamos, investimos, reservamos e gastamos o tempo, um processo de pensamento que nos orienta a valorizá-lo como um bem escasso e valioso, associado a verbos de ação do discurso econômico (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 50).

As práticas discursivas, como atribuir metáforas às coisas, não são isoladas das práticas sociais, por isso essa interferência afeta diferentes naturezas, como a econômica, cultural, ideológica e política. Assim, acontecimentos de diferentes ordens podem ser metaforizados na relação entre prática discursiva e prática social, sendo, inclusive, algumas metáforas tão enraizadas na cultura que podem passar despercebidas (FAIRCLOUGH, 2001; LAKOFF; JOHNSON, 2002).

Além da associação entre tempo e dinheiro, Lakoff & Johnson (2002) destacam a pregnância das metáforas de guerra (ou militares, como qualifica Fairclough (2001), em situações de discordância entre ideias, opiniões, pontos de vistas e argumentos. Esse conjunto também é acentuado na pesquisa de Motta (2007) na qual explica-se a metáfora enquanto integrante do enquadramento (*frame*) dramático, predominantemente identificado no jornalismo político: “permite, sendo objetivo, revelar, amplificar ou instituir conflitos, tensões, climas; heróis e vilões; bons e maus homens, como na literatura. São *frames* culturais e por isso ensinam sem serem didáticos” (MOTTA, 2007, p. 9).

Em outro texto com Guazina, Motta (2010) avalia como uma apropriação do jornalismo do que é próprio do campo político, a discordância, especialmente entre dois lados opostos. A observação dessa apropriação gerou a hipótese de que “o conflito é a categoria estruturante

da narrativa jornalística sobre a política” (MOTTA; GUAZINA, 2010, p. 133). É preciso atentar que não se trata do conflito criado e realizado pelo jornalismo de maneira fática. E, sim, da apropriação que se faz acontecer no discurso conforme a operação de certos léxicos, como o da guerra ou o do jogo. Numa abordagem do gênero, a política passa por um processo de simplificação no qual as ações são traduzidas pela lente da dualidade e bipolaridade entre os opostos (MOTTA; GUAZINA, 2010).

Wolf (1979), ao retomar o conceito de *frame* de Goffman, explica que a atividade de enquadrar (*framing*) recorre às experiências sociais anteriores ao que se observa e ao que se busca compreender no presente. O enquadramento, na capacidade organizadora de sua atividade, tem potencial descritivo e narrativo e, por isso, os *media* são atores centrais na visibilidade do acontecimento e, especialmente, na atribuição de sentido a ele. Também inspirado por Goffman, Entman (1993) trabalha a problemática dos *framings*, especialmente através da atividade dos *media*. O autor afirma que, uma vez aceito determinado termo usado pelo jornal, por exemplo, a modificação posterior pode aparentar falta de credibilidade ou incompreensão, por isso chama-se atenção para a consistência do *frame* e da atividade do *framing* no jornalismo político.

É preciso destacar a ressalva de Entman (1993) sobre a não-linearidade dessa relação, ou seja, não se deve compreender o conceito como uma garantia de influência. Sobre isso, os autores concordam e argumentam em torno do reconhecimento, que é diferente de influência deliberada, especialmente linear. O reconhecimento de expressões metafóricas é facilitado pelo estado comum a todos, pois essas já não fazem só parte do universo literário, poético ou de expertises de um ou outro campo do saber. Pelo contrário, como já vimos, são expressões do cotidiano (MOTTA, 2007). No caso do enquadramento de guerra, Motta (2007) explica:

[...] predomina uma ideia temática de luta entre as forças do bem e do mal, destruição do adversário, relato de ações em

combates, guerreiros, cólera e rancor, ataque e defesa, exército inimigo ou aliado, vitórias, ocupação, derrotas, concessões, negociações, acordos, espião, embaixador, etc. (MOTTA, 2007, p. 15).

Levando em consideração o referencial teórico aqui retomado, o nosso próximo passo é trabalhar na materialidade dos textos editoriais. Entre janeiro e setembro de 2016, selecionamos o universo de 38 editoriais do jornal *O Globo* nos quais identificamos as metáforas de guerra como operações discursivas de construção do cenário do *impeachment* pelo jornalismo, dos quais 18 constituem o *corpus* da análise qualitativa¹⁴¹ da próxima seção do artigo. Nela, apresentamos uma nota contextual de abertura situando Dilma Rousseff e também, mesmo que de modo breve, dois outros atores a ganhar relevância nos editoriais do jornal *O Globo*, de modo a ofuscar a própria protagonista do julgamento: o ex-presidente Lula e o PT. Em seguida, são contextualizadas características editoriais da publicação relacionadas ao segmento opinativo, para então procedermos à análise do *corpus*.

Uma mirada aos editoriais do jornal *O Globo*

Os meses que antecedem à votação no Senado, cujo resultado oficializou a deposição de Dilma Rousseff, foram compostos por formas de posicionamentos públicos. Levando em consideração a natureza do *impeachment* como acontecimento, conceituado anteriormente, e a posição privilegiada do editorial no ecossistema jornalístico, explicitada no início deste texto, a partir de agora nos dedicamos ao exercício teórico-metodológico. O objetivo é evidenciar a opinião do jornal *O Globo* engendrada por metáforas à luz das contribuições teóricas apontadas na seção anterior. As contribuições mobilizadas destacam

141 Listados em ordem cronológica nas referências deste trabalho.

importância de compreendê-las na relação com as práticas sociais e, em especial, com o campo político.

Dilma Vana Rousseff, antes de ser a primeira mulher presidenta da República, já havia passado por cargos importantes, como ministra das Minas e Energia, durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, vitorioso nas eleições presidenciais de 2002. Foi também a primeira mulher a se tornar Ministra-chefe da Casa Civil, em 2006, após a segunda vitória de Lula. Esse preâmbulo entre o fim do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e o início do segundo é uma peça chave na história política brasileira, pois a legenda viveu uma crise ética, conhecida popularmente como Mensalão, cujo resquício encontramos com intensidade significativa em acontecimentos recentes, como é o caso do próprio *impeachment* de Dilma Rousseff (2016). Antes de exercer os cargos citados, relembramos também a participação enquanto militante contra à ditadura civil-militar brasileira, cujo aparato repressivo foi responsável pela sua prisão e tortura.

A primeira vitória de Rousseff como presidenta, nas eleições de 2010, foi igualmente afetada por escândalos políticos com a saída de ministros acusados de corrupção e, no âmbito da sociedade civil, o recorte temporal da gestão foi movimentado pelas manifestações de junho de 2013 e, posteriormente, pelas contradições da Copa do Mundo de 2014. A reeleição no mesmo ano se deu em um contexto no qual a imagem não apenas de Rousseff, mas do PT já estavam fragilizadas. Os escândalos de corrupção, pouco a pouco, tomaram mais preponderância do que os diferentes projetos sociais empreendidos pelos governos petistas, cujo resultado havia sido positivo e, portanto, fortificou a imagem do partido devido à atenção aos problemas sociais no Brasil¹⁴².

Representante da produção jornalística tradicional brasileira, o jornal *O Globo* pertence a um conglomerado midiático (Grupo Globo),

142 MONTENEGRO, Darlan; HIPOLITO, Regina. Biografia de Dilma Rousseff. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

fundado por Irineu Marinho. Em atuação desde 1925, podemos caracterizá-lo como um jornal familiar, tendo em vista a predominância de diversos dirigentes da mesma família à frente da empresa. Com trajetória histórica, o jornal, da versão impressa à digital, foi e continua sendo um ator jornalístico que registrou acontecimentos ao longo das décadas, participando da construção da imprensa no Brasil (GRUPO GLOBO, 2011).

De acordo com o manual de redação do jornal *O Globo* (2001, p. 47), o gênero opinativo desdobra-se em editoriais, colunas e artigos; textos cujo princípio permite maior liberdade de escrita. A notícia é a matéria-prima dos editoriais do jornal, que recomenda, em seu manual de redação, explorar no texto de opinião outros dados e informações próprias não contidos nas notícias.

Deve-se evitar, com exceção de momentos muito especiais, o comentário que apenas registra pasmo, admiração ou indignação. Esses sentimentos - principalmente a indignação ante o interesse público ofendido - são importantes, mas não bastam: precisam estar apoiados em fatos e acompanhados de argumentos lógicos que conduzam a uma conclusão concreta (GARCIA, 2001, p. 47)

Mesmo com a concordância de que há o diferencial na seção de opinião, o jornal proíbe o uso de linguagem eloquente e rebuscada, mas permite ironias. Assim, pontuamos que mesmo em produções do gênero, há a orientação e regras específicas. O livre arbítrio é, então, encontrado na possibilidade de posicionamento institucional do jornal, tal como fez nos meses que antecederam o *impeachment*. Vejamos pela análise a seguir, realizada com o objetivo de destacar um conjunto de metáforas de guerra (em **bold**), ainda que não as únicas articuladas pelo jornal. As questões de contexto recém citadas, tal como a alusão a outros atores políticos,

também são recuperadas pelo discurso opinativo da publicação, ofertando uma certa construção da realidade.

*O Globo*¹⁴³, ao enaltecer a Operação Lava-Jato, uma série de investigações que envolvem o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual a ex-presidenta é filiada, organiza a investida contra o PT como um momento em que o “lulopetismo **sangra** na Lava-Jato” (É IMPERIOSO..., 2016, p. 16). Diante da possibilidade de Dilma nomear Lula como ministro da Casa Civil, o editorial intitula a atitude como uma “preocupante **ofensiva** do governo contra a Lava-Jato”, afirmando que a posse do ex-presidente “**blindaria** Lula contra o juiz Sérgio Moro e a Operação Lava-Jato” (A PREOCUPANTE..., 2016, p. 16). Nos meses que antecederam o *impeachment*, *O Globo* deu visibilidade às delações premiadas em que “a presidenta afastada Dilma Rousseff passa a ser **atacada** em outro flanco” e as declarações de figuras públicas envolvidas em casos de corrupção “**atingirão** Dilma em cheio” (CAIXA..., 2016, p. 16).

O partido e o ex-presidente Lula são apresentados como atores que têm o objetivo de desviar a atenção das denúncias. Ao publicizar o escândalo da merenda no último governo de Geraldo Alckmin, em São Paulo, o jornal compreende que “o PT não perde a oportunidade de **alvejar** o governador” e Lula “**atua no canhoneio**” (É IMPERIOSO..., 2016, p. 16). O jornal classifica como negativo para o governo o papel de Lula como negociador da tentativa de impedir o *impeachment*, em vista da repercussão de notícias sobre o ex-presidente e da alta de índices da Bolsa de Valores brasileira, apontando-o como “convertido em **chefe das forças de defesa** da cidadela do Planalto sob o controle do PT” (UM PASSO..., 2016, p. 18).

No que diz respeito à corrupção, um argumento frequente para desqualificar o partido, *O Globo* define como um difícil “**combate**” no

143 Os editoriais foram consultados no acervo digital do jornal *O Globo*.

qual “não há **guerra vencida** neste terreno”. O jornal classifica como “**aliados** do lulopetismo as empreiteiras, operadores financeiros e políticos sem ética” (UM MOMENTO..., 2016, p. 16). Acerca da expressão *lulopetismo*, Azevedo (2018) pontua que ela tem sido utilizada pelo *O Globo* quando “associa o partido e o governo petista com a corrupção sistêmica do poder” (AZEVEDO, 2018, p. 282-83).

Quanto à militância do partido, essa é projetada como uma massa homogênea que a cúpula deve recorrer por um “**toque de reunir a tropa**” (DILMA ENTRE..., 2016, p. 14). Segundo o jornal, o apoio da militância é obtido “à custa do dinheiro público e similares”, afirmação tratada como indício de que o governo “começa a tratar a crise política como se fosse **guerrilha**” (DILMA RADICALIZA..., 2016, p. 18).

Na avaliação das ações do governo de Rousseff na área econômica, o jornal critica possíveis reações do quadro de políticos petistas a mudanças na legislação trabalhista e “**Bombardeará** qualquer reforma deste tipo” (PT FORÇA..., 2016, p. 14). Ao criticar a consolidação das Leis do Trabalho (CLT) defendida pelos governos petistas, afirma que essa foi “inspirada no **fascismo** de Benito Mussolini” (REFORMA..., 2016, p. 14).

O Globo utiliza metáforas de guerra relativas a tentativas de **defesa** de Rousseff e do PT diante da possibilidade de deposição do governo, seguida de metáforas que atentam para um conseqüente **contra-ataque** como última alternativa para manutenção do exercício do cargo. De acordo com a opinião do jornal, “Na **estratégia de defesa** e nas ações de agitação e propaganda do PT e de uma presidente **acuada** no Planalto, a palavra “**golpe**” ganha grande relevância” (A FARSA..., 2016, p. 16). O argumento de que o *impeachment* seria um “**golpe**” foi, segundo editorial, a “**munição**” para a militância do partido (CONTAGEM..., 2016, p. 12).

As manifestações de março de 2016, a favor e contra o *impeachment*, resultaram em duas capas singulares (14/03/2016 e 19/03/2016),

caracterizadas pela grandeza dos dois atos públicos. O apoio de parte da sociedade a favor do *impeachment* e, conseqüentemente, a recusa de Rousseff a desistir voluntariamente do cargo de presidenta levam o jornal a qualificá-la da seguinte forma: “Dilma Rousseff encarna **a guerrilheira** que nunca se entrega”. Ela e o ex-presidente Lula, “fingem não entender o recado dos milhões nas ruas de domingo e **partem para o contra-ataque**”. Nessa ocasião, o contra-ataque é a organização de um protesto em que os apoiadores de ambos possam defender a permanência do governo (LULA..., 2016, p. 18).

Próximo da data da votação final, *O Globo* avaliou o discurso de Rousseff no Senado como uma demonstração de “**luta**” política, criticando-a por não ter aproveitado a última chance de convencer senadores a votar contra o *impeachment* (DILMA NÃO..., 2016, p. 20). Contudo, em junho do mesmo ano, o jornal já decretara o fim do partido de Dilma “atingido por **obuses** da Lava-Jato” (RESTA..., 2016, p. 16) e no início de agosto já havia considerado “**pulverizada**” a ideia de que o *impeachment* seria um golpe (TESE..., 2016, p. 16). Nos últimos dias de agosto, a bancada do PT atuou segundo a “**tática**” de ganhar tempo (PT QUER..., 2016, p. 18). Enfim, no primeiro dia de setembro, tendo em vista o resultado o qual retirava a ex-presidente do cargo, o curso do *impeachment* metaforizado pelo jornal chegaria ao fim com a culpabilização da protagonista que “edificou as bases para o seu **enforcamento** legal” (PARA..., 2016, p. 16).

No conjunto de editoriais analisados, a opinião do jornal, posicionada a favor da oficialização do impedimento do governo Dilma Rousseff, narra através do discurso um acontecimento diferente daquele que consta, por exemplo, no site oficial do Senado brasileiro, da Câmara dos Deputados ou em um verbete da Wikipedia. Não enfatizamos aqui um posicionamento pró-*impeachment* ou as valências positivas e negativas da cobertura sobre o acontecimento. É, por outro lado, uma dada

maneira de construir o acontecimento pela materialidade do texto e por ele engendrar novos sentidos.

Percebemos o acontecimento *impeachment de Dilma Rousseff* como o espaço de debate sobre o interesse geral que defende Fofana (2012) e um ponto de tensões para Queré (2011). É possível, a partir da análise, identificar as tensões decorrentes dos públicos que demonstram desagrado com reeleição de Dilma, que dava continuidade ao projeto petista no Palácio do Planalto, mantinha uma mulher na chefia do Estado e contrariava outros projetos para o país.

Os editoriais vinculam o passado de Rousseff com seu presente, contrastando momentos de ditadura e democracia no Brasil. De fato, Babo-Lança (2011) indica que a narrativa jornalística incide sobre a constituição da narrativa do acontecimento, bem como a vinculação desse fenômeno com o passado e o presente, o que se pode observar nas construções dos editoriais. Retomando também a ideia de Fofana (2012), de que o acontecimento possui muitas vidas nos tempos das experiências coletivas, a percepção dos públicos sobre a atuação de Rousseff na ditadura volta ao debate para que seja analisada à luz de sua gestão na presidência.

As metáforas de guerra são acionadas para vincular o acontecimento Dilma Rousseff enquanto presidenta ao acontecimento “Dilma Rousseff **guerrilheira**”, sugerindo uma ligação entre sua atuação na ditadura militar, ao qual é atribuído à petista um papel de rebelde, de alguém que está disposta a desrespeitar as instituições. O acontecimento Dilma Rousseff no presente, a presidenta, se articula então com o acontecimento Dilma Rousseff no passado, criando uma conexão entre momentos históricos distintos como a ditadura civil-militar e a democracia vivenciada no segundo mandato da presidenta. No discurso acionado nos editoriais, a narrativa é de uma Dilma Rousseff em contínuo, que se apresenta no passado e no presente como uma guerrilheira, chefe de organização criminosa, ameaçadora à soberania do país. De forma

semelhante, a narrativa sobre as práticas sociais do partido e atores políticos a ele vinculados no período de 13 anos de mandatos presidenciais mobiliza acontecimentos pregressos, como o Mensalão para desqualificação das tentativas de impedimento da deposição da presidenta em diferentes conflitos políticos. Nesse intuito, são acionadas outras palavras do campo semântico da guerra, como **aliados**, **tática**, **munição** e **alvejar**, acompanhadas de críticas a condutas apontadas como pertencentes ao desqualificativo *lulopetismo*.

Apontamentos finais sobre um fragmento do *impeachment*

Um acontecimento não-anunciado, capaz de integrar um processo de fragilidade da popularidade de um partido, destituindo a presidenta da nação é, de antemão, uma rede complexa para ser explicada em totalidade. Este artigo é uma contribuição, dentre muitas outras já produzidas pelo campo científico de diferentes áreas do conhecimento, sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. Entendemos o acontecimento não apenas na sua fórmula calendarizada e localizada; é, sobretudo, uma parte da história da democracia brasileira.

Constituímos esse texto a partir da identificação de metáforas do jornal *O Globo*, formadas pelo discurso opinativo, cujo cenário traçado remonta ao clímax de guerra, de conflito, da tensão entre opostos. No editorial *Distensão política ajuda nas expectativas*, o jornal, ao observar o governo interino de Michel Temer, meses antes da oficialização do *impeachment*, demonstra otimismo apesar do “clima de **guerra** criado pelo lulopetismo” (DISTENSÃO..., 2016, p. 16). Esse editorial é exemplarmente interessante, pois demonstra o ponto de vista do jornal sobre uma mesma prática, isto é, produzir sentido pelo discurso.

Mobilizar as metáforas é também encontrar um léxico comum a todos e constituir a ordem cultural dos *frames*, que são facilmente compreendidos e compartilhados, afinal “narrar não é só contar uma

história, é uma atitude argumentativa, um dispositivo estratégico persuasivo de linguagem que produz efeitos cognitivos” (MOTTA, 2007, p. 9). Torna-se uma estratégia, ainda que não a única, pois mapeamos sua inserção em meses diferentes, acopladas a atores que, juntos, formavam o enredo. Enunciar-se favorável ao *impeachment* segundo essa estratégia é propor uma leitura da realidade fática atribuindo a ela um sentido outro, marcado pela dramaticidade. Nas páginas abertas da história democrática brasileira, portanto, o jornalismo político é, igualmente, um ator nas tramas discursivas dos principais acontecimentos do país.

Referências

A FARSA do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 mar. 2016, p. 16. Opinião.

A PREOCUPANTE ofensiva do governo contra a Lava-Jato. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2016, p. 16. Opinião.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, nº 2, maio-agosto, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v24n2/1807-0191-op-24-2-0270.pdf>. Acesso: 10 set. 2020.

BABO-LANÇA, Isabel. Configuração mediática dos acontecimentos do ano. **Revista Caleidoscópio**. V. 1, n. 10. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3706>. Acesso em: 17 jan. 2020.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CAIXA dois da campanha de 2014 ameaça Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jun. 2016, p. 16. Opinião.

CHARAUDEAU, Patrick. A televisão e o 11 de Setembro: alguns efeitos do imaginário. **LOGOS 24**: cinema, imagens e imaginário, Ano 13, 1º semestre, 2006. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/A-televisao-e-o-11-de-Setembro.html>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

CONTAGEM regressiva final para o impeachment. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 ago. 2016, p. 12. Opinião.

DILMA ENTRE o PT e a realidade do país e do governo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 jan. 2016, p. 14. Opinião.

DILMA NÃO responde a acusações e repete argumentos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 ago. 2016, p. 20. Opinião.

DILMA RADICALIZA e fala de um país imaginário. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2016, p. 18. Opinião.

DISTENSÃO política ajuda nas expectativas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jul. 2016, p. 16. Opinião.

É IMPERIOSO investigar toda denúncia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 fev. 2016, p. 16. Opinião.

ENTMAN, Robert. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n.4, p. 51-58, 1993.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAUSTO NETO, Antonio. Vozes do impeachment. In: MATOS, Heloíza (Org.) **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1994, p. 159-189.

FOFANA, Habibou. Norbert Zongo: das margens sociais ao coração do Estado — a constituição de uma personagem público. In: FRANÇA, Vera R. V; OLIVEIRA, Luciana. (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GARCIA, Luiz (Org.). **Manual de redação e estilo**. 28. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo**, 2011.
Disponível em: <<https://glo.bo/3iAlRva>>. Acesso em: 16 set. 2020.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**.
Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

LULA e Dilma apostam tudo para tentar sobreviver. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2016, p. 18. Opinião.

MONTENEGRO, Darlan; HIPOLITO, Regina. Biografia de Dilma Rousseff. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. (CPDOC). Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>>.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil *et al.*. O que significa “Opinião Pública”? Um estudo sobre os diferentes sentidos do termo nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Estudos em Comunicação**, [s.l.], n. 25, p.53-78, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2tNlk4o>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-25, julho/dezembro 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga; GUAZINA, Liziane. O Conflito como Categoria Estruturante da Narrativa Política. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, 2010, p. 132-149. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/251/250>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 29 - 35.

PARA que jamais haja outro impeachment. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 set. 2016, p. 16. Opinião.

PT FORÇA distanciamento da presidente Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 fev. 2016, p. 14. Opinião.

PT QUER tirar foco do julgamento do impeachment. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 ago. 2016, p. 18. Opinião.

QUÉRÉ, Louis. Construction des problèmes publics et action collective, **Discursos: língua, cultura e sociedade**, Lisboa: Univ. Aberta, 2001, p. 97-113.

QUÉRÉ, Louis. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, Lisboa, v. 10, p. 13-37, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3703/2484>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

REFORMA trabalhista é a favor do emprego. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2016, 2ª. ed, p. 14. Opinião.

RESTA a Temer e a todos responder de forma convincente. O Globo, Rio de Janeiro, 17 jun. 2016, p. 16. Opinião.

TESE do ‘golpe’ e da perseguição a Lula é pulverizada. O Globo, Rio de Janeiro, 3 ago. 2016, p. 16. Opinião.

UM MOMENTO especial na luta contra a impunidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 mar. 2016, p. 16. Opinião.

UM PASSO para o *impeachment*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 abr. 2016, p. 18. Opinião.

WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, [S.l.], n. 10, sep. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ulusoфона.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3717>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

WOLF, Mauro. **Sociologías de la vida cotidiana**. 3ª.ed. Madrid: Ediciones Cátedra S.A, 1979.

O ARGUMENTO DO *IMPEACHMENT*: desqualificação político-econômica do Governo Dilma Rousseff

Bruna Andrade

Introdução

Este artigo trata dos argumentos mobilizados no debate público sobre o processo de *impeachment* no contexto do afastamento provisório de Dilma Rousseff (PT) da Presidência da República, em 12 de maio de 2016, e das as conexões estabelecidas entre diferentes atores. Acreditamos que este é um episódio representativo do debate que se estabelecia naquele momento. Mais do que o dia do *impeachment* (31/08/2016), o dia do afastamento provisório (12/05/2019) nos parece ser o de maior importância na cronologia do acontecimento e do debate. Isso porque, naquele dia, o curto tempo entre a notificação Dilma Rousseff, quanto ao seu afastamento, e de Michel Temer, sobre a sua posse interina, marca a enorme mudança no projeto político que guiaria o país. Além disso, os discursos sobre o processo de *impeachment*, naquele momento, já traziam o acúmulo de um debate sobre o afastamento de Dilma que vinha ocorrendo desde as eleições de 2014, passando pelo episódio emblemático da votação na Câmara dos Deputados, e disputavam ainda o desfecho do processo, para além do seu significado enquanto acontecimento público que marcou a história do país.

O *impeachment* é um tema de interesse público, que mobilizou atores de diferentes âmbitos, Estado, mídia, sociedade civil, a participar da disputa discursiva em torno desse acontecimento. Analisamos aqui os discursos de atores centrais no debate público integrantes dos poderes Executivo Federal, como alvo do processo e também objeto de substituição na Presidência da República no dia 12 de maio de 2016, e

Legislativo Federal, como instância decisória. Ainda são analisados discursos produzidos por movimentos organizados da sociedade civil. Os discursos midiáticos também fazem parte de nosso objeto de pesquisa, a partir da análise de editoriais.

Esse processo é desencadeado em um contexto absolutamente complexo, onde confluíam diferentes fatores econômicos, políticos e sociais que pesaram como questões relevantes no *impeachment* (GOLDSTEIN, 2016). É por isso que, mesmo que o argumento do processo fosse a existência de crimes de responsabilidade, diversos outros temas permearam os discursos e as justificativas para o afastamento ou permanência da presidenta eleita.

Democracias e *impeachment*

Os fatores que levam à interrupção de um mandato presidencial são múltiplos, mas não são capazes de determinar, isoladamente, o afastamento de um presidente. É a confluência de diferentes elementos que configura uma situação mais ou menos oportuna a um processo de *impeachment*.

Processos que interrompem mandatos presidenciais podem assumir diferentes formas constitucionais; mas, qualquer que seja o formato, Pérez-Liñán (2000) entende o *impeachment* como um “julgamento político”. Dentro dos modelos judicial ou legislativo, dois fatores são determinantes quanto à maior probabilidade ou não de impedimento do chefe do Executivo: a maioria requerida para o afastamento do presidente e o número de pontos de veto previstos, ou seja, quanto mais atores estão envolvidos no processo, maior o número de pontos de veto onde este pode ser barrado (PÉREZ-LIÑÁN, 2000).

Outro fator que importa na equação do *impeachment* é a relação entre os poderes Executivo e Legislativo. A depender de como se dá esse relacionamento, ele pode servir tanto para blindar o presidente quanto

para levá-lo a sofrer um julgamento político. Nesse sentido, três condições podem ser observadas como variáveis: a diferença de votos na eleição para o Congresso e para o Executivo, o tamanho do partido do presidente e também a formação de um bloco majoritário leal ao presidente (PÉREZ-LIÑÁN, 2000).

Administrando essas três variáveis, é importante para o governo conseguir formar o que Pérez-Liñán (2000, 2016) chama de “escudo legislativo”, ou seja, uma maioria de parlamentares dispostos a sustentar o governo diante de escândalos, crises e da pressão popular pelo *impeachment*. De acordo com o autor, em entrevista a Chagas (2016, p. 108), “este escudo legislativo tem a ver com condições institucionais, como sistema de partidos, sistema eleitoral, porém também depende do talento do presidente em negociar com o Congresso e formar coalizões”.

Kasahara e Marsteintredet (2018) sustentam que a previsão legal do *impeachment* como forma de remoção de presidentes que cometessem crimes contra a ordem constitucional vem sendo usada em casos recentes na América Latina como meio de solucionar conflitos entre Executivo e Legislativo, aproximando-se do modelo do voto de desconfiança nos sistemas parlamentaristas. Além disso, Pérez-Liñán (2000) argumenta que os membros do Congresso também acabam deixando que elementos de um contexto social e político influenciem no julgamento sobre a existência de crimes cometidos pelo presidente.

As mobilizações sociais também são um fator que coopera para sustentar o presidente, ou para desestabilizar seu mandato. Assim como uma maioria legislativa disposta a destituir o chefe do Executivo, manifestações massivas pela renúncia ou remoção de um presidente impopular também constituem uma zona de risco para o governo. No entanto, é preciso reconhecer também que a presença de amplos setores sociais aliados funcionam como um “escudo popular”, aumentando os custos de uma investida do Congresso para articular um processo de *impeachment* (PÉREZ-LIÑÁN, 2016).

Para Pérez-Liñán um “escudo popular” é muito mais forte em períodos em que há crescimento econômico e a população está satisfeita com o governo. Por outro lado, esse escudo se debilita muito em períodos de recessão econômica e inflação crescente. Além disso, quando o resultado eleitoral dá ao presidente apenas uma pequena margem de diferença sobre seu adversário, a tendência é que, em um primeiro momento, também haja menos setores dispostos a respaldá-lo.

O *impeachment* de Dilma Rousseff é emblemático quanto à importância da opinião pública no desencadeamento de uma crise presidencial. O partido da ex-presidenta (PT) já havia estado envolvido em escândalos de corrupção em outros momentos, como no caso do “mensalão” em 2005. No entanto, para Pérez-Liñán (2016), a possibilidade de um processo político para afastar Lula era muito remota, pois a gestão do petista era percebida como exitosa, com altos índices de aprovação popular. Já depois de 2013, com a piora no desempenho econômico do país e a emergência de novos escândalos de corrupção, a aprovação e o respaldo social ao Executivo entraram rapidamente em colapso, restando apenas alguns setores ao lado do governo, que não lograram impedir o processo no Congresso.

Observando os fatores discutidos até aqui, Pérez-Liñán observa que existe, na América Latina, a emergência de um “novo padrão de instabilidade” presidencial que emerge nos anos 1990. Para o pesquisador, esse padrão envolve situação *econômica desfavorável, escândalos midiáticos e de corrupção, falta de apoio parlamentar e mobilizações nas ruas contra o presidente*. Apesar de apresentar elementos em comum com as crises que levaram a golpes militares na região nas décadas de 1960 e 1970, especialmente, esse “novo padrão” tem como característica desestabilizar o governo sem, no entanto, desestabilizar o regime democrático. Entre os anos de 2003 e 2013 as condições econômicas favoráveis afastaram, momentaneamente, o fantasma do *impeachment*. Porém, com a queda internacional nos preços das

commodities, o ressurgimento de crises econômicas trouxe a instabilidade de volta, em uma nova onda de cassações de presidentes latino-americanos, na qual se insere o *impeachment* de Dilma Rousseff, e que traz características desse novo padrão de instabilidade presidencial.

A conjuntura do *impeachment* de Dilma Rousseff

Diversos pesquisadores que se debruçaram sobre os acontecimentos do Brasil desde as manifestações de junho de 2013 concordam que a conjuntura absolutamente complexa em que se dá o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), em 2016, contou com uma combinação “rara” (MELO, 2016) de fatores que colocaram o governo em um turbilhão onde confluíram distintas crises. O desgaste político e social provocado por escândalos de corrupção na Petrobras e pela operação Lava-Jato somou-se a uma crise econômica, em grande parte impulsionada pela queda internacional no preço das *commodities*. Além disso, a virada pragmática no projeto econômico do governo após a eleição de 2014 não contribuiu para estabilizar o mandato da presidenta.

Nesse contexto, também emergiu um crise política, onde a presidenta teve dificuldades em administrar a base aliada e também precisou lidar com protestos massivos e uma pressão social que evidenciava um crescente descontentamento com o governo, desde 2013. Esse cenário configurou o que diferentes pesquisadores chamaram de “tempestade perfeita” (GOLDSTEIN, 2016; MELO 2016; LEVITSKY, 2018), na qual Dilma não conseguiu conduzir sua administração até águas mais tranquilas. Nesta seção discutiremos os múltiplos fatores desta tormenta.

A crise política

A eleição de 2014 é, sem dúvidas, um momento-chave para

compreendermos a esteira de turbulência em que Dilma Rousseff se viu em seu segundo mandato. A crise econômica, que começava a se evidenciar, e escândalos de corrupção trouxeram um desejo de mudança que colocou em risco a reeleição de Dilma. No entanto, mesmo com algumas derrotas para o partido da presidenta, que não conseguiu eleger nomes importantes para o Senado (como Eduardo Suplicy, em São Paulo, e Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul) e perdeu 18 cadeiras na Câmara dos Deputados, e para o governo, que teria que administrar um Congresso onde os deputados conservadores passaram de 191 para 247, a eleição presidencial foi vencida, pela quarta vez consecutiva, pela chapa liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

A eleição daquele ano, contudo, foi diferente das outras três em que o PT conquistou a Presidência, com uma clara perda de amplitude eleitoral, em uma disputa marcada pela polarização. No entanto, a chapa governista soube aproveitar a retórica da mudança, apontando para o aprofundamento das políticas sociais, ao invés de uma mudança de retrocessos, representada pelo PSDB. O que contribuiu foi que os brasileiros votaram “olhando para trás” (MELO, 2016). Além disso, na reta final da campanha, houve uma mobilização de jovens, mulheres e movimentos populares, que se unificaram em torno da candidatura de Dilma Rousseff e garantiram a renovação do mandato da petista.

Tratando-se de eleições, “um importante sinal do quão legítima é a democracia de um país está no comportamento dos seus perdedores” (BRAGA; CASALECCHI, 2016, p. 550), e com a sua melhor votação desde 2003, a oposição saiu animada. O PSDB não aceitou a sua quarta derrota nas urnas, pedindo, inicialmente, a recontagem dos votos e uma auditoria. Aos poucos, foram adotando o discurso do *impeachment*. Assim, com uma vitória apertada e fortemente questionada pela oposição, a disputa política não terminou na eleição.

Pauta no processo eleitoral de 2014, a corrupção também foi um problema que se somou às múltiplas crises enfrentadas pelo governo,

antes mesmo do início do segundo mandato. Deflagrada em março de 2014, a operação Lava Jato, inicialmente, investigou operações de lavagem de dinheiro em um posto de combustíveis em Curitiba. Um ano depois, a força-tarefa recebeu autorização da Procuradoria-Geral da República para investigar políticos que estariam se beneficiando de esquemas de corrupção envolvendo obras da Petrobras. Os casos de corrupção revelados naquele momento atingiram o governo porque diversos líderes partidários e aliados de Dilma Rousseff foram envolvidos no esquema, como o ex-chefe da Casa Civil de Lula, José Dirceu.

Importante observar, contudo, que escândalos de corrupção não emergem espontaneamente, mesmo que os governos petistas tenham investido fortemente em ampliar as estruturas de investigação de corrupção no país (AVRITZER, 2016). Para Doval e Actis,

Não é coincidência que as primeiras denúncias sobre o envolvimento Executivo tenham sido no ano eleitoral, e seu maior boom no início do segundo mandato de Dilma, esse era um contexto de relativa fraqueza do presidente, devido ao segundo turno. Nesse sentido, os escândalos de corrupção são freqüentemente usados por grupos de poder (políticos, econômicos, midiáticos) como um meio de exercer pressão para influenciar a agenda política, interrompendo reformas e redirecionando o debate público. (DOVAL; ACTIS, 2016, p. 4, tradução nossa).

Além disso, a forma como foi conduzida a Lava Jato, com “vazamentos seletivos”, contribuiu para acentuar o “enfraquecimento do governo Dilma Rousseff face à opinião pública” (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 7). Outro ponto é que, ao envolver a Petrobras, os escândalos de corrupção chegaram ao “símbolo do projeto desenvolvimentista petista” (TIBLE, 2015). O envolvimento da petroleira estatal é “paradigmático”, atinge a “jóia da coroa”, o “coração do Brasil, não apenas

economicamente, mas também do ponto de vista estratégico, simbólico e político” (DOVAL; ACTIS, 2016, p. 4, tradução nossa).

Os esquemas de corrupção revelados ao longo de seus dois mandatos não só atingiram a popularidade de Dilma Rousseff, como foram um fator de desestabilização da coalizão presidencial. Desde o início, Dilma teve dificuldades para manter a sua base aliada.

Já nos seus primeiros meses o governo enfrentou uma série de denúncias de corrupção que derrubou sete ministros (dois do PMDB, e do PP, PR, PDT, PCdoB e PT um de cada). Este foi o primeiro grande abalo na coalizão, uma vez que a presidente não interpôs obstáculos à investigação de atos de corrupção de seus assessores. Pelo contrário, várias medidas foram tomadas para tornar a administração federal mais transparente e responsiva. (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 6).

Em seu primeiro mandato, Dilma decidiu fazer um “ensaio republicano”, enfrentando esquemas clientelistas que vigoravam há décadas. Para Limongi (2017), a presidenta acabou tocando em pontos “sensíveis” que envolviam acordos partidários. No entanto, quando os esquemas foram desvelados, Dilma acabou acusada de encobrir o que ela vinha tentando desarticular. Com partidos com interesses contrariados e uma crescente revolta pública contra o governo, as alianças de Dilma no Congresso começaram a desmoronar.

Aos poucos o governo foi sendo abandonado por partidos que estavam na coalizão desde o primeiro governo de Lula e a estabilidade no presidencialismo brasileiro depende mais do poder de cooptação do presidente do que de posições ideológicas dos partidos. Aliados que estiveram com os governos petistas abandonaram a coalizão presidencial e, aos poucos, passaram a apoiar um governo alternativo (LIMONGI, 2017). Sem conseguir administrar o principal fator de governabilidade

no presidencialismo de coalizão, as medidas que o governo vinha tomando para administrar as outras frentes críticas que estavam postas (econômica, social, etc.) não avançavam na Câmara dos Deputados e no Senado.

Um dos principais problemas que Dilma teve que enfrentar em sua coalizão foi o abandono do PMDB. A aliança governista entre PT e PMDB já dava sinais de crise antes mesmo da eleição, quando, no início de 2014, os dois partidos romperam no Rio de Janeiro. Na eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados, a tentativa frustrada do governo de criar uma alternativa a Eduardo Cunha (PMDB) foi mais um ponto de tensão entre os partidos. Além disso, sob o comando de Cunha, a bancada de deputados do PMDB passou de uma taxa de apoio ao governo em torno de 80%, nos dez primeiros anos de governos petistas, para 60% (LIMONGI, 2015). Tentando melhorar sua relação com o PMDB e com o Congresso, Dilma nomeia o vice-presidente, Michel Temer (PMDB) como articulador político. Contudo,

sua breve atuação acabou redundando na divulgação da famosa carta na qual explicitou o rompimento com a presidente em dezembro. Desde então, Temer passou a trabalhar pelo *impeachment*, cujo processo fora acolhido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, alguns dias antes em resposta à recusa do PT em defendê-lo nas investigações. A aliança estava claramente desfeita. (SVARTMAN; SILVA, 2016, p. 7).

Se o rompimento com o PMDB foi uma questão importante que levou ao afastamento de Dilma Rousseff, o fator Cunha é quase uma unanimidade entre os analistas daquele cenário. O *impeachment* foi o desfecho de um cabo de guerra entre Cunha e Dilma. O enfrentamento entre os dois começa na “faxina ética” que a presidenta realizou no início de seu primeiro mandato, quando mudou, entre outras, a diretoria de

Furnas¹⁴⁴. Os diretores da empresa eram ligados a Cunha, que comandava informalmente a empresa. Por isso, o afastamento de aliados contrariou os interesses do parlamentar. Desde então, a relação entre o depois eleito presidente da Câmara e a presidenta da República só piorou.

Com a operação Lava Jato, Eduardo Cunha passou a se complicar e a exigir proteção do governo. Como moeda de troca, o presidente da Câmara usou a possibilidade de um processo de *impeachment*, que vinha articulando com MBL (Movimento Brasil Livre) e PSDB (LIMONGI, 2015). Cunha chantageou o governo e transformou o *impeachment* em sua tábua de salvação (AVRITZER, 2018). No entanto, na coalizão do *impeachment*, Cunha não era o único que almejava se salvar. Naquele momento, a Lava Jato ameaçava uma parcela significativa da classe política, envolvendo grandes partidos. O refreamento das investigações contra políticos, portanto, também deve ser elencado como elemento que importava naquele momento.

A crise econômica

O modelo econômico desenvolvimentista, ou neodesenvolvimentista, adotado por Lula, após 2008, e Dilma Rousseff, em 2011, estava baseado em uma plataforma de forte intervenção estatal. Singer (2015) observa que, durante os governos de Lula, duas coalizões estavam configuradas: a coalizão “rentista”, cujo programa seria “manter o Brasil alinhado ao receituário neoliberal, bem como na órbita do grande capital internacional e da liderança geopolítica dos Estados Unidos”; e a coalizão “produtivista”, reunindo industriais e movimentos sindicais com a meta de “acelerar o ritmo de crescimento por meio de uma intervenção do Estado” (SINGER, 2015, p. 54).

144 Empresa de geração e distribuição de energia, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

No entanto, já durante o primeiro governo de Dilma Rousseff começa a acontecer um reordenamento de classes, onde os industriais foram, progressivamente, se afastando do governo e de seus antigos aliados na plataforma produtivista para se aproximarem do bloco rentista. Para os industriais, as políticas do governo eram demasiadamente intervencionistas, inviabilizando investimentos ao não criar um ambiente de confiança (SINGER, 2015). Dois momentos são simbólicos do afastamento dos industriais em relação ao projeto desenvolvimentista: o lançamento, em 2012, das *101 Propostas para Modernização Trabalhista* pela Confederação Nacional da Indústria (CNI); e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) iluminando sua fachada nas manifestações de 2013, “deixando entrever postura oposicionista ao governo federal” (SINGER, 2015, p. 56). Com isso, os dois blocos que caracterizaram o período lulista tinham se convertido em um só: o da “unidade capitalista em torno do corte de gastos públicos, queda no valor do trabalho e diminuição da proteção aos trabalhadores tornava-se completa” (SINGER, 2015, p. 57).

Ao ver-se isolado de seus aliados da burguesia industrial, com quem havia preparado o “ensaio desenvolvimentista”, o governo teria ficado “desnortado”, recuando no projeto desenvolvimentista, na intenção de recuperar o apoio perdido. No entanto, como o desenrolar dos acontecimentos evidenciou, sem sucesso.

Ao abandono de uma parte importante da base social do projeto desenvolvimentista, múltiplos fatores foram se somando. Para Melo (2016) a principal causa da piora no desempenho econômico do país foi a queda internacional no preço das *commodities*. Já Doval e Actis (2016) discordam que a conjuntura internacional tenha sido o principal fator: para os autores, foram as políticas adotadas internamente que falharam. Segundo eles, os objetivos do primeiro governo Dilma não foram atingidos com o projeto adotado: o risco país aumentou, assim como a inflação, e os investimentos públicos e privados caíram. Para Tible e

Moraes, a situação no início do segundo mandato também era de um acúmulo de fatores negativos na economia: “O Brasil vive uma situação de crescente desemprego, conjugado com vários aumentos nas tarifas dos serviços públicos, uma alta inflação dos alimentos, uma diminuição do ingresso real dos trabalhadores e a desaceleração da redistribuição progressiva de renda” (TIBLE; MORAES, 2015, p. 5, tradução nossa).

De uma forma geral, a atividade econômica declinou e as políticas anticíclicas pareciam “esgotadas” (SVARTMAN; SILVA, 2016). Nessa situação, não seria surpreendente que o governo tentasse novos caminhos para sair da crise. E foi o que aconteceu, o governo recuou no projeto desenvolvimentista, dando uma “virada pragmática” na Economia (DOVAL; ACTIS, 2016). Logo após vencer as eleições em 2014, Dilma nomeou Joaquim Levy como ministro da Fazenda, dando início ao que diversos autores sustentam que foi a aplicação do programa econômico dos perdedores. Foi um “choque recessivo” (SINGER, 2015), com elevação da taxa de juros, cortes em gastos públicos, eliminação de subsídios, aumento de tarifas de serviços públicos, mudanças nas regras do seguro-desemprego, etc.

Ao adotar uma série de medidas “ortodoxas” na economia, muitos ganhos sociais conquistados desde 2003 foram prejudicados, causando a insatisfação de amplos setores com o governo. As medidas de “austeridade” foram extremamente impopulares, gerando críticas de movimentos sociais tradicionais e partidos de esquerda, incluindo setores do próprio PT (SVARTMAN; SILVA, 2016). O governo, que já não tinha o apoio da burguesia naquele momento, brigou também com a esquerda. Para Goldstein (2016), com o cenário de ajuste econômico logo após a eleição, Dilma não conseguiu transformar sua vitória eleitoral em legitimidade para governar, suas medidas alienaram o governo também do apoio dos setores populares.

O que também contribuiu para o aprofundamento dos problemas na área econômica foi o fato de que o governo também enfrentava uma crise

política, que “minou as bases para o sucesso de qualquer plano de ajuste da economia” (LIMONGI, 2015, p. 111), deixando o governo “paralisado”. Nesse cenário, a “tempestade perfeita” que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff ganhou mais um elemento, uma robusta e complexa crise econômica com raízes e ramos que se entrelaçavam com os cenários político e social, igualmente complexos e desafiadores para o governo.

A crise social

Junho de 2013 foi um divisor de águas na relação entre o governo Dilma e a sociedade. Naquele movimento se encontraram correntes ideológicas muito distintas, até mesmo opostas. Como destaca Haubrich (2018, p. 201), a direita “quase sempre restrita às sombras e aos gabinetes”, decidiu disputar aquele movimento. Múltiplo, Junho de 2013 era, entre tantas outras demandas que se possa elencar, “contra a corrupção, a trágica vida nas grandes cidades, a baixa qualidade dos serviços públicos, a violência policial e os limites da democracia representativa comprada pelas grandes empresas” (TIBLE, 2016, p. 14). E expressava, sobretudo, um desejo de mais participação democrática (AVRITZER, 2016; TIBLE, 2016; MENDONÇA, 2018).

Para Tible (2015), aquele junho “disruptivo” tinha o potencial de ser usado pelo governo para aprovar certas medidas que a correlação de forças posta até então não permitia. Contudo, na avaliação do autor, o governo não se dispôs a dialogar verdadeiramente com as ruas (TIBLE, 2016). Goldstein (2016) avalia que naquele movimento também se refletiu o processo de “burocratização” pelo qual o Partido dos Trabalhadores havia passado nos anos de governo. Também para Tible e Moraes (2015) a conexão entre o PT e junho falhou. Para os autores, alguns setores “conservadores” do partido não compreenderam o potencial disruptivo do movimento.

Ao não conseguir dialogar com as reivindicações que vinham das ruas, o governo saiu fragilizado. Uma das consequências daquele movimento foi um estado de “mau humor” com a política institucional, onde cerca de 70% dos manifestantes diziam querer mudanças nos próximos governos (TIBLE, 2015). Ainda em junho de 2013, a desaprovação de Dilma superou a aprovação e se constatou uma queda na aprovação em todas as áreas de atuação do governo, sobretudo em relação à área econômica (VEIGA; ROSS, 2016).

As manifestações de junho de 2013 “posicionaram o locus da política nas ruas” (TIBLE, 2016), colocando a direita, que não via esse como um espaço seu desde a redemocratização, também nesse lugar para disputar os rumos da política no país (AVRITZER, 2016). Dessa forma, é na esteira dos protestos de 2013 que os movimentos de direita se organizam e vão às ruas, a partir de 2014, para pedir o *impeachment* de Dilma Rousseff (TIBLE, 2016). Para Singer, (2015, p. 56), “junho, embora tenha sido bem mais que isso, converteu-se no começo da onda de classe média contra Dilma, que iria estourar nas ruas em março de 2015”.

Após 2013, as pautas da corrupção e da economia, especialmente, passaram a canalizar a insatisfação de diferentes grupos com o governo. Nesse sentido, corrobora a pesquisa de Dias (2017), que aponta que os movimentos contrários ao governo acionavam, sobretudo, enquadramentos de corrupção, mentiras e má gestão como os problemas a serem solucionados, os culpados apontados são PT, Dilma e Lula, onde o *impeachment* aparece como a solução.

O desempenho econômico também foi um dos fatores que impulsionaram a insatisfação com o governo. Como apontam Mundin, Gramacho e Pinto (2018), “a má administração”, “o aumento da inflação”, “o descumprimento de promessas”, “os escândalos de corrupção” e “o aumento de impostos” estavam entre os principais motivos de reprovação do governo após a eleição de 2014. Em uma

mesma direção, Baquero e González (2016), apontam que a aprovação do governo Dilma se deteriorou rapidamente, não sendo percebida uma “reserva de apoio” pelos resultados positivos que os governos petistas tiveram nos anos anteriores.

Assim, com pautas anticorrupção e descontentes com a economia do país, movimentos à direita do governo começaram a se articular e foram às ruas em 2014 e 2015 para pedir o afastamento de Dilma Rousseff, recém reeleita. No entanto, os movimentos pelo *impeachment* não eram os únicos a pressionar o governo nas ruas. Muitos setores que haviam apoiado a candidatura de Dilma Rousseff estavam descontentes com as medidas econômicas adotadas pela presidenta após a eleição. Assim, ao mesmo tempo em que defendiam a permanência de Dilma no governo, os movimentos populares demonstravam nas ruas sua oposição ao ajuste fiscal e pressionavam por uma “saída popular” para a crise (TIBLE; MORAES, 2015).

Se o governo enfrentava múltiplas crises no contexto do *impeachment*, a percepção social sobre elas teve grande influência da mídia, sobretudo em relação à situação econômica do país e aos escândalos de corrupção. Para Baquero e González (2016, p. 517), a cobertura sobre a economia parecia ter “desencadeado rapidamente uma percepção de pessimismo”. Naquela conjuntura, os noticiários estavam dominados pelos desdobramentos da operação Lava Jato e pela crise econômica, “dois temas em que o enquadramento predominante seria naturalmente negativo à imagem do governo” e, em momentos de situação financeira ruim, escândalos de corrupção funcionam como “gatilhos naturais para estimular sentimentos negativos” (MUNDIN; GRAMACHO; PINTO, 2018, p. 106).

São esses múltiplos fatores políticos, econômicos e sociais que configuram a conjuntura em que se dá o avanço do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff em 2016. Como evidencia a literatura sobre a conjuntura sócio-política recente do Brasil, muitos dos

fatores apontados em Pérez-Liñán (2000, 2014, 2016) estavam presentes naquele momento, conformando um cenário crítico para o governo, onde fatores políticos, econômicos e sociais se acumularam de forma única. Esses diferentes elementos entram no cenário em que o *impeachment* irrompe como *acontecimento* público, desencadeando um *debate público* sobre esse tema, conceitos que serão abordados no capítulo que segue.

Procedimentos metodológicos

O objeto de estudo deste artigo são os discursos e argumentos acionados em torno do afastamento provisório de Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016, em um debate público protagonizado por atores políticos vinculados ao Estado, mídia e sociedade, e capazes de mobilizar sentidos e interpretações sobre este acontecimento, considerado como um tema de interesse público. Trabalhamos aqui com atores dos três âmbitos que constituem o debate público (WEBER, 2007, 2017) pelas especificidades e responsabilidades que cada um assume. Nosso objeto de pesquisa é formado, assim, pelos acontecimentos do dia 12 de maio de 2016, enquanto contexto específico dos discursos a serem analisados, e pelos atores políticos, sociais e midiáticos que consideramos serem centrais nesse debate.

Corpus de pesquisa

Buscamos por manifestações desses atores no período de 10 a 13 de maio de 2016, em virtude do afastamento da ex-presidenta pelo Senado no dia 12 de maio de 2016 (ou iminência desse afastamento). Pela natureza diversa dos atores, a busca pelos discursos obedeceu às especificidades de cada um, assim como a seleção dos discursos. Os textos selecionados seguem a orientação de representatividade (representam a

opinião do ator, institucional ou não) e pertinência (são adequados aos objetivos da pesquisa). O Quadro 01 explicita os locais de busca e tipos de discurso selecionados.

Quadro 1 – Corpus de pesquisa

Âmbitos		CÓD	Protagonistas	Local de busca	Tipo de discurso	Data
Sociedade Civil Organizada		VPR	VemPraRua	Site de busca	Artigo de liderança	12.05.2016
		MBL	Movimento Brasil Livre	Site de busca	Artigo de liderança	10.05.2016
Sistema de Mídia		FSP	Folha de São Paulo	Site do veículo	Editorial	12.05.2016
		OGLO	O Globo	Site do veículo	Editorial	12.05.2016
Poder Legislativo	Senado Federal	LPMDB	Eunício Oliveira (Líder do PMDB)	Site do Senado Federal	Discussão da matéria no Plenário	11.05.2016 a 12.05.2016
		LOP	José Agripino (Líder Bloco Parlamentar da Oposição)	Site do Senado Federal	Discussão da matéria no Plenário	
		LPSDB	Cássio Cunha Lima (Líder do PSDB)	Site do Senado Federal	Discussão da matéria no Plenário	
Poder executivo	Presidência da República	MT	Michel Temer	Site Palácio do Planalto	Discurso oficial	12.05.2016
Atores			8	discursos		Período 10/05/16 a 12/05/16

Fonte: a autora

O objetivo deste estudo é, através da análise dos discursos selecionados no *corpus*, *compreender as narrativas e os interesses em relação ao impeachment de Dilma Rousseff, revelados pelos argumentos apresentados por atores políticos favoráveis ao afastamento da presidenta.*

O desenho metodológico acionado inclui diferentes etapas e métodos que nos auxiliaram em cada uma delas. Partimos da *pesquisa bibliográfica e histórico-descritiva*, que permitiram a reconstituição do acontecimento como contexto dos discursos; para a análise dos discursos nos valem da *análise da argumentação* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005) e *análise de redes sociais* (RECUERO, 2014) para compreendermos as conexões entre os diferentes atores a partir de seus argumentos.

Classificação dos discursos e argumentos

Os discursos foram classificados e analisados nas seguintes etapas: identificação dos atores do debate, descrição dos discursos e classificação dos argumentos, análise dos argumentos e Análise de Redes Sociais (ARS). As categorias são organizadas da seguinte forma: *argumentos políticos*, onde se encontram questões relacionadas à governabilidade, atuação do governo, atuação do Legislativo, democracia, instituições democráticas, eleições; *argumentos econômicos*, com argumentos sobre desempenho econômico, dados econômicos, estatísticas relacionadas ao tema, políticas do governo para economia; e *argumentos jurídicos*, onde estão aqueles vinculados ao processo de *impeachment* em tramitação, pedaladas fiscais, crimes de responsabilidade.

Quadro 2 – Argumentos sobre o impeachment identificados nos discursos

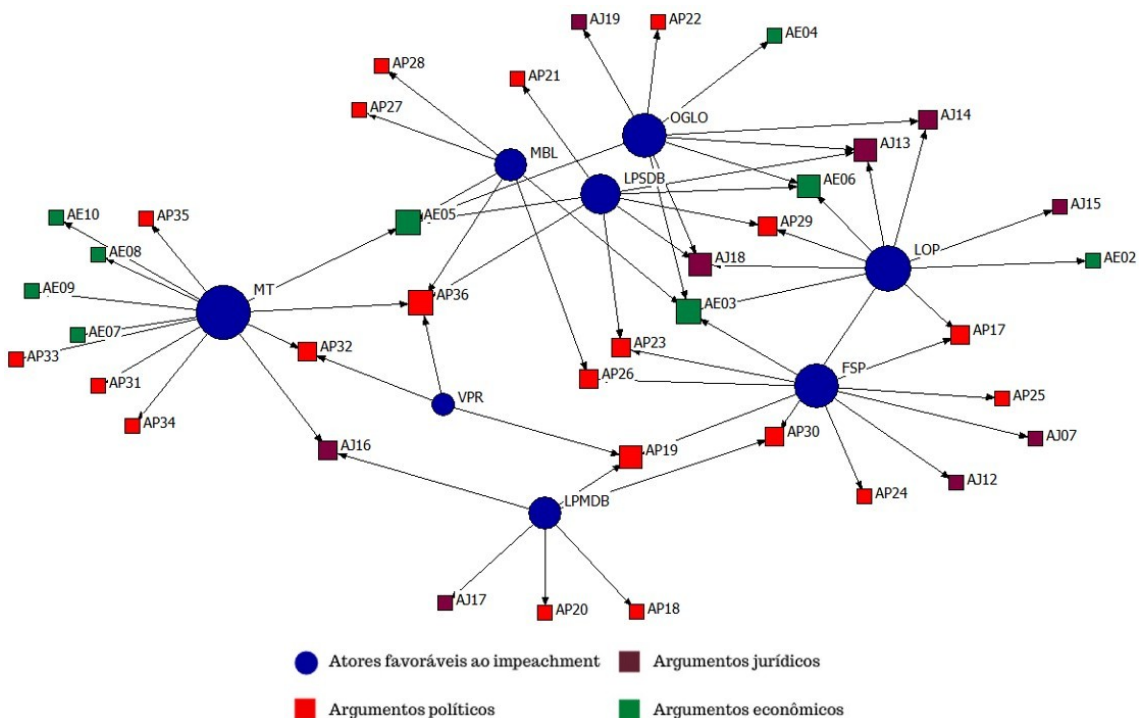
ARGUMENTOS	Código	ARGUMENTOS	Código
Argumentos políticos (AP)		Argumentos econômicos (AE)	
Temer tem apoio para governar	AP17	Governo quebrou a Petrobrás	AE02
Negar a constitucionalidade do impeachment prejudica a democracia	AP18	Modelo de gestão da economia foi ruim	AE03
Impeachment é chance de fazer mudanças	AP19	Má gestão dos recursos públicos pode levar a impeachment	AE04
País enfrenta cenário de crise	AP20	Resultados econômicos foram ruins	AE05
Temer tem legitimidade para governar	AP21	Desequilíbrio na economia está relacionado aos crimes de responsabilidade	AE06
Impeachment não prejudica o regime democrático	AP22	Governo interino atuará para melhorar resultados da economia	AE07
Governo Dilma faz parte do passado	AP23	Não será alterada a dinâmica fiscal e monetária do BC	AE08
Impeachment é a derrocada do petismo	AP24	O governo interino trabalhará para acabar com a inflação	AE09
Governo Temer não tem apoio popular	AP25	O governo interino trabalhará para reduzir o desemprego	AE10
Aliados de Temer preocupam	AP26	Argumentos jurídicos (AJ)	
Temer precisa se alinhar com demandas que levaram ao impeachment	AP27	Julgamento não está considerando apenas os crimes de responsabilidade	AJ07
Temer não deve repetir estratégias petistas	AP28	Processo tem questionamentos técnicos	AJ12
Dilma mentiu na eleição de 2014	AP29	Impeachment se dá pelo que está definido na legislação	AJ13
Dilma perdeu a governabilidade	AP30	PLN 05 não isenta o governo	AJ14
Políticas públicas e direitos adquiridos serão mantidos	AP31	TCU rejeitou as contas do governo	AJ15
Governo interino precisa fazer/fará reformas para promover melhorias	AP32	Processo seguiu/deve seguir os trâmites legais	AJ16
Governo interino seguirá a Constituição	AP33	Processo demonstra que a lei é para todos	AJ17
Executivo e Legislativo precisam trabalhar unidos pelo Brasil	AP34	Houve crime de responsabilidade	AJ18
É preciso equilibrar as contas públicas	AP35	Operações do governo Dilma foram maiores que as de governos anteriores	AJ19
É preciso diminuir e qualificar a estrutura do Estado	AP36		
Fonte: elaboração própria.			

Após a classificação dos discursos, chegamos a um total de 38 categorias de argumentos acionadas pelos atores favoráveis ao *impeachment* analisados. A categoria temática que concentra o maior número de argumentos diferentes é a de argumentos *políticos*, onde são mobilizados 20 argumentos diferentes. Em seguida, vêm os argumentos *econômicos* e *jurídicos*, com 9 argumentos cada. Observa-se que as categorias de argumentos não relacionados às alegações do processo de *impeachment* têm a maioria dos argumentos. Nelas, são acionados 28 argumentos diferentes, diante dos 9 relacionados à questão *jurídica*.

Desqualificação político-econômica do Governo Dilma Rousseff

Nesta seção apresentamos a análise dos argumentos empregados nos oito discursos que compõem o *corpus* deste estudo. A Figura 1 mostra a formação de uma única rede, onde todos os atores se conectam a partir de argumentos em comum. Dessa forma, os atores MT (Michel Temer), LPMDB (Líder do PMDB no Senado - Eunício Oliveira), LPSDB (Líder do PSDB no Senado - Cássio Cunha Lima), LOP (Líder da Oposição no Senado - José Agripino), OGLO (O Globo), FSP (Folha de S. Paulo), MBL (Movimento Brasil Livre) e VPR (Vem Pra Rua) estão posicionados em um mesmo grupo, representado em azul.

Figura 1 – Rede formada pelos atores analisados e seus argumentos



Fonte: elaboração própria.

O primeiro dado que se pode destacar aqui é o fato de que os argumentos não relacionados aos motivos alegados no processo são maioria. Além disso, a maioria dos argumentos são acionados por um único ator, demonstrando pouca coesão nos argumentos em si. No entanto, todos os atores estão conectados à rede por três ou mais argumentos e, juntos, esses

diferentes argumentos constroem uma narrativa afinada com a conjuntura de múltiplas crises vivenciadas pelo governo Dilma naqueles momentos.

O ator de maior centralidade na rede é Michel Temer (MT), já que aciona a maior diversidade de argumentos (12) entre os atores analisados. A narrativa do presidente interino, tanto em argumentos políticos quanto econômicos, é extensa. Como argumentos econômicos, Temer faz uma explanação sobre as políticas de seu governo para melhorar o desempenho do país na área, alegando que: o governo interino atuaria para melhorar resultados da economia (AE07), trabalhando para acabar com a inflação (AE09) e reduzir o desemprego (AE10), sem alterar a dinâmica fiscal e monetária do Banco Central (AE08). Ele ainda criticou a política econômica de Dilma, defendendo que os resultados econômicos foram ruins (AE05).

Do ponto de vista dos argumentos políticos, os argumentos de Temer apontam para a nova linha política que seria adotada pelo governo interino. Na ocasião de seu discurso, o presidente interino defendeu a necessidade de diminuir e qualificar a estrutura do Estado (AP36) e equilibrar as contas públicas (AP35), com a necessidade de reformas (AP32) e de uma união entre Executivo e Legislativo, que precisariam trabalhar unidos pelo Brasil (AP34). Por outro lado, enquanto defendia profundas mudanças, Temer garantia que políticas públicas e direitos adquiridos seriam mantidos (AP31) e que o governo interino seguiria a Constituição (AP33). Na categoria de argumentos jurídicos, o interino defende apenas que o processo seguiu ou deveria seguir os trâmites legais (AJ16).

Apesar de acionar o maior número de argumentos diferentes, Temer é um dos que menos compartilha argumentos com outros atores, já que seu discurso gira bastante em torno de oferecer respostas para as causas e motivos para o *impeachment*, apresentados pelos demais atores na rede.

Líder Bloco Parlamentar da Oposição no Senado (LOP), José Agripino (DEM), aciona dez argumentos distintos nas categorias analisadas. Como argumentos *econômicos*, o parlamentar defende que o governo Dilma havia

quebrado a Petrobrás (AE02) e que o modelo de gestão da economia havia sido ruim (AE03), relacionando o desequilíbrio na economia aos crimes de responsabilidade (AE06). Para Agripino, Dilma havia perdido a governabilidade (AP30) e Temer tinha apoio para governar (AP17). O senador ainda acusou Dilma de mentir na eleição de 2014 para se reeleger (AP29).

Além de defender o *impeachment* por motivos políticos e econômicos, o senador também apresenta argumentos *jurídicos* para o afastamento de Dilma. Ele defende a legalidade do processo, alegando que o *impeachment* se dava pelo que está definido na legislação (AJ13) e que houve crime de responsabilidade (AJ18), lembrando que o TCU rejeitou as contas do governo (AJ15). O parlamentar ainda defendia que o PLN 05¹⁴⁵ não isentava o governo (AJ14).

O jornal *O Globo* (OGLO) é o terceiro que mais recorre a argumentos diferentes (nove). O veículo é um dos que mais aciona argumentos *jurídicos* na defesa do afastamento de Dilma Rousseff. No editorial analisado, o jornal sustenta que o *impeachment* se daria pelo que estava definido na legislação (AJ13) e que havia crime de responsabilidade (AJ18). Reconhecendo que a prática das “pedaladas fiscais” já havia sido identificada em outros momentos, *O Globo* argumenta que as operações do governo Dilma foram maiores que as de governos anteriores (AJ19). O jornal também defende que o PLN 05 não isentava o governo (AJ14).

Apesar de apresentar seus argumentos relacionados aos motivos expressos no processo de *impeachment*, o jornal também é enfático na defesa de argumentos econômicos para o afastamento de Dilma. Para o jornal, a má gestão dos recursos públicos já seria motivo para levar ao *impeachment* (AE04) e o modelo de gestão da economia do governo Dilma foi ruim (AE03), apresentando resultados econômicos ruins (AE05). Para *O Globo*, o

145 O PLN 05/2015 alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias daquele ano, diminuindo a meta de superávit primário e permitindo sua redução no caso de frustração de receitas.

desequilíbrio na economia ainda estava relacionado aos crimes de responsabilidade (AE06). Do ponto de vista político, foi acionado apenas o argumento de que o *impeachment* não prejudicaria o regime democrático (AP22).

O jornal *Folha de S.Paulo* (FSP) também mobiliza nove argumentos diferentes nas categorias analisadas. A maior parte dos argumentos mobilizados pelo veículo diz respeito a questões *políticas*. No editorial analisado, a *Folha* argumenta que o governo Dilma já fazia parte do passado (AP23), colocando a questão como superada, e que o *impeachment* era a derrocada do petismo (AP24). O *impeachment* também é colocado como uma oportunidade para realizar mudanças (AP19), destacando que Temer teria apoio político para governar (AP17). Por outro lado, o jornal também demonstrava preocupação em relação aos aliados de Temer (AP26) e com o fato de Governo Temer não ter apoio popular (AP25).

O editorial não se detém longamente nos argumentos *econômicos*, mas coloca que o modelo de gestão da economia havia sido ruim (AE03). Apesar de defender o *impeachment* de Dilma Rousseff, nos argumentos *jurídicos* o jornal admite que o processo tinha questionamentos técnicos (AJ12) e que o julgamento não estava considerando apenas os crimes de responsabilidade (AJ07).

O Líder do PSDB no Senado (LPSDB), Cássio Cunha Lima, acionou oito argumentos diferentes em seu discurso analisado. A principal categoria mobilizada foi a de argumentos *políticos*, onde o senador afirma que Temer tinha legitimidade para governar (AP21) e que o governo Dilma fazia parte do passado (AP23). Ele também defende uma mudança, argumentando que era preciso diminuir e qualificar a estrutura do Estado (P36). O parlamentar ainda acusa Dilma de ter mentido na eleição de 2014 (AP29).

Como argumentos relacionados à economia do país, o Líder do PSDB defende em seu discurso que os resultados econômicos foram ruins

(AE05) e que o desequilíbrio na economia estaria relacionado aos crimes de responsabilidade (AE06). O senador também mobiliza argumentos *jurídicos*, defendendo a legalidade e o mérito do processo ao argumentar que o *impeachment* se dava pelo que está definido na legislação (AJ13) e que houve crime de responsabilidade (AJ18).

Já o Líder do MDB no Senado Federal (LMDB), Eunício Oliveira, mobiliza seis argumentos diferentes, a maioria de ordem *política*. Em seu discurso, o senador constrói uma narrativa de problemas de governabilidade e necessidade de mudança. Ele defende que o país enfrentava um cenário de crise (AP20) e que Dilma havia perdido a governabilidade (AP30), apresentando o *impeachment* como uma chance de fazer mudanças (AP19). O parlamentar ainda argumentava, respondendo aos grupos contrários ao processo, que negar a constitucionalidade do *impeachment* seria o que prejudicaria a democracia (AP18). Como questões *jurídicas*, ele defende que o processo estava seguindo os trâmites legais (AJ16) e que demonstrava que a lei seria para todos (AJ17).

O Movimento Brasil Livre (MBL) também aciona seis das categorias de argumentos desta pesquisa. No entanto, diferente dos atores analisados até aqui, o MBL mobiliza apenas argumentos *políticos* e *econômicos*, ignorando as questões de ordem *jurídica* do processo. O discurso do movimento é bastante voltado para o presidente interino, colocando uma preocupação com os aliados de Temer (AP26) e defendendo que o interino se alinhasse com as demandas que levaram ao *impeachment* (AP27) e não repetisse estratégias petistas (AP28). O grupo também defende a necessidade de diminuir e qualificar a estrutura do Estado (AP36), apontando, já como argumentos *econômicos*, que o modelo de gestão da economia foi ruim (AE03), assim como os resultados econômicos (AE05).

O movimento Vem Pra Rua (VPR) mobiliza apenas três argumentos nas categorias desta pesquisa, todos de ordem *política*. Assim como o

MBL, o grupo também não faz referência aos motivos *jurídicos* do *impeachment*. O VPR defende era preciso diminuir e qualificar a estrutura do Estado (AP36) e que o governo interino precisaria fazer reformas para promover melhorias (AP32), colocando o *impeachment* como chance de fazer mudanças (AP19).

Argumentos centrais

Observando os argumentos *políticos* acionados na rede, verifica-se que há pouca coesão entre os atores. Dos 20 argumentos acionados, 12 são mobilizados por apenas um ator e seis por apenas dois. Como os argumentos empregados reúnem, no máximo, quatro dos oito atores favoráveis ao *impeachment*, não é possível afirmar que haja algum argumento ou ideia difundida em rede, apenas por núcleos que se formam em torno desses argumentos específicos. No entanto, é interessante notar que sete dos oito argumentos empregados por mais de um ator reúnem diferentes âmbitos do debate. O argumento de maior centralidade é o de que é preciso diminuir e qualificar a estrutura do Estado (AP36), acionado por quatro atores dos âmbitos da sociedade civil, Legislativo e Executivo. Depois dele, o argumento que defende o *impeachment* como chance de fazer mudanças (AP19) é mobilizado por três atores nos âmbitos da mídia, sociedade civil e Legislativo. Os outros argumentos difundidos por atores de diferentes âmbitos, dessa vez acionados por dois atores, apontam que Temer teria apoio para governar (AP17) e que o governo Dilma fazia parte do passado (AP23), e também que o governo precisaria fazer ou faria reformas para promover melhorias (AP32). O argumento que aponta os aliados de Temer como motivo de preocupação também é empregado por atores de âmbitos diferentes (AP26). Já os argumentos que sustentam que Dilma teria mentido na eleição de 2014 (AP29) e perdido a governabilidade (AP30) são utilizados por dois atores, mas de um mesmo âmbito (Legislativo).

Os atores na rede ainda mobilizam nove argumentos *econômicos* distintos, mas apenas três são compartilhados por mais de um ator. Os argumentos de maior centralidade, cada um acionado por quatro atores diferentes, sustentam que o modelo de gestão da economia foi ruim (AE03) e que os resultados econômicos foram ruins (AE05). O primeiro, AE03, congregou atores da sociedade civil, da mídia e do Legislativo. Já o segundo, AE05, reuniu atores dos três âmbitos já mencionados e também do Executivo. O argumento que defende que o desequilíbrio na economia estaria relacionado aos crimes de responsabilidade (AE06) é o terceiro argumento mobilizado em conjunto, dessa vez por atores do Legislativo e da mídia. Todos os argumentos mobilizados por mais de um ator, portanto, agregam atores de diferentes âmbitos.

Os atores da rede mobilizam nove argumentos *jurídicos* diferentes. Desses, quatro são compartilhados entre eles, menos da metade, portanto. Os principais argumentos, ou seja, de maior centralidade, apontam que houve crime de responsabilidade (AJ18) e que o *impeachment* se daria em função do que estava definido na legislação (AJ13). Já o argumento AJ14, que defende que o PLN 05/2015 não isentaria o governo, é aplicado por dois atores. Esses três argumentos são mobilizados concomitantemente por membros dos âmbitos da mídia e do Legislativo. Um quarto argumento onde diferentes atores convergem aponta que o processo de *impeachment* havia seguido e deveria continuar seguindo os trâmites legais (AJ16). Este reúne os âmbitos do Executivo e do Legislativo.

Considerações finais

O contexto em que se dá o *impeachment* de Dilma Rousseff é marcado por uma confluência perfeita - e perversa - de fatores que foram desestabilizando o governo petista em diferentes frentes. Fatores como situação econômica desfavorável, escândalos midiáticos de corrupção,

falta de apoio parlamentar e mobilizações nas ruas contra o presidente foram identificados na discussão teórica como questões-chave que podem levar à cassação de mandatos presidenciais. Contudo, nenhum desses fatores, sozinho, é determinante: é a convergência de diferentes elementos que configura uma situação mais ou menos oportuna a um processo de *impeachment*. Ocorre que, no caso do *impeachment* ocorrido em 2016 no Brasil, todos esses aspectos estavam presentes.

A eleição de 2014 foi vencida por Dilma Rousseff em meio a protestos no segundo turno e com uma margem apertada sobre o candidato opositor. O PSDB, derrotado pela quarta vez consecutiva, questionou o resultado das urnas. Um mau sinal para a democracia, que tem no comportamento dos “perdedores” um termômetro de sua legitimidade (BRAGA; CASALECCHI, 2016). Além disso, o resultado apertado na eleição presidencial também influencia na formação de uma maioria governista no Legislativo (PÉREZ-LIÑÁN, 2000). A formação de coalizões sólidas é um fator importante para proteger o presidente de possíveis juízos políticos.

O que se viu no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff foi que a presidenta não teve, entre um mandato e outro, um período de “lua de mel”. A presidenta começou o segundo mandato em meio a protestos pelo *impeachment*, escândalos de corrupção envolvendo aliados e comprando (e perdendo) uma briga com uma importante liderança da segunda maior bancada da Câmara Federal e central nas coalizões dos governos petistas, Eduardo Cunha (PMDB), ao propor uma candidatura alternativa à Presidência daquela Casa. Dessa forma, o governo não logrou formar um “escudo legislativo” que pudesse protegê-lo naquele contexto em que também se acumulavam outros fatores já mencionados.

As mobilizações sociais contra o governo também são apontadas como fator de desestabilização do governo (PÉREZ-LIÑÁN, 2014) e já desde os dias seguintes ao segundo turno da eleição de 2014, o governo foi alvo de protestos que pediam a destituição da presidenta e que

chegaram a reunir 3,6 milhões de pessoas em todo o país. Nessa perspectiva, importa que o presidente possa estabelecer um “escudo popular”, com setores dispostos a defendê-lo em conjunturas críticas. Esse escudo, contudo, fica enfraquecido em situações econômicas desfavoráveis (CHAGAS, 2016) e o governo petista se deparou com um cenário de recessão da economia, déficits recordes, inflação crescente etc., que, além de diluírem o apoio do governo, também são, por si, um fator de instabilidade. Além disso, com a “virada pragmática” do governo na economia logo após a eleição, Dilma não teria conseguido transformar sua vitória eleitoral em legitimidade para governar e suas medidas alienaram o governo também do apoio dos setores populares, base do lulopetismo (GOLDSTEIN, 2016).

Retomadas as discussões teóricas que apontam diferentes fatores que colaboram na destabilização do governo, aumentando as chances de o presidente enfrentar um processo de *impeachment*, vemos que a presença de um acúmulo desses fatores foi determinante na conjuntura do *impeachment* de Dilma Rousseff. Essa combinação é o contexto em que se dá o debate público sobre o *impeachment*, que vinha ocorrendo desde 2014 e que foi também acumulando tópicos até chegar no contexto dos discursos analisados aqui, o afastamento provisório de Dilma Rousseff da Presidência da República em 12 de maio de 2016.

Chegando à discussão dos argumentos mobilizados no debate público sobre o *impeachment*, no contexto do afastamento provisório de Dilma Rousseff, a revisão teórica apresentada no início deste artigo nos subsidiou na definição das categorias temáticas em que os discursos foram classificados para a identificação dos argumentos. Como visto, questões de ordem política e econômica, além de questões sociais, morais e até pessoais, estavam presentes na conjuntura crítica do *impeachment*. Além disso, as questões jurídicas também importavam, como elemento formal do processo.

Contudo, além das questões relacionadas ao processo legal em

juízo pelo Senado, observamos que, no contexto do afastamento da presidenta, assim como apontado na discussão teórica, outros elementos aparecem de forma relevante. Pérez-Liñán (2000) entende todas as formas constitucionais que o Legislativo tenha para afastar um presidente como julgamentos políticos. No mesmo sentido, Kasahara e Marsteintredet (2018) apontam que, quando o Legislativo é responsável pelo julgamento, ele provavelmente será norteado por questões políticas, onde contam, portanto, questões externas ao processo, daí a importância do debate público no desfecho do acontecimento.

As questões políticas foram as mais acionadas nos discursos analisados, onde foi mobilizado um total de 20 argumentos diferentes. As principais ideias colocadas no debate são as de que, com o *impeachment*, mudanças e reformas poderiam ser feitas, enxugando a estrutura do Estado. Como apontado por Singer (2015), ao longo do primeiro governo Dilma foi se criando uma “unidade capitalista”, reunindo os diferentes setores da economia em torno de ideias que apontavam para a diminuição do espectro de atuação do Estado e, por exemplo, de demandas como a diminuição da proteção aos trabalhadores (contrarreforma trabalhista aplicada por Temer). Nesse sentido, Tible (2015), Svartman e Silva (2016) e Goldstein (2016) identificam que a disputa política não teria acabado na eleição em 2014, com a oposição recorrendo a diferentes meios de questionar o resultado eleitoral, até se alinhar no discurso do *impeachment*.

Do ponto de vista econômico, os atores favoráveis ao *impeachment* se alinham em torno de diferentes argumentos. Como principais ideias, eles criticam os resultados da economia e o modelo econômico petista. Também como apontado por Singer (2015), o governo ficou isolado em seu projeto econômico depois de ter sido abandonado pelos industriais, que passaram à crítica do modelo neodesenvolvimentista. Além disso, diferentes autores discutidos na seção teórica apontam que os resultados econômicos eram ruins e que se somaram na “tempestade” que culmina

no *impeachment* (DOVAL; ACTIS, 2016; MELO, 2016; SVARTMAN; SILVA, 2016). Outra ideia difundida é a de que os crimes de responsabilidade estariam relacionados ao modelo de gestão e aos resultados econômicos ruins, como causa ou consequência deles.

Em relação às considerações jurídicas que discutem diretamente o processo do *impeachment*, os atores favoráveis ao *impeachment* afirmam que houve crime de responsabilidade, acionando a legislação para defender que esses crimes estavam previstos na lei. Mesmo sendo o motivo do processo, ao menos alegado, o que se viu é que, mesmo no Legislativo, os argumentos que discutem a questão jurídica são minoria diante do universo de questões levantadas, diluindo-se em um emaranhado de argumentos articulados em outros temas.

Nesse sentido, o que se percebe é que a confluência de fatores presentes na conjuntura do *impeachment* se reflete também nos discursos analisados. Ou seja, essas diferentes questões que, de fato, estavam empiricamente presentes na conjuntura, e que foram captadas pela teoria, são mobilizadas também no debate público, na disputa de narrativas e sentidos do acontecimento. Contudo, o fato de a questão jurídica ser pouco debatida em relação às questões de contexto que foram trazidas para o debate público sobre o processo é sintomático de um momento de regressão democrática. Pois, ainda que o julgamento do *impeachment* pelo Legislativo adquira um recorte político, ele ainda tem um referente jurídico, baseado na legislação do país, ao qual a tomada de decisão precisa estar vinculada, e, quando as motivações legais são ofuscadas pela complexidade da conjuntura, fragilizam-se as instituições da democracia.

Referências

AGRIPINO, José. Discussão da matéria. In: BRASIL. SENADO FEDERAL. . **Notas Taquigráficas da 71^a Sessão Deliberativa Extraordinária**: 55^a LEGISLATURA. 2016. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/escriba-servicosweb/sessao/pdf/3835>>. Acesso em: 12 maio 2016.

ANDRADE, Bruna Santos de Almeida. **Redes de atores e argumentos no debate público sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff: o dia do afastamento provisório em 12 de maio de 2016**. 2019. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Comunicação e Informação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/196423>. Acesso em: 01 nov. 2020.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], v. 37, n. 1, p.273-289, ago. 2018. Novos Estudos - CEBRAP. <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300201800020006>.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 167.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial: Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p.492-523, dez. 2016.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; CASALECCHI, Gabriel Avila. Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil. **Opinião Pública**, [s.l.], v. 22, n. 3, p.550-568, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016223550>.

CHAGAS, Luán José Vaz. O *impeachment* de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina [Entrevista com Aníbal Pérez-Liñan]. **Compólitica**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.105-119, 18 mar. 2017. Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política

(Compolitica). <http://dx.doi.org/10.21878/compolitica.2016.6.2.276>.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006a.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009. 249 p.

CHEQUER, Rogério. Carta aberta ao presidente Temer. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 12 maio 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/05/1770359-carta-aberta-ao-presidente-temer.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2019.

DIAS, Tayrine dos Santos. **"É uma batalha de narrativas": os enquadramentos de ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DOVAL, Gisela Pereyra; ACTIS, Esteban. The Political and Economic Instability of Dilma Rousseff's Second Government in Brazil: Between *Impeachment* and the Pragmatic Turn. **India Quarterly: A Journal of International Affairs**, [s.l.], v. 72, n. 2, p.120-131, 3 maio 2016. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0974928416637926>.

ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Edunb, 2001. 316 p.

GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho. **Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff: (as estratégias de convocação dos**

movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016). 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GOLDSTEIN, Ariel. La tormenta perfecta: crisis e impeachment en el segundo mandato de Dilma Rousseff. **Análisis Político**, [s.l.], v. 29, n. 88, p.90-104, 1 set. 2016. Universidad Nacional de Colombia. <http://dx.doi.org/10.15446/anpol.v29n88.63639>.

GUILHERME, Cássio Augusto. Os componentes políticos da crise do lulismo. **Diálogos**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.230-234, dez. 2018.

HAUBRICH, Alexandre. **Nada será como antes: 2013**. O ano que não acabou, na cidade onde tudo começou. Porto Alegre: Libretos, 2018. 216 p.

KASAHARA, Yuri; MARSTEINTREDET, Leiv. Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios?: Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p.30-54, mar. 2018.

KATAGUIRI, Kim. Michel Temer e o recado das ruas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 10 maio 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/kim-katagui/2016/05/1769668-michel-temer-e-o-recado-das-ruas.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

LEVITSKY, Steven. Democratic Survival and Weakness. **Journal Of Democracy**, [s.l.], v. 29, n. 4, p.102-113, 2018. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/jod.2018.0066>.

LIMA, Cássio Cunha. Discussão da matéria. In: BRASIL. SENADO FEDERAL. . **Notas Taquigráficas da 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária: 55ª LEGISLATURA**. 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/escriba-servicosweb/sessao/pdf/3835>>. Acesso em: 12 maio 2016.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. **Novos Estudos**: CEBRAP, São Paulo, v. especial, ed. 107.1 , p.5-13, jun. 2017.

LIMONGI, Fernando. O passaporte de Cunha e o *impeachment*: a crônica de uma tragédia anunciada. **Novos Estudos**: CEBRAP, São Paulo, v. 103, n. 1, p.99-113, nov. 2015.

MELO, Marcus André. Crisis and Integrity in Brazil. **Journal Of Democracy**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.50-65, 2016. Project Muse.
<http://dx.doi.org/10.1353/jod.2016.0019>.

MENDES, Gabriel Gutierrez. O *impeachment* de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina: a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p.253-278, mar. 2018.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 98, p.1-24, ago. 2918.

MUNDIM, Pedro Santos; GRAMACHO, Wladimir; PINTO, André Jácomo de Paula. Razão e emoção: reações ao estado da economia e aprovação do governo federal. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p.90-113, jan. 2018.

NOVO marco de defesa da responsabilidade fiscal: Editorial. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 12 maio 2016. Disponível em:
<<https://oglobo.globo.com/opiniao/novo-marco-de-defesa-da-responsabilidade-fiscal-19286772>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

O FIM e o princípio: Editorial. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 12 maio 2016. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/05/1770354-o-fim-e-o>>

principio.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2019.

OLIVEIRA, Eunício. Discussão da matéria. In: BRASIL. SENADO FEDERAL. **Notas Taquigráficas da 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária**: 55ª LEGISLATURA. 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/escriba-servicosweb/sessao/pdf/3835>>. Acesso em: 12 maio 2016.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Juicio político, cultura legal y escudo popular. **Revista Saap**: Publicación de Ciencia Política de la Sociedad Argentina de Análisis Político, Buenos Aires, v. 10, n. 1, p.11-33, maio 2016.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. A Two-Level Theory of Presidential Instability. **Latin American Politics And Society**, [s.l.], v. 56, n. 01, p.34-54, 2014. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1548-2456.2014.00220.x>.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. The Institutional Determinants of Impeachment. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 22., 2000, Miami. **Anais... .** 2000: Lasa, 2000. p. 1 - 18.

RECUERO, Raquel. Métricas de Centralidade e Conversações em Redes Sociais na Internet: Desvelando Estratégias nos Debates Presidenciais de 2014. In: SIMPÓSIO, 8., 2014, São Paulo. **Anais... .** São Paulo: Abciber, 2014. p. 1 - 18.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, [s.l.], v. 34, n. 2, p.39-67, jul. 2015.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz; SILVA, André Luiz Reis da. Castigo

Sem Crime? Raízes domésticas e implicações internacionais da crise brasileira. **Conjuntura Austral**, [s.l.], v. 7, n. 35, p.4-14, 15 maio 2016. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<http://dx.doi.org/10.22456/2178-8839.64624>.

TEMER, Michel. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado - Palácio do Planalto**. 2016. Disponível em:
<https://gestaoconteudo.presidencia.gov.br/gestao_planalto/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>. Acesso em: 12 maio 2016.

TIBLE, Jean. Golpe à Brasileira: crise política e econômica, impedimento e lutas democráticas. **Revista Política Latinoamericana**, Buenos Aires, v. 2, n. 1, p.1-22, jan. 2016.

TIBLE, Jean. Encrucijadas brasileiras: entre protestas, procesos y elecciones. **Nueva Sociedad**, [s.l.], v. 225, n. 1, p.25-37, fev. 2015.

TIBLE, Jean; MORAES, Alana. ¿Fin de fiesta en Brasil? **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 259, n. 1, p.4-14, jul. 2015.

VEIGA, Luciana Fernandes; ROSS, Steven Dutt. Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p.524-549, dez. 2016.
WEBER, Maria Helena. Na comunicação pública, a captura do voto. **Logos: Mídia e Democracia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 27, p.21-42, jul. 2007. Semestral.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-58.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e Credibilidade: tensões da comunicação pública. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 117-136.

**O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF
COMO INTERESSE DE DEBATE DIGITAL:
o engajamento em notícias sobre o tema no Facebook**

Fernanda Cavassana
Giulia Sbaraini Fontes

Introdução

Em 2016, a jovem democracia brasileira enfrentou seu segundo processo de impedimento da liderança do Poder Executivo Federal eleita diretamente pela população. Em meio a uma conjuntura de crises política e econômica, o então presidente da Câmara dos Deputados, o ex-deputado federal Eduardo Cunha (MDB/RJ) aceitou, no dia 2 de dezembro de 2015, o pedido de afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT), apresentado pelos juristas Janaina Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior. Baseado em supostos descumprimentos da lei de responsabilidade fiscal, o pedido foi acolhido por Cunha depois dele ter cortado relações com o Governo e, sem sucesso, barganhado votos do Partido dos Trabalhadores para impedir o prosseguimento da sua cassação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Embates entre os Poderes no desenvolvimento do processo também foram registrados nas relações do Judiciário com o Legislativo, como, por exemplo, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) barrou a instituição da comissão especial alternativa inicialmente criada para analisar o *impeachment* na Câmara, ainda em dezembro de 2015. Após a formação da nova comissão, em março de 2016, o processo começou a tramitar e, depois que os deputados aprovaram o seu prosseguimento, chegou ao Senado Federal. No dia 12 de maio de 2016, os senadores votaram pela abertura oficial do processo de *impeachment* e, com isso, Dilma Rousseff foi afastada do cargo até o julgamento final, que aconteceu no dia 31 de

agosto do mesmo ano. Nesse período, o então vice-presidente Michel Temer (MDB) assumiu interinamente o posto e, depois do julgamento, tornou-se oficialmente o Presidente da República do Brasil.

O *impeachment* de Rousseff também foi um evento marcado por uma relevante participação dos brasileiros, considerando aqui formas não convencionais, não institucionais, de participação política, como a mobilização e a presença em atos e protestos de ruas contra e pró Dilma, que foram constantemente promovidos em diversos municípios de todo o país enquanto o processo avançava no Congresso Nacional. Muitos deles foram organizados e garantiram visibilidade por meios das plataformas digitais de comunicação como o Facebook, que foi arena política para construção de narrativas e enquadramentos de legitimação da ação coletiva de diversos grupos (DIAS, 2017). Assim, outra forma não convencional de participação dos cidadãos diante do tema foi o engajamento digital, seja por manifestações ou interações em grupos, páginas e publicações sobre o tema.

Diante do contexto exposto desse relevante, e longo, acontecimento político, considerando o decorrer de meses, o presente capítulo tem como objetivo verificar como se deu a participação on-line dos brasileiros no debate digital, especificamente por meio de comentários e demais interações em notícias no Facebook, durante o andamento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Para tanto, foram recuperados 44.150 posts feitos pelos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, entre dezembro de 2015 e julho de 2016, bem como as respectivas métricas de engajamento dos usuários do Facebook nas publicações.

A hipótese que conduz a análise é de que o tema do impedimento da presidenta, pela relevância e particularidade do processo, suscita maior participação no debate em âmbito digital, evidenciando o interesse dos cidadãos em discuti-lo na seção de comentários de posts jornalísticos. Justifica-se a pesquisa não só pela relevância do tema, mas também por

considerar a particularidade do objeto estudado. Adotamos como pressuposto o papel e a importância das principais instituições jornalísticas inseridas nos sites de redes sociais, mediando a participação dos brasileiros em conversações políticas em ambientes on-line. Justifica-se também a escolha do Facebook por ser o site de rede social, na época do processo analisado, mais utilizado pelos brasileiros, inclusive para se informar (BRASIL, 2015).

Consideramos que por mais que os jornais difundam mais publicações de entretenimento em espaços predominantemente sociais como redes como o Facebook, os cidadãos tendem a se envolver mais com as notícias políticas nesses ambientes. Acreditamos que isso se dá em dois movimentos. Por um lado, as empresas jornalísticas apostam mais em *soft news*, por estarem num ambiente predominantemente social e de entretenimento; por outro, as pessoas buscam nas publicações jornalísticas informações políticas relevantes, como no caso do processo de *impeachment* presidencial. Além disso, como a literatura recente indica, essas plataformas se tornaram ambientes comuns para as conversações políticas digitais, não só durante os períodos eleitorais. Assim, além de se informar sobre o acontecimento, os cidadãos buscam debatê-lo com os demais nesses espaços.

A partir dessa introdução, o artigo divide-se em três partes. Primeiramente, discorre-se sobre a participação política e suas variações on-line, abordando, principalmente, como ela também se dá por meio da conversação pública digital, inclusive via comentários em conteúdos jornalísticos que circulam (e re-circulam) em ambientes como o Facebook. Em seguida, realizamos a seção empírica contempla informações metodológicas e a análise em si, que se dá por uma abordagem comparativa em duas questões principais, comparando o volume de debate por tema e por jornal – aqui, também para se perceber se há concentração das características observadas em algum dos veículos selecionados. Ao final, apresentamos nossas conclusões.

Participação e debate político em redes sociais on-line

De acordo com Bragatto (2008), o conceito de “participação política” é utilizado de forma generalizada, contemplando diversas interpretações. A falta de precisão teórica se dá, segundo a autora, por conta da variedade de concepções de democracia vinculadas à ideia de participação. As variações não concernem somente o que pode ser considerado participação popular dentro de uma democracia, mas também o quanto a sua existência é benéfica para o sistema. Nas democracias representativas, coloca-se como um dos problemas o descolamento da atuação dos representantes eleitos em relação ao interesse público e à expectativa de seus representados.

Assim, nas democracias representativas, a participação política individual dos cidadãos ficaria, principalmente e institucionalmente, restrita ao momento da eleição. Porém, cabe destacar que os representantes eleitos ficam sob constante avaliação da opinião pública, que dá forma à ação política da sociedade em geral e que resulta, predominantemente, enquanto produto do debate público, este embasado pelas informações que circulam na esfera pública, pautando, inclusive, conversações cotidianas dos cidadãos. Além disso, há diversas estratégias e tentativas de ampliação da sociedade civil e individualizada em processos de debate público. Pertinente a isso, considera-se que, na contemporaneidade, as dinâmicas político-sociais têm enfraquecido o sistema representativo, enquanto outras representações são instaladas no espaço público, de modo contínuo (CHERESKY, 2015). As manifestações digitais e o constante monitoramento dessas dinâmicas pelos cidadãos, inclusive de forma individual, contribuem para esse enfraquecimento.

As atuais plataformas de redes sociais na internet abrangem perfis e páginas de autoridades e instituições públicas e políticas que se conectam por meio de diferentes formas de interação. A sua existência e formação promovem, portanto, a aproximação entre representantes e representados. Estes veem a possibilidade de se comunicar sem mediações com os atores e instituições que os representam, nas esferas social e política. Isso pode ser considerado tanto para as manifestações publicadas diretamente aos políticos eleitos, como a tantas outras instituições democráticas que, convencionalmente, fomentam o debate público e são alvos de críticas e questionamento dos indivíduos, como os veículos de imprensa atuantes em redes digitais. O Facebook, por exemplo, popularizou-se como uma plataforma de interação das pessoas com a política justamente por ter sido compreendido como espaço de aproximação dos indivíduos com seus representantes, sendo a conexão impulsionada principalmente pelo interesse cidadão nesse vínculo via mídias sociais (KALSNES; OLOF; ENLI, 2017). Contudo, tais interações não se tornam, necessariamente, participações efetivas e conduzem a resultados políticos.

Carpentier (2012, p. 166) aponta para um caminho pautado pela ideia de um balanço entre a representação e a participação, em que a última concerne “o envolvimento dos cidadãos com a política institucionalizada”. Apesar de salientar que a política em uma democracia vai além dos muros institucionais, o autor afirma que a chave para o conceito está na distribuição de poder em uma sociedade. Isso implica na inclusão dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, passando pela delegação de poder que ocorre no modelo representativo. Outro ponto chave para Carpentier (2012) é a distinção entre os termos participação, interação e acesso. No contexto proposto por ele, os dois últimos termos são condições para que a participação aconteça. Três associações são úteis para entender o cenário: o acesso se relaciona à presença em determinada arena; a interação, a relações sociocomunicativas; e, por fim, a

participação implica em processos de decisão compartilhada, que considerem o posicionamento do outro.

O importante é que o cidadão disponha dos meios para participar quando se vê diante de uma oportunidade para tal. A oportunidade, nesse contexto, é vista como “aquela conjunção de ocasiões e circunstâncias em que meios podem produzir fins desejáveis de maneira que os custos (a energia despendida, por exemplo) sejam largamente recompensados pelos benefícios (recompensas decorrentes de se alcançar a finalidade da ação)” (GOMES, 2011, p. 12). Um ponto importante, nesse contexto, é a efetividade da participação, ou seja, sua capacidade de produzir efeitos sobre os processos decisórios envolvidos. Gomes (2011 p. 6), por exemplo, destaca que a participação só é considerada um valor democrático ao passo que produza benefícios à comunidade política.

Aqueles que defendem uma perspectiva deliberativa para as democracias tendem a evidenciar a existência de mecanismos adequados para a participação dos cidadãos e que permitam que o principal fator no processo de deliberação sejam os argumentos apresentados pelos participantes, como a reciprocidade entre os indivíduos e a mobilização de justificativas públicas (MARQUES, 2008). Cabe ressaltar que, já há alguns anos, a popularização da internet e a possibilidade do desenvolvimento de ferramentas digitais que se tornassem novas arenas de deliberação e espaços para a participação política causou euforia por um lado e, por outro, descrença. Sampaio (2010) acaba abordando os dois extremos e propõe uma visão intermediária sobre o assunto.

Aqui, cabe destacar que há diferenças significativas nas formas de participação política on-line considerando o nível de institucionalização da participação, bem como plataformas, formas e acesso; nível de mediação e os conteúdos em si que pautam tais comunicações e deliberações. No contexto brasileiro, há casos específicos em que houve efeitos sobre políticas institucionais, como a consulta sobre o Marco Civil da Internet, discutida por Bragatto *et al* (2015).

Considerando que a participação política tem custos aos cidadãos, as plataformas on-line representam uma diminuição do investimento que cada um deve fazer para conseguir participar (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016). Por isso, aqui, a maior oferta de participação on-line também deve ser discutida do ponto de vista do indivíduo, não apenas das instituições que as promovem. A partir da conversação cotidiana on-line, por exemplo, os cidadãos individualmente “trocam suas opiniões e perspectivas, negociam o valor e o tratamento que dispensam uns aos outros, disputam a relevância dos acontecimentos tendo em vista suas afiliações e diferenças, e definem o que querem para si e para os outros” (MAIA; REZENDE, 2015, p. 493). É nesse sentido que *posts* jornalísticos sobre temas políticos que circulam em sites de redes sociais contribuem para o debate público, inclusive por suscitar conversações cotidianas via manifestações digitais, como os comentários feitos pelos leitores nessas publicações.

Maia *et al.* (2015), por exemplo, evidenciam as diferenças entre deliberação e conversação informal. O ensaio bibliográfico das autoras considera a importância de se abordar espaços diferentes de conversação na web, cada qual com suas respectivas características. Parte-se da noção de sistema deliberativo, justificando a abordagem porque, nela, a conversação cotidiana é considerada uma etapa fundamental do complexo processo e da própria participação cívica. Maia *et al.* (2015) ainda admitem que os critérios de deliberação são muito raros e exigentes e que os ambientes digitais considerados podem não permitir que haja deliberação neles. Contudo, destacam que a análise dessas conversações permite a reflexão sobre as consequências dessas interações sobre os processos deliberativos.

Próximo ao objeto investigado aqui, o debate on-line sobre temas públicos e políticos tem sido objeto de estudo da área de interface da Comunicação e Política. Sendo identificadas características de participação em comentários de portais jornalísticos (CERVI, 2013;

SAMPAIO; BARROS, 2010), sites de partidos (MASSUCHIN; CAMPOS-DOMINGUÉZ, 2016), e em redes de relacionamento como o Facebook e o Twitter (ITUASSU; LIFSCHITZ, 2015; CARVALHO; MASSUCHIN; MITOZO, 2018). Ganham ainda destaque os trabalhos que abordam essas conversações especificamente em períodos de campanhas eleitorais (CARVALHO; MITOZO, 2016) e sobre temas considerados sensíveis (SINDERSKI; CERVI, 2019). Especificamente sobre o *impeachment* de Dilma, já há uma diversidade de publicações da área que analisaram a mobilização de hashtags em redes sociais (ALZAMORA; BICALHO, 2016), os enquadramentos de ação coletiva de alguns grupos no Facebook (DIAS, 2017) e até análise de discurso de comentários no Facebook em posts jornalísticos após manifestações pró *impeachment* (STOCKER; DALMASO, 2016), entre outras investigações.

Assim, está posto que a internet amplia os espaços para discussão pública, o que pode ser observado na dimensão política através da amplificação de conversações e ativismo nas diversas plataformas da web. O que faz com que pesquisas sobre ambiente digitais e sua relação com a prática política individual mantenham-se importantes são, essencialmente, os constantes avanços tecnológicos e a ampliação no consumo das plataformas, enquanto veículo de divulgação de produção e de fonte de informação. Tal ampliação dos espaços digitais, no entanto, não implica diretamente no estabelecimento de uma nova esfera pública, nos moldes deliberativos normativos. Podemos considerá-los apenas novos espaços de acesso público, que tendem a facilitar a participação das pessoas à informação e aos debates, promovendo, portanto, maior acesso à discussão pública de temas políticos, como o caso do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Deve-se, pois, ter em mente que a internet pode contribuir com a esfera pública – especialmente pela grande disponibilidade de acesso às informações, inclusive mais plurais que formas tradicionais de

comunicação – mas isso não gera efeitos diretos na quantidade de cidadãos informados e politicamente ativos. Tampouco os que têm o interesse em participar possuem os mesmos direitos e acesso a essa promessa de participação, pois ainda há um controle hierárquico de acesso a esse debate e até mesmo de participação nele. Ou seja, apesar de a possibilidade de participar de discussões on-line proporcionar maiores independência e capacidade crítica dos cidadãos, é preciso ter em mente que as características de descentralização da produção e difusão de informações na internet, bem como outras características da comunicação em rede e a estrutura específicas de cada plataforma, como a ação algorítmica, não transformaram esses ambientes em arenas intrinsecamente públicas para tais conversações e novas formas de participação.

Diante disso tudo, a literatura tem investigado comentários e interações públicas em sites de redes sociais principalmente sob a perspectiva da conversação cotidiana e política. Bem como de engajamento do público com conteúdos políticos, intensificando sua visibilidade ou circulação, explorando *affordances* de cada plataforma. Outras pesquisas já apontaram que a preferência do público na internet e em portais informativos é por temas de entretenimento (MASSUCHIN; TAVARES, 2015). Ressalta-se que mesmo em espaços específicos para entretenimento na rede, é possível e comum constatar a migração temática da conversação para assuntos políticos (WOJCIESZAK; MUTZ, 2009). Além disso, embora se tenha debatido problemas de legitimidade dos veículos tradicionais da imprensa como mediadores do debate público contemporâneo, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016, ano do impedimento da presidenta Dilma, os brasileiros tendem a utilizar a internet, principalmente para se informar, inclusive sobre entretenimento e por meio de notícias, aqui considerando os veículos jornalísticos (BRASIL, 2015).

Para Aldé (2011), geralmente o cidadão conectado passa a ter mais acesso às informações políticas na internet, mas só se torna um agente participativo nas chamadas “ondas” de interesse, como nos períodos mais próximos às decisões eleitorais. Diante disso, no que tange especificamente a este trabalho, o processo de *impeachment* poderá ser considerado: 1) uma onda de interesse que desperta a ação dos cidadãos que se conectam com os jornais brasileiros na rede social e os levam a comentar na publicação e contribuir com o debate ali estabelecido, ou; 2) um evento constituído por determinadas ondas de interesse que se destacam ao longo do desenvolvimento do processo, no decorrer dos oito meses considerados aqui. A nossa hipótese vai ao encontro com a primeira proposição, se confirmarmos que o tema gera maior participação em debates digitais que outros posts dos jornais no período. A análise empírica, que se desenvolve no próximo tópico, será guiada por ela.

O *impeachment* de Dilma Rousseff comentado no Facebook

Para averiguar se o processo de *impeachment* enquanto tema estimulou a participação de brasileiros em espaços on-line de debate público sob a perspectiva de conversações cotidianas – considerados, aqui, os comentários no Facebook – optamos por delimitar como unidade de análise todas as postagens feitas pelos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo – em suas respectivas *fanpages*. Esses veículos de imprensa são escolhidos por serem os principais jornais de abrangência nacional, tradicionais e referências na cobertura política brasileira. Os dados foram obtidos por meio do Netvizz¹⁴⁶ (RIEDER,

146 Cabe ressaltar que os dados foram coletados na primeira quinzena de agosto de 2016, quando o processo de *impeachment* se encaminhava para reta final. Na época, o aplicativo Netvizz funcionava de modo aberto no Facebook e tinha amplo acesso à API da plataforma, inclusive para resgatar conteúdo de meses anteriores.

2013). Após a composição do banco de dados, as 44.150 publicações feitas pelos três jornais durante os oito meses considerados (dezembro de 2015 a julho de 2016¹⁴⁷) foram categorizadas, diferenciando aquelas que tratavam especificamente do processo de impedimento da Presidenta da República das demais. A categorização se deu considerando a presença ou a ausência textual das palavras “Dilma” ou “*Impeachment*” nos *posts*¹⁴⁸. Assim, mesclam-se estratégias estatísticas e de conteúdo¹⁴⁹ para realizar a análise quantitativa aqui, que se dará principalmente por uma abordagem comparativa, do que é conteúdo sobre *impeachment* de Dilma e daquilo que seriam os demais posts, de outros conteúdos.

A Tabela 1, abaixo, descreve os primeiros dados, com a comparação direta entre os três jornais que tiveram suas publicações consideradas. A primeira observação a ser feita é que as postagens que tratavam textualmente do processo de *impeachment* representam pouco volume diante do total, no máximo 5%, das publicações das fanpages de cada um dos jornais no período. O resultado limitado já era esperado considerando o longo período de tempo desta análise, as diversas pautas e temáticas que disputam a agenda dos veículos – ressaltando ainda, que as fanpages desses veículos garantem espaço para divulgação das notícias e

147 Dado o aumento significativo de cobertura no último mês do *impeachment*, quando ele avança no Senado, optou-se pelo recorte nos oito primeiros meses decorridos do processo, totalizando 35 semanas no período a partir do aceite do pedido ser dado na Câmara dos Deputados em dezembro de 2015.

148 Destaca-se que o Netvizz informa as publicações textuais no banco coletado. Publicações que contêm links, imagens e/ou vídeos na plataforma são identificados pelo aplicativo, mas não detalhados. Portanto, a análise de conteúdo aqui é feita, manualmente, considerando a presença e a ausência das palavras somente nos textos postados diretamente no Facebook. Destaca-se, ainda, que se optou por considerar também a menção textual de “Dilma” justamente por abranger todo o período em que o processo para impedimento estava em curso. Ou seja, o tema pesquisado estava diretamente ligado à imagem e à figura da presidente.

149 Alinhadas às metodologias desenvolvidas e empregadas para análise de comentários em redes sociais digitais pelo CPOP, grupo de pesquisa que as autoras integravam na UFPR em 2016. Mais sobre em: <www.cpop.ufpr.br>

produções de todas as editorias de seus portais, não se restringindo, portanto, à política. Nas redes sociais digitais como o Facebook, também há estratégias específicas de cada jornal sobre aquilo que circulará ou não nas suas páginas, sendo que alguns jornais têm preferência pela postagem de conteúdos soft news, de entretenimento que possam dialogar com o interesse dos usuários da rede social.

Tabela1 – Publicações sobre impeachment de Dilma por jornal				
		Cita Dilma/Impeachment		Total
		Não	Sim	
Fanpage	O Estado de S. Paulo	14.354 (95%)	761(5%)	15.115
	Folha de S.Paulo	14.786 (96%)	596 (4%)	15.382
	O Globo	13.281 (97%)	372 (3%)	13.653
Total		42.421 (96%)	1.729 (4%)	44.150
Fonte: as autoras, 2016.				

Por mais que os percentuais sejam próximos para os três jornais e não ultrapassem, em média, a proporção de 5 posts sobre o *impeachment* para cada 100 publicados, a Tabela 1 evidencia pequenas diferenças entre os veículos. Na comparação, afirma-se que O Globo pautou menos, textualmente, o processo para o seu público no site de rede social, com apenas 372 publicações mencionando Dilma ou o *impeachment* em seus posts. Isso representa quase metade do que foi totalizado em O Estado de

S. Paulo. A Folha é a intermediária na comparação, tendo publicado sobre o assunto 596 vezes, o que representa apenas 4% dos mais de 15 mil posts recuperados para essa fanpage.

Já a Tabela 2, a seguir, detalha como a temática se distribuiu ao longo dos oito meses considerados. Reforça-se que esses dados representam todas as publicações mensais e não uma média diária ou mensuração específica dos dias em que houve posts que mencionavam o processo (considerando que alguns dias podem ter n igual a zero). Dessa forma, ressalta-se que a análise é macro e descreve de forma geral o volume e, no caso desta temporalidade, a intensidade da abordagem do tema no Facebook.

Tabela 2 – Posts sobre impeachment por jornal e mês (n)

Mês	OESP		FSP		OGL	
	Outros	Impeachment	Outros	Impeachment	Outros	Impeachment
Dezembro	1.337	58	1.602	74	1.284	43
Janeiro	1.709	16	2.141	25	1.610	10
Fevereiro	1.673	47	1.977	46	1.611	15
Março	1.895	168	2.021	142	1.855	71
Abril	1.694	286	1.902	180	1.585	118
Maiο	1.908	111	1.684	91	1.770	71
Junho	2.039	42	1.702	28	1.917	25
Julho	2.099	33	1.757	10	1.649	19
Total	14.354	761	14.786	596	13.281	372

Fonte: as autoras, 2016.

O principal destaque aqui é que, mais uma vez, não há grandes diferenças entre os jornais ao tratar sobre o processo ao longo desse

período, levando-nos à consideração de que a agenda e o desenrolar do processo em si pautaram a abordagem jornalística. Ou seja, a circulação de notícias sobre o impedimento de Dilma nas redes sociais dos jornais refletiu os acontecimentos e momentos específicos desse evento político. Verifica-se, por exemplo, que Dilma e o próprio *impeachment* são mencionados nos posts especialmente nos períodos de destaque do processo, como nos meses de março e abril, quando a Câmara dos Deputados formou a comissão para avaliar o pedido de afastamento e, também, aprovou a sua continuidade. Em O Globo, o mês de maio, quando a presidenta foi de fato afastada de suas funções, também aparece entre os que têm mais posts com os termos selecionados.

Dentro da cronologia de eventos do *impeachment*, desde que o pedido foi aceito por Cunha, destaca-se que o processo se desenrolou de forma mais lenta de dezembro de 2015 até metade de março de 2016. Isso se deve, principalmente porque, ainda em dezembro, Cunha tentou manter uma chapa alternativa para a comissão especial do *impeachment* dentro da Câmara, o que foi barrado pelo STF pelo entendimento de que a comissão deveria ser integrada por deputados indicados por líderes partidários e não pelo modo inicialmente formado, majoritariamente por deputados oposicionistas. Apenas em março, encerrou-se esse embate e de fato o processo passou a ser trabalhado pela comissão. Concomitantemente, em meados de março, as investigações e delações premiadas da Lava-Jato avançavam e a crise enfrentada por Dilma se aprofundava, inclusive com a tentativa de nomeação do ex-presidente Lula como Ministro Chefe da Casa Civil, também suspensa pelo STF. Assim, há maior intensidade de acontecimentos políticos vinculados a Dilma e ao *impeachment* nesses períodos, que justificam picos da cobertura jornalística sobre esses assuntos.

É relevante destacar, ainda, que a participação política dos cidadãos durante o desenvolvimento do processo também ganhou relevância nas ruas, pois diversas manifestações presenciais foram organizadas em todo o

país. Em março, por exemplo, atos se deram simultaneamente em mais de 300 municípios brasileiros, com a participação de milhões de cidadãos protestando contra o governo¹⁵⁰ e gerando efeito nas relações institucionais, como avaliações e pedido, por parte do Executivo, de diálogo com o Congresso Nacional¹⁵¹.

Alguns atos favoráveis à Dilma e sua continuidade na Presidência da República também foram organizados em diferentes cidades¹⁵². Do mesmo modo que o debate em torno do impedimento ganhava forma física nas ruas, tais atos eram mobilizados de forma on-line e com grande força em plataformas como o Facebook, inclusive com o surgimento de novos grupos sociais organizados que se pautavam especificamente para reivindicar a saída de Dilma.

Abaixo, o Gráfico 1 ilustra comparativamente como se deu essa distribuição temporal. É possível observar os picos em que se destacam a quantidade de publicações sobre Dilma e o *impeachment* ao longo do tempo, notadamente os meses de março a maio. Visualmente, ganha a nossa atenção o fato do jornal O Estado de S. Paulo estar à frente dos demais nos meses com mais posts e, em abril, pela elevada quantidade de publicações em relação ao que foi totalizado pela Folha de S. Paulo e por O Globo.

150 Disponível em:

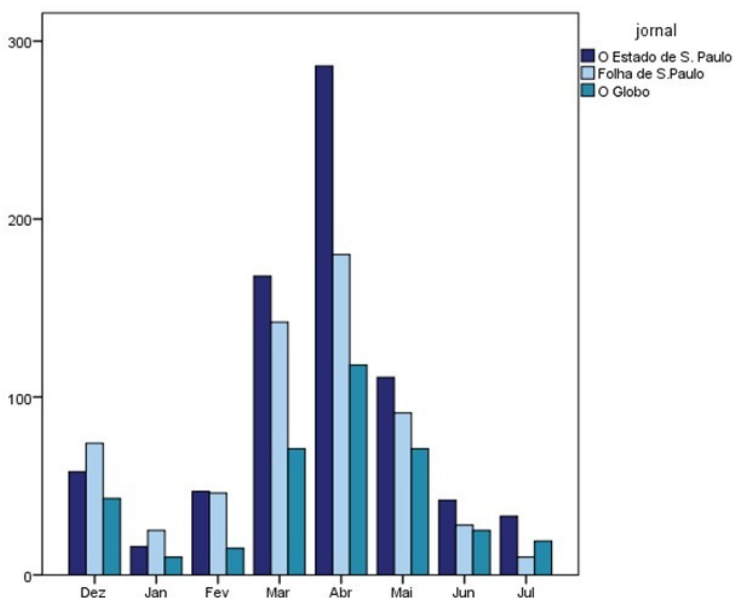
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/13/brasil-tem-maior-manifestacao-contradilma.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.

151 Disponível em:

<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/03/dilma-pede-dialogo-no-congresso-para-conter-impeachment-diz-lider.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

152 Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contragoverno-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

Gráfico 1 – Volume de posts sobre *impeachment* e Dilma por fanpage jornalística



Fonte: as autoras, 2016.

Até aqui, poderíamos compreender o *impeachment* de Dilma como um evento composto por diferentes ondas de interesse na cobertura jornalística, com momentos de picos sobre o assunto considerando a própria configuração do acontecimento político. Há claramente momentos de maior disponibilidade de espaço de cobertura para o assunto que outros, refletindo os processos próprios aos ritos e eventos. Além disso, nota-se, visualmente, uma distribuição normal ao longo do tempo dessas publicações, tendo seus picos de intensidade no período intermediário de cobertura, salvo alguns meses como exceção. Contudo, lembra-se que até aqui observamos o volume e a intensidade de

abordagem do tema pelos três veículos. Estamos tratando apenas dos posts que mencionaram Dilma e o *impeachment* nas três fanpages jornalísticas analisadas.

Considerando que nosso ponto de partida é a discussão da participação on-line dos indivíduos e objetivo geral desse estudo é averiguar o interesse em debater o *impeachment* em redes sociais como o Facebook, é importante analisarmos as métricas de engajamento desses posts, pois são elas que nos dão os indicadores de envolvimento do público com tais publicações, especialmente via comentários. Em relação a eles, a Tabela 3 expõe as médias de comentários totalizados em publicações especificamente sobre o *impeachment* nos posts jornalísticos em comparação com as estatísticas descritivas sobre os comentários aos demais posts no período analisado. Conforme os dados expostos abaixo, publicações especificamente sobre Dilma e o processo de *impeachment* obtiveram, em média, 206 comentários a mais que posts sobre demais conteúdos nas fanpages jornalísticas. Enquanto publicações sobre o *impeachment* geravam em média 399,5 comentários, demais temas, em média, continham menos que a metade disso (193,5). A diferença entre as médias¹⁵³ dos dois grupos é estatisticamente significativa.

153 Aplicado para amostras independentes, visto que foram separados inicialmente em dois grupos por tema e uma amostra não engloba a outra.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas para comentários e diferença de médias por tema

	N	Média	Mediana	Desvio padrão
Outros temas	42.421	193,51	81	404,737
Impeachment	1.729	399,49	217	775,093
Dif. Média	-205,976			
Teste t (Sig.)	-19,738	(0,000)		

Fonte: as autoras, 2016.

Da Tabela 3, destaca-se ainda o elevado desvio padrão para ambos os tipos de tema do post e a mediana de comentários em posts sobre o *impeachment* 2,5 vezes superior à outra. A própria estruturação da plataforma investigada aqui, o espaço destinado a se comentar em posts do Facebook neste caso, conduz à grande variabilidade entre os dados considerados aqui, pois não há histórico que registre limitação da quantidade de comentários em posts na plataforma.

O que se evidencia até aqui é a confirmação da hipótese de que publicações temáticas sobre o processo de impedimento de Dilma Rousseff levariam a uma maior participação on-line do público no engajamento de debate em notícias na rede social Facebook. Podemos ainda comparar esse volume de participação sobre o tema por cada jornal analisado. É o que a Tabela 4, novamente aplicando o teste de diferença de médias (entre posts sobre *impeachment* e demais temas) mas separadamente para cada um dos veículos. Novamente, as diferenças são estatisticamente significativas. E, para cada um dos jornais, evidencia-se maior participação no debate virtual sobre o tema do *impeachment* em comparação com as outras publicações que não mencionavam o processo, nem Dilma.

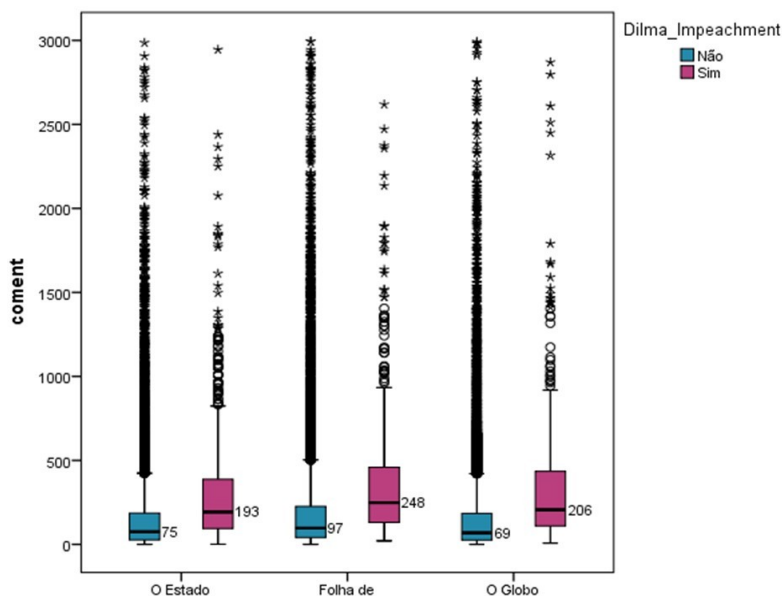
Tabela 4 – Médias de comentários sobre impeachment por jornal					
	Outros	Impeachment	Dif.	Teste t	Sig.
O Estado de S. Paulo	174,96	340,33	-165,37	-12,947	(0,000)
Folha de S. Paulo	224,97	407,99	-183,02	-9,158	(0,000)
O Globo	178,53	506,87	-328,35	-14,159	(0,000)
Fonte: as autoras, 2016.					

Ainda sobre a comparação da Tabela 4, verifica-se que O Globo é a fanpage jornalística que apresenta maior diferença de média de comentários por tema, dentro dos parâmetros estabelecidos aqui para análise. Neste jornal, cada post sobre o *impeachment* de Dilma apresenta, em média 328,4 comentários a mais do que os posts que não eram desses temas.

Ilustrativamente, o Gráfico 2, abaixo, possibilita a visualização dessas diferenças entre a quantidade de comentários feitos às postagens sobre o *impeachment* e as demais, sobre outros vários temas em cada um dos três jornais. O grande número de casos extremos, para além das margens superiores das caixas é consequência do excesso de variância do fenômeno mensurado, como já indicado pelos desvios padrões e mencionado anteriormente. De toda forma, a visualização das caixas (que representam 50% dos posts pela quantidade de comentários totalizados), sua área e amplitude permitem, facilmente, vislumbrar a maior concentração do volume de comentários em posts sobre o *impeachment* (cor rosa) em relação a demais publicações (cor azul). O que ressalta o interesse dos

indivíduos em participar do debate digital por meio de conversações via comentários nas publicações que mencionavam Dilma e o *impeachment* no período analisado.

Gráfico 2 – Volume de comentários nos posts jornalísticos por temas



Fonte: as autoras, 2016.

Uma segunda observação fundamental aqui para complementar a análise diante da hipótese que nos orienta é detalhar as diferenças de médias de comentários de outras publicações diante dos posts específicos sobre *impeachment*, já identificadas como significativas, a cada mês em cada uma das fanpages. Isso se mostra relevante porque pode haver concentrações temporais da característica já encontrada nos dados totais, de que há mais conversação temática sobre o processo de impedimento da Presidenta. Além disso, nos permitirá afirmar ou refutar o que foi proposto na seção teórica a partir de Aldé (2011), de que a participação

on-line, aqui especificamente restrita a integrar debates políticos nas redes sociais, nesse caso considera a cobertura sobre o *impeachment* em si como uma onda de interesse dessa participação, temática, portanto. Para essa análise, a Tabela 5 expõe essa diferença para cada veículo e cada um dos oito meses selecionados no recorte temporal. Como é possível observar, em todos os meses, para todos os jornais, há média maior de comentários nos posts que textualmente mencionavam Dilma Rousseff ou seu processo de *impeachment* no Facebook.

Tabela 5 – Média de comentários sobre impeachment por jornal e mês

Mês	OESP			FSP			OGL		
	Outros	Impeachment	Dif.	Outros	Impeachment	Dif.	Outros	Impeachment	Dif.
Dez	174,00	350,00	- 176,00	199,27	316,11	- 116,84	206,39	360,47	- 154,07
Jan	150,97	254,81	- 103,85	157,47	306,00	- 148,53	185,64	584,90	- 399,26
Fev	140,28	175,91	-35,63	158,27	206,26	-47,99	147,05	310,13	- 163,08
Mar	222,72	416,85	- 194,12	241,00	424,12	- 183,12	183,15	799,56	- 616,42
Abr	205,00	362,03	- 157,02	214,03	418,87	- 204,84	156,29	356,52	- 200,23
Mai	217,70	325,35	- 107,65	348,57	594,40	- 245,82	196,44	704,90	- 508,47
Jun	149,12	192,07	-42,95	244,22	347,07	- 102,85	159,15	311,80	- 152,65
Jul	141,92	260,91	- 118,99	262,00	320,10	-58,10	200,11	309,21	- 109,10

Fonte: as autoras, 2016.

Por fim, cabe lembrar que a escolha de trabalhar com médias de comentários por post permite a comparação entre as fanpages e cada mês analisados sem condicionar os dados ao volume de publicações e as diferenças entre as páginas. Por isso, a observação da maior ou menor conversação via comentários sobre o tema, como ocorre a partir da Tabela 5, não está necessariamente condicionada ao volume de posts. O que esta última tabela evidencia é justamente que o interesse maior de engajamento dos cidadãos com as publicações sobre o *impeachment* no Facebook é constante na comparação com demais temas, superior em todos os momentos do processo.

Considerações finais

Alinhando-se aos estudos em comunicação política que observam os diferentes usos das plataformas de redes sociais digitais por cidadãos e instituições democráticas, inclusive para promover maior participação, engajamento e acesso a informações públicas e políticas, esse capítulo discorreu sobre o interesse temático dos usuários do Facebook em comentar posts jornalísticos sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. Ao se analisar o volume de comentários e posts dos três principais jornais de referência e de abrangência nacional no Brasil ao longo de oito meses, teve-se como norte a hipótese de que o tema do impedimento da presidenta, pela relevância e particularidade do processo, suscita maior participação no debate em âmbito digital, evidenciando o interesse dos cidadãos em discuti-lo em rede social.

Verificou-se, a partir da análise empírica, que publicações sobre esse tema obtiveram maior engajamento em forma de comentários dos cidadãos na plataforma Facebook quando comparadas às demais postagens, que abordavam demais temas. Contudo, lembramos ainda que não tratamos do teor e conteúdo desses comentários, tampouco do potencial para fomentar o debate público para além dessas interações on-

line. Ressaltamos que são, assim, reconhecidos os limites analíticos e teóricos deste trabalho especificamente dentro das discussões sobre participação on-line e do debate público em si. Ainda assim, destaca-se que o capítulo traz como contribuição a identificação empírica desse interesse dos cidadãos, conectados em rede inclusive com os veículos tradicionais de imprensa, em comentar, debater, conversar cotidianamente um acontecimento político relevante como o *impeachment* da Presidenta do país, numa conjuntura social marcada pela abundância comunicativa digital. Não se deixou de considerar aqui que o maior engajamento dos cidadãos com o assunto não se limitou ao âmbito digital, uma vez que o período foi marcado por diversos e significativos atos de mobilização de rua, contra e, principalmente, favoráveis ao processo, ilustrando a ampla participação política, não institucionalizada, dos indivíduos por meio de suas manifestações.

A análise também demonstrou que por mais que o tema ganhe o interesse do público e tenha longa duração, alguns momentos ganharam maior atenção e destaque na agenda jornalística, o que se era esperado diante da particularidade do evento político sendo coberto, inclusive com períodos em que há mais fatos e acontecimentos vinculados. É interessante destacar que se por um lado há momentos específicos em que o *impeachment* é mais recorrente nos posts jornalísticos em circulação no Facebook, para o público, que se dispõe a participar digitalmente se manifestando por meio de comentários, o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff foi objeto constante de maior interesse no debate digital ao longo de todo período analisado. O que estamos caracterizando aqui como representação de uma onda de interesse, temática.

Cabe ainda lembrar que diante de outros temas quaisquer publicados pelos jornais, posts que textualmente faziam referência a Dilma e ao *impeachment* representam apenas 4% do volume total de publicações das três fanpages nos oito meses considerados. O que

contribui para expor e reforçar o interesse dos brasileiros em debater especificamente esse tema na rede social digital, independentemente da, comparativamente, baixa circulação das notícias desse tema nas fanpages.

Referências

ALDÉ, A. O internauta casual: notas sobre a circulação da opinião pública na internet. **Revista USP**. São Paulo, n.90, junho/agosto 2011. p. 24-41.

ALZAMORA, Geane C.; BICALHO, Luciana A. G. A representação do Impeachment Day mediada por hashtags no Twitter e no Facebook: semiose em redes híbridas. **Interin**, vol. 21, núm. 2, julho-diciembre, 2016, pp. 100-121

BRAGATTO, R. C. **Política e internet**: oportunidades de participação democrática nos portais dos executivos nacionais dos seis maiores países sul-americanos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

_____.; NICOLÁS, M. A.; SAMPAIO, R. C. Inovadora e democrática. Mas e aí? Uma análise da primeira fase da consulta *online* sobre o Marco Civil da Internet. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n. 29, p. 125-150, jan./abr. 2015.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014.

CARPENTIER, Nico. The concept of participation. If they have access and Interact, do they really participate? **Revista Fronteiras**, v.14, n.2, p. 164-177, maio/agosto. 2012.

CARVALHO, F. C.; MASSUCHIN, M. G.; MITOZO, I. B. Radicalização nas redes sociais: comentários no Facebook durante a disputa presidencial em 2014 no Brasil. **Análise Social**, LIII, v. 4, n. 229, 2018, pp.898-926

CARVALHO, F.C., MITOZO, I.B. NOVOS AMBIENTES, MESMAS FUNÇÕES: o jornalismo profissional fomentando o debate sobre eleições nas redes sociais digitais. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n.3, 2016.

CERVI, E. U. Como os webleitores do “Portal Estadão” comentaram a eleição de Dilma Rousseff em 2010: uma discussão sobre os participantes do debate público em campanhas eleitorais nos novos meios de comunicação. **Explanans**, Zinacantepec, México, v. 2, n. 1, pp.75-99, 2013.

CHERESKY, I. **El nuevo rostro de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

DIAS, Tayrine dos Santos. **"É uma batalha de narrativas"**: os enquadramentos de ação coletiva em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff no Facebook. 2017. 120 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GOMES, W. Participação Política Online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-45.

ITUASSU, A., LIFSCHITZ, S. Temas e Mídia em #Eleições2014: Twitter, opinião pública e comunicação política no contexto eleitoral brasileiro. **E-compós**, Brasília, v.18, n.2, 2015.

KALSNES, B.; OLOF, A.; ENLI, G. The social media logic of political interaction. **First Monday**, v. 22, n. 2, 2017

MAIA, R.; REZENDE, T. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. **Intexto**, n.34, 2015. pp. 492-512

_____.; ROSSINI, P. G. C. ; OIVEIRA, V. V. ; OLIVEIRA, A. G. . Sobre a importância de se examinar diferentes ambientes online em estudos de Deliberação a partir de uma abordagem sistêmica. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 21, p. 490-513, 2015.

MARQUES, F. P. J. **Participação política na internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea**, com um estudo do caso do estado brasileiro. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MASSUCHIN, M. G.; CAMPOS-DOMÍNGUEZ, E. Elecciones de Brasil en 2014: las webs de los candidatos presidenciales como herramienta de campaña electoral. **Observatorio (Obs*)**, v.10, n.2, 2016.

_____.; TAVARES, C. Q. . Portais de notícia brasileiros e interesse dos internautas: o que mudou entre 2012 e 2013 na composição da seção “notícias mais lidas”?. *Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)*, v. 12, p. 359-377, 2015.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; HANSEN, J. Participação on-line e off-line no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 7, n. 4, p.498-523, 2016.

RIEDER, B. Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. In: **Proceedings of the 5th annual ACM web science conference**. ACM, 2013. p. 346-355.

SAMPAIO, R. C. Participação política e os potenciais democráticos da internet. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 29-53, janeiro/junho. 2010.

_____.; BARROS, S. A. R. Deliberação no Jornalismo Online: um estudo dos comentários do Folha.com. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 23, jul/dez 2010. pp.183-202.

SINDERSKI, R. M.; CERVI, E. U. Conversação política na fanpage do Movimento Brasil Livre: uma análise das discussões sobre a redução da maioria penal entre 2015 e 2018. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 28, n. 3, 2019, p. 75-96.

STOCKER, P. C.; DALMASO, S. C. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, 2016.

WOJCIESZAK, M. E.; MUTZ, D. C. Online groups and political discourse: Do online discussion spaces facilitate exposure to political disagreement? **Journal of communication**, v. 59, n. 1, p. 40-56, 2009.

**“PELA MEMÓRIA DO CORONEL
CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA”:
A política da memória na votação do *impeachment*
de Dilma Rousseff**

Juliana Gagliardi
Afonso de Albuquerque
Marcelo Alves dos Santos Junior

*JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ) – Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S. Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"!*¹⁵⁴

Em 17 de abril de 2016, a Câmara Federal decidiu, em votação, autorizar a instauração do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Embora o julgamento tenha se baseado em acusações de irregularidades financeiras cometidas pelo governo de Rousseff – as chamadas "pedaladas fiscais" –, as razões apontadas pelos deputados ao justificarem seus votos diferem significativamente da motivação oficial. O que isso significa? A proposta deste capítulo é analisar as declarações de voto e demais manifestações feitas pelos deputados federais que

154 Transcrição de trecho da sessão de 17 de abril de 2016, da Câmara dos Deputados. Documento disponível na página da Câmara dos Deputados: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

participaram da sessão como uma oportunidade de acerto de contas com a memória do governo PT, e discute o seu significado do ponto de vista da solidez do processo de *impeachment* e, de modo mais amplo, das instituições basilares da democracia no Brasil.

Poucos no meio acadêmico contestam que a democracia brasileira enfrenta atualmente uma seríssima crise, evidenciada sobretudo pelo comportamento autoritário do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018. Tanto durante a campanha eleitoral quanto durante o período de seu governo, Bolsonaro não tem se furtado a recorrer, como parte da sua estratégia política, a atitudes ultrajantes e ameaças físicas a seus adversários políticos (“vamos fuzilar a petralhada”), a repórteres ou a instituições que impõem limites às suas demandas de poder absoluto (“fechar o Supremo”, “fechar o Congresso”).

Quando se trata de apontar as causas e os responsáveis pelo declínio da democracia brasileira, contudo, o grau de acordo entre os analistas políticos declina consideravelmente. Na sua versão *mainstream*, a responsabilidade pelo problema é atribuída fundamentalmente ao avanço da lógica do “populismo autoritário” sobre a política brasileira. Nela, a responsabilidade pelo problema caberia sobretudo a forças externas, antissistema, cuja ação corroeria as bases da autoridade das instituições tradicionais. Bolsonaro e seus aliados seriam, portanto, o fator de desequilíbrio que desencadearia um processo de erosão das bases da democracia brasileira. Chamamos essa versão de *mainstream* porque ela se ajusta a uma interpretação mais global do problema, patrocinada por autores como Levitsky e Ziblatt (2018) e Mounk (2019). A partir dessa perspectiva, Bolsonaro seria um caso extremo, mas não excepcional em sua natureza, de líder populista que se vale do assédio às instituições tradicionais da democracia para governar. Vladimir Putin, na Rússia, Recep Erdogan, na Turquia, Narendra Modi, na Índia, Hugo Chávez, na Venezuela e, não menos importante, Donald J. Trump, nos Estados Unidos seriam, todos eles, variações de um mesmo tema.

Uma derivação importante desse discurso tem sido encampada por setores da sociedade brasileira. De acordo com ela, a ameaça que a lógica do populismo exerce sobre a democracia brasileira antecede a Bolsonaro e tem suas origens no período de 13 anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente da presidência e, em particular, à influência corrosiva exercida pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, cujo projeto político guardaria muitas afinidades com aquele que Hugo Chávez – um modelo “bolivarianista” – teria levado a cabo na Venezuela. Essa interpretação tem sido capitaneada sobretudo por setores da grande mídia brasileira, que cunharam a expressão lulopetismo para dar conta dela (GAGLIARDI, 2018). Uma expressão clássica dela pode ser encontrada no editorial d’*O Estado de S. Paulo* “Uma escolha muito difícil”, que apresenta Bolsonaro e o candidato do PT Fernando Haddad como versões com sinais trocados de um mesmo problema fundamental: o descompromisso de dois projetos políticos rivais em relação aos princípios da democracia.

Uma perspectiva alternativa sugere que as raízes da crise da democracia são fundamentalmente internas, isto é, derivam do mau funcionamento das instituições que, na teoria dominante, deveriam servir como fiadoras dela. Nessa visão, a ascensão de Bolsonaro é, antes, uma consequência do que uma causa do declínio da democracia no país. Para os defensores dessa interpretação, a quebra da ordem democrática brasileira tem suas raízes no processo de derrubada de Dilma Rousseff, por meio de um processo de *impeachment* que, na visão de diversos autores, se constituiu essencialmente como um golpe, que envolveu a participação mais ou menos articulada de diversos setores que, na perspectiva ortodoxa, seriam esteios da ordem democrática: o Judiciário, o Congresso Nacional, a grande imprensa, dentre outros. Nessa via de análise, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff deve ser entendido de maneira articulada com outros acontecimentos da história brasileira recente, como a prisão de Lula, na sequência da Operação Lava Jato – e

seu impedimento de concorrer às eleições de 2018 – e a nomeação de Sérgio Moro, o juiz responsável pela Lava Jato, como ministro da Justiça de Bolsonaro (ALBUQUERQUE, 2019; ALBUQUERQUE; GAGLIARDI, 2020).

Processo democrático ou golpe? Nosso capítulo explora a natureza do processo de *impeachment* movido contra a presidente Dilma Rousseff a partir das declarações de voto daqueles que decidiram pela sua remoção. O argumento jurídico que embasou a decisão do *impeachment* disse respeito a supostas irregularidades fiscais (“pedaladas fiscais”) cometidas pelo governo da presidente. Contudo, na fala dos parlamentares, uma série de outras razões foram aventadas como justificativa para o voto. O que elas significam?

O momento histórico

O processo histórico que envolveu o impedimento de Dilma Rousseff pode ser situado desde o momento de sua reeleição em outubro de 2014, em uma disputa que esgarçou os laços sociais, com crescente polarização política e crise econômica. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) questionou judicialmente o resultado da eleição, apresentando pedido de auditoria das urnas eletrônicas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O ato levantou dúvidas sobre a legitimidade e a confiabilidade do processo eleitoral, sobretudo após uma competição tão acirrada. Além disso, endossou falas de colonistas políticos como Merval Pereira e Reinaldo Azevedo, que recomendaram o *impeachment* ainda em outubro, ao comentar a capa da Revista Veja “Eles sabiam de tudo”, baseada em trechos de delações vazadas pelo então juiz federal, Sérgio Moro. No final do mês, movimentos de rua na capital paulista se dividiam entre pautas de afastamento da presidente reeleita e intervenção militar.

Durante o ano de 2015, foram costurados os acordos políticos para garantir base parlamentar para a votação do *impeachment* e a formação do governo que se seguiu. Eduardo Cunha foi eleito presidente da Câmara dos Deputados em fevereiro, derrotando os grupos petista e peessedebista. Cunha patrocinou uma agenda de projetos que deterioraram o quadro fiscal do país, a fim de exercer pressão sobre o governo federal para se resguardar contra os avanços da Operação Lava Jato (LIMONGI, 2017). Duas frentes se formaram com estratégias distintas para derrubar Dilma Rousseff. De um lado, a cassação da chapa era advogada pelo candidato derrotado, Aécio Neves, que pleiteava sua condução ao cargo. O processo teve tramitação irregular até seu julgamento em junho de 2017, quando o então presidente da Corte, Gilmar Mendes, deu o voto de minerva absolvendo Dilma e, conseqüentemente, o presidente conduzido, Michel Temer. De outro lado, a articulação formada por Cunha e Temer no Congresso Nacional se fortaleceu com robusto apoio na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

As articulações parlamentares pela abertura do *impeachment* começaram a se organizar publicamente no segundo semestre. Em 17 de julho de 2015, o então presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, se manifestou em oposição ao governo federal. A fala representava o descontentamento com a não intervenção federal contra a Operação Lava Jato, na medida em que se situou um dia após a acusação feita em delação premiada pelo lobista Júlio Camargo de que Cunha recebeu US\$ 5 milhões de dólares de propina em contrato fraudulento da Petrobras. O vice-presidente se tornou o protagonista do bloco. Em 5 de agosto, Michel Temer afirmou que uma grave crise estava instalada no governo e se apresentou como solução para “unificar o país”, dirigindo seu apelo ao Congresso Nacional. Em 29 de outubro, o MDB publicou o plano “Uma Ponte para o Futuro”, documento que elenca as diretrizes do

futuro governo, com propostas neoliberais de redução da máquina pública.

Em novembro e dezembro, o confronto aberto entre Cunha e o PT estava insustentável. A Lava Jato havia prendido no dia 25 o senador petista Delcídio do Amaral e o fundador do banco BTG, André Esteves. No dia 2 de dezembro, o PT declarou votos contra Cunha no processo do Conselho de Ética que determinava seu afastamento da presidência da Câmara, acusado de perjúrio e ocultação de patrimônio no exterior. No dia seguinte, Cunha autorizou a abertura do *impeachment* contra Dilma Rousseff. O impedimento foi embasado em um desvio contábil, apelidado pela imprensa de “pedaladas fiscais”, instrumento de praxe em administrações anteriores. O recurso é reflexo do déficit fiscal nas contas do governo federal, configurado pelo atraso no repasse de pagamentos a bancos públicos para custear programas do governo e pela emissão de decretos de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional. Cabe notar que a perícia realizada pelo Senado Federal constatou que Dilma não havia cometido crime de responsabilidade nas pedaladas por não ter interferido nos atrasos.

O mês de março de 2016 foi definitivo para o afastamento da presidente e o ápice da triangulação entre as ações do Judiciário, ampla cobertura da imprensa e protestos de rua para influenciar na agenda político-institucional. O estopim aconteceu na divulgação de reportagem de capa da revista IstoÉ, antecipada quinta-feira daquela semana. O texto tornava pública a delação premiada ainda não homologada de Delcídio do Amaral para a Lava Jato, requeitando acusação de Youssef de que Dilma e Lula sabiam dos desvios na Petrobras e agiram para travar as investigações. Na manhã do dia seguinte (4), Sérgio Moro autorizou a condução coercitiva de Lula para depor à Polícia Federal, em ação marcada pela espetacularização televisiva, relatando ao vivo um esquema de segurança com policiais federais armados com metralhadoras e helicópteros sobrevoando os locais. Futuramente, a decisão seria

duramente criticada por ministros do Supremo Tribunal Federal pelo seu caráter de excepcionalidade e porque o ex-presidente não havia sido intimado a depor.

No dia 17 de abril – um domingo – ocorreu a sessão de admissibilidade do processo de *impeachment* na Câmara Federal. Em 12 de maio, o Senado Federal afastou Dilma Rousseff por 39 votos, conduzindo o MDB de Michel Temer à presidência, novamente em condições não eleitorais. O julgamento do impedimento teve 61 senadores favoráveis em 31 de agosto, cassando o mandato da petista e oficializando Temer no cargo. Todo o processo foi caracterizado mais pelo julgamento político do “conjunto da obra”, levando em conta a massificação dos escândalos de corrupção, a crise econômica e a condução política do governo do que pelas questões jurídicas referentes à delimitação do crime de responsabilidade e às “pedaladas fiscais”.

Manifestações dos parlamentares sobre o *impeachment*

A sessão de votação de 17 de abril na Câmara durou cerca de seis horas e decidiu, por maioria simples – 367 votos favoráveis, 137 contrários, sete abstenções e dois deputados ausentes¹⁵⁵ –, aprovar o relatório pró-*impeachment* e autorizar o Senado a julgar a presidente por crime de responsabilidade. Vinte e dois partidos deram votos favoráveis ao prosseguimento do processo e apenas três (PT, PSol e PCdoB) votaram integralmente contra o *impeachment*. Uma vez que o número mínimo de votos na Câmara para aprovar a admissibilidade do processo era 342, Dilma foi afastada e o pedido foi enviado ao Senado que, em votação no dia 31 de agosto de 2016, também o aprovou por 61 votos favoráveis contra 20 contrários,¹⁵⁶ tirando Dilma definitivamente da presidência.

155 Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/PARECER%20-%20DA%20COMISS%C3%83O%20ESPECIAL%20DCR%201-2015.pdf>> .

As manifestações dos parlamentares na votação ocorrida na Câmara têm sido analisadas a partir do contraste entre suas justificativas e os argumentos bastante diferentes delas que levaram à instauração do processo. Enquanto deputados que votaram pela admissibilidade do *impeachment* mobilizaram, em suas manifestações de voto, argumentos de cunho pessoal ou tradicional, como família, religião e base eleitoral, os deputados que votaram contra recorreram a argumentos sobre a democracia e o processo político (DUARTE, 2017; PRANDI; CARNEIRO, 2018; SOARES; RECUERO, 2018).

Neste trabalho, nosso foco incide sobre outro argumento específico que esteve presente em ambos os lados de votantes: as menções à ditadura militar de 1964 que constituíram mais uma demonstração pública de disputa pela memória. Ainda que este pacote argumentativo – que congrega menções diretas a 64, mas também a partir dos termos golpe, ditadura, militares, Pátria – não tenha superado quantitativamente os outros acima citados, argumentamos que sua relevância se dá não só pela confrontação de sentidos, como também por um de seus expoentes na sessão de votação da Câmara (e historicamente) ser o atual presidente da República, Jair Bolsonaro.

Dilma e Bolsonaro representam experiências essencialmente opostas nesse tema: seja no que se refere ao que se passou à época, seja com relação às políticas de memória adotadas recentemente em suas trajetórias públicas. Dilma foi presa e torturada durante a ditadura por ser militante de oposição ao regime, integrante da organização clandestina Comando de Libertação Nacional (Colina)¹⁵⁷ nos anos 1960, embora sem participar das ações militares do grupo, enquanto Bolsonaro seguiu carreira militar, tendo concluído o curso de formação de oficiais da Academia Militar das

156 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/veja-como-votaram-os-senadores-no-julgamento-de-dilma-rousseff>> .

157 O Colina se juntou com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em 1969, dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária (VAR) – Palmares.

Agulhas Negras (AMAN) nos anos 1970. Posteriormente, ambos chegariam à presidência e, nos dois, governos, a memória da ditadura seria constantemente acessada a partir de perspectivas opostas – o que abordaremos no próximo tópico.

Na sessão de 17 de abril, a concorrência de sentidos apareceu desde o início, quando as lideranças partidárias se pronunciaram antes da votação. O líder do PT na Câmara, Afonso Florence (PT-BA), recorreu à consciência democrática, reforçando a ausência de crime de responsabilidade e o *impeachment* como um golpe contra a democracia. De acordo com ele, "foi isso que aconteceu em 1964, com o apoio desses mesmos setores da mídia. Depois, eles fazem autocrítica, lavam as mãos, e os políticos golpistas vão para o lixo da história".¹⁵⁸ Outros líderes partidários, como Daniel Almeida (PCdoB-BA), Ivan Valente (Psol-SP) e o líder do governo na casa, José Guimarães (PT-CE), também ressaltaram o golpe contra o estado de direito em seus pronunciamentos. Por outro lado, Jovair Arantes (PTB-GO), relator do parecer aprovado pela Comissão Especial, defendeu o contrário: que o *impeachment* não equivalia a um golpe e que serviria para fortalecer a democracia. Foi acompanhado nessa argumentação por outros líderes partidários, como Ronaldo Fonseca (Bloco/PROS-DF), que recorre à afirmação da constitucionalidade do *impeachment*, e Genecias Noronha (SD-CE), que chama de "lorota" a acusação de golpe, revertendo o argumento para usá-lo contra Dilma: "Golpe é o que a Presidente Dilma tem praticado. Traiu a população brasileira, no maior estelionato político já praticado neste País, quando enganou a todos nós, vendendo um País fortalecido, o que não passava de uma peça publicitária totalmente mentirosa".

158 Todas as manifestações citadas dos deputados foram reproduzidas da transcrição da sessão de 17 de abril de 2016, da Câmara dos Deputados. Disponível na página da Câmara dos Deputados: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Durante a votação, passadas as falas das lideranças, o embate em torno da legitimidade do emprego de "golpe"¹⁵⁹ esteve em toda a sessão. Enquanto principalmente deputados de partidos de esquerda (PT, PCdoB, Psol) justificaram seu voto contra o *impeachment* como um voto contra um golpe à democracia, deputados de partidos da oposição rejeitaram o argumento. Já no que diz respeito a menções explícitas à ditadura de 1964, entre os contrários ao *impeachment* à esquerda, apenas deputados do PT (Enio Verri, Zeca do PT, Givaldo Vieira, Maria do Rosario, Decio Lima e Zeca Dirceu), uma deputada do PCdoB (Jô Moraes) e um deputado do Partido Republicano da Ordem Social (Odorico Monteiro) lembraram o período.

De outro lado houve aqueles que o lembraram para, ao contrário, defender o *impeachment*. O deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) iniciou sua justificativa a favor do impedimento dizendo que saiu da cadeia da ditadura para fundar o MDB. O deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) dedicou voto aos "militares de 1964". Mas o destaque foi dado a seu pai, Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que, conforme a epígrafe deste capítulo, não apenas dedicou seu voto às Forças Armadas ressaltando o contexto, como homenageou nominalmente um dos principais torturadores, condenado sob essa acusação, fazendo questão de destacar claramente a relação disso com Dilma Rousseff, ex-militante que foi presa e torturada naquele período.

Durante todo o processo, a grande imprensa deu suporte à ideia de que o *impeachment* era necessário. No dia seguinte à votação ocorrida na Câmara e, portanto, antes do julgamento do Senado, O Globo estampou em sua capa, com inegável destaque, a manchete "Perto do fim", dando destaque ao fato de que houve 25 votos além do necessário para dar prosseguimento ao *impeachment*. Seguindo o título, um texto que, mais do que especular, começava vaticinando: "Dilma Rousseff começou

159 O termo golpe aparece 141 vezes na transcrição da sessão.

ontem a se despedir da cadeira de presidente do Brasil". No miolo do jornal, empregou-se o título "Aviso Prévio". A capa também contou com chamada para o editorial, na qual o pequeno trecho reproduzido reforçava o desejo pelo *impeachment* – "Falta o julgamento propriamente dito, no Senado, e Temer precisa agir".¹⁶⁰ Um anúncio de página inteira da Firjan, em meio à editoria País, dizia: "Agora é possível mirar o futuro. A indústria diz sim a um novo Brasil". A ilustração não precisa ser aqui alongada – outras análises de enquadramento e de discurso já demonstraram mais extensivamente o posicionamento favorável da grande mídia ao longo do processo (BECKER *et al.*, 2016, VAN DIJK, 2017). O que nos interessa neste ponto é a ausência de espaço que a declaração de Bolsonaro obteve na cobertura imediata. No Globo, no dia 18, rápida menção a isso, em uma matéria geral sobre os votos dos indecisos, deu-se por meio do parágrafo:

Jean Wyllys protagonizou ainda uma das brigas do plenário. Ao bater boca com Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que em seu discurso elogiou o já falecido coronel do Exército Brilhante Ustra, que admitiu ter torturado militantes durante a ditadura, o deputado do PSOL chegou a cuspir no colega, acertando apenas seu paletó. Mais tarde, nas redes sociais, alegou ter reagido a xingamentos de Bolsonaro. (EFEITO..., 2016, p.6).

O trecho, que é seguido pela retomada de uma análise geral de votos por legenda, traz olhar crítico sobre o então deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) – que é posto como agente da discórdia –, enquanto ultrapassa sem constrangimento o relato de voto de Bolsonaro. Três dias após a votação, finalmente, a inadmissibilidade de um discurso público favorável à tortura é centro apenas de um texto assinado por um colunista do jornal na editoria Segundo Caderno (FAUSTINI, 2016).

160 PERTO do fim. **O Globo**, 18 de abril de 2016, p. 1, 3 e 9.

O apagamento da manifestação, se por um lado contribuiu para a naturalização do posicionamento de Bolsonaro – o que seria muito relevante no período subsequente para conformar as condições que lhe permitiram se eleger presidente do Brasil em 2018 –, foi também indício de como a memória da ditadura vinha sendo construída no Brasil. De um lado, a grande mídia lida de forma distante com o passado traumático do período que ajudou a instaurar, conferindo, na época, legitimidade ao golpe de 1964. De outro, essa grande mídia exime-se de explorá-lo, uma vez que a conformação de uma memória de oposição à ditadura foi marca do governo Dilma e que aparece como referência no discurso daqueles que se contrapunham ao *impeachment* que desfruta agora do seu suporte.

A disputa pela memória da ditadura

Nas décadas subsequentes ao fim da ditadura, depoimentos das partes envolvidas mostravam diferentes posicionamentos sobre o período. Enquanto os militantes que se opuseram ao regime buscavam manter viva a memória do que aconteceu, oficiais que circulavam na esfera pública buscavam deixá-la no passado, dando preferência ao esquecimento (MARTINS FILHO, 2003). As exceções ficavam a cargo de iniciativas como o grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma), formado no fim dos anos 1990 por militares e ex-militares para defender a visão militar sobre os conflitos com os militantes na ditadura e cujo nome faz referência ao movimento Brasil Nunca Mais, que descortinou o uso da tortura como repressão a presos políticos; além de oficiais da reserva que mantiveram solenidades nos clubes militares para lembrar orgulhosamente do regime instaurado em 1964. A manifestação de Bolsonaro na votação do *impeachment* marca uma mudança nesse cenário: o discurso saudosista e orgulhoso, antes restrito a esses grupos e

que nem sequer omite mais o uso da tortura, toma agora a esfera pública da política, no Congresso Nacional, em reação a Dilma Rousseff.

No centro dessa disputa pela memória do período estão as próprias características que a transição política assumiu no Brasil, como o fato de terem sido os próprios militares que decidiram iniciar o processo, sendo o governo Geisel apontado como seu marco inicial (DUARTE, 1983; DASSIN, 1984; STEPAN, 1986). A Lei de Anistia que, na perspectiva militar, encerrou uma questão, absolvendo ambos os lados, foi, para os militantes atingidos, uma estratégia oficial para proteger os militares que cometeram violações de direitos humanos. Nesse cenário de trauma histórico, em que a construção da memória nacional tem sido objeto em disputa (POLLAK, 1992; JELIN, 2017), medidas de governo já haviam sido tomadas ainda em 2001, quando, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi instalada a Comissão de Anistia, por Medida Provisória transformada em lei no ano seguinte, com o objetivo de examinar requerimentos de anistia e conceder reparações morais e econômicas a cidadãos prejudicados pelo arbítrio estatal.¹⁶¹ A comissão foi ressaltada no governo Lula, com a ampliação de projetos voltados para a memória e como parte das ações estruturadas no Programa Nacional de Direitos Humanos de 2009, com vistas a aprofundar a justiça de transição. O governo Dilma se destacou pela atenção que deu a esse tema. Seu passado de presa política vítima de tortura esteve presente em suas manifestações durante sua trajetória pública e revestiu sua chegada à presidência com um sentimento de triunfo para muitos, que viram ali um "acerto de contas". Em sua gestão, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2012, como um órgão temporário, com o objetivo de apurar casos de violação dos direitos humanos entre 1946 e 1988. A atividade da CNV foi iniciada com grandes expectativas, mas se encerraram com o sentimento de não obterem a efetividade desejável sem

161 Disponível em: <https://www.justica.gov.br/acervo_legado/anistia/sobre-a-comissao>.

ser defendidas por setores sociais e incorporadas por projetos políticos (SANGLARD; NEVES, 2017). Setores da grande imprensa criticaram sua atuação sob a acusação de que a comissão tentava "reescrever a história daquele período conforme uma narrativa que não só ignora[va] os crimes da esquerda armada, como a transforma[va] em mártir da democracia" (O Estado de S. Paulo, 2014).

Também no governo Dilma, em 2011, as Forças Armadas foram instruídas a não promover comemorações do aniversário do golpe em 31 de março, medida coberta pela imprensa a partir do desconforto que teria gerado entre os militares, uma vez que um general foi proibido de se pronunciar sobre a data (MALTCHIK, 2011), diferentemente do que vinha acontecendo desde 1965.

No polo oposto, Jair Bolsonaro é um conhecido defensor dos governos militares iniciados em 1964. Ao longo de sua vida pública, repetidas vezes negou que o movimento tenha se tratado de um golpe, assim como negou que o regime iniciado tenha sido uma ditadura; afirmou ser a favor da tortura (BOLSONARO..., 2018) e que o erro da ditadura "foi torturar e não matar".¹⁶² Com esse espírito, Bolsonaro já se opunha a medidas que buscavam a verdade sobre a violação de direitos humanos na ditadura muito antes de se eleger presidente. Em 2009, no contexto da busca pelos mortos da guerrilha do Araguaia, o então parlamentar pendurou um cartaz na porta de seu gabinete que, fazendo menção direta aos desaparecidos, dizia: "quem procura osso é cachorro".

Em seu governo tem promovido um claro desmonte dos órgãos dedicados à memória e à reparação dos diretamente atingidos pela ditadura, sempre respondendo de forma reativa à perspectiva crítica ao papel do Estado. Uma série de medidas indicam esse desmonte. Em abril

162 Declaração de Bolsonaro, em agosto de 2008, em discussão com manifestantes que protestavam contra militares que se opunham a uma revisão da Lei da Anistia, em frente ao Clube Militar, no Rio de Janeiro. Reiterou a mesma afirmação no programa *Pânico*, da Rádio Jovem Pan, em julho de 2016.

de 2019, assinou o Decreto 9.759, que encerrou o Grupo de Trabalho do Araguaia e o Grupo de Trabalho Perus. Este, vinculado à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, era responsável, desde 2014, por determinação da Justiça Federal, por identificar mais de mil caixas de ossadas de desaparecidos políticos descobertas em 1990 em uma vala comum do cemitério de Perus, em São Paulo.

Poucos meses depois, seu governo também deslegitimou a atuação da CNV quando fez declarações polêmicas direcionadas ao presidente da OAB do Rio de Janeiro, Felipe Santa Cruz. No dia 24 de julho de 2019, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)¹⁶³ emitiu um atestado de óbito de Fernando Santa Cruz, pai de Felipe, que desapareceu após ser preso em 1974, admitindo a responsabilidade do Estado brasileiro na sua morte violenta em contexto de perseguição política. Bolsonaro fez insinuações, dizendo que poderia contar a ele sobre a morte de seu pai. Ao ser indagado por jornalistas sobre se contestaria a versão oficial assumida pela CNV, Bolsonaro respondeu:

Você acredita em Comissão da Verdade? Foram sete pessoas indicadas pela Dilma. Não é contestar. Se gastou mais de R\$ 5 bilhões, dinheiro público do povo que trabalha para dar para quem nunca trabalhou. Você acha justo que a gente tem que continuar? Eu não pretendo mexer no passado, eu pretendo respeitar a Lei da Anistia de 79 (VERDÉLIO, 2019).

Uma semana após a CEMDP reconhecer a responsabilidade do Estado na morte de Fernando Santa Cruz, Bolsonaro alterou a composição da comissão, trocando quatro de seus sete membros sob a seguinte justificativa: “O motivo [é] que mudou o presidente, agora é o

163 Criada em 1995 tendo como objetivo de reparar as famílias de uma lista inicial de 136 pessoas.

Jair Bolsonaro, de direita. Ponto final. Quando eles botavam terrorista lá, ninguém falava nada. Agora mudou o presidente. Igual mudou a questão ambiental também” (FERNANDES; CARVALHO, 2019). O presidente designado por Bolsonaro para a comissão expressou, meses depois, a intenção de finalizar as atividades do órgão em 2020 (GOMES, 2020).

Em fevereiro de 2020, em conversa com simpatizantes na porta do Palácio Alvorada, o presidente negou as denúncias de tortura na ditadura, afirmando que "isso é papo. A maioria... Tudo cascata para ganhar indenização" (CASTRO, 2020). Em maio seguinte, Bolsonaro recebeu para um encontro no Palácio do Planalto o coronel da reserva do Exército, Sebastião Curió Rodrigues de Moura, que foi um dos chefes do enfrentamento à Guerrilha do Araguaia e que, em depoimento, já admitiu a execução de 41 guerrilheiros pelo Exército na época (MAIA, 2020). No ano anterior, em agosto de 2019, Bolsonaro também havia recebido em seu gabinete a viúva de Carlos Alberto Brilhante Ustra. Na ocasião, prestou nova reverência a Ustra, a quem chamou de "herói nacional que evitou que o Brasil caísse naquilo que a esquerda hoje em dia quer" (MAIA, 2019).

Bolsonaro vem investindo há décadas em uma narrativa que reserva à esquerda a posição de inimigo preferencial. Partindo disso, atribui repetitivamente a essa entidade a responsabilidade por boa parte dos problemas do país. Elevando a ditadura a modelo de uma época em que a esquerda era combatida pelo Estado, Bolsonaro recorre ao período com saudosismo orgulhoso, negando, portanto, seu caráter ditatorial e as violações aos direitos humanos praticadas pelo Estado. Para complementar a narrativa de longa data, ao se tornar presidente, passou a tomar medidas concretas que atendem a um projeto de desmonte de órgãos estruturados a partir das políticas de memória crítica à ditadura adotadas nos governos anteriores. Não foi à toa que em seu voto pelo *impeachment* de Dilma essa tenha sido a chave temática que acessou,

explicitando as motivações ideológicas que em nada se assemelhavam às justificativas oficiais que teriam viabilizado a instauração do processo.

Conclusão: O *Impeachment* de Dilma e a Caixa de Pandora

O *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff tem sido objeto de controvérsias entre acadêmicos e no debate público, de modo mais amplo. Para alguns se tratou de uma quebra da ordem institucional ou, de modo mais direto, de um golpe. Na visão de outros, a ordem institucional foi mantida, dado que o *impeachment* é um procedimento previsto na Constituição. Tudo estaria normal. Nesse cenário, como entender a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, com seu comportamento marcadamente anti-institucional, e hostilidade flagrante à própria democracia?

A análise das manifestações de voto a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff na sessão da Câmara dos Deputados que resultou no seu afastamento do cargo deixa bastante claro que as motivações do voto divergiram da motivação legal do processo de *impeachment*. Em particular, a ocasião ofereceu um palco para que o então deputado Jair Bolsonaro pudesse apresentar publicamente, em um contexto político particularmente sensível, as suas perspectivas políticas autoritárias e hostis aos direitos humanos, dando voz a um sentimento revanchista dos apoiadores do regime militar de 1964-85, que por muitos anos permaneceu contido. O *impeachment* de Dilma Rousseff, bem como outros eventos que o seguiram – como a prisão de Lula e o seu impedimento de concorrer às eleições presidenciais de 2018, na qual ele despontava como franco favorito – abriram a Caixa de Pandora que permitiu a Bolsonaro ser eleito, contra todas as expectativas.

A vitória de um candidato tão extremista e anti-institucional somente foi possível porque, no processo de desestabilização do governo de Dilma Rousseff e seus aliados políticos, as próprias instituições

democráticas foram afetadas. E, como as manifestações de voto favoráveis ao *impeachment* demonstram, a desmoralização das instituições democráticas no Brasil foi em grande medida um trabalho interno. A ascensão de Bolsonaro ao poder – com todo o retrocesso civilizatório que ela implica – não é, pois, um acidente, mas o resultado de uma política de terra arrasada, que foi sistematicamente adotada para permitir a remoção de uma governante legitimamente eleita do seu cargo.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*, v. 20, n. 7, p. 906–923, 2019.

ALBUQUERQUE, Afonso de; GAGLIARDI, Juliana. Democracy as Corruption: The News Media and the Debunking of Democracy in Brazil. In Orchard, X., García, S., Brambila, J., & Lugo-Ocando, J. (eds.). *Media & Governance in Latin America: towards a plurality of voices*. New York: Peter Lang, 2020. p. 77-95.

BECKER, Camila; CESAR, Camila Moreira; GALLAS, Débora; WEBER, Maria Helena. Manifestações e votos ao *impeachment* de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Alaic – Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, p. 96-113, 2016.

BOLSONARO em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>.

CASTRO, Fabrício de. Bolsonaro diz que denúncias de tortura na ditadura são 'tudo cascata para ganhar indenização'. **O Estado de S. Paulo**, 29 de fevereiro de 2020. Disponível em:

<<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-denuncias-de-tortura-sao-tudo-cascata-para-ganhar-indenizacao,70003215183>>.

DASSIN, Joan. "The Brazilian press and the politics of abertura". **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 26, n. 3, 1984, p. 385-414.

DUARTE, Celina Rabello. "Imprensa e redemocratização no Brasil". **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 26. n. 2, 1983.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de *impeachment* da presidente da República. **Religião e Sociedade**, v. 37, n. 1, p. 145-166, 2017.

EFEITO manada: indecisos votam sim e abrem folga no placar. **O Globo**, 18 de abril de 2016, p. 6.

FAUSTINI, Marcus. Ele gosta de torturador. **O Globo**, 19 de abril de 2016, p.2 [Segundo Caderno].

FERNANDES, Talita; CARVALHO, Daniel. Bolsonaro muda comissão sobre a ditadura e diz que governo agora é de direita. **Folha de S. Paulo**, 1 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-muda-comissao-de-mortos-e-desaparecidos-em-meio-a-ataques-sobre-o-tema.shtml>>.

GAGLIARDI, Juliana. "**Um projeto de poder por vias não democráticas**": O Globo e a narrativa do Lulopetismo. Tese de Doutorado (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Niterói, 2018. 237f

GOMES, Karina. Comissão de Mortos e Desaparecidos pode acabar em 2020. **Uol**, 22 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/01/22/comissao-de-mortos-e-desaparecidos-pode-acabar-em-2020.htm>>.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How democracies die*. Nova York: Crown, 2018.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. **Novos Estudos** (CEBRAP), v. especial (Dinâmicas da crise), p. 5-13, 2017.

MAIA, Gustavo. Bolsonaro recebe no Planalto militar que admitiu execução de 41 guerrilheiros no Araguaia. **O Globo**, 4 de maio de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-recebe-no-planalto-militar-que-admitiu-execucao-de-41-guerrilheiros-no-araguaia-24410413>>.

MAIA, Gustavo. Bolsonaro diz que Ustra, condenado por tortura na ditadura, é herói nacional. **O Globo**, 8 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-ustra-militar-condenado-por-tortura-na-ditadura-heroi-nacional-23862950>>.

MALTCHIK, Roberto. “Exército manda que general se cale sobre 64”. **O Globo**, 1 de abril de 2011, p. 10.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. **Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**. Dallas, 29 de março de 2003.

MOUNK, Yascha. **The people vs. democracy: why our freedom is in danger and how to save it**. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

PERTO do fim. **O Globo**, 18 de abril de 2016, p. 1, 3 e 9.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do *impeachment* de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018.

SANGLARD, Fernanda; NEVES, Teresa Cristina da Costa. Memória, esquecimento e a (re)significação da ditadura pela CNV e pela imprensa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n.1, p. 8-24, 2017.

SOARES, Felipe Bonow; RECUERO, Raquel. A Argumentação dos Deputados na Votação do Processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff. **Estudos em Comunicação**, v. 1, n. 27, p. 69-85, 2018.

STEPAN, Alfred. **Os militares**: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1986.

VAN DIJK, Teun A. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian president Dilma Rousseff. **Discourse and Communication**, v. 1, n. 2, p. 199-229, 2017.

VERDÉLIO, Andreia. Bolsonaro: "Pretendo respeitar a Lei de Anistia". *Agência Brasil*, 30 de julho de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-07/bolsonaro-pretendo-respeitar-lei-da-anistia>>.

CAPÍTULO IV

A PRESIDENTA DA IMPRENSA

O JORNALISMO QUE ENVERGONHA A presidenta Dilma Rousseff na revista *Isto É*

Christa Berger

Bem antes do golpe, em 2016, contra o governo de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores, a presidenta recebia críticas que transcendiam suas ações e decisões políticas, pois desembocavam em julgamentos a seus comportamentos e suas atitudes pessoais. A imprensa acompanhava e repercutia com certo júbilo seus “rompantes autoritários”, sua “incapacidade de formular uma frase com clareza”, “sua deselegância no vestir” e insinuações sobre sua sexualidade.

Primeira mulher a presidir um país de tradição patriarcal, Dilma recebeu ou sofreu manifestações misóginas, que associaram claramente a questão de gênero à dimensão política. Nesse e em outros episódios, capitalismo e patriarcalismo formam uma unidade afinada para a manutenção da relação dominante *versus* dominado, opressor *versus* oprimido, ou seja, relações que constituem e ensejam desigualdades.

O patriarcado, esta forma de organização familiar e social em que a mulher é submetida ao poder do homem, é o modo como estamos organizados desde o aparecimento da propriedade privada. O livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* publicado por Friedrich Engels, em 1884, que reúne textos seus e de Marx, ao fazer a distinção entre matriarcado e patriarcado ensinou que a primeira divisão sexual do trabalho é a que se deu entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos, e que este modo de organização social nos foi apresentado como natural, verdadeiro e a-histórico. Devíamos acreditar que sempre foi assim e assim será, disseram eles.

Desde então, ao mesmo tempo em que a afirmação do “sempre foi assim” se consolidava, também reverberavam gestos de resistência. Tais gestos incentivaram estudos para desfazer a interpretação de que a

diferença entre os sexos é da ordem natural, e que sua origem foi determinada pelos interesses do capital. As premissas da superioridade do homem e a do poder que lhe advém desta superioridade, se estendem do espaço doméstico para os espaços públicos, e marcam o lugar do homem provedor e da mulher provida. Ainda que esse arranjo tenha sido desfeito pela realidade (afinal, a mulher participa do orçamento familiar), o patriarcalismo se mantém como ideal.

Pelas condições de produção, o jornalismo está inserido na lógica do capital, e suas práticas e narrativas espelham e reproduzem a visão de mundo que sustenta esta ordem social. O jornalismo hegemônico, na sua configuração dos interesses da classe que legitima as subalternidades, abarca o machismo e reproduz, reafirma, constitui e faz circular o pensamento que tem a pretensão de assegurar que as mulheres “saibam seu lugar”.

É verdade que a experiência das feministas cumpriu e segue cumprindo um importante papel de resistência a esse modelo, e que encontra na imprensa brechas, fissuras e ranhuras que desmentem a naturalização de que assim é, sempre foi e será.

Nas coberturas jornalísticas sobre a “questão da mulher”, encontramos bons exemplos que demonstram as contradições existentes no que se faz com palavras. É possível identificar, ao mesmo tempo, textos que naturalizam posições patriarcais e textos de crítica a essas mesmas posições, correspondendo às tensões em curso na sociedade.

Como lugar privilegiado de reconhecimento do presente, o jornalismo afirma e reafirma o pensamento dominante, mas também escuta vozes insurgentes que conquistam leis, direitos e, assim, conquistam espaço nos jornais.

Talvez o melhor exemplo para observar o movimento que associa reivindicações feministas a textos jornalísticos diz respeito à violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, protege a mulher do homem que a violentar. A partir desta lei, muitas outras

demandas foram conquistadas, até chegar à Lei do Feminicídio, em 2015, incluindo o assassinato de mulheres no rol dos crimes hediondos. Feminicídio é a palavra empregada para designar os homicídios de mulheres em razão da condição de gênero. Os jornais resistiram em usar o termo por considerá-lo pouco compreensível. E por preferir, em seu lugar, crime passional. Mas, depois de alguns anos, o termo foi incorporado ao linguajar jornalístico.

O feminismo associa, desde seu início, a emancipação das mulheres à democracia participativa, à solidariedade social, à luta por igualdade que se estendeu a outros segmentos. Como campo de conhecimento crítico conquistou espaço nas universidades com os estudos de gênero. Na teoria e na prática, o feminismo associou-se a campos de conhecimento e ação na luta pela superação das relações patriarcais-raciais-capitalistas.

Entre os meios de comunicação, as revistas semanais detêm particularidades que merecem atenção, pois os acontecimentos escolhidos semanalmente refletem um tempo histórico alargado e deixam pistas das transformações em curso. É o caso do “ser mulher” na sociedade patriarcal, na qual predomina o padrão heteronormativo. O assassinato de uma mulher, por exemplo, podia ser explicado e (até) justificado pelo seu comportamento. O crime passional era a resposta de uma “ferida de honra” e a “honra se lava com sangue”, conforme ensinamento da cultura patriarcal.

A passagem do entendimento do assassinato de uma mulher como crime passional ou crime de honra para feminicídio é sinal de transformação no horizonte das relações de gênero. As mortes seguem acontecendo, mas a lei julga o assassino como culpado e o jornalismo informa que a violência dói e não é direito. E, ainda, o feminicídio deixa de constar nas páginas policiais ou ser enquadrado na rubrica de assunto privado para ocupar espaços nobres do noticiário e transitar para um problema social. Daí a importância do estudo de como o jornalismo de revista aborda a mulher no poder. Uma incompatibilidade conforme a

estrutura patriarcal. Ou uma conquista conforme a visão de mundo dos estudos de gênero.

Marcia Benetti elencou características que diferenciam o jornalismo produzido para “revista”: “é segmentada por público e por interesse; é durável e colecionável; apresenta-se como um repositório diversificado de temas da atualidade; trabalha com a reiteração de grandes temáticas; utiliza critérios de seleção específicos para definir a capa; estabelece uma relação direta e emocional com o leitor” (BENETTI, 2013, p. 45). Se ao jornalismo cabe reconstruir cotidianamente os eventos que dizem respeito ao homem, “no caso do jornalismo de revista, a noção de presente é estendida: atual é sinônimo de contemporâneo, e não de novo” (BENETTI, 2013, p. 45).

Assim, nas revistas de informação, tanto a escolha do tema e o que irá para a capa são pensadas com mais vagar. Nelas está a informação da atualidade que merece recapitulação, mas, ela deve reafirmar os sentidos que expressam o que traduz a noção de contemporâneo.

Amarrando como um feixe interpretativo as noções de jornalismo de revista, machismo, feminismo, gênero e poder, opto por duas edições de duas revistas brasileiras para refletir sobre o ideário jornalístico quando o poder político está concentrado em uma mulher. A primeira reportagem trata da presidenta Dilma Rousseff e, a segunda, da esposa do ex-presidente Michel Temer. Esta faz o contraponto à primeira, e juntas contribuem para exemplificar o modo de funcionamento do jornalismo quando está à serviço do patriarcado.

A revista *Isto É*, do dia 6 de abril de 2016¹⁶⁴, traz uma reportagem sobre Dilma Rousseff que está enfrentando o processo de *impeachment*. Na capa, o título: “As explosões nervosas da presidente”, e uma foto de

164 Edição n. 2.417, disponível em:https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/

seu rosto, manipulada tecnicamente, com expressão raivosa e perturbada. Boca aberta e olhos de pânico.

A reportagem sobre Marcela Temer tem duas páginas e foi publicada na edição extra da revista *Veja* de abril de 2016, e tem como título “Bela, recatada e do lar”¹⁶⁵. Na foto que ilustra a matéria, Marcela sorri olhando para a câmera. Um chale transparente cobre um dos braços e deixa o outro à vista sobre uma roupa de fundo preto e discretas flores que parecem bordadas.

Na *Isto É*, a capa, a entrevista das páginas amarelas, o editorial, 11 páginas sobre a presidenta e mais 15 páginas sobre o plano de governo do vice e comentários dos que apoiam o *impeachment* transformam o assunto da semana em tema que deságua na história contemporânea do Brasil.

A entrevistada das páginas amarelas é a advogada Janaina Paschoal, uma das autoras do pedido de *impeachment*. Ela é enaltecida pela capacidade analítica, pois no dia da apresentação do pedido ela deu “uma verdadeira aula de direito”. Ela comprovou que “não há golpe, existem muitas provas, desmontando as teses apresentadas pelo governo e pelo PT”, e afirmou que pedalada fiscal é um crime muito grave. Na foto, ela aparece recostada, com livros atrás de si, de tailleur de um só botão e o rosto sério olha fixamente para o leitor.

Na sequência vem um anúncio de oito páginas da FIESP. Nas duas primeiras páginas, o fundo amarelo ressalta as palavras que gritam em letras garrafais e pretas a consigna dos empresários que a FIESP representa: *IMPEACHMENT* JÁ. Nas páginas seguintes, dispostas em ordem alfabética, os nomes das instituições, associações e dos sindicatos empresariais que apoiam a iniciativa e declaram: “Chega de pagar o pato”. A última frase em letra miúda diz: “Vem pra rua”.

165 Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-dolar/> >

O editorial reproduz a foto da capa e acrescenta outra em que Dilma está com as duas mãos na cabeça e, novamente, o olhar confirma que ela está transtornada. O título é “Hora da Xepa no Planalto!” e o olho anuncia: “A presidente fora de si. Em surtos de descontrole emocional diante da iminência de perder o poder, a presidente Dilma quebra móveis no Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades e ataca poderes constituídos”.

O diretor Carlos José Marques, que assina o editorial, defende e justifica o *impeachment* da presidenta. Para isso, ele analisa o fracasso de seu governo, elenca os crimes que ela cometeu e de como está agindo para se manter no poder. “A presidente Dilma transformou o Palácio do Planalto numa casa de tolerância.”

O editorial termina, prescrevendo o que deve ser feito:

No atual estágio da crise fica claro a todos que a gestão Dilma está ingovernável. Ela não reúne mais qualquer condição política, econômica e nem mesmo moral – dada a série de crimes que lhe são imputados – para continuar no cargo e deve ser substituída o quanto antes, sob risco de arruinar o que sobrou do país. [...] Dilma maquiou contas por causa das eleições. Tomou dinheiro público ilegalmente. Surrupiou a esperança do povo. Abriu as portas à corrupção. Avançou em atos contra a justiça. Fez “o diabo”! E tem que sair por seus delitos. (MARQUES, 2016).

Até a página 19 da revista, os leitores ficam sabendo que a mulher que governa o país está louca (descontrole é a palavra repetida), é puta (transformou o planalto em uma casa de tolerância), é criminosa (roubou e mentiu). Se fez o diabo, agora vai comer o pão que o diabo amassou. E no planalto a hora é da xepa. Hora dos restos, do que sobrou, do que está no ponto para ser descartado.

Em oito páginas, a reportagem assinada por Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, tem como título: “Uma presidente fora de si”, e o

fio condutor segue na ideia do seu descontrole. “Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”. No pé da primeira página, a legenda da foto em que Dilma de costas está com os braços levantados e as mãos abertas olhando para fora do planalto que se vê espelhado. “Descontrole (todas as letras em maiúscula). A presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares.” A reportagem informa o nome dos medicamentos que a presidenta toma – “rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante”. E volta a afirmar que a “medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar”.

O desvario da presidenta é comprovado por pessoas que ela teria destrutado. Algumas fotos acompanhadas da reprodução em caixa alta e entre aspas das frases proferidas por ela merecem duas páginas. Por exemplo, ao enfrentar uma turbulência, o piloto ouviu, conforme a reportagem: “Você está maluco? Vai se F....! É a presidente que está aqui (no avião). O que está acontecendo? Esbravejou a presidente depois de enfrentar uma turbulência a bordo do avião presidencial. O alvo foi o piloto”. Ou: com a foto de Maria do Rosário, “depois de divergirem sobre a Comissão da Verdade”. “Cale sua boca. Você não entende disso. Só fala besteira.”

Ou ainda: “Você não percebeu que não posso atrasar, seu M....! Ande logo com isso, senão está no olho da rua. Vociferou contra o motorista da Presidência”.

Além de sabermos que ela “dispara palavrões aos borbotões”; ter “avariado um móvel de seu gabinete”; e ser “dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe completa desconexão com a realidade do País”, somos informados de que a Presidenta está negociando sua permanência no cargo. “No vale-tudo para escapar do *impeachment*, a presidenta entrega tudo, até o que não

tem, para quem se dispor a ajudá-la a permanecer no poder. Como numa feira livre, além de distribuir R\$ 50 bilhões em emendas e negociar 600 cargos, o planalto oferece R\$ 1 milhão por cada voto favorável e R\$ 400 mil para o parlamentar que se prestar ao covarde papel de se ausentar da votação.”

A presidenta desbocada e sem compostura, impaciente e descontrolada, esbanjadora do dinheiro público para se manter no poder recebe, nas próximas páginas, comparações com outros mandatários e interpretações psiquiátricas.

A reportagem traz a “renomada psiquiatra” Elisabeth Kübler-Ross e seu modelo de cinco estágios que permite identificar em que patamar as pessoas se encontram ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles, a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação, e conclui que: “Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios, além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade”.

Na negação, diz a revista, “Dilma repete Collor: alheia aos fatos”. Com exemplos os dois são comparados, já que “Dilma segue o mesmo script”, dizendo-se vítima e chamando de golpistas seus opositores.

A negação da realidade será analisada mais detidamente em outro box ao final da reportagem, em texto assinado por Antonio Carlos Prado com o título “As diabruras de Maria Louca”. O texto começa assim: “Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade”. Os leitores conhecem, então, na sequência do texto, o “renomado psiquiatra britânico Francis Willis do século XVIII, que se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política; e que chegou a desenvolver um ‘método terapêutico’ composto por ‘remédios evacuates’ para tratar desses casos”. Conforme o jornalista, sua fórmula teve pouco resultado com a primeira rainha do

Brasil, Maria I, a Louca, como ficou conhecida, pois, conforme o psiquiatra: “os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que era colocada sob forte pressão”.

Diante do quadro era preciso, conforme o psiquiatra citado, que ocorresse o seu “impedimento na Coroa. Quanto mais pressão, mais a sua consciência se obnubilava, até que finalmente foi impedida de qualquer ato na Corte”.

Renomados psiquiatras, a do consagrado modelo dos cinco estágios e o britânico do século XVIII que não alcançou curar a primeira rainha do Brasil, trazem indicações para avaliação do estado psicológico da presidenta brasileira e perspectivas sobre o desfecho. Negação da realidade aproximam Dilma Rousseff de Maria I e de Collor. A rainha foi impedida de qualquer ato na corte e Collor sofreu *impeachment* no Brasil.

A reportagem é exemplar para observar o teor da cobertura jornalística quando o anunciante dá o tom. A FIESP paga oito páginas de anúncio na defesa do *impeachment* e os jornalistas da revista *Isto É* apresentam os argumentos para que ele seja aprovado. A reportagem é opinativa, não há apuração nem escuta, as fontes ouvidas servem, tão somente, para afiançar a opinião do repórter. As pessoas citadas a quem a presidenta teria ofendido, não foram ouvidas. Detalhes em torno do dia a dia da presidenta só são possíveis de descrever se foram presenciados, mas não foram, e ainda assim são descritos como se tivessem sido. Os repórteres especulam que assim seja.

Do ponto de vista de gênero, a reportagem também é exemplar. Toma como verdade a distinção que sustenta os polos opostos do patriarcalismo: os homens são racionais e as mulheres irracionais; eles são dotados da capacidade de pensar objetivamente, enquanto elas agem “sem pensar”. Da emoção à irracionalidade e desta à loucura é só um *continuum* em se tratando de uma mulher.

A loucura é uma construção social própria da cultura ocidental, que rotula assim ao que lhe é estranho, que ameaça, que vai além e que ultrapassa os limites estabelecidos. A prática de diagnosticar como louco aquele que não age de acordo com o comportamento esperado socialmente é usado com mais rigor no caso das mulheres. As mulheres estão no grupo humano propenso a enlouquecer. Pela natureza que as faz mais sensíveis e emocionais e, desde os estudos feministas que analisam a construção social da loucura, quando rompem com o papel a elas designado de submissão à lógica masculina, mesmo quando os papéis sociais se equivalem.

Dilma, portanto, para a revista *Isto É*, está louca, como esteve louca Maria I. Ambas inauguram governo feminino no Brasil. Maria Francisca Isabel Josefa Antonia Gertrudes Rita Joana de Bragança, a primeira rainha do Brasil, Dilma Vana Rousseff a primeira presidenta do Brasil. Ambas agravam seu estado mental quanto mais são colocadas sob “forte pressão”. As mulheres não aguentam as pressões que os homens suportam, fadados eles ao exercício do poder. Rainha e presidenta dividem o diagnóstico de oscilar entre sandice e negação da realidade. Maria I costumava acordar de madrugada e berrava para seres imaginários descerem do Pão de Açúcar. Dilma quebra móveis, grita e xinga, sem medir os termos usados. Está tão fora de si que sequer a medicação a controla.

A revista concluiu que ao xingar autoridades ela ataca os poderes constituídos. O sentido que aparentemente a revista dá ao “ataque aos poderes constituídos” se expande para um significado dentro da visão patriarcal – Dilma como presidenta, por ser mulher, ataca os poderes constituídos. Ela é uma ameaça, está subvertendo a ordem natural das coisas ao ocupar o lugar de um homem. O limite do tolerável foi ultrapassado: causa estranheza quando acontece o contrário do que sempre foi e deve ser. Por isso, deve, também, ser interrompido.

A última informação do texto é sobre um evento que encerra com a palavra de ordem dos que apoiam o governo: “Não vai ter golpe”. O jornalista, escreve: “O coro foi puxado pela militante travestida de presidente da República”. Dilma, para *Isto É*, não é presidenta, está travestida de. Ela é mulher, está fora de lugar como mandatária, o máximo que pode almejar é ser uma militante. E agora, como diz a matéria, ela perdeu (também) as condições emocionais para o cargo. Afinal, condições políticas ela nunca teve. Como não tem quem nasce mulher.

A revista *Veja*, em edição especial publicada logo após a vitória do *impeachment* da presidenta Dilma, considerando que o vice-presidente Michel Temer assumirá como presidente, fez um perfil da que poderá vir a ser a primeira-dama. A matéria assinada por Juliana Linhares começa dizendo que Marcela Temer é uma mulher de sorte. Casada há treze anos, seu marido continua dando provas de que a “paixão não arrefeceu...”. O argumento que comprova a paixão é tê-la levado para jantar na sala especial de um dos mais caros e sofisticados restaurantes de São Paulo. A sala especial do restaurante, que tem lugar para 30 pessoas, foi esvaziada para a privacidade do casal. A matéria termina constatando que também Michel Temer é um homem de sorte. O casal é um casal de sorte. As razões foram apresentadas no transcorrer do texto. “Marcela é uma vice primeira dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma, também”. Enquanto o marido está em Brasília, “Marcela permanece em São Paulo quase sempre na companhia da mãe, que acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer”. Afinal, ela tinha 20 anos quando se casaram e ele 62. E ela é tão convicta de que seu lugar é no lar, que: “em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada. Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conforme sua irmã e sua estilista. O

cabeleireiro garante que ela é educadíssima e sempre pedia luzes bem fininhas. “Tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”, ele conclui.

O casal tem apelidos carinhosos para trocar entre si. E a legenda lembra que ela é a ‘Mar’ do ‘Mi’. Amigos de Temer contam que no fim de um “dia de trabalho extenuante, é comum vê-lo tomar um vinho, fumar um charuto e mergulhar num outro mundo – o que ocorre quando ele telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho que ela manda pelo celular”.

Antes de encerrar a matéria com a frase “Michel Temer é um homem de sorte”, a jornalista reproduz um poema que está no livro que o vice presidente publicou com o título de *Anônima intimidade*.

Duas mulheres: Dilma Rousseff e Marcela Temer. Duas revistas: *Isto É* e *Veja*. O jornalismo que dá sentido aos acontecimentos e reconhece o seu tempo, aqui nos deixa ver, pelo modo como apresenta estas duas mulheres, a cultura patriarcal em pleno vigor. E mostra como esta cultura está associada ao conservadorismo político. Na reportagem sobre Dilma Rousseff trabalharam três jornalistas, uma é mulher. A de *Veja* foi escrita por uma mulher. Apesar de escritas por jornalistas mulheres, o que o movimento feminista produziu ao longo de pelo menos quatro décadas no Brasil não afetou a consciência dessas mulheres ou chegou às redações dessas revistas. É difícil aceitar a presidenta Dilma que se constituiu como um sujeito político e representa o que é essencial ao movimento feminista: a consciência individual tem dimensão coletiva. O privado é político. Chegar à presidência da república é superar todos os obstáculos que o machismo imprime à política. A revista não tem pudor em enquadrá-la como louca por não se moldar ao velho e superado modelo de “ser mulher”. Dilma está na contramão do patriarcalismo, assim como Marcela está na contramão do feminismo. Ela representa e é representada pela revista contra tudo o que o movimento feminista lutou. Ela é o objeto de um homem, apropriada como um bem privado de um homem público; sua presença, pela juventude e beleza, agrega valor a esse

homem. E é nisso que se resume sua vida. A revista diz que ela é uma mulher de sorte, as feministas lamentam e não almejam a sorte dela.

Se o feminismo já tem desdobramentos conceituais de primeira e segunda geração, e afeta a vida de grande parte das mulheres brasileiras, as reportagens mostram que o patriarcado segue presente no imaginário de outra parcela da população. Parcela que está representada na política e no jornalismo da grande imprensa. Entre louca e bela, desbocada e recatada, na casa de tolerância e no lar, para esta parcela as duas mulheres representam o mesmo: o desejo de perpetuação da sociedade patriarcal. Mas a continuidade almejada encontra resistência, que se acirrou nesses últimos anos com novos atores e outras questões.

Talvez, examinando em 2020 o acontecimento Dilma Rousseff – no que ele carrega de misoginia e no que ele avivou a memória sobre impedimento de mulheres na política desde sempre –, bem como o assassinato de Marielle Franco – que teve seu corpo eliminado, sua vida interrompida para impedir sua ação política –, nos deparamos com dois eventos-limite, anunciadores de que assim não deixaremos mais que continue a ser. Nem na política. Nem no jornalismo.

As eleições municipais de 2020 devem colher os frutos do que vem sendo anunciado.

Referências

BERGER, C. O gênero que mata: memória de punição. In: MAROCCO, B.; BERGER, C.; HENN, R. **Jornalismo e acontecimento**. Florianópolis: Insular, 2012.

BENETTI, M. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: Tavares, F. de M. B.; SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRIEDRICH, Engels. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Zurique: [s.l.], 1884.

LINHARES, J. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, São Paulo, Abril, Edição extra, 18 abr.2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>.

MARQUES, Carlos José. Hora da Xepa no Planalto! **Istoé**. Edição 2.417, 06 abr. 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/450040_HORA+DA+XEPA+NO+PLANALTO+/>

REFORMA trabalhista é a favor do emprego. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2016, 2ª ed., p. 14.

PARDELLAS, S; BERGAMASCO, D. Uma presidente fora de si. **Isto É**. Edição 2.417, 06 abr. 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>

SACRISTÁN, T. Loucura. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. (Org.) **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2014.

AVALIAÇÃO RETROSPECTIVA DOS ENQUADRAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF EM SEU PRIMEIRO ANO DE GOVERNO (2011-2012)

Frances Vaz
Vera Veiga França

Apresentação

Apresentada em 2013, a pesquisa *O que é que a Dilma tem: enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff*¹⁶⁶, analisou as colunas das jornalistas Dora Kramer e Eliane Cantanhêde, publicadas, respectivamente, nos jornais *Estado de S. Paulo*¹⁶⁷ e *Folha de S. Paulo*¹⁶⁸, entre janeiro de 2011 e março de 2012. Tínhamos por objetivo identificar os enquadramentos sobre a presidenta Dilma Rousseff propostos pelas jornalistas, as ideias que os sustentavam e o posicionamento oferecido à mandatária nas situações em que seu desempenho era analisado.

Muito aconteceu desde que a pesquisa foi realizada; no ano mesmo de sua finalização ocorreram as *jornadas de junho de 2013*, expressivas manifestações que ocuparam as ruas e as redes do Brasil com pautas difusas e intensa insatisfação com as instituições políticas. Em março de 2014, explodiu a controversa operação Lava-Jato, investigando esquemas de corrupção no entorno da Petrobras que favoreceriam empreiteiras, partidos, dirigentes partidários e políticos de diferentes colorações partidárias, causando profundo impacto no sistema político brasileiro.

166 Dissertação de Mestrado apresentada junto ao PPGCOM/UFMG, de autoria de Frances Vaz, orientada pela profa. Vera França (VAZ, 2013).

167 Dora Kramer saiu do Estadão em 2015 e, atualmente (nov/2020), é colunista da revista *Veja* e das rádios *Band News FM* e *JB FM*.

168 Em 2014, Cantanhêde deixou a *Folha de S. Paulo*. Atualmente (nov/2020), ela é comentarista do programa *Em Pauta*, da *Globo News*, da rádio *Eldorado* e da rádio *Jornal*, e colunista do *Estado de S. Paulo*.

No mesmo ano, Dilma se reelegeu, numa disputa acirrada com seu adversário Aécio Neves (PSDB) que, mal findo o pleito, passou a contestar os resultados das urnas. Desde então, não é incomum ouvir que 2014 é um ano que não acabou. E ainda hoje, já no segundo decênio do novo século, as consequências dos acontecimentos de 2014 parecem se fazer presentes. O mantra de que as instituições estão funcionando parece cada vez mais anedótico e preocupante.

Passado pouco mais de um ano depois de ter sido eleita para o seu segundo mandato, Dilma Rousseff enfrentou uma das sessões mais vexatórias da história brasileira: a votação, pela Câmara dos Deputados, da autorização de abertura de um processo de *impeachment* baseado em argumentos questionáveis, com apoio expressivo da opinião pública e da imprensa brasileira. Numa sessão marcada por declarações de voto esdrúxulas, em nome de familiares, filhos, Deus e família, uma voz ecoou o terror dos porões da ditadura brasileira para se vangloriar: o então deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ) declarava seu voto enaltecendo o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, o “terror de Dilma Rousseff”.

Revisitar nossa pesquisa hoje, em que um representante da extrema-direita assumiu o controle da nação e o ódio e a violência política ganham cada vez mais espaço na cena pública brasileira, nos exige um esforço de leitura adicional: o que as questões exploradas numa pesquisa sobre o início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff teria a nos dizer? Como olhar para esses resultados tantos anos depois? É com essas questões em mente que desenvolveremos nossa abordagem nas sessões seguintes.

Dilma Rousseff e as eleições de 2010: agora, é a vez da mulher

Filha da mineira Dilma Jane e do búlgaro Petar Russev, Dilma Rousseff nasceu em Belo Horizonte, em 1947, e começou sua militância política no colégio Estadual Central, no qual ingressou duas semanas antes de ter sido deflagrado o golpe civil militar, em 1964. Atuando em diferentes grupos clandestinos de resistência ao regime militar, Dilma acabou sendo presa e torturada em 1970, quando tinha 22 anos de idade. Ao sair da prisão, em 1972, mudou-se para Porto Alegre, onde se formou em Economia e começou a sua carreira pública e política. Participou da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao lado de Leonel Brizola, no início dos anos 1980. Já nos anos 2000, época que marca seu rompimento com o PDT e sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), participou do Governo de Olívio Dutra (PT/RS), momento no qual ganha o gosto do presidente Lula que, em 2003, a convida para ocupar o Ministério das Minas e Energia, mesma pasta que ocupou no governo gaúcho (VAZ, 2013).

Tendo tido sua gestão bem avaliada por Lula que, por sua vez, se deparava com importantes baixas em sua equipe de governo em virtude de diferentes episódios envolvendo denúncias de corrupção, logo Dilma figuraria como uma forte candidata à sucessão presidencial (Idem, 2013). Durante os dois mandatos de Lula, articulistas e veículos de imprensa não pouparam críticas ao que chamavam de *petismo* e *lulismo*. O primeiro termo tornou-se um rótulo para caracterizar o Governo, sendo utilizado para designar o aparelhamento do Estado, a corrupção e a condescendência com tal prática, e o pragmatismo político. *Lulismo*, por sua vez, se identificava com o patrimonialismo, com o personalismo getulista (populismo), e estaria apoiado na ignorância do povo beneficiário de ações assistencialistas de seu “pai”, no fisiologismo partidário e na falência das instituições (CASTRO; PIRES, 2009; VAZ, 2013).

Na época em que realizamos nossa pesquisa, concordando e desenvolvendo o argumento de Castro e Pires (2009) de que tais termos seriam equivocados por nomearem fenômenos há muito presentes na história brasileira, passamos a utilizar os termos *antilulismo* e *antipetismo* para designar o que entendíamos ser uma caracterização pejorativa e caricata gestada por atores da mídia relativamente a Lula e ao PT. Com o tempo, o antipetismo tornou-se um sentimento mais substantivo e difundido de aversão às esquerdas e a quaisquer ideias que se vinculassem a esse campo, como a defesa e promoção dos direitos humanos e o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero, do racismo, da LGBTfobia, etc. Em que pese um período intenso de cobertura crítica, especialmente, em decorrência dos casos de corrupção do Governo, Lula conseguiu se reeleger e foi capaz de fazer de Dilma Rousseff sua sucessora.

A estratégia delineada pela campanha petista era construir a imagem de uma mulher competente, sensível e generosa, alguém capaz de dar continuidade ao trabalho desenvolvido por Lula, aperfeiçoando as conquistas de seu governo. Além disso, destacam-se as estratégias voltadas a valorar o pioneirismo de Dilma em vir a se tornar a primeira mulher presidente do país (BARBARA; GOMES, 2010; MEDONÇA; ORGANO, 2011; PIRES, 2011).

A sub-representação política das mulheres

No espaço público, aquele da cidade, homens e mulheres situam-se nas duas extremidades da escala de valores. Opõem-se como o dia e a noite. Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre, participa do poder. Talvez lhe deem um enterro com honras nacionais (...) Depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher – também se dizia ‘rapariga’ – pública é uma ‘criatura’, mulher comum que pertence a todos. O homem público, sujeito iminente

da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria (PERROT, 1998, p. 7).

Falar sobre o Governo Dilma não pode prescindir de um preâmbulo sobre a questão de gênero na política. O trecho da historiadora Michelle Perrot, em epígrafe, sinaliza bem a visão que teve que ser paulatinamente superada para que as mulheres pudessem se libertar do ambiente doméstico e da dominação masculina (de pais, maridos e filhos) para se dedicarem a atividades próprias do espaço público, como o trabalho, a política e atividades ligadas à circulação das ideias como a literatura, as artes, o cinema, a ciência.

O primeiro estado brasileiro a permitir a participação das mulheres foi o Rio Grande do Norte, tendo Celina Guimarães Vianna como primeira eleitora do país (em Mossoró) e Alzira Soriano como primeira mulher eleita prefeita (em Lages), em 1928. O voto feminino só seria instituído em todo o território nacional anos mais tarde, na Constituição de 1934, cuja Assembleia Constituinte contou com a participação da primeira deputada, Carlota Pereira de Queiroz, que, posteriormente, se reelegeu para a primeira composição do parlamento nacional sob a égide da nova constituição (SOIHET, 2012).

Desde então, a representação das mulheres nas casas legislativas foi residual. Para se ter uma ideia, os índices de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados de 1950 a 1982 foram menores do que 2%, sendo que, por muito tempo, essa representação ficou abaixo de 1%. De 1986 a 1998, esses índices atingiriam a casa dos 5 e 6% e, a partir dos anos 2000, ele chegaria a cerca de 8% (ARAÚJO, 2011). Com o objetivo de reverter esse quadro de sub-representação feminina na política, em 1997 foi promulgada a lei de cotas para as candidaturas de mulheres de, pelo menos, 30%, nos partidos e coligações. Em 2009, a lei 12.034 tornaria mais explícita essa obrigatoriedade. Entretanto, os resultados

dessa lei, no que se refere à eleição de mais mulheres, foram decepcionantes (Idem, 2011). Recentemente, nas eleições de 2018¹⁶⁹, houve considerável aumento das mulheres eleitas para os legislativos, com um crescimento considerável de candidaturas ligadas ao campo das direitas.

Internamente ao campo da política formal, a participação feminina sofre muitos constrangimentos institucionais e sociais. Aponta-se tanto para o baixo incentivo (sobretudo financeiro) nas campanhas de mulheres (MATOS; CYPRIANO; BRITO, 2007; MIGUEL; BIROLI, 2009) quanto para os estereótipos que lhes são atribuídos e que as desqualificam perante os homens como a emotividade, o baixo nível de agressividade e a própria desqualificação para a atuação política (CARROL, 2009 apud MENDONÇA; ORGANDO, 2011). A pesquisadora Marlise Matos (2010) aponta para os diversos constrangimentos que tornam a entrada e permanência das mulheres no âmbito da política formal uma verdadeira corrida de obstáculos. Tais constrangimentos vão desde questões pessoais, como sentirem-se aptas a concorrer e a exercer atividades políticas, até os obstáculos oriundos do próprio meio, como práticas de assédio moral e sexual, desinteresse dos partidos por candidaturas e mandatos de mulheres, e desautorizações de toda sorte.

Considerações metodológicas: ***frame analysis* e a organização da experiência**

O principal objetivo da pesquisa foi identificar os enquadramentos de Dilma Rousseff nas colunas analisadas, buscando responder às seguintes questões: *Como Dilma Rousseff foi avaliada pelas colunistas? Quais enquadramentos sobre a presidenta foram propostos e que ideias lhes*

169 De acordo com o TSE, em 2018, o número de mulheres eleitas cresceu 52,6% em relação a 2014. No entanto, a desigualdade persiste em níveis elevados: na Câmara dos Deputados, por exemplo, esse aumento significou um total de 77 mulheres eleitas, num universo de 513 parlamentares, ou seja, cerca de 15% de mulheres (2019).

deram sustentação? Qual posicionamento foi oferecido a ela nas situações em que teve seu desempenho analisado? Para responder a estas questões, buscamos identificar quais situações foram consideradas pelas jornalistas, sendo as seguintes: *a representação pública de seu papel de presidenta, a gestão de seu governo e o relacionamento da presidenta com seus aliados*, bem como *a maneira pela qual sua condição de mulher foi articulada às análises e comentários feitos*.

Como foi demonstrado no trabalho (VAZ, 2013), a análise de enquadramento é amplamente aplicada em pesquisas nas ciências humanas e sociais, especialmente, nos campos da comunicação e da política. Nossa pesquisa adotou uma noção do termo mais alinhada às discussões de Goffman (2012) e em sua proposta de análise das ocasiões sociais, como é o caso das interações sociais. Nessa acepção, o enquadramento diz respeito a uma atividade cognitiva de compreensão da realidade a partir de nosso engajamento subjetivo nela; é a atividade de organização de nossa experiência através da escolha de linhas de ação conforme as expectativas delineadas por cada situação.

Essas linhas de ação e o nosso posicionamento numa situação interacional baseiam-se não apenas numa escolha individual, mas no acervo de papéis esperados dos sujeitos atuando em situações sociais específicas. Essa atividade de enquadramento das situações interacionais é um processo dinâmico, reciprocamente referenciado, em que os agentes nelas envolvidos encontram-se em permanente negociação. É ao conceito de *footing* que Goffman (2002, p. 113) recorre para expressar essa dinâmica: o termo refere-se a “uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na maneira como conduzimos a produção ou recepção de uma elocução”. Sendo assim, o conceito de *footing* diz respeito à postura, ao porte, à projeção pessoal dos sujeitos que participam de determinada situação interativa (Idem, 2002).

Analisando produções midiáticas como acontecimentos jornalísticos, programas de TV e de entrevistas, as pesquisas feitas sob a perspectiva do enquadramento na acepção goffmaniana buscam compreender as diferentes inserções dos sujeitos nas situações analisadas, as alternâncias de quadros, os papéis ali estabelecidos e os conflitos evidenciados. Focadas na trama situacional, estas pesquisas não deixam de inscrevê-las num contexto sócio-histórico mais amplo que as constituem. Conforme argumentam Mendonça e Simões, nessa perspectiva, “ao identificar os quadros que orientam distintas situações interativas, investigam-se as formas como os sujeitos definem as situações e agem no interior delas, atualizando valores sociais” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193). Isso posto, buscamos empregar o enquadramento como um operador analítico que nos permitisse compreender de que forma a presidenta Dilma Rousseff era posicionada pelas jornalistas nas situações e contextos em que seu comportamento era analisado, ou seja, identificar o papel por elas atribuído à Dilma.

A pesquisa que desenvolvemos tomou por objeto as colunas das jornalistas Eliane Cantanhêde, da *Folha de S. Paulo*, e Dora Kramer, que assumia mesma função no *Estado de S. Paulo*, para compreender a maneira pela qual a presidenta Dilma Rousseff foi posicionada nesses espaços opinativos. As colunas de opinião configuram-se como espaços privilegiados de análise sobre os enquadramentos de situações em que personalidades políticas atuam, na medida em que reverberam perspectivas ideológicas hegemônicas que ganham espaço nos veículos de comunicação tradicionais e obtêm repercussão nacional. Na época, decidimos analisar duas jornalistas mulheres por suspeitar que, naqueles espaços, poderiam aparecer discussões relativas às desigualdades de gênero, ainda mais sendo Dilma a primeira mulher a ocupar a chefia do Estado brasileiro. Além disso, ambas as colunistas possuem ampla experiência na área, cerca de 30 anos de atuação na cobertura política, e

são respeitadas em seu meio profissional e no âmbito político-institucional.

O *corpus* da pesquisa compôs-se de artigos publicados pelas jornalistas entre janeiro de 2011 e março de 2012, totalizando 15 meses. O recorte inicia-se no primeiro dia após a posse de Dilma Rousseff como presidenta da República e se estende até os três primeiros meses de seu segundo ano de mandato, época em que estavam sendo discutidas reformas em sua equipe de governo. Durante o período considerado para a pesquisa, todos os artigos publicados foram lidos e, em caso de versarem sobre Dilma Rousseff ou seu governo, incluídos no *corpus*. Coletado o material, procedemos sua leitura com identificação de suas principais temáticas e das principais situações ou esferas de atuação da presidenta, procedimento que nos permitiu identificar e analisar os enquadramentos elaborados pelas jornalistas.

Breve panorama temático das colunas

No período considerado, foram publicados por Dora Kramer 281 artigos, dos quais 48 (17,08%) tratavam de Dilma Rousseff ou de seu governo. Já Eliane Cantanhêde publicou 293 artigos, dos quais destinou 61 (20,82%) para comentar temas e assuntos relacionados à presidenta e à sua gestão. Nosso *corpus* compreendeu então 109 artigos.

Um primeiro tratamento dos dados, através da análise de conteúdo, identificou as principais temáticas abordadas pelas colunistas nos artigos considerados¹⁷⁰. Houve algumas variações de ocorrências temáticas entre as colunas de uma e outra jornalista. No quadro a seguir, destacamos as principais coincidências: dos seis temas com maior número de ocorrências nas colunas de ambas as jornalistas, há uma coincidência entre cinco deles. A divergência refere-se aos temas **Faxina ética** que, nas

170 Na pesquisa, encontra-se um registro mais detalhado das temáticas e de suas ocorrências e frequências no total das colunas analisadas.

colunas de Dora Kramer ocorreu por onze vezes e aparece na 4ª posição dos temas mais frequentes e, nas de Eliane Cantanhêde, conta com quatro ocorrências (9ª posição); e **Ditadura Militar** que, nas colunas de Kramer ocorrem quatro vezes (9ª posição) e, nas de Cantanhêde, verificam-se sete ocorrências (4ª posição). Esses temas estão destacados no quadro abaixo, mas nossa análise aqui será centrada nos temas principais identificados em ambas colunistas, incorporando a temática de gênero cuja ocorrência no *corpus* da pesquisa mostrou-se residual.

Tabela 1 – Ocorrência dos principais temas presentes nas colunas de Dora Kramer e Eliane Cantanhêde sobre Dilma Rousseff e/ou seu governo.
– Janeiro de 2011 a março de 2012 –

Temas	Dora Kramer (48 colunas)			Eliane Cantanhêde (61 colunas)		
	Ocorrência (n)	Frequência (%)	Posição	Ocorrência (n)	Frequência (%)	Posição
Crise no Governo	22	45,83	2º	18	29,51	3º
Diferenças entre Dilma e Lula	15	31,25	3º	15	24,59	4º
Influência de Lula	6	12,50	6º	8	13,11	5º
Política Externa	7	14,58	5º	19	31,15	2º
Reforma ministerial	7	14,58	5º	-	-	-
Relação do Governo/ Dilma com a base aliada	29	60,42	1º	24	39,34	1º
Faxina ética	11	22,92	4ª	4	6,56	9º
Ditadura militar	4	8,33	9º	7	11,47	6º

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme evidenciado pelo quadro, a temática com o maior número de ocorrências nas colunas de Dora Kramer foi “Relação do Governo/Dilma com a base aliada” (60%), seguida por “Crise no Governo” (45%), que abarcou as diversas denúncias de corrupção recaídas sobre integrantes do Executivo. Outros dois temas também presentes nas análises de Kramer foram avaliações sobre as diferenças entre Dilma e Lula (31%) e sobre a faxina ética promovida pela mandatária (23%). Por outro lado, a referida jornalista concedeu pouco espaço ao tema “gênero” (temáticas relacionadas à condição de gênero da presidenta ou ao tema *desigualdade de gênero*).

Da mesma forma, porém com menor frequência, a temática com maior número de ocorrências nas colunas de Eliane Cantanhêde referiu-se ao relacionamento de Dilma Rousseff e/ou do Governo com a base aliada (39%). Importa observar que em grande parte dos artigos tanto de Dora Kramer, quanto de Eliane Cantanhêde que abordavam o tema “Relação de Dilma/Governo com a base aliada” tratava-se também da temática “Crise do Governo”. Quando se inverte a relação, e até em maior proporção, as colunas que versam sobre as crises no governo também abordam a relação de Dilma/Governo com a base aliada. Essa aproximação das duas temáticas demonstra que houve uma expressiva vinculação entre as crises experimentadas pelo governo e o tensionamento da relação entre o Executivo e sua coalizão. Como afirma Santos (apud CINTRA, 2007), a formação da coalizão governamental que deu apoio ao Governo Lula representou boa parte dos problemas pelos quais passou sua gestão. O mesmo parecia se dar com a gestão Dilma Rousseff.

As diferenças entre Dilma e Lula também foram temas importantes nas colunas de Eliane Cantanhêde (25%). Esse tema esteve mais presente no início do mandato de Dilma, especialmente nos seis primeiros meses de Governo. A colunista da *Folha* também lembrou a relação de Dilma Rousseff com os crimes praticados pelo Estado brasileiro durante o regime militar, seus posicionamentos a respeito desses crimes e a eventual

possibilidade de revisão da lei da Anistia. A temática de gênero também teve pouca repercussão em suas colunas, com comentários pontuais de enaltecimento sobre se ter uma mulher no comando da nação ou, ainda, jocosos a respeito da inabilidade política de Dilma e sua dependência com relação a Lula.

Os enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff

As temáticas nos possibilitaram visualizar do que falaram as colunistas; a análise dos enquadramentos, por sua vez, permite identificar como elas caracterizaram as situações vividas e enfrentadas pela presidenta e, sobretudo, como elas perceberam ou projetaram a inserção e o posicionamento de Dilma nessas situações. Na perspectiva de um sujeito, a identificação do “quadro de sentido” que define uma dada situação lhe permite organizar sua própria conduta. Na perspectiva de um observador (como é o caso que estamos analisando), é ele (ou são elas) que traduz(em) aquilo que se passa e interpreta(m) o lugar ocupado pelos protagonistas da ação – como eles são enquadrados dentro de determinada situação.

Nas colunas, as jornalistas avaliaram a presidenta Dilma Rousseff, tanto do ponto de vista de sua compostura nessa investidura (o desempenho público de seu papel) como na condução de seu governo, especialmente no tocante ao relacionamento do governo com sua base de sustentação no Congresso. Embora apareça em grau expressivamente menor, a condição de gênero da então presidenta também foi analisada. Dadas as limitações de espaço deste artigo, recuperaremos apenas alguns dos enquadramentos e situações identificadas nas colunas que se mostraram mais presentes e ganharam mais relevo.

Dilma presidenta: uma pessoa discreta

No âmbito da representação pública de seu papel de presidenta, ambas jornalistas ressaltaram o caráter comedido, discreto e sério da presidenta, bem como seu perfil técnico-gerencial. Dora Kramer a apontava como uma pessoa austera, séria, comedida, dedicada e comprometida com o trabalho, assim como o fez Cantanhêde, que percebeu na presidenta um estilo mais composto, discreto e alheio a holofotes, distanciando-se de figurinos populistas. Para a colunista do Estadão,

A presidente Dilma Rousseff tem sido muito elogiada por seu estilo, na forma e no conteúdo. Faz por merecer no gestual firme, porém contido, no tocante aos apetites fisiológicos (não só do PMDB, note-se), nas ações racionais em relação aos gastos públicos, na inflexão democrática no que tange a política externa e principalmente na conduta cotidiana comedida¹⁷¹.

Nesse sentido, a presidenta mostrava-se à altura do posto, com um comportamento público austero e qualificado. Kramer, por exemplo, considerava que, até aquele momento, a presidenta havia se comportado como uma autêntica chefe, comandando e definindo metas, mas, além disso, também teria agido como uma “gerentona” intransigente e estúpida no trato de seus subordinados. No geral, a presidenta foi bem avaliada nesse quesito. Seu perfil técnico e seu gosto pela gestão foram aspectos que ganharam contornos positivos.

Aparentemente, para as analistas, parecia ter sido esse o principal motivo de Dilma ter arregimentado admiradores que se posicionaram contra Lula. O ex-presidente, nesse caso, funcionou como um pano de

171 KRAMER, DORA. Sob nova (?) direção. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 17 fev. 2011. Nacional, p. A6.

fundo no qual, ao se colocar a presidenta, evidenciava-se uma conduta absolutamente inadequada ao cargo: a figura de Dilma Rousseff era contraposta à de seu antecessor, “um presidente carismático, palanqueiro e sem limites”¹⁷².

Dilma não desfruta abusivamente do poder para destratar críticos nem se exhibe desfrutável para cima e para baixo a tagarelar despropósitos ao molde do antecessor. Aos olhos e ouvidos fartos de espetáculos diários de vaudeville presidencial, a presidente assume feição de maravilha curativa¹⁷³.

As ideias que sustentaram esses quadros são de que o cargo de Presidente da República requeria alguém que se desse ao respeito, honrasse esse posto e não envergonhasse a nação. Essa noção era construída tomando-se como antítese características por elas atribuídas a Lula: seu jeito de ser, sua informalidade, seus erros de português, seus pronunciamentos irônicos e seu acentuado estilo populista. Dilma, nesse sentido, figurou como um bálsamo, uma “maravilha curativa”. Seu posicionamento, portanto, foi analisado (e valorizado) sobretudo em contraste com seu antecessor.

Além de um comportamento adequado, a própria condição de gênero da presidenta e sua história pessoal como militante política que, portanto, fazia com que ela agisse em conformidade com esses valores, eram apontados como atributos que lhe poderiam garantir sucesso:

As condições são francamente favoráveis, e suas características femininas e de militante ajudam. Lula não é de esquerda nem de direita, Dilma tem ideologia. Será capaz de queimar pontos de popularidade se a circunstância exigir.

172 CANTANHÊDE, Eliane. Voto de confiança. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

173 KRAMER, DORA. Sob nova (?) direção. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 17 fev. 2011. Nacional, p. A6.

Tem rumo, direção, metas, compromisso. Vai precisar se suplantar, como se suplantou na campanha, para se equilibrar diante de PT, PMDB, PSB, PCdoB, Sarneys, o vice Temer, os áulicos. (...) O sucesso dela será o sucesso de todos e do futuro. Itamar, Fernando Henrique e Lula garantiram um círculo virtuoso, e Dilma deve ser uma presidente honesta, sensata, coerente, com grandeza e princípios, para ir além. É só não arriscar tudo para tentar ser o que não será: um mito¹⁷⁴.

A ideia de que as mulheres na vida pública possuem um comportamento mais discreto e adequado que os homens não apareceu apenas nesta oportunidade. Também garantiu à presidenta a cobrança de que, como mulher, também devesse agir mais firmemente contra denúncias de corrupção pelas quais integrantes de seu governo foram acusados.

Dilma mulher: neutralização e ironia

A condição de gênero de Dilma Rousseff obteve pouco espaço nas colunas analisadas, com algumas variações entre as abordagens das jornalistas. Dora Kramer mostrou-se relativamente mais insensível à questão, chegando a ridicularizar a escolha pelo termo “presidenta” por parte de Dilma,

(...) no lugar de tentar impor a regra, mais adequado seria o governo se adequar à prática idiomática do País. Inclusive porque não é isso que fará a afirmação feminina, muito menos determinará o sucesso ou fracasso da primeira mulher presidente do Brasil. Bom senso é como caldo de galinha: mal não faz¹⁷⁵.

174 CANTANHÊDE, Eliane. Voto de confiança. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

175 KRAMER, DORA. **A regra do jogo**. Estado de S. Paulo. São Paulo, 14 jan. 2011. Nacional, p. A6

Como se percebe, Kramer desprezou quaisquer conotações relacionadas à afirmação identitária da presidenta e esvaziou por completo seu gesto político e de quem acatou sua decisão. Kramer não via nesse gesto a busca e a possibilidade de afirmação da identidade feminina e, ainda por cima, relegava o acolhimento do termo pela norma culta da língua portuguesa a um preciosismo de dicionaristas, já que a palavra, segundo ela, não seria aplicada na prática idiomática do país. Processou-se, assim, um esvaziamento do significado simbólico do vocábulo escolhido pela presidenta. No quadro proposto, a dimensão das desigualdades de gênero foi retirada de cena: para Dora, o fato de Dilma ser mulher era quase irrelevante.

Numa outra ocasião, a então colunista do *Estadão* argumentou que se espera da mulher maior rigor na vida pública. Dora Kramer cobrou recorrentemente da presidenta uma atitude mais enérgica e combativa em relação aos casos de corrupção de seu governo. O quadro “uma mulher no comando do Governo Central” – situação inédita na história do país – convoca, para a colunista, apenas o sentido da correção e do rigor que se espera da posição das mulheres na vida pública. A “mulher direita” e “bem-comportada” ganhou sua versão para a vida pública.

Já nas colunas de Eliane Cantanhêde, a condição de gênero da presidenta apareceu, em grande parte, como um destaque enaltecido de seu pioneirismo (a primeira mulher eleita, a primeira mulher a abrir a solenidade da ONU). Mas a colunista não se distanciou dos clichês machistas que identificam no gênero feminino uma valência negativa para o exercício da política. Um caso exemplar é seu comentário jocoso sobre a nomeação de Ideli Salvatti e Gleisi Hoffman para órgãos diretamente ligados à Presidência da República, ato praticado, no entender de Cantanhêde, à revelia de interesses de partidos aliados. Em 9 de junho de 2011, ao elogiar Hoffmann, a jornalista não deixou de destacar atributos de sua aparência:

Gleisi é uma mulher muito bonita, mas isso é só um detalhe. Ela é também inteligente, preparada, com experiência em gestão e gosto pela política. Pode ser de grande serventia num governo em busca de personalidade, organicidade e interlocução política (...)¹⁷⁶.

Três dias depois, a jornalista voltou ao mesmo assunto, comentando as dificuldades do Governo com o Congresso. Mais uma vez, a condição de gênero da presidenta e de suas ministras foi ressaltada:

Dilma resolveu enfrentar os gulosos petistas (...) e os profissionais peemedebistas (...). Para isso, montou um núcleo de governo com mulheres coadjuvantes no Senado e que não conhecem a Câmara. Até como mulher, torço para ser um sucesso. Mas tenho cá minhas dúvidas. Os profissionais do Congresso retaliam; as amadoras do Planalto pegam em armas para reagir. O risco é ficarem sitiadas em sua fortaleza, à espera do cavaleiro Lula¹⁷⁷.

Neste aspecto, ao tratar da inexperiência das três com as negociações políticas que envolvem o Governo e o Congresso, Eliane as retratou como donzelas, “à espera do cavaleiro Lula”, trancadas em seus palácios. Preferiu evocar essa metáfora em lugar de abordar, como apontou Matos (2010), a verdadeira corrida de obstáculos que as mulheres enfrentam ao se lançarem no espaço da política institucional.

Dilma política: falta de habilidade ou impossibilidade?

Na época em que desenvolvemos essa pesquisa, as jornalistas apontavam para o difícil equilíbrio de forças entre o Governo e a base aliada, sobretudo em momentos de crise. Analisando as colunas de Dora Kramer, foi possível perceber certa ambiguidade no posicionamento

176 CANTANHÊDE, Eliane. Dilma e Palocci, um enigma. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9 jun. 2011. Primeiro Caderno, p. A2

177 CANTANHÊDE, Eliane. À espera do cavaleiro Lula. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 jun. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

conferido à presidenta no âmbito de seu relacionamento com sua base congressista. Por um lado, ela foi retratada como uma gestora veemente; por outro, como uma presidenta refém de seus aliados, sem liderança e autoridade para rumar seu governo – o que soa contraditório. Da mesma maneira, seu comportamento sério, comedido e austero (com frequência também autoritário) também entrou em choque com a complacência que lhe era atribuída frente às irregularidades denunciadas em seu governo.

Sua “incapacidade” de negociação política era criticada por Kramer, tornando-a cada vez mais dependente de seu padrinho político. Nesse sentido, sua competência técnica não teria sido de grande valia num relacionamento político: o que mandava era saber negociar, ouvir, mostrar consideração aos interesses dos “colegas” e respeito à “política maiúscula”:

A dúvida agora é esta: o que pretende de fato a presidente Dilma Rousseff? Mudar o padrão de relacionamento ou dar uma maquiada na situação? Iniciar um processo de mudança nos procedimentos de modo a que a coalizão se pautasse pela execução de um programa de governo ou contemporizar para não pôr em risco o projeto de poder? Fácil não é. Requer prática, habilidade, ousadia, respeito pela política maiúscula, compreensão de que do jeito que está não dá pra continuar por muito tempo e, sobretudo, firmeza e maturidade para refazer os termos do pacto da governabilidade privilegiando as cláusulas de atendimento do interesse público¹⁷⁸.

O quadro da “gerentona” não se adequava às relações de negociação que envolviam o Governo e os partidos que lhe davam sustentação. Esse perfil não se aplicava, principalmente, a situações em que benefícios e apoios eram acordados em segredo, longe dos olhos e ouvidos da população. O quadro da gerente autoritária e intransigente era requerido

178 KRAMER, Dora. A cruz e a espada. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 21 jul. 2011. Nacional, p. A6.

nas situações em que integrantes do Governo, oriundos da base aliada, estavam envolvidos em escândalos de corrupção. Na medida em que Dilma não agia em conformidade com as expectativas de sua avaliadora, ou seja, não promovia uma readequação das relações entre Governo e base aliada, a “gerentona” teve sua imagem abalada e a mulher falhava com seu papel de vigilância quanto a uma conduta pública marcada pelo rigor em relação a malfeitos.

O que pudemos perceber é que Dora Kramer cobrava da presidenta uma atuação firme com os malfeitos de seus aliados (e aí, requeria a gerente para atuar nessas situações), mas via como problema o fato de Dilma não saber negociar e de agir de forma autoritária com seus parceiros em outros momentos de negociação (nas votações de matérias de interesse do Governo). Entram em choque dois quadros distintos: o da presidenta séria, austera e rigorosa com malfeitos, que deve agir pautada pelo interesse público, e o da pessoa política que sabe negociar. As perguntas que ficam são: como conciliar o tratamento rigoroso contra a corrupção com o apoio necessário para a votação de projetos de interesse do Governo? Por que não se considera o comportamento dos parlamentares e dirigentes partidários? Que avaliação se faz do sistema que estrutura essas relações? Seria possível a uma pessoa, por mais determinada que seja, ser rigorosa com seus parceiros e manter seu apoio? A comentarista não avançou nisso e, para o leitor, ficou a impressão de que a responsabilidade pelo Governo (e pelo Congresso) era da presidenta.

Cantanhêde, por sua vez, demonstrou ter expectativas mais baixas sobre a atuação da presidenta: compreendia o quadro que envolvia as negociações e as dificuldades de a presidenta se equilibrar no papel de quem “varria a corrupção” do governo sem efetivamente fazê-lo. Afinal, publicamente, ela não poderia se passar por complacente, mas, no âmbito das negociações, não deveria se mostrar intransigente. E, nesse aspecto, a colunista destacou o que percebia como uma falta de habilidade

relacional e de gosto pela política. Ao abordar os casos de corrupção em que integrantes do governo estiveram envolvidos, Eliane Cantanhêde ressaltava a possibilidade de a presidenta perder sua imagem de gerente intransigente em virtude de sua atuação errática, mas, com o passar do tempo, passou a reconhecer, nas atitudes da presidenta, uma forma de agir no quadro do relacionamento com a base aliada. Dessa forma, a presidenta não figurava apenas como alguém politicamente dependente, que agia a reboque dos acontecimentos, como se estivesse de pés e mãos atados, mas como uma pessoa que tinha consciência de que determinadas atitudes poderiam aprofundar a crise pela qual vinha passando com a base aliada.

As expectativas que a jornalista manifestou sobre a atuação de Dilma foram, por assim dizer, bem mais realistas que as enunciadas por Dora Kramer. Eliane levou em conta o fato de que uma atuação intransigente no âmbito das situações de crise seria impossível, dado que em tais situações, os termos do relacionamento são outros e os parceiros da relação (os partidos) poderiam se vingar. Eliane mostrou-se mais sensível à possibilidade de Dilma agir de forma estratégica, delineando o que parecia ser o *script* de atuação da presidenta frente as denúncias (calar-se e enfraquecer o ministro até que ele não se sustentasse), já que o papel de “defensora da moral e dos bons costumes públicos” poderia ter implicações indesejáveis para a manutenção da governabilidade. Sendo assim, reiteramos que, nas colunas de Eliane Cantanhêde, configurava-se uma presidenta em geral ciente das regras do jogo político, agindo de forma a atender diferentes quadros de sentido que se interpunham, mas, ainda assim, sem habilidade para a prática política.

Considerações finais

Destacamos assim, na leitura de Dora Kramer e Eliane Cantanhêde, três principais caracterizações do posicionamento de Dilma dentro dos

quadros de sentido acionados: a discrição e comedimento no desempenho de seu papel de presidenta; a neutralização de seu papel e lugar enquanto mulher; a falta de habilidade política como negociadora, ou sua impotência dentro de um jogo político muito pesado.

Mais do que criticar essa caracterização, salta aos olhos, agora à distância, as limitações nos próprios quadros de sentido configurados. Lembremos que os principais temas tratados pelas colunistas foram a relação do governo com a base aliada e a crise política aí instaurada, sendo que esses dois temas se entrelaçam. É neste quadro de sentido – crise entre governo e base – que Dilma é posicionada e julgada. Ora, o quadro como um todo não é problematizado; o presidencialismo de coalisão, com seus vários atores, não é a situação mais ampla que vem à tona, mas a capacidade ou incapacidade da presidenta para dar conta dele. Ao isolar o lugar da presidenta, cobra-se ou espera-se dela um papel redentor. Pressões, chantagens, traições não são destacadas; embora fosse ainda início de governo (traições maiores viriam depois), o que se percebe naquele momento é também o começo de um movimento de solapamento – que não é destacado.

As crises com a base aliada são tratadas como dificuldades de negociação, e essas são atribuídas às características pessoais de Dilma. O fato de ser uma mulher na presidência é absolutamente neutralizado ou silenciado, como se não existissem profundas desigualdades de gênero na sociedade patriarcal que é a nossa. Homens políticos não são cobrados em seus traços de comportamento e personalidade; traços pessoais não são sequer mencionados (como não devem ser). Coisa diferente é quando se trata de mulher – aí o atributo de gerenciar vira “gerentona”. Elogia-se quando ela é sóbria e discreta, mas quando ela não consegue fazer frente aos desmandos é fraca; quando ela se impõe é intransigente. No início, a referência a Lula foi evocada muito mais para criticar e desfazer a imagem do ex-presidente do que propriamente para valorizar a nova presidenta.

Olhando retrospectivamente, sabemos onde foi dar o trabalho de desqualificação da pessoa e do desempenho da presidenta Dilma. Esse trabalho ultrapassa sua figura; ele se insere numa dinâmica maior, do antipetismo e antilulismo que foram provocados para interromper o ciclo dos governos petistas e das políticas sociais. Mas no que toca à Dilma, é lamentável ver como o fato de ser mulher “ajudou” nessa desqualificação – e como mulheres jornalistas, alheias à necessária solidariedade que deveria uni-las frente ao machismo da sociedade, fizeram parte do jogo – e jogaram no lado oposto.

Referências

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**. Florianópolis, n. 10, abril 2007, p. 153-172.

AMORIM, Maria. O reflexo da opinião pública nas eleições 2010 e as expectativas em relação ao Governo Dilma. In: **Compólitica**, 4, 2011. Rio de Janeiro. Anais do IV Encontro da associação brasileira de pesquisadores em comunicação e política. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011, p.1-14. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Salete-Amorim.pdf>>. Acessado em: 05 abril 2013

ARAÚJO, Clara. As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 90-103.

BARBARA, Leila; GOMES, Maria. A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. **Letras**. Santa Maria, v. 20, n. 40, jan/jun 2010, p. 67–92.

BATESON, Gregory. Uma teoria sobre a brincadeira e a fantasia. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, 2002, p.85-105

CANTANHÊDE, Eliane. À espera do cavaleiro Lula. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 jun. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

CANTANHÊDE, Eliane. Dilma e Palocci, um enigma. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9 jun. 2011. Primeiro Caderno, p. A2

CANTANHÊDE, Eliane. Voto de confiança. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2 jan. 2011. Primeiro Caderno, p. A2.

CASTRO, Maria; PIRES, Teresinha. Opinião jornalística e eleições: o antilulismo e a apropriação do discurso populista. In: **Congresso da Compolítica**, 3, 2009, São Paulo. Anais do III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. São Paulo: PUC SP, 2009. p. 1–21.

CINTRA, Antônio. O sistema de governo no Brasil. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2 ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung / São Paulo: Editora Unesp, 2007, 59-80.

GOFFMAN, Erving. Footing. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, 2002, p.107-148.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

KRAMER, DORA. Sob nova (?) direção. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 17 fev. 2011. Nacional, p. A6.

KRAMER, Dora. A cruz e a espada. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 21 jul. 2011. Nacional, p. A6.

KRAMER, DORA. A regra do jogo. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 14 jan. 2011. Nacional, p. A6

MATOS, Marlise. Opinião pública e representação política das mulheres: novos horizontes para 2010? In: **Em Debate**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, 2010, p. 31-37. Disponível em <<https://bit.ly/2VfuIsd>>. Acessado em: 25 nov. 2020.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno; BRITO, Marina. Mulheres e a "corrida de obstáculos" nas eleições 2006: quais barreiras ainda não foram superadas? In: **Compólitica 2**. Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política: Belo Horizonte, dezembro de 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/366fQTe>>. Acessado em: 25 nov. 2020.

MENDONÇA, Ricardo; OGANDO, Ana. Discursos sobre o "feminino": Ética do Cuidado e Essencialismo Estratégico nos programas do HGPE de Dilma. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 35, 2011, Caxambu. Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 2011, p. 1-33. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1078&Itemid=353>. Acessado em: 5 abril 2013.

MENDONÇA, Ricardo; SIMÕES, Paula. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 27 (79), 2012, p. 187-235.

MIGUEL, Luis; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 15, nº 1, jun. 2009, p.55-81.

NÚMERO de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. In: **TSE – Tribunal Superior Eleitoral**. 8 mar 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3matKcy>>. Acessado em: 25 nov. 2020.

PASSARINHO, Nathalia. Oficializada candidata, Dilma diz que vai ‘continuar Brasil de Lula’. **Portal G1**. 13 jun. 2010. Disponível em <<https://glo.bo/3nRmGIA>>, acessado em 22/05/2012.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

PIRES, Teresinha. A construção da imagem política de Dilma Rousseff como mãe do povo brasileiro. **Revista Debates**. Porto Alegre, v.5, n.1, jan-jun. 2011, p. 139-162.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 218-237.

TELLES, Helcimara. A oposição brasileira em tempos de alta popularidade do incumbente. In: **Em Debate**. Belo Horizonte, v. 4, n. 1, abr. 2012, p.7-10.

TELLES, Helcimara; PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. Criador e criatura: petismo e lulismo nas retóricas discursivas do HGPE de Dilma Rousseff. In: **Congresso da Compólitica 5**, 2013, Curitiba. Anais do V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política. Curitiba, 2013, p. 1-30. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT02-Midias-e-eleicoes-HelcimaraDeSouzaTelles1.pdf>>. Acessado em 25 nov. 2020.

VAZ, Geraldo. **O que é que a Dilma tem?** Enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AR4FK7>>. Acessado em: 25 nov. 2020.

PATRIMONIALISMO CÍNICO: Enquadramentos da deposição de Dilma Rousseff nos jornais

Dédallo Neves
Kelly Prudencio

Introdução

No dia 31 de agosto de 2016, o Brasil assistiu ao segundo *impeachment* de um presidente na história da República. Dilma Rousseff deixou o Executivo após seis anos e nove meses no poder e um ano e oito meses após se reeleger. A presidente foi acusada de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e privados) e autarquias, como o INSS, o que foi interpretado como crime de responsabilidade, e ficou conhecido como “pedaladas fiscais”.

O processo passou por três votações. A primeira na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016, quando os congressistas aprovaram o pedido pelo placar de 367 a 137 votos. A segunda no Senado, em 12 de maio de 2016, em que autorizava a continuidade do processo e afastava a presidente por até 180 dias, pelo placar de 55 votos a favor e 22 contra. Nesse período o então vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência interinamente. E a terceira afastava definitivamente Dilma da presidência, no dia 31 de agosto, quando 59 senadores decidiram pela cassação do mandato; 21 foram contra, efetivando Temer no cargo.

Nesses quase nove meses de processo, a imprensa cobriu amplamente as movimentações partidárias, manifestações e assuntos relacionados. “Os vieses da cobertura jornalística foram exaustivamente acusados de medidas para direcionar a interpretação dos acontecimentos para um lado ou para outro” (RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017, p. 3).

Nessa cobertura, houve um forte endosso de um discurso anticorrupção, vício atribuído à presidente e ao seu grupo político, especialmente ao seu partido, o PT, que serviu de justificativa moral para fundamentar a deposição da chefe do Executivo. O enquadramento noticioso acabou por normalizar a ideia de que a política é conduzida por agentes essencialmente corruptos, ligados a grupos em disputa e apartados da sociedade (PRUDENCIO; RIZZOTTO; SAMPAIO, 2018). Esse cenário parece ser um padrão da cobertura jornalística da política, o que nos levou a questionar que essa separação da política da sociedade estaria reforçando a tese do Estado patrimonialista (HOLANDA, 2004; FAORO, 2001), que tende a responsabilizar unicamente o Estado - no caso do *impeachment*, o governo - pelos descaminhos da política nacional e a livrar o mercado da associação com práticas de corrupção.

Considerando este acontecimento, pretende-se verificar nas notícias dos jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo a presença da tese do Estado patrimonialista como pano de fundo para justificar o pedido de *impeachment* da presidenta. Não se espera encontrar a tese explicitada, mas sua incidência nos enquadramentos das notícias nos seus aspectos noticioso, visual e narrativo, que caracterizam uma análise de enquadramento multimodal (WOZNIAK *et al.*, 2014). Parte-se da hipótese que o patrimonialismo é usado pela imprensa como ferramenta para legitimar e defender o *impeachment*.

Para verificar essa hipótese e responder à questão, foram analisadas 2.202 notícias dos três jornais, desde 2 de dezembro de 2015 até 31 de agosto de 2016, compreendendo todas as notícias publicadas sobre o *impeachment* nos cadernos de política, com exceção de artigos de opinião, colunas, entrevistas e editoriais. Os três momentos do processo são marcados na análise, procurando mostrar que o enquadramento é um padrão e não um conteúdo específico.

Todo político é igual

É possível estudar a tese do Estado patrimonialista por diversos ângulos. Ela é um dos temas centrais da sociedade brasileira. Portanto, vários caminhos são possíveis, como algumas padronizações: a herança patriarcal-patrimonial (representada em nomes como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Roberto DaMatta), cuja linha diz que os brasileiros herdamos de Portugal aspectos hoje intrínsecos em nossa sociedade, em distinção à sociologia da dependência (com Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni), que defende a ideia que nossa incapacidade de autonomia econômica estrutural nos impede de equipararmos-nos às nações centrais. Em ambas as correntes o Brasil estaria aquém da contemporaneidade do mundo, das “sociedades modernas centrais” (TAVOLARO, 2005, p. 5-6). Poder-se-ia considerar, por outro lado, “patrimonialismo societal” (Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco) e o “patrimonialismo estatista” (Faoro, Simon Schwartzman, Antonio Paim), de acordo com a classificação de Luiz Werneck Vianna (1999, p. 177-179).

A nossa opção por Holanda e Faoro se deu pelo fato de a argumentação crítica contemporânea (SOUZA, 1999; 2009) elencar estes dois nomes como leitura dominante do que é a tese do Estado patrimonialista no Brasil. O primeiro com a sua definição de “homem cordial” e o segundo a destacar o estamento-burocrático criado a partir do capitalismo politicamente orientado. Em outras palavras, Holanda (2004) encontrou um tipo de brasileiro genérico, representado na figura do “homem cordial” (aquele que age pelo coração):

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo — ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. (HOLANDA, 2004, p. 146-147).

Em Faoro, a presença marcante de Portugal na sociedade brasileira gerou um Estado tão forte quanto o metropolitano: estamental e patrimonialista. Com isso, o autor entende que há na sociedade brasileira uma busca por privilégios. “A situação estamental, a marca do indivíduo que aspira aos privilégios do grupo, se fixa no prestígio da camada, na honra social que ela infunde sobre toda a sociedade” (FAORO, 2001, p. 58).

A partir dos autores, os resultados da análise conferem ao processo de *impeachment* noticiado um significado particular: tratou-se de uma guerra entre dois grupos em disputa (Cunha, Temer e aliados *versus* Dilma, PT e aliados), ambos em busca dos privilégios do poder, apartados das demandas sociais, que sucumbem ao crime da corrupção, um vício do sistema político como um todo, que impede o desenvolvimento econômico e social do país. Os jornais se colocam como sujeitos neutros diante daquilo que apresentam como o ordinário na política, crédulos nas fontes e acrítricos em relação aos vícios do processo, normalizando assim o golpe parlamentar que se desenvolvia diante de seus olhos. É o que procuramos demonstrar nos tópicos a seguir.

A análise multimodal para coberturas jornalísticas

A análise multimodal pode ser considerada como mais uma sofisticação da metodologia nos estudos de enquadramento a fim de garantir maior precisão e segurança para identificar os quadros na cobertura noticiosa; ela “evidencia a sua capacidade de iluminar detalhes e meandros da cobertura política, algo que poderia ficar escondido em uma análise mais clássica de enquadramento.” (RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017, p. 27).

Desenvolvida por Wozniak e colegas (2014) inicialmente para analisar a cobertura em mídia impressa sobre mudanças climáticas, os autores elencaram três níveis que ultrapassam o texto, cujos elementos em determinadas coberturas poderiam ser insuficientes, daí o uso de a) enquadramento visual; b) enquadramento narrativo; e c) enquadramento noticioso. Cada um desses níveis formaram o livro de códigos¹⁷⁹ para a análise das notícias sobre o *impeachment*.

Como os enquadramentos narrativo e noticioso são ambos formados por elementos textuais, os autores diferenciam-nos da seguinte forma: a análise do texto noticioso permite a compreensão entre as trocas de argumentos presentes no debate midiático e a análise narrativa informa como a história é organizada e contada.

Características como a dramatização e o uso de expressões emocionais definem o grau de narratividade geral em um artigo; pistas de gênero podem nos dizer que tipo de gênero narrativo um artigo corresponde; e os atores podem ser identificados como participantes de sessões narrativas em particular (por exemplo, vítimas, vilões, heróis). (WOZNIAK *et al.*, 2014, p. 7).

179 Livro de códigos desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA/UFPR), que possui 36 variáveis, sendo 9 de identificação; 8 de imagem; 13 de narratividade; 6 de enquadramento noticioso. Disponível em: <<https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/27>>.

Os autores acreditam que uma narrativa não precisa de todos os elementos para constituir-se como tal. Na proposta da análise multimodal a narração é medida a partir de três elementos: (1) o grau de narratividade em uma notícia, (2) a ênfase na qual a história é escrita e (3) a presença de agentes que assumem papéis narrativos específicos.

O enquadramento noticioso segue a definição de Entman (1993), ou seja, enquadramento como seleção e saliência, definição de problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento.

Matthes e Kohring (2008) realizaram esforço para identificar as abordagens metodológicas e identificaram as mais recorrentes: hermenêutica, linguística, holística manual, assistida por computador e dedutiva. O esforço dos autores foi reduzir a imprecisão dos estudos de enquadramento ao extrair de cada abordagem um aspecto que pudesse compor uma metodologia mais apurada. Após essa sistematização, chegaram a um entendimento de enquadramento como um padrão em um dado texto, que pode ser identificado a partir de componentes ou dispositivos previamente definidos; o agrupamentos desses elementos deve revelar os enquadramentos. A partir deste estudo que Wozniak *et al.* chegam a uma definição, fundindo com os estudos de Entman (1993).

Levamos em conta que os debates na mídia sobre a mudança climática provavelmente exibem padrões discursivos discretos que poderiam passar despercebidos se os quadros predefinidos fossem usados. Empregamos a abordagem desenvolvida por Matthes e Kohring (2008): os quadros não são medidos de forma holística, mas os principais elementos de quadros - problemas, causas, avaliação moral e remédios - são operacionalizados como variáveis que são individualmente afetadas. (WOZNIAK *et al.*, 2014, p. 9).

As imagens, por sua vez, podem estabelecer conexões com a memória coletiva e fornecem elementos visuais concretos baseando-se em

representações icônicas que se tornaram atalhos familiares na compreensão de questões complexas. A fundamentação para análise de enquadramento visual está em Rodriguez e Dimitrova, para quem

As imagens são ferramentas de enquadramento poderosas porque são menos intrusivas que as palavras e, como tal, requerem menos carga cognitiva. Portanto, o processamento periférico em vez de central pode ser ativado e o público pode ter maior probabilidade de aceitar o quadro visual sem questionar. De fato, há evidências que sugerem que, quando há conflito entre o enquadramento textual e visual, os quadros visuais geralmente vencem (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p. 50).

As autoras advertem que as imagens por serem mais naturais e relacionadas de forma analogicamente à realidade, fazem com que o público tenda a duvidar menos de sua intromissão ou “manipulação”, uma vez que o que está sendo mostrado, na perspectiva da audiência, é de fato o que eles estão vendo.

São quatro os níveis para realizar a análise de quadros em imagens: 1) nível denotativo, no qual o codificador tem que descrever a imagem sem realizar interpretações que a imagem não permite, por exemplo: se há alguém sorrindo, não é possível afirmar que a pessoa está feliz. Logo, pessoas, objetos e cenários são apenas descritos; 2) o segundo nível é para identificar elementos técnicos e estilísticos, como plano e ângulo da câmera. Como exemplo, Rizzotto e colegas (2017) afirmam que quando o rosto é focado na imagem, qualidades intelectuais são destacadas, já quando o corpo está saliente a audiência interpreta como um sujeito dotado de habilidades intelectuais inferiores; 3) o nível conotativo busca conceitos e ideias presentes na imagem, ou seja, interpretações capazes de comunicar significados sociais e; 4) o nível ideológico é acionado para analisar as imagens como ferramenta de poder para direcionar interpretações do receptor.

A análise multimodal permite, portanto, captar sutilezas que apenas uma das cinco abordagens metodológicas destacadas por Matthes e Kohring poderia deixar escapar. A padronização tão exigida à análise multimodal auxilia na identificação da leitura dominante e difundida já que está presente no jornal e como as qualidades de narrativas e imagens são culturalmente ecoadas e coletivamente lembradas (WOZNIAK *et al.*, 2014, p. 3). A padronização permite análises em larga escala e também entre quadros, isto é, ela não dará um único quadro, aceitando o cruzamento entre eles para “microanálises”.

Nossa análise se baseia em um livro de códigos (holística manual) a partir de determinadas palavras (linguística) com características culturais (hermenêutica); tomamos palavras (e também imagens) e aspectos da cultura (o patrimonialismo).

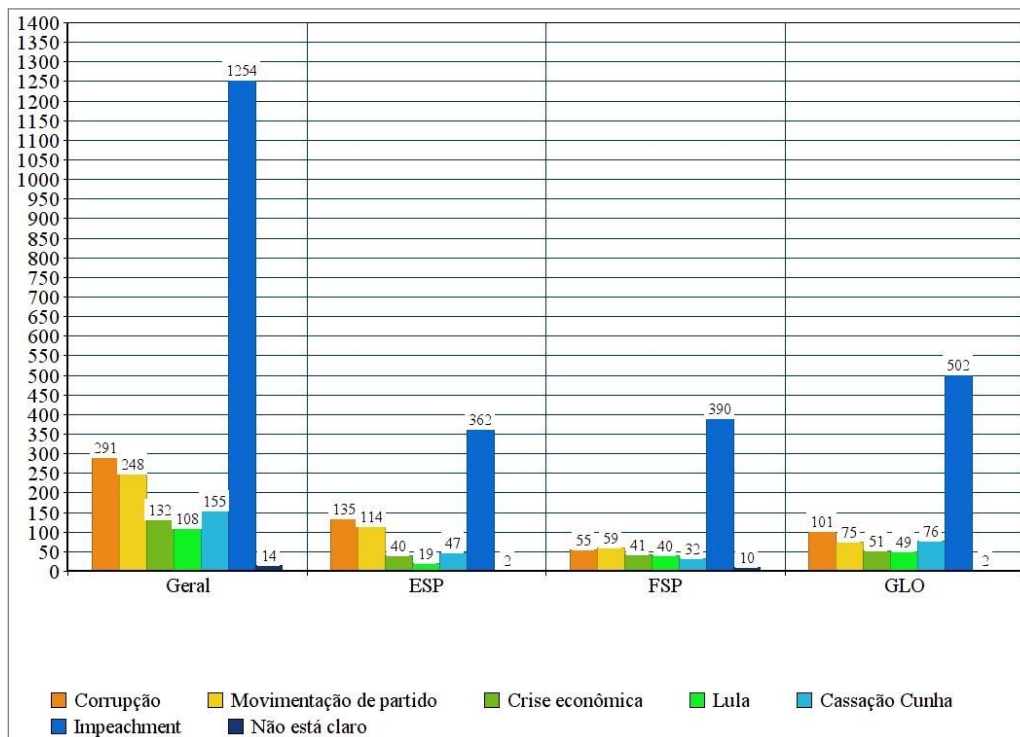
A casta política dona do poder

O patrimonialismo corresponde a uma cultura política brasileira secular, por isso é necessário utilizar a combinação de elementos, favorecidos pelo enquadramento multimodal, para encontrar, a partir das variáveis elencadas, a “cultura patrimonialista” nos três jornais.

A variável *Componente enquadrado* do livro de códigos foi recortada para verificar qual tema a notícia tratava. Dentro das alternativas a serem codificadas duas foram selecionadas: *Corrupção* e *Crise econômica*, pois são aquelas que se relacionam com o debate de Raymundo Faoro (2001).

A variável *Componente enquadrado* tem como desdobramento outras cinco: *definição do problema – atores*; *definição do problema – subtópico*; *causas do problema – causas*; *julgamento moral*; *recomendação de tratamento*.

Gráfico 1 – Componente enquadrado



Fonte: COMPA/UFPR.

Sobre a variável *atores*, aquela em que destaca quem tem maior espaço de fala na notícia, não apenas entre aspas, mas também através do texto do jornalista, das 423 matérias do *corpus* que tiveram “corrupção” e “crise econômica” assinalada, 197 se referem ao campo político (121 notícias de Temer, Cunha ou aliados; e 76 de Dilma, Lula ou aliados) e apenas 33 ao campo econômico. Aqui já é possível observar que as notícias não destacam o campo econômico como um ator relevante para os problemas postos em discussão.

Na variável *subtópico do problema*, majoritariamente o que se destacou foi a opção “cenário de crise” com 315 das 423 notícias. Isso pode se explicar por dois motivos: 1) o país passava por uma instabilidade política; 2) “cenário de crise” é uma opção abrangente na qual elementos podem ser utilizados para reforçar a tese do golpe, como o cenário econômico, denúncias da Lava Jato e de corrupção e afins.

A variável *causas do problema*, como o próprio nome sugere, é aquela em que o texto fornece indicações sobre as razões que originaram o problema em questão. Era de se esperar que “corrupção” se destacasse, como de fato aconteceu: 227 notícias tiveram como causa a corrupção. Na sequência vieram: “ausente” com 73; “incapacidade do governo Dilma” e “contenda política ou ideológica” cada uma com 50; “interferência do Judiciário”, com 18; e “legalidade/ legitimidade do processo de *impeachment*”, com 5.

Levando em consideração que Jessé Souza (2015, p. 26) afirmou que “o que é discutido nos jornais, na televisão, nas universidades, nos tribunais e nos parlamentos é sempre alguma forma de repetição mais simplificada da produção de pensadores influentes”, perceber o enquadramento que a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo deram às notícias é de certa forma entrar em contato com uma produção intelectual, no caso desta análise, a tentativa de perceber a influência da tese de Faoro. E como observado acima, as notícias deram voz para o campo econômico em apenas 33 matérias, mesmo o *impeachment* sendo um julgamento com fatores eminentemente desta ordem – as pedaladas fiscais. Para completar este argumento pode-se levantar a questão que na variável *causas* não há qualquer menção ao mercado ou similar. É importante destacar que a opção “campo econômico” da *atores* refere-se ao setor privado.

A defesa de Faoro ao liberalismo em *Os donos do poder* se dá no ataque sucessivo no decorrer de sua obra ao Estado e, mais que isso, ao *Estado patrimonialista brasileiro*. Por isso é tão significativo que os jornais

em 423 matérias disponíveis – sendo que em 132 delas, frise-se mais uma vez, o componente enquadrado é exclusivamente “crise econômica” –, destacarem em apenas 33 o campo econômico.

A tese do Estado patrimonialista defendida por Faoro e acusada por Souza aqui entra com seu uso “político” e não “científico”, de acordo com o segundo autor: “a noção de patrimonialismo ‘simplifica’ e ‘distorce’ a realidade social de diversas maneiras e sempre em um único sentido: aquele que simplifica e ‘idealiza’ o mercado e subjetiviza e ‘demoniza’ o Estado” (SOUZA, 2015, p. 34). Ou seja, isto é explicitado nesta primeira variável, quando os atores políticos aparecem em 197 notícias sendo que em 122 delas estão associados ao componente enquadrado “corrupção”.

Faoro, como apontou Souza (2015, p. 91), negligenciou o caráter negativo existente no mercado capitalista, isto é, o mesmo caráter que Faoro (2001, p. 866) garantiu existir apenas no *Estado patrimonialista*, aquele que orienta o capitalismo. Nessa análise preliminar, observa-se o destaque dado à corrupção e sua relação com o Estado e a baixa adesão ao “campo econômico”, que seria nas palavras de Jessé Souza o “mercado virtuoso”. Há uma “adesão”, ao menos nesse recorte do corpus, por parte dos veículos à tese do patrimonialismo que tende a perceber a corrupção como algo exclusivamente estatal.

Narrativa cordial ou cínica?

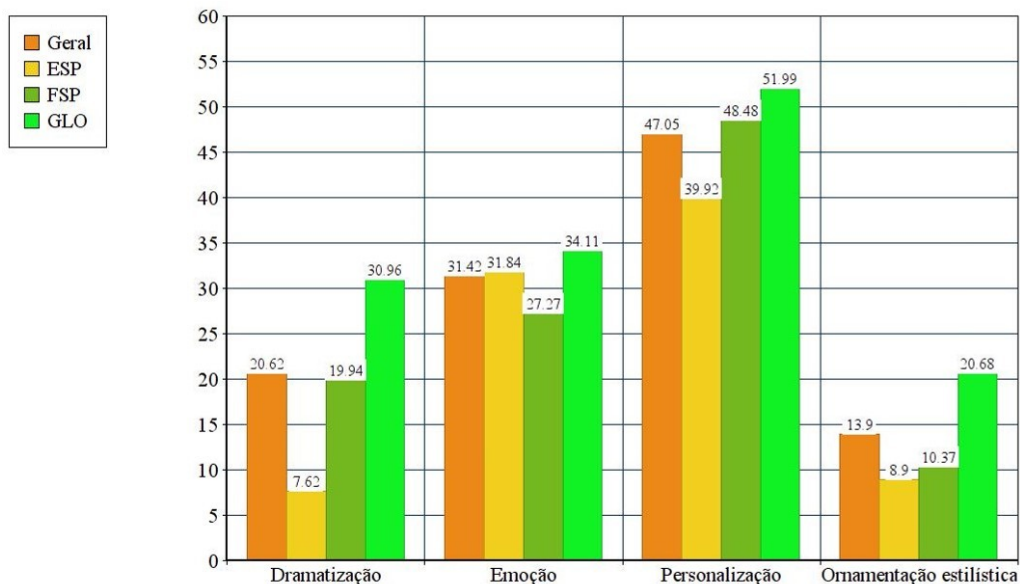
O segundo estudo voltou-se para o nível narrativo. Foram usadas as variáveis de narratividade *Dramatização*, *Emoção*, *Personalização*, *Ornamentação estilística*, sendo possível marcar “ausente” ou “presente”; e de identificação de personagens *Vítima*, *Vilão* e *Herói*. Para analisar este nível, também com o objetivo de testar as categorias e relacioná-las com a teoria aqui debatida, foi usado o *corpus* total, ou seja, 2.202 notícias representando todo o período. Agora, em vez de Raymundo Faoro, o

eixo teórico volta-se a Sérgio Buarque de Holanda e o seu conceito de “homem cordial”.

Dessa forma, chegamos aos seguintes resultados: houve dramatização em 20.62% das notícias: 7.62% no Estadão, 19.94% na Folha e 30.96% em O Globo. A emoção esteve presente em 31.42% das notícias: 31.84% no Estadão, 27.27% na Folha e 34.11% em O Globo. A variável personalização foi a que apresentou os maiores índices: presente em 47.05% das notícias, sendo 39.92% no Estadão, 48.48% na Folha e 51.99% em O Globo. E, por fim, ornamentação estilística¹⁸⁰, a que apresentou os menores índices: 13.9% no total das notícias; 8.9% no Estadão, 10.37% na Folha e 20.68% n’O Globo.

180 “A *dramatização* foi codificada como presente nos casos em que, ao invés de apresentar a informação seguindo a ordem hierárquica de importância – a pirâmide invertida –, a notícia apresentava uma história contada em ordem sequencial, com início, meio e fim. [...] A *emoção*, por sua vez, relaciona-se aos sujeitos presentes na notícia. Uma vez que o estado emocional de um ou mais sujeitos tenha sido descrito (ao menos mais de uma vez), ela foi considerada existente. Verbos como “comemorou”, “cautela”, “celebrar”, “indignado”, indicam emoção. [...] A *personalização* aparece quando a história é contada com foco nos sujeitos e em suas ações. Aplica-se quando há apenas uma a três personagens. [...] Por último, a *ornamentação estilística* aparece quando o estilo literário é utilizado pelo jornalista, indo além da simples descrição dos acontecimentos.” (LIVRO DE CÓDIGOS, 2016).

Gráfico 2 – Personalização da notícia



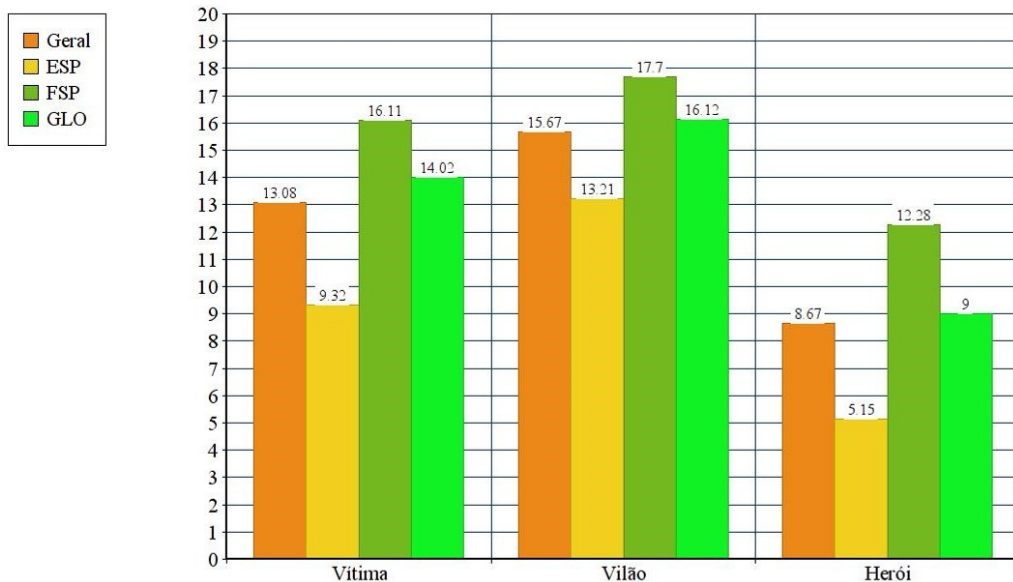
Fonte: COMPA/UFPR.

Na identificação dos personagens os índices são consideravelmente mais baixos. As variáveis dizem respeito a: vítima, presente em 13.08% das notícias, sendo 9.32% no Estadão, 16.11% na Folha e 14.02% em O Globo. Vilão presente em 15.67% das notícias, sendo 13.21% no Estadão, 17.7% na Folha e 16.12% em O Globo. E, por fim, herói, correspondendo a 8.67% das notícias, sendo 5.15% no Estadão, 12.28% na Folha e 9% em O Globo.

Se consideramos que o homem cordial é aquele que lida de maneira pessoal, íntima, “que permite tratar os santos com uma intimidade quase desrespeitosa” (HOLANDA, 2004, p. 149), seja na esfera pública ou privada, ter como resultado metade das notícias (47.05%) escritas em torno de um único personagem não pode ser interpretado com um índice

baixo, uma vez que o acontecimento envolvia muitos personagens, instituições e coletividades, além de ser um processo fundamentado numa lei.

Gráfico 3 – Papéis desempenhados pelos personagens



Fonte: COMPA/UFPR.

Quando isso acontece é de forma muito cristalizada. A notícia de 21 de maio de 2016, “Jornalista ligado a Cunha e ao PSDB é nomeado para EBC”, da Folha de S. Paulo, mostra já no título o que ressaltou Holanda (2004, p. 145) sobre a escolha de quem exerce função pública se dar a partir das relações pessoais e não da racionalização burocrática. A escolha do novo diretor da EBC não se deu apenas pelas relações, mas elas são fundamentais para que o antigo (indicação do governo petista) fosse mandado embora e o novo entrasse. E a Folha resalta isso, como pode ser lido no seguinte trecho: “*Rimoli assumiu o cargo de diretor de*

comunicação da Câmara dos Deputados, convidado por Eduardo Cunha (PMDB-RJ) em meio à crise política”, ou seja, há uma aproximação com Eduardo Cunha, o opositor de Dilma, em 2016. Sem contar que mais adiante na matéria há aspectos de sua vida particular, da sua intimidade que são elencados: “O novo diretor da EBC posta ou compartilha frequentemente textos contra Dilma e Lula. Num deles, pouco depois do impeachment, disse: ‘Dilma não tem vergonha de ser ridícula. Vai à Nova York, capital do mundo, diminuir as instituições brasileiras. Mulher enjoativa’”. O tom do texto, no entanto, é de algo absolutamente normal no meio político.

Tendo esta possibilidade de haver uma intimidade ou não, é preciso avançar para outra categoria: dramatizar um texto, isto é, dar um caráter de trama, foge do protocolo jornalístico em contar “objetivamente” o fato, tal qual a ornamentação estilística. Mas as porcentagens em que dramatização (20.62%) e ornamentação estilística (13.9%) foram usadas foram baixas.

Há, no entanto, entre as variáveis de narrativa o cerne da caracterização do homem cordial: emoção. “O homem cordial age pelos impulsos do coração, sem um mínimo de distanciamento das situações e objetos exteriores, e, dessa maneira, é incapaz de submeter-se a regras abstratas e de diferenciar esfera pública de privada” (WEGNER, 1999, p. 238). Porém, a emoção, que caracterizaria o distanciamento das situações, apareceu em 31.42% das notícias. Perceber a narrativa holisticamente não permite afirmar que a cordialidade tal como definida por Sérgio Buarque está presente, o que não nos leva a afirmar sua ausência, em análises posteriores veremos que em momentos capitais do processo o aspecto emotivo se destaca sobremaneira. Se observar, entretanto, os personagens particularmente, talvez o resultado apresentado seja outro. Rizzotto e Prudencio (2019) discutiram isso sobre

a imagem da presidente Dilma utilizando parte do mesmo corpus¹⁸¹ aqui analisado, porém não abordaram especificamente o homem cordial, isto não impede, todavia, de entender as conclusões por esse viés.

O que foi possível observar é que o enquadramento do impeachment com o teor fortemente personalista retira o foco dos processos institucionais da política brasileira e privilegia o duelo entre adversários, o que conduz para uma visão antipolítica da política. E no caso de Dilma Rousseff, sua dignidade parece ter ficado preservada nas imagens, pois os papéis destacados foram o de vítima e heroína, aquela que resiste (sua qualidade de heroína), ainda que tenha pouca força política (seu defeito como vítima) (RIZZOTTO; PRUDENCIO, 2019, p. 81)

Na análise das autoras, o teor personalista tem relação com a não-racionalidade do homem cordial uma vez que retirou “o foco dos processos institucionais”.

O levantamento quantitativo permite afirmar que os jornais trataram do tema, se formos seguir a nomenclatura de Holanda (e Weber), de maneira formalmente “racional”, ou como disse Wegner (1999, p. 238) com distanciamento da situação. Isto não significa que outras teses, ideologias, ideias não estejam presentes, nem mesmo que atores específicos não receberam tratamentos também específicos como apontou o estudo de Rizzotto e Prudencio (2019) sobre Dilma Rousseff.

Imagem antipática

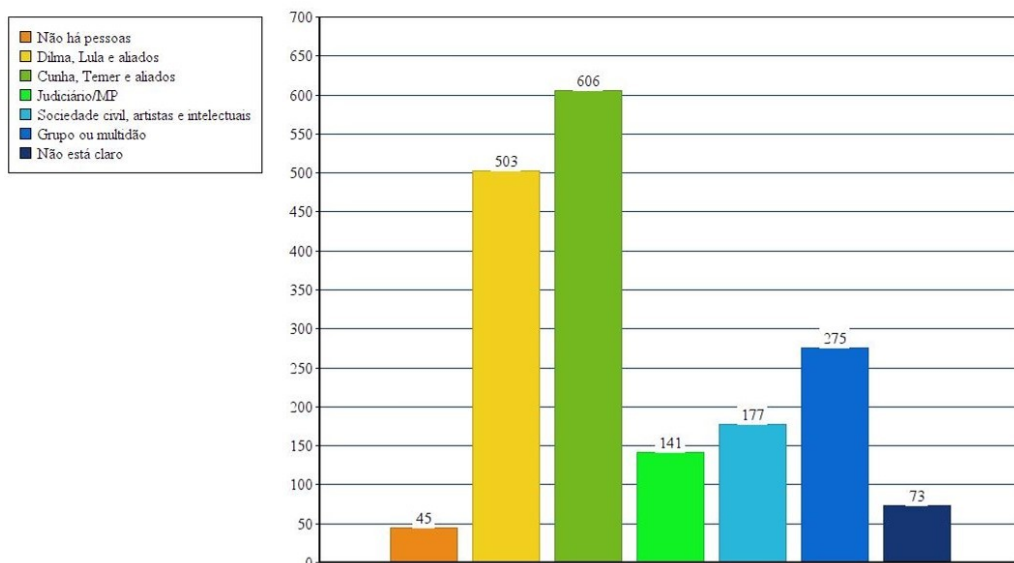
Das 2.202 notícias, 1.820 têm fotografias ou fotomontagens, as 382 restantes ou não são ilustradas, ou estão com desenhos ou infográficos, logo não foram codificadas nesse nível. Das 1.820, 1.109 têm fotografias (ou fotomontagens) de políticos, o que corresponde a 50.36% do total

181 Para a análise do artigo das autoras 138 notícias dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo foram utilizadas, considerando apenas os enquadramentos narrativo e visual.

do *corpus*. No que diz respeito ao enquadramento visual, os dados mais interessantes são aqueles extraídos da combinação com os dados dos enquadramentos narrativo e noticioso.

Poucas matérias não têm nenhuma pessoa, o que pode nos levar a algumas interpretações. Se por um lado os dados quantitativos de narrativa apontaram personalização em 47.05% e apenas 45 matérias não têm pessoas e em 275 é composto por grupo ou multidão, há a tendência em personalizar a fotografia. Na maioria dessas imagens, os retratados têm expressões sérias ou sisudas, sem identificação do local onde se encontram, levando à interpretação de que a política é realizada apenas nos gabinetes e depende da iniciativa de pessoas: estão no espaço público da política, mas atuam nos bastidores, longe do escrutínio popular.

Gráfico 4 – Quem aparece nas imagens



Fonte: COMPA/UFPR.

Se a personalização está presente em quase metade das notícias como recurso narrativo, os personagens retratados nas imagens conduzem a leitura do processo para a disputa dos dois grupos, sendo que o grupo de Cunha, Temer e aliados possui mais visibilidade que o grupo de Dilma, Lula e aliados, configurando o duelo entre protagonistas e antagonistas. Num nível interpretativo protagonistas tendem a assumir o papel de heróis e antagonistas o de vilões, dando um direcionamento para a leitura do acontecimento.

Aceitação do pedido

Para que os resultados ganhem consistência, apresentamos três momentos em que a tese do Estado patrimonialista fica mais evidente na cobertura do *impeachment*. O primeiro é a aceitação do pedido pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. No dia 3 de dezembro de 2015, 13 matérias circularam nos jornais: três do Estadão, três da Folha e sete de O Globo.

Das 13 notícias, 9 contemplavam imagens de políticos, divididas em: 4 de Dilma Rousseff e/ou aliados; 5 de Eduardo Cunha e/ou aliados, indicando um protagonismo dos políticos no processo de aceitação do *impeachment*, o que poderia ser encarado de maneira “natural” uma vez que é um processo político que envolve o poder público.

Uma matéria do jornal O Globo, “A festa dos pró-*impeachment*” (ver abaixo), traz uma imagem de uma manifestação: o vilão desta matéria de acordo com a codificação é Dilma Rousseff; a *emoção* foi marcada como presente, que para além do texto da notícia, aparece também na editoria “Clima de euforia”, como se o processo político fosse competição; o texto da notícia sugere que o *impeachment* é a melhor

solução. Portanto, existe convergência entre o título, os aspectos noticiosos, a imagem e a edição gráfica no sentido de apontar o governo Dilma Rousseff como responsável pelo que acontecia naquele momento.

Figura 1 – Comemoração

CLIMA DE EUFORIA

A festa dos pro-impeachment

Integrantes de movimentos, como o Brasil Livre, foram às ruas de São Paulo em pequenos grupos comemorar, mas evitaram se posicionar sobre a situação de Eduardo Cunha

-SÃO PAULO -

‘E stávamos com o kit festa preparado’, afirmava Renan Santos, um dos líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), com inconfundível alegria, minutos depois que o deputado Eduardo Cunha acatou o pedido de impeachment da presidente Dilma. No fim da tarde de ontem, fogos de artifício foram queimados em diferentes regiões da capital paulista. Na Zona Sul, os estampidos foram esparsos, enquanto na Zona Oeste o barulho foi mais intenso. O clima festivo era claro entre os movimentos que organizaram manifestações contra Dilma ao longo de 2015, que conclamavam eleitores insatisfeitos com ela a comemorar o início do processo de impedimento na Avenida Paulista, “como se o nosso time estivesse ganhando o campeonato”, explicava Santos.

— Sabíamos que isso aconteceria; estávamos assistindo



Barulho. Manifestantes conclamam motoristas a buzinar na Avenida Paulista

a um jogo de chantagem entre Cunha e PT. Em alguma hora esse jogo ia colapsar, como aconteceu. É quem ganha é o Brasil; é um presente de Natal para o Brasil — disse o líder do MBL.

Por volta das 22h, cerca de cem pessoas estavam no vão livre do MASP, enroladas em bandeiras do Brasil e entoando “O PT vai cair”.

— Se Deus quiser, agora ela

cai. Vamos marcar uma nova manifestação ainda hoje — disse Kim Kataguirí, do MBL.

Outro grupo que comemorava a decisão de Cunha era o Vem Pra Rua.

— Este é um dia histórico, porque finalmente um pedido da população está sendo atendido — afirmou Rogério Chequer, porta-voz do movimento.

Quem não foi para a Paulista

mas quis manifestar apoio ao impeachment bateu a panela quando a presidente falou na televisão, por volta das 20h30m. O barulho, bem menor do que em outros pronunciamentos de Dilma, foi ouvido nos bairros centrais na capital.

Os movimentos, no entanto, evitaram se posicionar claramente sobre a situação de Eduardo Cunha, acusado repetidas vezes de ter recebido propina no âmbito da Operação Lava-Jato. Para Chequer, ele ainda é presidente da Câmara e, portanto, tem competência para tomar a decisão.

— Infelizmente, é por motivo de barganha, mas isso é prerrogativa dele. Este pedido não veio de políticos; veio de um clamor popular, e é isso o que importa.

Já Santos, do MBL, não quis discutir a legitimidade do deputado.

— Queremos que o Cunha saia, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra — desconvorsou. ●

“As ruas vão se mobilizar naturalmente a partir de agora. O estopim foi aceso”

Aécio Neves

Presidente nacional do PSDB

Fonte: COMPA/UFPR

Ao olharmos de maneira mais cuidadosa, é possível visualizar vários elementos da tese patrimonialista, seja pela abordagem de Holanda ou pela de Faoro. Duas matérias trazem títulos semelhantes: “Não possuo contas no exterior, afirma presidente”¹⁸², do Estadão, e “Dilma se diz indignada e ataca Eduardo Cunha: ‘Não ocultei bens’”¹⁸³, de O Globo. A notícia em questão é sobre um “duro pronunciamento”, de acordo com O Globo (a matéria não é assinada), de Dilma Rousseff à imprensa após a divulgação da abertura do processo. É possível observar dois elementos: o emotivo – “Dilma se diz *indignada* e *ataca* Eduardo Cunha”, tendo em vista isso a cobertura noticiosa apresentou Dilma como emotiva, ou seja, não racional, como propõe a teoria de Holanda, uma vez que o homem cordial é aquele que age através do coração; e o “Não possuo contas no exterior” e “Não ocultei bens” revelam a promiscuidade do quadro administrativo (FAORO, 2001).

182 O Estado de S. Paulo, 3 de dezembro de 2015.

183 O Globo, 3 de dezembro de 2015.

Figura 2 – Vingança

CRISE E VINGANÇA



Impeachment. Presidente da República negou ter cometido ato ilícito: “São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam este pedido”

Dilma se diz ‘indignada’ e ataca Eduardo Cunha: ‘Não ocultei bens’

‘Eu jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha’

Fonte: COMPA/UFPR.

O plano da imagem é médio, além do mais Dilma aparece sem sorrir e com as sobrancelhas curvadas, indicando seriedade, para usar a nomenclatura indicada: “antipatia”. Partindo da manchete e da imagem, podemos dizer que o jornal colocou Dilma como uma pessoa afetada (HOLANDA, 2004) – “A presidente Dilma Rousseff reagiu atacando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por ter decidido abrir processo de *impeachment* contra ela” – e dá espaço à sua fala para

apresentar um Eduardo Cunha de índole duvidosa, que oculta bens, logo se beneficia da sua posição pública para práticas privadas (FAORO, 2001).

No que se refere ao nível narrativo, a codificação marcou como presente a emoção e a personalização. A dramatização e a ornamentação estilística foram marcadas como ausentes, o que mostra que a matéria seguiu a formalidade textual jornalística. Dilma Rousseff foi codificada como vítima e Eduardo Cunha como vilão. Mais uma vez, como vimos anteriormente, o fato de Cunha estar mais presente no noticiário que Dilma fez com que a posição de protagonista o convertesse em “vilão bom” enquanto Dilma antagonizou no papel de vilã/vítima.

Partindo daí, pode-se tirar como resultado que a aceitação do pedido por parte de Eduardo Cunha não foi baseada em preceitos racionais (HOLANDA, 2004) e o processo de *impeachment* fora aberto a partir do exercício de poder incumbido ao presidente da Câmara por uma vingança pessoal. Ainda que já citado anteriormente, é pertinente repetir que “o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos *cargos, numa confusão entre o setor público e o privado*” (FAORO, 2001, p. 870, grifo nosso). Eduardo Cunha gozou da sua posição no estamento burocrático para dar continuidade a um processo que, de acordo com O Globo, fora por “vingança” (plano pessoal).

Afastamento de Dilma Rousseff

Seguindo a orientação anterior, buscamos as notícias um dia após o afastamento da presidente, logo 13 de maio de 2016. Chegamos ao resultado de 27 notícias, sendo 19 de O Globo, 5 da Folha e 3 do Estadão. Essa diferença entre O Globo e os outros dois jornais acompanha no corpus total.

Neste período do processo, 8 matérias não tiveram imagens, reduzindo o número de 27 para 19. Destas, estavam representados 16 políticos, divididos entre: 5 para Dilma e aliados e 11 para Cunha e aliados. As outras três estão cada uma em: “judiciário”, “sociedade civil” e “grupo ou multidão”. Mais uma vez a predominância dos atores nas imagens é dos atores políticos, o que nos impede de tomar outro caminho interpretativo para além do enunciado no tópico anterior. A centralidade do processo, se tomarmos as imagens como parâmetro, está nos atores políticos. A personalização é um traço da herança do homem cordial, aquele que tem o poder e toda ação política é pessoal.

O enquadramento de narrativa também não traz dados significantes. A variável *dramatização* foi marcada em 16 matérias, a *emoção* em 10, a *personalização* em 13. Houve atribuição de papéis em 9 matérias.

Para evitar confusão com os dados destacaremos os mais significativos no que tange o enquadramento noticioso, uma vez que neste nível são cinco variáveis e muitas opções. Logo, na variável dos atores presentes nas notícias, das 27 totais, 18 são do campo político, reforçando o que mostra o enquadramento de imagem. O problema da notícia, 13 trataram do futuro pós-*impeachment*, dando o caso como encerrado e definido antes do resultado.

Tomando apenas os dados da codificação não é possível identificar os padrões de enquadramento, no entanto, partindo para uma análise mais acurada das notícias, alguns traços se destacam.

Na matéria “Dilma mantém salário e transporte aéreo”¹⁸⁴, do jornal O Estado de S. Paulo, o conteúdo trata de uma série de direitos que Dilma Rousseff poderia gozar após o afastamento. “O peemedebista [Renan Calheiros] deixou uma última cartada de apoio à petista e enumerou uma série de direitos, como salário integral e transporte aéreo,

184 O Estado de S. Paulo, 13 de maio de 2016.

durante os 180 dias de afastamento, ou até o julgamento final do processo do *impeachment*".

Mais adiante, o texto, que em nenhum momento cita diretamente alguém entre aspas, põe em xeque esses direitos: "Os posicionamentos definidos por Renan não eram consenso entre os senadores [...] Aliados de Temer [...] defendem que o uso do aparato do Poder Executivo cabe tão somente a ele". E num outro momento questiona o salário de Dilma: "Outra questão que chama atenção é o salário. Na iminência do afastamento de Dilma, foi levantado que, com base na Lei do *Impeachment*, o salário da presidente deveria ser cortado pela metade, ou seja, a R\$ 15,4 mil". Menciona também o uso dos aviões da Força Aérea Brasileira, o que o texto classificou como "medida polêmica", uma vez que suspensão das atividades não há viagens oficiais. Aqui fica claro que a autora do texto confundiu direitos do cargo com vantagens pessoais, condenando em Dilma algo que era de seu direito, ou seja, ao condenar o usufruto privado de um bem público (crítica ao patrimonialismo) acaba por reforçar a confusão entre público/institucional e privado (apologia da cordialidade).

Figura 3 – Privilégio

TROCA DE COMANDO



Pronunciamento. Dilma Rousseff falou ontem no Palácio do Planalto após ser comunicada da decisão do Senado favorável ao processo de impeachment

Dilma mantém salário e direito a transporte aéreo

Presidente afastada ontem também não terá de deixar o Palácio da Alvorada até o julgamento final do impeachment no Senado



Ex-ministros. 1. Valdir Simão (Planejamento); 2. Eugênio Aragão (Justiça); 3. Tereza Campello (Desenv. Social); 4. Aloizio Mercadante (Educação); 5. Nelson Barbosa (Fazenda); 6. José Eduardo Cardozo (AGU); 7. Dilma; 8. Eleonora Menicucci (Mulheres); 9. Berzoini (Sec. de Governo); 10. Kátia Abreu (Agricultura); 11. Edinho Silva (Comunicação); 12. Izabella Teixeira (Meio Ambiente)

Izabella Bouffim / BRASÍLIA os 180 dias de afastamento, residência oficial. A presidente do pela metade, ou seja, a R\$ ex-presidente Fernando Collor

Fonte: COMPA/UFPR.

O plano da imagem é aberto, indicando contexto, de acordo com a literatura (RIZZOTTO; PRUDENCIO, 2019; RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011). A notícia trata da série de gastos que Dilma daria aos cofres públicos, embora nenhum momento a matéria traga essa conta

ou foque diretamente nesse argumento, ele está subentendido, na medida que todos os direitos (locomoção, Gabinete Pessoal, salário) seriam disponibilizados a ela. Logo, o contexto indicado, com 12 ministros aparecendo na imagem e identificados na ilustração abaixo da fotografia, pode ser interpretado como o alto custo para o Estado que gera um governo ou um presidente, pois até quando ele deixa o poder, as despesas continuam.

É uma matéria que poderíamos, de acordo com a codificação, classificar como bastante protocolar. Ao olhar mais de perto e cruzar com a imagem, elementos se destacam permitindo uma vinculação com a tese do Estado patrimonialista, a começar com o primeiro parágrafo em que é citada uma “cartada” de Renan em “apoio” a Dilma, ou seja, como se ele tivesse usando da sua posição de mando (possuidor de poder) para favorecê-la, como um ato solidário.

Mais adiante, a matéria questiona a decisão do presidente do Senado em manter o salário atual, tomando como base a Lei do *Impeachment*. A contra argumentação de Renan é que esta legislação é pouco precisa e “A assessoria técnica do Senado [...] informou que a medida é inconstitucional”. A jornalista usa de opiniões de terceiros (aliados de Temer) para questionar a posição de Renan Calheiros.

Além disso, é posto que Dilma manteria seus “direitos”, porém a maneira colocada – “cartada” e “apoio” – dá a entender uma vantagem, portanto a “posição estamental” que “aspira privilégios”, como diz Faoro (2001, p; 59), é destacada e reforçada ao realizar o resgate histórico à época de Fernando Collor que quando afastado “também pôde montar sua equipe de apoio, com servidores, secretárias e motoristas” (O ESTADO DE S. PAULO, 2016).

A última defesa

Em 29 de agosto de 2016, Dilma Rousseff teve sua última oportunidade de se defender publicamente. Foi ao Senado Federal e apresentou sua defesa. No dia seguinte, 20 notícias foram publicadas: 10 em O Globo, 6 no Estadão e 4 na Folha.

Das 16 matérias com imagens, 8 representam políticos, 7 grupo ou multidão e 1 a sociedade civil. O plano das imagens dividiu-se em: 2 aberto; 6 médio; e 8 fechado. Portanto, as notícias trazem mais *closes*, o que indica individualização do processo político.

Nesse momento, as notícias apresentaram um índice maior de dramatização (9 matérias) e ornamentação estilística, em razão do teor da defesa da presidente. A personalização manteve os índices (10 matérias com os dois recursos). Como a defesa ocorreu no plenário do Senado, os atores eram quase todos do campo político (14), discutindo o problema da legalidade ou legitimidade do processo (9).

Das quatro matérias publicadas pela Folha de S. Paulo (“Temer reage a ofensiva final de Lula por votos”; “Protesto em SP tem bombas e depredação”; “Comportados, convidados de Dilma e acusação seguem sessão no senado” e; “A senadores que decidirão o *impeachment*, Dilma diz temer morte da democracia”) duas tratam da defesa da presidente, sendo que apenas uma diz respeito diretamente à sua fala no Senado (Figura 4).

Figura 4 – Desfecho triste e necessário



A presidente afastada, Dilma Rousseff, emociona-se ao falar de seu passado de presa e torturada pelo regime militar

A senadores que decidirão o impeachment, Dilma diz temer morte da democracia

Petista tenta reverter cenário favorável ao afastamento, cuja votação começa hoje; acusação é de pedaladas fiscais e fraude em decretos orçamentários

10/05/2016

Não que pode ter sido seu dilematizado ato como presidente da República, Dilma Rousseff (PT) foi ao Senado nesta segunda (9) para responder às acusações de que cometeu crime de responsabilidade ao emitir decretos orçamentários sem autorização do Congresso e praticar as chamadas pedaladas fiscais — operações ilegais de crédito junto a bancos estrangeiros.

Em um discurso inédito de 47 minutos, Dilma mencionou sua própria história de presa e torturada na ditadura militar, voltou a dizer que é vítima de um golpe e disse temer pela "morte da democracia".

Em seguida, passou a ser questionada pelos senadores em cinco horas, mas repetiu, sempre com embate com alguns de seus opositores mais duros, na plateia, destacando-se a ex-presidente Lúcia Leites Lula da Silva e o compositor Chico Buarque.

Mesmo com a defesa da presidente, a avaliação entre senadores é de que a aprovação do impeachment, em votação marcada para esta terça (10), é irreversível. São necessários 56 de 81 votos para que a petista seja cassada, o que a levaria a perder seus direitos políticos por oito anos e transformar-se Michel Temer (PMDB) em presidente efetivo até 2018. Já esta segunda, 52 senadores declararam apoio ao afastamento de Dilma, 18 se posicionaram cautelosamente e 11 não haviam declarado seu voto.

Em entrevista aos atletas olímpicos em Brasília, Temer não quis comentar a performance de Dilma no Senado. Afirmou apenas que aguarda uma definição "com tranquilidade".

Em São Paulo, um ato contra o impeachment na avenida Paulista teve confronto com a polícia, que lançou bombas de gás nos manifestantes.

Fonte: COMPA/UFPR

A matéria da Folha é curta e dos 47 minutos em que a presidente discursou, o jornal destacou o desempenho histórico feito por ela, lembrando seus tempos de tortura e ditadura militar, que é vítima de um

golpe, temer pela morte da democracia e o tom respeitoso, porém tenso, entre ela e os senadores. O restante da matéria aborda temas externos ao discurso em si, como as presenças de Lula e Chico Buarque¹⁸⁵; a quantidade necessária de votos; como Michel Temer aguardava a votação e; um ato contra o *impeachment*. Apesar de a manchete indicar que a notícia abordará o discurso de Dilma, ele fora resumido a três breves observações e em todas elas o caráter emotivo se destacou.

No eixo enquadramento noticioso a variável *recomendação de tratamento*, raramente encontrada em notícias, apareceu como “o *impeachment* é a melhor solução”. Com isso, o enquadramento geral responde à pergunta do problema anterior (legalidade ou legitimidade do processo): não se trata se é constitucional ou não, é a recomendação.

Os aspectos destacados pela Folha não foram as explicações jurídicas, econômicas e políticas dadas por Dilma Rousseff, tampouco os questionamentos de mesma ordem por parte dos senadores. Seja de um lado ou de outro, o jornal salientou o “clima tenso” e o medo de Dilma em relação à democracia. Mais uma vez, num dos principais momentos do processo, a cobertura fora sustentada em características pessoais.

Considerações finais

A análise multimodal apresentou-se muito profícua como ferramenta de grandes números. A construção do livro de códigos e sua possibilidade de estudo em três níveis (visual, narrativo e noticioso) cruzando-os entre si revelou dados que não estamos certos que seria possível apenas com um deles. Conforme as análises demonstraram, pudemos extrair evidências “patrimonialistas” da cobertura de cada eixo ao realizar as análises quantitativas separadamente – Faoro e o enquadramento noticioso e

185 Curiosamente, o músico Chico Buarque é filho de Sérgio Buarque de Holanda.

Holanda e o enquadramento narrativo – e com os três juntos, muitas vezes um reforçando o outro, como foi o caso das análises qualitativas.

O que enxergamos como ganho da metodologia multimodal, ainda pouco usada no Brasil, é a possibilidade de dar maior precisão mesmo em trabalhos de caráter exploratórios e interpretativos como este. Isso pelo fato de as codificações e os três níveis de análise minimizarem aspectos subjetivos. Portanto, ao concluirmos em determinado eixo a presença ou não da tese do Estado patrimonialista, havia mais dois para comprovar ou não. E, mais, a construção do livro de códigos e as codificações não foram realizadas com o objetivo de encontrar o patrimonialismo na cobertura noticiosa, logo não houve qualquer direcionamento nas duas partes do processo. Isto se comprova nas análises: na discussão quantitativa do “homem cordial” não é possível afirmar categoricamente que a cobertura noticiosa da deposição de Dilma Rousseff foi emotiva, ou seja, houve distanciamento dos fatos impedindo os jornais e jornalistas de se envolverem íntima e pessoalmente. Daí, a importância de cruzar as variáveis. Se num primeiro momento a variável referente à emoção não dava o suporte necessário para identificar o “homem cordial”, ao relacioná-la com as variáveis “personalismo” e “dramatização” passamos a ter indicativos mais substanciosos. E mais, tínhamos a nossa disposição outros dois eixos com outras variáveis para “comprovar” a presença da tese do Estado patrimonialista, mostrando mais uma vez como a análise multimodal dá os suportes necessários e superam uma análise que usa única e exclusivamente o enquadramento noticioso.

A partir disso e dos nossos resultados, podemos, portanto, afirmar que a cobertura foi mais racional aos moldes de Holanda, o que de certa maneira converge com o dado citado sobre a ausência de posicionamento. Embora não seja possível afirmar categoricamente também que ela foi totalmente racional, em várias passagens percebemos a presença de características emocionais, inclusive em momentos chaves do processo. Ou também que atores específicos não receberam

tratamentos singulares favorecendo uma interpretação sobre a outra, como mostrou o estudo de Rizzotto e Prudencio (2019) sobre Dilma Rousseff. Neste sentido, o que é possível afirmar, referente à cobertura noticiosa e o cruzamento com as teorias de Holanda e Faoro, que a imprensa se aproxima mais da tese do Estado patrimonialista deste do que daquele, ou seja, há mais uma desqualificação da política e seus atores em geral como locus de corrupção do que um tratamento de favorecimento de um ou outro grupo.

Holanda espria sua análise ao brasileiro bem aos moldes de uma tipologia weberiana, ou seja, há determinadas características que compõem um tipo social do brasileiro, levando ao tipo de política praticada no Estado. Enquanto Faoro vê que há um tipo de Estado fundado no Brasil que levaria à formação de determinado povo, daí sua afirmação de aqui haver antes um Estado do que uma nação.

Faoro vê a solução, pois para este o que faltou (ou falta) no Brasil é a presença de certo liberalismo.

O que se pôde perceber pela análise do enquadramento multimodal é que a tese do Estado patrimonialista está presente, mas não de maneira clara ou tratada explicitamente. Ela está na construção do campo político formado por uma casta, que detém privilégios, que está distante da população. A cobertura jornalística opera assim como normalizadora dessa visão que se perpetua na sociedade, quando seu papel seria atuar como questionadora.

A crítica às práticas de corrupção acaba por reforçar a tese do Estado patrimonialista também porque retira o campo econômico do cenário da crise política, de alguma forma “poupando” seus agentes. A lógica do mercado, portanto, invade a maneira como o próprio Estado deve ser pensado e como os teóricos pensam o Estado, fazendo críticas como a do patrimonialismo: “o mercado não se impõe simplesmente porque ‘invade’ os setores associativos e de Estado, mas porque se tornou um

modelo universalmente válido para pensar a ação pública e social” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 312).

A cobertura jornalística rendida às informações não fortalece a democracia. Sem discutir com mais precisão o *impeachment*, seus fundamentos e contradições e focando numa corrida por votos, como se fosse uma eleição, e cobrindo o acontecimento de maneira protocolar, a imprensa reforçou a crença patrimonialista e endossou a possibilidade de um *impeachment* duvidoso.

E temos aqui a singularidade da cobertura, esperávamos inicialmente, por se tratar de um acontecimento pouco comum no universo político, que houvesse por parte dos veículos uma cobertura diferente daquela praticada no cotidiano. O que não ocorreu. Pudemos perceber uma banalização e burocratização por parte dos jornais, reforçando mais uma vez aspectos “racionais” e também “burocráticos”, de acordo com a terminologia weberiana, portanto, a singularidade está na não singularidade de uma cobertura que se pretendia diferenciada. A Folha, O Globo e o Estadão cobriram o *impeachment* ordinariamente, a reforçar a crítica de Jessé Souza: as causas de todas as mazelas sociais estão no Estado e tão somente nele, portanto para que haja melhorias sociais é preciso que ele funcione espelhado onde há eficiência: no mercado. O patrimonialismo foi marcado na indicação de Dilma e seu partido como causa da corrupção no governo e a política foi retratada como um assunto de colegas; as consequências do *impeachment* se abateriam apenas sobre os culpados sem implicações institucionais, restando ao homem cordial arrumar a casa depois da queda.

Referências

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FAORO, R. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IYENGAR, Shanto. **Is anyone responsible?** How television frames political issues. Illinois: University of Chicago Press, 1991.

LIVRO DE CÓDIGOS – enquadramento multimodal – *impeachment*. **Comunicação e Participação Polítca (COMPA)**, 2016. Disponível em: < <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/27> >

MATTHES, Jörg.; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K. Vítima, vilã ou heroína: a imagem de Dilma Rousseff na narrativa do *impeachment*. In: GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. **(Des)Construindo uma queda**: a mídia e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Florianópolis: Insular, 2019.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do "impeachment" de Dilma Rousseff. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 08-36, ago/nov. 2018.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K.; SAMPAIO, R. Tudo normal: a pauta antipolítica no enquadramento multimodal da cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff. **Comunicação & Sociedade**. C&S – São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 111-130, set./dez. 2017

RODRIGUEZ, L.; DIMITROVA, D. The levels of visual framing. **Journal of Visual Literacy**, 2011 Volume 30, Number 1, 48-65.

SEMETKO, H. A.; VALKENBURG, P. M. Framing european politics: a content analysis of press and television news. **Journal of Communication**, v. 50, p. 93-109, 2000.

SHEN, F., AHERN, L., & BAKER, M. Stories that count: Influence of news narratives on issue attitudes. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 91(1), 98–117, 2014.

SODRÉ, N. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, J. **O Malandro e o Protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora UNB, 1999.

SOUZA, J. **A modernização seletiva: Uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: Leya, 2015.

TANKARD, James. W. The empirical approach to the study of media framing. In: REESE, Stephen. D.; GANDY JR., Oscar. H.; GRANT, August. E. (Ed.). **Framing public life**: perspectives on media and our understanding of social life. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, p. 95-106, 2001.

TAVOLARO, S. B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 20 (59), p. 5-22, 2005.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé (org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora UNB, 1999.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS**, v. 18, p. 235-252, 2011.

WEGNER, Robert. Os EUA e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: SOUZA, Jessé de (Org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora UNB, 1999.

WOZNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. **Environmental Communication**, Dec. 2014.

O JORNAL NACIONAL E O RITO DE DESTITUIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF: O monopólio social da “nação”¹⁸⁶

Maria Eduarda Rocha

“O golpe maior que nos deu o Estado é o que se poderia chamar de efeito do ‘é assim’, efeito do ‘é dessa forma’”. (BOURDIEU, 2014, Sobre o Estado).

A vitória em uma eleição presidencial e todos os seus desdobramentos podem ser pensados como um “rito de instituição” (BOURDIEU, 2014, p. 248) através do qual o Estado transfere uma porção expressiva de seu capital simbólico ao indivíduo eleito. Em sentido inverso, a narrativa do golpe na mídia pode ser pensada como um “rito de destituição” segundo o qual, a cada passo, esse capital simbólico era arrancado da Presidenta eleita com a chancela de instancias de poder que disputavam com ela o monopólio da representação da “nação”, especialmente o Judiciário e o Legislativo, além da própria mídia, que detém uma importância especial por ser o dispositivo principal de encenação daquele rito.

A cobertura da Globo e, em especial, o Jornal Nacional (JN), foram muito importantes¹⁸⁷ na desconstrução da autoridade pública da Presidenta a partir do material oferecido pelas outras instâncias de poder, notadamente o Judiciário e o Legislativo. A pesquisa selecionou cinco edições do JN correspondentes aos passos decisivos do golpe em sua

186 Artigo publicado pela primeira vez na Revista de Ciências Sociais (UFC), vol. 50, 2019.

187 A Pesquisa Brasileira de Mídia mostra claramente a predominância da TV como veículo de radiodifusão mais importante do país (PBM, 2015). Além disso, a mesma pesquisa mostra o caráter policlassista da audiência da TV, o que lhe confere uma importância singular na imaginação da “nação”.

etapa final e as submeteu a uma análise de estrutura (BARTHES, 2003). Verificou-se, então, que elas se organizam de modo a desgastar o capital simbólico de Dilma Rousseff como Presidenta da República, inclusive através da criminalização de Lula como seu fiador político. As edições analisadas foram a de 04 de março, dia da condução coercitiva de Lula determinada por Sérgio Moro; a de 16 de março, quando foi divulgada a gravação de uma conversa telefônica entre Dilma e Lula a respeito da nomeação deste último como Ministro da Casa Civil; a de 18 de abril, data da cobertura da votação na Câmara dos Deputados que autorizou a abertura do processo para o afastamento da Presidenta; a de 12 de maio, dia da saída de Dilma e da posse de Temer como interino; e a de 31 de agosto, quando o Senado aprovou o seu afastamento definitivo. A cada passo, a figura de Dilma perdia sua aura de Presidenta para se transformar em ré até, finalmente, sair de cena como uma página virada da história brasileira.

Apesar da força do Judiciário, do Ministério Público, até mesmo do Legislativo, a convergência de interesses entre os setores conservadores abrigados nessas instâncias de poder talvez não fosse suficiente sem o apoio maciço da mídia corporativa. De fato, se o lugar institucional do golpe foi o plenário das duas casas do Congresso, seu principal nicho simbólico foi a bancada do Jornal Nacional (THOMPSON, 2002).

O Estado, a “nação” e a indústria cultural: a concentração do capital simbólico e a crise política no Brasil

As categorias fundamentais da análise são, de um lado, o universal encarnado pelo Estado ao qual a Globo tenta se associar para construir sua autoimagem de veículo objetivo que supostamente também pairaria acima dos interesses particulares. De outro lado estão aqueles confinados pelo discurso da TV e pelas práticas das instâncias de poder estatais ao lugar do particularismo, dos interesses partidários, da corrupção. Na

cobertura analisada, é possível perceber um sentido recorrente de destituição da autoridade universal de Dilma Rousseff como Presidenta. Podemos começar por seu desfecho, quando esse sentido se completou, a edição de 31 de agosto de 2016, dia da votação no Senado que selou definitivamente o golpe. O Jornal Nacional começa destacando a notícia mais importante do dia, na voz da âncora Renata Vasconcelos: “61 senadores votam “sim” ao *impeachment*”. Na sequência, em uma gravação, o então Presidente do STF e da seção no Senado, Ricardo Lewandowsky, proclama o resultado: “Ficando assim a acusada condenada à perda do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil”. Estava então concluído o processo de despojamento das “vestes reais” de Dilma Rousseff, sua descida à condição de mortal comum em um longo rito de destituição que tem lugar no Congresso, mas que, como rito nacional, é encenado na TV em torno da qual se articula a nação como “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008; BECKER, 2005; GUIMARÃES; COUTINHO, 2008).

Na base do nacionalismo, está a formação dos Estados nacionais, comumente vista como uma centralização política baseada na concentração dos recursos militares e fiscais, mas que é concebida por Bourdieu como tendo no capital simbólico uma dimensão crucial (2014, p. 261). A monopolização desta forma de capital por parte do Estado deu-se à medida em que ele foi assumindo a forma de uma instância supostamente transcendente em relação aos interesses particulares, primeiro, pela separação entre a pessoa física do rei e a sua autoridade pública; depois, pela secularização dessa autoridade na figura da “nação”. Bourdieu mostra que, lentamente, como parte desse processo, um corpo de funcionários encarregados da gestão do “público” surgiu e se consolidou, passando a monopolizar poder simbólico em nome do Estado (2014, p. 278 e ss.).

A concentração de capital simbólico define tanto a formação dos Estados nacionais quanto o surgimento da indústria cultural, processos

que não foram historicamente sincronizados, mas que, neste ciclo histórico, convergem para configurar uma situação profundamente antidemocrática no Brasil, de monopólio social da “nação” por parte dos setores conservadores do Judiciário, do Legislativo e da mídia corporativa.

No período de vigência do lulismo, entre 2006 e 2013, a estabilidade política foi alcançada mediante concessões feitas às classes populares, especialmente as políticas sociais e o aumento do salário mínimo acima da inflação (SINGER, 2012), combinadas à manutenção da forma primordial de transferência de riqueza pública a mãos privadas, a política de juros. A partir de 2013, o aprofundamento da crise econômica, a naturalização das conquistas sociais das classes populares e a desmobilização política das forças progressistas abriram espaço para a manifestação pública da insatisfação diante do Estado. As manifestações de junho, apesar da pauta inicial de reivindicação de transporte público acessível e de qualidade (ROLNIK, 2013; MPL, 2013), foram se fragmentando em vários matizes ideológicos (SINGER, 2013). Mais tarde, a maior parte dos protestos de rua iria adquirir na mídia o sentido de um levante em defesa do “Brasil”. Isso porque, em 2014, a derrota dos setores conservadores nas eleições presidenciais por uma margem pequena de votos mostrou a viabilidade e a necessidade de investir de modo ainda mais feroz contra o laço simbólico tecido entre Dilma/Lula e as classes populares.

Em 2016, completou-se uma segunda fase do esvaziamento do capital simbólico e político do PT pela grande mídia brasileira. O esgarçamento dos vínculos entre os líderes petistas e o “povo” é o efeito mais procurado pela cobertura do telejornal. O recurso retórico fundamental é o de destituir sua autoridade universal associada à Presidência e, para isso, o JN investe na sua associação a interesses particulares, através da explicitação do caráter político de suas posições e, mais ainda, da imputação de um caráter criminoso à sua vinculação

política, através do tema da corrupção¹⁸⁸. Contra ela, a correção dos procedimentos sancionados pelo poder politicamente “neutro” do Judiciário. O tratamento moralista da corrupção baseia-se em uma idealização dos operadores da lei e de jornalistas como agentes orientados exclusivamente para o bem público e é uma das principais barreiras à sua compreensão como fenômeno histórico recorrente (AVRITZER *et al.*, 2012, p. 12; LIMA, 2012, p. 442; CARVALHO, 2012, p. 200).

A corrupção é o principal recurso retórico no trabalho de destituição da autoridade universal alcançada por Dilma Roussef como Presidenta do Brasil, e de Lula como ex-presidente¹⁸⁹. Mas cabe ressaltar que somente um estudo de recepção permitiria analisar as formas predominantes de interpretação desses discursos pelas diferentes classes e frações de classe. O que nos cabe aqui é mostrar o “contrato de leitura” (FAUSTO NETO, 1996) proposto pelo JN a seus telespectadores, as linhas pontilhadas que ele sugere que sejam completadas pelo receptor no processo de construção de sentido, e que apontam para certos “efeitos”, tais como a “legalidade” e a “objetividade” da atuação das forças golpistas.

Do universal e do particular

188 O tema da corrupção permite a moralização do debate e tem sido usado pela mídia brasileira desde a Era Vargas para minar a autoridade de lideranças que não agradam completamente às elites, das quais, vale lembrar, também fazem parte os empresários da comunicação (AMORIM, 2015)

189 Como é sabido, a tentativa de esvaziamento do capital político e simbólico do PT pela grande mídia nacional não vem de hoje, aja vista a munição gasta para tentar evitar a reeleição de Lula em 2006 com o chamado “escândalo do Mensalão”. (LIMA, 2007). Naquele ano, o fracasso da empreitada sugeriu que as relações entre a mídia e o público são muito complexas, crivadas de “mediações” tais como os vínculos familiares, associativos e religiosos, além dos contextos político e econômico cujo sentido os grandes veículos contribuem para construir, mas a partir de dinâmicas sociais que não controlam. (HALL, 2003; BARBERO, 2003; BIROLI; MIGUEL, 2013).

Quando interesses de classe particulares emergem no debate público revestidos de uma autoridade universal, estamos diante da universalização e da naturalização, que são momentos decisivos do funcionamento da ideologia (MARX, 1996). Ao constatar que os possuidores dos meios de produção são também, como classe, os possuidores dos meios de produção simbólicos, Marx explica a principal razão pela qual “as ideias das classes dominantes são, em cada época, as ideias dominantes” (1996, p. 72). Ao alcançar as classes mais baixas, tais ideias e representações já perderam sua marca de origem e podem aparecer, não como um ponto de vista construído a partir de uma posição específica no espaço social, mas como aquilo que “simplesmente é”. Passamos assim, da universalização à naturalização.

O Estado moderno ocidental é, por definição, a encarnação do universal, tamanho o poder simbólico que concentra (BOURDIEU, 2014, p. 314). O esvaziamento da autoridade universal conferida a Dilma pela vitória nas eleições de 2014 só pode ser feito por instâncias estatais que se colocaram acima da Presidência. A corrupção é um recurso retórico particularmente importante nessa empreitada porque é a constatação da permanência de interesses particulares no interior do Estado, que aparece como uma traição ao caráter sagrado do poder estatal, embora ela esteja inscrita na própria estrutura deste poder, uma vez que ele corresponde a “cadeias de dependência e, a cada um dos elos da corrente, institui-se a possibilidade de um desvio” (BOURDIEU, 2014, p. 362).

Em relação a Dilma e a Lula, a corrupção funciona como um meio de separar a pessoa física, que tem uma existência familiar e partidária, da figura representante do poder universal do Estado. Na dinâmica do golpe, há uma desestabilização temporária da partilha daquela autoridade universal, uma vez que a mídia, o Judiciário, o Congresso, a Polícia Federal e o Ministério Público disputam com a Presidência o direito de falar em nome da “nação”. A representação que a Globo constrói de cada

uma das instâncias de poder em questão se define por uma posição específica no espectro que vai do mais particular ao mais universal. O Congresso, por exemplo, é representado como uma arena de disputas crivada de particularismos. Na outra ponta, estariam o STF e o juiz Sergio Moro, diletas encarnações da universalidade. De novo, interessa começar pela edição de 31 de agosto. O JN traça o desenho das divergências em torno da votação que destituiria Dilma Roussef e que poderia também cassar seus direitos políticos por oito anos. Aliados de Dilma defendiam a separação em duas votações, para que ela tivesse a chance de manter seus direitos políticos, enquanto o PSDB tachava tal separação de inconstitucional.

Em várias passagens da cobertura, depois de mostrar os partidos em disputa, a Globo costura uma narrativa que culmina com o arbítrio do representante do STF, que preside a seção no Senado e que lhe confere legitimidade. Na reportagem citada, a respeito da reivindicação de separar a votação da perda de mandato daquela referente aos direitos políticos, Júlio Mosquera diz: “Lewandowski resolveu acolher o pedido do PT. Determinou que fossem duas votações, e nos dois casos os favoráveis ao *impeachment* teriam que reunir pelo menos 54 dos 81 votos”. Há uma tendência a apresentar os representantes dos partidos como defensores de uma posição particularista e depois fazer aparecer o STF como a instância superior que arbitra os conflitos, de modo que a cobertura deslegitima a política¹⁹⁰ em nome de uma suposta pureza moral encarnada pelo poder judiciário.

Frequentemente, a transubstanciação dos particularismos em universal tem dois momentos na cobertura: o primeiro é o da votação que estabelece a maioria. O segundo é a chancela ou do STF ou do

190Analisando a cobertura das convenções nacionais do PT, do PSDB e do PV em 2010, Sanglard e Leal identificaram a tendência do JN de realçar os aspectos negativos da política, bem como a predominância do escândalo político como enquadramento preferencial nas notícias sobre o tema (2010).

“povo” em carne e osso. Como maioria, a autoridade do Congresso no telejornal se mantém. Mas o segundo e mais decisivo momento é a chancela da nação, quer através do STF, quer através do “povo nas ruas”. Especialmente no primeiro caso, a legalidade dos procedimentos aparece como garantia de ¹⁹¹legitimidade do processo, configurando um efeito que podemos chamar de “o rito é a prova”. Na edição de 31 de agosto, o relato do JN sobre a manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff tem o sentido de mostrar a suposta imparcialidade do STF, já que Lewandosky acatou o pedido dos partidários da Presidenta e separou em duas as votações sobre o seu afastamento e a manutenção dos seus direitos políticos. Fica claro, entretanto, que a ênfase na legalidade do golpe é o recurso retórico preferido por um dos lados da disputa. Vejamos a reportagem de Júlio Mosquera, na edição de 31 de agosto: “A senadora Ana Amélia, do PP, falou da *legalidade de o todo processo*, com participação do *Ministério Público, Supremo, Câmara e Senado*. E disse que o país amadureceu com o *impeachment*.” Cada instância de poder adiciona a sua cota diferencial de legitimidade ao processo. E o próprio Lewandosky, no curso da votação, usou o respeito aos procedimentos como argumento para conformar os conservadores diante da derrota pontual em relação à manutenção dos direitos políticos de Dilma: “Tem que *respeitar os procedimentos*, os dispositivos regimentais sob pena, senador Collor, de um deputado pertencente à bancada do Partido dos Trabalhadores atravessar a praça, ingressar eventualmente com mandado de segurança e invocar direito líquido e certo, senador Aluísio Nunes sabe disso. E nós corremos o risco de interromper o *nosso* julgamento ou invalidarmos o julgamento depois de terminarmos o julgamento”.

Já a chancela do “povo nas ruas” foi o recurso preferencial na edição de 18 de abril sobre a votação na Câmara no dia anterior, que teve a difícil tarefa de fazer um dos episódios mais grotescos da história do país

191 Usaremos o itálico para assinalar os trechos mais relevantes para a análise.

aparecer como uma festa da democracia. Renata Vasconcelos introduz assim a reportagem sobre o impacto dos acontecimentos sobre os telespectadores: “O Brasil passou o domingo acompanhando a sessão de votação no Plenário da Câmara, o Congresso estava lotado”. Ou seja, se os representantes não estavam à altura de sua responsabilidade, o certo é que, através da TV, era a nação que endossava o processo. Ao final da edição, o sentido vai se fechando na fala da âncora seguida de depoimento de pessoas nas ruas: “Pra todas essas pessoas o domingo foi invadido por uma vontade tão grande de fazer parte desse processo que tanto o taxista que assistia pelo celular em Belém, quanto quem se refrescava na sorveteria do interior de São Paulo conseguia acompanhar tudo. Entre os muros da Esplanada e as manifestações em todo o país as maiores aulas de convivência pacífica vieram, quem diria, de dentro de muitas casas: (entrevistado) ‘A mãe das minhas filhas tem 21 anos e ela... Presidente pra ela é... Ela tinha opinião contrária a minha e... tudo bem, tudo bem, porque tem que vencer mesmo é a democracia, é a Justiça... Tem que ser decidido é o melhor pra nação”.

“Legalidade” dos procedimentos jurídicos e “objetividade” jornalística: a dupla face do universal na cobertura

A parcela conservadora do Judiciário foi um dos principais componentes do bloco de poder responsável pelo golpe, juntamente com o Congresso e a grande mídia corporativa. Um de seus papéis foi o de fornecer a matéria-prima para que veículos como a Globo pudessem investir no “efeito legalidade”, ou “o rito é a prova”, que recobriu cada uma das etapas do processo, incluindo o ataque a Lula, nas edições de 04 e 16 de março, dias da condução coercitiva e da divulgação da conversa telefônica entre ele e Dilma. Não por acaso, em todas as edições analisadas com exceção da primeira, o JN rememorou os passos do processo, avalizando o respeito aos procedimentos que faz com que o

golpe possa assumir a forma de um *impeachment*¹⁹², o que se explicita na fala do Ministro do STF Dias Tóffoli, na edição de 12 de maio: “Não se trata de um golpe. Todas as democracias têm mecanismos de controles. E o processo de *impeachment* é um tipo de controle”.

O “efeito legalidade” se combina a um “efeito objetividade” que é a dimensão jornalística da mesma captura da universalidade vista no plano das instâncias de poder estatais. A Globo procura construí-lo de várias maneiras, sendo a mais importante delas o recurso a falas de autoridades supostamente inquestionáveis, o STF, demais instâncias do Judiciário, em especial o “herói” Sérgio Moro, a Polícia Federal, o Ministério Público e, em menor escala, as lideranças dos partidos empenhados no golpe parlamentar. As forças partidárias, por definição, não tem o mesmo poder de atração para o discurso universalizante no contexto da grave crise do sistema de representação política. Pelo contrário, são elas que tentam se associar a autoridades supostamente pautadas pelo “interesse público”, inclusive a Globo em sua pretensão à objetividade. Forma-se, assim, uma espécie de cadeia de transferência de capital simbólico entre

192Infelizmente não é possível discutir, nos limites desse texto, outra base de justificação do golpe que podemos chamar de “o crime é a crise”. Frequentemente, depois de relembrar o respeito aos procedimentos jurídicos e legislativos usados no afastamento de Dilma, o JN fazia uso de dados sobre queda do emprego e da renda, além de aumento da inflação, para traduzir em linguagem mais acessível e direta os erros cometidos pelo PT e pela Presidenta, já que o jargão jurídico e político pode ter o sentido, para as classes populares, de impor uma distância respeitosa, como mostrou Bourdieu em relação ao caso francês (BOURDIEU, 2007). A análise precisa manter em foco o caráter policlassista da audiência da TV no Brasil (Cf. Pesquisa Brasileira de Mídia, 2015) para, dessa forma, mesmo sem alcançar a dimensão da recepção, se aproximar de uma “sociologia dos leitores” defendida por Erick Neveu (2005), que leva em conta a posição do veículo no campo da oferta de opiniões político-ideológicas, definida por seu público. Um veículo como a Globo e um programa como o JN tem um papel importante de legitimação do jogo político diante das classes populares pouco mobilizadas, quer para incentivar a sua adesão ao projeto conservador, quer para simplesmente reforçar a sensação de que “isso não é para elas”.

as diferentes instâncias de poder estatal e a grande mídia corporativa, com muitos atos de homologação recíproca.

Outra forma da emissora tentar se colocar acima das disputas é reproduzir argumentos contrários ao golpe, emitidos por lideranças do PT e dos partidos aliados, dentro e fora do Congresso. Nesses casos, existe todo um trabalho de enquadramento¹⁹³ da fala pelos repórteres ou âncoras, de modo a situá-la como mera expressão de um ponto de vista pouco convincente. Na edição de 31 de agosto, coube à senadora Vanessa Grazziotin, do PC do B, ocupar esse lugar, na reportagem de Júlio Mosquéra: “A senadora Vanessa Grazziotin do PCdoB *criticou o processo de impeachment. Voltou a dizer* que Dilma não cometeu crime de responsabilidade, que ela era vítima de perseguição política, iniciada logo depois da reeleição dela, em outubro de 2014: (senadora) ‘Infelizmente para o registro não só do momento, mas para o registro da história, a maioria vai cassar uma Presidente inocente. Não cometeu nenhum crime e aqui não há nenhum hipócrita. Aqui não há nenhum ingênuo pra saber que todos sabemos que ela não cometeu crime, mas a decisão é política’”. Contra a ladainha repetitiva dos defensores de Dilma, a chancela de um processo de *impeachment*.

A desigualdade típica de uma sociedade de classes se expressa como maior ou menor possibilidade de angariar uma aura de universalidade para os discursos, conforme a posição no espaço social. Os partidos de esquerda têm uma dificuldade nesse sentido e Roland Barthes (2003) identificou esse fato quando tratou do mito como a principal forma de funcionamento da ideologia. Ele consiste em um signo que usa outro signo como significante e que, ao fazer isso, oculta a dimensão valorativa,

193A noção goffmaniana de “enquadramento” tem sido usada para apontar a maneira como a produção jornalística opera destacando os elementos que considera mais importantes na notícia e tecendo a sua chave interpretativa preferencial. (Cf. GITLIN, 1980; ENTMAN, 1993). Aqui, ela será usada para assinalar a forma predominante de incorporação dos contra-discursos à narrativa do golpe, que tende a esvaziá-los ao associá-los ao pólo particularista.

conotativa da linguagem, por trás da dimensão descritiva, denotativa. Na produção de mitos, uma foto, uma imagem em movimento, um índice estatístico, um dado econométrico, uma gravação telefônica são usados para naturalizar valores embutindo-os em uma aparente descrição dos fatos. O mito opera a universalização e a naturalização simultaneamente, pretendendo mostrar “o que simplesmente é” e ocultando o fato de que um relato sobre o mundo é sempre uma interpretação situada.

Por sua pretensão à objetividade, o jornalismo é vocacionado para a produção de mitos. É o oposto de um discurso que tenta revelar seus postulados, que se enuncia como parcial. A esquerda precisa falar de diferenças e de divisões, de interesses e de privilégios. Seu discurso tende a buscar romper com a universalização, e para isso precisa assumir um lugar particular no espectro político-ideológico. Já a direita é a pretensão da universalidade por definição. Como lembra Barthes, tratando do caso francês, o partido da burguesia nunca tem esse nome, pelo contrário, tende a se apresentar como um partido *nacional*. Isso é parte do privilégio de poder transformar retoricamente a sua visão de mundo em uma apresentação do mundo de pretensa objetividade.

Não restam dúvidas: o verde e o amarelo foram as cores do golpe. Se nas ruas, os enquadramentos patriótico, socialista e autonomista dos manifestantes (ALONSO; MISCHÉ, 2015) se confrontaram para, eventualmente, se separar, na mídia, o primeiro ganhou destaque e valoração positiva como “vontade do povo”. Ou seja, das visões particulares em disputa desde, pelo menos, 2013, foi aquela que recebeu o selo de universal. Deputados e senadores golpistas portaram bandeiras do Brasil e cantaram o hino nacional durante as votações. Já o discurso de Dilma depois de afastada mostra a dificuldade em assumir uma posição de fala universalizante, dificuldade esta que é reforçada pela maneira como o JN enquadra os discursos contrários a sua própria posição, utilizando verbos particularistas tais como “dizer”, “classificar”,

“chamar”, “repetir”, “negar” que supõem se tratar apenas de um ponto de vista, e não dos fatos.

Na edição de 31 de agosto, o âncora William Bonner introduziu assim o trecho do discurso de Dilma reproduzido no telejornal: “Logo depois da aprovação do *impeachment*, Dilma Rousseff fez um pronunciamento. *Repetiu* que é vítima de um golpe e *disse* que vai fazer uma *oposição* enérgica e incansável: (Dilma) “Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo *impeachment* escolheram *rasgar a Constituição Federal*, decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um *golpe parlamentar*. [corte na fala] A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. Não desistam da *luta*. Ouçam bem: *eles* pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos *nós vamos lutar*. [corte na fala] Haverá *contra eles* a mais determinada oposição que o governo golpista pode sofrer. [corte na fala] Espero que saibamos nos unir em defesa de *causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política*. Proponho que *lutemos todos juntos*, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia. Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito, sem ter traído qualquer dos meus compromissos, com dignidade e carregando no peito *o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros*, e a mesma vontade de continuar *lutando pelo Brasil*”. Esta última expressão é muito elucidativa das tensões que atravessam os discursos esquerdistas com alguma pretensão à universalidade. Ao dizer que é preciso “lutar pelo Brasil”, Dilma explicita o pertencimento ao campo político que é, por definição, um espaço cindido. O ponto alto a esse respeito é a oposição entre “nós” e “eles”. Na cobertura, a política, ao contrário da moral, aparece como o anti-

universal. Trazê-la à tona é questionar as pretensões universalizantes das instâncias de poder como o Judiciário e a própria Globo, é tentar mostrar que, em algum nível, também são “partidárias”. Mas explicitar a política é também abdicar do universal. No final do seu discurso, o verbo “lutar” diminui o efeito universalizante de “Brasil”. Todo o trecho é marcado pela combinação entre, por um lado, uma posição assumidamente particularista como na menção às forças progressistas, e, por outro lado, a defesa dos “brasileiros e brasileiras”.

Na outra ponta do espectro político, opera-se uma inversão, também cara às ideologias, que faz com que os interesses mais particularistas assumam as cores nacionais. Na cobertura, as disputas partidárias entre os favoráveis e os contrários ao golpe servem de pano-de-fundo para que, por contraste, a Globo e o poder judiciário ostentem a pretensão de estar acima delas e pareçam transcender o próprio espaço social, dentro do qual os atores ocupam posições específicas a partir das quais se definem seus interesses e suas visões de mundo. A balança, símbolo da justiça, é também a figura retórica que Barthes identificou em casos similares a esse, nos quais o emissor, depois de apresentar posições conflitantes, mostra-se como o eixo equilibrado que consegue ir além delas (BARTHES, 2003). Então, através dessas instâncias de poder, um dos lados da disputa recebe seu crivo de legitimidade, momento em que se converte também em suporte do universal.

“Argumentos à parte, fato é...”: a criminalização como particularização extrema

A fórmula acima foi usada na edição do dia 16 de março de 2016, praticamente toda dedicada à conversa gravada entre Lula e Dilma que dava margem à interpretação de que a nomeação do ex-presidente como Ministro da Casa Civil seria um stratagema para livrá-lo do juiz Moro ao passar a ser julgado pelo STF devido ao foro privilegiado adquirido

com o cargo. Toda a edição se dedica a “mostrar” uma trama palaciana engendrada pelos dois de modo a subtrair Lula da mão forte do herói Sérgio Moro e produzir o efeito de que, por sua associação criminosa com Lula, a posição de Dilma havia se tornado insustentável. Vejamos então a escalada daquela edição do JN:

William Bonner – “Boa noite”.

Renata Vasconcelos - “Boa noite”.

William Bonner – “*A crise no Governo Dilma Rousseff atinge o ponto mais alto*”.

Renata Vasconcelos – “*Luís Inácio Lula da Silva é nomeado Ministro-Chefe da Casa Civil*”.

William Bonner – “*Ele sai do alcance de Sérgio Moro, o juiz federal do Paraná responsável pela Lava Jato.*”

Renata Vasconcelos – “E passa a ter o chamado “foro privilegiado”, pelo Supremo Tribunal Federal”.

William Bonner – “*O juiz Moro suspende o sigilo*”.

Renata Vasconcelos – “A Justiça Federal torna público os grampos telefônicos do ex-Presidente”.

William Bonner – “Um deles de hoje à tarde”

Renata Vasconcelos – “*Lula recebeu ligação da Presidente Dilma*”.

*Passagem trecho gravação

Dilma – “Alô”.

Lula – “Alô”.

Dilma – “Lula, deixa eu te falar uma coisa”.

Lula – “Fala, querida”.

Dilma – “Seguinte, eu tô mandando o Bessias junto com o papel pra gente ter ele e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?”

Lula – “Aham. Tá bom. Tá bom”.

Dilma – “Só isso. Você espera aí que ele tá indo aí”.

Lula – “Tá bom, eu tô aqui. Eu fico aguardando”.

Dilma – “Tá?”

Lula – “Tá bom”

Dilma – “Tchau.

Lula – “Tchau, querida”.

*Estúdio

William Bonner – “Os grampos têm *indício forte* de que os objetivos de Lula para o Ministério foi mesmo *tirá-lo do alcance do juiz Moro*”.

Renata Vasconcelos – “E indicam que o *ex-Presidente tentou influenciar* várias autoridades pra se proteger”.

William Bonner – “Uma edição extra do Diário Oficial publica a nomeação do agora ministro Lula”.

RV – “Quarta-feira, 16 de março”.

William Bonner – “O Jornal Nacional está começando agora”.

O termo “indícios fortes” alça a gravação ao estatuto de uma prova material. Na reportagem de Delis Ortiz, a fórmula que destacamos como título desse item explicita a posição pretensamente universalista da Globo ao fixar a interpretação criminalizadora da conversa entre os líderes petistas: “O Governo *tenta convencer* que a nomeação do ex-Presidente tem caráter estrutural, de reforço pra alterar os rumos da economia e de ânimo para a relação com o Congresso. *Argumentos à parte, fato é* que Lula no Ministério indica direito ao foro privilegiado. Isto é, ele *escapa das mãos do juiz Sérgio Moro*, de Curitiba, porque a investigação contra ele passará para o procurador geral da República, Rodrigo Janot, e o juiz do caso será o Ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal”.

Curiosamente, o “efeito objetividade” pretendido acima se baseia na incorporação de muitos elementos melodramáticos pela narrativa. O melodrama é uma matriz cultural de longuíssima duração, tendo ganhado forma ainda na Idade Média e inspirado muitas produções posteriores, como o folhetim, o cinema, a telenovela. Como nos lembra Barbero (2003), a principal marca que o cristianismo impôs ao melodrama foi a polarização entre o bem e o mal na construção de personagens que são a encarnação de um *ou* de outro, através de uma simplificação da constituição psíquica e das diversas motivações que orientam os seres humanos em sua trajetória pelo espaço social. Na telenovela e no cinema de massas, o melodrama costuma se organizar em

torno da ascensão do “bem” e decadência do “mal”, com a salvação do “fraco” até então disputado pelos dois polos. No trecho em questão, o herói Sérgio Moro, com o apoio da Globo, suspende o sigilo das gravações para revelar a trama palaciana e assim salvar o “povo” da opressão.

A cobertura dos momentos cruciais do golpe pelo JN traz uma marca fundamental do melodrama, a perspectiva moralizadora e, portanto, despolitizada, da crise política que o Brasil atravessa. O problema é que ela faz isso sem assumir seu estatuto de “ficção”, mas, pelo contrário, pretendendo apenas retratar o que se passa. Temos aí uma negação da política em nome de um ideal de pureza moral que a Globo e as demais instâncias de poder que chancelam o golpe reclamam para si. Voltando especificamente para a escalada que reproduzimos acima, ela é pautada na oposição entre Dilma/Lula como figuração do mal versus Moro/Globo como figuração do bem. A este respeito, Lula deu sua contribuição particular ao se comparar a uma jararaca na entrevista coletiva que deu à imprensa depois de sua condução coercitiva, na edição de 04 de março. Naquele dia, em estúdio, já na introdução de uma fala de Lula, William Bonner sinalizava o perigo, para quem ainda suspeitasse que a Lava Jato estava indo longe demais na quebra dos direitos dos investigados, como na decretação de uma condução coercitiva para quem não tinha se recusado a depor: “Lula também disse que os acontecimentos de hoje deram a ele *a vontade de voltar a participar de manifestações* no Brasil inteiro. Chegou a mencionar *a possibilidade de concorrer à Presidência da República* e por fim, se disse fortalecido, apesar de magoado”. Nesse contexto, a declaração de Lula adquire o sentido do perigo que relativiza a vitimização também cara ao melodrama e que poderia favorecê-lo. Tal sentido é reforçado pela metáfora da cobra: (Lula) “Quero que vocês saibam que o aconteceu hoje, embora tenha me ofendido, embora tenha *magoado*, sabe, *a minha história*. Embora eu tenha me sentido ofendido, porque não precisava disso, eu me sinto

ultrajado, como se fosse *prisioneiro*. Apesar do tratamento cortês dos delegados da Polícia Federal, eu quero dizer, *se quiseram matar a jararaca, não bateu na cabeça dela. Bateram no rabo e a jararaca está viva* como sempre esteve. (Aplausos)”. Logo na sequência, William Bonner diz: “A Ministra Rosa Weber, do *Supremo Tribunal Federal*, *negou conceder liminar ao ex-Presidente* Luís Inácio Lula da Silva para suspender investigações contra ele em São Paulo e no Paraná, sobre o triplex em Guarujá e o sítio em Atibaia. Rosa Weber disse que não há ilegalidade irrefutável a ponto de indeferir nas acusações do Ministério Público”. Mais uma vez, depois de uma posição de fala situada como particularista, entra uma autoridade do STF para colocar o pingou nos “is”.

Segundo a mitologia cristã que inspira o melodrama, Lula - a serpente - seria o animal perigoso e sedutor que leva os puros de coração - o “povo inocente” - à ruína. Este sentido reaparece na edição de 16 de março, que trata do grampo da conversa entre os dois ex-presidentes. Nela, Delis Ortiz afirma: “Lula seguirá trabalhando na *sedução* dos caciques do PMDB. Ele recebeu do presidente do Senado, Renan Calheiros, o aceno de que pode ir em frente. Eles ainda terão um encontro. *O vice, Michel Temer, também é alvo da investida de Lula* nessa articulação”. Tendo levado Lula ao extremo da particularização que é a criminalização, restava então reforçar a sua proximidade com Dilma, como o fez a âncora Renata Vasconcelos introduzindo a reportagem sobre a reação da Presidenta: “A Presidente Dilma Rousseff manifestou solidariedade ao ex-Presidente Lula”.

Assim a Globo pretendia “mostrar” um Lula criminoso e uma Dilma cúmplice no ataque ao “povo brasileiro”. Depois de reproduzir falas favoráveis e contrárias aos petistas, tanto no Congresso quanto no STF, o JN recorre a “fonte pura” do poder da nação: o povo nas ruas, cuja chancela permite a um dos polos até então tratado como particularista assumir a forma do universal. Do estúdio, a âncora chama repórteres ao vivo de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo, todos mostrando a

indignação popular. O primeiro relata assim a manifestação: “Boa noite, Renata. Boa noite a todos. Os *manifestantes* começaram a chegar aqui ao *Palácio do Planalto* por volta das 5 da tarde, bem *antes até da divulgação da gravação entre a Presidente Dilma e o ex-Presidente Lula*, que foi divulgada um pouco depois. Esses manifestantes vieram aqui para protestar contra a nomeação, pela Presidente Dilma, do ex-Presidente Lula como Ministro Chefe da Casa Civil. A gente vê essas imagens aéreas aí (interrupção por barulho de fogos), nesse momento aqui em frente ao Palácio do Planalto. Segundo a Polícia Militar, cerca de 2 mil e 500 pessoas. Esse número até foi atualizado agora há pouco para *5 mil pessoas* postadas aqui em frente ao Palácio do Planalto. A Presidente Dilma Rousseff saiu daqui do Palácio do Planalto por volta das 7h35 da noite. Foi para o Palácio do Alvorada. Mas os manifestantes continuaram aqui. *Eles não aceitam a nomeação*, do ex-Presidente Lula, como Chefe da Casa Civil. *Os protestos são pacíficos*. Em nenhum momento houve violência, nem por parte da Polícia Militar, nem por parte dos manifestantes. Os manifestantes... só não pode... é, é, é, a Guarda Presidencial está postada logo depois da mureta de proteção para evitar qualquer invasão, mas não houve essa invasão. Um grupo de deputados da oposição chegou aqui logo depois do início do protesto, mas demorou pouco. Foi logo embora. *Houve alguns deputados também que chegaram a ser expulsos pelos manifestantes*, que não queriam a presença de, de alguns deputados protestando aqui junto com eles”.

Como imagem, o “povo” do lado de fora do “Palácio” aciona uma visão corrente e melodramática do levante popular contra os príncipes despóticos. Cansada de seus representantes, a “nação” comparece pessoalmente ao centro do poder para exigir que sua vontade seja feita. Eis a base imaginária do golpe, uma base pacífica e apartidária que não faz confusão e não se alia aos políticos para permanecer impoluta.

É preciso enfatizar que essa construção também é objeto de contestação por parte das vozes contrárias ao golpe, não somente pela

reação nas redes sociais, mas também pelo contra-ataque empreendido pelos atores situados no campo do poder. Nas edições analisadas, a reação aparece quando são apontados todos os particularismos envolvidos na gestação da pretensa universalidade. A este respeito, talvez o episódio mais significativo tenha sido o questionamento feito por Lula aos vieses manifestos pelo Judiciário, o Ministério Público e a Globo no dia de sua condução coercitiva, 04 de março de 2016. Nessa edição, fica claro o enquadramento da fala de Lula pela Globo, que esvazia o seu sentido contestador, como uma versão que tenta se contrapor aos fatos. A âncora informa que, ao ser liberado, ele fez um discurso em que começou criticando a condução coercitiva, já que nunca se negou a depor, tendo comparecido três vezes diante das autoridades para esclarecer elementos ligados às investigações sobre a propriedade de um sítio em Atibaia e de um apartamento no Guarujá. Mais uma vez, a fala de Lula explicita a dimensão da luta, e o faz se contrapondo a uma instância carregada de autoridade universal, o Ministério Público: “E eu jamais me recusaria a prestar depoimento aqui. *A minha briga com o Ministério Público Estadual* era porque o *procurador já fez um prejulgamento*, e se ele já tinha prejulgado, não havia por que eu ir prestar o depoimento no Ministério Público Estadual. Entramos com uma liminar e conseguimos que o juiz, que eu não precisaria prestar depoimento, mas o *Moro* não precisaria, não precisaria ter mandado uma coerção da *Polícia Federal* na minha casa de manhã, na casa dos meus filhos, sabe? *Á, á*, na casa de companheiros como o Paulo Okamoto, como a Clara Anti, como funcionários do Sindicato... Não precisava. Era só ter convidado. *Antes dele, nós já éramos democrata*. Antes dele, nós já fazíamos as coisas corretas nesse país. Porque enquanto muitos dele não faziam nada, *eu tava lutando pra que esse país conquistasse o direito de liberdade de expressão*, o direito de uma imprensa livre, o direito de candidatura de partido político, o direito de greve. Então era só ter comunicado que nós iríamos lá. Lamentavelmente, eles preferiram utilizar a prepotência, a arrogância.

Um show e um espetáculo de pirotecnia. E que enquanto os advogados não sabiam nada, *alguns meios de comunicação* já sabiam.”. Todo o trecho é muito significativo pela ambiguidade resultante da tentativa de Lula em universalizar o PT ao associá-lo à democracia ao mesmo tempo em que explicita um lugar particular no espectro político, pela menção ao prejulgamento do Ministério Público Estadual de São Paulo e à ideia de luta.

Mais interessante ainda é destacar os recursos que a Globo emprega para enfraquecer o contra-discurso que reproduz. Para começar, o fato de reproduzi-lo aparece como uma prova de isenção. Além disso, faz uso daquela oposição entre fato e versão que já vimos anteriormente, a partir do respaldo das instituições judiciárias e policiais, como no trecho seguinte, em que, no estúdio, William Bonner diz: “O *ex-Presidente ignorou os motivos* divulgados pelos *investigadores* para incluir os filhos dele na *operação* de hoje. E lamentou os transtornos causados à família”. A fala do ancora também tenta esvaziar a identificação que uma parte mais pobre do público poderia sentir com a opressão manifesta no trecho do discurso em que Lula lembra que Marisa Letícia trabalhou como doméstica desde a adolescência. É a explicitação de uma posição de classe, a mais assimétrica em relação à universalidade pretendida pelas instituições que falam em nome do Estado e, por conseguinte, da nação. A Globo tenta diluir essa identidade entre Lula e as trabalhadoras domésticas através da associação do ex-presidente às empreiteiras, que cumprem a dupla função de serem símbolos da criminalidade e de uma posição mais alta no espaço social. Mais adiante, depois de reproduzir o trecho do discurso em que Lula tematiza o ódio de classes contra o PT devido às políticas de inclusão, William Bonner diz: “Ao falar sobre os *presentes* que recebeu como presidente, *Lula não se referiu a Construtora OAS*, que segundo os investigadores pagou pela mudança dele e pelo armazenamento daqueles objetos”. Essa introdução à fala seguinte enquadra o discurso de Lula como, no mínimo, duvidoso: “Vocês sabem

o que é que é alguém sair da presidência com 11 container de acervo sem ter onde pôr? Cês sabem o que é sair com cadeira, com trono, com papel, com tudo que vocês possam imaginar. Se somar todos os presidentes da história desse país, desde Floriano Peixoto, eu fui o que mais ganhei presente, porque viajei mais, porque trabalhei mais, porque viajei o mundo. Eu tenho até trono da África. O que é que eu faço com isso?”. Depois da declaração autoelogiosa do ex-presidente, a Globo relembra o caso do sítio Atibaia e sua relação com a Odebrecht: “O presidente também falou do *sítio* que segundo o *Ministério Público* foi reformado por conta da *Construtora Odebrecht*. Lula *voltou a dizer* que a propriedade é de amigos. E *procurou desqualificar* aquilo que os *investigadores da Lava Jato* consideram ser *indícios* de que seria ele o dono do imóvel”. Depois desse enquadramento, soa deslocada a resposta de Lula às acusações do Ministério Público, em que afirma o quão ridículo é a investigação da compra de um pedalinho como parte do que nomeia como “espetáculo midiático”. Para finalizar a reprodução da primeira parte do discurso, a Globo sintetiza o que o telespectador deve reter, na voz de William Bonner: “Lula também fez uma *defesa das empreiteiras* que contrataram palestras dele. E minimizou o fato de serem envolvidas nos desvios de dinheiro da Petrobras”.

Eis o ponto de máxima polarização entre Lula e a Globo, porque, nesse mesmo discurso, ele coloca a mídia sob a linha de tiro. A âncora Renata Vasconcelos introduz assim a fala de Lula a este respeito: “O ex-Presidente fez críticas à cobertura que a imprensa está dando às investigações da Lava Jato”. (Lula): “Eu não tô indignado com, com jornalista não. Eu tô indignado com o comportamento de *determinados meios de comunicação*. Eu tô indignado com o julgamento precipitado. Hoje *quem condena as pessoas são as manchetes*. Hoje *amedrontam o poder judiciário*. Hoje amedrontam o *Ministério Público*. Hoje amedrontam a *Polícia Federal* e amedrontam os *políticos*”. Em escala decrescente de universalidade, todas as instituições estariam sujeitas ao poder da mídia,

segundo Lula. Ao mesmo tempo, a fala sugere que, se tais instituições não podem ser alvo de uma crítica tão aguda, a mídia pode, especialmente a Globo.

Contra o “ataque” sofrido, a emissora escolhe a estratégia da vitimização: “Equipes que trabalhavam na cobertura do depoimento do ex-Presidente Lula da... do ex-Presidente Lula foram hostilizadas hoje”. Na sequência, o JN relata a intimidação sofrida pelos repórteres na manifestação a favor do ex-presidente: “Um grupo de manifestantes cercou os repórteres Renato Biazzi e Davi Curen, em frente ao aeroporto de Congonhas. Como a gente viu há pouco, a repórter Maiara Teixeira, do Profissão Repórter, fazia algumas entrevistas em frente ao diretório do PT, quando uma mulher pediu que ela se identificasse. Ao dizer que era do Profissão Repórter, programa da TV Globo, *um grupo tentou arrancar a câmera*, mas *Maiara conseguiu sair ajudada por militantes*. Os jornalistas Roberto Covalik e Marco Antônio Gonçalves, foram *xingados em frente à casa do ex-Presidente Lula em São Bernardo*. *A polícia precisou afastar dois manifestantes*”. Ampliando os elementos para sugerir que os manifestantes são contrários à liberdade de imprensa, William Bonner menciona o repúdio da ABERT, da FENAJ e da ABRAJI a “qualquer tipo de violência que impeça os profissionais de imprensa de cobrir fatos de interesse da sociedade”. Por fim, a Globo reafirma seu alinhamento ao “interesse nacional” quando William Bonner diz: “A TV Globo repudia esses atos e se solidariza com seus profissionais, que *não fazem mais do que relatar com isenção e profissionalismo fatos relevantes para os brasileiros*”. O questionamento da objetividade leva o JN a uma posição defensiva e a uma disputa aberta com Lula pela defesa dos “brasileiros”. A condução coercitiva e seu enquadramento pela Globo foram um passo decisivo na preparação do Golpe, já que Dilma aparece como uma criação do ex-presidente e as figuras de ambos são implicadas uma com a outra, na cobertura.

O despojamento das “vestes reais” ou como destituir uma Presidenta

O rito de destituição de Dilma, apesar de ter se completado somente em 31 de agosto, teve seu momento mais forte na edição de 12 de maio de 2016, quando a aceitação do processo de *impeachment* pelo Senado afastou a Presidenta eleita e determinou a posse do vice Michel Temer. Antes disso, em 18 de abril de 2016, um dia depois do domingo em que a Câmara autorizou o Senado a abrir o processo contra Dilma, o JN construiu a passagem da figura de Presidenta à figura de ré. William Bonner abre assim o primeiro bloco do jornal: “Pouco mais de 12 horas depois da votação da Câmara, o Senado recebeu hoje à tarde o pedido de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff”. Mais, uma vez, o JN recorre ao “efeito legalidade”. A repórter Zuleide Silva enfatiza essa dimensão: “De carrinho, com 12 mil e 44 páginas, foi assim que a pilha de documentos, o processo de *impeachment* da Presidente Dilma chegou ao Senado. Na sequência, formalmente, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, passou tudo para o presidente do Senado, Renan Calheiros. Amanhã à tarde, no Plenário, vai ser feita a leitura da denúncia e da autorização da Câmara, para que o processo siga adiante. Depois, o presidente do Senado, Renan Calheiros, vai discutir com líderes, o ritmo dos próximos passos”.

Na sequência, a repórter ainda rememoraría os passos seguintes, nos quais fica claro que o respeito às normas teria que ser chancelado por quem, na cobertura, ocupa o lugar da máxima instância universal: o STF. Continua a repórter: “O *Supremo Tribunal Federal determinou que o rito a ser seguido no impeachment seja o mesmo* usado no afastamento do então Presidente Fernando Collor. Assim, a partir deste momento, o processo passaria a ser comandado pelo *Presidente do Supremo, o ministro Ricardo Lewandowski*. A mesma comissão de senadores que atuou na etapa anterior passará então a analisar as acusações. A *Presidente Dilma, já como*

*ré, vai ter um prazo ainda não definido para se defender. Testemunhas vão ser ouvidas, provas coletadas, a comissão vai então fazer um novo parecer, que vai ser então votado pela própria comissão e depois no Plenário. Se for rejeitado, o processo é arquivado e a Presidente Dilma, reassume o cargo. Se for aprovado novamente por maioria simples, aí sim começa o julgamento. A Presidente Dilma poderá comparecer pessoalmente para se defender. E o *impeachment* só é aprovado com o voto de 54 dos 81 senadores. Rejeitado, a Presidente reassume o mandato. Se for aprovado, a Presidente é condenada, perde o cargo e fica inelegível por 8 anos. E Michel Temer assume definitivamente o cargo até a conclusão do atual mandato, em 2018”.*

A reportagem é uma preparação para as etapas seguintes do rito que findaria por afastar Dilma da Presidência. Chamamos a atenção para a importância do uso da linguagem jurídica, que serve para tecer uma aproximação semântica entre a figura de Dilma e o universo da criminalidade, onde testemunhas são ouvidas e provas são coletadas. Mas é sem dúvida a antecipação da imputação da condição de ré a Dilma que mais dirige a interpretação do trecho para aquilo que é o sentido geral de toda a edição: “Dilma é uma criminosa”.

A denúncia dos vieses jurídicos e midiáticos que conduziram ao golpe, inclusive pelos atores ouvidos pelo JN, obriga as instâncias de poder a explicitar a regularidade do processo na voz de William Bonner: “*Os presidentes do Supremo e do Senado anunciaram que vão compor em conjunto um roteiro pra determinar os próximos passos do processo de impeachment* Presidente Dilma Rousseff. Esse roteiro vai ser elaborado pelas assessorias jurídicas do Senado e do Supremo, e *será submetido a todos os ministros do STF pra verificar se estará de acordo com a Constituição, com a lei dos crimes de responsabilidade e com o rito do impeachment de Fernando Collor”.*

Um segundo aspecto a ser ressaltado é que, no relato das disputas na Câmara durante a votação na edição de 18 de abril, fica clara a maneira

pela qual o JN apresenta os partidos favoráveis ao golpe como particularistas em alguns momentos, quando fala da polarização em relação aos partidos aliados da Presidenta, mas a trata como o polo passível de ser universalizado. Um trecho da mesma reportagem evidencia isto com toda a clareza: “A continuidade do processo de *impeachment* recebeu 100% dos votos de 9 partidos: PSDB, Democratas, PPS, Solidariedade, PRB, PSC, PSL, PV e PMB. *A Presidente recebeu 100% dos votos de três partidos: PT, PCdoB e PSOL*”. De um lado, os votos são para o *impeachment*, já laureado de legitimidade; de outro, estão os poucos partidos que votaram na Presidenta. Uns são votos para o Brasil; outros, para Dilma. Enquanto a oposição falava em salvar o país, o PT e seus aliados apareciam falando em luta.

Mas é a edição de 12 de maio que encena o momento mais forte do rito de destituição. Já na escalada, o telejornal assume um sentido solene de pretensa responsabilidade histórica:

Renata Vasconcelos - *12 de maio de 2016.*

William Bonner - *6h33 em Brasília.*

Renata Vasconcelos - Os votos de 55 senadores aprovam a abertura de processo de *impeachment*.

William Bonner - O afastamento de Dilma Rousseff por até 6 meses.

Renata Vasconcelos - *Ela se aproxima de simpatizantes ao deixar o Palácio do Planalto.*

William Bonner - *Repete no discurso que é vítima de um golpe.*

Renata Vasconcelos - E diz que vai *lutar até o fim*.

William Bonner - *Michel Temer se torna Presidente* em exercício do Brasil.

Renata Vasconcelos - *Dá posse aos novos ministros.*

William Bonner - E no *primeiro pronunciamento oficial* fala em confiança.

Renata Vasconcelos - Em manter e aprimorar os programas sociais.

William Bonner - Em Reequilibrar as contas públicas.

Renata Vasconcelos - Em combater o desemprego.
William Bonner - Diz que vai promover reformas fundamentais sem mexer nos direitos adquiridos.
Renata Vasconcelos - Defende a Operação Lava Jato.
William Bonner - E *um governo de salvação nacional*, contra a crise econômica.
[Trecho discurso Michel Temer]
Michel Temer - O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios para avançar e garantir a retomada do crescimento.
Renata Vasconcelos - Nossos repórteres mostram os bastidores da sessão histórica que durou mais de 20 horas no Senado.
William Bonner - As trajetórias políticas de Dilma e de Temer.
Renata Vasconcelos - E os próximos passos do encaminhamento do *impeachment* no Senado, sob o comando do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
William Bonner - Boa noite.
Renata Vasconcelos - Boa noite. O Jornal Nacional está começando.

O trecho encena o rito de destituição que reduz Dilma definitivamente à condição de pessoa física ao retirar-lhe a autoridade universal de Presidenta do Brasil. Simultaneamente, é o rito de instituição de Temer, um vice-presidente sem expressão política que precisa ser investido de alguma autoridade através da associação aos interesses da nação. A este respeito, a crise econômica foi fundamental para traduzir, na linguagem acessível da perda do emprego e da queda na renda, os “crimes” do PT. Se alguém ainda suspeitasse da injustiça em curso, esse último recurso seria a garantia de que o caminho adotado era o melhor para o “Brasil”. Ao dar posse aos ministros, afirmar que vai manter os programas sociais e combater a crise econômica, é como se Temer se colocasse à altura do desafio de “salvar a nação”. Ao mesmo tempo, a figura de Dilma que começa sendo o objeto preferencial da narrativa vai se esmaecendo ao longo da escalada, e de toda a edição,

como uma carta saindo do baralho. Após informar o seu afastamento, o telejornal já mostra Dilma do lado de fora do Palácio para em seguida engatar a construção da nova realidade de Temer presidente.

Mas antes, logo depois da escalada, o primeiro bloco apresenta a votação no Senado, em que se dá a lenta e conflituosa emergência do universal a partir da miríade de vozes dissonantes, bem como o apagamento do conflito uma vez que a maioria tomou uma decisão. Depois da fala de senadores favoráveis ao golpe, o repórter tematiza a passagem das vozes dos senadores à voz do Senado, do pronunciamento do presidente da comissão, senador Raimundo Lira, passando pelas falas da acusação e da defesa, até o júízo final:

Heraldo Pereira (repórter) – “Já passava das 5h30 da manhã quando o senador peemedebista Raimundo Lira, que presidiu a comissão que aprovou o relatório pela admissibilidade do processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma, subiu à tribuna. Ele falou depois de outros 70 senadores e defendeu que o Plenário aceitasse a admissibilidade do processo de *impeachment*”. (Sen. Raimundo Lira, PMDB-PB, presidente da Comissão do *Impeachment*): “Defini com clareza três pontos fundamentais que balizaram a minha forma de exercer essa nobre tarefa Primeiro, comportamento suprapartidário. Segundo, imparcialidade na condução dos trabalhos. E terceiro, não permiti que a maioria esmagasse a minoria”. Heraldo Pereira – “Quase no fim vieram a acusação e a defesa. O relator do processo, Antônio Anastasia do PSDB falou da existência de indícios de crimes de responsabilidade e citou a decisão mais recente, do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, em defesa do rito do *impeachment*, pra reforçar o posicionamento de que o julgamento de mérito do processo cabe ao Senado.”

A disputa semântica em torno das palavras “golpe” e “*impeachment*” tem como foco a legitimidade do processo, que é alcançada através da legalidade ritualizada nas instâncias de poder e encenada na cobertura da Globo. O “comportamento suprapartidário”, a “imparcialidade na

condução dos trabalhos” e a chancela do ministro STF garantem o efeito de “normalidade democrática”. Isto fica evidente na maneira como o repórter introduz um trecho do discurso do advogado de defesa de Dilma, José Eduardo Cardoso. Heraldo Pereira: “Ele voltou a *classificar* como *golpe* o *impeachment* contra Dilma”. José Eduardo Cardozo (então advogado-geral da União): “Há *golpe com direito de defesa. Justamente para simular a legitimidade*. E é o que ocorre nesse processo... Por isso, senhor presidente, volto a concluir, afirmo: está nesse momento condenando uma mulher honesta e inocente”.

O trecho é muito interessante porque explicita a diferença de estatuto entre o “golpe” e o “*impeachment*” na cobertura: o advogado *classifica* como golpe o que *é* um *impeachment*. O uso de um verbo particularista, como vimos, estabelece que “argumentos à parte, fato é...”. A expressão “golpe com direito de defesa” também é muito cheia de significado, porque indica a ambiguidade da posição dos antigolpistas participantes do processo, sua adesão pela participação (com direito à defesa) e sua recusa ao denunciar a aparência de legalidade.

Depois de mostrar os defensores de Dilma como crianças que esperneiam, o repórter sintetiza o sentido de tudo o que foi dito antes: “Passadas quase 21 horas e meia, chegou o momento da votação. A peemedebista, Senadora Rose de Freitas, chegou em cadeira de rodas. 78 senadores estavam presentes. 40 votos, maioria simples, estavam suficientes para aprovar a abertura do processo. Em menos de 2 minutos, o resultado.”

O debate extenso é a garantia de que houve, sim, direito à defesa, e o tempo curto para a votação indica que não houve dúvidas: Dilma é culpada. Para encerrar o rito, o presidente do Senado proclama o resultado: “‘Sim’: 55 [ao fundo senadores comemorando]. ‘Não’: 22. O parecer foi aprovado”. O peso da maioria é o primeiro momento da universalização da posição particular pró-golpe, o que é reforçado pela notícia de que senadores até então aliados votaram a favor da saída de

Dilma. O efeito é de que o PT teria ficado sozinho, como particular que é, diante da constatação da verdade por parte dos demais partidos.

Concluído o rito de destituição no espaço imaginário da nação construído pela Globo a partir do plenário do Senado, era importante mostrar Dilma sendo reduzida à condição de pessoa comum, como prova da efetividade do rito e da força do universal que não está nela, mas no “povo” representado pela Globo e pelas instâncias de poder estatais. No estúdio, William Bonner chama a reportagem: “A *Presidente afastada*, Dilma Rousseff, recebeu apoio de manifestantes na *saída do Palácio do Planalto*. Logo que foi informada oficialmente do afastamento, ela disse em discurso que vai *lutar até o fim*”. Zuleide Silva: “Pouco antes das 10 da manhã, a *ainda Presidente*, Dilma Rousseff, deixou o Palácio da Alvorada e foi para o Planalto. Vinte e oito dos trinta e dois ministros do governo dela foram exonerados na véspera. Dilma Rousseff já tinha chegado ao Planalto quando o primeiro secretário do Senado, Vicentinho Alves, do PR, seguiu para lá. *Foi informada oficialmente do afastamento. O momento em que Dilma Rousseff foi intimada para se afastar temporariamente da Presidência da República não foi aberto para a imprensa*, mas esse salão do Palácio do Planalto já estava lotado. Todos esperando para uma declaração dela. O senador disse que ela estava tranquila”. Do ponto de vista da encenação do rito, é uma pena que o momento da queda tenha sido vedado à imprensa, mas nem por isso o aparato jornalístico vai demonstrar algum pudor em entrevistar os mais próximos em busca da reconstrução do instante em que Dilma, ao acatar a decisão, reconhece que não é mais a encarnação do universal que, como Presidenta, pretendeu ser.

Mais uma vez, o enquadramento do discurso de Dilma esvazia a sua pretensão à universalização, já que Zuleide Silva diz: “Em seu pronunciamento, cercada pelos *agora* ex-ministros, senadores e deputados do *PT e do PCdoB* e assessores, *Dilma Rousseff* fez um balanço dos *governos petistas*”. Chamada apenas pelo nome próprio, Dilma aparece

preocupada com os “governos petistas”, ao contrário de outras chaves de interpretação possíveis de seu discurso: (Dilma): “O que está em jogo é o *respeito às urnas*, a *vontade soberana do povo* brasileiro e a *Constituição*. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos, *os ganhos das pessoas mais pobres, e da classe média*, a proteção às crianças, os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a valorização do salário mínimo, os médicos atendendo a população, a realização do sonho da casa própria, com mais, com ‘Minha Casa, Minha Vida’. O que está em jogo é também a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é o *futuro do país*, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais”.

Depois da clara pretensão da Presidenta em representar os interesses da maioria, a Globo reafirma o caráter particularista do governo Dilma na forma como introduz os trechos reproduzidos no telejornal, através de uma escolha cuidadosa dos verbos que caracterizam o discurso como discurso, e não como relato dos fatos: “*Repetiu* que é vítima de uma oposição que não aceitou a derrota nas urnas”. (Dilma): “Desde que fui eleita, parte da *oposição* inconformada pediu recontagem de votos, tentou anular as eleições, e depois passou a *conspirar abertamente pelo meu impeachment*. Mergulhar um país num estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia, com um único objetivo: de *tomar à força o que não conquistaram nas urnas*. Meu governo tem sido alvo de intensa e incessante sabotagem. O objetivo evidente vem sendo me impedir de governar e assim forjar o meio ambiente propício ao golpe. *Quando uma presidente eleita é cassada sob acusação de um crime que não cometeu*, o nome que se dá a isso, num mundo democrático, não é *impeachment*, é *golpe*”.

O trecho situa Dilma e o PT em uma posição política particular, e a passagem do “*impeachment*” ao “golpe” é a tentativa de destituir a oposição de sua pretensão à universalidade. Assim como na disputa discursiva entre Lula e a Globo que vimos anteriormente, a posição entre

os atores é muito desigual, porque de um lado, está quem só pode falar em nome de uma parcela da sociedade e, de outro, estão os que monopolizam o direito de falar em nome da nação. Toda a cobertura visa inverter a posição majoritária do PT, conquistada nas urnas e, por isso, revestida da autoridade universal da Presidência da República, em uma posição mais do que minoritária, sectária até, de quem defende os interesses de um partido ou de uma quadrilha. No ponto máximo do rito de destituição, a tendência reaparece mais uma vez. Introduzindo a fala final de Dilma, Zuleide Silva diz que “ela *não vê* motivos para afastamento e que *lutará* até o fim”. Dilma Roussef: “Não cometi crime de responsabilidade. Não há razão para o processo de *impeachment*. Não tenho contas no exterior. Nunca recebi propinas. Jamais compactuei com a corrupção. Jamais vamos desistir. Jamais vou desistir de lutar. Muito obrigado a todos”. Reclamações à parte, a repórter encerra a cobertura e, com ela, o momento mais importante do rito de destituição, a partir do qual a Presidenta aparece despojada de suas “vestes reais”: “Dilma terminou *o discurso* e foi para *o lado de fora do Palácio do Planalto*”.

Referências

AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder**. São Paulo: Hedra, 2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government’s response to protest. In: **From Contention to Social Change**: Rethinking the Consequences of Social

Movements and Cycles of Protests- ESA Research Network on Social Movements. Midterm Conference 19-20 February 2015. Universidad Complutense de Madrid, Spain, 2015.

AVRITZER, Leonardo. *et al.* (orgs.). **Corrupção** – Ensaios e Críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BARBERO, Jesus Martin; MUÑOZ, Sonia. **Televisión y Melodrama:** géneros y lecturas de la telenovela en Colombia. Bogotá, Colombia: Tercer mundo editores, 1992.

_____. **Dos Meios às Mediações** – comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 2003.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal:** Um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. 2a ed., Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2005.

BENSON, Rodney, NEVEU, Erik. **Bourdieu and the journalistic field**. Nova Iorque: John Wiley Professional, 2005.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de Comunicação, Voto e Conflito Político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, fev, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção** – crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **Sobre o Estado** – cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARVALHO, José Murilo. Passado, Presente e Futuro da Corrupção Brasileira. In: AVRITZER, Leonardo. *et al.* (orgs.) **Corrupção** – Ensaios e Críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, New York, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FAUSTO NETO. A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura da recepção. In: SOUZA, Mauro Wilton (org.) **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: mass media in the making and unmaking of the newleft. Berkeley: University of California Press, 1980.

GUIMARÃES, Lara Linhalis; COUTINHO, Iluska. A representação do povo brasileiro no Jornal Nacional. **Contemporânea**, vol. 6, número 01. Salvador, 2008.

HALL, Stuart. Codificação/decodificação. In: **Da diáspora** – Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: ed. da UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

LIMA, Venício. **A mídia e as eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. Mídia. In: AVRITZER, Leonardo. *et al.* (orgs.) **Corrupção** – Ensaios e Críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MARX, Karl. **A ideologia alemã** (1845-6). São Paulo: Hucitec, 1986.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

SANGLARD, Fernanda, LEAL, Paulo Roberto. O significado da política na cobertura do *Jornal Nacional*: uma representação simplista?. **Mediações**, Belo Horizonte, vol. 12, número 11, jan./jul. de 2010.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013: **Classes e ideologias cruzadas**. Novos estudos CEBRAP, n. 97. São Paulo Nov. 2013.

THOMPSON, John. **O escândalo político** – Poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF NO JORNAL *LE MONDE*

Camila Moreira Cesar

Introdução

Menina dos olhos da América Latina nos anos 2000, o Brasil de hoje parece ter se tornado refém da instabilidade política, econômica e social que o acompanha há quase 10 anos. Das Jornadas de Junho de 2013 à trágica situação do país conduzido por Jair Bolsonaro (sem partido) face à pandemia do Covid-19 em 2020, diversos acontecimentos colocaram à prova as estruturas da jovem democracia brasileira em um período no qual sua consolidação parecia incontestável. Nessa esteira, a destituição de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) em 2016 é, sem dúvidas, o mais traumático por pelo menos duas razões. Primeiramente, por tratar-se do segundo *impeachment* de um presidente eleito pelo voto direto em menos de 30 anos da Nova República. Em segundo lugar, porque as razões alegadas para a abertura do processo e destituição efetiva da presidenta reeleita em 2014 estiveram longe de um consenso entre os diferentes atores envolvidos (ANDRADE, 2019), cujas visões antagônicas alimentaram durante meses os noticiários nacional e internacional (BECKER *et al*, 2017).

É para a interpretação pela esfera midiática do acontecimento *impeachment* de Dilma Rousseff que esse artigo propõe olhar, mas com foco na cobertura internacional. À luz de discussões teóricas ancoradas em uma perspectiva sócio-construtivista do jornalismo e dos *media*, o presente trabalho visa identificar e analisar os enquadramentos mobilizados pelo jornal *Le Monde* para explicar a crise brasileira aos franceses. O material empírico é composto de textos jornalísticos

publicados no *Le Monde* em três momentos-chave do processo de destituição de Rousseff: votação da sua admissibilidade, afastamento temporário de Rousseff e julgamento no Senado.

Deste modo, este artigo está dividido em duas partes. Primeiro, discute-se o papel do jornalismo e, especificamente no caso em tela, do jornalismo internacional na atribuição de sentidos e enquadramentos de acontecimentos e, portanto, na construção e veiculação de versões de realidade sobre o mundo. Em seguida, estuda-se o tratamento da destituição da presidenta Rousseff pelo *Le Monde* a partir dos horizontes interpretativos predominantes em três reportagens relativas a etapas determinantes do processo. A partir da análise dos temas e ângulos privilegiados, bem como das fontes e temas relacionados, busca-se identificar e discutir os quadros propostos pelo jornal francês para caracterizar, interpretar e traduzir esse acontecimento da vida política brasileira aos leitores franceses.

O jornalismo como meio de apreensão do mundo

Prática associada à “reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (FRANCISCATO, 2005, p. 157), o jornalismo apoia-se nos preceitos da verdade, objetividade, imparcialidade, equilíbrio e pluralismo, que constituem os pilares do exercício da profissão. Sua legitimidade é, portanto, fiduciária dos chamados “efeitos de verdade” (BERGER, 2003) criados por testemunhos, provas ou, em suma, pela credibilidade de um texto que se quer objetivo e verossímil e ocupa uma posição privilegiada no imaginário social na representação de determinados temas. Como prática discursiva tradutora da realidade social, o jornalismo deve “[...] representar o real de uma maneira que dê a todos os agentes sociais engajados em sua produção, jornalistas, fontes de

informação, anunciantes – e leitores – a convicção do real” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 188).

Contudo, é sabido que a tecnicidade e a retórica da objetividade do campo jornalístico não são suficientes para neutralizar as interferências subjetivas dos atores envolvidos na produção das notícias. Como explica Charaudeau (2010), o “mundo a comentar” nunca é transmitido tal e qual à instância de recepção. Ele passa pelo trabalho de significação de um sujeito de enunciação que o constitui em “mundo comentado”, dirigido a um outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. O acontecimento resulta de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito nesse “mundo a comentar”, necessitando, portanto, de uma captura perceptiva e interpretativa: seu sentido depende do “olhar de um sujeito que o integre num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível” (*Ibid.*, p. 95).

A dimensão epistêmica da atividade jornalística tem sido abordada por diversos autores. Dentre eles, podemos citar Lippmann (2010) como um dos precursores a sugerir o papel crucial do jornalismo na elaboração de atalhos interpretativos para apreensão do mundo social. Em *Opinião Pública*, ele afirma que “o único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento” (LIPPMANN, 2010, p. 29). O ambiente real é demasiadamente grande, complexo e passageiro, o que torna impossível manejá-lo diretamente. Por isso, os indivíduos encontrar-se-iam imersos em um pseudoambiente, ao qual seu comportamento é uma resposta. Segundo Lippmann (2010, p. 31), “embora tenhamos que agir naquele ambiente, temos que reconstruí-lo num modelo mais simples antes de poder maneja-lo. Para atravessar o mundo as pessoas precisam ter mapas do mundo”.

Para Cornu (1998), “a informação jornalística coloca em jogo realidades e acontecimentos, que constituem a matéria-prima para a construção de sentidos e de estilos. Ela inclui fatos, comentários e

narrativas. Estes correspondem a três atos distintos: a observação, a interpretação e a narração – que se apresentam como os três elementos constitutivos da identidade jornalística” (CORNU, 1998, p. 14, tradução nossa). O jornalista torna-se um ator no processo de construção de sentidos para o fragmento de realidade que escolheu *re*-presentar sob um ângulo específico, dentre outros possíveis. Sob esta ótica, Fonseca (2000) diz que conceber o jornalismo como uma forma de conhecimento, “reivindicando para os jornalistas a atribuição de interpretar os acontecimentos que noticiam, implica, concomitantemente, rejeitar a hipótese da objetividade jornalística” (FONSECA, 2000, p. 182). Assim, quem fala ou narra o faz sempre a partir de um lugar do qual observa os acontecimentos, o que leva a um relato permeado por “pressuposições pessoais, culturais, e pelas visões de mundo de quem o produz”.

É com essa discussão em tela que olhamos para as peculiaridades do jornalismo internacional para questionar uma neutralidade que, embora reivindicada pelos correspondentes estrangeiros, esbarra nas dificuldades impostas pela necessidade de traduzir assuntos domésticos em atualidade internacional no seu país de origem.

*O correspondente como mediador da informação:
aspectos profissionais, culturais e políticos do jornalismo internacional*

Com base no conceito de “singularidade” de Adelmo Genro Filho (1987), Adghirni (2013) aborda as particularidades que regem o trabalho dos correspondentes, cuja missão tem uma dupla visada: uma de ordem informativa, voltada para a veiculação de saberes acerca do que ocorre no país em que atuam, e outra de ordem diplomática, visto que a maneira como reportam os fatos participa da construção da imagem desses territórios no exterior.

A partir de entrevistas com jornalistas brasileiros que atuam como correspondentes internacionais em diversos países, Adghirni (2013)

questiona como a singularidade se manifesta em suas falas e produções. De fato, suas formas de trabalhar, bem como as transformações desse tipo específico de jornalismo causadas pelas alterações dos suportes e modalidades de comunicação interferem na produção das narrativas que os permitem exportar suas visões singulares sobre os fatos para outros contextos geográficos. Para a autora, “a narrativa não é uma mera descrição dos fatos, mas uma maneira de pensá-los” (ADGHIRNI, 2013, p. 36). Isso implica considerar a escolha de ângulos, fontes, imagens ou a ausência de determinados elementos nas produções dos correspondentes não apenas como resultado de operações técnicas, próprias às rotinas de produção das notícias, mas como fruto de suas subjetividades, cristalizadas e legitimadas pela natureza institucional do discurso jornalístico. Assim, os jornalistas, explica a autora, produzem narrativas sobre o mundo para o mundo: estas são construções, atravessadas pelas relações que entretêm com outros atores que participam da construção da notícia (fontes), bem como por suas próprias incertezas e questionamentos. Adghirni (2013) lembra, por exemplo, que obras de jornalistas célebres por suas coberturas de guerra, como Ernest Hemingway ou Robert Fisk mostram que seus registros vão além do factual para se entrelaçar com a história e a literatura, perenizando-se.

Essas considerações afirmam a importância dos *media* na construção e na veiculação de versões do real por intermédio do jornalismo. No concernente às coberturas internacionais, os critérios de noticiabilidade, ângulos e enquadramentos privilegiados nas produções dos jornalistas expatriados permitem jogar luz sobre os limites de uma neutralidade reivindicada prova de profissionalismo. Sobre isso, podemos citar a cobertura assimétrica entre países do Norte e do Sul, cuja instabilidade política, econômica ou a violência são frequentemente mobilizadas para justificar sua cobertura pela mídia dos primeiros, reafirmando estereótipos sobre países pobres ou em desenvolvimento (MATTELART, 2014). Na mesma linha, a maneira como esses assuntos são traduzidos

pelos jornalistas na imprensa estrangeira não é independente dos pontos de vista evocados pelas fontes, que representam uma via privilegiada de acesso ao real pelos jornalistas (CHARRON; DE BONVILLE, 2016). Em situações de crise, como a do *impeachment*, cujos impactos são de ordem nacional, as fontes oficiais desempenham um papel estratégico visto que atuam como porta-vozes institucionais autorizados a definir e interpretar os fatos e suas causas (HALL *et al*, 1978).

Também merecem ser consideradas as interações e relações de colaboração que podem existir entre profissionais estrangeiros e locais. A questão da autorreferencialidade no jornalismo emerge como um elemento basilar dos marcos interpretativos sobre os acontecimentos a serem relatados para um público-leitor geográfica, social e culturalmente distante. Por atuarem como intérpretes de uma realidade *a priori* desconhecida, “as fontes jornalísticas com maior credibilidade legitimam imagens geopolíticas de mundo que conformam a opinião pública” (OLMEDO, 2016, p. 28). Steinberger (2016; 2004) utiliza a noção de “cognição jornalística” para falar desse processo de transferências de saberes e conhecimentos entre os profissionais nacionais e estrangeiros acerca do acontecimento. Sediados em um país que não é o seu, “os correspondentes convivem com colegas da imprensa local, ficam expostos a visões culturalmente conflitivas dos fatos e eventualmente são obrigados a escolher entre modelos mentais para enquadrar acontecimentos” (STEINBERGER, 2016, p. 59). Uma das estratégias do jornalismo para driblar essas dissonâncias – continua a autora – é acomodar os fatos em modelos (ou *frames*) conhecidos. Assim, “calcular o melhor enquadramento, o melhor modelo mental (*frame*) pode levar a reinterpretar os fatos em outro sistema de representação e a ressignificá-los. Nem sempre isso implica em nomeá-los” (STEINBERGER, 2016, p. 64). É nesse sentido que o conceito de enquadramento é pertinente no presente trabalho.

A operacionalização da análise: a perspectiva do enquadramento aplicada às pesquisas em jornalismo e mídia

Enquanto instrumento teórico-metodológico, a perspectiva dos enquadramentos midiáticos tem suas raízes no conceito de *frames* da sociologia interacionista goffmaniana (GOFFMAN, 2012 [1974]). Os *frames* ou quadros da experiência social são entendidos como chaves para analisar os fenômenos sociais e o comportamento dos atores implicados nos processos de interação da vida cotidiana. Assim, enquadramentos funcionam como esquemas interpretativos ancorados em torno de uma ideia organizadora, capaz de influenciar a consciência humana e dar sentido aos acontecimentos.

Nos estudos de comunicação e *media*, Entman (1993) salienta que

framing essentially involves *selection and salience*. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described (ENTMAN, 1993, p. 52, grifos nossos).

A noção de enquadramento, precisa Entman (1993), supõe que os quadros tenham um efeito comum sobre uma ampla parcela da audiência, embora não possam atingi-la uniformemente. No caso específico do jornalismo, o enquadramento permite descrever e explicar o acontecimento por meio de tematizações, atribuição de papéis e construção de uma verdadeira “encenação”, no sentido metafórico, dos assuntos abordados. Ele sugere a essência da questão, explicando no que se baseia a controvérsia (SCHEUFELE, 2000).

Para fins deste artigo, o conceito de enquadramento é usado como ferramenta para identificar os elementos textuais e semióticos privilegiados nas matérias do *Le Monde* sobre a crise política brasileira. Ao associar aspectos protocolares e subjetividades na produção dos conteúdos jornalísticos, a perspectiva dos *framings* dialoga com e complementa a discussão em torno dos limites da neutralidade no jornalismo, particularmente no que tange à cobertura de acontecimentos controversos por profissionais da mídia estrangeira. São essas as chaves teóricas e metodológicas que permitirão analisar nas páginas a seguir o tratamento do *impeachment* da presidenta Rousseff pelo jornal *Le Monde*.

“À la une”:

o *Le Monde* face ao *impeachment* de Dilma Rousseff

Com o intuito de compreender como processo de destituição de Rousseff foi representado na França, procedeu-se à coleta de matérias entre 01/11/2015 e 01/12/2016 via a base de dados Europresse¹⁹⁴. O recorte temporal visou abranger o período que vai da aceitação da abertura do processo de *impeachment* por Eduardo Cunha (PMDB) na Câmara em 02/12/2015 até a destituição de Rousseff no Senado em 31/08/2016 a fim de fazer uma primeira leitura acerca do interesse pelo tema na imprensa francesa. Uma primeira busca com as palavras-chave “Dilma Rousseff” – “Brésil” – “destitution” nos principais jornais (*Le Monde*, *Le Figaro*, *Libération*, *L’Humanité*, *La Croix*, *Les Échos*, *La Tribune*, *Aujourd’hui em France/Le Parisien*) forneceu 410 resultados. Em seguida, uma nova busca restringiu a pesquisa aos três principais títulos: *Le Monde* (113 resultados), *Libération* (49 resultados) e *Le Figaro* (47

194 Base dados acessível mediante assinatura que permite pesquisar e consultar informações, relatórios e textos jornalísticos publicados na mídia na França e no exterior. A plataforma oferece o acesso às edições digitais completas dos principais títulos nacionais e internacionais.

resultados). Dado o interesse mais pronunciado do *Le Monde* pela questão, sua importância na paisagem midiática francesa (primeira posição em tiragem¹⁹⁵) e para melhor operar a análise, optou-se pela seleção de textos que correspondem às matérias mais representativas em três momentos:

Quadro 1 – Momentos-chave do processo de impeachment de Dilma Rousseff

Momento 1	Votação da admissibilidade do processo na Câmara dos Deputados (17/04/2016)
Momento 2	Afastamento da Presidenta por 180 dias após votação no Senado (12/05/2016)
Momento 3	Julgamento e a destituição definitiva da Presidenta no Senado (31/08/2016)

Fonte : a autora.

Fundado em 1944, *Le Monde* é um dos principais jornais de referência na França e sua linha editorial pode ser considerada de centro-esquerda, embora a publicação se reivindique apartidária. À luz do arcabouço teórico-metodológico apresentado nas páginas precedentes, buscou-se então verificar como, a partir dos elementos discursivos e semióticos mobilizados nas matérias (formulações textuais, fontes, aspectos mais relevantes, imagens etc.), o *Le Monde* aciona sentidos que visam explicar e significar o acontecimento na França.

Nas páginas a seguir, procederemos à apresentação e à análise dos textos selecionados a fim de identificar, por meio dos elementos neles presentes em quatro momentos-chave, as ideias organizadoras em torno das quais se constroem as matérias capazes de propor enquadramentos da crise política brasileira.

195O jornal ocupa a primeira posição em tiragem, conforme dados da *Alliance pour les chiffres de la presse et des médias* (ACPM) : [https://www.acpm.fr/Les-chiffres/Diffusion-
presse/Presse-Payante/Presse-Quotidienne-Nationale](https://www.acpm.fr/Les-chiffres/Diffusion-presse/Presse-Payante/Presse-Quotidienne-Nationale), acesso em 19 de setembro de 2020.

Votação da admissibilidade do processo na Câmara dos Deputados

Ocorrida em 17/04/2016, a votação da admissibilidade do processo de destituição de Rousseff na Câmara dos Deputados foi destaque na edição do *Le Monde* de 19/04/2016, com direito à chamada de capa e reportagem de duas páginas, conforme as Figuras 1, 2 e 3.

Figura 1 – *Le Monde*
19/04/2016 (capa)



Fonte: Le Monde/Europresse

Figura 2 – *Le Monde*
19/04/2016 (p.2)



Fonte: Le Monde/Europresse

Figura 3 – *Le Monde*
19/04/2016 (p.3)



Fonte: Le Monde/Europresse

A chamada de capa da reportagem, assinada por Claire Gatinois, ocupa quase metade primeira página e se intitula “Dilma Rousseff na tormenta, o Brasil em crise”. Acompanha o texto uma grande foto, na qual parlamentares segurando cartazes com a mensagem “Tchau querida!” em verde e amarelo comemoram a votação e (Fig. 1). A capa

destaca o ambiente de tensão da votação e lembra a acusação que pesa sobre a presidenta – as pedaladas fiscais –, mas reitera que ela paga *sobretudo* por seus “erros políticos”. Enfim, as informações mencionam a polarização que invade o Brasil por conta da crise política, econômica e social. Os elementos textuais e visuais da reportagem são sintetizados no Quadro 2.

Quadro 2 – Enquadramentos *Le Monde* – Votação do processo na Câmara dos Deputados

Título principal	No Brasil, o início do fim para Dilma Rousseff
Linha de apoio	O procedimento de destituição da presidenta, que entende poder se manter no cargo, foi votado por 367 deputados
Título(s) secundário(s)	1) A descida ao inferno da herdeira de Lula 2) O longo ‘muro de Brasília’, dois Brasil se dão as costas
Chamada de capa	Dilma Rousseff na tormenta, o Brasil em crise
Imagem(s)	<u>Capa</u> : Foto grande, mostrando os parlamentares festejando com cartazes “Tchau querida!” em verde e amarelo. <u>Matéria principal</u> – Foto grande mostra grupo de pessoas vestidos em verde e amarelo e/ou enrolados na bandeira brasileira acompanham a votação. <u>Matéria secundária</u> – Duas fotos, dispostas uma acima da outra, ilustram as posições contrastantes do eleitorado: brasileiros pro-impeachment, vestidos em verde e amarelo, versus brasileiros contra o impeachment, de vermelho, acompanham a votação.
Editorial	O Brasil à beira da ruptura
Motivo(s) do impeachment	Pedaladas fiscais (crime de responsabilidade fiscal) Erros políticos de Dilma Rousseff
Tema(s) associado(s)	Corrupção Crise econômica Polarização política
Fontes mencionadas	José Eduardo Cardozo (PT) Flavio Augusto da Silva (PSB) Paulo Maluf (PP) Chico Alencar e Jean Wyllys (PSOL) Dilma Rousseff Gesner Oliveira (economista) Daniel Pereira Andrade (sociólogo) Brasileiros contra e a favor do impeachment

Fonte: a autora.

Enquanto os elementos constitutivos da capa (imagem e texto) sugerem a justeza do recurso ao *impeachment* diante da situação, a matéria principal se constrói em torno de dois eixos: o crescente descontentamento dos brasileiros em relação ao governo petista e a inabilidade política de Rousseff face aos desafios enfrentados no seu governo.

A matéria abre com uma grande foto que ocupa quase metade da página: são brasileiros vestidos de verde e amarelo, segurando a bandeira do Brasil e bonecos de Lula presidiário e que, apreensivos, assistem ao que claramente é a votação do *impeachment* na Câmara (Fig. 2). Logo abaixo, o título “No Brasil, o início do fim para Dilma Rousseff” marca o tom de adeus à era petista que será reiteradamente empregado pelo jornal ao longo da cobertura.

As primeiras linhas do texto lembram “argumentos” mencionados pelos deputados – *o Brasil, a moral, a Constituição, o combate à corrupção* e, frequentemente, *Deus* – cujo distanciamento das motivações *a priori* evocadas para o afastamento da presidenta gera surpresa na jornalista. Claire Gatinois relembra a acusação que pesa sobre Rousseff e faz alusão a sua incapacidade em negociar o voto dos parlamentares, enquanto o “intrigante” Michel Temer teria “aumentado a oferta” aos deputados. Além de enfatizar a esperteza do pmdebista em relação à petista, outro aspecto que chama a atenção é a insistência na dependência da presidenta em relação ao seu antecessor, Lula. Como em outros momentos ao longo da cobertura, Rousseff é mostrada como a “herdeira de Lula”, “a sucessora de Lula”, “a antiga guerrilheira”, cristalizando a imagem de uma presidenta ora sem autonomia, ora sem o talento da “articulação política” do ex-presidente. A comparação sistemática corrobora o argumento do despreparo de Rousseff para governar; ao mesmo tempo que faz eco a discursos amplamente usados pela oposição, que insistem em apontá-la como “fantoche” do líder petista.

A incerteza quanto à consistência jurídica do argumento das pedaladas fiscais como crime de responsabilidade grave aparece novamente. Ela se traduz nas posições divergentes dos atores políticos ouvidos, que justificam a destituição como uma resposta ao clamor da “opinião pública” (Paulo Maluf-PP), ou o criticam, alegando tratar-se essencialmente de uma luta por poder (Chico Alencar e Jean Wyllys-PSOL). A ausência de consenso no plano jurídico abre caminho para uma justificativa cujo teor subjetivo é facilmente unificador: a corrupção. A ampla mediação da operação Lava Jato jogou o tema no centro da atenção pública, promovendo um ambiente propício à responsabilização e inculpação de atores e partidos políticos, especialmente da ala petista. A conduta duvidosa desses, sem excluir a presidenta, justificaria então o procedimento como forma de combater o mal moral que assola o Brasil, interpretação reforçada no editorial que complementa a matéria.

É nesse contraste de posições que inicia a segunda parte da matéria (Fig. 3). Sob o título “A descida ao inferno da herdeira de Lula”, o texto é acompanhado por duas imagens ricas em símbolos: em uma delas, vemos um grupo de pessoas brancas, vestidas com as cores da bandeira brasileira e que, com emoção, vibram; na outra foto, vemos uma mulher negra, com um adesivo de Dilma colado no peito, com o braço levantado, apontando para o alto. Eles acompanham a votação do *impeachment* na Câmara.

Novamente, as pedaladas fiscais são mencionadas como motivo para o *impeachment* e o emprego do termo “golpe” é criticado. Embora o texto relativize a consistência da acusação de crime de responsabilidade pelo qual responde a presidenta e mencione a inexistência de seu envolvimento em corrupção, o tom inquisidor persiste. A reportagem lembra a filiação de Rousseff ao PT e faz alusão a sua função de ministra de Minas e Energia durante o primeiro governo Lula, sugerindo que ela “*difícilmente* desconheceria” os esquemas de corrupção na Petrobras. Apesar de honesta se comparada a Eduardo Cunha, Michel Temer ou

Paulo Maluf, Rousseff “paga por seus erros”, que consistiriam sobretudo na sua incapacidade de afrontar a crise econômica, de restringir a recessão e o desemprego, “deixando nos eleitores um gosto de *traição*”. O resultado disso, continua a reportagem de Gatinois, é a revolta de seus eleitores. O texto finaliza destacando o autoritarismo e a arrogância da presidenta, colocando-a, mais uma vez, na sombra do ex-presidente. É apenas no último parágrafo que a reportagem abandona a negatividade no tratamento da presidenta ao citar sua postura quando, em 2011, demitiu sete ministros suspeitos de corrupção e se torna conhecida pela autonomia dada à justiça na condução das investigações nas altas esferas do Estado.

A última parte da reportagem foca no caráter simbólico do muro instalado em Brasília durante a votação na Câmara. A ideia de “dois Brasil que se dão às costas” insiste no esgotamento do compromisso que havia sido estabelecido durante os anos Lula. No texto, declarações de alguns personagens *pro-impeachment* – dois funcionários públicos aposentados, estudantes ultraliberais e um casal de aposentados, ex-eleitores do PT – busca provar ao leitor a decepção causada pelo PT. O texto finaliza com a visão dos apoiadores de Rousseff ou, ao menos, do Estado de direito, posição defendida sobretudo por estudantes universitários e antigos e fiéis eleitores do partido. Estes, sintetiza a reportagem em tom dramático, “choraram no domingo à noite”.

As controvérsias jurídicas, embora estivessem no centro dos debates sobre a questão no Brasil, não são discutidas na reportagem: as pedaladas fiscais são apresentadas como a causa objetiva do *impeachment*. No entanto, são os elementos de natureza mais subjetiva que ganham destaque. Ao insistir nos “erros” da chefe de Estado, na sua dependência de Lula (seu mentor), bem como na sua inabilidade política para negociar com o Legislativo e, portanto, para governar, o jornal francês apresenta a destituição da presidenta como uma espécie de resposta popular às suas falhas e desvios morais de seu partido. Essa interpretação

é reiterada no editorial (p. 21), que retoma as linhas gerais da reportagem e destaca que a destituição de Rousseff representa, no fundo, a contestação de todo um sistema político incapaz de inspirar confiança aos brasileiros. Logo, sua saída é vista como uma lição, um “sacrifício” inevitável, apesar das incertezas que traz. Mais uma vez, o jornal se coloca em seu editorial a favor do *impeachment* da presidenta brasileira.

Afastamento de Dilma Rousseff por 180 dias

Mais um capítulo importante, a decisão pelo afastamento de Rousseff por 180 dias em 12/05/2016 foi destaque na capa da edição do *Le Monde* do dia seguinte, conforme mostram as Figuras 4, 5, 6 e 7.

Figura 6 – *Le Monde*
13/05/2016 (p. 3)



Fonte: Le Monde/Europresse

Figura 7 – *Le Monde*
13/05/2016 (p.13)



Fonte: Le Monde/Europresse

A chamada de capa “A queda de Dilma Rousseff” (Figura 4) é acompanhada de uma foto da presidenta de perfil, sorrindo, com um fundo preto onde é possível ver apenas parte do seu corpo, como se ela desaparecesse na escuridão. Nesse clima de despedida, a chamada para a matéria principal destaca que o Senado atingiu o número de votos para aprovar o processo de destituição de Rousseff e que o vice-presidente Michel Temer prepara sua ida para o Palácio do Planalto. A síntese dos elementos textuais e visuais da reportagem é apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 – Enquadramentos *Le Monde* – Afastamento de Dilma Rousseff da presidência

Título principal	Rousseff suspensa, o Brasil no desconhecido
Linha de apoio	A maioria dos senadores se pronunciaram pela suspensão por 180 dias da presidenta, que deixa suas funções. A Alta Assembleia decidira sobre a sua destituição após este prazo
Título(s) secundário(s)	1) Os múltiplos desafios de Michel Temer 2) O fracasso da aliança entre Lula e ‘Dilma’ 3) Os desencantados
Chamada de capa	A queda de Dilma Rousseff
Imagem(s)	<u>Capa</u> – Foto mostra Dilma Rousseff de perfil, com um fundo preto. <u>Matéria principal</u> – Foto mostra Dilma Rousseff e seu chefe de gabinete, Jaques Wagner, abrindo a cortina para olhar por uma das janelas do Palácio do Planalto. <u>Matéria secundária 1</u> – C Foto de Michel Temer em primeiro plano, com um carro e um homem atrás. <u>Matéria secundária 2</u> – Montagem de uma foto do Cristo, no RJ, que aparece quebrado, caindo, com Dilma Rousseff sentada em seu ombro, pensativa, enquanto Lula se “equilibra” em um dos pedaços da estátua. No pé do Cristo, algumas pessoas levantam as bandeiras do PT. Uma delas aparece sentada no canto da imagem, bandeira baixa, ar pensativo.
Editorial	-
Motivo(s) do impeachment	Crime de responsabilidade (pedaladas fiscais) Práticas de corrupção
Tema(s) associado(s)	Corrupção Crise do sistema político Assistencialismo do PT Desilusão popular

Fontes mencionadas

Renan Calheiros/ Roberto Requião (PMDB)
Jorge Viana/Angela Portela (PT)
Cristovam Buarque (PPS)
Ana Amélia Lemos (PP)
Alfredo Valladao (cientista político)
O Globo
Lula
Hélio Bicudo
Laurent Vidal/Marta Bergamin (sociólogos)
Brasileiros contra e a favor do impeachment

Fonte: a autora.

A matéria principal traz no título a incerteza que marcou a vida política brasileira: “Rousseff suspensa, o Brasil no desconhecido” (Fig. 5). Abaixo, uma grande foto mostra a presidenta e seu então chefe de gabinete, Jaques Wagner, “espiando” pela janela do Planalto na véspera da decisão que a afastaria do cargo. Em tom de “fim de partida”, para utilizar a expressão presente no texto de Claire Gatinois, a reportagem busca reconstituir o clima das últimas horas de Rousseff no palácio governamental. Rousseff deixaria o Planalto “*apoiada* pelo seu *mentor* Luiz Inácio Lula da Silva”. A presidenta é outra vez relegada à condição de marionete de Lula, o “verdadeiro político” e de quem ela jamais conseguiu se emancipar. Ao mesmo tempo, é classificada de “orgulhosa”, pois seu único arrependimento, diz o texto, teria sido não ter feito a reforma política, e de “autoritária”, dada a rigidez com a qual tratava seus colaboradores, tendo provocado até mesmo o choro de alguns. O tratamento desdenhoso da presidenta e do seu partido também se verifica quando o texto cita os manifestantes vindos à Brasília para defender a “democracia” e o país contra a retomada da “elite”. Embora sutil, o uso de aspas nessas duas palavras insinua o ceticismo do jornal em relação

àqueles que se posicionam contra o *impeachment* e alegam a orquestração de uma armação jurídico-política contra o governo petista.

Ironias à parte, a tentativa de uma cobertura equilibrada é perceptível na reprodução de falas de representantes de diferentes partidos e no recurso à opinião de especialistas sobre a situação. O sentimento de “tristeza” é destacado por aqueles que sofrem ao ver o país “afundado em corrupção” (Renan Calheiros-PMDB/Ana Amélia Lemos-PP) e por aqueles que denunciam a injustiça contra a presidenta (Jorge Viana/Ângela Portela-PT). Independente das posições, a ideia do “fim de uma era” é o fio condutor da reportagem, que insiste nas cicatrizes profundas (econômicas, sociais, ideológicas) que o processo deixara no país. Apesar do histórico duvidoso do presidente interino Michel Temer, mencionado pelos diferentes pesquisadores entrevistados, a matéria (Fig. 6) não poupa elogios a sua capacidade de articulação política – mesmo que por vias obscuras, lembra – e suas boas relações com o mercado financeiro. As qualidades de um Temer em movimento, pragmático, pronto para agir, como sugere a foto que ilustra a matéria, se opõem à paralisia que paira sobre Rousseff: diferente da presidenta eleita, seu vice conhece os bastidores do congresso, seu funcionamento e atores. Sua chegada ao Planalto é expectativa de mudança, de restauração de um país dividido e sem confiança em seu governo.

A última parte da reportagem (Fig. 7) repercute sobre essas considerações e propõe uma análise mais contextualizada sobre as raízes da crise. O foco é a revolta classe média brasileira, “Os desencantados”, como sugere o título. A imagem usada sintetiza o tom do texto: nela, vemos o Cristo Redentor quebrado, Rousseff sentada no seu ombro, pensativa, enquanto Lula se equilibra nos escombros. No pé da estátua, pessoas balançam bandeiras do PT olhando para cima. Uma delas, porém, está sentada ao pé do Cristo, prostrada, bandeira abaixada. Trata-se claramente de uma alegoria ao “desencanto” com o PT, partido de

esquerda que prometeu mudar as coisas e, finalmente, dobrou-se à “brutalidade” da vida política brasileira, salienta a matéria.

O texto retoma as benfeitorias do partido desde a chegada de Lula ao poder em 2002, lembra a importância das políticas públicas implementadas para a transformação do país e, justamente, para a emergência dessa classe média que hoje se insurge contra a ala petista. Para ilustrar esse descontentamento, um dos recursos para reiterar o realismo jornalístico (CHARRON, DE BONVILLE, 2016) é o apelo a personagens. Assim, a matéria traz o depoimento de uma família humilde que “ascende” junto com o PT e que, agora, expressa sua frustração com o partido, que se tornou “como os outros”, isto é, corrupto, vaidoso, demasiadamente preocupado com o poder. A crise política e o *impeachment* iminente são, portanto, consequências disso. Ao final, a matéria chama a atenção para os efeitos talvez irreversíveis para o Brasil da oposição anti-PT *versus* pro-PT e sugere que a queda de Rousseff ofereceria ao PT o sopro necessário para se reinventar. Embora a proposta do texto fosse discutir a crise política de maneira mais problematizada e aprofundada, não há espaço para o contraditório, uma vez que reproduz a máxima “a culpa é do PT”.

A análise da matéria que viemos de apresentar mostra que a ideia norteadora que explica o *impeachment* da presidenta brasileira se desloca das alegações jurídicas de um crime de responsabilidade fiscal às acusações de corrupção que pesam sobre o PT. O discurso moralizador sustenta assim os enquadramentos propostos pelo *Le Monde* para tratar a situação brasileira na imprensa francesa.

O julgamento e a destituição definitiva de Dilma Rousseff no Senado

O julgamento de Rousseff no Senado em 31/08/2016 foi abordado na edição do *Le Monde* de 02/09/2016. A chamada de capa “Brasil: Dilma Rousseff destituída, fim do reino do PT” (sem imagem) da o *teaser*

para a matéria de duas páginas (Fig. 8 e 9). Ao classificar o governo petista de “reinado”, o jornal sugere já na capa a interpretação da saída da presidenta como o fim da tirania do Partido dos Trabalhadores, reforçando os enquadramentos dominantes nas reportagens anteriores.

Figura 8 – *Le Monde*
02/09/2016 (p. 2)



Fonte: Le Monde/Europresse

Figura 9 – *Le Monde*
02/09/2016 (p. 3)



Fonte: Le Monde/Europresse

Para quem acompanhou o julgamento no Senado, a ausência de discussão em torno do crime de responsabilidade fiscal que teria cometido a presidenta não é novidade. Em vez disso, as considerações sobre os erros de sua gestão e, mais amplamente, o envolvimento de seu partido em escândalos de corrupção foram os temas privilegiados nas falas dos acusadores e senadores favoráveis ao seu afastamento. Intitulada “No Brasil, a descida ao inferno do PT”, a matéria principal mostra a saída de Rousseff como uma tragédia anunciada. A síntese dos elementos

constitutivos da reportagem da correspondente Claire Gatinois é apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 – Enquadramentos *Le Monde* – Julgamento/destituição definitiva de Dilma Rousseff

Título principal	No Brasil, a descida ao inferno do PT
Linha de apoio	A queda de Dilma Rousseff assinala o fim de um ciclo iniciado pela chegada ao poder do presidente Lula em 2003
Título(s) secundário(s)	1) Michel Temer, Maquiavel ou salvador? 2) Uma tragédia sem suspense 3) Fernando Collor, o acusado acusador
Chamada de capa	Brasil: Dilma Rousseff destituída, fim do reino do PT
Imagem(s)	<u>Matéria principal:</u> Foto mostra Dilma Rousseff olhando para Lula, cuja imagem cobre metade do rosto da presidenta. <u>Matéria secundária 1:</u> Policiais fazem muro de proteção em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro durante atos de apoio à Dilma Rousseff. Em primeiro plano, três manifestantes com rostos cobertos e vestidas de preto.
Editorial	-
Motivo(s) do impeachment	Erros de Rousseff Corrupção
Tema(s) associado(s)	Degradação do PT Investigações de Lula pela Lava Jato Crise econômica Expectativas da posse de Michel Temer Eleições municipais
Fontes mencionadas	Lula Dilma Rousseff Michel Temer Jean Wyllys (PSOL) Eduardo Lopes (PRB) Ana Amélia Lemos (PP) Lindbergh Farias/José Eduardo Cardozo (PT) Cristovam Buarque (PPS) Fernando Collor Eleitores pro-PT Marco Antônio Carvalho Teixeira (cientista político) Daniel Vila-Nova (professor de direito) Sylvio Costa (Congresso em Foco) O Estado de São Paulo

Fonte: a autora.

O texto abre com uma foto de 2010 na qual Rousseff olha fixamente para Lula que, de perfil, olha para frente (Fig. 8). A escolha da imagem, na qual o rosto do ex-presidente cobre quase inteiramente o de Dilma, não é trivial: ela reafirma a ideia já batida de uma chefe de Estado dependente do seu predecessor, ele, sim, o verdadeiro líder. Os motivos do *impeachment* movido contra a então presidenta se tornam marginais ante a ênfase dada a Lula e ao PT: a queda de Rousseff é o final do “reino do PT” após mais de 13 anos no poder; sua saída representaria um “alívio” para um partido afundado em erros, em corrupção e em crise; porém, a situação não impediria o possível retorno do mito Lula na presidencial de 2018. A destituição de Dilma é, portanto, apresentada como a despedida da era iniciada por Lula nos anos 2000 e que ela e o PT, por ter-se tornado um “partido como os outros”, foram incapazes de levar adiante.

Na mesma página, porém, a expectativa em torno do governo Temer vem contrabalançar esse clima de incerteza quanto ao futuro do país. O texto enfatiza as ações do presidente interino, sua viagem para a China como representante do Brasil no G20, suas capacidades táticas no jogo político. Em suma, Temer assume para “corrigir” os erros cometidos por Dilma Rousseff, como precisa um próximo do vice-presidente à jornalista francesa. Embora o título “Michel Temer: Maquiavel ou salvador?” coloque em dúvida as verdadeiras intenções de Temer ao ter apoiado o *impeachment* da presidenta, a escolha editorial de colocar lado a lado uma matéria que enfatiza a degradação do PT com a agilidade do pmdbista sugere o vice-presidente como ator providencial nesse período turbulento.

O julgamento de Rousseff é finalmente tratado na segunda página da matéria (Fig. 9). Conforme o título, sua destituição é “uma tragédia sem suspense”: os 61 votos a favor e 20 contra traduziriam o desejo da “maioria dos brasileiros” conforme as pesquisas de opinião, segundo o *Le Monde*. As pedaladas fiscais, que teriam motivado a abertura do processo contra a presidenta, são mencionadas *en passant*. Para o jornal, sua queda se deve

sobretudo ao “conjunto da obra”, isto é, seus erros táticos, pessoais, políticos, bem como os desvios do PT, incapaz de fazer *mea culpa*, como salienta um dos especialistas entrevistados. Segundo o *Le Monde*: “Dilma Rousseff foi julgada como a principal *responsável pela crise econômica*, pela recessão e o desemprego, pela *paralisia governamental e imoralidade política* após a deflagração da Lava Jato”. Com essa declaração, o jornal confirma a ausência de elementos concretos para sua destituição e o apelo ao *impeachment* como solução a revelar para problemas de má gestão e/ou de ordem moral. Ao mesmo tempo, a matéria normaliza a destituição de presidentes brasileiros ao colocar os casos Rousseff e Collor, comprovadamente declarado culpado por crimes de corrupção, no mesmo nível, como se fossem casos de mesma natureza.

A leitura da matéria permite identificar que a predominância de um discurso que criminaliza o Partido dos Trabalhadores, cujos membros são apresentados como imorais, orgulhosos e tirânicos. Essa concepção negativa é corroborada pela imagem que ilustra a segunda página da matéria, na qual policiais fazem um muro de proteção em frente à Assembleia Legislativa do RJ, onde apoiadores de Rousseff se reuniram para expressar sua solidariedade à presidenta destituída. O contraste entre os manifestantes com rostos cobertos e a polícia armada sugere o “perigo” representado pelos primeiros, não raro hostilizados e retratados como delinquentes, inclusive na imprensa brasileira. Na mesma linha, percebe-se o tratamento negativo em relação à presidenta, sempre representada como incompetente politicamente e marionete de Lula, grande figura dessa última reportagem.

Considerações finais

Este artigo objetivou identificar e analisar os principais esquemas interpretativos propostos pelo *Le Monde* na cobertura de três momentos-chave do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff no Brasil. Os aportes da sociologia do jornalismo, sobretudo no que tange o jornalismo internacional, bem como o

uso dos enquadramentos como perspectiva teórico-metodológica permitiram jogar luz sobre o papel da imprensa e dos profissionais da informação na construção e cristalização de versões da realidade. No concernente aos correspondentes internacionais, essa questão se torna ainda mais delicada na medida em que aquilo que reporta como jornalista interfere na imagem externa do país no qual atua. Sua responsabilidade é, portanto, dupla, visto que seu trabalho é informativo e diplomático ao mesmo tempo.

O exemplo de Claire Gatinois permite compreender as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas expatriados diante da cobertura de acontecimentos complexos. Deste modo, os enquadramentos propostos pelo jornal francês não podem ser analisados sem levar em conta as condições de produção dos conteúdos pela sua correspondente no Brasil, que encontrou nas fontes oficiais e nos veículos de referência nacionais uma forma de apreender e de explicar o acontecimento, perenizando narrativas e propondo quadros interpretativos (ADGHIRNI, 2013; STEINBERGER, 2016) ao público francês. A autorreferencialidade jornalística, conforme discutido por Steinberger (2016, 2004), bem como o recurso massivo a fontes oficiais (HALL *et al*, 1978) aparecem como estratégia para apreender e traduzir a crise brasileira na França. O resultado disso foi a reprodução, por vezes mecanicamente, de interpretações veiculadas pelos jornais de referência e atores políticos brasileiros.

Nessa esteira, a análise das reportagens permite identificar três grandes ideias-força que sustentam os esquemas interpretativos da destituição da presidenta nas matérias do jornal francês.

A primeira são *as pedaladas fiscais*, motivo oficial alegado para a abertura do processo contra Rousseff e tratado de maneira factual em um primeiro momento. A evolução da cobertura permite a aparição de outra explicação que justifica o *impeachment*: sua saída passa a ser considerada inevitável diante de seus erros, sua incapacidade para governar e sua política econômica desastrosa. A destituição de Rousseff é, portanto, consequente diante de sua *inabilidade política*, uma vez que sua chegada ao poder é fruto de

sua proximidade com Lula, considerado o “único e verdadeiro” presidente. O tratamento negativo e culpabilizador da presidenta é dominante nas matérias, que associam sua queda àquela do “reino do PT”. O fim do governo petista e, de maneira mais geral, da era Lula é predominante nas duas últimas matérias, que analisam, respectivamente, o afastamento provisório e a destituição definitiva da presidenta. Nesse sentido, é a *corrupção* que assume o horizonte interpretativo acerca do *impeachment*, uma vez que Rousseff é tratada como condescendente com a degradação moral de um partido afundado em escândalos. Sua queda e a chegada ao poder de Michel Temer são apresentadas como o início de novos tempos que, embora incertos, renovam – ao menos para uma parcela dos brasileiros, em especial para a chamada “classe média” emergente nos anos PT –, as esperanças em um Brasil livre de corrupção e pronto para voltar a crescer economicamente.

Com base nessas considerações, verificamos que alguns ângulos e pontos de vista dominantes na mídia de referência brasileira – a importância do *impeachment* para uma retomada da economia, seu tratamento simplista e a ênfase na dimensão moral, que privilegia a personalização e o antagonismo das posições de maneira acrítica, tratamento que foi persistente na cobertura à época pelos grandes jornais brasileiros (BECKER *et al*, 2017) – foram cristalizados pelo *Le Monde* ao longo da cobertura. Contudo, a postura do jornal também suscitou reações do público, como atesta o editorial “Le Monde foi parcial?”, de 25/04/2016, que responde a críticas de leitores franceses e brasileiros quanto à ausência de senso crítico e o tom desdenhoso e misógino ao falar de Rousseff. Sem fazer *mea culpa*, o jornal sublinhou as dificuldades da correspondente para realizar a cobertura sozinha, admitiu ter cometido excessos e a falta de recuo ao reproduzir discursos da mídia brasileira. Isso confirma a interdependência inevitável entre o trabalho dos correspondentes e jornalistas locais e, por outro lado, mostra que os enquadramentos propostos, embora visem um efeito comum, nunca são decodificados uniformemente pelos públicos (ENTMAN, 1993).

Obviamente, uma análise mais completa sobre o trabalho dos correspondentes internacionais para melhor compreender e problematizar os enquadramentos privilegiados no jornal exigiria um estudo aprofundado sobre a precarização das condições de trabalho dos jornalistas e os constrangimentos econômicos que pesam sobre as empresas de comunicação na França. Embora esse ângulo não tenha sido o objetivo deste artigo, esperamos que os apontamentos apresentados sirvam para trabalhos futuros que façam dialogar essas diferentes dimensões.

Referências

ADGHIRNI, Z. A pluralidade do mundo na visão singular do correspondente internacional. **Revista Intexto**, n. 28, 2013, p. 32-52.

ANDRADE, B.S.A. **Redes de atores e argumentos no debate público sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff: o dia do afastamento provisório em 12 de maio de 2016**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação, 2019.

BECKER, C.; CESAR, C. M.; STEIGLEDER, D. e WEBER, M. H. Manifestações e votos sobre *impeachment* de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, Vol. 13, 2017, p. 96-113.

BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CHARRON, J.; DE BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Série Jornalismo e Sociedade – Vol. 3, Florianópolis: Insular, 2016.

- CORNU, D. **Journalisme et la vérité**. *Autres temps*, 1998, vol. 58, n° 1, p. 13-27.
- ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, Volume 43, Issue 4, December 1993, p. 51-58.
- FONSECA, V. P. S. Um Conceito para Jornalismo: conhecimento singular ou senso comum?. **Revista Biblioteconomia & Comunicação**, Vol. 8, 2000, p. 172-182.
- FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. Aracaju: Editora UFS, 2005.
- GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide – Para uma Teoria Marxista do Jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HALL, S. *et al.* **Policing the crisis: mugging, the state, and law and order**. Londres: The Macmillan Press, 1978.
- LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- MATTELART, T. Les enjeux de la circulation internationale de l'information », **Revue française des sciences de l'information et de la communication**, 5, 2014. URL: <http://journals.openedition.org/rfsic/1145>. DOI: 10.4000/rfsic.1145.
- OLMEDO, L. B. **Liderança ou hegemonia regional? percepções do Brasil na imprensa argentina, venezuelana, colombiana e chilena**. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais – Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais, 2016.
- SCHEUFELE, D. A. Agenda-setting, priming, and framing revisited: Another look at cognitive effects of political

communication. **Mass Communication & Society**, 3, 2000, p. 297-316.

STEINBERGER, M. B. O conceito de cognição jornalística: Percepção social do caso Charlie segundo correspondentes na imprensa brasileira. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre o jornalismo**, Vol. 5, nº1, 2016. URL: <http://surlejournalisme.com/rev.>

STEINBERGER, M. B. Cognição jornalística e história dos acontecimentos. **Anais do Colóquio Brasil-França**, Porto Alegre, Intercom, 2004.

MANIFESTAÇÕES E VOTOS AO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF NA PRIMEIRA PÁGINA DE JORNAIS BRASILEIROS¹⁹⁶

Camila Becker
Camila Cesar
Débora Gallas Steigleder
Maria Helena Weber

Introdução

O Brasil vivencia uma das mais complexas crises políticas demarcada pelo processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), reeleita em 2014 com mandato até 2018 e destituída¹⁹⁷ em 31/8/16 pelo Senado Federal. Esta crise tem sido sustentada por tentáculos que insinuam uma nova ordem política, econômica e jurídica que atinge a sociedade. A imprensa registra a disputa de autoridade e legitimidade entre os poderes estatais, manifestações de rua, a luta contra a corrupção¹⁹⁸ e os conceitos e procedimentos políticos e jurídicos sobre o *impeachment*. Alvo de disputas conceituais e simbólicas, a legitimidade do ato e da pena imposta aparece na pergunta: “*impeachment*” ou “golpe”? De um lado, a justificativa para o impedimento (para preservar a democracia) e do outro a denúncia de golpe que coloca em risco a ordem democrática.

A imprensa brasileira é protagonista no debate nacional e cada vez mais se impõem as análises relacionadas ao *ethos* do jornalismo capazes de acionar a sua responsabilidade, na mediação de verdades e realidades enquanto *locus* privilegiado de visibilidade e referência de democracia.

196 Artigo revisado, publicado originalmente na Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 13, p. 96-113, 2016.

197 O *impeachment* a retirou da função, mas não lhe retirou o direito de elegibilidade.

198 Operação Lava Jato articulada pela Polícia Federal, onde o juiz Sérgio Moro é o principal e controverso ator. Desvela a rede de corrupção que associa empresas, políticos, governo e a Petrobrás.

Com um pequeno recorte empírico, este texto visa contribuir à reflexão sobre as estratégias editoriais em quatro momentos de caráter deliberativo identificadas em 12 capas de jornais brasileiros de referência: *O Globo (GLO)*, *Folha de São Paulo (FSP)* e *O Estado de São Paulo (OESP)*. Especificamente, as manifestações sociais pró-*impeachment* (14/3/16) e contra o *impeachment* (19/3/16); a votação do encaminhamento do processo da Câmara Federal ao Senado (17/4/16) e os resultados à decisão final, no dia 18/4/16. As premissas dessa abordagem estão sediadas na compreensão de que o *impeachment* é tema de interesse público e mobiliza um debate nacional, no qual a imprensa tem responsabilidade sobre formação da opinião, devido à sua função social e poder de visibilidade. O tema é mobilizador dos poderes nacionais e da vida da sociedade.

A construção teórica do texto está vinculada a referências que relacionam interesse público, comunicação, jornalismo, ética e noticiabilidade em relação ao *impeachment* como acontecimento público. Utiliza-se a análise de conteúdo e o enquadramento como aporte teórico-metodológico. Nesta base, são classificados os conteúdos de cada jornal e o respectivo enquadramento na primeira página considerando que, no debate instaurado, a imprensa participa com o poder que lhe é atribuído como um dos atores principais da democracia.

Este artigo inicia com a contextualização do processo de *impeachment* e, em seguida, o classifica como um acontecimento público abordado nas primeiras páginas e analisado a partir do conceito de enquadramento.

Democracia e *Impeachment*

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff permite refletir a intervenção mediática na (des)construção de reputações e verdades, assim como identificar o poder do jornalismo sobre a opinião pública e o poder de mobilização da sociedade. Diferente do presidente também cassado Fernando

Collor de Mello¹⁹⁹ que não possuía bases partidárias e sociais, mas apoio das elites empresariais, a ex-presidenta Dilma pertence ao PT, que governa o país desde 2003, estruturado sobre sólida base e organizações sociais, tendo implementado políticas públicas decisivas à inclusão social e à cidadania. Esta situação mantém ativa a mobilização social e a disputa sobre o projeto político-econômico adotado.

O processo de *impeachment* teve início nas acirradas eleições de 2014 entre PT e PSDB²⁰⁰ que disputaram projetos políticos, índices de desenvolvimento e acusações de corrupção. Após a vitória de Dilma (51,64% dos votos), o candidato derrotado Aécio Neves (48,36%) liderou diferentes ações visando a criminalização da chapa vencedora. Finalmente, a Câmara Federal²⁰¹ acolheu, em setembro de 2015, a acusação formal sobre o crime de responsabilidade fiscal (as “pedaladas fiscais”) associada discursivamente a críticas sobre a paralisia econômica do país, à postura pessoal de Dilma e sua suposta ligação com o esquema de corrupção denunciado pela Operação Lava-Jato.

Essa situação foi seguida por centenas de manifestações nas ruas, pró e contra *impeachment*, nutrindo o debate sobre os limites da crise política brasileira. Argumentos políticos, jurídicos e econômicos foram exaustivamente apresentados a favor e contra a governabilidade da presidenta. Acontecimentos, discursos, delações de acusados pela Lava-Jato e disputas entre os poderes da República aceleraram o processo.

O processo de *impeachment* foi encaminhado ao Senado Federal, após aprovação na Câmara Federal por 367 a 137 votos, em 17/4/16 (um dos acontecimentos aqui analisados), afastando a presidenta Dilma por 180 dias. O impedimento definitivo ocorreu

199 Primeiro presidente eleito após 24 anos de regime militar, renunciou pouco antes de ser cassado. Foi absolvido pelo STF e está cumprindo o segundo mandato como senador. Votou a favor do *impeachment*.

200 PSDB e PT vêm disputando as eleições à Presidência da República há 22 anos, sendo que desde 2002, o PT tem sido vitorioso elegendo Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

201 O então presidente da Câmara Federal, Luiz Eduardo Cunha (PMDB) que acolheu a denúncia foi cassado em seu cargo e mandato, no dia 12/9/2016.

com a votação dos senadores em 31/8/16. Com 60 votos a favor e 21 contrários à destituição, Michel Temer, assume a Presidência da República.

A polarização política do país foi exposta nas manifestações de rua, dos políticos e nos *media*. A hostilidade manifesta em relação à cobertura da imprensa, porém, revela o mal-estar da população contra o *impeachment*, classificando o tom das versões divulgadas como simplificadoras da complexidade política reduzida a disputas maniqueístas entre corruptos e guardiões da moral. Trata-se de uma capacidade associada ao poder simbólico definido por Lima (2006, p.10), que intervém "no curso dos acontecimentos", influencia ações e crenças e até mesmo se autoriza a criar acontecimentos, "através da produção e transmissão de formas simbólicas". Isto porque, historicamente, os meios de comunicação se tornaram detentores de um importante papel de socialização e de mediação política face à pouca credibilidade dos partidos enquanto instrumentos de canalização de mobilização e de participação política (BAQUERO, 2001).

Esses acontecimentos, demarcados como políticos, podem perfeitamente ser entendidos como a disputa de um projeto econômico, o que amplia a complexidade do debate. Como afirma Boaventura de Souza Santos (2014), na apresentação de sua obra *O Direito dos Oprimidos*:

O poder capitalista é hoje um poder totalitário montado num pedestal global donde comanda os cordéis das sociedades nacionais e suas esferas públicas, a que chamamos democracia por inércia ou por não sabermos que outro nome lhe dar. (SANTOS, 2014, p.14)

Ao analisar a melhoria da qualidade das democracias a partir de “quatro teorias democráticas”, Fishkin (2015, p. 233) assinala a importância da opinião do povo e alerta: “quando o ‘consentimento dos governados’ é alcançado por meio de opiniões ‘superficiais’, o povo não sabe ou não compreende com o que está

consentindo”. A formação de opinião e mobilização social estão diretamente associadas à confiabilidade nas informações emitidas pelas instituições públicas e pela imprensa, estruturas constitutivas da democracia. Quéré (2005a) chama essas estruturas, constituídas por pessoas ou instituições, de “dispositivos de confiança” das sociedades democráticas, onde os *media* ocupam um espaço privilegiado. Apesar das transformações da ecologia informacional impulsionadas pelas novas mídias nos últimos anos, o conteúdo proveniente dos meios convencionais ainda é a principal fonte provedora de informação, possuindo, portanto, uma “posição central nas disputas pela construção simbólica do mundo social e definição das preferências” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 82).

Debate Público e Imprensa

Nesse debate, importa a reflexão sobre o papel da visibilidade mediática, considerando o jornalismo como uma das dimensões fundamentais da comunicação pública devido a sua importância na formação das percepções públicas sobre a política e o governo. Em torno do *impeachment* e suas consequências, persistem manifestações que caracterizam a comunicação pública, porquanto pressupõe a relação entre Estado, governo e sociedade civil. Ao assumirmos a comunicação pública como indicador da qualidade das democracias, privilegiamos os estudos sobre o debate sustentado por temas e decisões de interesse público que dependem da visibilidade e enquadramentos da imprensa. Versões e poderes são disputados pelo Estado, sociedade e imprensa, em redes de comunicação pública, como afirma Weber (2007, p.4), capazes de tensionar e deliberar no espaço público. Os princípios normativos da comunicação pública balizam ainda as expectativas em relação a uma prática comunicacional baseada nos valores da liberdade e igualdade de participação.

A imprensa ocupa um lugar de complexidade nas democracias. Além de protagonista do debate público, também realiza a

mediação simbólica com atribuição de voz e visibilidade que contribuem (ou não) para o tensionamento dos limites entre interesses públicos (relativos à vontade coletiva) e privados (mobilizados por questões de mercado e particulares). São esses limites que colocam em cheque o potencial democrático dos meios de comunicação (ESTEVEVES, 2003, p. 61).

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância do jornalismo enquanto instituição social responsável pela produção das narrativas pelas quais indivíduos experimentam diferentes realidades, além de construir procedimentos, critérios de seleção e construção da notícia que permite traçar os contornos dessa “mundanidade” (GOMES, 2009). O debate público que ocorre na esfera de visibilidade pública não prescinde, portanto, do discurso jornalístico.

As mobilizações, ações e os debates sociais, políticos, midiáticos e jurídicos desencadeados pelo processo de *impeachment* permitem compreender um acontecimento em seu sentido hermenêutico, investido de um poder de ruptura da ordem vigente, em que são revelados campos problemáticos. Como afirma Quéré (2005b), o acontecimento exerce um poder de revelação de outras formas de interpretar, experienciar o mundo, como um “novo horizonte de possíveis” em relação ao futuro e ao passado. A afetação individual e coletiva provocada pelo acontecimento é essencial para entendermos as dimensões do processo de *impeachment* para a democracia brasileira e, também, como revelador de um campo problemático, como o da corrupção (política e social).

Esse trabalho trata do acontecimento público *impeachment* de Dilma Rousseff, mobilizador de interesses públicos e privados, com a participação efetiva dos *media* que realizam a apropriação desse acontecimento, mobilizam atores sociais e acionam uma cadeia de sentidos propostos à audiência. No jornalismo, o acontecimento é a matéria-prima do seu principal produto, a notícia, capaz de instaurar debates públicos. Por isso, a análise do processo de construção jornalística do acontecimento *impeachment* é

compreendida a partir da apropriação e reescrita do fato com as linguagens/estratégias do campo. As formas de enquadramento do jornalismo obedecem aos critérios de noticiabilidade, à ética profissional e à sua função social.

A rotina produtiva da imprensa aponta o interesse público e a ética profissional como dimensões nevrálgicas na problematização da narrativa jornalística e essenciais para o reconhecimento e aplicação dos critérios de noticiabilidade, definidos por Traquina (2013, p.61) como “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir um valor como notícia”, embora sua aplicação possa ser afetada pela política editorial da empresa que orientará a seleção e o tratamento dos acontecimentos. Sobre isso, Neveu (2001, p. 85, tradução nossa) afirma que “a capacidade do jornalismo de hierarquizar e problematizar os acontecimentos e os assuntos mais importantes, aponta a capacidade central de sua influência sobre a opinião pública”.

Interesse público é a noção-chave do jornalismo e consiste na vigilância de que o interesse da esfera civil será levado em conta na decisão política. Gomes (2009, p.79) afirma que o jornalismo deve servir ao público e colocar à sua disposição “os repertórios informativos necessários para que ele possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado”. Ainda que o interesse público seja um componente indissociável, o modelo empresarial da imprensa conforma o jornalismo para atender à demanda do mercado e da audiência e, assim, defende interesses políticos e econômicos.

Em meio a estes tensionamentos, a ética estabelece os limites do compromisso do jornalismo com a verdade. Cornu (1998) problematiza o dilema do jornalista em busca da verdade dos fatos àquele enfrentado pelo historiador. O estatuto social do jornalismo garante a sua competência para divulgar aquilo que devemos saber sobre o mundo. A construção deste “recorte da realidade” se daria com base na veracidade dos fatos, na adequada seleção dos elementos da narrativa e na justa escolha diante da infinidade de eventos (MIGUEL, 2003). Estes critérios assegurariam a qualidade

das informações entregues ao público. Diante disso, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff é tratado neste artigo como um acontecimento público capaz de gerar debate com a participação ativa da imprensa na orientação sobre a percepção dos temas em discussão.

O enquadramento das manifestações e do *Impeachment*

O conceito de enquadramento tem por base os *frames*, como “quadros da experiência social” (GOFFMAN, 2012), entendidos como dispositivos metodológicos para analisar fenômenos sociais e os indivíduos envolvidos em processos de interação. Os quadros servem como esquemas de interpretação, que constroem uma ideia organizadora central e atribui sentido aos acontecimentos, sugerindo um tema (TRAQUINA, 2013). Compreendidos como “marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais” (PORTO, 2002, p. 4), a análise desses enquadramentos concebe os meios de comunicação e os produtos jornalísticos (a notícia) em uma perspectiva ativa sobre e transformadora da informação. A abordagem complementa assim a teoria do agendamento (MCCOMBS; SHAW, 1972), sendo utilizada em diversas pesquisas sobre os *media* e a política na intenção de identificar estratégias textuais e representações contidas nas coberturas jornalísticas.

Essa perspectiva orientou a análise de 12 capas dos jornais de referência brasileiros — Folha de São Paulo (FSP), O Estado de São Paulo (OESP) e O Globo (GLO) —, e do enquadramento realizado em quatro acontecimentos indicativos de deliberações (manifestações e votos). A premissa é que estes enquadramentos sustentam o debate público na disputa de verdades na construção da realidade política, visto que o destaque na primeira página incide com mais rapidez, na primeira formação e formulação de opinião. Especificamente, tem-se:

- Acontecimento 1 – Repercussão das manifestações pró-*impeachment* (13/3/16);
- Acontecimento 2 – Repercussão das manifestações contra *impeachment* (18/3/16);
- Acontecimento 3 – Expectativa da votação do *impeachment* (17/4/16);
- Acontecimento 4 – Repercussão do resultado da votação na Câmara Federal (18/4/16).

A abordagem privilegia a identificação dos discursos predominantes, a partir das imagens e títulos que situam estrategicamente o acontecimento e permitem identificar o protagonismo destes jornais no debate instaurado, considerando a construção de visibilidade e legitimidade dos eventos relacionados.

Os procedimentos metodológicos obedecem à classificação prevista pelas técnicas da análise de conteúdo, de imagens, títulos e textos da primeira página de cada jornal apresentadas nas figuras 1,3 e 5_e classificadas nos quadros 2,4 e 6, combinados por tipo de acontecimento.

Acontecimento 1 - Manifestações pró-*impeachment* (14/3/16)

As manifestações acompanharam todo o processo de *impeachment*, contra e a favor. No dia 14 de março, os jornais publicaram a sua síntese sobre as ruas, com a devida valoração de fatos e atores políticos, a partir de uma imagem que se impôs.

Figura 1 – A primeira página dos jornais sobre as manifestações pró-impeachment de 13/03/2016



Fonte: <http://oglobo.globo.com>; <http://acervo.estadao.com.br>; <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: abr. 2016.

Quadro 1 – Enquadramentos na primeira página das manifestações pró-impeachment de 13/03/2016

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 14/03/2016	O Estado de São Paulo 14/03/2016	Folha de São Paulo 14/03/2016
Manchete principal	BRASIL VAI ÀS RUAS CONTRA DILMA E LULA E A FAVOR DE MORO <u>Cartola</u> – Maior manifestação da história <u>Linha de apoio</u> – Protesto pacífico reuniu 3,6 milhões de pessoas em 326 cidades de todos os estados e no Distrito Federal	13/03/2016	ATO ANTI-DILMA É O MAIOR DA HISTÓRIA
Manchetes secundárias	1) Líderes de oposição são hostilizados 2) Insatisfação cresce também no Nordeste 3) Temporal causa destruição e deixa cinco mortos no Rio 4) Flu empata com Botafogo: 1x1 <u>Artigos de opinião/assinados:</u> 5) Uma rua cheia de brasileiros em coro contra a corrupção 6) Protestos dão respaldo para processo de impeachment 7) Dilma assiste impassível à liquefação do seu governo 8) Moro, hoje, é o representante de fato das ruas 9) O Brasil renunciou a Dilma. Cabe ao Congresso formalizar o ato		1) 500 mil manifestantes foram à Avenida Paulista, calcula DataFolha 2) Juiz Sérgio Moro, da operação Lava Jato, é saudado como herói 3) Em nota lacônica, governo federal elogia caráter pacífico 4) Povo e políticos devem convergir para impeachment 5) Multidão responde a inchaço do poder presidencial sob PT 6) Desfecho está próximo, pode não passar de julho 7) Pedem a saída de Dilma, mas toleram Cunha 8) PT hoje continua sendo uma seita, a seita da Jararaca 9) Ato pode acelerar impeachment, diz vice-líder do PMDB
Imagem principal	– Manifestantes ocupam totalmente a Avenida Paulista. – As cores verde-amarelo sobressaem. – Sobressaem boneco inflável de Lula presidiário e o pato amarelo, marca da FIESP.	– Manifestantes tomam as ruas de São Paulo. – Visão aérea mostra ato amarelo da FIESP e faixas verde-amarelo.	Manifestantes na Avenida Paulista
Imagens secundárias	Foto 1 – Manifestante segura cartaz “Nós somos Moro” Foto 2 – Manifestantes mostram maquete de apartamento triplex, cuja propriedade indicaria corrupção de Lula: “Triplex, você pagou essa obra”		Ilustração, sob o título “As maiores concentrações já medidas” lista as maiores manifestações políticas e não políticas já ocorridas no país. Um mapa do Brasil aponta locais em que houve manifestações no dia 13/03.

Fonte: as autoras.

O evento do dia 14/3/16 está nas estratégias visuais das capas baseadas nos três ângulos da mesma foto que registra milhares de pessoas na Avenida Paulista, em São Paulo, na mobilização pró-*impeachment*. A foto representa o que aconteceu em todas as capitais e grandes cidades do país..

No discurso do jornal GLO, expresso na manchete “Brasil vai às ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro”, as manifestações pelo afastamento indicam o desejo nacional de todo o país e promove o juiz Moro. Da mesma forma, a capa de OESP concentra o título à data “13/3/2016” e mostra a ocorrência de um momento histórico para o Brasil e nada mais precisa ser dito, escrito ou explicado: o registro fotográfico do acontecimento é forte o suficiente e fala por si.

As capas concentram a retórica maniqueísta do “nós” contra “eles”, reforçada pela antagonização dos atores em uma narrativa sobre a luta do bem contra o mal. Exemplo disso é o emprego frequente do adjetivo “brasileiros” para referir os manifestantes favoráveis ao *impeachment* e a construção de um discurso consensual em torno da condenação pública dos líderes petistas, isto é, dos inimigos do povo, em oposição ao juiz Moro, tratado como o grande aliado do povo brasileiro. Este enquadramento, que “sequestra” a dimensão pública do debate, ganha reforço no destaque ao número de pessoas presentes no protesto que, mais do que mera informação, quer indicar a vontade soberana do povo para o fim do governo de Dilma Rousseff. A FSP propõe a relação entre a maior manifestação e a pequenez da presidenta.

A primeira página de GLO funciona como arcabouço do quadro interpretativo que justifica o acontecimento. Identifica-se nas chamadas da capa um esforço desses jornais em torno da idoneidade do processo de *impeachment* e da culpabilização e desgaste da imagem do governo petista. Apenas OESP mostra a eloquência das ruas e deixa aberta a interpretação, como um silêncio.

Acontecimento 2 - Manifestações contra o *impeachment* (19/3/16)

No dia 19 de março, os jornais publicaram na sua primeira página o seu entendimento sobre as ruas contra o *impeachment*. Nesta cobertura é possível identificar a valoração de fatos e atores políticos, conforme a Figura 2.

Figura 2 – A primeira página dos jornais sobre as manifestações contra o impeachment de 18/03/ 2016



Fonte: <http://oglobo.globo.com>; <http://acervo.estadao.com.br>;
<http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: abr. 2016.

Assim como as manifestações do dia 13 de março, a imagem da rua repleta é o destaque da capa e serve como comparação à grandiosidade mobilização do dia 13/3. As capas dos jornais analisados estão decodificadas no Quadro 2 onde é possível identificar os enquadramentos:

Quadro 2 – Enquadramentos das manifestações de 18/03/2016 contra o impeachment

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 19/03/2016	O Estado de São Paulo 19/03/2016	Folha de São Paulo 19/03/2016
Manchete principal	<p>ALIADOS DE DILMA E LULA FAZEM MANIFESTAÇÃO EM TODOS OS ESTADOS</p> <p><u>Cartola</u> – Lava-Jato no Planalto</p> <p><u>Linha de apoio</u> – PT reúne 275 mil, 7% do público dos protestos do domingo pelo impeachment</p>	<p>STF SUSPENDE POSSE DE LULA E MANTÉM INVESTIGAÇÃO COM MORO</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Gilmar Mendes acatou pedido de PSDB e PPS, que alegavam que o ex-presidente virou ministro para ganhar foro privilegiado</p>	<p>ATO PRÓ-GOVERNO REÚNE 95 MIL NA PAULISTA, CALCULA DATAFOLHA</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Presente no evento, Lula adota discurso conciliador; no domingo (13), 500 mil pediram saída de Dilma</p>
Manchetes secundárias	<ol style="list-style-type: none"> 1) Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula e devolve inquérito a Moro 2) Grampo foi legal, afirma Janot 3) Por 26 a 2, OAB apoia impeachment 4) Blindagem contra a prisão 5) Editorial: Impeachment é uma saída institucional da crise 6) Um dândi na confeitaria 7) Iggy Pop em plena forma 8) Antropologia da dívida <p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 9) O pior dos diálogos foi Lula interferir na atuação da Receita Federal 10) O processo histórico em curso não é favorável ao PT e a Lula 11) Temer se guarda para quando o carnaval chegar 12) Mudar mentalidades pode ser o legado da Lava-Jato 13) Incontinência verbal de Lula atenta contra o bom gosto 14) STJ já validou “grampo accidental”, como o de Dilma 15) Como nos deixamos enganar dessa maneira? 16) Campeonato nacional de tiro no pé agita o país 17) Estou me sentindo fora de moda: nunca fui grampeada 18) Nova geração não se resigna com vícios do passado 19) O juiz Moro e os procuradores rasgaram a Constituição 20) Moro iniciou a maior reforma política das últimas décadas 21) Reagir é proteger o povo de atos de regimes de exceção 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Janot diz que gravação de conversa é legal 2) Juiz não deve buscar “holofote”, afirma Teori 3) Câmara faz sessão e inicia prazo para impeachment 4) PF acha na casa de petista laudo da Odebrecht sobre Atibaia 5) Último suspeito de ataque a Paris é preso na Bélgica 6) TCU quer banir ministro de funções públicas 7) Matarazzo deixa PSDB e critica governador 8) SP tem 900 grávidas com suspeita de zika 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Ministro do STF devolve caso de Lula a Moro 2) Equipe da PF será trocada se houver cheiro de vazamento 3) Janot chancelou a divulgação das escutas de Lula 4) OAB vai apoiar impeachment da presidente Dilma <p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 5) Justiça e imprensa parecem colocar lenha na fogueira 6) Não há cortes tão expostas a testes como o Supremo 7) Paralelo que ação petista faz com Berlusconi é falso

Quadro 2 – Enquadramentos das manifestações de 18/03/2016 contra o impeachment
– Continuação –

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 19/03/2016	O Estado de São Paulo 19/03/2016	Folha de São Paulo 19/03/2016
Imagem principal	<p>Manifestação contra o impeachment na Av. Paulista no dia 18/03</p> <p><u>Legenda</u> – Na Paulista. A mais conhecida avenida de São Paulo teve 11 quarteirões tomados por petistas, contra 23 no domingo.</p>	<p>Manifestantes na Av. Paulista no dia 18/03</p> <p><u>Legenda</u> – A manifestação contra o impeachment de Dilma Roussef reuniu 80 mil pessoas na Av. Paulista, segundo a Polícia Militar. Para os organizadores, foram 350 mil.</p>	<p>Manifestação contra impeachment na Av. Paulista. Foto na vertical mostra a extensão da passeata.</p>
Imagens secundárias	<p>Charge – ilustração reproduz uma fila de políticos citados em delações e envolvidos na Lava-Jato</p>	<p>Lula, vestido de vermelho, com microfone e protegendo o rosto</p> <p><u>Legenda</u> – No primeiro pronunciamento desde que assumiu o cargo de ministro da Casa Civil, Lula disse que vai para o governo “ajudar e não parar de brigar”. Ele afirmou que voltará a ser o “Lulinha paz e amor” e gritou “não vai ter golpe”.</p>	

Fonte: as autoras.

As edições do dia 19 de março propõem a dúvida ao leitor ao apresentar o registro da rua contra *impeachment* e cercá-lo de chamadas que desqualificam esta atitude. No jornal GLO, de 10 matérias com chamadas de capa, 8 referem-se ao processo justificado de destituição da presidenta Dilma, assim como na FSP, todas as 8 matérias anunciadas na capa.

O tom dos conteúdos nas capas indica apoio à ideia do *impeachment*, respaldada pelo suposto consenso popular de que essas mobilizações constituem um marco histórico para a vida política do país. Percebe-se que FSP, GLO e OESP adotam a mesma estratégia para *re*-apresentar as manifestações contrárias ao processo: apesar de estampar uma foto na primeira página, o ato é apenas periférico à disputa entre o governo e a justiça. A “vitória” do juiz Moro para prosseguir com as investigações sobre Lula, mesmo após a polêmica do vazamento das escutas, é assim

destacada na FSP e no OESP. O binarismo que sustenta o discurso nas capas dos três jornais se articula em torno da rivalidade entre PT/Lula (ao qual se associam os temas ligados à crise política e à corrupção) e o Judiciário, na figura do juiz Moro e posicionamentos do STF e OAB. O tom das capas corrobora, assim, para a legitimação do processo de *impeachment* e para a descredibilização da figura de liderança do ex-presidente Lula e do governo atual.

Comparando-se o enquadramento àquele das manifestações do dia 13, fica evidente a escolha por uma antagonização dos atores e o enaltecimento dos atos pró-*impeachment*. Quando representam aqueles que participam das marchas contrárias ao processo de impedimento, como “Aliados de Dilma e Lula” – a exemplo de GLO –, reduzem a problemática das manifestações a uma polarização em relação ao apoio ou não de um governo, enquanto a questão estava no caráter legal e constitucional da abertura do processo de destituição. Os quadros jornalísticos em torno das mobilizações contra e a favor propõem um suposto consenso em torno da judicialização do *impeachment* respaldado pela opinião pública. Esse argumento apoia-se na comparação sobre a superioridade do número de manifestantes pró-*impeachment* (13/3), em relação ao 18/3.

Acontecimento 3 – Expectativas sobre a votação (17/4/16)

O dia 17 de abril foi um domingo especial: de trabalho na Câmara Federal e dia de ler as expectativas da imprensa sobre o encaminhamento do *impeachment* que foi apresentado como um jogo, à exceção do GLO, conforme Figura 3.

Figura 3
A primeira página dos jornais
no dia de votação do processo de impeachment na Câmara Federal



Fonte: <http://oglobo.globo.com>; <http://acervo.estadao.com.br>; <http://acervo.folha.uol.com.br>.
Acesso em: abr. 2016.

O encaminhamento do processo foi destaque na imprensa nacional e internacional. As capas dos jornais analisados estão decodificadas no Quadro 3 onde é possível identificar os enquadramentos:

Quadro 3 – Enquadramentos sobre o encaminhamento do processo de impeachment na Câmara Federal

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 17/04/2016	O Estado de São Paulo 17/04/2016	Folha de São Paulo 17/04/2016
Manchete principal	<p>DILMA E TEMER NEGOCIAM PESSOALMENTE CADA VOTO</p> <p><u>Cartola</u> – A guerra do impeachment</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Câmara começa hoje a discutir destino da presidente 24 anos depois do afastamento de Collor e 13 anos após o PT chegar ao poder</p>	<p>O DESTINO DE DILMA E DO BRASIL NAS MÃOS DA CÂMARA</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Placar do Impeachment feito pelo Estado indicava à 0h30 que a oposição tinha os votos necessários para aprovar o andamento do processo; ontem, Temer acusou Dilma de usar “mentira rasteira” ao afirmar que ele cortaria programas sociais</p>	<p>COM MAIORIA CONTRÁRIA A DILMA, CÂMARA VOTA HOJE IMPEACHMENT</p> <p><u>Linha de apoio</u> – À beira de decisão, os dois lados afirmam ter apoio para vencer. Manifestantes realizam atos pró e contra deposição. Temer rebate presidente sobre cortes sociais. “É mentira rasteira”</p>
Manchetes secundárias	<ol style="list-style-type: none"> 1) <u>Editorial</u>: Não vai ter mesmo golpe 2) Para tirar dúvidas sobre o processo 3) O declínio da presidente incidental 4) Notas de um longínquo 1992 5) Dois futuros para um mesmo país 6) Campo de batalha 7) Nomeação “extra” no Diário Oficial <p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 8) Tudo indica que começa transição que deveria ter ocorrido em 2014 9) 17 de abril é um dia inesquecível para Dilma, Lula e FH 10) O ex-senador Gim Argello já negocia delação premiada 11) A soma das tempestades que atingiram Dilma 12) O dia seguinte projeta enigma sobre o país 13) Quem vier a assumir, já entra devendo 14) Um dia de derrota para um país dividido ao meio 15) Para sempre, a imagem de Cunha no espelho 16) Temer seria o 3º presidente do PMDB que não era cabeça de chapa 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Grupo de 8 deputados veteranos prepara, há um ano, o impeachment 2) Dilma considera que seu maior erro foi demorar a reagir 3) Manifestações pró e contra governo acontecem em todo país 4) Um dia decisivo 	<p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Leia “Decisão da Câmara”, a respeito de votação que resolverá sobre a abertura do processo de impeachment e dos desafios que se apresentam ao país 2) Se Câmara respeitar a Constituição, não haverá impeachment 3) Presidente Dilma foi omissa ou conivente, o que seria ainda pior 4) 7 pecados da presidente 5) 23 colonistas da Folha expõem os desafios do país 6) Plano governista de fritar o PMDB está no centro da atual crise 7) Brasil é historicamente inapto para viver sob regime democrático 8) Seguindo-se todos os ritos formais, falar em golpe será inaceitável 9) Sem junho de 2013, destino do governo teria sido diferente?

Quadro 3 – Enquadramentos sobre o encaminhamento do processo de impeachment na Câmara Federal
– Continuação –

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 17/04/2016	O Estado de São Paulo 17/04/2016	Folha de São Paulo 17/04/2016
Imagem principal	Foto do Plenário da Câmara dos Deputados, onde ocorrerá a votação	Fotomontagem do rosto da presidenta Dilma Rousseff com o nome de todos os deputados a votarem pelo impeachment. Os nomes e o número de votos são escritos em azul, se a favor, e em vermelho, se contra o impeachment. O texto cobre o rosto da presidenta, como imagem de fundo. A foto ocupa a capa inteira.	Tabela com os nomes de todos os deputados e seus prováveis votos sobre o impeachment
Imagens secundárias	Charge – Imagem do juiz Sérgio Moro vestido de Super-Homem seguido de uma tormenta em forma de mapa do Brasil.		

Fonte: as autoras.

No OESP, um “placar do *impeachment*” foi montado sobre a imagem do rosto da presidenta Dilma Rousseff, identificando os nomes dos deputados favoráveis e contrários em azul e vermelho e o provável número de votos. Como resultado de uma partida de futebol, o jornal endossou a polarização política, incitou o binarismo e simplificou o acontecimento.

No jornal GLO, o título “Campo de batalha”, abaixo da foto principal, que mostra o plenário da Câmara sendo preparado para a votação, assim como a cartola “A guerra do *Impeachment*” e a manchete “Dilma e Temer negociam pessoalmente cada voto” evidenciam, mais uma vez, o enquadramento de conflito e a antagonização entre os que apoiam e os que negam a legitimidade do procedimento. A atmosfera de expectativa é traduzida pela comparação entre Dilma e Collor. Nas chamadas de capa, noções negativas como mentira, desespero e desafetos são associadas à Dilma, como a declaração do então vice-presidente classificando como “mentiras rasteiras” os rumores sobre o fim do Bolsa Família,

caso ele assumisse; sobre a nomeação de novos ministérios e autarquias por estar à “caça” de votos contrários ao *impeachment*; e à sua personalidade “centralizadora, desconfiada e avessa a negociar com políticos”, como a descreve uma das chamadas.

Ficam evidentes a personalização e a simplificação do acontecimento, destituído de sua complexidade social, jurídica e política. Um outro elemento interessante a destacar em GLO deste dia é a charge de Chico Caruso, que alude ao ditado “quem está na chuva é para se molhar” e que o juiz Moro é mais poderoso que o ex-presidente Lula, pois é capaz de “protegê-lo” (mesmo que necessite prendê-lo). A jocosidade da imagem contém uma mensagem moralizante pelo jogo entre herói e bandido.

A estratégia de culpabilização Dilma Rousseff é ostensivamente empregada em OESP, que destaca um suposto arrependimento da presidenta por não ter agido antes (face à crise). É possível deduzir, então, que é a responsável pelos problemas que assolam o governo e o Brasil. Outra vez, as “mentiras rasteiras” são destaque de capa e contribuem para atacar a índole de Dilma. Os artigos apontam, também, para os “pecados”, a “soberba” da presidenta como justificativas à ruína política e econômica do país mal administrado “por preguiça”. A capa personaliza a crise e a reduz à moralidade.

Acontecimento 4 – Repercussão da votação (17/4/16)

Nas capas de 18 de abril de 2016, houve a repercussão da votação que aprovou o encaminhamento do processo de *impeachment* ao Senado e afastou a presidenta Dilma. Fato que repercutiu na imprensa nacional e internacional, surpresa com os embates e as justificativas religiosas, passionais e agressivas durante a votação. Às declarações, somou-se o impacto visual de milhares de pessoas separadas por muro, na Esplanada dos Ministérios para evitar confrontos. Os jornais se ativeram a publicar os resultados, conforme mostra a Figura 4. Era o dia de escrever *impeachment*, mostrar a alegria da vitória e publicar as expectativas sobre o país.

Figura 4 – A primeira página dos jornais no dia seguinte à votação que autoriza processo de impeachment



Fonte: <http://oglobo.globo.com>; <http://acervo.estadao.com.br>; <http://acervo.folha.uol.com.br>.
Acesso em: abr. 2016.

As capas podem ser divididas entre OESP e FSP, de um lado, que usam a palavra ‘*impeachment*’ como balizadora, mais jornalística do que a sentença proferida por GLO. Os enquadramentos das primeiras páginas estão classificados no Quadro 4:

Quadro 4 – Enquadramentos do resultado da votação na Câmara Federal sobre encaminhamento do processo de impeachment

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 18/04/2016	O Estado de São Paulo 18/04/2016	Folha de São Paulo 18/04/2016
Manchete principal	<p>PERTO DO FIM</p> <p><u>Cartola</u> – Batalha no Congresso</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Por 367 votos, 25 a mais do que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma</p>	<p>IMPEACHMENT AVANÇA</p> <p><u>Cartola</u> – Edição Especial</p> <p><u>Linha de apoio</u> – 367 deputados votaram a favor e 146, contra; Dilma promete “lutar até o fim”, mas Planalto vê situação dramática; Oposição tenta antecipar decisão do Senado, prevista para dia 11; Milhares vão às ruas em 23 Estados do País</p>	<p>IMPEACHMENT</p> <p><u>Cartola</u> – Sim 367 x 137 Não (7 abstenções e 2 ausências)</p> <p><u>Linha de apoio</u> – Câmara autoriza processo contra a presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em “grande responsabilidade”</p>
Manchetes secundárias	<p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Editorial: um passo para o impeachment 2) Resta tentar o recomeço 3) Caminho será árduo 4) Não dá para ter pena 5) A República de joelhos 6) Os inimigos de Temer 7) Prevaleceu a Lei de Ibsen 8) Com quem Temer conta? 9) Temer não terá direito de errar 10) Uma derrota da esquerda 11) O ocaso do ciclo mágico 12) Impedimento começou no PT 13) O início do processo 14) Dilma perdeu suas chances 15) Um presidente no limbo 16) O quarto turno de Temer 17) Faltou o ritual da sedução 18) Tudo depende da cabeça de Lula 19) O governo não foi para tudo 20) A exclusão da diferença 21) É bom manter o Temer vivo 22) Uma fratura exposta 23) Pode haver retrocesso ético 24) O país vê suas entranhas 		<p><u>Chamadas para artigos assinados</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Impeachment é punição exemplar para fraude fiscal 2) Petista colheu o que plantou; clima era de vingança 3) Temer começa a definir eventual ministério 4) Durante semanas, país terá governo pela metade 5) Vice é presa frágil por estar mais perto da Lava-Jato 6) Vexames na votação pedem reformas 7) Deputados votam por Israel, maçons, netos, corretores e... 8) Não ter defensores no exterior é culpa do próprio governo

Quadro 4 – Enquadramentos do resultado da votação na Câmara Federal sobre encaminhamento do processo de impeachment – Continuação –

Enquadramentos	Jornais		
	O Globo 18/04/2016	O Estado de São Paulo 18/04/2016	Folha de São Paulo 18/04/2016
Imagem principal	<p>Imagem de deputados, no Plenário, após o anúncio do voto decisivo do deputado Bruno Araújo, favorável ao impeachment, carregado pelos colegas e outros seguram cartazes com a frase “Tchau, querida”.</p> <p><u>Legenda</u> – Comemoração: o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que deu o voto 342, é festejado por colegas de oposição no plenário. Pela segunda vez desde a redemocratização, a Câmara autoriza o impeachment de um Presidente da República.</p>	<p>Imagem que ocupa quase toda a página mostra deputados em comemoração no Plenário, celulares filmando e fotografando. Outros em volta da mesa diretora, ao redor do presidente, Eduardo Cunha, sob chuva de papel picado. Os parlamentares empunham bandeiras do Brasil e cartazes com os dizeres “Tchau, querida” e “Impeachment já” em verde e amarelo.</p>	<p>Deputados comemoram a aprovação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados; os parlamentares seguram cartazes com os dizeres “Tchau, querida” nas cores verde e amarelo. Alguns também seguram bandeiras de estados.</p> <p><u>Legenda</u> – Deputados comemoram voto decisivo a favor do impeachment da presidente Dilma</p>
Imagens secundárias	<p>Charge mostra a silhueta de Michel Temer com um rabo de raposa.</p>		<p>Michel Temer sorri diante da votação pela televisão, junto a aliados.</p> <p><u>Legenda</u> – O vice Michel Temer (PMDB) e aliados acompanham a votação no Palácio do Juburu</p>

Fonte: as autoras.

As primeiras páginas foram preenchidas com a votação e dão sinais de alívio e otimismo com o avanço do processo. Ressaltam os textos dos articulistas, como em GLO e FSP, que exemplificam os quadros interpretativos oferecidos pelas capas dos jornais neste dia.

As imagens são o maior destaque e retratam os deputados de oposição eufóricos em votação decisiva a favor do *impeachment*. OESP estampa somente manchete, linhas de apoio em fonte reduzida e a fotografia da sessão, sob chuva de papel picado. O enquadramento da comemoração é ratificado pela foto, sugerindo que os políticos representaram os brasileiros (todos) favoráveis à aprovação do encaminhamento do processo de afastamento da presidenta.

Buscando justificar a possível destituição de Dilma Rousseff e legitimar o apoio popular à medida, a capa da FSP é idêntica àquela de 30 de setembro de 1992, referente ao *impeachment* do

então Presidente Collor. Com a manchete “*Impeachment!*” ratifica, assim, sua opinião sobre a igualdade dos dois governantes, ignorando diferenças e argumentos jurídicos. A edição valoriza o vice Michel Temer (tranquilo e sorridente com apoiadores), preparado para assumir o governo. Especialmente, nas chamadas dos articulistas, a FSP insiste na culpa de Dilma pela situação de baixa popularidade e pela crise que culminou na aprovação do impedimento. A oposição entre esses dois atores ilustra o grau de interferência simbólica na construção e cristalização de uma versão “correta” da realidade e, como tal, orientadora de percepções e opiniões sobre o acontecimento.

Com a manchete “*Impeachment* avança”, o jornal OESP aposta no enfraquecimento de Dilma e na força da oposição, capaz de articular a vitória no Senado. É a capa mais sintetizada e valoriza a euforia dos deputados federais. A manchete em o GLO, "Perto do Fim" justifica o clima festivo da foto. Os textos das linhas de apoio reforçam a ideia de alívio e comemoração. Ao mesmo tempo, indica o desejo “das ruas” para justificar o placar da votação, transmutando assim um problema de natureza societal (pública) em uma preocupação societária (privada). Esta posição é reiteradamente apresentada nos *media* como desejo da maioria. O jornal considera certo o afastamento da presidenta, a presidência de Michel Temer e classifica Dilma (sem apoio) e o PT (desacreditado) como perdedores da guerra contra o juiz Moro e contra o PMDB. Afirma que a Câmara apenas sacramentou tal derrota. O contraditório na capa fica por conta da charge que retrata o vice Temer com um rabo de raposa, animal de esperteza única e como tal citado em Maquiavel.

Considerações finais

A sucinta análise das primeiras páginas dos jornais, apesar da minuciosa descrição dos enquadramentos, permite mostrar uma cobertura que desqualifica a política, minimiza questões de interesse público vinculadas ao *impeachment*, naturaliza o conflito e

superficializa as informações. O embate político é reducionista quanto às implicações do *impeachment* e à mobilização das ruas, concentrado na personalização de problemas políticos, em Dilma Rousseff e não oferece informações que possam alimentar o debate público. Embora as imagens possam ser compreendidas como adequadas, as manchetes e textos sublinham o sentenciamento em torno da presidenta e do seu partido, já condenados, antes mesmo do fim do processo.

As primeiras páginas demonstram, também, o maniqueísmo entre os atores relacionados ao governo (presidenta, ex-presidente e partido) e aqueles nos quais se deposita a esperança de soluções morais, políticas e econômicas, como juiz Moro, STJ e Legislativo. As controvérsias em torno de políticos implicados nas denúncias de corrupção e os argumentos contrários ao *impeachment* não possuem espaço no jornal. Ao contrário, são muitas as referências a um futuro governo, à saída imediata da presidenta, sendo Michel Temer a alternativa competente para o país.

Sobre as manifestações sociais, especialmente a FSP e OESP apresentam os “protestos verde-amarelos” (favoráveis ao *impeachment*) como pacíficos e representantes oficiais dos brasileiros, enquanto os “protestos vermelhos” (contrários ao *impeachment*) fazem parte dos problemas políticos do país.

Com relação ao interesse público previsto no exercício da atividade jornalística, pode-se afirmar, portanto, que os jornais analisados nem sempre traduziram a complexidade dos acontecimentos em suas capas. O enquadramento promoveu o antagonismo e negligenciou o caráter democrático das controvérsias em prol de um ângulo que valorizou o conflito e a polarização, fortalecendo uma visão simplista de suas implicações para a vida política do país.

De maneira geral, identifica-se a personalização das disputas em uma narrativa superficial e fragmentada, sem contraditórios que valorizariam o debate. As primeiras páginas indicam distanciamento deste viés e muitos são os indícios da sua posição favorável ao *impeachment* justificado pela mudança econômica do

país. Tendo em vista ainda o lugar essencial da informação no processo instituído pelas redes da comunicação pública, atenta-se para a função da imprensa na construção do espaço público para que isso ocorra.

Os achados das primeiras páginas indicam caminhos para analisar o posicionamento e a contribuição da imprensa brasileira, na sua função pública de vigiar a democracia, a partir do acontecimento *impeachment*. A síntese dos fatos oferecidos pelos jornais de referência sugere distância da perspectiva normativa do debate público, na medida em que sugere apenas um tipo de posicionamento e argumentação.

Referências

BAQUERO, Marcello. *Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 98-104, Dec. 2001.

CORNU, Daniel. Journalisme et la vérité. In: *Autres Temps. Cahiers d'éthique sociale et politique*. N°58, 1998. p. 13-27.

ESTEVES, João Pissarra. *Espaço Público e Democracia*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

_____. *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FISHKIN, James. *Quando o Povo Fala - democracia deliberativa e consulta pública*. Curitiba: Atuação, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2012.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses*. Ensaios de teoria do jornalismo. ed. Florianópolis: Insular, 2009.

LIMA, Venício. Comunicação, poder e cidadania. In: *Rastros - Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação*, Joinville, n.7, p.8-16, out. 2016.

MCCOMBS, Maxwell e Donald Shaw. The agenda-setting function of mass media. In: *Public Opinion Quarterly*, New York, vol. 36, n. 2., p.176-87, 1972.

MIGUEL, Luis Felipe. Eleições, opinião pública e mídia: reflexões a partir das eleições brasileiras de 2002. In: *Política & Sociedade*, n.2, p. 41-66, abr. 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. Meios de comunicação de massa e eleições no Brasil. In: *Revista USP*, São Paulo, n.90, p. 74-83, junho/agosto 2011.

NEVEU, Érik. *Sociologie du Journalisme*. Paris: La Découverte, 2001.

PORTO, Mauro. *Enquadramentos da mídia e da política*. Trabalho apresentado XXVI ANPOCS, 2002.

QUÉRÉ, Louis. Les 'dispositifs de confiance' dans l'espace public. In: *Revista Réseaux*, 2005a n° 132, p. 185-217.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. In: *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, nº6, 2005b, p.59-76.

ROSANVALLON, Pierre. *La contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance*. Éditions Seuil, Paris: 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O Direito dos Oprimidos*. São Paulo: Cortez, 2014.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2013.

WEBER, Maria Helena. Estratégias da comunicação de Estado e a

disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida. (Org.). *Comunicação Pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p.101-120.

WEBER, Maria Helena. Na Comunicação Pública, a captura do voto. *LOGOS27: Mídia e Democracia*, Rio de Janeiro, n.27, p.21-42, jul./dez. 2007.

QUANDO TUDO COMEÇOU? O *impeachment* de Dilma Rousseff nas capas da *Folha de S. Paulo*²⁰²

Liziane Soares Guazina
Ébida Santos

Introdução

O *impeachment* de Dilma Rousseff permanece como um acontecimento político chave para se compreender a virada conservadora na história recente do Brasil e a posterior eleição de um representante de extrema-direita para presidência da República em 2018. A reeleição de Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), por 51,6% dos votos, ocorrida em 2014, assim como o questionamento de sua vitória por seus adversários políticos expôs, ao longo dos anos de 2014 a 2016, as entranhas das disputas políticas que se desenrolavam nos bastidores dos centros de poder com a emergência de novos atores na cena pública advindos das redes sociais digitais e dos protestos nas ruas.

Como é de conhecimento público, o segundo mandato da primeira mulher eleita presidente do Brasil iniciou-se em meio a crises econômica e política, aliadas a protestos públicos contra sua gestão e o questionamento oficial do resultado da eleição pelo partido de seu principal opositor na corrida eleitoral, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de Aécio Neves. A crise político-institucional decorrente do reordenamento das forças políticas após a eleição de 2014 teve seu ápice no julgamento de Rousseff no Senado Federal e desdobramentos que levaram ao governo politicamente instável de Michel Temer (SANTOS e GUARNIERI, 2016).

Processos de *impeachment* não são característica unicamente brasileira. No cenário de 1994 a 2004, após a queda de Collor, outros seis presidentes latinos sofreram tentativas de *impeachment* e

202 Uma primeira versão deste artigo foi publicada nos Anais da 41ª. Encontro Anual da Anpocs em 2017.

quatro foram afastados do exercício do governo (PÉREZ-LIÑAN, 2007). Para o autor, em contextos latino-americanos, os processos de *impeachment* tornaram-se mecanismos constitucionais de resolução de disputas políticas. É quando, segundo Pérez-Liñan (2007), o *impeachment* presidencial emerge como um poderoso instrumento de afastamento de presidentes indesejáveis.

O autor defende que a mídia, o público e o Legislativo são os atores mais relevantes nestes processos. Por meio da análise comparativa, ele mostra que *impeachments* são prováveis quando os meios de comunicação investigam e expõem sistematicamente escândalos políticos e quando o/a presidente não consegue manter controle sobre o Congresso, ou ainda, quando este está sob o controle de uma “*adversarial faction*” (ou facção adversária, em tradução literal) (PÉREZ-LIÑAN, 2007, p. 3).

No contexto brasileiro, esses elementos podiam ser identificados pelo descontentamento popular em relação ao Governo Dilma Rousseff aliado à dura oposição enfrentada por ela no Congresso, tendo, como “*adversarial faction*” grande parte de um dos partidos que compuseram a chapa presidencial, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro²⁰³ (PMDB) – integrado pelo vice Michel Temer, que articulou para ser seu sucessor e assumiu a presidência interinamente após o afastamento temporário de Rousseff.

Em uma possível comparação entre o *impeachment* de Dilma Rousseff e os *impeachments* da década de 1990 na América Latina, a diferença, nos termos do que propõe Pérez-Liñan, é que “[...] num contexto de crise econômica e insatisfação social, as mobilizações sociais podem afetar qualquer presidente, não somente os neoliberais”, conforme declarou em entrevista a Chagas (2016, p. 114). Mesmo Rousseff possuindo apoio de parte da sociedade, tal apoio não garantiu um escudo popular contra a reconfiguração de forças no Congresso. Para Pérez-Liñan, o escudo popular, conceitualmente, seria o outro lado do escudo legislativo:

203 O PMDB passou a denominar-se somente Movimento Democrático Brasileiro, voltando a sua sigla original.

“disposto a respaldar o presidente mesmo em situações que existam escândalos de corrupção ou então que membros do Congresso queiram iniciar um juízo político contra o governo” (CHAGAS, 2016, p. 109).

Mas este escudo é mais forte quando há cenários de crescimento econômico e satisfação com o governo, debilitando-se em períodos de recessão ou de dificuldades econômicas. Por outro lado, a mídia é uma potente reguladora de controvérsias entre políticos e cidadãos, e constitui-se ator social relevante nos casos de processos de *impeachment* que funcionam como rupturas entre os grupos políticos no que vários autores entendem como *soft coups* (PITTS et al 2016; ALBUQUERQUE, 2017).

O posicionamento da mídia *mainstream* – especialmente da imprensa - em relação ao processo de impedimento de Rousseff tem sido amplamente estudado por pesquisadores brasileiros. Isto se deve não somente por que o *impeachment* de 2016 se tornou um momento de inflexão que trouxe profundas mudanças na estrutura de poder do país, mas também por que a mídia tradicional foi reconhecida como um *player* relevante do jogo político naquele momento (ALBUQUERQUE, 2017), ainda que enfrentasse um contexto de diminuição do poder de agendamento e crise de legitimidade decorrentes de múltiplos fatores, inclusive a reconfiguração do sistema de mídia brasileiro com a crescente importância das plataformas digitais na produção, circulação e consumo de conteúdos políticos.

Como lembram vários autores, incluindo Azevedo (2006), Massuchin, Sarmiento e Mendonça (2021) e Rodrigues (2017), a tradição de pesquisa de mapear as controversas relações entre a mídia e a política consolidou-se em um amplo e variado conjunto de estudos que nos ajudam a compreender o lugar da mídia no desenrolar dos fatos históricos significativos para os rumos do país. No caso das pesquisas sobre jornalismo político, ganham relevo os estudos que analisaram a cobertura jornalística e o posicionamento editorial das empresas de mídia desde as eleições presidenciais de 1989, o posterior *impeachment* de Fernando Collor de Mello em

1992, o anti-petismo da imprensa durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva ou ainda os estudos sobre a cobertura jornalística de denúncias de corrupção em casos como “Mensalão” e “Lava-Jato” (LATTMAN-WELTMAN et al, 1994; AZEVEDO, 2016, BIROLI e MANTOVANNI, 2014; MIGUEL E COUTINHO, 2007; BATISTA, 2015; FERES JUNIOR, BARBABELA E BACHINI, 2018, entre outros).

Neste sentido, dada a importância do *impeachment* de Dilma Rousseff na história recente, destacamos a contribuição dos estudos sobre o lugar dos chamados jornais de referência na articulação pública e legitimação do processo. Neste artigo, especificamente, apresentamos dois objetivos: primeiro, discutir alguns achados da agenda de pesquisa do jornalismo político a respeito desses jornais durante o processo de impedimento, com foco nos trabalhos que incluem o jornal *Folha de S. Paulo* nas análises. Em segundo, analisar quando o tema do *impeachment* de Dilma Rousseff emergiu e como foi tratado nas capas do jornal *Folha de S. Paulo* entre os anos de 2014 e 2016 a partir de uma observação de 675 edições do jornal.

O lugar dos jornais de referência na construção do *impeachment*

Um levantamento exploratório da bibliografia relativa ao jornalismo político sobre o tema do *impeachment* de Rousseff nos indica que os estudos sobre os jornais considerados de referência como *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, entre outros, podem ser agrupados em, ao menos, dois grandes eixos: pesquisas sobre o posicionamento editorial desses jornais e análises sobre a cobertura noticiosa publicada antes e durante o processo de impedimento.

A maior parte dos estudos parte do reconhecimento teórico de que os jornais ainda se constituem em atores ou instituições políticas importantes no jogo político nacional (COOK, 2006; 2011), seja por agendarem temáticas caras às elites políticas dominantes, seja por utilizarem enquadramentos que favorecem

determinados alinhamentos, ou ainda por expressarem posicionamentos editoriais vinculados a seus próprios interesses, uma vez que esses atores ocupam lugares historicamente privilegiados na estrutura do sistema de mídia brasileiro.

Do ponto de vista dos estudos sobre posicionamento editorial, Marques, Montalverne e Mitozo (2018), por exemplo, compreendem especificamente os jornais como empresas que desempenham papel de atores políticos relevantes no impedimento de Rousseff. Os autores mostram que a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* começaram a tratar do tema em seus editoriais logo após a posse de Rousseff, em 2015. Segundo os autores, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016, 10,67% dos editoriais da *Folha de S. Paulo* foram dedicados ao *impeachment*. Os autores apontam ainda que FSP e Estado trataram o tema antes das iniciativas políticas formais e continuaram a tematizar mesmo quando “não havia qualquer movimentação institucional em torno da proposta” (2018, p.12).

De acordo com Marques, Montalverne e Mitozo (2018), foram utilizados argumentos legitimadores do processo de *impeachment*, isto é, em defesa do afastamento em 85% do total de textos analisados. Esses argumentos legitimadores foram articulados em ambos os jornais no combate às narrativas de golpe ou de ruptura institucional utilizadas pela defesa e pelos grupos de apoio à presidenta.

Para Marques, Montalverne e Mitozo (2018), tanto FSP quanto *O Estado*, mesmo com posicionamentos divergentes quanto ao futuro do país e ao provável governo Michel Temer, agendaram a temática do *impeachment* e forneceram argumentos para que o processo fosse considerado uma saída viável para a crise econômica e política. Além disso, a defesa do impedimento vinha acompanhada de uma tentativa persistente de justificar a legitimidade do afastamento a partir do argumento de que estariam respeitando “as regras da democracia”.

Em outro estudo, Guazina, Prior e Araújo (2019) identificaram o respeito às regras democráticas e o suposto

fortalecimento da Constituição também como elementos recorrentes nos editoriais publicados em *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. A análise centrou-se nos textos publicados durante a semana de 25 de agosto a 3 de setembro de 2016, quando ocorreu a sessão final de julgamento de Dilma Rousseff no Senado Federal. Naquele período, o conjunto de 18 editoriais mostrou que os jornais atuaram em duas frentes argumentativas principais: a ênfase no cumprimento da ritualística constitucional e a refutação constante da tese de golpe defendida pela ex-presidenta e aliados.

Rodrigues (2018), por outro lado, retoma a hipótese de Lattman-Weltman et al (1994) de que a mídia pode ser compreendida como um fator analiticamente autônomo e conjunturalmente decisivo nos processos de desestabilização de governos no caso brasileiro. Com este ponto de partida, o autor analisa 34 editoriais publicados por seis jornais diferentes (*O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de Minas*, *Correio Braziliense* e *Zero Hora*), englobando tanto o período do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (27 editoriais) quanto o momento inicial de investigação em relação ao governo Michel Temer (7 editoriais).

O autor aponta que, no que tange aos editoriais dedicados ao impedimento de Rousseff, foi encontrado “um forte viés *pró-impeachment*” em praticamente todos os textos analisados (p. 52). Já em relação à possibilidade de uma queda do governo Temer via impedimento ou cassação pelo Tribunal Superior Eleitoral, Rodrigues (2018) indica que não houve consenso entre os jornais.

Ao analisarem especificamente 49 editoriais publicados por *O Globo*, Pimentel e Marques (2021a) mostram como o jornal procurou desconstruir a narrativa de que o *impeachment* se tratava de um golpe contra a democracia brasileira em seus textos. De acordo com os autores, mais de 80% dos editoriais publicados no jornal refutaram a ideia de golpe por meio do uso de termos e associações de palavras que ridicularizaram, ironizaram ou desdenharam a atuação política de Rousseff, de seu partido ou de

seus aliados.

Em outro trabalho, Pimentel e Marques (2021b) identificaram diferenças importantes nos editoriais publicados por *O Globo* durante os processos de *impeachment* de Dilma Rousseff e de Fernando Collor de Melo. Os autores observaram 191 editoriais do jornal, buscando mapear os argumentos utilizados nos textos para construir os posicionamentos do jornal. De acordo com os autores, foi possível identificar que *O Globo* resistiu à defesa da queda de Collor de Melo; já em relação à Rousseff, o estudo corrobora os estudos que indicam a tendência do jornal em defender o processo contra a ex-presidente, identificando o uso de argumentos de ordem econômica para legitimar sua derrubada.

De forma geral, os estudos que analisaram editoriais de jornais brasileiros, ainda que realizados a partir de diferentes abordagens teóricas e *corpus* de análise, indicam que a organização dos argumentos nos textos girou em torno da ideia de legitimação do impedimento de Rousseff. Um ponto importante neste contexto é a reafirmação do funcionamento da democracia brasileira representativa nos textos; ao menos, nos termos articulados direta ou indiretamente nos jornais. Exemplo desse tipo de argumentação é o editorial do jornal *O Estado de São Paulo* de 3 de setembro de 2016, intitulado “Os inimigos da democracia”, publicado após a aprovação do *impeachment* de Dilma Rousseff em 31 de agosto²⁰⁴.

O texto faz uma defesa da decisão e critica o anúncio de que a defesa recorrerá ao Supremo Tribunal Federal – STF, qualificando esta decisão como antidemocrática. O principal argumento do editorial é que após a “derrota fragorosa” na votação, só restava à ex-presidenta, ao Partido dos Trabalhadores e seus aliados acatar a democracia representativa – “liberal, portanto - e o respeito às leis do país”. Chama a atenção a própria definição da democracia utilizada no texto e o papel de alerta que o jornal assume ao

204 Link disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160903-44881-nac-3-edi-a3-not>

Último acesso em 06/01/2022.

“apontar o dedo” para a parte que, contrariada com o resultado, declarou a opção de recorrer à Justiça.

Na mesma página desta edição, outro texto editorializado intitulado “O fiasco da campanha petista” qualifica a tese de golpe como “desvairada”, que “só sobrevive na boca dos intelectuais e artistas divorciados da realidade, dos chefes de Estado bolivarianos e dos petistas destituídos das preciosas boquinhas federais” (OESP, 03/09/2016, p. 3). De acordo com o texto, a tese de golpe seria uma campanha de desinformação liderada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido.

No caso específico dos editoriais da *Folha de S. Paulo*, Guazina, Prior e Araujo (2019) apontam também a preocupação do jornal em denunciar o que seria uma estratégia de “vitimização” de Rousseff por parte do Partido dos Trabalhadores. Em editorial publicado no dia 27/08/2016, por exemplo, o jornal reconhece que, do ponto de vista jurídico o processo era aberto a dúvidas, mas aponta que estaria em curso esta estratégia para “fazer crer que Dilma tornou-se vítima de uma conspiração das elites, desviando a atenção de tudo o que trouxe de incompetência, irresponsabilidade e malogro” (FSP, 27/08/2016, p. A2). Além disso, outro editorial do dia 30/08/2016 afirma que a então presidente afastada, mesmo que tenha “apontado fragilidades na base jurídica do impeachment, não convenceu ao atribuir-se a condição de vítima de golpe” (FSP, 30/08/2016, p. A2).

A partir desse breve levantamento sobre os estudos dedicados a investigar os editoriais de jornais de referência, podemos afirmar que os argumentos favoráveis ao impedimento de Rousseff foram claramente expressos nos espaços dedicados à manifestação da opinião institucional das empresas jornalísticas²⁰⁵. Porém, como o tema do *impeachment* apareceu na cobertura noticiosa dos jornais?

Do ponto de vista da cobertura noticiosa, destacamos o trabalho de Rizzoto, Prudencio e Sampaio (2017) na análise de

205 Para além dos conteúdos jornalísticos, Albuquerque (2017) lembra que ao menos quatro dos principais jornais brasileiros publicaram em suas páginas anúncio pago pela FIESP em defesa do *impeachment*.

enquadramento multimodal da cobertura dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Os autores analisaram 318 notícias, sendo 187 do jornal *O Globo* e 131 da *Folha*, a partir de três eixos de observação: representação visual, narrativa e enquadramento noticioso. A partir dessa composição de análises, os autores identificaram que a cobertura jornalística do *impeachment* de Rouseff recebeu um tratamento que mostrou o processo como um fato ordinário na disputa por grupos rivais, despolitizando os significados do acontecimento. Os resultados obtidos na investigação que deu origem ao referido trabalho também foram desdobrados em análises complementares, como em Rizzotto e Prudencio (2019), Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2018) e Sampaio et al (2020).

Rizzotto e Prudencio (2019) analisaram os enquadramentos visuais e narrativos dados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* durante a cobertura do processo de *impeachment*. As autoras ressaltaram os conflitos de papéis evidenciados na cobertura noticiosa entre textos e imagens, que ora destacou Dilma como vítima, ora como heroína ou ainda como vilã. Independentemente dos papéis, no entanto, as análises das autoras mostraram que o *impeachment* foi narrativamente articulado dentro do que, em geral, caracteriza as notícias sobre política: uma disputa entre personagens políticos.

Em outro trabalho, Rizzotto, Antonelli e Ferracioli (2017) analisaram 33 notícias da *Folha de S. Paulo* entre 3 e 9 de dezembro de 2015 e concluíram que o jornal tratou do “pedido de *impeachment* de Dilma Rouseff majoritariamente a partir da disputa política - que nesse caso é também partidária, seja ela entre o PT e o PSDB, entre Dilma Rouseff e seu vice, Michel Temer, ou entre Rouseff e Eduardo Cunha” (p. 94). Para os autores, as notícias analisadas ressaltaram conflitos entre os atores políticos e não ofereceram, em sua maioria, contextualizações dos acontecimentos, limitando-se a tratar os fatos de maneira episódica.

No mesmo sentido, Cioccarri (2016) apontou que a FSP agendou o *impeachment* junto com o tema da operação Lava Jato

(LJ). Em sua pesquisa a autora analisou a pauta da FSP no período de 15 de abril a 31 de agosto de 2016. Os dados apresentados apontam o *impeachment* como tema principal do jornal, seguido da atuação da LJ, em segundo lugar. “A Folha de S. Paulo apontava claramente o problema (Dilma Rousseff), os seus desdobramentos, como as pedaladas fiscais e direcionava para uma saída (Michel Temer e suas tratativas”, afirma Ciocari (2016, p. 185). Neste sentido, a vilanização de Rousseff como “responsável pela crise política e/ou vítima sendo agredida pelos grupos opositores” corrobora o que foi encontrado na análise de Rizzotto, Prudêncio, Sampaio (2017, p. 127).

Analisando a primeira página dos principais jornais brasileiros, Becker, Cesar, Gallas e Weber (2017, p. 112) apontam que “as manchetes e textos sublinham o sentenciamento em torno da presidenta e do seu partido, já condenados, antes mesmo do fim do processo”. Para as autoras, o caráter democrático das controvérsias foi ignorado enquanto se fortalecia “uma visão simplista de suas implicações para a vida política do país” (2017, p. 112).

Já Sampaio et al (2020) observaram 2.172 notícias publicadas em *O Globo*, na *Folha de S.Paulo* e em *O Estado de S.Paulo* para identificar de que forma se estabeleceu a construção narrativa sobre o *impeachment* de 2016. Como resultados, os autores demonstram que as narrativas sobre o *impeachment* privilegiaram o conflito e as disputas políticas, evidenciando o que denominam como uma incapacidade reflexiva do próprio jornalismo político brasileiro em aprofundar ou interpretar os fatos de forma complexa.

Em alinhamento com os achados dos autores, destacamos que quando se compara os resultados das pesquisas sobre editoriais com os estudos sobre a cobertura noticiosa dos jornais, surgem algumas diferenças para se compreender as dinâmicas do jornalismo político produzido no contexto do *impeachment* de 2016.

No caso dos editoriais, há praticamente um consenso sobre o protagonismo dos jornais de referência na articulação narrativa e argumentativa do *impeachment*. Ao fornecerem repertórios argumentativos para a defesa da derrubada de Rousseff, os jornais

contribuíram não somente para seu agendamento, mas também para sua articulação política. No caso das coberturas noticiosas, os estudos aqui mencionados identificaram nuances mais complexas no tratamento das notícias, que expressam, em seu conjunto, uma série de características verificadas de forma mais ampla no jornalismo político brasileiro: a despolitização de conteúdos, a normalização de eventos significativos da vida política como fatos corriqueiros e, principalmente, uma articulação narrativa das notícias centrada eminentemente em conflitos entre grupos adversários (nós versus eles) para fins de dramatização - o que no caso do *impeachment*, acabou por minimizar a discussão sobre os possíveis impactos no futuro do país e a construir um clima crescente de polarizações políticas.

Além disso, a tendência a simplificações, a falta de contextualização e de diversidade de fontes, inclusive do ponto de vista de gênero, a misoginia em relação à Rousseff presente em textos jornalísticos ou em imagens, e a construção de notícias baseadas em declarações estrategicamente proferidas para se ganhar manchetes também são elementos que emergiram de muitas análises das coberturas jornalísticas sobre o *impeachment* em diferentes meios.

O *impeachment* nas capas da *Folha de S. Paulo*

O breve apanhado bibliográfico aponta, portanto, para o papel relevante desempenhado por esses jornais na construção discursiva do impedimento de Rousseff, seja pelo alinhamento expresso nos editoriais, seja por coberturas noticiosas muitas vezes reducionistas e centradas no conflito entre adversários políticos. No caso das coberturas, para se entender a dinâmica pública do processo *impeachment* é importante observar o momento em que o tema ganhou visibilidade no noticiário. Nossa pesquisa, assim, soma-se aos esforços para se compreender como e quando a ideia de *impeachment* apareceu e se desdobrou nas capas da *Folha de S. Paulo*.

Para tanto, é preciso lembrar que o processo formal do impedimento iniciou-se em dezembro de 2015, porém, desde a reeleição em outubro de 2014, o jornal passou a aventar a possibilidade do processo, antes de seus contornos legais tornarem-se concretos. Apenas seis dias após a reeleição, em 2 de novembro de 2014, o termo *impeachment* apareceu na capa do jornal. Assim, para fins de análise, podemos dizer que a narrativa do *impeachment* nas capas da FSP inicia-se de forma pública nesse ponto.

Para compreender esse movimento é preciso considerar que “narrativas e narrações são forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação (MOTTA, 2005, p.3). Portanto, as ações comunicativas estão interligadas ao interesse, nem sempre evidente para o repórter ou para o público, de construção de uma narrativa final, que midiaticamente se configura em torno de estratégias culturais, socialmente sujeitas às pretensões dos autores. Por meio das narrativas, a mídia pode ser compreendida como mecanismo importante de difusão de conteúdos simbólicos (MIGUEL, 2003), especialmente o jornalismo, que reúne e difunde informações consideradas socialmente relevantes.

Nesse cenário, os assuntos que pautam as discussões públicas estão intrinsecamente relacionados à visibilidade que recebem nos meios de comunicação. Assim, a participação de grupos de interesses na sensibilização da mídia para inserir ou influenciar determinadas questões na agenda pública passa a ser elemento crucial do jogo político (MIGUEL, 2003).

Ao selecionar temas, atores e conflitos no dia-a-dia da produção noticiosa, o jornalismo acaba delimitando como a política aparece nos noticiários, isto é, as condições e limites de sua visibilidade. Apesar dos padrões profissionais e das rotinas, a seleção resulta em um jornalismo posicionado, que “colabora para reproduzir os limites e fronteiras da política ao naturalizar hierarquias internas ao campo da política e ativar filtros que orientam e selecionam atores e temas entendidos como propriamente políticos” (BIROLI, 2012, p. 13).

Assim, ao mesmo tempo em que as narrativas jornalísticas são construídas a partir do acirramento de conflitos políticos (MOTTA e GUAZINA, 2010), em seu conjunto de efeitos o jornalismo pode se revelar como um gestor de consensos ao aplainar diferenças entre os segmentos das elites, definindo denominadores comuns entre grupos em disputa (BIROLI, 2012), convertendo-se em fonte de naturalização do modelo e das práticas políticas vigentes. A seleção de temas, personagens, vozes e perspectivas, muitas vezes, reiteram descrenças, reafirmam narrativas e mantêm-se blindados alguns personagens e histórias.

Na dinamicidade deste processo, a capa do jornal impresso ainda se mantém como um dos principais espaços para a construção desses significados e/ou interpretações por ser a primeira parte visualizada pelos leitores e pela qual se toma conhecimento dos assuntos mais importantes elencados pelo jornal. Para Gruszynski (2011), a capa do jornal atua como um convite e, ao mesmo tempo, uma provocação para que os leitores se interessem pelo conteúdo publicado.

Como nosso foco é a análise específica da Folha, realizamos uma análise longitudinal do jornal, partindo de uma amostragem por agrupamento, do período entre 27 de outubro de 2014 a 31 de agosto de 2016, totalizando um corpus inicial de 675 edições. A escolha da FSP se deve a dois motivos principais: 1) o jornal foi identificado pelas autoras como um dos primeiros a mencionar em sua capa a sugestão de um processo de *impeachment*, como detalha a análise, 2) trata-se de um jornal de referência, que figurou entre os mais lidos pelos parlamentares em pesquisa²⁰⁶ realizada pela FSB Pesquisas em 2016. A FSP foi o jornal preferido pelo nono ano consecutivo da pesquisa.

As capas foram filtradas pela ocorrência da palavra “*impeachment*” ou expressões derivadas, como: golpe, afastamento de Dilma, queda da presidente, eventual governo Temer e

206Disponível em: <https://www.fsb.com.br/noticias/fsb-lanca-nona-edicao-do-midia-e-politica-2016/>

Acesso em 06 jan. 2021.

impossibilidade de governar, em qualquer nível textual, como manchetes ou parágrafos. Centramos a análise nos dados quantitativos, verificando a relação entre os textos que citam o *impeachment* e os assuntos: crise econômica; corrupção; manifestações populares; crime de responsabilidade; baixo índice de popularidade da presidente; composição política (movimentação de partidos e políticos em relação ao processo); evolução do processo de *impeachment*; e opiniões. Também verificamos quantas capas possuíam imagens, a fim de relacionar com os picos de cobertura.

Depois do recorte do corpus, observamos a ocorrência, nos textos que citam o *impeachment*, os seguintes temas/assuntos: 1) crise econômica; 2) corrupção; 3) manifestações populares; 4) crime de responsabilidade; 5) baixo índice de popularidade da presidente; 6) composição política; 7) evolução do processo; e 8) opiniões. No caso das opiniões, seus assuntos não foram especificados por serem diversos, a exemplo de editoriais e entrevistas. Desse modo optou-se por agrupá-los sob o termo “opiniões”. Também se verificou quantas capas possuíam imagens, a fim de relacionar com os picos de cobertura.

Para tanto, centramos nossa análise nos dados quantitativos e, a partir da observação dos dados empíricos, emergiram as categorias temáticas. Após esta análise, realizamos uma segunda filtragem que separou as 40 capas que continham referência ao *impeachment* nas manchetes principais. A partir desta segunda filtragem, selecionamos por meio de sorteio²⁰⁷ um corpus de sete notícias que compõem uma amostra para a análise de teor qualitativo do conteúdo, como etapa complementar da observação. Os apontamentos de cunho qualitativo serão explorados ao final do artigo juntamente com os resultados quantitativos.

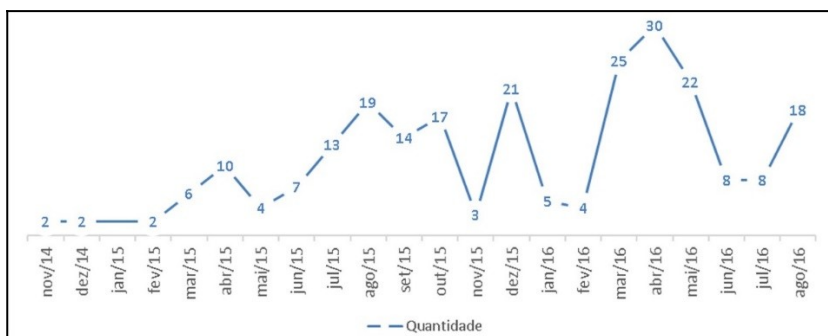
Do total de 675 edições, 240 capas (37,9%) referenciaram explicitamente o processo de *impeachment*. A apresentação (Gráfico 1) mês a mês mostra o surgimento logo após as eleições, sendo a

207 As capas foram ordenadas por data e sequenciadas de 1 a 40. O sorteio foi realizado em sorteador virtual.

primeira referência em 02/11/2014, apenas seis dias após a reeleição de Dilma. Nesta capa, pode-se observar duas fotos no alto da página, dispostas lado-a-lado sob a retranca “Ressaca eleitoral”, referentes a protestos de rua na cidade de São Paulo. A foto à esquerda mostra manifestantes com bandeira contra Geraldo Alckmin, então governador do estado de S. Paulo, por causa da falta de água. A outra foto, à direita, apresenta manifestantes segurando uma bandeira contra Dilma Rousseff, onde se pode ler: “Dilma sabia”. Na legenda da foto, o texto destaca: “Na Av. Paulista, manifestantes acusam Dilma (PT) de saber de corrupção na Petrobras”. A manchete que se refere às fotos não é a manchete principal da edição, no entanto, o título indica: “SP tem dia de manifestações contra Dilma e Alckmin”. Apesar de enfatizar protestos contra dois políticos adversários, no texto que segue abaixo do título, o protesto contra Rousseff ganhou relevo: “O ato contra Dilma reuniu cerca de 2.500 pessoas na avenida Paulista. Com faixas e cartazes, falavam em fraude na eleição, pediam o impeachment da petista e defendiam intervenção militar”. Cabe notar que nesta primeira capa com menção explícita ao *impeachment*, houve destaque para protesto que associava a derrubada de Rousseff a temas importantes da futura agenda bolsonarista: corrupção, fraude eleitoral e pedidos de intervenção militar no governo.

Já a última capa do ano de 2014 trouxe a opinião de Aécio Neves, opositor de Dilma na disputa pelo segundo turno, afirmando que não havia embasamento legal para abertura do processo de *impeachment*.

Gráfico 1 – Número de capas por mês



Fonte: elaboração das autoras.

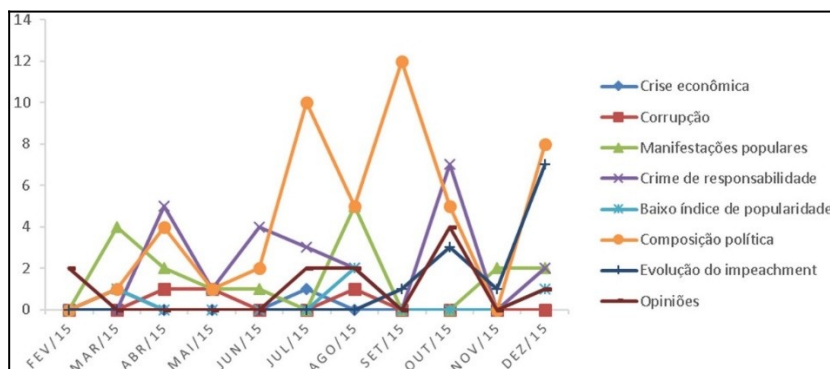
Percebe-se na linha do tempo que a pauta do *impeachment* apareceu de forma crescente. Em janeiro e fevereiro de 2015 e de 2016 há quedas nas publicações, associadas ao recesso do Congresso Nacional. Em 2015, janeiro não teve publicações. Em 2016, janeiro e fevereiro registraram baixas com cinco e quatro capas, cada.

Em 2015, os meses com picos foram em: julho, agosto, setembro, outubro e novembro. Abril de 2015 foi o primeiro mês com 1/3 das capas falando sobre o processo. Há destaque para discussões em torno do crime de responsabilidade, para manifestações contra o governo e para posições sobre a abertura do processo.

Em julho, a pauta do *impeachment* foi relacionada às composições políticas, articulações entre partidos, cobertura de manifestações e o processo no Tribunal de Contas da União – TCU pelo suposto crime de responsabilidade. Agosto, setembro e outubro do mesmo ano trouxeram mais fortemente nas capas articulações políticas, entre elas sobre a liderança do *impeachment*, discussões em torno do crime de responsabilidade e opiniões sobre o processo. Em dezembro, os destaques foram o "vai-e-vem" dos partidos políticos, pesquisas sobre o eventual governo Temer e o início da tramitação do processo na Câmara dos Deputados.

Em março de 2016, 25 capas trouxeram o *impeachment* estampado de alguma forma. Já em abril, mês da votação do parecer de aprovação pela instauração do processo na Câmara, todas as capas trouxeram a pauta. Neste mês, predominaram a composição política (12 vezes); a evolução do processo de *impeachment* (15 vezes) e as opiniões (20 vezes). Além disso, foram registradas as pautas: crise econômica, crime de responsabilidade, corrupção e manifestações populares. No Gráfico 2 é possível observar as temáticas na cobertura de 2015.

Gráfico 2 – Evolução do agrupamento de temas em 2015

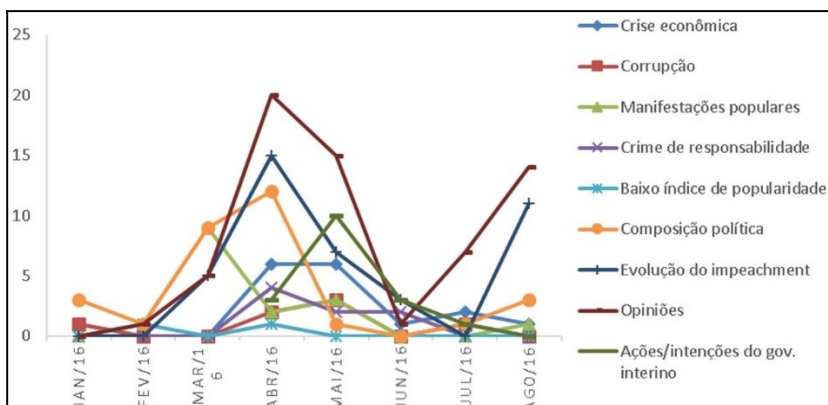


Fonte: elaboração das autoras.

Considerando as 240 capas que trataram do *impeachment*, em termos percentuais, em 2015 predominou a composição política em torno do processo, com 20%. O segundo posto foi ocupado pelo crime de responsabilidade, com 10%, seguido das manifestações populares, com 7%. Com índices mais baixos, a evolução do processo e as opiniões acerca dele registraram 5% cada, seguido do índice de popularidade com 2% e, em última posição, da crise econômica e da corrupção com 1% cada.

O Gráfico 3, abaixo, mostra a evolução do grupamento de temas em 2016:

Gráfico 3 – Evolução do agrupamento de temas em 2016



Fonte: elaboração das autoras.

Em 2016 o cenário inverte-se, com o predomínio das opiniões sobre o processo, com 26% do total de menções durante os oito meses. A evolução do processo começa a ganhar contornos mais claros e registra 17% das abordagens, ocupando a segunda posição. A composição política que em 2016 figurou como aspecto principal caiu para terceira posição em 2016, registrando 13%. As manifestações populares, a crise econômica e as intenções/propostas do governo Temer aparecem empatadas na quarta posição, com 7% das abordagens. No caso das abordagens envolvendo a crise econômica, houve um aumento de 6% em relação a 2015. As pautas que envolveram corrupção e o crime de responsabilidade alcançaram 3% cada. O índice de popularidade foi o menos abordado (1%).

Após a aprovação da abertura do processo pela Câmara, em 17 de abril de 2016, incluímos a categoria “ações e/ou intenções do governo Temer” que ganhavam destaque com o possível afastamento de Dilma Rousseff ser votado em maio. Essa categoria teve destaque no mês de maio, quando figurou como segunda maior categoria, com 10 ocorrências; perdendo apenas para as opiniões, que foram registradas 1% das vezes. Considerando todo o período analisado dos anos de 2014, 2015 e 2016, a Tabela 1 que expõe o número de ocorrências e seu valor percentual sobre o total

de 240 capas:

Tabela 1 – Percentual do agrupamento dos temas entre 2014 e 2016

Tema	Nº de ocorrências	Percentual sobre total de capas %
Crise econômica	19	8
Corrupção	13	5
Manifestações populares	35	15
Crime de responsabilidade	32	13
Baixo índice de popularidade	6	3
Composição política	78	33
Evolução do impeachment	53	22
Opiniões	75	31
Ações/intenções de Temer	17	7

Fonte: elaboração das autoras.

O item menos referenciado foi a baixa popularidade de Dilma. O tema esteve relacionado à cobertura dos protestos e posteriormente à divulgação de pesquisa – como as do Datafolha, que é do próprio jornal – e apareceu seis vezes, totalizando com apenas 3% do total. Em contrapartida, a composição política foi um elemento chave do processo, aparecendo 78 vezes e representando 33%. O discurso de crime de responsabilidade surgiu em abril de 2015, mês que teve cinco referências à possibilidade de as contas do governo serem reprovadas pelo Tribunal de Contas da União. A partir de abril, seu uso passou a ser recorrente no discurso noticioso da FSP e foi adotado em 32 capas, totalizando 13%.

A evolução do processo foi noticiada em 53 capas (22%). Sujeitos e suas opiniões, representados pela classificação “opiniões”,

estão em 75 edições (31%), que discutiram aspectos do processo e apresentaram opiniões e/ou comentários de personagens ligados direta ou indiretamente ao processo. Este aspecto é interessante pois indica o destaque dado nas capas para conteúdos opinativos sobre o tema.

Por outro lado, chama a atenção a pouca associação do tema do *impeachment* com os temas da corrupção e da crise econômica nas capas da Folha, temáticas importantes identificadas nas análises dos editoriais e em conteúdos noticiosos distribuídos no corpo dos jornais por outros estudos.

Houve ainda destaque fotográfico em 88 edições (37%). Os picos se deram nos meses de agosto e dezembro de 2015 e de abril e maio de 2016, quando ocorreram as votações de abertura do processo (17 de abril), e de afastamento da presidenta (12 de maio). Foram exibidas principalmente imagens de manifestações; de Dilma andando de bicicleta ou no Palácio do Planalto; de Temer e seus aliados; e das sessões de votação.

Considerações finais

Neste artigo, discutimos brevemente as contribuições de estudos que analisaram o jornalismo produzido durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, pontuando alguns achados que consideramos relevantes para se compreender o lugar ocupado pelos jornais de referência na articulação discursiva e política do processo.

Em seguida, buscamos fazer um mapeamento do surgimento e manutenção do processo de *impeachment* nas capas da FSP, procurando identificar a evolução do tema no jornal. Pode-se afirmar que o impedimento recebeu atenção do noticiário da Folha já na semana seguinte às eleições de 2014. Interessante notar que, somente depois de ter aparecido nas notícias, portanto, é que o *impeachment* ganhou corpo nos editoriais. Como mostram Marques, Montalverne e Mitozo (2018), os primeiros textos de

posicionamento editorial sobre o impedimento foram publicados logo após a posse de Rousseff em 2015.

Nas capas da *Folha*, a primeira veiculação ocorrida deu visibilidade à manifestação de rua contra Rousseff e seu governo por causa das denúncias de corrupção na Petrobras. As primeiras referências foram surgindo de modo discreto; contudo, a partir de abril de 2015, quando o Tribunal de Contas da União apontou possíveis irregularidades nas contas do governo, a pauta ganhou força e virou alvo de textos noticiosos e opiniões políticas, que somadas estamparam mais da metade das edições.

Do total de capas analisadas, 40 trouxeram a temática do *impeachment* na manchete principal. Após observarmos as edições de forma qualitativa, é possível dizer que os jornais analisados mostraram certo padrão em relação ao tratamento dos sujeitos envolvidos: as vozes do governo Dilma Rousseff foram apresentadas principalmente por falas da presidenta e por inserções de declarações do Palácio do Planalto, enquanto as opiniões contrárias à presidenta aparecem em múltiplas vozes.

O fato de haver pouca exploração de controvérsias nas capas pode indicar uma falta de diversidade na cobertura. A contradição dos pontos de vista nas notícias, quando utilizada jornalisticamente, torna-se “prova de verdade, rigor e justiça” (QUÉRÉ, 2005, p. 24). A falta de controvérsias pode ser observada também na opção por enquadramentos constituídos por ideias organizadoras centradas em ataques ao governo. As chamadas colocadas nas capas, por exemplo, apresentaram posições claramente contrárias ao governo, enquanto as posições favoráveis aparecem de forma mais limitada.

A exposição dos conflitos e tensões foi refletida majoritariamente pela “oposição” que, na condição de sujeito, enfrentava a então Chefe do Executivo. Com o discurso de “crise” levantado pelos opositores e adotado pelo jornal, Dilma Rousseff ocupa uma posição de contra-ataque, na qual não conseguiu obter sucesso. Ao mostrar a presidente “acuada”, por exemplo, reforçou-se esse isolamento e estimulou-se a concepção de uma presidenta

sem condição de governar e de um “Brasil em crise”.

Ao final de agosto, as notícias demonstraram a naturalização da aprovação da cassação, que transparece como dada, e deram voz a perspectiva de vitória do governo interino de Michel Temer. Associado a isso houve menções indiretas à necessidade de reformas e Temer foi apresentado, nas capas analisadas, o único capaz de colocar o país nos trilhos para deixar a crise para trás.

Tais observações guardam semelhança com os estudos de outros autores sobre cobertura noticiosa em relação ao *impeachment* de Dilma Rousseff e nos ajudam a completar o quadro analítico sobre o jornalismo político produzido naquele período. Não somente as notícias destacaram aspectos negativos em relação ao governo quanto ressaltaram conflitos entre os atores políticos sem oferecer contextualizações mais aprofundadas e plurais dos acontecimentos, ou ainda maior equilíbrio de posições entre sujeitos/atores do processo.

Ao refletirmos sobre esses achados à luz da bibliografia, no entanto, percebemos que muitos dos elementos apontados no caso do jornalismo produzido durante o *impeachment* se repetem em outros momentos históricos, especialmente em coberturas de denúncias de corrupção. Neste sentido, os traços delineados aqui corroboram e resultados de estudos anteriores e apontam para a permanência histórica de uma mídia *mainstream* politicamente ativa nas páginas de seus jornais digitais, ainda capaz de participar do processo de derrubada de uma presidente.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. **Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil.** Journalism, 2017, Vol. 0, p. 1-18.

AZEVEDO, Fernando. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, 12 (1), 2006, p. 88–113.

AZEVEDO, Fernando. A. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

BAPTISTA, Érica. A. *et al.* Mídia e escândalos políticos: efeitos sobre a percepção da corrupção. **Media e Jornalismo**, p. 179-197, 2015.

BIROLI, Flávia. **O jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia**. Trabalho apresentado XXI Encontro Anual da Compós. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

BIROLI, Flávia e MANTOVANI, Denise. **A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura do processo do “mensalão”**. *Opinião Pública*, 20 (2), 2014, p. 204-218.

BECKER, Camila et al. **Manifestações e votos sobre *impeachment* de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros**. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 13, n. 24, p. 96-113, 2017.

CIOCCARI, Deisy. **A queda: os últimos meses de Dilma Rousseff pelas páginas do jornal Folha de S. Paulo**. *Revista Alterjor*, 14(2), 2016, p. 168-187. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/alterjor/article/view/120526>. Acesso em 1 jun. 2020.

COOK, Timothy. **The News Media as a Political Institution: Looking Backward and Looking Forward.** *Political Communication* 23 (2), 2006, p. 159–171.

COOK, Timothy. **O Jornalismo Político**. *Revista Brasileira de Ciência Política* (6), 2011, p. 203–247.

CHAGAS, Luán José Vaz. **O *impeachment* de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina [Entrevista com Aníbal Perez-Liñan]**. *Revista Compolítica*, vol. 6, 2016, p. 105-119.

FERES JUNIOR, Joao, BARBABELA, Eduardo e BACHINI,

Natasha. A Lava Jato e a Mídia. In KERSCHE, Fabio e FERES JUNIOR, Joao (orgs.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo, Editora Contracorrente, 2018, p. 199-228.

FOLHA DE S. PAULO. **Lógica no hospício**. Editorial publicado em 27/08/2016, p. A2.

FOLHA DE S. PAULO. **A Defesa de Dilma**. Editorial publicado em 30/08/2016, p. A2.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia. **A forma que (in) forma**: o projeto gráfico do jornal impresso na contemporaneidade. In: Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife: Intercom. 2011.

GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder; ARAÚJO, Bruno. **Enquadramentos de uma crise: o *impeachment* de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais**. In GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder e ARAÚJO, Bruno. **Desconstruindo uma queda: a mídia e o *impeachment* de Dilma Rousseff**. Florianópolis, Editora Insular, 2019, p. 83-106.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan Dias; RAMOS, Plínio de Abreu. **A Imprensa faz e Desfaz um Presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MARQUES, Jamil.; MONT'ALVERNE, Camila. e MITOZO, Isabele. **A empresa jornalística como ator político: um estudo quanti-qualitativo sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff nos editoriais da Folha e do Estadão**. Observatório, vol. 12, n. 3, p. 224-245, 2018. DOI 10.15847/obsOBS12320181166

MIGUEL, Luis Felipe. **Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil**. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.11 n. 33, jan.-abr. 2017, p. 99-129.

MIGUEL, Luis Felipe. **Representação política em 3-D**: elementos para uma teoria ampliada da representação política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 51. São Paulo, 2003, p. 123-40.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. **A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais.** *Opin. Publica*, Campinas, v. 13, n. 1, Junho, 2007, p. 97-123.

MOTTA, Luiz. Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística.** In *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, vol. 28, 2005, p. 05-09.

MOTTA, Luiz Gonzaga; GUAZINA, Liziane. **O conflito como categoria estruturante da narrativa política - o caso do Jornal Nacional.** *Brazilian Journalism Research*, Vol. 6, nº 1, 2010, p. 132-149.

O ESTADO DE S. PAULO. **O fiasco da campanha petista.** Editorial publicado em 03/09/2016, p. 3.

PÉREZ-LIÑÁN, Anibal. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America.** Cambridge University Press, 2007.

PIMENTEL, Pablo Silva e MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **Narrativas em disputa: os editoriais de *O Globo* e a desconstrução da ideia de "golpe" durante o *impeachment* de Dilma Rousseff,** *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes*, 46:2,2021 (a), p. 276-296.DOI: 10.1080/08263663.2021.1912151

PIMENTEL, Pablo Silva e MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **"De-Westernizing Media Parallelism: How Editorial Interests Unfold During Impeachment Crises."** *Journalism Studies* 22 (3): 2021 (b), p. 282–304.

PITTS, Bryan et all. 21º. **Century Golpism: a NACLA Roudtable.** In *NACLA Report on the Americas*, v. 48, n. 4, 2016, p. 334-45.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentidos: a dualidade do acontecimento.** *Revista Trajectos*, Lisboa, n.6, 2005, p. 59-76.

RIZZOTTO, Carla; ANTONELLI, Diego; FERRACIOLI,

Paulo. **A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre enquadramento noticioso.** Revista Latino-Americana de Ciências de la Comunicación, V. 13, n. 24, (13), 2017, p. 84-95.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **TUDO NORMAL: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff.** Comunicação & Sociedade, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly. **Vítima, Vilá ou Heroína: a imagem de Dilma Rousseff na narrativa do *impeachment*.** In GUAZINA, Liziane; PRIOR, Helder e ARAÚJO, Bruno. *Desconstruindo uma queda: a mídia e o *impeachment* de Dilma Rousseff.* Florianópolis, Editora Insular, 2019, p.67-82.

RODRIGUES, Theófilo Machado. **O papel da mídia nos processos de *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017).** Contracampo, Niterói, v. 37, n. 02, p. 37-58, ago. 2018/ nov. 2018.

SANTOS, Fabiano; GUARNIERI, Fernando. (2016). **From protest to parliamentary coup: An overview of Brazil's recent history.** *Journal of Latin American Cultural Studies*, 25(4), 485–494. DOI: 10.1080/13569325.2016.1230940

SARMENTO, Rayza.; MASSUCHIN, Michele. e MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Comunicação e Política no Brasil: um panorama recente.** BIB, São Paulo, n. 95, 2021, p. 1-39. DOI <https://doi.org/10.17666/bib9503/2021>

CAPÍTULO V

O PARADOXO
POLÍTICO-COMUNICACIONAL

UM PARADOXO POLÍTICO-COMUNICACIONAL (hipótese sobre o poder provocada por Dilma Rousseff)

Maria Helena Weber

O mundo cotidiano do senso comum, do qual não se podem furtar nem o filósofo, nem o cientista, conhece tanto o erro quanto a ilusão. E, no entanto, nem a eliminação de erros, nem a dissipação de ilusões podem levar a uma região que esteja além da aparência. Pois quando se dissipa uma ilusão, quando se rompe, é sempre em proveito de uma nova aparência que retoma, por sua própria, a função ontológica da primeira... (Hannah Arendt, 1992)

Introdução

É sobre a autonomia e a interdependência entre os poderes do estado republicano, da sociedade e dos meios de comunicação, em permanente disputa por visibilidade, opinião pública e imagem pública, tensionando interesses públicos e interesses privados, que desenvolvo este texto. Portanto, comunicação pública é o conceito norteador deste trabalho formulado a partir de análises sobre a vida política, o governo e o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff.

Tenho a pretensão de incluir mais uma hipótese às afirmações sobre as novas configurações da democracia contemporânea, a partir do poder da comunicação, das mídias e da sociedade, especificamente, a existência de um *paradoxo político-comunicacional* que abrigaria a inevitabilidade de três processos capazes de impedir a consecução plena da comunicação pública inerente à democracia e à representação política. Especificamente: o exercício dos poderes republicanos obedientes ao interesse público, mas também aos arranjos da ordem privada, onde convivem níveis de transparência e ocultamento das suas práticas; a exigência da

publicidade imanente às democracias, mantida por sistemas de produção de comunicação, mas que incidem também na visibilidade de projetos político individuais, para além do projeto partidário ou governamental, hibridizando-os. O terceiro processo está relacionado à necessidade imperiosa dos políticos e governantes de obterem uma imagem pública favorável constituída no âmbito da sociedade e cidadãos, a partir da credibilidade decorrente da visibilidade institucional estratégica e da visibilidade outorgada, na fronteira de interesses públicos e privados. Esta formulação tem por base os achados empíricos e conceituais da produção científica desenvolvida no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (PPGCOM/UFRGS) e a produção de Weber (1999,2004,2006,2009, 2017); Weber, Coelho (2011); Weber; Coelho; Locatelli, 2017; Weber, Luz e Barreras (2018).

A premissa do texto reside no fato de que a democracia é realizada a partir da comunicação e relações, assim como seus atos são comunicados, para que possa exercer a representação que lhe foi atribuída. As práticas e produtos comunicacionais executados em regimes democráticos obedecem, portanto, a parâmetros normativos da comunicação pública e nesta perspectiva se constituem, hipoteticamente, parâmetros de avaliação da qualidade das democracias. Essa qualidade reside na oscilação entre interesses públicos e interesses privados; entre interesses do Estado e objetivos pessoais e ideológico-partidários e entre a comunicação do Estado em tensão com outras instâncias de visibilidade (mídias convencionais, imprensa, mídias sociais, sociedade organizada; grupos sociais, religião, instituições científicas, mercado e outros).

A visibilidade e a credibilidade do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (2010-2016) até seu *impeachment*, como parte de um golpe mais amplo (Miguel, 2019) visando a eleição presidencial de 2018 e a ascensão da direita são parte da sua trajetória e reputação transformados em temas de pesquisa sediados na problematização sobre a democracia brasileira, que abrange a democracia contemporânea; o governo da primeira mulher eleita

presidenta do país; a imagem pública do governo, da presidenta e do seu partido (PT); o exercício da comunicação pública pelo Estado em relação ao poder da imprensa, da opinião pública e da comunicação de adversários. Esse tensionamento sustenta a reflexão sobre a existência de um paradoxo político–comunicacional que expõe a complexidade da política contemporânea, especialmente, a das democracias diante do poder da imprensa, da circulação de informações, da propaganda, mídias digitais e sociais.

O objetivo do artigo é formular o paradoxo político-comunicacional constituído no campo da comunicação política, a partir do debate sobre a indissociabilidade entre os jogos da política, a produção da comunicação e a democracia, considerando as diferenças culturais, políticas e de gestão que caracterizaram as eleições da presidenta Dilma, em 2010 e 2014. A visibilidade da política e da governança é propiciada pela comunicação, que mesmo de naturezas ontológicas diferenciadas, são interdependentes. Nesta conjunção foi construído esse texto que pretende problematizar, também, questões relacionadas à visibilidade dos poderes (ininterrupta e intensa) e à credibilidade sobre os poderes (desejada e incontrollável) definida por cidadãos e grupos sociais. Em torno de visibilidade e credibilidade circulam protagonistas que disputam, pactuam e conquistam lugares de poder num Estado democrático.

As evidências demonstram que a política contemporânea vem sendo configurada por novos arranjos da sociedade e de mobilização social; novas forças discursivas; novas combinações ideológicas, e a potência da comunicação assegurada pela tecnologia digital. Nas mídias sociais convivem a ampliação do debate público, da participação, do acesso e da transparência das instituições públicas, assim como a produção de distorções, dúvidas, mentiras e falácias capazes de desqualificar quaisquer discursos.

Há novas combinações ideológicas nas práticas de governos democráticos que incluem práticas próprias do autoritarismo que afrontam princípios republicanos e confundem interesses públicos

e interesses privados. Em todo esse processo, podem ser identificadas estratégias voltadas à publicidade de ações, obtenção de visibilidade e o desejo por índices favoráveis à imagem pública, como indicadores de aceitação popular. A midiaticização (Stig, 2012; Fausto Neto et al, 2012) da política obtém concretude em mídias convencionais, redes, processos, produtos e circuitos, assim como direciona a visibilidade de suas ações para esfera de visibilidade pública.

A formulação da hipótese sobre a existência de um paradoxo político-comunicacional é baseada na complexidade da dependência entre instituições políticas, políticos, governantes e regimes políticos à comunicação executada pela publicidade, propaganda, informações, eventos, imagens e notícias que incidem na formação da opinião e da imagem pública, instâncias determinantes de avaliação e disputa de poderes. Baseada, também, em diferentes processos e estratégias capazes de borrar as fronteiras entre o interesse público e interesses privados.

Formular e explicitar o paradoxo político-comunicacional abrange identificar limites, impedimentos e tensões permanentes ao exercício da comunicação pública por instituições políticas e governamentais nas democracias, na medida em que estas, estrategicamente, devem obedecer ao interesse público, mas também promovem seu projeto político-partidário e ambições pessoais. Este processo é atravessado pela visibilidade institucional (planejada e autônoma) desenvolvida por estas instituições e a visibilidade outorgada (concedida e vigilante) a estas instituições pela sociedade, imprensa, mercado e mídias sociais mídias capazes de incidir na formação da imagem pública.

Refletir sobre o paradoxo político-comunicacional permite avançar na compreensão sobre os movimentos da comunicação pública tão forte quanto a defesa do interesse público nas democracias, mas tão vulnerável à intervenção de elementos privados, que a defesa da sua normatividade pode ser interpretada como uma utopia. As operações de natureza política em uma democracia são dirigidas à aprovação do povo, da opinião pública

que elegem seus representantes e, esta aprovação está relacionada à obtenção de credibilidade diretamente associada à visibilidade de seus atos cuja decodificação ocorre na mistura da racionalidade e da emoção. Para tanto, concorrem a difusão de informações, discursos, ocupação estratégica de espaços e a produção de verdades, mentiras e falácias sobre ações, pessoas, instituições e acontecimentos; as reivindicações e manifestações de grupos sociais, e as imposições do mercado.

Nesse enredamento de interesses há disputas permanentes e desmesuradas por visibilidade e credibilidade que incluem demonstrações das forças simbólicas e coercitivas visando à circulação de versões, de modo a estabelecer a dúvida; provocar indignação; mobilizar eleitores e justificar medidas, através de argumentos jurídicos, políticos, éticos e legais transformados em disputa de poder. Esse debate adquire mais sentido, quando situado no escopo de questões que reconfiguram o mundo e as relações sociais, políticas e econômicas a partir de paradigmas culturais, como preconiza Frederic Jameson na importante obra “Pós-Modernismo e a lógica cultural do capitalismo tardio”. O autor aborda teorias e características sobre o fim da Modernidade e as rupturas com a natureza e a ascensão de novos padrões para entender o espaço, a política e a economia. Jameson (1996, p.13) afirma que se trata de “um mundo mais completamente humano do que o anterior, mas um mundo no qual a ‘cultura’ se tornou uma verdadeira “segunda natureza”. Neste sentido, informação e comunicação se tornam matéria essencial para a vida, relações, instituições e política.

Analisar aspectos conjunturais na trajetória da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff permite abordar perspectivas de ordem teórica e factuais, na medida em que a sua trajetória e práticas políticas a colocam em um intrigante paradoxo. Dilma foi protagonista e testemunha de três contextos determinantes à história do Brasil: durante o regime militar (1964-1985) como ativista e prisioneira, silenciada e tornada invisível pela tortura; na democracia restaurada, exerceu cargos de secretária de estado,

ministra e foi a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, por duas vezes (2010-2014 e 2014-2016) e, como estadista, deposta por *impeachment*. Esta decisão demarcou um “golpe legal” tramado entre representantes dos poderes Legislativo, Judiciário, Executivo, mercado e imprensa, com apoio explícito de parte da sociedade. A trajetória e os acontecimentos em torno da presidenta Dilma tornaram-se emblemáticos ao desenvolvimento da hipótese.

A construção desse texto obedece a cinco eixos tecidos separadamente, mas interdependentes. O primeiro é de ordem política, quando serão alinhavadas questões teóricas sobre política, democracia contemporânea e democracia nacional. O segundo identifica processos de visibilidade e a comunicação pública imanente aos exercícios de disputa e manutenção poder, através da publicização exigida às democracias; da vigilância exercida pela imprensa, sociedade, adversários e mídias. O terceiro eixo se debruça sobre a trajetória da ex-presidenta Dilma Rousseff, a singularidade da sua vida política, a eleição, a governança até o *impeachment*. O quarto eixo é formulado sobre a comunicação pública e a imagem da presidenta Dilma. Por fim, a síntese, no quinto eixo, demonstra a formulação do paradoxo político-comunicacional, propriamente dito.

Brasil, política e democracia

O Brasil é um país paradoxal, pois segue à risca as democracias liberais contemporâneas, em suas combinações e sobreposições entre o interesse público e interesses privados, submetendo sua autonomia e sua cultura, de modo peculiar, ao modo capitalista, mas a sua própria democracia é frágil. A democracia brasileira é tão instável quanto a verdade para a política (Arendt, 1993) e o seu pleno exercício ocupa apenas 62 anos da história da república iniciada há 132 anos, em 1889, com a Proclamação da República. As rupturas republicanas com regimes ditatoriais já preenchem 29 anos da história brasileira com o Estado Novo (1937 a 1945) e o Regime Militar (1964 a 1985). Ao

final sobram seis décadas (até 2021) de exercício pleno da democracia, que indicam a sua vulnerabilidade.

O fortalecimento da democracia brasileira é desproporcional ao crescimento da economia e do mercado e é possível identificar a submissão dos governos democráticos aos ditames do capitalismo que criaram uma elite com grande poder de negociação com representantes políticos eleitos. Pode-se identificar, também, que não há uma relação entre a existência de governos democráticos e a solidificação de políticas públicas emancipatórias capazes de responder aos direitos humanos e sociais; de fortalecer o sistema educacional, a ciência e o sistema público de saúde; de investir na erradicação da miséria, da fome, e de proteger o meio ambiente, por exemplo. Esse cenário é mantido com poucas alterações e obediente a acordos entre os poderes políticos, poderes da república e poderes econômicos em torno do domínio sobre o Estado e a sociedade.

A falta de sedimentação da democracia brasileira e a desobediência a princípios republicanos acionam, de tempos em tempos, o desejo pelo autoritarismo. A grandiosidade da economia brasileira, a diversidade cultural e a geografia continental do país, ao contrário de fortificar a sua democracia, a fragilizam diante da cobiça do capital e do fortalecimento dos processos de dominação que exigem instituições educacionais frágeis e investimentos reduzidos para a autonomia da ciência e a emancipação da sociedade. No Brasil, talvez não precisemos identificar processos de “ódio à democracia” como estuda Rancière (2014) em relação à França e os Estados Unidos, mas, sim, substituir o vocábulo “ódio” por “corrosão” sistemática da democracia, seja no formato de golpes, atos autoritários ou desprezo pelo interesse público.

De tantas teorias a respeito da democracia elejo referências específicas sobre a qualidade da democracia associada à comunicação e à verdade (Habermas, 1994, 2003; Arendt, 1993; Dahl, 2009, Manin, 1995; Gomes e Maia, 2008). Os regimes democráticos são historicamente necessários, afirma Dahl (2009), pois apenas através deles é possível gerar “consequências desejáveis”

e emancipatórias para evitar a tirania; promover os direitos essenciais; assegurar liberdade individual e a liberdade geral; garantir autodeterminação dos povos; garantir autonomia e o exercício da responsabilidade moral; promover o desenvolvimento humano; proteger os interesses pessoais essenciais; garantir a igualdade política; investir na busca pela paz, e ampliar a prosperidade. Assim como as democracias dependem do acesso à informação e da participação, dependem da publicidade e, portanto, de comunicação. Nas negociações com as elites, no entanto, é possível identificar o “lado sombrio” do regime, afirma o autor.

Para a democracia de Dahl (2009, p.99) são necessárias as seguintes “instituições políticas”: funcionários eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação diversificadas; autonomia para as associações; cidadania inclusiva.

A relevância da comunicação para a democracia está demarcada nas constituições vinculadas à liberdade de expressão, transformada em direito e dever político. Cabe associar à liberdade de expressão, a existência de “fontes de informação diversificadas e independentes” (Dahl, 2009, p.100) que incluem outras pessoas, mídias, imprensa e, incluímos, os dispositivos digitais. O autor ressalta que a liberdade de expressão é requisito para que os cidadãos participem da vida política, ou seja, para que possam adquirir “uma *compreensão esclarecida* de possíveis atos e políticas do governo”. Dahl (2009, p.101) ressalta que para a competência cívica, os cidadãos precisam de oportunidades para expressar seus pontos de vista, aprender uns com os outros, discutir e deliberar, ler, escutar e questionar especialistas, candidatos políticos e pessoas em cujas opiniões confiem – e aprender de outras maneiras que dependem da liberdade de expressão.

A relação entre comunicação, informação e democracia estabelece um parâmetro imprescindível à participação da sociedade e a manifestação da opinião pública para o fortalecimento do estado democrático e inicia na eleição. Neste

sentido, Dahl (2009, p.200) afirma que é possível identificar quatro tipos de dificuldades para a democracia contemporânea, especificamente, a força da ordem econômica; a internacionalização política e econômica; a diversidade cultural cada vez mais forte com singularidades e exigências próprias e as dificuldades para uma *educação cívica*. Esta última dificuldade designa a compreensão e a aprendizagem do cidadão sobre as políticas vigentes e, na perspectiva de Dahl (2009, p.204) isto somente será obtido com alfabetização, educação formal e acesso à informação:

A quantidade bruta de informação disponível sobre questões políticas em todos os níveis de complexidade aumentou imensamente. Não obstante, essa disponibilidade maior da informação talvez não leve a uma competência maior ou maior compreensão” e - a escala, a complexidade e a maior quantidade de informação impõem exigências sempre mais pesadas as capacidades dos cidadãos. Por essa razão, uma das necessidades imperativas dos países democráticos é melhorar a capacidade do cidadão de se envolver de modo inteligente na vida política. (Dahl, 2009, p. 205).

Outra perspectiva sobre democracia e comunicação está em Manin (1995) que oferece o debate e a opinião pública como importantes categorias de análise para os governos representativos e a crise de representatividade. Indicava à época a crise da democracia e o que estava em declínio eram “as relações de identificação entre representantes e representados e a determinação da política pública por parte do eleitorado” (Manin, 1995, p.3). Para o autor, a democracia é constituída a partir de “três tipos-ideais de governo representativo”, especificamente, o “parlamentar”, a “democracia de partido” e a “democracia do público” que abrangem diferentes modalidades de representação política e “podem coexistir e se fundir umas às outras”. Os princípios do governo representativo são os seguintes: os representantes são eleitos pelos governados e conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; a

opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo.

Assim como Dahl (2009), Manin (1995) valoriza a liberdade de expressão política, ou seja, a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo e aponta dois requisitos para a “liberdade de opinião pública”, visando a formação de opinião sobre assuntos políticos. O primeiro é o acesso dos cidadãos à informação política, através da publicização das decisões governamentais. O segredo impede a elaboração acurada sobre a matéria política. O segundo requisito é a liberdade para expressar opiniões políticas, mas Manin (1995, p.5) afirma que “a relação entre a liberdade de opinião e o caráter representativo do governo não é, porém, tão óbvia assim” e “não seria de estranhar que os governos. representativos tornassem sagrada a liberdade de opinião, devido a sua adesão ao princípio liberal segundo o qual uma parte da vida dos indivíduos deve ser resguardada das decisões coletivas” e, neste sentido, “a liberdade de opinião não tem uma relação direta com o caráter representativo do governo”.

Historicamente, a manifestação da opinião pública como a voz política da sociedade e da democracia permite que sejam aferidos e criticados os modos como governantes e eleitos pelo voto realizam a representação. A vontade popular, o desejo e reivindicações do povo são componentes importantes para a tomada de decisões, assim Manin (1995) ressalta a importância do debate público que deveria justificar as decisões políticas já que “o governo representativo foi originalmente concebido e justificado como um governo do debate”. Este, no entanto, ocorre na maior parte das vezes sem a participação da sociedade e por intermédio dos representantes eleitos no âmbito das assembleias e câmaras. O autor ressalta que a deliberação após debate também implica no encadeamento de procedimentos e práticas comunicativas. Para tanto, fóruns de discussão, manifestações da imprensa e da sociedade civil organizada são importantes e decisivos.

Pode-se entender a importância dos dispositivos digitais para que os governos exercitem procedimentos de convocação, participação e deliberação, através de debates sobre temas vitais fortalecendo a opinião pública. No entanto, é possível identificar o distanciamento da opinião pública na tomada de decisões pelos governos como afirma Manin (1995, p.20) que tanto na “democracia de partido” quanto na “democracia de público”, a liberdade da opinião pública é desenvolvida a partir de aspectos que ratificam a sua imanência ao desenvolvimento das democracias. Manin (1995, p.26) caracteriza “democracia do público” como um processo de “personalização da escolha eleitoral” e alerta que este modo fortalece a sobreposição da “personalidade dos candidatos” sobre o partido “sugerindo uma crise de representação política”. Mesmo tendo um papel essencial, os partidos podem tornar-se “instrumentos a serviço de um líder” na medida em que afeta “a natureza da relação de representação” e para isto Manin ressalta duas causas: canais de comunicação e mídias que permitem que os candidatos se comuniquem diretamente com seus eleitores “dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias”. As mídias conferem “uma intensidade especial” à personalidade dos candidatos, afirma o autor referindo-se apenas ao rádio e à televisão, que “privilegiam determinadas qualidades pessoais: os candidatos vitoriosos não são os de maior prestígio local, mas os “comunicadores” e, assim, a “democracia do público” se torna o reinado do “comunicador” afirma Manin (1995, p.23), determinando as condições em que os eleitos exercerão o poder.

Talvez seja possível identificar uma espécie de hibridação na democracia brasileira entre os dois tipos de democracia. Ao mesmo tempo em que nas últimas décadas se tem uma disputa partidária pela tomada de poder, também a personalização de candidatos e governos vai sendo adaptada e torna-se mais dependente das estratégias de comunicação de agências e especialistas, assim como da opinião circulante na imprensa. A opinião pública reagirá, portanto, a partir dessas poderosas fontes

de informação: o estado, a imprensa, os grupos sociais e as mídias digitais. Cada vez mais, o cidadão é convidado a se confundir e a produzir sua própria informação e, provavelmente, reagirá menos à informação política. Como seria possível assegurar este nível de qualidade da informação e o acesso a ela, quando a comunicação e a publicização do governo respondem muito mais à propaganda do que à normatividade da comunicação pública voltada ao interesse público; quando as mídias digitais personalizam cada vez mais a política e fascinam seus operadores com instrumental capaz de alterar e deformar qualquer realidade e criar outras?

Em torno da liberdade de expressão própria às democracias e às possibilidades exaltadas pela tecnologia que permitiram definir a democracia digital como ideal, mas os dispositivos digitais acionaram seus avessos. A tecnologia digital permite a autonomia e o exercício desta liberdade, a partir do controle de dispositivos e a emissão ininterrupta de opiniões, mentiras, distorções sobre fatos e cidadãos, não necessariamente com responsabilidade ou respeito ético. As chamadas “*fakenews*” desafiam, no Brasil e no mundo, os poderes da República, pois se situam entre esta liberdade assegurada por lei e a libertinagem irresponsável, controlada por lei. As fontes alternativas e independentes de informação vão além das definições e práticas históricas que faziam a crítica a regimes políticos, mantidas por grupos e associações. Hoje, as mídias digitais respondem a Dahl (2009, p.110) quando pergunta: “como poderiam os cidadãos participar realmente da vida política se toda a informação que pudessem adquirir fosse proporcionada por uma única fonte”. Respondem que além de grupos de produção alternativa à comunicação das mídias convencionais e à comunicação de estado há uma produção de origem pessoal e autônoma.

Nessa configuração, a democracia enfrenta, também, a chamada era da “pós-verdade”, na verdade eufemismo para a mentira política institucionalizada, em *fakenews*, de livre trânsito nas mídias sociais que modificaram a sociabilidade contemporânea e atingiu a política e a democracia de modo estrutural. A questão

da disputa da verdade na política é estudada desde Aristóteles e exaltada por Hannah Arendt, mas é o domínio sobre sua formulação e difusão que desloca certezas. A política está fundada sobre a verdade e assim se apresenta, mas não é desta matéria que se alimenta. A democracia, fundada na liberdade e na representatividade, sobrevive entre pactos e disputas pela verdade quando políticos, instituições e governantes buscam a imagem pública que os tornem críveis. Para tanto precisam da verdade, mas a submetem à retórica facilitada pela passionalidade. Sobre a verdade, Arendt (2007, p.322) afirma que

O dizer a verdade dos fatos abrange muito mais que a informação diária suprida pelos jornalistas, posto que sem eles nunca poderíamos nos orientar em um mundo em contínua mudança e, no sentido mais literal possível, nunca saberíamos onde nos encontraríamos. É claro que isto é da mais imediata importância política; porém, se a imprensa tiver de se tornar algum dia realmente o “quarto poder”, ela precisará ser protegida do poder governamental e da pressão social com zelo ainda maior que o poder judiciário, pois a importantíssima função política de fornecer informação é exercida, em termos estritos, exteriormente ao domínio político; não envolve, ou não deveria envolver nenhuma ação ou decisão.

A verdade política questionada por Arendt (1997) ainda se impõe, na medida em que a autora alerta sobre o uso de mentiras e a ilusão como parte da retórica de políticos. O exercício da política não prescinde da interpretação de fatos a favor da formulação de argumentos e, neste sentido, fatos e opiniões se confundem com objetivos persuasivos. Arendt (2007, p.283) pergunta se “não será a verdade impotente tão desprezível quanto o poder que não dá atenção à verdade?” A democracia pressupõe que os políticos eleitos para cargos de representação cumpram com as promessas em nome de alguma verdade. As disputas e manutenção do poder transformam estas verdades em opiniões, sugestões, falácias e mentiras, e Arendt (2007, p.289) recupera o debate grego sobre

opinião e verdade para afirmar que “o contrário da verdade era a mera opinião, equacionada com a ilusão; e foi esse degradamento da opinião o que conferiu ao conflito sua pungência política; pois é a opinião e não a verdade, que pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo o poder”.

Na contemporaneidade, a associação entre visibilidade e credibilidade (Weber, 2006) é tão inevitável quanto aceitar a intervenção e a difusão de opiniões individuais, insinuações imagéticas sem responsabilização, que configuram o cenário da informação política. Todos têm razão e todos podem duvidar, mesmo diante de argumentos jurídicos plausíveis, além do poder da comunicação massiva possível e do aparato tecno-institucional que sustenta os governos. Arendt (2007, p.311) afirma que “a mentira política moderna lida eficientemente com coisas que em absoluto constituem segredos, mas são conhecidas praticamente por todo o mundo” e (p.319) ressalta que “é óbvio que os fatos não estão seguros nas mãos do poder” que explicam, interpretam e difundem sua visão de realidade de acordo com o mapa ideológico; projeto político.

A extensa obra de Michel Foucault (1979, 2005) sobre poder, verdade e discurso nos alerta, também, para a associação entre o poder e a formulação de verdades que designam doenças, crimes e realidades e para tanto a governamentalidade é exercida a partir de verdades políticas, econômicas, sociais instauradas por discursos que servem à consolidação do poder. O poder sobre a verdade e dizê-la é da natureza da ciência, da justiça e da imprensa, por exemplo, mas não da política. No entanto, a autoridade sobre dizer a verdade é disputada também, pelo Estado e a religião em seus discursos de fé e ordem simbólica próprios das relações entre o “poder político e o poder religioso”, analisa Bourdieu (1992, p.69), ambos formados pelo afeto. A crença religiosa obedece ao intangível, metafísico e se consolida na repetição, sem comprovação, enquanto a crença política exige comprovação e é volúvel ao fascínio das novas promessas e imagens.

O Estado realiza investimentos em ações controladas estrategicamente para obtenção de visibilidade favorável, através a produção de publicidade, notícias, eventos e discursos gerados por sistemas e assessorias com expertise. Paralelamente, há outros níveis que dão visibilidade ao Estado e são incontroláveis numa democracia, além de exigir respostas geradas pela cobertura e fiscalização da imprensa, em entrevistas, notícias, humor, denúncias e outros. Também a sociedade, em suas redes, grupos e entidades expõe o estado, na medida de suas demandas, manifestações etc. Nestes processos de visibilização incidem interesses públicos e privados em pactos e disputas de poder ressaltando o poder político, econômico, jurídico, social e midiático. Dependentes da imperiosa necessidade de comunicação, os poderes se movem estrategicamente na ocupação de espaços de visibilidade em busca de credibilidade atribuída pela opinião pública, no voto, nas ruas, no debate público passível de ser aferida – em parte - por sondagens.

Nos regimes democráticos, a comunicação viabiliza a demonstração das práticas democráticas passíveis de discursão, discordâncias e defesas. Para tanto é preciso pensar na relação entre a esfera pública habermasiana e a “cena pública”, como afirma Wilson Gomes – no capítulo “Da discussão à visibilidade” (Gomes e Maia, 2008, p.162) - que “é a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia” contemporânea, na medida em que participam do debate as mídias e a argumentação pode ocorrer num espaço de visibilidade menor mas não menos importante. O autor argumenta sobre a importância dos meios de comunicação na esfera pública contemporânea considerando as relações entre o Estado, a sociedade e o papel das mídias nos debates em torno de temas de interesse público.

Enquanto a comunicação é essencial às democracias, nos regimes autoritários, a propaganda se sobrepõe à comunicação, eliminando tensões e privilegiando perspectivas privadas e ideológicas sobre o interesse nacional. Mas esta delimitação historicamente compreensível entre democracia e autoritarismo

tem sofrido mutações significativas. Os arranjos em torno da obtenção e manutenção do poder de governar, na contemporaneidade, têm se mostrado mais difusos e sofisticados, na medida em que o mundo vive uma radical e nova experiência social e política intermediada pelas mídias sociais. Plataformas e redes de governo permitem exercitar o desejo histórico da democracia sobre participação e transparência, mas paralelamente, essa tecnologia digital amplia a circulação de expertise que privilegia o privado, a mentira, a manipulação de informações, sob a aparência de verdade e atomiza qualquer realidade. O controle legal é impotente diante da força das relações sociais e da comunicação facilitada por fragmentos.

A credibilidade está a princípio vinculada à verdade assim entendida a partir da autoridade e do reconhecimento de quem a pronuncia. A mesma informação receberá diferentes leituras de acordo com a expectativa de diferentes grupos receptores e, neste sentido, será passível de defesa ou rechaço em alguns grupos e não em outros. Milhares de informações circulam ininterruptamente e imprimem visibilidade aos governos e, ao mesmo tempo, subsidiam opiniões, críticas e mentiras. As tecnologias digitais acrescentaram mais um componente à circulação de informações que é a produção individualizada e autônoma de reforço da opinião de grupos, ideologia, valores, preconceitos, bandeiras sem que seja necessário responder à ética, fontes, verdade, ou se responsabilizar. A questão não é a desinformação e sim, o excesso de informação de caráter errôneo, malicioso, deturpador e estrategicamente produzido para desqualificar alvos que se tornou o grande desafio das democracias: como controlar? Como coibir? O que é verdadeiro, ou falso?

As perspectivas idealistas da democracia entendidas por Dahl (2009) e Manin (1995) remetem à parte política do paradoxo político-comunicacional, na medida em que o maior envolvimento com a política reside no acesso e quantidade de informação do cidadão. Atualmente, a tecnologia digital amplia esse espectro de participação e, ao mesmo tempo, fortalece a manifestação

individualizada de cada cidadão e a possibilidade de montar seus discursos e apoios para além da ideologia, de modo passional, preconceituoso e aviltando princípios da democracia.

Comunicação pública e visibilidade

As democracias são tecidas pela comunicação desenvolvida por sujeitos e instituições em dimensões e formatos tão autônomos quanto dependentes, mas que podem ser analisados sob os conceitos de público (o interesse público), privado (interesses privados e particulares) e a representação que sustentam boa parte da produção científica sobre as teorias democráticas. Nessa perspectiva, importa especificar estas características porquanto dispositivos, discursos e produtos comunicacionais transitam entre o público e o privado e os confundem em relação ao poder, embaciando a percepção dos cidadãos.

Muitos dos governos, no recente século XXI, têm apresentado uma perversa hibridação entre regimes democráticos e procedimentos autoritários, marcados pelo conservadorismo moral, associações religiosas, retrocesso em relação aos direitos humanos e a permanência da retórica populista de campanha. Novos formatos e dispositivos digitais de comunicação contribuem decisivamente para a qualidade da democracia, mas também para a proliferação de mentiras e a distorção de informações em rede com a supremacia do interesse privado. A transparência e a acessibilidade promovem a democracia e, ao mesmo tempo, ampliam a zona de segredos e ocultamentos.

A comunicação do estado democrático obedece ao interesse público, aos princípios normativos da Comunicação Pública (Esteves, 2011; Weber, Coelho, Locatelli, 2017) operacionalizada em mídias e sistemas públicos, tecnologia, burocracia e profissionais produtores de informações, propaganda, relações e discursos que obedecem a políticas e estratégias destinadas a objetivos relacionados ao interesse público. Neste sentido, a normatividade da comunicação pública deve orientar a produção

de comunicação do Estado e os investimentos em sistemas públicos de comunicação, através de políticas de comunicação que promovam o debate público sobre temas vitais à emancipação da sociedade.

A comunicação pública é imanente às democracias e um dos seus principais indicadores de sua qualidade. É o referencial teórico-normativo que permite identificar a obediência ao interesse público manifesta em políticas de comunicação e na publicidade de governos e instituições públicas; no exercício jornalístico da imprensa e no debate público desencadeado por temas vitais e acontecimentos públicos capazes de tensionar e provocar decisões dos poderes da república, através de manifestações de rua, greves com novos repertórios e mídias. Também o mercado contribui para o debate público, conforme sua conveniência estratégica de expor seus compromissos sociais. Na comunicação pública reside a promoção do debate sobre temas de interesse público e acontecimentos públicos. As universidades e instituições de saúde pública, por exemplo, possuem um papel fundamental na abordagem e difusão de temas vitais à emancipação da sociedade, como bem demonstraram os milhares de debates durante a Pandemia da Covid-19, em 2020/2021. Também vinculada, normativamente, ao interesse público, a instituição imprensa abriga a produção jornalística, a difusão de notícias voltada à vigilância dos poderes e à mediação da realidade. Intervém, através de enquadramentos editoriais e interpretativos na compreensão da realidade e, como tal, contribuem na formação de opinião e valoração desses temas.

Nos regimes autoritários, portanto, o conceito principal é a propaganda que dá visibilidade aos processos persuasivos e coercitivos dirigidos à manipulação de fatos e verdades de acordo com a ideologia dominante. Mesmo que denominada de comunicação será o silêncio a substituir a voz exuberante das democracias. Em todos os regimes políticos são imperiosas as demonstrações de poder e força, mas nas democracias, estas serão vinculadas ao debate público, à participação social, liberdade de

expressão e transparência plenamente exercidas e defensáveis. Enquanto nas democracias, a comunicação é constituída pela voz dos governantes, dos representantes eleitos e da sociedade; nos autoritarismos, a voz é apenas aquela que governa e controla.

Comunicação do Estado e da sociedade

A visibilidade de governos e governantes é determinante para a compreensão sobre o modo de governar e o modo de ocupar cargos da representação atribuída por eleições democráticas. Esta visibilidade é multifacetada na medida em que é exercida pela circulação de informações, através de diferentes instâncias e dispositivos, especialmente: os sistemas de comunicação do estado; os meios de radiodifusão; a imprensa; mídias e redes sociais; mercado; grupos políticos e religiosos; grupos sociais e a sociedade organizada. A força da visibilidade obtida por atores e instituições da política incide na formação de opinião, favorável ou desfavorável, ambígua ou distorcida e, conseqüentemente, contribui para a imagem pública e a credibilidade.

São diferentes ordens de visibilidade e de comunicação, tão autônomas nas suas práticas, quanto interdependentes nas conseqüências, na medida em que a matéria que as constitui é feita de narrativas, versões adequadas aos interesses em jogo e à natureza das instâncias e dispositivos. Neste sentido, as fronteiras destas ordens são borradas e refeitas a partir de interesses públicos e privados, com diferentes lógicas e estratégias, que também são as desordens de visibilidade e comunicação quando mantidas por exposição e segredos; por verdades, falácias e mentiras; por opiniões, críticas e desarranjos institucionais. Significa dizer que o eixo principal da democracia sustentado pelo interesse público é tensionado por interesses privados que demarcam crises políticas, econômicas e éticas, como aquela que sustentou o golpe transformado em processo de *impeachment*, no Brasil.

A disputa e o exercício de poder político impõem a instituições, políticos e governantes investimentos contínuos em

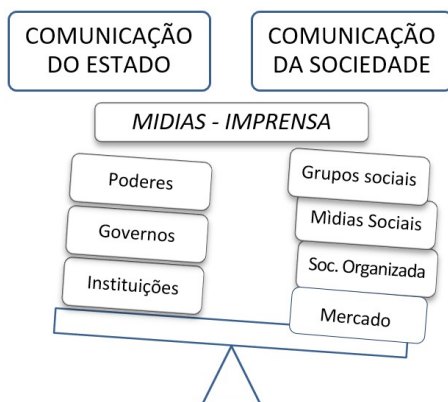
sistemas de comunicação, assim como a administração estratégica do encadeamento entre a publicidade inerente ao cargo; a obediência à comunicação pública na difusão de produtos comunicacionais e na promoção do debate, e o plano de ocupação de espaços de visibilidade em busca de apoio, credibilidade e votos. Nesses espaços de visibilidade, residem outras autoridades cujos interesses (pessoais, editoriais, políticos e econômicos) definirão as modalidades de aparição de políticos e governantes, do apagamento à celebração. Numa democracia, portanto, cada informação política será submetida à apropriação e às mediações de grupos sociais, entidades de representação, mídias convencionais, mídias e redes sociais e cidadãos que decidem sobre o enquadramento e o foco de interesse. Deste complexo processo resulta a imagem pública.

Os investimentos em visibilidade (transparência, publicização) são inerentes ao poder republicano e exigem, cada vez mais, estruturas, tecnologia, especialistas e produtos capazes de estabelecer relações e circuitos de comunicação. Na perspectiva habermasiana, circuitos de comunicação pública, formados pela promoção de debates públicos sobre temas vitais ao país e à sociedade, assim como promoção de ações de caráter emancipatório, em relação aos direitos humanos e sociais. No entanto, esta visibilidade pode adaptar, distorcer ou relativizar realidades e verdades de modo a beneficiar um projeto político-ideológico e, assim, mesmo num regime democrático, interesses privados, decisões autoritárias podem se sobrepôr ao interesse público. A verdade e o interesse público podem ser relativizados e escamoteados, mesmo numa democracia, devido a pactos, barganhas e até corrupção, adaptando a visibilidade necessária às democracias a projetos privados.

A correlação de forças em torno da visibilidade administrada pelo Estado (visibilidade institucional) que mesmo com vultosos investimentos não tem condições de se sobrepôr à ordem de visibilidade outorgada por grupos sociais e cidadãos, mídias e redes sociais e a sociedade organizada que outorgam

visibilidade aos discursos e atos do Estado, com liberdade, autonomia delimitadas apenas pela censura ou por interesses políticos e econômicos. Esta correlação de forças é mediada, na maioria das vezes pela imprensa que efetua outros enquadramentos à visibilidade produzida pelo Estado e aquela provocada por instâncias sociais. A outorga de (in) visibilidade da imprensa penderá para o lado que melhor convier à sua linha editorial ou interesses políticos e seu poder reside na sua legitimidade institucional. A figura 1 pretende demonstrar este (des)equilíbrio.

Figura 1 – Visibilidade institucional e visibilidade outorgada



Fonte: a autora

O peso da informação do Estado será menor porquanto sempre submetido a mediações e à desconfiança inerentes ao exercício do poder, bem como à vigilância legítima da imprensa, outros poderes e sociedade.

A visibilidade institucional

A comunicação do estado democrático é efetivada entre tensões, disputas e ajustes sobre conflitos onde os protagonistas do poder e cidadãos. O sistema de comunicação do Estado é formado por centenas de profissionais que produzem ininterruptamente

informações e imagens exemplares a suas ações que, estrategicamente pretendem valorizar as ações, atividades, respostas à sociedade e promover a ideologia político-partidária e projetos político-pessoais que, em tese, devem responder aos princípios normativos da comunicação pública. A eficácia desta comunicação reside na aferição e no cotejamento do complexo processo de recepção dos cidadãos, também submetidos às informações oriundas da imprensa, mídias, religião, mercado e seus grupos sociais.

A visibilidade insistente obtida por determinados atores, temas e instituições da política pode ser, em alguma medida, equivalente a índices de credibilidade, tendo em vista a permanente disputa sobre a verdade. Significa dizer que o excesso de a visibilidade pode impedir o questionamento sobre o que está sendo *dado a ver* (Landowski, 1992) e, assim, o que é visto pode ser assimilado como verdade e sem discernimento. Neste sentido, o Estado democrático precisa de políticas e estratégias de comunicação pública, que permitam publicizar ações, traduzir a realidade, viabilizar a participação da sociedade e promover debates públicos sobre temas vitais.

A grande mudança na comunicação das democracias contemporâneas tem ocorrido através das mídias e plataformas digitais que tornaram mais complexa a régua de análise dos pesquisadores. De um lado, a expansão da publicidade do estado, a ampliação da participação, visibilidade e da transparência das instituições, capaz de responder totalmente ao *ethos* democrático, pela primeira vez na história, introduzindo um novo paradigma que é a democracia digital. Por outro lado, os mesmos dispositivos são administrados por indivíduos e ativam o modo passional e privado ao veicularem mensagens tão edificantes quanto destrutivas; tão democráticas quanto autoritárias para manifestações, reivindicações, demandas, exigências. Essa configuração altera a relação entre o poder de comunicação, a visibilidade e a credibilidade possível sobre acontecimentos, temas de interesse público, cidadãos e instituições. A redução do debate

público está diretamente relacionada às decisões sobre a limitação das organizações sindicais, na última década, por exemplo, mas, também à autonomia da comunicação pessoal.

Paralelamente à comunicação desenvolvida pelo governo, outras organizações públicas e atores políticos investem num *continuum* de disputas de poder, em busca por votos, apoios e aprovação junto à opinião pública, em busca de uma imagem pública favorável. Por um lado, a retórica em defesa do interesse público e de bens públicos e por outro a defesa de interesses privados relacionados à corrupção, religião, ideologias e outros. Os acordos e barganhas em troca de voto legislativo ou parecer jurídico apontam contra a função pública e demonstram a incoerência de ordem político-ideológica.

E, entre a comunicação de estado e a política, reside a comunicação eleitoral, que marca o percurso dos governos já que o voto está logo à frente, a quatro anos de distância. As eleições formatam o acontecimento mais importante das democracias e acionam mecanismos e processos persuasivos, obedecendo a uma “política provisória” (Weber, Luz, Bittencourt, 2018), que caracteriza a equação na qual “o discurso da política se submete a procedimentos e concessões técnico-conceituais do campo da comunicação, com o objetivo de persuadir o eleitor, em três sínteses. A síntese política reduz e simplifica o projeto político-ideológico; a síntese afetiva enquadra e personaliza o partido no candidato para apontar inimigos e não para enfrentar adversários. A síntese comunicativa mostra a *política provisória* e o candidato enquadrados na estética da propaganda e formatos midiáticos que traduzem a competência para governar e representar. A ingerência das mídias digitais e mídias e redes sociais s ampliaram significativamente a personalização da campanha e a relativização de verdades e promessas usuais sobre o futuro e uma vida.

Voltada ao interesse público, a comunicação pública de estado e a comunicação governamental serão tensionadas pela perspectiva estratégica, na medida em que a publicidade exigida legalmente dependerá do funcionamento de um sistema. Este sistema

estruturado na burocracia, com tecnologia, profissionais e recursos financeiros que produzirão produtos informativos (jornalismo institucional) e publicitários (campanhas e peças de marketing), além de eventos, protocolos e o discurso dos governantes. Mesmo norteados por uma política voltada à comunicação pública, a publicidade dos governos democráticos e a busca por visibilidade servirá, também, aos projetos político-ideológicos e partidários dos ocupantes do poder. Assim, paralelamente à vigilância e crítica exercidas sobre os poderes, estes produzem suas próprias informações, administram estrategicamente sua visibilidade e as relações com os poderes, investindo em sistemas, tecnologia e especialistas, legalmente mantidos com verbas estatais. Interferem nesta disputa de sentidos sobre sujeitos e instituições, a ocorrência de acontecimentos públicos que exigem respostas do Estado; os escândalos que mostram as entranhas do Estado; a imprensa e seu poder de conferir visibilidade e transcrever a realidade; e as ações de apoio ou adversárias construídas pelas mídias e redes sociais.

A visibilidade outorgada

Hibridações entre interesses públicos e privados caracterizam as organizações midiáticas, de entretenimento e a imprensa, embora esta, do ponto de vista normativo executa seu jornalismo em obediência ao interesse público e mantém o mito da objetividade associada à reprodução fidedigna da realidade, com a ética e a verdade. O espaço de visibilidade e a natureza do jornalismo associado ao mito da verdade permitem configurar a imprensa com grande poder para (des) equilibrar o discurso do estado, da política. A circulação de notícias e informações é ininterrupta e ubíqua seja através de mídias convencionais, ou plataformas e mídias e redes sociais, operadas em diferentes suportes, circuitos e dispositivos por instituições e cidadãos-operadores. Além do jornalismo exercido em todas as plataformas sob a regência de critérios ético-editoriais próprios da sua natureza,

são desenvolvidos incomensuráveis debates sobre temas de interesse público.

O poder das organizações midiáticas está, especialmente, no fato de ser o *locus* privilegiado de visibilidade e de produção cultural numa semiose de informações amparada por convergências tecnológicas que introduzem o conceito de midiatização para o desenho do mapa da contemporaneidade. A midiatização é entendida não apenas como as novas formas de interação entre mídias e sociedade, mas especialmente porque as mídias se tornaram “parte integral do funcionamento de outras instituições”, mas também alcançaram “um grau de autodeterminação e autoridade que obriga essas instituições, em maior ou menor grau, a submeterem-se a sua lógica, reflete Hjarvard (2012, p.54). Esta lógica permeia a vida e as práticas da sociedade e das instituições políticas, como uma teia cultural de enredamentos inevitáveis, especialmente se o objetivo é obter uma imagem pública favorável.

A circulação ininterrupta de produtos simbólicos e culturais (cinema, vídeos, arte, humor, imagens) e a propaganda são responsáveis por semioses sobre as representações do mundo e a objetificação do humano. A sugerida hibridação entre temas públicos e privados fortalece os consumidores no lugar de cidadãos, assim como, a comunicação mercadológica mantém ativos, o desejo pelo produto e o consumo, enquanto a comunicação das religiões, em nome da fé, promove a interpretação restrita da realidade.

A compreensão sobre a realidade depende do acesso a informações das mídias e dos grupos sociais. A conformação e enquadramentos da realidade delimitam outro tipo de poder das mídias, configurado no exercício das “estratégias híbridas da comunicação²⁰⁸” (Weber, 1999), as estratégias midiáticas

208 Weber (1999) defendeu a hipótese de que o poder das mídias reside, especialmente, na combinação entre os conceitos calvinos e seus opostos e os intitulou “estratégias híbridas de comunicação”, tendo por base a obra “Seis propostas para o próximo milênio” de Italo Calvino (1990) definidas como visibilidade, leveza, rapidez, exatidão, multiplicidade e consistência, próprias da literatura.

identificadas desde a racionalidade da produção jornalística até a passionalidade das mídias e redes sociais. São elas: a publicidade midiática (visibilidade/opacidade); a densidade midiática (leveza/peso); a velocidade midiática (rapidez/lentidão); igualdade midiática (multiplicidade/unicidade); totalidade (consistência/fragilidade); organicidade midiática (exatidão/desordem), e a moralidade midiática (ética/cinismo). Combinadas, ou isoladamente, estas estratégias têm o poder de interferir na visibilidade e na credibilidade da realidade, de atores e instituições.

A *publicidade midiática* desejada por aqueles em locais de poder e os temas de interesse público têm espaço determinado por níveis de visibilidade, opacidade e apagamento justificados por critérios próprios do jornalismo, das empresas de comunicação e das mídias e redes sociais. Repleto de controvérsias e critérios políticos, mercadológicos e editoriais, no espaço midiático fatos, pessoas e instituições são passíveis de enquadramento independentemente da obediência à verdade e à realidade. As mídias e redes sociais, por sua vez, são movidas também por critérios pessoais que produzem, distorcem, ratificam e veiculam informações, com poucas possibilidades de rastreamento e responsabilização. A *densidade midiática* (leveza/peso) é a estratégia identificada em processos de alternância e sobreposição de conteúdos jornalísticos (reais), de entretenimento (fantasia) e propaganda, capazes de criar espaços estéticos que sobrepõem conteúdos leves a tragédias e informações à realidade pesada. A estratégia *velocidade midiática* é a capacidade das mídias imprimirem rapidez e lentidão, retardamento e/ou a manutenção de temas e acontecimentos de acordo com seus interesses. Não é a qualidade do debate público que o manterá em pauta, mas o agendamento das mídias. A estratégia *igualdade midiática* é regida pela ordem estética que tenta apresentar como equivalentes a igualdade e as diferenças sociais e estéticas, especialmente no entretenimento e na propaganda. Privilegia aspectos e, em geral, sugere a inexistência da multiplicidade de culturas, gênero, etnias,

raça, sugerindo a unicidade, a igualdade. A *totalidade midiática* sugere que tudo que se vê é a totalidade de temas, culturas, países e eventos e que todos possuem o mesmo grau de importância e prioridade para a mídia, sendo que a consistência de determinadas informações ocorre pela fragilidade de outras. A *organicidade midiática* sugere um mundo organizado pelas mídias onde a exatidão e a desordem podem estar no modo de descrever determinadas situações culturais, políticas e econômicas a partir de padrões do jornalismo, do entretenimento, da propaganda e outros. Calvino (1990) não refletiu sobre uma estratégia, dita moralidade, pois não caberia na referência à literatura, como as demais. Cabe, no entanto, na análise do poder da comunicação midiática, para a qual a *moralidade midiática* dilui as fronteiras entre a ética e o cinismo; entre legal e ilegal e assim difunde um modo singular de classificar discursos, acontecimentos e o comportamento político, de modo maniqueísta.

Estas hibridações remetem à formulação do paradoxo centrado na visibilidade outorgada que aponta para o poder da comunicação jornalística, mídias e mídias e redes sociais, tanto para os poderes constituídos quanto para a sociedade, dependentes de espaços de visibilidade e de informações. A ubiquidade possibilitada pelas mídias digitais amplia este poder e introduz as variáveis personalizadas de acesso e construção de conteúdos, sem desequilibrar as grandes organizações midiáticas. O resultado destas estratégias incide na formação da imagem pública de instituições, governantes e políticos. Nesse sentido, há um movimento contínuo para a adaptação a essas estratégias e, ao mesmo tempo criticá-las caso não sejam favoráveis a objetivos políticos.

A emergência das mídias e redes sociais trouxe também otimismo e, por algum tempo, foram pensadas como constitutivas do debate público, de uma nova esfera pública. No entanto, o fascínio pela autonomia técnica e a desnecessária responsabilidade sobre o uso da linguagem e versões ampliaram o espectro de produção e veiculação de informações sob os mais diferentes objetivos, incluindo a deturpação de discursos; difusão de *fakenews*;

bricolagens degradantes. Trata-se de um terrorismo linguístico-visual que abala governos e instituições, faz e desfaz celebridades e provoca tanto a ética quanto a legislação das nações, em proporções desmesuradas. As redes e mídias digitais mantêm a convivência entre mensagens tão românticas quanto perversas. Os mapas de conectividade entre as redes, a internet e o capitalismo talvez demonstrem uma dimensão da tecnologia que ultrapassa a possibilidade de controlar ou interromper este fluxo. Em jogo a autonomia e o poder de produzir e difundir a informação combinados à impossibilidade política de controlar ou interromper o processo.

Mesmo que a vigilância dos poderes seja exercida pelo jornalismo, a comunicação midiaticizada é sempre paradoxal porquanto tenta equilibrar objetivos editoriais e mercadológicos exercitando seu papel na cultura contemporânea, pela estética e linguagens exercitadas com centralidade no modo de viver e para a sociabilidade contemporânea. A resposta da sociedade e sua respectiva intervenção para ser vista pelos olhos do Estado reside nas manifestações, exposições de rua, greves, ocupações, dramatizações políticas e nas redes com diferentes repertórios (Parker, 2018) em torno de posicionamentos sobre o racismo, feminicídio, preconceito de gênero, violência, provocações e defesa de ideologias, líderes e temas. A rua rechaça, apoia e serve de argumento à voz dos poderes. A não ser que sejam amordaçados, num regime autoritário, os cidadãos vão para a rua. O desencadeamento de manifestações responde cada vez mais ao chamado de grupos sociais interconectados do que à disciplina e à ordem de entidades de classe, por exemplo. O compromisso de reivindicar, sair às ruas, ou ocupar um espaço institucional é estabelecido no modo afetivo-político. Manifestações são a forma de conexão com a política e a governança e não há sequer um dia da humanidade em que não haja algum tipo de discurso que caiba na rua.

A disputa por versões sobre o comportamento político e a governança sustenta o estado republicano. A produção e a

circulação livre de informações em diferentes dispositivos e mídias exigem comunicação mais planejada e dirigida pelos órgãos estatais com capacidade de responder à sociedade e promover debates, assim como exige da imprensa atenção ao contraditório ampliado pelas mídias e redes sociais. Os meios de comunicação massivos, a imprensa, as mídias e redes sociais, a liberdade de manifestações de opinião, assim como a autonomia e a liberdade de pensamento da educação e ciência possibilitam a circulação de contraditórios ao discurso de governo, da diferença que haja o debate público. A liberdade de expressão demarca a democracia e as mídias digitais ampliaram esta autonomia e liberdade individual na postagem, mas ao mesmo tempo, relativizaram a verdade com a inserção e a difusão irresponsável de mentiras, deturpação de fatos, montagem de imagens, informações falsas, denominadas de *fake news*, que acirram a produção de ódios e a semeadura de dúvidas, especialmente pela extrema direita.

A história recente do Brasil expõe a história da ex-presidenta Dilma tensionada por novas configurações, pactos e disputas de poder próprios da democracia contemporânea e da comunicação política.

Democracia, Dilma e poder

A política é tramada em acontecimento e como afirma Deleuze (2011, p.187) “são os acontecimentos que tornam a linguagem possível” e os acontecimentos são a matéria principal das práticas políticas. Nos regimes democráticos, constituem a categoria de acontecimentos públicos (Weber, Coelho, Locatelli, 2017), que permitem aferir o grau de responsabilidade e a ética de um governo; a eficácia de políticas públicas e de respostas aos problemas. A ex-presidenta Dilma Rousseff é uma das protagonistas principais da história política brasileira, nas categorias de testemunha, vítima e mandatária cercada por importantes acontecimentos, da ditadura e da democracia. Com

Dilma, se faz a continuidade do que Sader (2014) denominou de “governos pós-neoliberais no Brasil” que somaram 14 anos de poder, fato inédito na história política brasileira.

O primeiro acontecimento se torna possível apenas em regimes autoritários, e a situa como ativista atuante na resistência e vítima torturada pelo regime militar. O segundo é próprio das democracias e a coloca no cargo mais importante da república brasileira, tendo sido eleita por dois mandatos. Dilma exerce o poder que lhe foi atribuído, mas retorna à condição de vítima, ao ser destituída por *impeachment* da função presidencial. Em torno desta trama histórica reside um dos aspectos importantes da reflexão sobre o paradoxo político-comunicacional, pois trata das tramas de visibilidade inerentes ao poder exercido, capaz de gerar opiniões e distorcê-las. A desejada credibilidade sobre as ações governamentais e de representação política é fundamental à governabilidade e amplia a legitimidade tendo em vista a disputa por poder de acordo com informações e interesses, tanto públicos quanto privados.

Dilma Rousseff viveu e testemunhou a história do país, paradoxalmente como vítima e como mandatária. Sua perversa experiência como vítima torturada pelo regime militar a colocou simultaneamente como testemunha na Comissão da Verdade sobre crimes das ditaduras que instalara na função presidencial, em 2011. Dilma ocupou lugares importantes, de secretarias de Estado com o PDT aos ministérios do PT (2002-2010) e se elegeu presidenta do Brasil por dois mandatos (2010-2016) até ser destituída por *impeachment*. Modificou a história política brasileira, sendo a primeira mulher a presidir o país e a sua retirada do poder demarcaria o início de um golpe político-institucional cercado por ações arbitrárias, prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva²⁰⁹, na Operação Lava Jato e concretizado nas polarizadas eleições de

209 Em 23/06/2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do ex presidente Lula que restabeleceu sua inocência das acusações da Operação Lava Jato, considerando que o ex-juiz Sergio Moro não tinha competência para processar e prender Lula por 580 dias, agindo de forma parcial e com motivações políticas no julgamento de 15 decisões judiciais.

2018, quando o projeto petista foi derrotado, na candidatura tardia de Fernando Haddad e a vitória do candidato da direita, Jair Bolsonaro (PSL), com mandato presidencial de 2019-2022.

Nas democracias, o capital político de um governante é a síntese da sua história e da sua reputação devidamente documentada associada a indicadores da sua imagem pública construída por eleitores, mídias, imprensa, grupos familiares, religiosos, culturais e mídias sociais. Da militância por um mundo melhor à busca de poder de representação e governança, o sujeito político atravessa conjunturas e vai construindo seu capital político, sempre em julgamento. Numa democracia, este capital tem de ser ampliado e, por isto, democracia, comunicação e opinião pública são conceitos indissociáveis. A história²¹⁰ da ex-presidenta Dilma a coloca na política brasileira como parte de suas oscilações entre autoritarismo e democracia. Foi eleita sobre o bordão desqualificador que era apenas uma mulher competente, “técnica e protegida” do ex-presidente Lula que terminara seu mandato com 87% de aprovação nacional²¹¹. No entanto, foi julgada e condenada como mulher incompetente e desonesta.

Aos poucos, a presidenta Dilma saiu de índices de aprovação positiva à sua imagem pública, com projeção nacional e internacional, para a rejeição e distorções adequadas aos jogos privados montados em organizações econômicas e midiáticas, instituições políticas e outras adversárias à sua política e ao seu partido. A presidenta Dilma disputava a credibilidade sobre seu discurso e promessas, com estratégias e estruturas de comunicação menos sofisticadas do que as de seu antecessor. Tornou-se alvo privilegiado de ataques orquestrados em editoriais da chamada imprensa de referência e de discursos adversários nos poderes legislativos, jurídicos, empresariais e pela opinião pública.

210 <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>. Acessado em 27/11/2020; <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/> acessado em 27/11/2020.

211 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> Acessado em 18 de maio de 2021.

O percurso

Na medida do possível e da combinação de informações, pode-se contar a trajetória de Dilma a partir de três ângulos (político, acadêmico e pessoal) que importam à análise da sua vida pública numa linha do tempo que abrange seu percurso político até a presidência, seu modo de governar e, por fim, o *impeachment*. A vida privada de Dilma Rousseff sempre foi atravessada pela política, assim como sua vida acadêmica. Nasceu em 1947, em Belo Horizonte, casou três vezes e tem uma filha nascida em 1976 e um neto nascido em 2011. A filha Paula Rousseff a acompanhou na sua posse como presidenta do Brasil, como a segunda pessoa mais importante, desequilibrando o rito do homem presidente e uma primeira-dama. Dilma ingressou e saiu da presidência da república, como uma mulher sozinha.

A política entrou cedo na vida de Dilma e aos 17 anos já lutava contra o regime militar (1964-1985) tendo integrado os movimentos Polop - Política Operária; Colina - Comando de Libertação Nacional e a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares). Em 1967 iniciou o Curso de Ciências Econômicas, na UFMG, mas com a implantação do Ato Institucional nº 5 (1968) foi enquadrada no decreto-lei 477 e expulsa da universidade. Em 1970, Dilma foi presa e torturada na Operação Bandeirantes (Oban) e no DOPS, sendo condenada a seis anos de prisão. Posteriormente o Tribunal Militar reduziu sua pena, mas cassou seus direitos políticos por 18 anos. Em 1973, final do período mais repressor da ditadura militar, Dilma já vivia em Porto Alegre e ingressou no curso de Economia da UFRGS. Em 1978, ingressa na pós-graduação em Ciências Econômicas, na Unicamp (Campinas/SP), onde conclui seus créditos, mas não realiza a defesa da dissertação. Repetiria esta situação em quando retorna para realizar doutorado e não realiza a defesa de tese. Sua trajetória acadêmica a coloca como servidora da FEE (Fundação de Economia e Estatística), órgão do governo gaúcho, mas em 1977, foi exonerada por integrar uma relação de 97 subversivos

“infiltrados no serviço público” identificados no “Relatório Frota” (Min. do Exército, Sílvio Frota).

Na década de 1980, Dilma inicia sua trajetória política junto ao Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES), ligado ao MDB, o único partido de oposição na época, participando da campanha para eleição de vereadores. Participa da fundação do PDT, e de 1980 a 1985 assessora a bancada na Assembleia Legislativa do RS.

De 1986 a 1988, antes da primeira eleição direta, Dilma inaugura a entrada de mulheres em cargos executivos, ocupando o cargo como Secretária da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre, no governo Alceu Collares, até a vitória do PT, com Olívio Dutra e Tarso Genro que iniciam o primeiro de quatro mandatos do partido.

Em 1989, Dilma assume a função de diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre e, neste mesmo ano, participa da campanha de Leonel Brizola a presidente (PDT). No segundo turno ingressa na campanha de Lula (PT).

Dois anos depois, com a eleição de Alceu Collares (PDT) ao governo do Estado do RS, Dilma é anistiada e assume a presidência da FEE até 1993, ocupa o cargo de Secretária de Minas, Energia e Comunicações. Entre 1999 e 2002 assume novamente essa função no governo de Olívio Dutra (PT). Em 2001, Dilma se filia ao PT e com a vitória de Lula (2003), torna-se a primeira ministra de Minas e Energia e depois a primeira Ministra Chefe da Casa Civil.

Em 2010, Dilma Rousseff, aos 63 anos de idade, chegou ao ápice da carreira política, no Brasil, vencendo as eleições à presidência da República, em chapa com Michel Temer (PMDB), na tradicional disputa entre PT e PSDB, com 55,7 milhões de votos válidos (56%) contra José Serra, que obteve 43,7 milhões (44%). Pela primeira vez enfrentou uma disputa eleitoral e, assim, ratificou sua trajetória inaugural de romper padrões e foi a primeira mulher a presidir a República Federativa do Brasil, assim como fizera em cargos municipais, estaduais e federais.

Seu percurso reforça sua força política e demonstra os diferentes processos de consolidação de uma democracia e a construção de seu capital político. Essa vitória foi o resultado da campanha eleitoral sustentada por uma coligação de dez partidos sob o slogan *Para o Brasil seguir mudando*, que expressava a continuidade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que terminara o governo com alto índice de aprovação e deixara uma consolidada burocracia estatal formada por oito anos pelo modo petista de governar.

As eleições de 2010 ocorreram em meio ao fortalecimento de dispositivos digitais e mídias sociais que alteraram historicamente o funcionamento das eleições brasileiras devido à capacidade e a amplitude de propagação incontrolável de conteúdos, favorecendo formação de grupos, debates e desequilibrando a hegemonia da mídia de comunicação de massa e a imprensa.

Na figura 2, um registro emblemático da vinculação político-afetiva entre Lula e Dilma.

Figura 2 – Ex-presidente Lula e a presidenta Dilma



Fonte: Ricardo Stuckert

A presença de uma mulher com trajetória de militante de esquerda, torturada, divorciada e mãe, desequilibrou, simbolicamente, o debate formal e masculino dos processos eleitorais e exercícios de poder, vigentes até então.

Nesta direção, a inserção da questão do aborto durante as eleições de 2010, pela oposição, foi estratégica e transformada em polêmica nacional, aguçando o debate político-midiático. Era o tema capaz de confrontar a posição de uma candidata de esquerda, defensora dos direitos humanos e representante de um partido que institucionalizara este debate, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Alvo perfeito para a oposição e como afirma Barreras (2014, p. 345) os pronunciamentos de Dilma na campanha mostraram “a concepção de Dilma acerca da necessidade de descriminalizar o aborto, mas no percurso polêmico entre primeiro e segundo turnos, a candidata precisa mudar de posição”. No entanto, obediente ao marketing eleitoral, ao partido e à busca de votos religiosos, a candidata foi constrangida a silenciar e a tergiversar sobre seu posicionamento.

Em 2014, a campanha passou ao largo da temática moral religiosa concentrando-se na desqualificação do PT e na avaliação do período de governança de Dilma associado a problemas políticos e econômicos. Novamente a chapa Dilma e Temer enfrentou o adversário histórico PSDB que trouxe à cena, o então senador Aécio Neves. Derrotado por uma margem mínima e motivado pela certeza de que havia ganho as eleições, Neves entra com pedido de impugnação da chapa vencedora exigindo a sua própria diplomação.

Este movimento impulsionaria tensões e ataques permanentes contra a presidenta Dilma até seu *impeachment*, em 2016, dentro de um golpe político engendrado na combinação entre interesses dos poderes legislativo, jurídico, econômico e midiático (MIGUEL, 2019). A presidenta Dilma foi protagonista da maior humilhação à qual um mandatário político é submetido numa democracia. Em meio a um processo sob o apelido de “pedaladas fiscais”, a presidenta foi condenada por crime de responsabilidade fiscal, mas não lhe tiraram os direitos políticos. Em 2018, candidatou-se ao Senado Federal pelo PT, por Minas Gerais, mas não foi eleita.

O debate, ainda atual, sobre as controvérsias políticas e jurídicas cometidas pelo julgamento e cassação do mandato, mas até 2021, a ex-presidenta Dilma Rousseff já havia sido absolvida, respectivamente, na ação penal “Quadrilhão do PT”; sobre o desvio de dinheiro público entre 2002 e 2016 da Petrobras e outras estatais associado à propina de empreiteiras; sobre o uso indevido do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), e do processo que a responsabilizara sobre a “desastrosa” compra da refinaria de Pasadena (EUA) pela Petrobras em 2006.

Modo de governar

Eleita presidenta, Dilma Rousseff (2010-2014), passou a integrar o poderoso círculo de poder feminino latino-americano com as presidentas Cristina Fernandez Kirchner (Argentina, 2007-2015) e Michele Bachelet (Chile, 2006-2010 e 2014-2018). A primeira mulher na presidência tinha autoridade para realizar uma demarcação político-linguística quando afirmou que seria chamada de “presidenta” e, assim, gerou debates linguísticos e chauvinistas. Ratificava, assim, sua identidade, sua autonomia e demarcava seu próprio território de poder. O vocábulo passou a indicar também, o humor de autoridades e imprensa em relação a ela, até o fim de seus mandatos, especialmente pela imprensa que nunca respeitou sua decisão.

A presidenta fez valer sua história e ousou estabelecer a ligação entre o passado ditatorial do país – devidamente escamoteado pelos governantes anteriores, e um futuro mais límpido desejado pela democracia. Na condição de presidenta criou a *Comissão Nacional da Verdade*²¹² (2011-2014) onde ocupou o espaço de vítima e testemunha do regime militar. Em meio a polêmicas, depoimentos e o olhar do mundo, o Brasil mostrou dolorosas e vergonhosas

212 A Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República foi criada de acordo com a [Lei nº 12.528, de 18/11/ 2011](#) e instituída em 16/05/2012, com o objetivo de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18/09/ 1946 e 05/10/ 1988. As atividades da CNV, com entrega de Relatório se estenderam até dezembro de 2014.

páginas da sua história, enquanto respondia a famílias de desaparecidos e torturados, embora os responsáveis não fossem passíveis de punição, conforme previam os acordos constitucionais anteriores.

No primeiro mandato, a presidenta realizou enfrentamentos importantes na economia como cortes orçamentários, leilões de aeroportos, intervenções estatais na economia, sendo que seu maior feito seria o milionário leilão do Campo de Libra, considerado o maior campo de petróleo “pré-sal” do mundo. No campo social deu continuidade aos consolidados programas sociais do Governo Lula, além de redução nas contas de luz e a desoneração de impostos federais sobre a cesta básica em ações coerentes com a marca do Governo. Na área educacional investiu na criação de cargos e concursos públicos; na ampliação de vagas nas universidades federais destinadas especialmente a estudantes egressos de escolas públicas, fortalecendo, assim, a política de cotas. Os investimentos em pesquisa foram significativos e importantes para a autonomia dos pesquisadores e a projeção do país no exterior, especialmente o Programa Ciência Sem Fronteiras (CAPES) que estabeleceu convênios internacionais. Defendeu que 100% dos royalties da exploração do petróleo deveriam ser destinados à educação.

Figura 3- logomarca do governo Dilma Rousseff (2011-1014)



fonte: Secretaria de Comunicação da Presidência da República

A atuação da presidenta, no âmbito das relações internacionais trilhou o caminho de prestígio do antecessor Lula e firmou-se como estadista e sua imagem estampou algumas das principais revistas internacionais. A atenção recaía sobre a sua peculiar combinação: primeira mulher presidenta, sem a família tradicional, que herdara um projeto político emancipador do presidente operário, destinado a um país que consolidava sua democracia e economia. Na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (sempre realizada pelo Brasil), em setembro de 2011, foi a primeira mulher a ocupar aquela tribuna e obteve repercussão quando ao proferir o discurso de abertura, defendendo a inclusão do Estado Palestino na ONU. Outro fato que a colocou em manchetes internacionais foi o enfrentamento com os Estados Unidos, ao cancelar uma viagem oficial ao país, depois de descobrir o vazamento de documentos secretos do governo e empresas estatais. Em setembro de 2013 ratificou sua posição sobre a espionagem, ao proferir contundente discurso na Assembleia Geral da ONU.

Ainda no âmbito internacional cabe ressaltar a importância do evento *Rio+20*, que em 2012, realizou o grande debate sobre o meio ambiente que reuniu 193 países signatários de documento basilar sobre a preservação da vida. Ainda no seu governo, ocorreram os dois mais importantes eventos esportivos internacionais: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Nesse período, o governo enfrentou a convulsão das ruas, em 2013 e o início das mobilizações pró e contra *impeachment*. Os impactos político-ideológicos de 2013 (Fabrino, 2018) foram determinantes para o governo Dilma e para a história política do país, com repercussão para além da eleição de 2018. Mostravam uma nova forma de organização eficaz e desobediente à hierarquia e à disciplina sindical e partidária. As *Jornadas de Junho* reforçavam a força e a rapidez das mídias sociais; a influência mútua entre movimentos, através da liderança digital iniciada na Primavera Árabe (2010). Ratificavam, também, as teorias sobre a *multidão* (Hardt e Negri, 2004); *mídias radicais* (Downing, 2001) e o uso

inovador de *repertórios* (Tilly e Tarrow, 2009), conforme analisa Parker (2018). As chamadas *Jornadas de 2013* surpreenderam e causaram tensões em todo o país que assistiu ao desvelamento de movimentos de direita e do poder das mídias digitais, embora tivesse sido desencadeado pela esquerda. Em março deste ano, os primeiros estudantes saíram às ruas de Porto Alegre (Haubrich, 2018) contra o aumento das passagens de ônibus. A mobilização se alastrou pelo país agregando diferentes grupos que ampliaram a pauta de reivindicações federais, estaduais e municipais e atraíram movimentos conservadores longe das ruas desde 1964, segundo Avritzer (2016, p. 16). O país entrou em convulsão e obrigou os governos a falarem e a prometerem mudanças em relação à saúde, educação, segurança, corrupção. Para o governo federal sobravam, ainda, manifestações contra a realização da Copa das Copas e contra os investimentos em infraestrutura para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos cujos valores eram comparados aos investimentos em educação e saúde, por exemplo.

Durante as Jornadas, os ministros abriam espaço para coletivas de imprensa e falavam por Dilma (especialmente, Aloyzio Mercadante, José Cardozo e Miguel Rossetto). Em resposta, no dia 21 de junho de 2013, a presidenta Dilma anunciou em rede nacional, a criação de cinco pactos nacionais²¹³ e propôs um plebiscito para a constituinte sobre a reforma política. Na área da Saúde, Dilma desencadeava mais uma controvérsia ao afirmar que era preciso incentivar a ida de médicos para cidades mais necessitadas e na sua indisponibilidade, contrataria médicos estrangeiros exclusivos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Executou assim, Lei nº 12.871/2013, e o Programa Mais Médicos, com o contrato de 3.500 médicos, sendo a maioria cubanos. Sob a crítica de entidades de classe, imprensa e universidades, o governo criou 11.447 novas vagas de graduação e 12.376 novas vagas de residência médica para estudantes brasileiros. Os médicos cubanos foram hostilizados, envergonhando o acordo internacional (Becker, 2017). Até 2019

213<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html> .

trabalharam em 2.800 municípios e atenderam “mais de oito milhões de famílias brasileiras, quase 30 milhões de pessoas, sendo mais de cinco milhões de crianças”, afirmou Renato Tasca²¹⁴. O contrato foi encerrado por Cuba, em 2019, no início do governo de Jair Bolsonaro.

Ainda no primeiro governo de Dilma foi autorizada a Operação Lava Jato²¹⁵, com autonomia sob a bandeira anticorrupção, que mudaria os procedimentos judiciais no país, ao mostrar a relação corrupta entre o Estado, partidos e empresas e expor ostensivamente as entranhas do PT e do governo até chegar à prisão do ex-presidente Lula, com repercussões até 2021. O país assistiu a prisões e delações de dezenas de autoridades, empresários e políticos, especialmente do PT e na própria equipe da presidenta Dilma, houve exoneração de ministros.

A presidenta Dilma chegou ao ano eleitoral de 2014 com a herança da Copa do Mundo, em meio a controvérsias e manifestações. Mesmo defendendo o legado do evento, o governo foi criticado pela desorganização, obras inacabadas e o investimento equivocado de verbas públicas na construção de estádios e infraestrutura e não em educação e saúde, por exemplo. A presidenta foi hostilizada e vaiada na abertura e no encerramento dos jogos da Copa. A presidenta se reelegeu em 2014, tendo como vice-presidente, Michel Temer (PMDB) que assumiram em 2015, apostando na educação como a nova marca de seu governo. A disputa com o PSDB (Aécio Neves) a encontrou vulnerável, sem apoio do governo anterior e em uma conjuntura nacional que a

214 Renato Tasca, médico e coordenador da Unidade Técnica de Sistemas e Serviços de Saúde/OPAS no Brasil. Afirmou que cerca de 1.500 destes municípios “só possuem médicos cubanos do Programa, de forma que a saída terá o efeito de zerar a cobertura de atenção básica do município” assim como “nas aldeias indígenas, onde operam 300 médicos cubanos, proporcionando atenção básica a 75% da população”.

215 O poder da Operação LavaJato chegaria a 2018, com a prisão do ex-presidente Lula, em abril que o impediu de concorrer à presidência. Apenas em março de 2021, teve sua condenação anulada pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo período em que o juiz Sérgio Moro deixaria o cargo de Ministro da Justiça do Governo Bolsonaro e seria processado por abuso de autoridade.

obrigava responder a feitos e malfeitos de ordem política, econômica e legal do seu governo, seu partido e aliados. A campanha propunha mudanças, mas o debate público incidia em acusações sobre a crise brasileira e a palavra “mudança” perdeu o sentido. Mas venceu, por uma margem pequena de votos.

Figura 4 – Logomarca do Governo Dilma Rousseff 2015-2016



Fonte: Secretaria de Comunicação da Presidência da República

Desde o início, o segundo mandato de Dilma e Temer foi mal avaliado, ao contrário dos índices obtidos no primeiro, quando o mapa das pesquisas de opinião²¹⁶ demonstrava índices de aprovação de 59% da presidenta Dilma, em 2011. Em 2012 chega ao patamar de 65% derrubados pelas Jornadas de Junho de 2013 quando obtém 30%, mas volta a subir em agosto para 36%, depois 41% (fevereiro de 2014) e chega ao período da eleição com 42%. Mesmo vitoriosa em 2014, a presidenta Dilma recebe no primeiro ano de governo um baixo índice de 23% de aprovação baixando a 8% em agosto. De fevereiro a abril de 2016 ela mantém o índice entre 11% e 13%. Os índices contrariam o apoio que teria recebido na sua eleição. No dia 19 de março de 2016, o jornal O Globo²¹⁷ divulgava pesquisa Datafolha em que 68% dos entrevistados se diziam favoráveis ao *impeachment* da presidenta Dilma, ou que esta deveria renunciar (65%).

As convocações contra o governo tomaram o país a chamado do Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR), enquanto as manifestações de apoio à presidenta Dilma chamadas pela Frente Brasil Popular e Brasil sem Medo chegavam

216 <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/avaliacaodegoverno/presidente/dilma/indice-1.shtml>Acesso, 18 de maio de 2021.

217 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/68-apoiam-impeachment-de-dilma-diz-pesquisa-datafolha.html>.

tardamente (Gallinari, 2017). Foi contundente, a manifestação contra a presidenta Dilma ocorrida no Dia Internacional da Mulher (8/3/2015) quando seu discurso em rede nacional de televisão, acompanhado pelo barulho de panelas, buzinas e gritos de “Fora Dilma”. No entanto, era o discurso que anunciava a proteção às mulheres com a a *Lei do Feminicídio* (Lei 13.104/15). Este ato mudaria a história da violência contra as mulheres no Brasil, assim como a Lei Complementar 150/2015, que atribuiu valor e dignidade ao trabalho doméstico ao incluir os mesmos direitos que outros trabalhadores. Esta lei beneficiou, especialmente, as mulheres, as empregadas domésticas.

Impeachment e golpe

A presidenta Dilma foi acuada pelos poderes da república, imprensa e opinião pública e no seu segundo mandato governou aos sobressaltos, na defensiva de acusações sobre a sua conivência com a corrupção, incompetência para governar, incapacidade de relacionamento político e postura pessoal agressiva. Dilma recebia o ressentimento das elites no cenário construído pela imprensa que durante 14 anos de governo do PT questionaram a ascendência do Partido de Trabalhadores. Este mesmo cenário seria propício à eleição da direita, em 2018. Como afirma Azevedo (2017) que pesquisou a representação do PT na imprensa nacional de referência, em manchetes e editoriais de O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo, de 1989 a 2014. O autor afirma:

[...] a imagem e a representação na mídia do petismo e dos governos petistas foram não só negativos (...) como foram objetos de pacotes interpretativos distintos usados de acordo com a conjuntura. (...) [que] reproduzem essencialmente os mesmos acionados no contexto dos anos 1950 e 1960 para enquadrar o varguismo e o governo Jango: populismo e/ou radicalismo político (ambos definidos como atributos negativos) e corrupção. (Azevedo, 2017, p.187).

O vice-presidente Michel Temer colaborava para essa imagem, divulgando fatos de vitimização como a carta²¹⁸, na qual alinhava queixas sobre o modo como era tratado pela presidenta. Ao mesmo tempo, articulava com os inimigos do governo o desenho de outro país o projeto *Ponte para o Futuro* contrariando o projeto para o qual havia sido eleito. Na sequência, Michel Temer é nomeado articulador político; Eduardo Cunha, do mesmo partido é eleito presidente da Câmara Federal derrotando o partido da presidenta e, o PMDB, mesmo tendo recebido sete ministérios, anuncia seu rompimento com o governo, assim como o PSD. As negociações tensas entre o Planalto e o Legislativo e a evidente ruptura entre o vice e a presidenta foram decisivas para desencadear o *impeachment*

O processo de *impeachment* inicia com a ruptura do pacto entre o PT, Lula e elites, afirma Miguel (2019, p.150-1) que indica os cinco movimentos desencadeadores: no início do primeiro mandato, Dilma provoca “mudanças no pacto que herdara de Lula”; as Jornadas de 2013 demonstrava a “crescente fissão entre o PT e uma larga fatia da sua presumida base eleitoral”; a derrota da direita em 2014 “ampliou sua frustração com as regras vigentes; a “capitulação de Dilma no segundo mandato que minou o apoio da base social”, e o “papel dos interesses internacionais” além da atuação seletiva do aparato repressivo. Ao mesmo tempo, os índices econômicos negativos e as manifestações contra a presidenta concentram a atenção da imprensa e da oposição sobre o governo, sem trégua.

O poder invisível, afirma Bobbio (2015, p.38), “é um poder que pratica atos politicamente relevantes sem ter qualquer responsabilidade política sobre eles, mas ao contrário, procurando escapar por meio do segredo até mesmo das mais normais

218 A carta do vice-presidente à presidenta elenca vários episódios que demonstrariam a "desconfiança" de Dilma Rousseff em relação a ele e ao PMDB. A carta "pessoal" foi ostensivamente divulgada e comentada como traição abastecendo aqueles que promoviam o *impeachment*. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>

responsabilidades civis, penais e administrativas.” Bobbio se referia ao governo italiano, mas permite refletir sobre a trama e as narrativas que levaram Dilma Rousseff ao *impeachment*, ainda repletas de esconderijos e segredos. Este poder, segundo Bobbio (2015, p.32), “pode assumir várias formas, que numa primeira aproximação, podem ser distinguidas tomando por base a diferente relação que cada uma delas mantém com o poder público”. O autor alinha três formas: o poder invisível e secreto instalado contra o próprio Estado; poder invisível organizado para combater o poder público, se beneficia com vantagens e benefícios ilícitos e age em associações secretas, criminosas e, o terceiro poder invisível como instituição do estado, como os serviços secretos de proteção à democracia. Bobbio afirma (2015, p.35) que se o poder é opaco “a opacidade do poder é a negação da democracia”. O governo da presidenta Dilma, ao contrário, ocupava todos os espaços de visibilidade política.

Se a eleição em 2010 assegurava uma governança diferenciada sob as ordens de uma mulher, os acordos e a onipresença do PMDB na vice-presidência (Michel Temer) marcavam a ingerência, como afirma Dahl, do *lado sombrio* das democracias que ocorre exatamente na negociação entre as elites e seus interesses privados, nos bastidores como a história do governo Dilma. O centro das democracias está no Interesse Público e os embates com os interesses privados – de ordem pessoal, política, econômica - ampliam as tensões dos regimes democráticos.

De acordo com Arendt (2007, p.68) quando afirma que o interesse público é dotado de relevância em relação ao que pode ser partilhado, aquilo que é comum e “digno de ser visto e ouvido”. Em torno do interesse público são realizadas as promessas eleitorais e justificadas, demagogicamente, ações de governo que não necessariamente atendem ao interesse público e, sim, resolvem problemas de ordem político-administrativa. A visibilidade outorgada ao governo concentrava-se nesta ordem. O país então foi submetido à circulação intensa de narrativas sobre as articulações e estratégias do governo e da oposição, sendo o principal tema dos

noticiários políticos, permeando o tecido social e provocando o envolvimento dos mais diversos setores, mais ou menos interessados no resultado do processo. A polarização vivenciada em 2013 aparecia consolidada.

2016 foi o segundo e último ano do governo Dilma marcado pela tramitação e consecução do processo de *impeachment* entendido como ação legal decorrente de um articulado golpe de estado. Andrade (2019) sintetiza diversos autores que discorrem sobre a complexidade da conjuntura na qual o *impeachment* é desencadeado a partir de conjunções, crises políticas, econômicas, corrupção, rejeição ao PT facilitadas pelo chauvinismo em relação à mulher presidenta. Especificamente:

O desgaste político e social provocado por escândalos de corrupção na Petrobras e pela operação Lava-Jato (Doval; Actis, 2016, Melo, 2016, Domingues, 2017, Levitsky, 2018, Mendes, 2018) somou-se a uma crise econômica, em grande parte, impulsionada pela queda internacional no preço das *commodities* (Doval e Actis, 2016, Melo, 2016, Tible, 2016, Levitsky, 2018, Mendes, 2018). Além disso, a virada pragmática no projeto econômico do governo após a eleição de 2014 não contribuiu para estabilizar o mandato da presidenta (Singer, 2015, Doval; Actis, 2016, Melo, 2016, Tible, 2016, Domingues, 2017). Nesse contexto, também emergiu um crise política, onde a presidenta teve dificuldades em administrar a base aliada (Doval; Actis, 2016, Goldstein, 2016, Mendes, 2018) e também precisou lidar com protestos massivos e uma pressão social que evidenciava um crescente descontentamento com o governo, desde 2013 (Tible, 2016, Mendes, 2018). Esse cenário configurou o que diferentes pesquisadores chamaram de “tempestade perfeita” (Goldstein, 2016; Melo 2016, Levitsky, 2018), na qual Dilma não conseguiu conduzir sua administração até águas mais tranquilas. (ANDRADE, 2019, p.32).

Em meio a todo esse processo traumático à democracia brasileira ocorre um fato emblemático sobre os limites da ética e da justiça nas atividades sombrias. No ápice da crise, a presidenta

Dilma indica o ex-presidente Lula a ministro da Casa Civil e um telefonema entre eles é gravado e exaustivamente divulgado pelo então juiz Sérgio Moro (Lava Jato), sendo sua posse suspensa pelo STF.

Dez grandes acontecimentos, segundo Almeida (2016), último assessor de comunicação da presidenta Dilma, teriam caído sobre o governo como “a versão brasileira das dez pragas do Egito” e relaciona o aumento da inflação; aumento do desemprego; recessão econômica; rompimento da barragem de Mariana (MG); o alastramento de contágios do Zika vírus; a proximidade da Operação Lava Jato com o Planalto e o PT; a delação premiada de Delcídio do Amaral que acusa o governo de corrupção; a polêmica sobre a compra da Refinaria de Pasadena (EUA) pela Petrobrás; a ação no TSE pedindo a cassação da chapa Dilma-Temer até o processo de *impeachment* no Congresso Nacional.

O processo de impeachment

O protocolo do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff aceito pela Câmara Federal, foi construído a partir de disputas, narrativas, acordos e manifestações jurídicas, políticas, midiáticas e morais, especialmente, sobre governança incompetente e “pedaladas fiscais”. A rejeição das contas do exercício de 2014 pelo Tribunal de Contas da União serviu de argumento para o processo principal assinado por Miguel Reale Júnior (PSDB), Janaína Paschoal e Hélio Bicudo. Em março de 2016 foi eleita a Comissão Especial para analisar o pedido.

No domingo, 17 de abril, o plenário da Câmara aprovou, por 367 contra 137 votos, o encaminhamento ao Senado. Dia marcado por um espetáculo deprimente para o mundo da política e para a democracia brasileira, quando votos histriônicos, favoráveis ao *impeachment*, ovacionavam a religião, a família, o regime militar e a moral conservadora. No Senado, de maio a agosto de 2016, da Comissão Especial de *Impeachment* ao plenário, a presidenta Dilma

foi acusada, defendida e julgada. No dia 12 de maio por 55 a 22 votos, o processo é formalizado e a presidenta afastada por 180 dias, tendo assumido, interinamente, o vice Michel Temer.

Neste dia, a presidenta Dilma Rousseff profere dois discursos. O primeiro, ainda no Palácio do Planalto, a título de “declaração à imprensa” e o segundo na rua para os apoiadores. Ambos expressavam sua indignação, proclamavam sua inocência e insistiam que era protagonista de um “golpe à democracia”, de um “golpe parlamentar” e de uma “farsa jurídica”. Ressaltou a injustiça sofrida, afirmando ser esta, “a maior brutalidade que pode ser cometida contra um ser humano, que é puni-lo por um crime que não cometeu”. A presidenta define o momento como mais um doloroso desafio associado à sua história e confessa:

Já sofri a dor indizível da tortura e a dor aflitiva da doença. Agora sofro mais uma vez, a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política”. Ressalta ainda: “Nunca imaginei que seria necessário lutar de novo contra um golpe no meu país” e ao final declara que “a luta pela democracia não tem data para terminar.

A sessão de julgamento do *impeachment* inicia em 25 de agosto sob a presidência do ministro do STF, Ricardo Lewandowski e no dia 29, a presidenta Dilma realiza sua defesa e responde a questões e agressões de 48 senadores e senadoras por mais de 13 horas. Reafirma sua inocência e ratifica a certeza de que estava sendo vítima de um golpe, mas no dia último dia de agosto, por 61 votos a 20, o Senado Federal aprova o *impeachment* e solidifica um golpe à direita que seria vitorioso nas eleições presidenciais de 2018.

Como registrado no documento “*Impeachment: o julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal*” (Brasil, 2016, p.14), o processo de *impeachment* ocupou 27 mil folhas agrupadas em 73 volumes. Na apresentação deste documento pode ser lido o seguinte texto:

O maior desafio foi lidar com situações novas de um processo de impedimento por crime de

responsabilidade absolutamente distinto do precedente de 1992. Aquele já não havia sido simples e, claro, seu ineditismo também trouxe diversas perplexidades. No entanto, a tecnicidade do assunto envolvido na Denúncia no 1/2016, o número de questões de ordem, recursos e impugnações e a dureza dos embates aportavam a esse processo uma carga de dificuldade incomensurável. Tudo isso aliado a uma transparência absoluta, uma vez que todas as etapas foram transmitidas ao vivo por TV, rádio e internet (BRASIL, 2016).

As controvérsias sobre o governo e a destituição da presidenta Dilma se mantêm nas centenas de textos, pesquisas e debates. Em julho de 2021, por exemplo, Luiz Roberto Barroso (presidente do TSE e ministro do STF), afirmou que o *impeachment* de Dilma Rousseff ocorreu por razões unicamente políticas: “creio que não deve haver dúvida razoável de que ela não foi afastada por crimes de responsabilidade ou corrupção”²¹⁹.

O *impeachment* contra a presidenta e o golpe contra a democracia são temas centrais para os estudos sobre os poderes da república, democracia e autoritarismo, cultura brasileira, questões de gênero, e a interdependência entre comunicação, mídias e política, a partir da variável visibilidade.

Comunicação e imagem pública do governo e da presidenta

Dilma Rousseff é o eixo desta reflexão por ocupar um espaço singular na história política brasileira que a registra como vítima, testemunha e protagonista durante o regime militar e na democracia. Através de sua história, podem ser identificadas mudanças radicais da sociedade e da política brasileira. É esta trajetória que aciona uma reflexão ousada relacionada à formulação

219 Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro (05/07/2021). _ https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/barroso-nao-ha-duvida-de-que-dilma-nao-foi-afastada-por-crime-de-responsabilidade-ou-orrupcao/?fbclid=IwAR3MKp_iF9JupYEwEpr2og_Z8Cs5A2FcV7bdbyjDwsiYxIwMICwuixv6Gcc.

do paradoxo político-comunicacional. A comunicação sobre a ex-presidenta e a sua própria comunicação permitem ingressar na perspectiva complexa que serve à análise da política e da governabilidade., através da Trata-se da visibilidade necessária ao exercício do poder, democrático ou autoritário, como já foi abordado.

Nesta parte serão abordados aspectos da *visibilidade outorgada* complementar à *visibilidade institucional*. Esta expõe as ações do governo, de acordo com as estratégias e o planejamento da comunicação, estabelecimento de relações e a circulação de produtos informacionais e publicitários. A visibilidade outorgada, por sua vez expõe a instituição e seus dirigentes, a partir dos outros (organizações, adversários), imprensa e mídias e redes sociais, valorando fragmentos, em diferentes formatos e humores de acordo com interesses. São duas ordens de visibilidade interdependentes que incidem na formação da imagem pública e na credibilidade das informações circulantes

A ex-presidenta Dilma é um paradoxo, um mosaico instigante, onde convivem muitas Dilmas cuja visibilidade provoca ambiguidades. Combinada à sua aparência austera, de postura rígida demais para os padrões atribuídos às mulheres brasileiras, convivem seus personagens que se divertem com a vida, a política, ironizam as instituições, mas também naturalizam estereótipos e preconceitos. Nada maternal, mas mãe e avó; inexperiente na política, mas venceu duas eleições presidenciais. A comparação permanente com a desenvoltura de seu patrono Lula, impedia de que fosse vista com suas próprias características. A falta de exercício na política de representação (nunca disputara uma eleição) e a louvada capacidade de administrar a burocracia política a transformaram em um alvo fácil aos inimigos.

Comunicação de governo

A vitória de Dilma em 2010 foi o reconhecimento da sua trajetória e a aposta nacional para ter uma mulher na presidência do país. Tinha o aval do carismático presidente Lula e um país em estabilidade social e econômica para governar. Na comunicação produzida pela Presidência da República, confluem a visibilidade da própria instituição e a visibilidade da presidenta, no caso.

Quanto mais importante for o lugar de poder ocupado, maior a complexidade sobre ver e opinar. Esse processo de visibilidade é construído por reações e opiniões favoráveis e desfavoráveis sobre a instituição, o projeto político e o próprio político: o que pode ser visto; o que é dado a ver; o que deve ser visto e o que realmente é visto e assimilado pelos outros, externos à instituição, mas por ela representados. Nenhum político ou governante espera unanimidade de aprovação, pois os índices favoráveis são tão efêmeros quanto os desfavoráveis. Quanto maior o poder em jogo, maior a disputa sobre a imagem pública, na medida em que todas as instâncias políticas, sociais e midiáticas observam, perscrutam, mentem, editam e publicam informações.

A ex-presidenta herdou um sistema de comunicação poderoso montado pelo Governo Lula que privilegiava a comunicação pública incluindo um departamento específico (Núcleo de Comunicação Pública) na Secretaria de Comunicação da Presidência da República, que funcionou de 2004 a 2012. Herdou, também, os resultados da I Conferência Nacional de Comunicação que em 2009 reuniu cerca de 30 mil pessoas que aprovaram mais de 600 recomendações e foi um marco para a política e as relações entre governo, meios de comunicação e sociedade, com o “objetivo geral a elaboração de propostas orientadoras para a formulação da Política Nacional de Comunicação, através do debate amplo, democrático e plural com a sociedade brasileira”²²⁰. No Governo

220 Documento Referência da 1ª Conferência Nacional de Comunicação – CONFECOM Ministério das Comunicações, Brasília 2009.

Dilma, no entanto, houve baixa implementação dessas propostas, assim como não ocorreu a II Conferência.

É possível afirmar que o governo de Dilma Rousseff não privilegiou estratégias significativas de comunicação pública, nas relações com a sociedade e a imprensa e, assim, reduziu sensivelmente a circulação de informações e a produção da visibilidade de seu governo. Não há indícios de que houve a constituição de um projeto de comunicação a ser aferido, ao modo do governo anterior²²¹ quando, através da SECOM foram ampliadas as redes de comunicação entre o Estado e a sociedade, fortalecido o sistema público de comunicação²²², implantada a política de descentralização de verbas e a regionalização de investimentos, visando inclusive as mídias alternativas²²³. Ao contrário, o governo Dilma caracteriza-se por um retorno à política tradicional de comunicação com investimentos centralizados nas grandes empresas midiáticas.

A comunicação mais direta da ex-presidenta Dilma Rousseff foi centrada em discursos, entrevistas e os programas *Conversa com a Presidenta* e o *Café com a Presidenta*²²⁴. A *Conversa* foi a coluna assinada pela presidenta e publicada semanalmente, de 2011 a 2014, em jornais impressos cadastrados para isto, sob a coordenação da Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Perguntas eram enviadas e respondidas desde que relacionadas a temas sobre “políticas públicas e de relevância e interesse jornalísticos, considerando que a coluna visa ser mais um

221 Relatório da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (2003-2010) sobre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva da (Presidência da República - SECOM 2010).

222 Sistema Brasileiro de Televisão Pública com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), TV Brasil, TV NBR, Programa de rádio A Voz do Brasil. Ferramentas digitais como o site da [Secom](#), da [Secretaria de Imprensa](#), do [Blog do Planalto](#) e do [Portal Brasil](#) (Boletim Em Questão, Central de Notícias, Revista Digital, Jornal de Balanço).

223 Em 2003, apenas 499 tipos de mídias dividiam as verbas de governo e em 2006 já eram 4.451, atingindo em 2010, o total de 8.010. O item “outros” passou de 11 (2003) a 2.512 (2010). Weber, 2011).

224 http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/conversa-presidenta/conversa_com_a_presidenta.

instrumento de prestação de contas à sociedade das ações do governo federal”. O *Café com a Presidenta* foi veiculado na Rádio Nacional, sob a condução de Luciano Seixas, semanalmente, de 2011 a 2014.

Figura 5 – Programa “Café com a Presidenta”



Fonte:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/cafe-presidenta>

A presidenta concedeu 280 entrevistas privadas e coletivas, nacionais e internacionais²²⁵, entre 2011 e 2016 e proferiu 961 discursos. A presidenta recebeu muitas críticas sobre essa relação limitada com a imprensa tendo sido motivo de notícia na *BBC Brasil*²²⁶, que em 2012 lhe enviou perguntas sobre as razões deste pouco contato. A resposta da Secretaria de Imprensa da Presidência ressaltou que as entrevistas estavam vinculadas à possibilidade de agenda “não havendo, portanto, metas quantitativas a serem cumpridas”. A presidenta relegou um dos espaços mais importantes de visibilidade e credibilidade sobre as ações do Estado ao restringir as relações com a imprensa. Obviamente era comparada com o presidente Lula, para quem, as entrevistas²²⁷ eram também

225 http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/entrevistas-presidenta?b_start:int=280.

226

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/12/121220_dilma_imprensa_if

227 O presidente Lula concedeu entre 2003 e 2010, um total de 860 entrevistas nacionais e internacionais

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/>.

estratégias de exercício do seu carisma, através da linguagem e exemplos pouco ortodoxos à política, mas de fácil compreensão pela sociedade.

Os indicadores referentes ao investimento publicitário, no entanto, são proporcionais aos seus antecessores com verbas, no primeiro mandato, destinadas prioritariamente para a televisão (65%); igual percentual para jornal, rádio e revistas (7%). Em relação aos antecessores (FHC e Lula) os investimentos são maiores para Internet (6%) e mídia exterior (7%)²²⁸. A comunicação necessária à governabilidade não foi prioridade, inclusive com poucos investimentos em propaganda estatal federal. A partir de 2013, há uma diminuição significativa continuada em 2014 e 2015 conforme publicação baseada em dados da SECOM, à exceção da internet²²⁹.

Discursos da presidenta

Outro aspecto da visibilidade institucional refere-se ao estilo e à retórica da ex-presidenta Dilma em seus 961 pronunciamentos²³⁰, no país e no exterior (2011-2016), sendo que muitos foram criticados por sua imprecisão linguística. Na pesquisa de Gandin (2018), 900 pronunciamentos de Dilma Rousseff foram analisados e tipificados em três estilos enunciativos: o argumentativo, o dialógico e o didático, adequados ao grau de formalidade do evento.

A formulação discursiva de Dilma, segundo Gandin (2018, p.79) resvala em repetições, trucagens e erros, especialmente,

228 Quadros estatísticos publicados por <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/secom-e-br-distribuidora-defendem-gastos-com-publicidade/em20/12/2011>, baseado em dados da SECOM. Acessado em 20 de junho de 2021.

229 <https://www.poder360.com.br/midia/dilma-cortou-r-5915-milhoes-do-gasto-com-propaganda-federal-em-2015/>.

230 <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos>.

quando há improvisação. Neste sentido, ressalta, por exemplo, a formulação de “uma frase seguindo uma linha de raciocínio e a muda [sic] no meio da enunciação, fazendo com que haja uma visível ruptura de pensamento”. Ressalta, também, a gravidade dos “atos falhos” e exemplifica que em 2011, “a presidente errou o lema de seu governo mais de 10 vezes, trocando o nome de “Brasil: país rico é país sem pobreza” para “Brasil: país rico é país sem miséria”, inclusive no evento de lançamento da marca, tendo confundido os programas sociais que seriam implantados.” Outro exemplo citado foi o programa “Ciência sem Fronteiras” de âmbito internacional e sediado na CAPES/MEC cujo nome foi trocado mais de 12 vezes por “Brasil sem Fronteiras” ao longo do ano de 2011. Segundo Gandin (2018, p.79) ressalta que a “os atos falhos “alimentam o senso comum da inabilidade oratória de Dilma Rousseff, afinal, presume-se que um presidente tenha domínio daquilo que fala”.

A análise sobre a retórica, assim como a circulação de comentários sobre a aparência da presidenta Dilma indicam a falta de assessoramento adequado no campo da comunicação presidencial. Mesmo que isso não tenha maculado a sua reputação, incidiu sobre a formação da sua imagem pública. Seu modo de aparecer manteve sua ambiguidade e seus muitos rostos. A história de Dilma e a sua reputação serviram a estratégias eleitorais e como aval de medidas importantes, mas é a figura imaginada que irrita aos seus juízes e homens (absoluta maioria) em acordos sombrios que a levam a julgamento e a condenaram em processo de *impeachment*.

Imagens da presidenta

A política é feita na hibridação entre a reputação (história comprovada) e a imagem pública (narrativas conjunturais) sendo que a imagem prevalece de acordo com as intenções em jogo. A disputa por espaços de poder e representação invoca o olhar e a

opinião do outro, necessariamente circunscritos à determinada conjuntura; sensação; obediência ideológica, religiosa, familiar; projetos e suscetíveis a imagens, informações e propaganda. A reputação necessita, portanto, ser reafirmada, demonstrada e pode ser resgatada com o tempo, enquanto a imagem pública tem a duração da conveniência em disputa. De algum modo, a formação da imagem pública é investimento constante realizado por instituições do Estado que realizam a produção estratégica de informações e a promoção sobre suas ações capazes de criar redes de apoio e comunicação. A ação de políticos, no entanto, concorre com a sua própria imagem pública que vai sendo tecida por grupos sociais, familiares, culturais e religiosos em uma bricolagem cognitiva que agrega as informações da imprensa, mídias e redes sociais, por tempo determinado e conveniências políticas e, sociais e pessoais.

Como afirma Gomes (2004) a política é feita de imagens: “a política de imagem”. Schwartzberg (1978) refere-se à “imagem do poder” própria do “estado espetáculo”, focando na personalização do poder através da análise do uso de personagens, interpretando papéis como se estrelas fossem, promovendo seu desempenho. Neste sentido Schwartzberg (1978, p.93-4) aborda o poder numa tipologia masculina onde cabem: o herói, o homem ordinário, o líder charmoso, o pai da pátria. Ao se referir à mulher em cargos de poder a designa como “a-mulher política”, uma não mulher, devido ao número reduzido de mulheres no poder e critica a sociedade patriarcal e a prática intensa “do sexismo e do ‘chauvinismo’ masculino”. A extensa literatura sobre feminismo e política e as pesquisas sobre o reduzido número de mulheres nos lugares de representação política, no Brasil, por exemplo, pouco tem influenciado as mudanças. Por isto, a eleição da presidenta Dilma tinha um caráter simbólico associado. Schwartzberg (1978, p.104) afirma que não seria “ilusório pensar que as mulheres possam contribuir para reinventar a política. Para transformá-la num exercício que seja, não mais feminino, e sim, mais humano.”

Tendo sido a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, Dilma Rousseff ingressa nos jogos de visibilidade confundindo estereótipos ditos masculinos e femininos. A estranheza de ter uma mulher no poder parecia autorizar o chiste, o julgamento sobre gênero, aparência, competência, postura, que incide sobre a ambiguidade da imagem pública de Dilma Rousseff e extrapola a circulação de informações, de signos e os índices das pesquisas de opinião. A complexidade de formação da imagem como reivindica Baldissera (2008, p.199) está na “imagem–conceito” que “exige significação, mas não, necessariamente, comunicação” e “é constantemente (re)tecida em processos e subprocessos interativos e interdependentes, diversamente imbricados, que a engendram permanentemente e, de forma recursiva, são por ela gerados e regenerados”.

O estranhamento de uma mulher na presidência estabelece, claramente, a circulação de críticas que na verdade estabelecem a comparação entre a força do “poder masculino” (no devido lugar) e as limitações do “poder feminino” (deslocado). As mudanças incidem sobre a burocracia, com a ampliação significativa de mulheres em lugares estratégicos e na abordagem dos temas de interesse público. A disputa pela igualdade, no entanto, foi norteadada por padrões masculinos, mas a presidenta Dilma ultrapassou esta perspectiva e demarcou sua identidade. Como afirma Tiburi (2019, p.36):

Dilma Rousseff foi vítima de todas as violências simbólicas que uma mulher pode sofrer em um mundo machista. E por ser um corpo de mulher no poder, ela foi atacada por meio da única parte de seu corpo tangível ao discurso e ao imaginário, sua imagem. Ela foi exposta, massacrada, reconstruída por um discurso misógino.

Sua história e reputação pouco incidiram na formação da imagem pública favorável e no transcorrer de seu governo foi distanciada de seu papel histórico, como apontava a campanha eleitoral de 2010. Naquele momento, seu “passado guerrilheiro” foi

insinuado, adaptado, e ressemantizado pelo marketing eleitoral, já que ela tinha índices altos de aprovação, estava de mãos dadas com Lula e o país atravessava um bom momento com a execução de políticas de direitos humanos e a diminuição da miséria. Assim, de algo execrável pelos conservadores, parte de sua história foi transformado em poderosa peça de campanha: a Dilma do “coração valente” (figura 6).

Figura 6 – Utilização da imagem de Dilma Rouseff



Fonte: Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/27/politica/1414430543_325319.html#?rel=mas

Nessa campanha, Dilma é colocada em paradoxo, ao gerar dois polos possíveis de interpretação. Em busca de apoio e votos, a candidata herdeira de Lula, competente e com a aparência de estadista, atendendo até padrões dito masculinos. Do outro, a mulher sozinha que chega ao poder carregando sua história de ativista, guerrilheira, prisioneira, à margem dos padrões brasileiros de beleza. Essa eficaz campanha eleitoral oferece ao eleitor argumentos sobre a força histórica da candidata, mas também, oferece aos adversários, elementos para narrativas sobre o medo e a desconfiança sobre uma candidata perigosa devido ao seu passado de lutas e resistência. A imprensa veiculou exaustivamente imagens relacionadas ao seu passado como exemplifica a figura 7, com teor negativo, enquanto as mesmas imagens eram utilizadas como peças do marketing eleitoral e símbolo de resistência, força e coragem. Na figura 8, a foto de Dilma Rouseff, aos 22 anos, depondo

diante de uma auditoria militar, no Rio de Janeiro, em novembro de 1970.

Figura 7 – Capa da Revista Época



Fonte: revista Época, 16 ago. 2010.

Figura 8 – Dilma Rousseff diante de auditoria militar, em novembro de 1970



Fonte: Ricardo Amaral, em “A Vida quer coragem”.

A lógica publicitária e a estética digital tornaram possível a proximidade com o passado e o distanciamento das acusações. Em momentos de campanha, o jogo se dá em três frentes da batalha borradas em seus limites: a estratégia propositiva e defensiva do candidato; o desmonte do adversário como inimigo do povo; e a participação da imprensa cujo apoio é controlado legalmente, em nome de uma imparcialidade. E, poucos veículos de imprensa têm coragem de manifestar seu voto, em nome de acordos com o mercado e apoios políticos.

Humor sobre Dilma

A visibilidade outorgada a Dilma pela imprensa e pela sociedade reuniu com humor as muitas Dilmas e dão conta da simbologia que a mostra ativista política de “coração valente” que carrega muitos nomes de guerra²³¹ (Stela, Wanda, Luiza, Marina, Maria Lúcia). A presidenta, então se permitia ser a personagem de enredos de humor como nenhum outro presidente. Ria de si mesma e fazia rir no sofisticado humor de *O diário da Dilma* (Revista Piauí); nos desatinos e a ironia com atos de poder em a *Dilma Bolada* (Twitter), e a performance sobre a *Dilma irritada e agressiva*, de Gustavo Mendes.

A paródia de Gustavo Mendes exacerba a gestualidade da presidenta e o seu peculiar modo de falar que ao longo de sua gestão foi um dos temas comentados por colunistas, mídias e redes sociais, memes e adversários, na medida em que o senso comum espera que a chefe da nação se expresse bem. Dezenas de referências aos chistes e erros nos discursos da presidenta, alimentavam listas e risos. Gustavo Mendes (figura 9) imitou Dilma Rousseff e brinca com seu estilo “agressivo”, no programa *Casseta&Planeta* da Rede

231 Declaração de Carlos Araújo, ex-marido de Dilma Rousseff, à Laís Modelli, na reportagem “A Linhagem dos Candidatos”, da revista **Caros Amigos** (nº. 210/2014, p. 24-29), afirmou que soube do verdadeiro nome de Dilma quando foi presa, pois à época publicavam a foto e o nome. Assim, também, Dilma soube do nome de Araújo: <https://piaui.folha.uol.com.br/a-revista/>.

Globo. Até hoje (2021) o ator se apresenta nesta personagem em shows e em lives na plataforma You Tube.

Figura 9 – Gustavo Mendes parodiando Dilma Rousseff



Fonte: <http://redeglobo.globo.com/novidades/humor/noticia/2012/10/casseta-gustavo-mendes-vive-dilma-e-mais-personagens-na-2-temporada>.

O Diário da Dilma – A presidenta dita “sem carisma”, mas valente, durante seus dois mandatos foi personagem também do humor sofisticado que combinou a sua intimidade com personagens e situações da burocracia palaciana nas páginas do *Diário da Dilma*²³², na revista Piauí, conforme registro nas imagens dos quadros 2 e 3.

232 <https://piaui.folha.uol.com.br/a-revista/>.

Quadro 2 – *Diário da Dilma* (primeira edição – fevereiro de 2011)

Notas, apontamentos e tergiversações

Apontamentos da presidenta recém-empossada: “Primeira reunião com os ministros”. Não admitirei conversas paralelas. Quem quiser ir ao banheiro, basta levantar a mão e pedir demissão.



Fonte: revista Piauí <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/notas-apontamentos-e-tergiversacoes/>.

O impacto desta página mensal residia em dois fatos. O primeiro que oferecia outros elementos para o julgamento da presidenta e que poderiam desequilibrar a opinião do leitor sobre um certo mau humor que a caracterizaria. O outro seria a exposição da burocracia e das relações presidenciais a partir de um modo secreto de avaliação que a personagem realizava.

Quadro 3 – *Diário da Dilma* (última edição – junho de 2016)

Despedida Diário da Dilma
ONDE TEM CARNIÇA, TEM URUBU!
Quando enfim arrango tempo para me dedicar integralmente à ginástica rítmica, chega o doido do Waldir Maranhão e cancela o impeachment?!


Fonte: revista Piauí: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/onde-tem-carnica-tem-urubu/>.

O *Diário da Dilma* escrito pelo *ghostwriter* da presidenta Dilma, Renato Terra e ilustrado por Caco Galhardo foi publicado de fevereiro de 2011 a junho de 2016, ocupando 54 folhas do diário em 54 edições da revista Piauí. A sátira combina a agenda da presidenta Dilma com aspectos mais relevantes do noticiário e manifestações emocionais expondo alguns desejos e raivas associados a nomes e situações reais e o conjunto da obra se torna hilário e sarcástico. Em 2014, os autores publicaram o livro *Diário da Dilma*: a seção da Revista Piauí, pela Companhia das Letras.

A *Dilma Bolada* - Outra personagem da ex-presidenta Dilma é a irritadiça *Dilma Bolada* está viva até hoje - criada por Jeferson Monteiro, desde as eleições de 2010 no Twitter (@DilmaBr), em 2011 no Facebook (2014) e depois, também, no Instagram, com

milhares de seguidores. Ainda pode ser acessada e seguida no espaço em que mantem a afirmação “sou linda, sou diva, sou a eterna Presidenta. Sou Dilma!”. Jéferson Monteiro deu vida à presidenta e como tal chegou a participar de entrevistas na imprensa e programas. A associação entre uma presidenta (Dilma) e a gíria “bolada” permitia a associação entre dois opostos. Como afirma Gadelha (2013), Dilma Bolada, ganhou o prêmio norte-americano ShortyAwards na categoria “#FakeAccount” (Conta falsa), por meio do voto popular dos usuários da rede. O prêmio é considerado pelo New York Times, o “Oscar do Twitter”. Também ganhou o prêmio de “Perfil Anônimo do Ano” em 2012, como página fake de políticos pelo site YouPix (www.youpix.com.br).

Gadelha (2013, 97-99) realizou levantamento sobre a identidade atribuída a Dilma e as respectivas hashtags, listando as principais:

RAINHA (#RainhaDoPovo,
#SoberanaDasAméricas, #RainhaDaInternet,
#QuemMandaAquiSouEu; DIVA (#DivaDoPovo,
#DivaDaNação, #DivaDoFacebook); Mãe
(#Dilmãe, #DimãeDoPovo, #DilmãeNoel,
#DilmaMeAdota);
AVÓ (#Dilmavó #DomingoEmFamília
#VovóCoruja);
DILMA BRINCALHONA (#Dilmoleka,
#TrotePresidencial);
PRESIDENTA - ÊTA PRESIDENTA
MARAVILHOSA_ (#Dilmaravilha,
#IssoQueÉPresidenta, #EtaPresidentaMaravilhosa,
#ÊtaPresidentaJusticeira, #ÊtaPresidentaSincera);
INTERNauta_
(#TodosSonhamComUmaInboxMinha,
#VouDominarAInternet,
QuemÉLigadoNoMeuFaceSabeQueHojeNãoPrecis
aTrabalhar;
NOVELEIRA_ (#Dilnoveleira,
#EstouTodaHoraOlhandoProRelógio,
PreocupadaComAHoraDaNovela, #OiOiOi;
POLÍTICA
(#PutinHojeEuTòCansadaAGenteSeFalaAmanhã,
#CaféComAPresidenta,
#SarneyMeteteOPéQueARainhaChegou;

#CrisEuFicoTeZoandoMasTeAdoroViuNêga;ÍDO
LA (#FanClubeDilmetesDoAcre,
#OsDilmetesDominamEssaNação,
#TodosOsDilmetesDoam.

As figuras 10, 11 e 12 mostram o encontro entre a presidenta Dilma e Jeferson Monteiro, o criador da sua personagem *Dilma Bolada*; uma caricatura de grande repercussão à época e o registro de um insólito decreto *fake* estabelecendo feriado devido ao último capítulo da telenovela Avenida Brasil (Rede Globo, 2012) publicado em *Dilma Bolada*.

figura 10 – Dilma e Monteiro



Figura 11 – “Dilma Bolada”



Figura 12 – Decreto “fake”



Fonte: www.facebook.com/DilmaBolada(#(@DilmaBr/ #dilmabr)

A combinação entre a postura sisuda da presidenta cumprindo a liturgia do cargo e a desconstrução autorizada pela abordagem humorística apontam para um paradoxo. De um lado, a presidenta que demonstra segurança e autoestima suficientes para rir de si mesma, exercer sua autoridade e conviver com a crítica bem-humorada que a humaniza e lhe dá leveza. Por outro lado, a apropriação e a caricatura da sua gestualidade e estilo contribui com a crítica depreciativa e oferece material aos adversários, na medida em que os “defeitos” são valorizados.

Para além da caricatura humorística, circulavam na imprensa e nas mídias e redes sociais, informações e imagens que apresentavam a presidenta Dilma Rousseff, em sua irretocável aparência e postura exigida a uma estadista, mas também aspectos que a desqualificavam. Sobre um presidente homem não ocorre a ninguém comentar sobre sua beleza, ou seus ternos, mas sobre uma mulher sempre recaem as exigências estéticas, independentemente da sua competência e do lugar de poder ocupado.

A presidenta Dilma governou sob uma inspeção estético-chauvinista. O traje escolhido para a sua segunda posse como presidenta (janeiro de 2015) foi transformado em acontecimento e pauta na imprensa²³³. Estilistas ganharam espaço para analisá-lo e cabe destacar o elogio enviesado de Reinaldo Lourenço na entrevista à Folha de São Paulo, ao afirmar que “Dilma acertou na roupa ao mostrar uma fragilidade e a feminilidade que não tem” e “tirar a imagem austera foi uma boa escolha”. Walério Araújo, afirmou que “as medidas maiores [da presidente] não permitem cores muito claras pois mostram todas as imperfeições do corpo”. Villaventura diz que “apesar de ter sido uma escolha feminina, a silhueta em “A” achatou a presidente” e “temos mil recursos para trabalhar melhor as medidas. Já vesti uma noiva de 130 kg e ficou ótimo.” A presidenta foi criticada por ter usado renda porque “não parecem ter sido feitas no Brasil”. O processo de desqualificação da presidenta já estava em curso e a roupagem da presidenta obteve mais atenção do que a repercussão de seu discurso e a presença de 44 autoridades internacionais (figuras 13 e 14).

233 <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/01/1570468-look-de-dilma-na-posse-divide-estilistas->.

Figura 13 – Posse da presidenta Dilma em 2015



Figura 14 – Meme da presidenta Dilma



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/01/1570468-look-de-dilma-na-posse-divide-estilistas->

A reputação da presidenta Dilma está registrada em documentos, leis e ações que comprovam sua capacidade e sua obediência aos princípios da democracia e caros à emancipação social, assim como o *impeachment* maculou sua trajetória política. A sua imagem, no entanto, vai sendo construída em narrativas de adversários e apoiadores; por aqueles que têm argumentos políticos, jurídicos e ideológicos defensáveis da sua idoneidade; por outros que sobrepõem suas atitudes e aparência à sua capacidade política. Pode-se afirmar que poucos cidadãos com protagonismo político possuem uma reputação tão bem registrada como Dilma Rousseff, mas independentemente de sua história gravada, sua imagem pública vem sendo formada junto ao imaginário brasileiro por retalhos desta história, estrategicamente destinados à promoção ou ao declínio de sua reputação.

A história de Dilma Rousseff é exemplar para mais um dos aspectos do paradoxo político-comunicacional. Trata-se de relacionar sua imagem à reputação dependente da verdade, que tem consistência histórica e pertence ao âmbito legal, institucional, técnico, persiste no tempo e é passível de comprovação, na medida em que preservada em registros, documentos, certidões, certificados, títulos, comprovantes e testemunhais. A imagem pública, no entanto, tem a força e a fragilidade próprias da subjetividade, eivada por emoções, contradições e passível a

dúvidas e questionamentos construídos entre informações, imagens, discursos e a história individual. A reputação e a imagem pública ora disputam, ora convivem no mesmo espaço, assim como a verdade e as suas distorções. A sobrevivência do político depende da compreensão sobre os limites e a fusão entre reputação e imagem pública, associados ao projeto político-ideológico e às exigências da representação e da institucionalidade exigidas num cargo político.

A história da democracia brasileira protagonizada por Dilma Vana Rousseff remete a mais uma parte importante do paradoxo político-comunicacional relacionada a imagem pública, igualdades e diferenças da identidade política. Todos os cidadãos são iguais perante a constituição, porquanto as diferenças (de gênero, raça, classe, ideologia e religião) devem ser respeitadas registra a ética republicana. No entanto, a diferença é argumento de promoção e aviltamento exposto em propaganda, notícias e discursos eleitorais e institucionais. Deste modo, podemos identificar a força da história da Dilma e as estratégias político-midiáticas que vincularam sua competência e o modo de administrar ao fato de ser mulher. Assim como sua aparência, gestualidade e eficácia discursiva eram ressaltadas a todo o momento.

A complexidade da análise é ampliada quando a questão do interesse público, é implicada na formulação do paradoxo. A visibilidade institucional abrange especialmente questões relacionadas a políticas públicas (*Conversa com a Presidente*), enquanto na visibilidade outorgada há um deslocamento do interesse público para os aspectos (culturais, imagéticos, de gênero, editoriais) que permitem (des)qualificar a presidenta Dilma. É nesta oscilação entre as visibilidades, que o interesse público desliza e adquire inúmeros sentidos.

O possível paradoxo político-comunicacional

As várias ordens de abordagem tiveram por objetivo servir de base à formulação da hipótese sobre a existência de um *paradoxo político-comunicacional*, imanente às relações de poder determinadas por níveis de autonomia e dependência entre o Estado democrático, meios de comunicação e sociedade no exercício de seus próprios poderes, a partir do parâmetro da visibilidade ininterrupta, institucional ou outorgada. Essa complexidade revela a baixa probabilidade de delimitar a verdade e a falácia quando interesses e linguagens se sobrepõem e repercutem sob a regência de quem detém mais poder e controle sobre dispositivos de visibilidade e dizibilidade que resultam na produção de sentidos. Então, visibilidade/ invisibilidade são componentes do exercício de poder e apenas parcialmente controláveis.

Os governos são orientados pela dimensão republicana da publicidade inerente aos regimes democráticos (Habermas, 2003; Bobbio; 2001) e definem os processos de produção da informação política realizados, através de sistemas públicos de comunicação do estado; meios de comunicação massivos; imprensa; mídias e redes sociais e sistemas privados de comunicação empresarial, capazes de estabelecer relações sociais, políticas e econômicas; capazes de mobilizar e responder à opinião pública. O discurso político de representação e a participação da sociedade são inerentes às democracias e, no entanto, ocorrem nas sobras de espaços disponíveis entre os discursos estratégicos da comunicação governamental, da ubiquidade informativa e ficcional das mídias de massa, e dos diálogos insólitos, ou pertinentes nas mídias e redes sociais.

A recente democracia brasileira abriga a história de Dilma Rousseff como a primeira mulher na presidência do país que sofreu *impeachment* configurado como golpe. Esses acontecimentos permitem exemplificar os pactos e disputas entre os poderes da república e os poderes políticos e econômicos. Permitem também mostrar a passagem entre o regime autoritário militar e o regime

democrático, através da mesma pessoa, execrada duplamente, como prisioneira despossuída de poder e, depois, como a mandatária no exercício do maior poder da república, por *impeachment*. Esta dupla figuração também é constitutiva do paradoxo em elaboração ancorado na visibilidade e na comunicação administrada pelas instituições públicas e a comunicação desenvolvida do outro lado, em vigilância. A história pessoal e política de Dilma Rousseff sustenta o paradoxo, na medida em que fugir da repressão no regime militar implicava confundir a visibilidade e assumir diferentes personagens e nomes. Na presidência, a visibilidade institucional promove seus discursos e atos, assim como na visibilidade outorgada à presidenta é tema de paródias, humor e submetida à vigilância da imprensa, da sociedade e dos adversários.

Paradoxos

Um paradoxo abriga a contradição e a dúvida que mantém dois ou mais conceitos ou situações dentro de um círculo que mesmo contraditórios são mantidos como necessários e sempre incluem um debate ético na aproximação de ideias e funções complementares. Trata-se de conceito aplicado a complexidade do debate no campo da lógica, da arte, literatura, matemática, psicologia e filosofia. Como figura de linguagem, ou de pensamento estabelece e indica a dúvida, na medida em que abriga uma contradição de ideias numa frase ou expressão. Reside na complexidade de abordar questões que pretendem simultaneidades em formulações que vinculam vida e a morte; o amor e a dor; a loucura e a razão; a poética. São oposições, mas podem se completar. Tem um nível de inevitabilidade na combinação, mas é o não senso, o insólito. Em *A Lógica do Sentido*, Deleuze (2011) ingressa na obra literária Alice²³⁴ de Lewis Carroll que considera um “acontecimento puro” e cita os estoicos para afirmar que o paradoxo é ao mesmo tempo “instrumento e análise para a

234 *As Aventuras de Alice no País das Maravilhas* (1865) e *Alice no outro lado do espelho* (1871) são obras de autoria de [Lewis Carroll](#), pseudônimo de [Charles Lutwidge Dodgson](#).

linguagem e como meio de síntese para os acontecimentos”. Esse autor formula uma “série de paradoxos” numa perspectiva teórica que abrange questões da lógica, dos sentidos, acontecimentos e o tempo, para nos apresentar a extensão e os limites das lógicas na atribuição de sentidos. Deleuze (2011, p.97) alerta sobre a “fragilidade do sentido” e ressalta que o “acontecimento, de uma outra natureza que as ações e paixões do corpo. Mas ele *resulta* delas: o sentido é o efeito de causas corporais e de suas misturas. Tanto que ele está sempre correndo o risco de ser tragado por sua causa”. Deleuze (2011, p.78-9) sublinha a complexidade de ver e atribuir sentidos e afirma que os “paradoxos de sentido são essencialmente a *subdivisão ao infinito* (sempre passado-futuro e jamais presente) e a *distribuição nômade* (repartir-se em um espaço aberto ao invés de repartir um espaço fechado) e assim, “o bom senso desempenha papel capital na determinação da significação. Mas não desempenha nenhum da doação e sentido; e isto porque o bom senso vem sempre em segundo lugar (...)”.

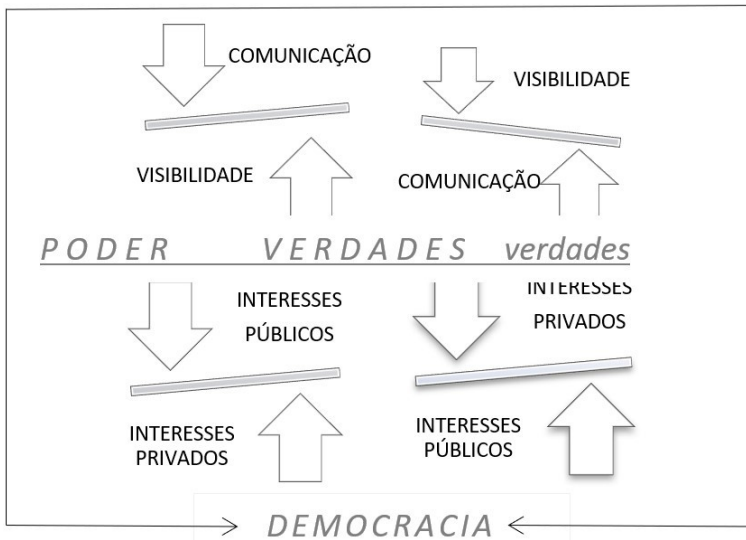
A contemporaneidade é uma fonte inesgotável de paradoxos na medida em que são integradas duas situações, definições, conceitos adversos e ao mesmo tempo passíveis de complementação, mas são relativizados. Incluindo o *non sense*, a ironia inerente ao paradoxo identificado em alguns exemplos, passíveis de comprovação: o desenvolvimento do sistema capitalista e o aumento proporcional da miséria, mas a miséria será erradicada com o crescimento empresarial; a qualidade da produção industrial com o uso de tecnologia cada vez mais avançada e a redução de empregos, mas a tecnologia qualifica o trabalho e a produção; a circulação fascinante de produtos, bens e serviços para a sociedade de consumo, mas os consumidores são classificados pelo tipo de produtos, moradia e vestuário; o desenvolvimento da ciência e da biotecnologia e o aumento das pandemias; a ubiquidade das mídias e redes sociais e a falta de comunicação; o acesso globalizado aos acontecimentos do mundo, o desconhecimento programado e falta de solidariedade; acordos cínicos entre grandes potências sobre preservação da terra e, simultaneamente, o ataque aos recursos

naturais em nome do desenvolvimento; a democracia digital que amplia sistemas de comunicação governamental para a participação da sociedade, mas mantém a exclusão social e digital; a produção em larga escala de alimentos e o aumento da fome; os sofisticados mecanismos de vigilância e o aumento da criminalidade; a amplitude do acesso ao conhecimento e ao desconhecimento; outros.

A compreensão sobre processos, discursos e relações políticas é ato que implica na identificação de paradoxos, na medida em que verdade, realidade e a produção de sentidos respondem a complexos exercícios de representação e governança executados pelas diferentes naturezas e instâncias de poder características das instituições estatais, organizações econômicas, organizações midiáticas, mídias e redes sociais e a sociedade organizada. Significa entender que a compreensão sobre a verdade, realidade e a produção de sentidos dependem de aparatos comunicacionais e níveis de comunicação cada vez mais complexos na medida em que as mídias convencionais e digitais são sistemas estruturantes da própria realidade e do modo de ver e estar nesta realidade.

As lógicas do campo político, por exemplo, cada vez mais se adaptam às lógicas comunicacionais e à ocupação de espaços e relações de visibilidade em busca de legitimidade, credibilidade visando uma imagem pública capaz de render apoio, votos e aliados. Significa que o equilíbrio de poder é mantido também pela visibilidade e respectivas avaliações. Diante disto, podemos visualizar hipoteticamente a busca deste equilíbrio para o qual concorrem os interesses públicos e privados, a visibilidade sobre o manejo destes interesses e o equilíbrio na manutenção dos poderes, conforme pretende demonstrar a figura 15.

Figura 15 – O paradoxo político-comunicacional



Fonte: a autora.

O diagrama da figura pretende demonstrar as quatro dimensões do paradoxo político-comunicacional constituído por conceitos imanentes à democracia (interesse público e interesses privados) e os conceitos que identificam as práticas democráticas (comunicação e visibilidade) em oscilação entre pactos e disputas por verdades e poder.

As premissas, exaustivamente abordadas, indicam que esses pactos e disputas provocam nas democracias, um frágil equilíbrio entre a defesa do interesse público em representação atribuída pelo voto e os interesses privados definidos por práticas políticas, econômicas, morais e religiosas. O interesse público é critério republicano determinado historicamente pelos direitos humanos e argumento para a emancipação social, política, econômica, e a soberania, assegurados nas constituições. Os interesses privados, no entanto, são aqui entendidos como aqueles contrários ao bem comum, capazes de afrontar a ética política e a constituição (da falta de atendimento sanitário à devastação florestal; da disseminação de preconceitos à corrupção). Os limites e as confluências entre o interesse público e interesses privados efetivam

o paradoxo e, neste texto, são utilizados em *stricto sensu*. Sem ingressar no extenso debate da teoria política (Bobbio, 2012; Maia, 2011; McQuail, 1998), o interesse público tem caráter normativo e é constitutivo das democracias.

O binômio “comunicação e visibilidade” complementa o paradoxo. Entende-se que a comunicação, em todos os seus formatos é determinante para o funcionamento das democracias. Especialmente a comunicação pública como a referência normativa à expressão e publicidade dos governos democráticos. Não em oposição, mas em tensionamento, a visibilidade integra a comunicação e é fundamental ao exercício do poder permitindo a formação da imagem pública atratora de reconhecimento, apoio e votos, ou de rechaço. Institucional ou outorgada, a visibilidade é fator de complexidade para o exercício dos princípios democráticos, na medida em que tudo pode ser mostrado e todos participam da produção de visibilidade (informação e desinformação).

Em regimes autoritários, este paradoxo não existe, na medida que o interesse público é definido pelo interesse de Estado e a comunicação é propaganda, na medida que visibilidade e informação podem ser controladas.

A visibilidade parece um conceito de frágil densidade, quando exposta a debates sobre política e democracia. E aqui reside o paradoxo, na medida em que a visibilidade e a comunicação são estratégicas na sustentação dos poderes, no mundo das aparências e da dramatização da informação; no enquadramento de instituições e atores da política com primazia ao impacto visual e à sua permanência, através dos sistemas públicos de comunicação; assessorias; manifestações da sociedade, meios de comunicação tradicionais, plataformas, mídias e redes sociais.

A comunicação e a visibilidade exigidas a instituições e sujeitos políticos das democracias, tanto qualificam quanto desqualificam atos e discursos; promovem a verdade e a mentira e, assim, (des)equilibram as democracias, qual uma força autônoma relacionada à credibilidade e à legitimidade alternadas na tensão e

nos pactos sobre a os limites de interesses públicos e interesses privados.

A defesa intransigente da verdade, da justiça e do interesse público define a democracia e reconhece interesses privados que se fazem presentes, nos projetos políticos, econômicos, religiosos em nome do futuro. Os limites do pleno exercício democrático dependem do equilíbrio entre o público e o privado, embora ocorra a sobreposição de interesses privados sobre o interesse público e sempre em seu nome serão proferidos os discursos dos regimes democráticos, por mais insólitos que possam parecer.

A sustentação do *paradoxo político-comunicacional* reside, portanto, na complexidade das relações e práticas do poder, capaz de condicionar e reduzir a credibilidade à visibilidade (Weber, 2006), independentemente da verdade e da ética implícitas. A imagem pública, assim, pode se sobrepor à realidade e à verdade, sendo que esta pode ser manipulada, sofrer tergiversações pelo uso parcial e estratégico de informações e dados. Nos períodos eleitorais, por exemplo, a verdade é relativizada, recortada e delimitada pelo marketing que impinge contornos e acentos capazes de qualificar ações, privilegiar propostas e desqualificar os adversários. Entra em cena uma política de caráter provisório que sustenta a equação sobre a política submissa a estratégias “capazes de capturar e fidelizar o eleitor” através de mecanismos persuasivos da combinação entre a “síntese política, a síntese afetiva e a síntese comunicacional que traduzem o projeto político e o candidato”, como afirmam Weber, Luz, Bittencourt (2018, p.41).

Verdade e política não são aliadas, afirmava Arendt (2007) já que “as mentiras são necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou do demagogo, como também do estadista”. Ao questionar esta afirmação, a autora se refere a valores e convicções como a verdade, a dignidade:

Por que é assim? E o que isso significa, por um lado, para a natureza e a dignidade do âmbito político, e, por outro, para a natureza e a dignidade da verdade e da veracidade? É da essência mesma da verdade o ser

impotente e da essência mesma do poder o ser embusteiro? (...) não será a verdade impotente tão desprezível como o poder que não dá atenção à verdade. (Arendt, 2007, p.283).

Todos os governantes governam sob a vigilância e a suspeição, sob a vigilância salutar da ética, das leis, da sociedade organizada e da imprensa. As democracias contemporâneas odiadas (Ranciere, 2014), prescritas de morte (Levitsky e Ziblat, 2018), lutando contra elas mesmas, ou reformuladas sob novos populismos (Rosanvallon, 2020) são mantidas por sofisticadas estruturas de comunicação. Mas esta mesma tecnologia da comunicação serve a outras instituições e grupos sociais que conformam a visibilidade de instituições e personalidades públicas de acordo com interesses privados e disputas políticas e “a constituição de visibilidades e das tensões entre os domínios públicos e privados arrastam consigo a credibilidade que é a questão vital da política” (Weber, 2006, p.119).

O fascinante e o perverso caracterizam o modo de estar no mundo e caracterizam a dinâmica de comunicação através de tecnologias digitais que ampliaram circuitos de visibilidade e invisibilidade; de democracia e autoritarismo; de privacidade e exposição; de segredos e delações. Assim são relativizados os limites da verdade e da mentira, da realidade e da ficção, já que em mídias e redes sociais vale a circulação de informações e não se torna necessário comprovar a sua veracidade. Importam os objetivos e a definição dos públicos para a veiculação estratégica de informações.

As democracias contemporâneas convivem com o estranhamento derivado da submissão dos poderes à visibilidade tensa das mídias digitais capazes de sustentar um debate de interesse público qual esfera pública, de ampliar a participação e a transparência, mas também de produzir “verdades”. A proliferação de *fake news* tem alterado a qualidade das informações e, conseqüentemente, a democracia, especialmente as disputas eleitorais. Aparentemente, existe um processo que está fora de controle, mesmo com a atuação de agências de *fact-checking*

verificadoras da verdade de notícias, das campanhas públicas alertando sobre este tipo de crime e, especialmente, a instauração de processos no Poder Judiciário e o debate abrigado no Legislativo Federal²³⁵. Da mesma maneira que grupos poderosos realizam investimentos financeiros na construção desta máquinas de disseminação de (des)informação e contrainformação. Esta tecnologia também pode ser controlada por cidadãos que adquirem algum tipo de poder, ao participarem deste circuito produtor de informações. Tornam-se, portanto, militantes indispensáveis às ideologias, ataques e defesas e, assim, usufruem deste prazer, deste empoderamento conquistado, mesmo momentâneo.

As perspectivas idealistas da democracia remetem à parte política do paradoxo político-comunicacional, na medida em que para grupos e cidadãos o maior envolvimento com a política foi reduzido ao acesso e à quantidade de informações obtidas em redes e mídias sociais. A tecnologia digital amplia esse espectro de participação e, ao mesmo tempo, fortalece a manifestação individualizada de cada cidadão e a possibilidade de montar seus discursos e apoios para além da ideologia, de modo passional, preconceituoso e aviltando princípios da democracia, ou defendendo-a.

Nessa direção, cabe incluir a preocupação de Arendt (1993, p.118), ao perguntar: “Será que a política ainda tem de algum modo um sentido?” e responde que “o sentido da política é a liberdade” relacionada à verdade. A autora atrela a pergunta aos desastres que caracterizaram o século XX e se é impossível negar os malefícios, é possível, também, indicar os benefícios civilizatórios que os arranjos políticos proporcionaram entre discursos e práticas; verdades e mentiras; disputas e acordos ideológicos; arranjos de classe; segredos e excessos de visibilidade e apagamento.

O *paradoxo político-comunicacional* serve à análise de democracias e regimes autoritários, porque a conquista e a

235 Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News, criada em agosto de 2019. <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2292> . Acessado em 30/07/2021.

manutenção do poder governamental passam pela dramatização, encenação, comunicação e propaganda desenvolvidas em espaços de visibilidade indispensáveis ao exercício de poder. No entanto, o equilíbrio entre interesses públicos e interesses privados é próprio às democracias. A comunicação pública define a comunicação dos regimes democráticos, porém há um tensionamento de coexistência entre a comunicação pública (de caráter normativo) que deve responder ao interesse público, e a comunicação privada que privilegia interesses pessoais do governante, de seu partido, assim como a incidência de privilégios familiares, reducionismos ideológicos e outros. Se a execução de uma política pública de comunicação de um governo é indicador da qualidade de democracia, a sobreposição da comunicação privada, a desqualifica.

A democracia exige comunicação, publicidade e transparência de atos em nome do interesse público e esta exigência convive com o desejo de visibilidade e credibilidade direcionado à obtenção de uma imagem pública favorável que atraia apoio e votos. Não é possível desvincular eventos, campanhas de propaganda, discursos que promovem a administração e beneficiam o Estado do interesse pessoal do político e do governante. De um lado, o desenvolvimento das democracias expostas tensionadas pelos poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário); do mercado; das religiões. Do outro lado, o poder da imprensa, das mídias convencionais, mídias e redes sociais, da sociedade e da opinião pública.

Voltada ao interesse público, a comunicação pública de estado e a comunicação governamental são tensionadas pela perspectiva estratégica, na medida em que a publicidade exigida legalmente dependerá do funcionamento de um sistema. Este sistema estruturado na burocracia, com tecnologia, profissionais e recursos financeiros produzirá informação (jornalismo institucional) e produtos publicitários (campanhas e peças de marketing), além de eventos, protocolos e o discurso dos governantes. Mesmo norteados por uma política voltada à comunicação pública, a publicidade dos governos democráticos e a busca por visibilidade

servirá, também, a projetos político-ideológicos e partidários dos ocupantes do poder, ou seja, servirá a interesses privados. Assim, paralelamente à vigilância e crítica exercidas sobre os poderes, estes produzem suas próprias informações, administram estrategicamente sua visibilidade e as relações com os poderes, investindo em sistemas, tecnologia e especialistas, legalmente mantidos com verbas estatais. Interferem nesta disputa de sentidos sobre sujeitos e instituições, a ocorrência de acontecimentos públicos que exigem respostas do Estado; os escândalos que mostram as entranhas do Estado; a imprensa e seu poder de conferir visibilidade e transcrever a realidade; e as ações de apoio ou adversárias construídas pelas mídias e redes sociais.

Integra o paradoxo a formatação oscilante da imagem pública e o benefício da dúvida (Weber, 2008), constituída entre a visibilidade institucional para a qual concorrem a reputação do político e do governante em cargo de representação; a circulação estratégica de produtos e informações controladas pelos sistemas institucionais de comunicação pública, e a visibilidade outorgada na circulação de notícias e opiniões proporcionada pela imprensa, mídias convencionais e mídias e redes sociais. Esta complexidade indica a impossibilidade, numa democracia, de controlar a comunicação em benefício da instituição, do político, ou governante. Assim, políticos e governantes são dependentes da comunicação que produzem em busca de credibilidade e também da visibilidade e das críticas sobre sua comunicação efetuadas por adversários, mídias e a sociedade.

Considerações finais

O poder exercido por Dilma Rousseff está tanto na visibilidade da sua condição de vítima da ditadura quanto no exercício presidencial. Trata-se de relacionar a reputação dependente da verdade, que tem consistência histórica e legal à imagem pública que possui a força e a fragilidade próprias da subjetividade, eivada por emoções, contradições e passível de

questionamentos e dúvidas, construída entre informações, imagens, discursos e a história de cada um.

Entendo que a visibilidade conferida a ex-presidenta Dilma Rousseff foi determinante para seu julgamento. A sua reputação e a imagem pública disputaram e conviveram nos mesmos espaços, propiciando pactos e disputas em torno de verdades que não lhe eram condizentes; ou formuladas de modo distorcido. A sobrevivência na política depende da compreensão sobre os limites e a fusão entre a reputação e a imagem pública, associados ao projeto político-ideológico do governante, do representante político, mas também do seu partido e da instituição sob sua responsabilidade.

O *paradoxo político-comunicacional* pode ser compreendido como um instrumental analítico que permite analisar as democracias sob a perspectiva comunicacional (mas pode ser extensivo a outros regimes, evidentemente). Abriga, hipoteticamente, três processos de poder e verdade que relacionam visibilidade e comunicação a interesses públicos e interesses privados. Nessa perspectiva, os governos republicanos obedecem ao interesse público, mas são tensionados e usufruem dos interesses privados. A publicidade inerente às democracias é mantida por sistemas de produção de comunicação voltada ao interesse público, mas a visibilidade promove também políticos e governantes, criando uma hibridação entre estes e as instituições. Por último, a publicidade exigida para o estado republicano é acompanhada por objetivos privados vinculados ao desejo de obter credibilidade para os atos institucionais e uma imagem pública favorável constituída na fronteira entre interesses públicos e interesses privados.

Referências

ANDRADE, Bruna. **Redes de atores e argumentos no debate público sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff: o dia do afastamento provisório em 12 de maio de 2016.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-

graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

ANDRADE, Danusa S. A comunicação governamental da presidente Dilma Rousseff: uma análise de conteúdo do portal da Presidência da República. *Revista Comunicação e Sociedade*, vol. 26, 2014, pp. 191 – 206.

ARENDT, Hannah. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1993.

ARENDT, Hannah. **A vida do espírito** – o pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: RelumeDumará/ UFRJ, 1992.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo:Perspectiva, 2007.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia no Brasil**: uma análise da crise 2013-2018. *Novos Estudos - Cebrap*, [s.l.], v. 37, n. 1, p.273-289, ago. 2018. *Novos Estudos - CEBRAP*.

AVRITZER, LeonardoL. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos (SP): Edufscar, 2017.

BALDISSERA, Rudimar . **Comunicação e significação na construção da imagem-conceito**. *Revista Fronteira*, v. 10, p. 193-200, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **Lasestrategiasfatales**. Barcelona: Anagrama, 1984

BEAUCHAMP, Michel. et al. **Communication Publique et Société** – repères pour la réflexion et l’action. Québec: Gaëtan M. Éd, 1991.

BECKER Camila. L. **Comunicação e Interesse Público**: o acontecimento Mais Médicos no jornalismo de referência

brasileiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.

BECKER, Camila ; CESAR, Camila ; GALLAS, Débora et WEBER, Maria Helena. « Manifestações e votos sobre *impeachment* de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros ». *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 2017, vol. 13, n° 24, p. 96-113.

BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy . **Debates Feministas** –um intercâmbio filosófico. São Paulo: UNESP, 2018.

BLUMLER, Jay G. e GUREVITCH Michael. **The crisis of Public Communication**. Londres: Routledge, 1995.

BOBBIO, Norbert. **Democracia e Segredo**. São Paulo: Unesp, 2015.

BOBBIO, Norbert..N. **Estado, Governo, Sociedade**. Por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

BRAGA, José Luiz. Circuito *versus* campos sociais. In JANOTTI Jr., Jeder, MATTOS, Maria Ângela, Jacks, Nilda (org) . **Mediação & Mídiação**. Salvador : EDUFBA ; Brasília: Compós, 2012. (p.31-53)

BRASIL. **Produção de conteúdo nacional para mídias digitais**. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasília: 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. ***Impeachment* : o julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal**. 133ª Sessão deliberativa extraordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura : 25 a 31 de agosto de 2016. Brasília: Senado Federal, SAJS, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria de Comunicação Social**. Relatório de Gestão [do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva]. Brasília: 2010.

BRASIL. Presidência da República/ Secretaria de Comunicação Social. Secretaria de Comunicação Integrada. **Departamento de Patrocínios**. Brasília, abril 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006

COELHO, Marja. P. Regimes de visibilidade midiática: os acontecimentos, entre a notícia e o espetáculo. In: **Caleidoscópio**: revista de comunicação e cultura. Nº 10, 2011. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. p. 125 – 135.

DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**. Brasília : Ed.UnB, 2009.
DE MASI, Domenico. (comp). **Comunicación Gubernamental**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectivas, 2011 (21ª série a 25ª série)

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

ESTEVES, João. P. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FAUSTO NETO, Antonio; MOUCHON, Jean; VERÓN, Eliseo. **Transformações da midiatização presidencial**: corpos, relatos, negociações e resistências. São Caetano do Sul (SP): Difusão Editora, 2012.

FAUSTO NETO, Antonio. Tchau, querida: leitura do *impeachment*. **Revista. Animus** (Santa Maria. Online), v. 15, p. 62-81, 2016.

FAUSTO NETO, Antonio. Dos circuitos à sentença: o *impeachment* de Dilma Rousseff no ambiente da circulação midiatizada. **Mediaciones de la Comunicación**, v. 11, p. 97-111, 2016.

FAUSTO NETO, Antonio. *Impeachment* segundo as lógicas de fabricação do acontecimento. **Rizoma**, v. 4, p. 8-36, 2016.

FERNANDES, Carla M.; OLIVEIRA, Luiz A.; LEAL, Paulo R. F. e MARTINS, Thamiris F. Campanha permanente de Dilma Rousseff: uma análise da comunicação governamental e das estratégias eleitorais. **Revista Mediaciones Sociales**, nº 15, (2016): p. 81-100.

FISHKIN, James. **Quando o povo fala** – democracia deliberativa e consulta pública. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRIEDRICH, Carl J. (org.). **El interés público**. México: Roble, 1967

GADELHA, Tássia R. **#ÊTAPRESIDENTAMARAVILHOSA**: uma análise da página Dilma Bolada no Facebook. (Monografia). Departamento de Audiovisuais e Publicidade – Faculdade de Comunicação – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. BRASILIA, 2013.

GALINARI, Fabiana. F. de C. **Ativismo na internet e o *impeachment* de Dilma Rousseff** (as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016). 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.

GANDIN, Lucas. **Eu, nós e eles**: a luta política nos pronunciamentos presidenciais de Dilma Rousseff. Curitiba: Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2018.

GERALDES, E.; DOMINGUES, T. R.; DOMINGUES, J.; MACHADO, L.; NEGRINI, V. (Org.). **Mídia, Misoginia e Golpe**. Brasília: FAC-UnB, 2016.

GOMES, Wilson. A política de imagem. In: **As transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004 (p. 144-175).

GOMES, Wilson. **Crônica de uma tragédia anunciada** – como a extrema direita chegou ao poder. Salvador: Saga, 2020

GOMES, Wilson. S.; MAIA, Rousiley.C.M. **Comunicação e Democracia**: Problemas e Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GUAZINA, Liziane; PRIOR, Helder; ARAÚJO, Bruno (org). **(Des)construindo uma queda**. A mídia e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Florianópolis: Insular, 2019.

GUERRA, Laura.F. Da **deposição de João Goulart ao *impeachment* de Dilma Rousseff**: um estudo comparativo de editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio do Sinos, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Historia y crítica de la opinión pública**- La transformación estructural de la vida pública. Barcelona: GGMassMedia, 1994.

HABERMAS, Jürgen. J. **Direito e Democracia**- entre factividade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. (v.I e II).

HARDT.M.; NEGRI,A. **Multitud** – guerra y democracia en la era del Imperio. Buenos Aires: Ed. Debate, 2004

HJARVARD, STIGS. Mídia e cultura: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. São Paulo: **Matrizes**, Ano 5 – nº 2 jan./jun. 2012 (p. 53-91)

HAUBRICH, Alexandre. **Nada será como antes**: 2013, o ano que não acabou na cidade onde tudo começou. Porto Alegre: Libretos, 2018.

JOSGRILBERG, Fabio B. **Tecnologia e sociedade**: entre os paradoxos e os sentidos possíveis. Revista Comunicação & Educação. Ano X. Número 3. set/dez 2005 p.278-287

KEGLER, Bruno. **Da morte coletiva ao acontecimento público, nas redes de comunicação sobre a tragédia Kiss (Santa Maria, Brasil, 2013)**. Porto Alegre: UFRGS/ PPGCOM, 2016 (tese).

KEHL, Maria R. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo, 2020
LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: Pontes/Educ SP, 1992.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUZ, Ana.J. da; WEBER, Maria.H. A memória política do Brasil no site da presidência:: acesso e desvios da comunicação dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.211-229, maio 2019.

MAIA, Rousiley. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. Pgs. 259-276.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n. 29, ano 10, p. 5-34, 1995.

MCQUAIL, D. **Atuação da mídia**: comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre: Penso, 2012.

MENDONÇA, Ricardo FabrinoF.. Dimensões democráticas nas jornadas de junho. Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 3, nº 98, 2018. (p.1-23).

MIGUEL, Luis F.. **O Colapso da democracia no Brasil**– da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis F. Um ponto cego na teoria nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **BIB**, n. 49, p. 51 -77. Rio de Janeiro, 1º semestre de 2000.

MIGUEL, Luis. F.; BIROLI, Flávia. (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

NORRIS, Pippa. **Critical citizens**: global support for democratic governance. Oxford: Oxford University Press. 1999.
ol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/02/21/veja-cronologia-da-vida-de-dilma-rousseff.htm

PARKER, Marcelo. X. **Visibilidade, Deliberação e Afetos**: comunicação e política nas ocupações da UFRGS em 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

PESTANA, Débora R. **Cultura do medo e democracia**: um paradoxo brasileiro. Revista Medições. Londrina, V. 10, N. 2, P.183-198, JUL./DEZ. 2005.

PIERANTI, Octavio Penna **Políticas públicas de radiodifusão no governo Dilma**. Brasília: UnB, FAC, 2020.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, nº 6, 2005. p. 59 – 76.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014

ROLANDO, Stefano. **La comunicazione publica per una grande società**. Parma: Etas, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. **La contre-démocratie**: la démocratie à l'âge de la défiance. Paris: Seuil, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. **El siglo del populismo**. Barcelona: Galaxia Gutenberg SL, 2020.

SADER, Emir (org)A. **Lula y Dilma**: 10 años de Gobiernos Posneoliberales en Brasil. Quito: IAEN, 2014.

SAMPAIO, Thiago. **Popularidade presidencial**: análise dos microfundamentos do suporte público da presidente Dilma Rousseff. Belo Horizonte: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard.. **O Estado Espetáculo** – ensaio sobre e contra o star system em política. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978

SINGER, Andre. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeças do período Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TERRA, Renato. **Diário da Dilma**. A seção da Revista Piauí São Paulo: Cia das letras, 2014.

TIBURI, Márcia. Um ensaio visual contra a manipulação da imagem. In: PRADO, Evandro. **“Tem que manter isso aí, viu?”**. São Paulo: Evandro Prado, 2014 (p.36-39).

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Politique(s) du conflict**: de la grève à la révolution. Paris: SciencesPo, 2008.

TOURAINÉ, Alan. **Um novo paradigma** – para compreender o mundo de hoje. Petrópolis (RJ), Vozes, 2007.

VAN DIJK, Teun A. How Globo media manipulated the *impeachment* of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse &**

Communication, [s.l.], v. 11, n. 2, p.199-229, fev. 2017. SAGE Publications.

WAISBORD,. Silvio. **Watchdog journalism in South America: news, accountability, and democracy**. Nova York: Columbia University Press, 2000.

WEBER, Maria.H. Híbridões de verdades políticas e midiáticas. **Revista Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 6, p. 1-38, julho/dezembro 1999.

WEBER Maria,H. Imagem Pública. In: RUBIM, Antonio A. C. (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.p.259-307.

WEBER, Maria H. **Lula of Brazil, a political pop star: theconstructionofhispublicimage**. (Politicians as Stars: The Recent Evolution of Personalization of Political Communication). ICAAnnualConference Boston, May 26 -30, 2011.

WEBER, Maria H. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. **RevistaEco-pós**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 12, p.11-26, set. 2009. Quadrimestral.

WEBER, Maria H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.). **Comunicação pública e política: pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular: 2017.

WEBER, Maria H. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Spínola (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.117 - 136.

WEBER, MariaH.; COELHO M.. Entre jornalismo e poderes. In: SILVA, Gislene...[et al], (org.). **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Salvador: EdUFBA; Brasília: Compós, 2011. p. 51 – 78.

WEBER, Maria H.; COELHO, Marja. P. e LOCATELLI, Carlos. (orgs.). **Comunicação pública e política**: pesquisa e práticas. Florianópolis: Insular: 2017Florianópolis: Insular, 2017 (b).

WEBER, Maria H.; LUZ, Ana .J; BARRERAS, Sandra B. Equação da política provisória: a comunicação na disputa de afetos e votos. **Revista Compólitica**. Vol.8 (2). . p.41-68. Brasília, 2018

ZÉMOR, Pierre. **La communication publique**. Paris : Presse Universitaire, 2005.

SOBRE AUTORES E AUTORAS

- 1 **Maria Helena Weber.** Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ocupou o cargo de docente titular junto ao Curso de graduação da Fabico/ UFRGS. Pesquisadora bolsista do CNPq. Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ) e mestre em Sociologia (UFRGS). Bacharel em Comunicação Social (UFRGS). Coordenadora do Núcleo de Comunicação Pública Política (NUCOP) e do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). Integra o comitê gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). Participou da diretoria da COMPÓS – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação e da COMPOLÍTICA – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Escritora. E-mail: maria.weber@ufrgs.br
- 2 **Afonso de Albuquerque.** Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e coordenador do Laboratório de Mídia e Democracia (Lamide) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: afonsoalbuquerque@id.uff.br
- 3 **Alessandra Werlang.** Jornalista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi bolsista PROBIC/FAPERGS. E-mail: alessandra.werlang@ufrgs.br
- 4 **Alexandre Rocha da Silva. (in memoriam)** Exerceu o cargo de professor nos cursos de graduação da FABICO/UFRGS e junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador CNPq (bolsista produtividade). Realizou seu pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).
- 5 **Ana Carolina Ogando.** Doutora e Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora Associada do Programa de Políticas Urbanas da

WIEGO (Women in Informal Employment Globalizing and Organizing). E-mail: anacarolinaogando@gmail.com

- 6 **Ana Javes Luz.** Doutora em Comunicação e Informação (UFRGS). Coordenadora executiva do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). Integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP) e da rede de pesquisa Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). E-mail: anajaves@gmail.com
- 7 **Andrey Régis de Melo.** Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorando em Sociologia (UFRGS). Defensor Público no Rio Grande do Sul, dirigente do Núcleo de Defesa Criminal. Especialista em Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). E-mail: andrey24melo@yahoo.com.br
- 8 **Ângelo Neckel** - Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra os grupos de pesquisa EPISTECOM (UNISINOS), Mídia e Complexidade nas Sociedades Contemporâneas (ULBRA) e o Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP). E-mail: angeloneckel@gmail.com.
- 9 **Bruna Andrade.** Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Integra o Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP). E-mail: bruna.andrade@ufrgs.br
- 10 **Camila Becker.** Jornalista Mestra em Comunicação e Informação, junto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (PPGCOM/UFRGS).
- 11 **Camila Moreira Cesar.** Professora-pesquisadora titular (*maitre de conférences*) em Ciências da Informação e da Comunicação no Institut de la communication et des médias (ICM) da Université Sorbonne Nouvelle. Doutora em Ciências da Informação e da Comunicação pela Université Sorbonne Nouvelle e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra pela Université Sorbonne Nouvelle. Possui pós-doutorado em ciência política e é pesquisadora

associada do Groupe de recherche en communication politique, da Université Laval, e do Observatoire international sur les impacts sociétaux de l'IA et du numérique, no Canadá. Integra o Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP). E-mail: camila.moreira-cesar@sorbonne-nouvelle.fr

- 12 **Caroline Casali.** Professora do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais da Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel). Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Integra o Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP). E-mail: caroline.casali@ufpel.edu.br

- 13 **Celi Regina Jardim Pinto** - Professora Emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora e Mestre pela University of Essex na Inglaterra. Pesquisadora CNPq. Docente do Programa de Pós Graduação em História da UFRGS. E-mail: celirjp@gmail.com

- 14 **Christa Berger.** Jornalista. Exerceu a função de professora junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutora em Comunicação pela USP, com pós-doutorado em Teorias do Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona. E-mail: christab177@gmail.com

- 15 **Dandara Magalhães.** Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integra o Laboratório de Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (coLAB) e a equipe do #MUSEUdeMEMES. E-mail: magalhaesdandara@id.uff.br

- 16 **Débora Gallas Steigleder.** Jornalista, Mestre e Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental UFRGS/CNPq, do Núcleo de Comunicação Comunitária da UFRGS e do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul. E-mail: deborasteigleder@gmail.com

- 17 **Dédallo Neves.** Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrou o Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA/UFPR). Atualmente é pesquisador do Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina (CPMSAL/UFPR). E-mail: depaula.neves@hotmail.com
- 18 **Denise Mantovani.** Jornalista. Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado em Teorias Feministas e Democracia pela mesma instituição. E-mail: denisemantovani@yahoo.com.br
- 19 **Domingos Barroso da Costa.** Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Doutorando em Psicologia junto à PUC-Minas. Defensor Público. Especialista em Criminologia pela PUC-Minas e em Direito Público pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). E-mail: dobarcos@hotmail.com
- 20 **Ébida Rosa dos Santos** - Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (POSJOR UFSC). Graduada em Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro do grupo de pesquisa Ciência Tecnologia e Política (CTPOL) e do Núcleo de Estudos em Mídia e Política (NEMP).
- 21 **Érica Anita Baptista.** Pós-doutoranda no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Ciência Política pela UFMG. Integra o Grupo de Pesquisa Opinião Pública e o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME). E-mail: anitaerica@gmail.com
- 22 **Fabiana Costa Flores de Carvalho.** Jornalista. Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Comunicação: imagens e culturas midiáticas (UFMG).E-mail: bibiflores11@gmail.com

- 23 **Fernanda Bastos.** Jornalista. Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Editora da Ed. Figura de Linguagem. Integra o Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP). E-mail: bastosfernandajor@gmail.com.
- 24 **Fernanda Cavassana.** Professora do curso de Jornalismo da UNEMAT. Doutora em Ciência Política e Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realizou pesquisa de pós-doutorado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Integra o Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) e os grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP). E-mail: cavassanaf@gmail.com
- 25 **Fiorenza Zandonade Carnielli.** Doutora e Mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Grupo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP) e o Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). Professora da Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: fiorenzazc@gmail.
- 26 **Flávia Biroli.** Professora associada do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Foi acadêmica visitante do Latin American Centre e fellow da Jesus College da Universidade de Oxford. Foi presidenta da Associação Brasileira de Ciência Política. Editora da Revista Brasileira de Ciência Política. Editora associada da revista Politics & Gender. Integrou o grupo de Assessoras da Sociedade Civil da Onu Mulheres-Brasil. E-mail: flaviabiroli@gmail.com
- 27 **Frances Vaz.** Mestre em Comunicação Social e doutorando junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do MARGEM – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (UFMG). E-mail: francesvaz@gmail.com.
- 28 **Gabriel Nonino.** Jornalista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. E-mail: gpnnonino@gmail.com

- 29 **Gabriela Pacheco Dávila.** Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o grupo de pesquisa Processos Comunicacionais: Epistemologia, Miatização, Mediações e Recepção (PROCESSOCOM) – E-mail: gabrielapd1@gmail.com
- 30 **Giulia Sbaraini Fontes.** Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integra o Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE). Repórter do UOL. E-mail: giuliasfontes@gmail.com
- 31 **Guilherme Fumeo Almeida.** Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o ARTIS - Grupo de Pesquisa em Estética e Processos Audiovisuais e o Laboratório de Investigação de Comunicação Comunitária e Publicidade Social (LACCOPS). E-mail: almeidaguif@gmail.com
- 32 **Guilherme Popolin.** Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integra o Laboratório de Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (coLAB) e a equipe do #MUSEUdeMEMES. E-mail: gpopolin@gmail.com
- 33 **Helcimara de Souza Telles.** Professora no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Opinião Pública. E-mail: maratelles@uol.com.br
- 34 **Janaína Gomes.** Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Frederico Westphalen. Doutora em Agronegócios e Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP). E-mail: jgomes@ufsm.br
- 35 **Juliana Gagliardi.** Coordenadora executiva do Laboratório de Mídia e Democracia (Lamide) da Universidade Federal

Fluminense (UFF) Doutora e Mestre em Comunicação pela UFF. Possui pós-doutorado pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: jugagliardi@gmail.com

- 36 **Kelly Prudencio.** Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Sociologia Política. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA). E-mail: kelly.prudencio5@gmail.com
- 37 **Laura Ferreira Guerra.** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Integra o Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP). E-mail: laurafguerra@gmail.com
- 38 **Letícia Sabbatini.** Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integra o Laboratório de Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (coLAB) e a equipe do #MUSEUdeMEMES. E-mail: leticiasabbatinimalta@gmail.com
- 39 **Liziane Soares Guazina.** Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Comunicação pela Unb. Visiting Scholar na Università Degli Studi di Milano. (Líder dos Grupos de Pesquisa Populismos do Século XXI e Cultura, Mídia e Política. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP/UnB). E-mail: lguazina@unb.br
- 40 **Luciane Panke.** Professora da graduação e da pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora bolsista produtividade do CNPq. Pós-doutorado pela UAM-México. Líder fundadora e coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação Eleitoral. Vice-Presidente da Asociación Latinoamericana de Investigadores en Campañas Electorales (ALICE) E-mail: lupanke@gmail.com

- 41 **Marcelo Alves dos Santos Junior.** Pesquisador do Laboratório de Mídia e Democracia (Lamide) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: malvesjor@gmail.com
- 42 **Maria Eduarda da Mota Rocha.** Professora na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Foi professora visitante na Universidade Paris III (Sorbonne Nouvelle) e Paris II (Panthéon-Assas). Doutora e Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: me.rocha@uol.com.br
- 43 **Miriam de Souza Rossini.** Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Departamento de Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Doutora em História (UFRGS). Foi Bolsista de Produtividade do CNPq (2006 a 2021). Membro do Conselho Editorial da Revista Rebeca – revista brasileira de estudos de cinema e audiovisual. Coordenadora do ARTIS – Grupo de Pesquisa em Estética e Processos Audiovisuais. E-mail: miriams.rossini@gmail.com
- 44 **Nísia Martins do Rosário.** Professora na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista Produtividade do CNPq. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Membro do Grupo de Pesquisa Semiótica e Cultura da Comunicação (GPESC) e do grupo de pesquisa Processos Comunicacionais: Epistemologia, Miatização, Mediações e Recepção (PROCESSOCOM). E-mail: nisiamartins@gmail.com
- 45 **Ricardo Fabrino Mendonça** - Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de Produtividade do CNPq. Foi pesquisador visitante na University of California Irvine, na University of Canberra e na Australian National University. Doutor em Comunicação Social pela UFMG. Integra o Comitê Gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD), e é pesquisador do MARGEM - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça. E-mail: ricardofabrino@hotmail.com

- 46 **Sandra Bitencourt Genro.** Jornalista. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP) e o Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). E-mail: sandrix.bitencourt@gmail.com
- 47 **Silas de Paula.** Fotógrafo. Doutor pela Universidade de Loughborough, Inglaterra. Diretor do Museu da Imagem e do Som do Ceará MIS. Exerceu a função de professor na graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Ceará e no Instituto de Cultura e Artes - ICA onde atuava na linha de pesquisa em Fotografia e Audiovisual. E-mail: silasdepaula@gmail.com
- 48 **Suelem Lopes de Freitas.** Mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: suelemlopesf@gmail.com
- 49 **Thiago Sampaio.** Professor do Departamento de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Grupo de Pesquisa Opinião Pública. E-mail: thiagosampaio@unipampa.edu.br
- 50 **Thiane Silveira de Ávila.** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi bolsista de Iniciação Científica (NUCOP/UFRGS). Integra o Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP). Relações Públicas. Escritora. E-mail: thiane_nane@yahoo.com.br
- 51 **Vera Regina França.** Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Fundadora e pesquisadora do GRIS (Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade da Fafich/UFMG). Atua nas áreas de Teorias da Comunicação, Comunicação e Cultura Midiática, Metodologia de Pesquisa em Comunicação. É formada em Comunicação Social / Jornalismo pela PUC-MG, com mestrado em Comunicação pela UnB, DEA e doutorado em Ciências Sociais na Université René Descartes – Paris V (1989-1993). Fez estágio de pós-doutorado em Sociologia junto ao CEMS (Centre d'Études des Mouvements Sociaux) da École des Hautes Études en Sciences

Sociales (EHESS), na França. Foi presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós).

- 52 **Viktor Chagas** – Professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). Líder do Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (coLAB). Coordenador do projeto de extensão #MUSEUdeMEMES. E-mail: viktor@midia.uff.br

Este livro foi produzido durante a pandemia de COVID-19,
enquanto a Amazônia ficava menor e o universo se expandia.
Recomendamos os livros de Angela Davis e Jean Baudrillard.